

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS – ESAG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

ANDERSON LUÍS DO ESPÍRITO SANTO

NO RURAL TEM INOVAÇÃO SOCIAL! UM ESTUDO EM DOIS ASSENTAMENTOS
RURAIS NA ZONA FRONTEIRIÇA BRASIL-BOLÍVIA.

FLORIANÓPOLIS

2021

ANDERSON LUIS DO ESPÍRITO SANTO

**NO RURAL TEM INOVAÇÃO SOCIAL! UM ESTUDO EM DOIS ASSENTAMENTOS
RURAIS NA ZONA FRONTEIRIÇA BRASIL-BOLÍVIA.**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Administração, área de concentração em Organizações e Esfera Pública.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Carolina Martinez Andion

FLORIANÓPOLIS

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do ESAG/UDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Santo, Anderson Luís do Espírito
No Rural tem Inovação Social! : um estudo em dois
assentamentos rurais na zona fronteiriça Brasil-Bolívia / Anderson
Luís do Espírito Santo. -- 2021.
432 p.

Orientadora: Maria Carolina Martinez Andion
Tese (doutorado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina,
Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas - ESAG,
Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2021.

1. Inovação Social. 2. Desenvolvimento Rural. 3.
Sustentabilidade. 4. Socioantropologia do Desenvolvimento. 5.
Pragmatismo. I. Andion, Maria Carolina Martinez. II. Universidade
do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências da Administração e
Socioeconômicas - ESAG, Programa de Pós-Graduação em
Administração. III. Título.

ANDERSON LUÍS DO ESPÍRITO SANTO

NO RURAL TEM INOVAÇÃO SOCIAL! UM ESTUDO EM DOIS ASSENTAMENTOS RURAIS NA ZONA FRONTEIRIÇA BRASIL-BOLÍVIA.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Administração, área de concentração em Organizações e Esfera Pública.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora:

Professora Dra. Maria Carolina Martinez Andion
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membros:

Professora Dra. Graziela Dias Alperstedt (Presidente)
Universidade do Estado de Santa Catarina

Professor Dr. Ademir Antonio Cazella
Universidade Federal de Santa Catarina

Professora Dra. Clerilei Aparecida Bier
Universidade do Estado de Santa Catarina

Professor Dr. Edgar Aparecido da Costa
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Professora Dra. Simone Ghisi Feuerschütte
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 10 de junho de 2021

A meus pais, João Adhemar e Elza Maria, que sempre batalharam para que todos os seus filhos tivessem acesso a uma educação de qualidade.

Ao meu companheiro, Douglas Voks, por toda dedicação, companheirismo e amor.

AGRADECIMENTOS

À Carolina Andion, orientadora deste trabalho e de toda uma vida profissional. Carol, você é uma inspiração! Sua energia e sua vibração contagiam quem está por perto. Muito obrigado por ter acreditado em mim desde o início e por ter me ensinado a voar. O doutorado sempre foi um sonho; vivê-lo com você foi uma gratificação inenarrável. Você me ensinou a caminhar para uma pesquisa que fez sentido, com um enfoque todo especial, e necessário, no campo da sociedade civil. Nossa história foi de muitos aprendizados que eu levarei para o resto da vida. Hoje, muito mais que orientadora, você é uma grande amiga. Obrigado por toda força e pelo processo colaborativo nessa pesquisa.

Aos professores e equipe técnica do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (Esag), em especial às professoras Clerilei Bier, Graziela Alperstedt e Simone Feuerschütte. As contribuições de vocês, tanto em sala de aula, quanto nos grupos de pesquisa, na leitura e nas considerações para com esse trabalho, foram essenciais para a minha formação no doutorado. Foram muitos os ensinamentos que me permitiram ampliar a minha compreensão sobre o caminho e o percurso da tese. A minha passagem pela Esag-Udesc possibilitou tanta experiência a ponto de hoje poder me orgulhar de fazer parte dessa escola.

Ao professor Ademir Cazella, do programa de Agroecossistemas, da Universidade Federal de Santa Catarina, pelas suas considerações, sugestões e sua leitura minuciosa neste trabalho. A qualificação já havia passado e eu, tanto tempo depois da arguição, ainda conseguia ouvi-lo. Pegava-me refletindo sobre os questionamentos que lançou, relendo materiais importantes e tantas outras referências que você passou. Sem dúvida, a sua participação neste trabalho foi fundamental.

Ao professor Edgar Costa, coordenador do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica do Pantanal, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, pois, desde o mestrado em Estudos Fronteiriços, oportunidade em que fui seu orientando, muitas foram as parcerias, as sugestões e indicações que me permitiram fortalecer um caminho científico, atrelando pesquisa e extensão.

Minha passagem pela Esag/Udesc não estaria completa sem as diversas atividades das quais participei na Universidade Federal de Santa Catarina. Foram muitos eventos, seminários e grupos de leitura. Agradeço, em especial, ao professor Maurício Serva, do Departamento de Ciências da Administração, e coordenador do Núcleo de Pesquisa em Organizações, Racionalidade e Desenvolvimento. Maurício, eu o conheci no primeiro ano da graduação (lendo seus textos) e ter a oportunidade de cursar uma disciplina contigo, durante o doutorado;

assim como ouvir suas reflexões e sugestões, foram parte capital não só do caminho que esta tese tomou, mas para minha percepção e atuação como professor de Administração.

Aos produtores rurais dos assentamentos Taquaral e 72, em especial às famílias envolvidas na transição agroecológica e na produção do mel. Manifesto aqui minha gratidão e aprendizado incalculável que vocês me proporcionaram. Nem na melhor das escritas eu conseguiria expor o quão marcante foi esse período. Também agradeço aos colegas da Embrapa, das prefeituras de Corumbá e Ladário e tantos outros atores que me ajudaram nesse processo de pesquisa.

À Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em especial ao *Campus* do Pantanal, pelo apoio institucional concedido na realização da tese.

Aos colegas do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Inovações Sociais na Esfera Pública (Nisp) e do Observatório de Inovação Social de Florianópolis (Obisf), que me acolheram tão bem e por todo o trabalho e pesquisa desenvolvidos, em especial a André Manoel, Fabiana Witt, Hudson Vale, Cintia Mendonça e João Libório.

Um salve especial precisa ser mandado para à “Casa Bolaños”: a minhas amigas Flávia, Renata, Tahina, Dani, Gabi, Manu, Vivian, Daia, Nathalia, Rosa, Gleici, Márcia; aos amigos Wesley, Daniel, Pixé e Leandro. O que seria da tese sem a torcida? A todos, meu muito obrigado!

À Hebe e a Sasha por todo carinho e acompanhamento. Mais do que dois não-humanos “latourianos”, vocês são parte essencial do homem que eu me tornei.

Aos meus pais Elza e João, por cada gesto de carinho, paciência e apoio. Foi a dedicação e o amor de vocês que me fizeram chegar ao doutorado. Aos meus irmãos Adjalma, Andréa e Arlete, a meus sobrinhos(as) - e a todos que me apoiaram nessa jornada.

Ao Douglas, meu companheiro, por ter embarcado nessa tese comigo. A cada página lida, você tinha uma palavra, uma consideração e orientação muito importante, afora a atenção dada e as constantes trocas de ideias. Saiba que, das histórias que não entram na tese, o nosso encontro é o melhor capítulo. Muito obrigado pelas suas contribuições no período de redação desta tese. Te amo!

ARTE

Figura 1 – Pantanal - APA baía Negra, entorno do Assentamento 72*



*Antes das queimadas - Fonte: Ecoa, 2014



*Depois das queimadas de 2020 - céu cinzento devido às fumaças.
Fonte: Os autores, Ladário, novembro/2020.

A arte é, intrinsecamente, um dispositivo de experimentação. A arte é um processo de tornar o mundo diferente para se viver, e envolve uma frase de protesto e de reação compensatória . [...] A experiência é o resultado da negociação consciente entre o eu e o mundo, feita de histórias, enredos e movimentos. A arte auxilia no exercício do pensar, à compreensão das nossas práticas sociais; abrindo novas possibilidades de nos compreendermos no mundo (John Dewey, 2010, trechos escolhidos).

“Quero exaltar o Pantanal bravio, o ex-mar de Xaraés. Um desafio, em busca de futura solução...” (Rubens de Castro, 1986, p.73).

O Pantanal teve 3.415 focos de incêndio no primeiro semestre de 2020, o maior da série histórica desde 1998. São mais de 1.000.000 de hectares de vegetação destruídos, 20% do seu total. Área queimada equivale a 9 vezes à cidade do Rio de Janeiro (G1MS, 2020).

RESUMO

No Brasil, país que se coloca como celeiro do mundo, convivem, tanto no debate científico como na realidade social, diferentes lógicas e modos de praticar o desenvolvimento rural. No Pantanal sul-mato-grossense, região de expansão agrícola na qual foi realizada o estudo dessa tese, o agronegócio e a exploração dos recursos naturais têm prosperado, deixando para trás, uma dívida socioambiental acumulada, refletida na concentração de terras, na pobreza rural, na falta de água, na exploração de reservas ambientais e de terras indígenas; o que se soma ao descaso do governo federal atual com a agricultura familiar e a Reforma Agrária. Diante disso, busca-se explorar nessa tese as possibilidades objetivas (mas também os limites e entraves) das experimentações em termos de inovação social no meio rural para fazer face a esses desafios, considerando as particularidades de um território fronteiriço. Assim, esta tese objetiva compreender como ocorre a inovação social a partir das práticas e experiências dos atores nos assentamentos rurais Taquaral e 72, localizados nos municípios de Corumbá e Ladário, na fronteira Brasil-Bolívia, e quais as suas consequências para o desenvolvimento rural, na perspectiva da territorialidade e da sustentabilidade. A investigação foi operacionalizada com base num enfoque analítico e metodológico de inspiração pragmatista, articulado à socioantropologia do desenvolvimento e considerando os assentamentos como espaços de experimentação, nas quais as inovações sociais podem emergir. Através de um longo trabalho de campo etnográfico, que durou 6 meses e incluiu a triangulação de múltiplas técnicas de coleta e análise de dados, foi possível chegar aos seguintes resultados e discussões: (1) contextualizar as dinâmicas de desenvolvimento rural em MS, focalizando na sua trajetória, na sua ecologia política, no lugar dos assentamentos rurais nesse espaço e evidenciar a centralidade do “Agro Pop”, que não é tão “pop” assim, tendo em vista a reprodução de relações sociais clientelistas, paternalistas e autoritárias (típicas do Brasil Colônia) e os custos socioambientais gerados para a região ao longo do tempo; (2) reconhecer e reconstituir a trajetória e as experiências de enfrentamento de “situações de prova” dos atores dos dois assentamentos, evidenciado a balística das inovações sociais nesses espaços que, ao longo do tempo, permitiu a essas famílias ter acesso à terra, promover e diversificar novas atividades produtivas (algumas mais sustentáveis) e conquistar acesso a alguns direitos (como educação, saúde, emprego, etc.); e (3) mapear as arenas públicas, onde foi possível identificar uma grande variedade de atores que compõem o Ecossistema de Inovação Social e vão tentar, através de atividades múltiplas e plurais, reverter variados problemas públicos, como a falta de água, falta de apoio técnico aos assentados e a sua inserção nos mercados e falhas da própria reforma agrária. Contudo, a existência do EIS não garante por si só a resolutividade dos problemas enfrentados, pois esses problemas se arrastam por mais de três décadas, denotando os efeitos de uma cultura política patrimonialista, de relações sociais permeadas por profunda assimetria de poder e por uma democracia frágil. Então, o que garante sua resolução são as interações que são produzidas através dessa rede e os efeitos sobre os problemas públicos. Nesse cenário, a inovação social parece não ocorrer no mesmo formato que discute a literatura *mainstream* do campo. Diante disso, as inovações sociais no meio rural não ocorrem apenas mediante transposição de novas técnicas produtivas ou tecnológicas - elas se manifestam como processos de “invenção social” - que ocorrem pela

mudança nas interações e nas práticas, o que exige mobilização dos atores, engajamento e continuidade no tempo. O estudo nos assentamentos permite afirmar que esses são “laboratórios de experimentação de novas ruralidades”, que beneficia não apenas as famílias afetadas, mas modifica a paisagem humana e natural da região e do planeta, considerando a importância do Pantanal para a humanidade. Contudo, a não resolução e as recursividades dos problemas públicos nessas experiências nos faz questionar a sua sustentabilidade e o próprio futuro da Reforma Agrária no Brasil. Portanto, no rural tem inovação social! E essa inovação produz efeitos não apenas para os que ali vivem, mas para todos nós.

Palavras-chave: Inovação Social. Desenvolvimento Rural. Sustentabilidade. Socioantropologia do Desenvolvimento. Pragmatismo.

ABSTRACT

In Brazil, a country that stands as the world's breadbasket, both in the scientific debate and in the social reality, different logics and ways of practicing rural development coexist. In the Pantanal do Mato Grosso do Sul, a region of agricultural expansion in which this thesis was studied, agribusiness and the exploitation of natural resources have prospered, leaving behind an accumulated socio-environmental debt, reflected in the concentration of land, in rural poverty, in the lack of water, in the exploitation of environmental reserves and indigenous lands; which adds to the current federal government's neglect of family farming and Agrarian Reform. Therefore, this thesis seeks to explore the objective possibilities (but also the limits and barriers) of experimentation in terms of social innovation in rural areas to face these challenges, considering the particularities of a border territory. This thesis aims to understand how social innovation occurs from the practices and experiences of actors in rural settlements Taquaral and 72, located in the municipalities of Corumbá and Ladário, on the Brazil-Bolivia border, and what are its consequences for rural development, from the perspective of territoriality and sustainability. The investigation was operationalized based on an analytical and methodological approach of pragmatist inspiration, articulated with the socio-anthropology of development and considering the settlements as spaces for experimentation, in which social innovations can emerge. Through a long ethnographic fieldwork, which lasted 6 months and included the triangulation of multiple data collection and analysis techniques, it was possible to reach the following results and discussions: (1) contextualize the dynamics of rural development in MS, focusing on its trajectory, in its political ecology, in the place of rural settlements in this space and highlighting the centrality of "Agro Pop", which is not so "pop" as well, in view of the reproduction of clientelist, paternalistic and authoritarian social relations (typical of the Brasil Colonia) and the socio-environmental costs generated for the region over time; (2) recognize the settlements as "laboratories of new ruralities", after reconstituting the trajectory and experiences of facing "trial situations" of the actors of the two settlements, highlighting the ballistics of social innovations in these spaces that, over time, it allowed these families to have access to land, to promote and diversify new productive activities (some more sustainable) and to gain access to some rights (such as education, health, employment, etc.); and (3) mapping the public arenas, where it was possible to identify a wide variety of actors that make up the Social Innovation Ecosystem and will try to reverse various public problems, such as lack of water, lack of support technical support to the settlers and their insertion in the markets and failures of the agrarian reform itself. However, the existence of a large SIE does not always guarantee the resolution of the problems faced, as these problems have dragged on for more than three decades, denoting the effects of a patrimonial political culture, of social relations permeated by a profound asymmetry of power and a democracy fragile. So, what guarantees its resolution are the interactions that are produced through this network and the effects on public problems. In this scenario, social innovation does not seem to occur in the same format as the field's mainstream literature discusses. It not only takes place through the transposition of new production techniques, or the diffusion of innovations - it is a social process of change in interactions and practices that requires mobilization of actors, engagement and continuity over time. The presence of

innovation benefits not only affected families. It also affects the human and natural landscape of the region and the planet, considering the importance of the Pantanal for humanity. However, the non-resolution and recursion of public problems in these experiences makes us question their sustainability and the very future of Agrarian Reform in Brazil. Therefore, in rural areas there is social innovation! And this innovation has effects not only for those who live there, but for all of us.

Keywords: Social Innovation. Rural Development. Sustainability. Socio-anthropology of Development. Pragmatism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Pantanal - APA baía Negra, entorno do Assentamento 72.....	8
Figura 2 - Faixa de fronteira.....	40
Figura 3 - Pantanal e a zona fronteiriça Brasil-Bolívia.....	41
Figura 4 - Queimadas no Pantanal – região da APA baía Negra, 2020.....	42
Figura 5 - Localização dos assentamentos rurais de Corumbá – MS e Ladário – MS.....	45
Figura 6 - O “novo” rural do Brasil, em mosaico.....	61
Figura 7 - Framework analítico e metodológico do OBISF.....	101
Figura 8 - Famílias assentadas no Brasil de 1979-2016.....	119
Figura 9 - Massacre de Eldorado dos Carajás – sepultamento.....	127
Figura 10- Percentual de estabelecimentos, por grupo de atividade econômica no Brasil.....	133
Figura 11 - Contratação de crédito por tipo de tomador.....	145
Figura 12 - Recursos investidos em compras do PAA (2003-2018).....	147
Figura 13 – Mesorregiões do Mato Grosso do Sul (planejamento e desenvolvimento).....	200
Figura 14 - Análise gráfica do VBP Brasil.....	201
Figura 15 - Abertura de estradas no Pantanal do Paraguai.....	203
Figura 16 - Analisando o agronegócio do MS.....	204
Figura 17 - Comunidades indígenas em Mato Grosso do Sul.....	210
Figura 18 - Estrada-Parque Pantanal.....	211
Figura 19 – Queimadas no Pantanal e animais carbonizados.....	212
Figura 20 – Ocupações de terra em Mato Grosso do Sul (1988-2016)	215
Figura 21 – Número de assentamentos rurais em Mato Grosso do Sul.....	216
Figura 22 – Estradas do assentamento Taquaral, com sítio ao fundo.....	223
Figura 23 – Cenas Públicas do Taquaral.....	225
Figura 24 – Organização das famílias e manifestação pelas ruas de Corumbá.....	245
Figura 25 – Manifestação em frente à sede do Incra (Corumbá)	246
Figura 26 – Missa no Taquaral.....	247
Figura 27 – Campanhas da Fraternidade relacionadas à luta pela terra.....	249
Figura 28 – A escola do Taquaral nos anos 1990 e a Escola Monte Azul (atual).....	251
Figura 29 – Crianças do Taquaral, início dos anos 1990.....	256
Figura 30 – Marcha dos Esquecidos.....	262
Figura 31 – Reunião com prefeito de Corumbá.....	265
Figura 32 - baía do Jacadigo.....	267

Figura 33 – Local onde ocorriam as reuniões, próximo a Casa do Mel.....	270
Figura 34 – Casa do Mel.....	272
Figura 35 – Embalagem do mel Florada Pantaneira.....	272
Figura 36 – Fechamento da fronteira Brasil-Bolívia.....	274
Figura 37 – Manifestação na frente do Incra – Unidade Corumbá.....	274
Figura 38 – Escola Maria Ana Ruso e sede da Associação do 72.....	280
Figura 39 – Cenas Públicas do 72.....	282
Figura 40 - Fundação de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural de Ladário.....	283
Figura 41 – Assoreamento do rio Taquari.....	285
Figura 42 – Matéria em jornal local.....	291
Figura 43 – Prefeitura e Associação reativam bomba d’água.....	292
Figura 44 – Comemoração dos 20 anos do PA 72, Ladário/2017.....	298
Figura 45 - Feira de Produtos em Transição Agroecológica.....	303
Figura 46 – Sacolões Agroecológicos.....	306
Figura 47 – Reunião para definir a formulação dos Sacolões.....	306
Figura 48 - Principais situações problemáticas nos assentamentos Taquaral e 72.....	310
Figura 49 – Configuração da arena pública dos assentamentos Taquaral e 72.....	313
Figura 50 – Captação da água em Corumbá, no rio Paraguai.....	315
Figura 51 – Arena Pública em torno do problema público do acesso à água.....	316
Figura 52 – Sedimentos de calcário acumulados dentro do encanamento.....	319
Figura 53 - Evolução mensal e sazonal das chuvas na região.....	320
Figura 54 – Estradas e paisagem do 72.....	321
Figura 55 – Outdoors espalhados pelas ruas de Corumbá.....	322
Figura 56 – Caixa d’água no 72.....	323
Figura 57 - Arena Pública em torno do problema público da assessoria técnica e mercados.....	325
Figura 58 – Lavoura de milho e feijão.....	326
Figura 59 – Curso de sombreamento Embrapa Pantanal.....	328
Figura 60 – Produtos comercializados pelo feirante boliviano.....	329
Figura 61 – Mel exposto nos supermercados de Corumbá.....	336
Figura 62 – Arena Pública em torno do problema público da Reforma Agrária.....	338
Figura 63 – Sucateamento do Incra – Unidade Avançada Corumbá.....	339
Figura 64 – A próxima cena.....	354
Figura 65 – Mapa do 72.....	432

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Descrição dos assentamentos rurais de Corumbá e Ladário.....	44
Quadro 2 - Componentes das dinâmicas territoriais.....	71
Quadro 3 - Diferenciação entre produtos orgânicos, agroecológico, em transição agroecológica.....	82
Quadro 4 - Síntese das vertentes teóricas dominantes no campo da inovação social.....	98
Quadro 5 - Concepção da Inovação Social Rural.....	106
Quadro 6 - Síntese dos principais programas/ políticas públicas atuais de apoio à agricultura familiar.....	149
Quadro 7 – Configuração da experiência pública no meio rural.....	169
Quadro 8 - A relação entre ontologia, epistemologia, metodologia e a teoria da tese.....	191
Quadro 9 – Síntese da metodologia e desenho de pesquisa.....	192
Quadro 10 - Evolução do VBP da agropecuária em Mato Grosso do Sul.....	202
Quadro 11 – Dinâmicas clandestinas de desenvolvimento em Mato Grosso do Sul.....	207
Quadro 12 – Estrutura fundiária do Mato Grosso do Sul.....	209
Quadro 13 – Breve apresentação dos assentamentos de Corumbá.....	217
Quadro 14 – Síntese das cenas públicas do Taquaral.....	281
Quadro 15 – Síntese das cenas públicas do 72.....	309
Quadro 16 – Experts em desenvolvimento rural que compõem arena pública.....	311
Quadro 17 - Processo de revisão sistemática.....	395
Quadro 18 - 4º filtro - artigos teóricos e estudos de caso/modelos.....	396
Quadro 19 - Resultado final da revisão sistemática.....	397
Quadro 20 - Resultado final da revisão sistemática – teses.....	397
Quadro 21 – Revisão sistemática – artigos.....	398
Quadro 21 - Entrevistados ou informantes que participaram da pesquisa tese.....	429

LISTA DE BOXES

Box 1 - Compreensão das novas ruralidades.....	74
Box 2 - O movimento agroecológico no Brasil.....	80
Box 3 - Perspectivas populares da inovação e difusão na teoria clássica.....	89
Box 4 - A inclusão da inovação social no meio rural europeu e em eventos no Brasil.....	91
Box 5 - Panorama sobre as lutas populares no Brasil pela terra.....	121
Box 6 - A Comissão Pastoral da Terra em Mato Grosso do Sul.....	214
Box 7 - A Lei de Terras no Brasil, na Província de Mato Grosso e em Corumbá.....	237
Box 8 - Decreto nº 97.540, de 21 de fevereiro de 1989.....	241
Box 9 - Revisitando as principais teorias do desenvolvimento.....	401

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAAF	Associação dos Apicultores da Agricultura Familiar de Corumbá
ACT	Atividades Características do Turismo
AF	Agricultura Familiar
Agessul	Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos
Agrar	Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
ALL	América Latina Logística
ANT	Teoria do Ator-Rede
APA	Área de Preservação Ambiental
APL	Arranjos Produtivos Locais
Apoms	Associação de Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul
APPRPA	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento
72	72
Aprac	Associação dos Produtores Rurais dos Assentamentos de Corumbá
Ataac	Associação dos Técnicos em Agropecuária dos Assentamentos de Corumbá
Auprat	Associação da União dos Produtores Rurais do Assentamento Taquaral
BBC	British Broadcasting Corporation
Bepa	Bureau of European Policy Advisers
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
Brasider	Sociedade Brasileira de Siderurgia
C&T	Ciência e Tecnologia
Cemaden	Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
Cepa	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
Cf	Confira
CF-88	Constituição Federal de 1988
CG	Campo Grande
Cirad	Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour Le Développement
Cisv	Comunità Impegno Servizio Volontariato
CMN	Conselho Monetário Nacional
Cnapo	Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Cpan	Campus do Pantanal
CPT	Comissão Pastoral da Terra
Crises	Centre de Recherche sur les Innovations Sociales
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
Diesse	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DR	Desenvolvimento Rural
DS	Desenvolvimento Sustentável
DT	Desenvolvimento Territorial
DTS	Desenvolvimento Territorial Sustentável
Ebaa	Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa
Ecoa	Ong Ecologia e Ação
EE	Ecossistemas Empreendedores
EFR	Empreendimentos Familiares Rurais
EIS	Ecossistemas de Inovação Social
Elis	Encontro Latino-americano de Inovação Social no Setor Público
Emater-Ascar-RS	Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Enafron	Plano Nacional Estratégico de Fronteiras
Esag	Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas
ESG	Escola Superior de Guerra
Et al.	E outros, os colaboradores
EUA	Estados Unidos
Famasul	Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FF	Faixa de Fronteira
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Funai	Fundação Nacional do Índio
Funasa	Fundação Nacional da Saúde
Gaabe	Grupo de Agricultores Agroecológicos Bem Estar
GIS	Grupo de Inovação Social
ha	hectare
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibidem	Na mesma obra. Quando citamos a mesma obra várias vezes
Ibre	Instituto Brasileiro de Economia
Id	Mesmo autor
Idaterra	Instituto de Desenvolvimento Agrário, Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFMS	Instituto Federal de Mato Grosso do Sul
IIRSA	Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
Imasul	Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
In	Está contido
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INE	Instituto Nacional de Estadística

INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
Inpe	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IS	Inovação Social
Jumat	Jovens Unidos pela Mãe Terra
Leader	Ligações entre Ações do Desenvolvimento da Economia Rural
MAA	Movimento de Agricultura Alternativa
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Mapear	Mapeamento dos Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras
Matopiba	Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEF	Mestrado em Estudos Fronteiriços
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MG	Minas Gerais
MMTR	Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais
MP	Medida Provisória
MPEMS	Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
MS	Mato Grosso do Sul
MST	Movimento dos Sem Terra
MT	Mato Grosso
Nafta	North American Free Trade Agreement
Neap	Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica do Pantanal
Neisf	Núcleo de Estudos de Inovação Social da Fronteira
Nisp	Núcleo de Inovações Sociais na Esfera Pública
NMS	Novos Movimentos Sociais
NSE	Nova Sociologia Econômica
Obisf	Observatório de Inovação Social de Florianópolis
OCS	Organizações de Controle Social
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONGS	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OS	Organizações Sociais
OSCIPs	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
OSCs	Organizações da Sociedade Civil
P1MC	Programa Um Milhão de Cisternas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAs	Projetos de Assentamento
PCA	Programa de Consolidação dos Assentamentos da Reforma Agrária
PCB	Partido Comunista Brasileiro

PDFF	Programa de Desenvolvimento Social da Faixa de Fronteira
PIB	Produto Interno Bruto
PIL	Programa de Investimento em Logística
PL	Projeto-lei
Pleapo-MS	Plano Estadual de Agroecologia, Produção Orgânica e Extrativismo Sustentável Orgânico de Mato Grosso do Sul
PME	Pequenas e Médias Empresas
Pnae	Programa Nacional de Alimentação Escolar
Pnapo	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
Pnara	Política Nacional de Redução de Agrotóxicos
PNB	Produto Nacional Bruto
PNRA	Programa Nacional da Reforma Agrária
POA	Perspectiva Orientada ao Ator
Polocentro	Programa de Desenvolvimento das áreas do Cerrado
PR	Paraná
Prodegran	Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados
Prodepan	Programa de Desenvolvimento do Pantanal
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRRAMS	Plano Regional de Reforma Agrária do Estado de Mato Grosso do Sul
PT	Partido dos Trabalhadores
RS	Rio Grande do Sul
SAFC	Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo
Sanesul	Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul
Sars-CoV	Síndrome Respiratória Aguda Grave - Coronavírus 2
SBPC	Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência
SBS	Congresso Brasileiro de Sociologia
SC	Santa Catarina
Sead	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Sedacruz	Serviço Departamental Agropecuário de Sanidade e Inocuidade Agroalimentar de Santa Cruz
Sejusp	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública
Sempre	Social Empowerment in Rural Areas
Senar	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
Sesai-MS	Secretaria Especial de Saúde Indígena
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
Sial	Sistemas Agroalimentares Localizados
SI-Drive	Social Innovation - Driving Force of Social Change
Sim	Serviço de Inspeção Sanitária
SNCR	Sistema Nacional de Cadastro Rural
Sober	Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural
Sobramoveis	Sociedade Brasileira de Imóveis
Sobramil	Sociedade Brasileira de Mineração Ltda

SP	São Paulo
SPL	Sistemas Produtivos Locais
SRA	Secretaria de Reorganização Agrária
STF	Supremo Tribunal Federal
STRC	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Corumbá
Sudeco	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
TBL	Turismo de Base Local
TS	Tecnologia Social
UC	Unidade de Conservação
UCDB	Universidade Católica Dom Bosco
Udesc	Universidade do Estado de Santa Catarina
UE	União Europeia
UFFS	Universidade Federal Fronteira Sul
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
Unesp	Universidade do Estado de São Paulo
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
Unisinos	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Uol	Grupo de Internet Universo Online
VBP	Valor Bruto da Produção
VBPA	Valor Bruto da Produção Agropecuária
WWF	World Wide Fund for Nature

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	25
1.1 PRÓLOGO	25
1.2 DEFINIÇÃO DA INVESTIGAÇÃO	28
1.2.1 Delimitação do tema e problema de investigação.....	28
1.2.2 Qualificando a situação problemática	38
1.3 OBJETIVOS	48
a) <i>Objetivo Geral</i>	49
b) <i>Objetivos Específicos</i>	49
1.4 JUSTIFICATIVAS	49
a) <i>Justificativa Teórica</i>	50
b) <i>Justificativa Prática</i>	52
1.5 ESTRUTURAÇÃO DA TESE	53
2. EXPLORANDO O DEBATE SOBRE O DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM A INOVAÇÃO SOCIAL	55
2.1 SITUANDO OS ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL ...	56
2.1.1 As visões dominantes do desenvolvimento rural: uma síntese.....	63
a) <i>A revolução verde e o crescimento econômico centrado na agroexportação de commodities</i> 64	
b) <i>O desenvolvimento, o território e a influência economicista</i>	67
c) <i>O desenvolvimento territorial e as novas ruralidades</i>	69
2.1.2 Sustentabilidade no meio rural: quais perspectivas?.....	76
2.2 INOVAÇÃO SOCIAL RURAL: SUBSÍDIOS PARA ENTENDER OS CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO RURAL.....	84
2.2.1 Da inovação à inovação social: quais mudanças?.....	85
2.2.2 Aproximando o debate entre inovação social e desenvolvimento de territórios	93
2.2.3 Posicionamento no debate sobre inovação social	96
2.2.4 Abordagem pragmatista e os ecossistemas de inovação social	101
2.2.5 A inovação social rural: avanços e lacunas na literatura.....	105
2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS: POSICIONAMENTO TEÓRICO E CONTRIBUIÇÕES DA TESE.....	112
3. DELINEADO O ENFOQUE ANALÍTICO: ASSENTAMENTOS ENQUANTO LABORATÓRIOS DE “NOVAS RURALIDADES”	115
3.1 PERSPECTIVAS E DESAFIOS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL ...	115

3.1.1 Assentamentos, ações coletivas e a luta por terra no Brasil	121
3.1.2 A agricultura familiar e o desenvolvimento rural nos assentamentos.....	130
3.1.3 Os desafios e as potencialidades dos assentamentos na promoção do desenvolvimento rural.....	136
3.1.4 Políticas públicas e programas de fomento aos assentamentos rurais	143
3.2 DA SOCIOANTROPOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO A UMA ABORDAGEM EXPERIMENTALISTA PARA COMPREENSÃO DAS INOVAÇÕES SOCIAIS RURAIS	151
3.2.1 As contribuições da socioantropologia do desenvolvimento para entender os assentamentos e seus efeitos no desenvolvimento rural	152
3.2.2 Analisando a inovação social nos assentamentos a partir de uma lente pragmatista....	156
a) <i>Ampliando a concepção de ator</i>	157
b) <i>Observando as cenas nas arenas públicas e seus desdobramentos</i>	159
c) <i>Meio ambiente, controvérsias e conflitos</i>	163
3.2.3 A inovação social rural a partir da experimentação democrática	166
3.3 SÍNTESE DO ENFOQUE ANALÍTICO	169
4. POSICIONAMENTO EPISTEMOLÓGICO E CAMINHO METODOLÓGICO	173
4.1 POSICIONAMENTO EPISTEMOLÓGICO	173
4.2 DESENHO DA PESQUISA E CAMINHO METODOLÓGICO	177
4.2.1 Desenho da Pesquisa	178
4.2.2 Caminho da pesquisa etnográfica e técnicas de coleta e análise de dados.....	179
a) <i>Construção do campo temático e definição da situação problemática</i>	180
b) <i>Pesquisa exploratória e aproximação dos assentamentos</i>	181
c) <i>Trabalho de campo etnográfico</i>	182
d) <i>O registro no caderno de campo</i>	187
e) <i>Análise, apresentação dos resultados e escrita do texto</i>	187
4.3 LIMITES E DESAFIOS DA PESQUISA.....	189
4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: SÍNTESE DO POSICIONAMENTO EPISTEMOLÓGICO E DO QUADRO METODOLÓGICO DA TESE.....	191
5. O AGRO É POP? DINÂMICAS E DILEMAS DO DESENVOLVIMENTO RURAL EM MATO GROSSO DO SUL	193
5.1 ECOLOGIA POLÍTICA DE MATO GROSSO DO SUL: TRAJETÓRIAS E DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL	193

5.2 A QUESTÃO AGRÁRIA E OS ASSENTAMENTOS RURAIS EM MATO GROSSO DO SUL.....	208
5.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS: MIRANDO AO REVÉS PARA ENXERGAR OS ASSENTAMENTOS E SUAS EXPERIÊNCIAS NO DESENVOLVIMENTO RURAL.....	218
6. (RE) CONHECENDO A INOVAÇÃO SOCIAL NOS ASSENTAMENTOS RURAIS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA.	221
6.1 OS ASSENTAMENTOS E A (RE) CONFIGURAÇÃO DOS ESPAÇOS RURAIS: UM OLHAR PARA AS TRAJETÓRIAS E AS EXPERIÊNCIAS DO TAQUARAL E DO 72.....	222
6.1.1 O Assentamento Taquaral (Corumbá - Mato Grosso do Sul).....	222
a) <i>Cena 1 - Articulação em função da ação situada: a busca pela terra e pela inclusão</i>	226
b) <i>Cena 2 - Da crise à luta para criação do Assentamento Taquaral</i>	233
c) <i>Cena 3 - Desafios, resistência e o tempo</i>	244
d) <i>Cena 4 - Juventude e êxodo rural: como garantir futuros possíveis?</i>	256
e) <i>Cena 5 - Expectativas, realidades e possibilidades de futuro</i>	262
6.1.2 O Assentamento 72 (Ladário – Mato Grosso do Sul)	280
a) <i>Cena 1 - O encontro das urgências no meio urbano e rural</i>	282
b) <i>Cena 2 - Encontros e desencontros no “tornar-se” assentado e agricultor familiar</i>	288
c) <i>Cena 3 – Qual futuro possível? Agroecologia como possibilidade de mudança social</i>	300
6.2 AS ARENAS PÚBLICAS, OS PÚBLICOS E SUAS INTERAÇÕES	309
6.2.1 Problema público 1: o acesso à água.....	315
6.2.2 Problema público 2: assessoria técnica e mercados.....	324
6.2.3 Problema público 3: efetivação da Reforma Agrária	338
6.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS: INOVAÇÃO SOCIAL RURAL. O QUE APRENDEMOS COM AS EXPERIÊNCIAS DE TAQUARAL E 72?.....	345
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	347
REFERÊNCIAS	355
APÊNDICES	394
APÊNDICE A – REVISÃO SISTEMÁTICA.....	395
APÊNDICE B – REVISITANDO O DEBATE SOBRE DESENVOLVIMENTO.....	401
APÊNDICE C - ROTEIROS DE ENTREVISTA.....	417
APÊNDICE D – RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS E INFORMANTES DA PESQUISA.....	429
ANEXOS	431
ANEXO A – MAPA DO ASSENTAMENTO 72	432

1. INTRODUÇÃO

Esta introdução apresenta o quadro geral da tese desenvolvida durante o doutorado. Inicia com a breve exposição da trajetória do pesquisador, escrita em primeira pessoa¹, até chegar à problematização em foco. O prólogo tem por finalidade deixar explícito, logo na chegada, o “lugar” de onde fala o pesquisador e como esse se insere na região e no fenômeno que será estudado: o espaço rural e a zona fronteira Brasil-Bolívia, no estado de Mato Grosso do Sul. Em seguida, explora-se a problemática de estudo, buscando delimitá-la e caracterizá-la, dando base para expor os objetivos e justificativas da pesquisa que são apresentados na sequência. A introdução finaliza com a estruturação da tese, explicitando o que será tratado em cada um dos seus capítulos.

1.1 PRÓLOGO

Pretendo, com esta tese, discutir as atuais dinâmicas de desenvolvimento no Brasil rural neste final de segundo decênio do século XXI, arco de tempo que experimentou um crescimento exponencial, representado pela pujança do agronegócio. Entretanto, velhas questões permanecem presentes no rural de hoje. Como afirmam Muñoz e Muñoz (2017, p.147) desafios como “concentração de terras, pobreza rural, dependência tecnológica, “primarização” da economia, superexploração dos recursos naturais e trabalho humano, corrupção, patrimonialismo, além de problemas socioambientais” são frequentes nas regiões rurais brasileiras.

Essa realidade não só é diferente, como ainda é mais crítica em zonas fronteiriças, como é o caso do fenômeno a ser estudado nessa tese — os assentamentos rurais na fronteira Brasil-Bolívia. Assim, cumpre aprender com a história e reconhecer as particularidades do território para construir novos futuros possíveis. Essa é a ambição que anima esse trabalho.

Pelo fato de ser sul-mato-grossense, corumbaense e apaixonado pela minha terra, estudar o território foi algo constante em minha vida. Esse interesse foi despertado ainda na minha infância, quando eu realizava inúmeras viagens com o meu pai — de origem rural,

¹ Esta seção do texto é escrita em primeira pessoa do singular para retratar o lugar de onde fala o autor. A partir da próxima seção, o autor da tese optou por utilizar a “primeira pessoa do plural” em todo trabalho, por entender que o apoio da orientadora foi indispensável para a elaboração da mesma, além do próprio método de investigação pragmatista, que destaca a importância dos atores (estes mesmos entendidos como pesquisadores) para a construção da situação problemática (DEWEY, 1938; 1974); e, como destacado por Cefaï (2010), o fato de o pesquisador ser um ator entre os atores.

caminhoneiro — pelas diversas regiões do Pantanal. Em 1997, aos 12 anos, tive a oportunidade de apresentar o meu primeiro trabalho sobre desenvolvimento e território intitulado *As Potencialidades Turísticas na Região Pantaneira* para a TV Cultura. Desde então, estudar as dinâmicas territoriais de desenvolvimento é algo que me impulsiona.

Isso justifica o fato de eu ter me graduado em Administração (2005-2008). Realizei o curso na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), no Campus do Pantanal, onde hoje sou professor e pesquisador. Enquanto acadêmico, tive a oportunidade de trabalhar no setor de Comunicação Institucional da Companhia Vale do Rio Doce, no qual realizávamos diversos programas/projetos interna e externamente. Foram estes programas externos, desenvolvidos para e com a comunidade local, que me incentivaram a criar um olhar para os estudos da sociedade civil e da administração pública. Em razão disso, realizei o trabalho de conclusão de curso no qual verifiquei todos os programas/projetos sociais da mineradora na cidade, para posterior análise *in loco* em uma organização não governamental (ONG) mantida pela companhia: o Moinho Cultural Sul-Americano.

Em 2009, o governo federal, em parceria com o Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), e as fundações estaduais de pesquisa criaram o projeto Agentes Locais de Inovação (ALI), do qual participei de cuja 1ª edição no estado (2009 e 2011).

Essa participação foi capital para que eu me aproximasse do conceito de inovação e, especificamente, dos estudos de Joseph Alois Schumpeter, e de sua obra *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*. Essas leituras, somadas ao intenso treinamento do projeto ALI e à dinâmica diária com os empresários atendidos pelo projeto e à participação no II Seminário de Estudos Fronteiriços proporcionaram novas pistas de pesquisa, o que me incentivaram a ingressar no mestrado na UFMS, junto ao programa de Mestrado em Estudos Fronteiriços (MEF), entre os anos de 2014 e 2015.

A minha inquietação centrava-se em entender como ocorria a comercialização de produtos agrícolas nas feiras da cidade, com destaque para a produção dos assentamentos da região, dos feirantes bolivianos e especial atenção sobre como a produção agrícola vinda da Bolívia era percebida neste cenário. Disso resultou a dissertação *A comercialização de produtos agrícolas em Corumbá/MS: propostas para o fortalecimento da agricultura familiar e da feira livre*. Desde então, as temáticas do rural, das feiras, do desenvolvimento territorial em zonas de fronteira foram eixos norteadores para todos os trabalhos que desenvolvi enquanto docente e pesquisador (SANTO, 2016; 2018; SANTO *et al.*, 2018).

Ao final do mestrado, o professor dr. Alejandro Benedetti, da Universidade de Buenos Aires, que, na oportunidade, foi meu coorientador, lançou-me dois questionamentos: como eu

levaria toda essa temática para um futuro doutorado em Administração?; e como ou por que eu não cheguei a teorizar sobre governança territorial?

Tais questionamentos me motivaram a iniciar uma série de leituras sobre governança e a pesquisar como o debate sobre as dinâmicas territoriais de desenvolvimento eram tratadas no campo da administração. Foi assim que eu acabei conhecendo o *blog* do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Inovações Sociais na Esfera Pública (Nisp), núcleo do qual hoje faço parte e que integra a rede de pesquisa da Udesc-Esag. Pude perceber que o Nisp, por meio das pesquisas coordenadas pela hoje minha orientadora, professora Carolina Andion, trabalhava com as temáticas do desenvolvimento territorial sustentável (DTS), de sociedade civil e esfera pública e de inovação social. Isso me fez procurar ingressar neste programa de doutorado.

Quando isso aconteceu (em agosto de 2017), o projeto inicial era compreender a governança como instrumento de fortalecimento da agricultura familiar e do turismo de base local (TBL) no território fronteira Brasil-Bolívia (no local da figura 1, apresentada no início da tese). Naquele momento eu tinha uma visão bem normativa do termo desenvolvimento. Finalmente, com o cumprimento dos créditos do programa, o conhecimento de novas teorias, da inovação social e das diferentes abordagens pragmatistas, as primeiras ideias foram amadurecendo e encaminharam para esta tese de doutorado.

Assim, o tema dessa tese tem como foco compreender como ocorre o desenvolvimento rural em zonas fronteiriças. Escolhi o programa de doutorado da Udesc-Esag por contar com uma área de concentração em *Organizações e Esfera Pública*, a qual, dentre outras frentes, destina-se a investigar as organizações e sujeitos coletivos (das esferas pública e privada) e o impacto de suas ações na sociedade. Minha tese se enquadra na linha de pesquisa *Administração Pública e Sociedade*. Com ela, pretendo responder à questão sobre como ocorre a articulação dos diferentes atores sociais para a construção do bem público, não enfatizando, exclusivamente a ação do Estado, mas dando destaque aos diferentes coletivos e organizações da sociedade civil, às redes e aos movimentos sociais.

Esta linha possibilita um amplo leque de análises e permitirá compreender o fenômeno de pesquisa em estudo: as dinâmicas de desenvolvimento rural, com foco nos assentamentos, sob rótulo das inovações sociais e suas consequências para o território. Cabe destacar que levo em conta, e considero nesta tese, outros trabalhos já desenvolvidos nesta linha de pesquisa e junto ao Nisp, relacionados às temáticas do desenvolvimento rural e da economia social e solidária (RIBEIRO, 2012; REUS, 2012; XAVIER, 2013; PETRASSI, 2014), da inovação social, sociedade civil e abordagens pragmatistas (KRIEGER, 2011; MORAES, 2014; GONSALVES, 2015, MORAES e ANDION, 2018, GONSALVES e ANDION, 2019,

MENDONÇA, 2019; ANDION, 2020). Nesse sentido, espero que essa tese venha adensar essa agenda de pesquisa já desenvolvida no âmbito do Nisp e da Esag/Udesc.

1.2 DEFINIÇÃO DA INVESTIGAÇÃO²

Esta seção tem por objetivo delimitar os contornos da investigação realizada, sua temática e problema norteador, o que foi desenhado tendo por base os elementos encontrados na revisão teórica³ (aprofundada no capítulo dois), bem como na aproximação com o fenômeno de pesquisa, inspirando-se no método da investigação social proposto por John Dewey (1938).

1.2.1 Delimitação do tema e problema de investigação

Como afirma Shields (2008), o pragmatismo - não apenas enquanto enfoque teórico-analítico, mas também como método (DEWEY, 1938; JAMES, 1974) – pode contribuir para a renovação da administração pública, pois enfatiza as deliberações e negociações necessárias para a construção coletiva do interesse público. Tal compreensão norteou a concepção do desenho epistêmico-analítico e metodológico desta tese, que parte das contribuições pragmatistas – em especial as de John Dewey, referente à experiência, à noção de público, à investigação pública e à experimentação. Nesse sentido, trata-se de reconectar a ciência da administração pública (e, portanto, os estudos de desenvolvimento rural no caso desta tese), às práticas dos atores, que, constantemente, (re)definem inovações sociais no território.

Para isso, um primeiro passo necessário consiste na *definição da investigação*, que segundo Dewey (1974, p.216), pode ser compreendida como a “transformação dirigida ou controlada de uma situação indeterminada em uma situação determinada, de tal modo que converta os elementos da situação original em um todo unificado”. Esta “situação” a ser pesquisada não é dada *a priori*, nem surge de objetos e eventos isolados, mas de conexões, objetos e eventos que (inter)agem processualmente. “Nós estamos incertos porque, por ora, a situação é inerentemente incerta” (1974, p.217).

² A designação desta etapa foi inspirada na obra *Lógica*, de Dewey (1974, p.216), na parte em que propõe a *definição da Investigação*.

³ Detalhada no Apêndice A.

Neste sentido, julgamos essencial começar esse diálogo apresentando as principais abordagens sobre o desenvolvimento rural no Brasil e como esta noção (e suas interpretações) vêm se consolidando ao longo do tempo, bem como mais recentemente tem sido associada à ideia de inovação social. Mais especialmente nos interessa compreender essa problemática considerando as particularidades das dinâmicas de desenvolvimento e integração nas zonas de fronteira, de modo a lançar as bases para a construção da situação problemática desta pesquisa.

O campo de estudos sobre o desenvolvimento é amplo, permeado por diferentes correntes, formas de interpretação e significados e o fenômeno tem sido foco de discussão e reflexão desde os primórdios da modernidade, em diferentes disciplinas das ciências sociais, sobretudo a economia. Tais formas de conceber o desenvolvimento são forjadas ao longo do tempo por meio de diferentes teorias e paradigmas que se sucedem na abordagem do fenômeno⁴. A partir da segunda metade do século XX, vivemos a “era do desenvolvimento”, expressão cunhada por Sachs (1986), caracterizada por um período que busca relacionar o crescimento econômico aos direitos políticos e cívicos, sobretudo a partir do emprego. Entretanto, esse período também foi permeado por um flagrante *gap* entre os ideais fordistas (LIPIETZ, 1991), de progresso econômico, social e político, e a situação da maioria da população, caracterizada por uma enorme ampliação das desigualdades em escala planetária (AZOULAY, 2002), além da destruição ambiental (VIEIRA e WEBER, 1997).

Nas últimas décadas, novas discussões como a inscrição territorial e ecológica dos processos de desenvolvimento, vêm sendo colocadas como alternativas no sentido de promover novos estilos e dinâmicas mais sustentáveis e inclusivas (VEIGA, 2001; ABRAMOVAY, 2003; FAVARETO, 2006a; ANDION, 2007; SACHS, 2009; VIEIRA, 2009; LÉVESQUE, 2014). Nessa discussão mais ampla, as *inovações sociais* tem sido colocadas, tanto na literatura acadêmica quanto no discurso público, como importantes vetores que têm a possibilidade objetiva de influenciar nas trajetórias de desenvolvimento dos territórios seja no meio urbano (MOULAERT e SEKIA, 2003; HOWALDT *et al.*, 2018, 2019; KLEIN e FONTAN, 2014; MCPHEARSON *et al.*, 2014; MEHMOOD, 2016), quanto rural (NEUMEIER, 2012; 2017; BOCK, 2012; 2015; LINDBERG, 2017; NOACK e FEDERWISCH, 2018). Em muitos desses estudos as inovações sociais se expressam como

⁴ Por questões de foco e de síntese, nessa argumentação inicial não faremos uma abordagem dos diferentes paradigmas e teorias do desenvolvimento em geral, preferindo enfocar a questão do desenvolvimento rural. Porém, entendemos que o debate sobre o rural se inclui nesse debate mais amplo. No apêndice B apresentamos uma síntese que religa as abordagens de desenvolvimento ao desenvolvimento rural. Mas, para adentrar em profundidade nas diferentes correntes e paradigmas do desenvolvimento, proponho cf. Azoulay (2002) e Andion (2007).

dinâmicas de mudança social promovidas pela experiência e ação coletiva dos atores no território, diante dos problemas públicos que enfrentam, com vistas a melhorar a sua qualidade de vida, garantir direitos, combater à pobreza, à exclusão social, e/ou co-construir soluções para os diferentes desafios socioambientais contemporâneos.

Mas e no Brasil, seremos o eterno país do futuro? — perguntou o professor Ignacy Sachs (2001) ao iniciar mais uma admirável obra sobre o desenvolvimento nacional. No mesmo ano, em outro texto, ele debatia mais especificamente sobre o Brasil rural, da sua redescoberta à sua reinvenção, ratificando sua visão sobre o fato de que, no início do século XXI, o Brasil continuava sendo um país proverbial, em busca de seu futuro; contudo, reconhecia o emaranhado de paradoxos cruéis que desenhavam as ondas de desenvolvimento do Brasil, sobretudo no meio rural (2001a; 2001b).

Se olharmos com cuidado o debate científico e as práticas de desenvolvimento rural no Brasil percebemos a convivência de múltiplas visões, projetos e interpretações sobre o que significa desenvolver o meio rural. De uma forma geral, até os anos 1980 predomina uma concepção voltada à promoção da *Revolução Verde* no campo, ancorada numa perspectiva de desenvolvimento universalista (teorias da modernização), que ocorre pela transferência de técnicas produtivas e inovações tecnológicas para o meio rural, com a prerrogativa de promover o crescimento econômico que acarretaria, por consequência, a redução das desigualdades sociais. A agricultura tradicional, tida como velha, precisava ceder lugar ao novo e próspero modelo de desenvolvimento propagado pela Revolução Verde. Este projeto, de fato, consegue efetivar um modelo agroexportador a partir dos grandes latifúndios, seu principal alvo. Contudo, a utópica promessa de “reduzir as desigualdades” não foi atingida, pelo contrário, esse modelo promoveu ainda mais a polarização entre o rural e o urbano, aumentou a pobreza no campo, o êxodo rural afora o uso intensivo de insumos químicos e a dependência científica e tecnológica do exterior, visto que foi um modelo importado e devido à falta de verdadeira inovação agrária nacional (LUTZENBERGER, 2001; NAVARRO, 2001).

Desde então, segundo Barros (2018), este modelo de desenvolvimento revestiu-se da monetização e mundialização do capital, impulsionando a estrutura da agricultura brasileira em *commodities*, ou seja, voltada para o mercado de exportação, o que ocasiona grandes impactos ambientais, como será discutido mais a frente nesta tese. Neste século XXI, essa visão do rural desdobrou-se em prática e propaganda agrícola, em que o uso do jargão “*agro é pop, agro é tech, agro é tudo*” busca legitimar o agronegócio brasileiro, ocultando verdades, destruição e dominações históricas. Sobre isto, a autora questiona:

Assiste-se à hegemonia do agronegócio no Brasil, a qual se expressa, sobretudo, supondo-se a impossibilidade da existência de alternativas históricas além do projeto do agronegócio como se ele fosse eterno e respondesse a todos os problemas do campo. Ideologicamente, é emblemático, desse processo, considerar a população do campo como Agrogente, Agro Brasil [afinal], agro é *pop*, agro é *tech*, agro é vida (BARROS, 2018, p. 190).

Como contraponto a esta visão, a abordagem do *desenvolvimento territorial* emerge no Brasil com força na década de 1990, fazendo com que o desenvolvimento rural receba uma nova interpretação (SCHNEIDER, 2010). Isso ocorre num cenário de estabilização da economia (início do Plano Real), de consolidação da nova Constituição e do reforço ao paradigma da sustentabilidade, impulsionado no país especialmente pela realização da Eco-92 e da disseminação do conceito de desenvolvimento sustentável. Se, outrora, o desenvolvimento rural recebia ações de intervenção estatal centralizadas e tecnocráticas, o que afastava os pesquisadores para olhar outras possibilidades, agora eles voltam a campo e dedicam-se a compreendê-lo sob o enfoque territorial (ABRAMOVAY *et al.*, 2005). É a partir da Constituição Federal de 1988 (CF-88) que, por exemplo, o Programa Nacional da Reforma Agrária (PNRA) é consolidado e contribui com a intensificação do processo de criação dos assentamentos rurais o que, somado a outros programas e políticas públicas que surgiram no desenrolar das décadas de 1990 e 2000, incentivou o crescimento e a expansão da agricultura familiar⁵.

Com isso, a agricultura familiar passou a ser objeto de estudo, de pesquisa e, também, das agendas políticas nacionais, resultando em diversas estratégias e programas de governo que visavam à redução da pobreza rural e ao desenvolvimento do campo, a partir do seu fortalecimento (MEDEIROS e LEITE, 2009). Nessa perspectiva, o desenvolvimento rural passa a ser encarado como fruto de um processo participativo (ELLIS; BIGGS, 2001), envolvendo a pluralidade de agriculturas familiares (LAMARCHE, 1993; GRAZIANO, 1996) e de outros atores que afetam suas dinâmicas (universidades, centro de pesquisas, agências de desenvolvimentos, entre outros). Dentre os programas que colocam em prática essa perspectiva, destacam-se os de microcréditos e formação de cooperativas; além da formação de redes e novos canais de mercado para pequenos produtores, o que ajudou a

⁵ Sachs (2001a) ONU (2015) e Favareto (2019) destacam a importância da agricultura familiar (AF) como modelo de transição para novos estilos de desenvolvimento, com parcimônia entre o viés ambiental e social. Para isso, segundo os autores, são centrais programas/políticas que amplifiquem a aquisição da AF, visando promover o desenvolvimento da região e de suas interações – e a *transição das bases produtivas valorizando a AF*, com atenção para a natureza, a valorização das famílias e dos pequenos mercados (feiras). Como é o objetivo da agroecologia, uma forma de cultivo que envolve questões econômicas (produtivas), sociais, culturais e ecológicas.

potencializar a pequena produção rural (MIOR, 2004). Assim, diversos olhares sobre o rural brasileiro colaboraram para que um desdobramento da abordagem territorial tivesse lugar.

Nesse processo, emerge a noção das *novas ruralidades*, ganhando ímpeto a ideia de que “não faz mais sentido tratar o rural como sinônimo do agrário [...] é preciso compreendê-lo, sobretudo, por sua natureza eminentemente territorial” (FAVARETO, 2010, p. 299). A noção de novas ruralidades vai dar destaque central às raízes, à cultura, às tradições — aos modos de vida do homem do campo, e não apenas à questão setorial como vinha sendo feita. O espaço rural passa a ser interpretado a partir dos atores e suas dinâmicas que são plurais e diversas e vão além do mero espaço produtivo. O campo passa a ser percebido como espaço de vida que inclui outras atividades não-agrícolas, como o turismo rural e ecológico, a preservação ambiental, o lazer, o artesanato e outros (CARNEIRO, 1998).

Destaca-se que no campo científico e político, o meio ambiente e as crises do paradigma do desenvolvimento vão incidir sobre os espaços rurais – o que vai demandar um novo olhar para o desenvolvimento fortemente marcado pelas lutas e bandeiras do socioambientalismo. A partir de estudos que passaram a associar a abordagem territorial ao *paradigma da sustentabilidade* (GRAZIANO, DEL GROSSI, 1999; ABRAMOVAY, 2003; ANDION, 2007; FAVARETO, 2010), emerge uma nova compreensão do espaço rural. Esse debate foi marcado pelo uso de diversos adjetivos, como o Desenvolvimento Rural Sustentável (ALMEIDA, 1995; CAPORAL *et al.*, 2006) e o Desenvolvimento Territorial Sustentável (JEAN, 2010; VIEIRA *et al.*, 2010), ambos disseminados como eixo orientador para se (re)conhecer as interdependências entre as diversas dimensões constitutivas do desenvolvimento atreladas à sustentabilidade, ou seja, tal perspectiva vai questionar a ideia do crescimento econômico dissociado das questões ambientais. Essas, por sua vez, estão atreladas à análise das *dinâmicas territoriais*, que indicam as trajetórias e as interações produzidas pelos atores num dado espaço. Daí a necessidade de se averiguar a repercussão econômica, social, política, cultural e ambiental das ações dos atores, bem com suas relações, alianças e conflitos (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009).

Na esteira das discussões sobre os desafios de se colocar em prática estilos de desenvolvimento mais sustentáveis, justos e inclusivos, tanto no meio urbano quanto rural emerge, mais recentemente no país, a discussão sobre as *inovações sociais ou socioambientais* (BIGNETTI, 2011; MUÑOZ e MUÑOZ, 2017). Relacionar desenvolvimento e inovação, sob perspectivas da economia, tecnologia e da gestão, é um debate que tem uma longa tradição. Destacam-se os estudos que se baseiam no trabalho precursor de Schumpeter (1985), e se concentram em compreender a inovação (seja na cidade ou no campo) sob um

viés econômico, tecnológico, ou produtivo, com ênfase no fortalecimento dos ciclos econômicos. Entretanto, percebe-se também uma outra tradição mais atual que aproxima a discussão da inovação do debate sobre a governança e ação pública e a questão territorial, indicando a inovação social como um importante vetor de desenvolvimento (MOULAERT e SEKIA, 2003).

A inovação social vem sendo colocada como uma noção capaz de ancorar movimentos de mudança territorial mais firmemente no tecido social e político local ou como uma via para exercitar novas práticas em termos de desenvolvimento (MOULAERT *et al.*, 2007; POL e VILLE, 2009; BIGNETTI, 2011; HOWALDT *et al.*, 2014; BEPA, 2011; ANDION, ALPERSTEDT e GRAEFF, 2020). Embora a discussão sobre inovação social abarque principalmente as realidades urbanas essa também vem sendo colocada como questão central para repensar as dinâmicas de desenvolvimento nos territórios rurais (JEAN, 2012; BOCK, 2015; NEUMEIER, 2017).

Abordando as inovações no meio rural, Muñoz e Muñoz (2017) indicam que elas não acontecem igualmente, nem de forma aleatória. Na Revolução Verde, a inovação era em geral compreendida sob a ótica tecnológica, importada de outros países, para ser aplicada ao espaço rural brasileiro. Já no final da década de 1990, e boa parte dos anos 2000, há um grande incentivo para o desenvolvimento tecnológico nacional. A valorização da pesquisa no âmbito rural impactou diretamente os programas, as políticas públicas e também a geração de inovações no âmbito da Ciência e Tecnologia (C&T) promovidas para dinamizar os espaços rurais brasileiro. Contudo, grande parte dos projetos de inovação é pensada e aplicada nas áreas urbanas, percebidas em oposição ao rural. No agronegócio, embora o país tenha experimentado um grande crescimento no setor, as inovações empreendidas não foram suficientes para resolver às velhas questões do meio rural, como a pobreza, a concentração de terra, o acesso a recursos financeiros e a dependência tecnológica. “Essa realidade exige uma postura diferente da comunidade científica” (MUÑOZ e MUÑOZ, p.146) e, o conceito de inovação precisa ser ressignificado, para além do crescimento econômico.

Nesse sentido, julgamos que a aproximação dos debates sobre desenvolvimento rural e inovação social no Brasil coloca-se como uma frutífera lente analítica para compreender as mudanças sociais promovidas (ou impedidas de acontecer) no campo. O debate teórico em torno da inovação social em áreas rurais centra-se em entender como uma determinada ação pode (ou não) promover vitalidade nas dinâmicas de desenvolvimento das comunidades rurais (NEUMEIER, 2012; BOCK, 2015).

Por ser um tema relativamente novo no debate acadêmico e também nas políticas públicas, que são mais comuns especialmente em países europeus, muito têm se discutido se o termo não seria um modismo passageiro e como seria a sua real/efetiva contribuição para o espaço rural, sobretudo nos países do Sul. Bruno Jean (2012) argumenta que é necessária uma mudança paradigmática para melhor compreender a inovação social no meio rural, com base no reconhecimento de que as pessoas e as comunidades rurais são criativas e inovadoras ao longo do tempo. Para o autor, em vez de tentar ensinar o meio rural como inovar, é importante entender as várias inovações que estes atores implementam para resistir, existir e enfrentar os desafios de desenvolvimento rural multifacetados.

Trata-se de “realizar um estudo com ênfase nos atores para captar a criatividade e as ações inovadoras realizadas ao longo do tempo” (OLIVIER DE SARDAN, 1995, p.8) identificando suas “ações coletivas, controvérsias, conflitos, o discurso político e as instituições de desenvolvimento que incidem nas dinâmicas de desenvolvimento de um determinado território rural” (1995, p.8). Em tal concepção, passa a ser importante mapear os coletivos e as atividades dos atores que visam responder aos problemas públicos enfrentados. Se os atores produzem ou não inovação social é uma questão de pesquisa que exige analisar os efeitos e as consequências dessas iniciativas, e não um ponto de partida.

Por todo exposto, a inovação social é interpretada neste estudo como um processo político, de mudança social que exige experimentação democrática (ANSELL, 2012), ou seja, a mobilização e engajamento de diferentes coletivos em torno das consequências produzidas pelos problemas públicos (ANDION *et al.*, 2017). O tratamento da inovação social no meio rural é um tema muito pouco discutido no âmbito internacional e mais ainda no Brasil. A revisão sistemática realizada nessa tese (apêndice A), que será explorada mais a frente, permite afirmar que o debate científico sobre a questão no país é praticamente inexistente e os poucos trabalhos identificados centram suas análises ou na revisão teórica ou, empiricamente na área urbana, com raríssimas discussões sobre o espaço rural.

Mas discutir as dinâmicas de desenvolvimento rural, sob a ótica da inovação social, no atual cenário brasileiro não é uma tarefa fácil. O Brasil vive hoje, como bem qualificado por Celso Furtado (2000), uma fase histórica de desilusão e ansiedade. Observa-se um enfraquecimento do Estado quanto ao tratamento de problemas públicos, o retrocesso de diversos direitos e políticas públicas conquistados e a expansão de uma onda conservadora. Quando nos perguntamos: onde estamos? —, qualquer leitor do início dos anos 2000 afirmaria, ao analisar o quadro socioeconômico e político de hoje, que retrocedemos, mas não — o ano é 2021 e a crise financeira, os desastres socioambientais, os diversos ataques à

cultura e à ciência, a continuidade e reafirmação de estruturas de dominação tradicional (como a dos grupos políticos tradicionais, dos latifundiários e as grandes corporações no meio rural), a ameaça à liberdade, aos direitos civis e suas diferentes configurações na sociedade civil, além da invisibilidade social dos excluídos, da injustiça e das perspectivas de mudança — podem fazer ruir as conquistas no campo político e científico em torno das dinâmicas de desenvolvimento do país, construídas até aqui. Soma-se a este aniquilamento uma pandemia em curso, cuja governança e resposta à crise pelo governo federal, que menospreza seus efeitos, tem sido internacionalmente reconhecida como uma das piores do mundo⁶.

Nesse cenário, o Brasil vem sofrendo os efeitos perversos do seu tamanho continental e desse colapso de governança, numa das maiores crises econômicas, políticas, sanitárias, sociais e ambientais que já viveu. Diante disso, quando fixamos nosso olhar para o meio rural, podemos nos questionar sobre a possibilidade de o Brasil, uma vez mais, (re)interpretar e agir diante de seus problemas atuais e históricos, enquanto país em desenvolvimento, a partir apenas das cidades. Estas ainda são, em muitos casos, vistas como eminentemente urbanas, desconectadas da importância econômica e social do meio rural, marginalizando o potencial da noção de ruralidade.

O não incentivo à diversidade dos espaços rurais e suas particularidades pode concorrer para a marginalização rural frequentemente associada ao afastamento geográfico, ao domínio do setor primário, à insuficiência da infraestrutura, à baixa qualidade dos serviços públicos, o que se torna ainda mais grave nas áreas marginais fronteiriças (BOCK, 2015), que, no caso do Brasil, historicamente não constituíram prioridades para as políticas públicas (MACHADO, 1998).

⁶ Para citar alguns dados atuais: “O dólar acelera, bate recorde e chega a R\$5,80” (UOL, 2020). “A crise fiscal dos estados tornou-se uma característica recorrente e cada vez mais marcante da Federação brasileira. Na medida em que o tempo passa, governos deixam de pagar suas dívidas a fornecedores, atrasam salários e decretam calamidade financeira” (IBRE, 2019). “Situação econômica do País piorou para 72% dos brasileiros, aponta Datafolha” (BRASIL ECONÔMICO, julho/2018). “Bolsonaro: Brasil tem direitos em excesso. A ideia é aprofundar a reforma trabalhista” (EL PAÍS, 2019). “Governo Bolsonaro paralisa reforma agrária e demarcação de territórios quilombolas. Segundo o INCRA, cerca de 250 processos foram interrompidos; órgão está subordinado ao Ministério da Agricultura” (FOLHA DE SP, 2019). “Governo Bolsonaro é denunciado na Corte Interamericana de Direitos Humanos” (ESTADO DE MINAS, 2020). “Futuro do pretérito imperfeito: início de 2019 foi desastroso para o Meio Ambiente. Dentre os principais retrocessos tem-se a fusão dos Ministérios da Agricultura e Meio Ambiente. “Presente distópico: Iniciado o governo, Bolsonaro transfere a demarcação de terras indígenas e quilombolas para a Agricultura, bem com o Serviço Florestal Brasileiro (SFB)” (NATUREZA CRÍTICA, UNICAMP, 2019). “Crescem violência e assassinatos de trabalhadores em conflitos no campo” (AMAZÔNIA.ORG, 2019). “Pesquisa não terá mais verba em 2019, diz CNPq. Para não cortar bolsas, o órgão terá de praticamente zerar investimentos em pesquisa” (EXAME, 2019). A Covid-19, causada pelo SARS-CoV-2, está gerando grandes transformações mundiais, impactando não apenas a saúde pública, mas tantos outros setores. Segundo dados da *Johns Hopkins University* (2021), até 3/5/21, 153 milhões de pessoas foram contaminadas em todo mundo, das quais, 3,201 milhões vieram a óbito.

De fato, na fronteira, região foco desse estudo, o cenário descrito é um verdadeiro catalisador e potencializador de problemas já existentes – pois reaviva questões antigas de uma velha problemática nacional: a integração e o desenvolvimento da faixa de fronteira⁷. Em Turner (1920) fronteira é aquilo que está à frente, sendo um indicativo de expansão. Esse entendimento reverberou no Brasil, pois, como apresentado por Otávio Velho (2009), as regiões de fronteira indicavam as “frentes pioneiras”, sendo associadas à expansão do capitalismo através da fronteira agrícola, como ocorreu com a Marcha para o Oeste (1938), que objetivava colonizar e identificar novas formas de acumular e expandir o capitalismo em direção ao Sul, ao Centro-Oeste, à Amazônia e suas fronteiras, provocando profundas transformações e conflitos sociais nas regiões de expansão econômica e agrícola.

O insucesso dos modelos de desenvolvimento implantados entre as décadas de 1970 a 1980 (inspirados no modelo Fordista) e o desinteresse governamental no decorrer das décadas de 1980 e 1990 agravaram ainda mais a situação da população que vive nas zonas fronteiriças. Nem mesmo o aumento das políticas de blocos de desenvolvimento, ocorridos na década de 1990, que deu origem ao Mercado Comum do Sul (Mercosul) em 1991, com objetivo de integrar mais os Estados nacionais, contribuiu para o pleno desenvolvimento da faixa de fronteira. Isso porque as estratégias, formas de cooperação e outros dispositivos jurídico-administrativos adotados se concentraram principalmente no viés econômico e na segurança nacional - como nas infraestruturas viárias, energéticas, de telecomunicações, no comércio internacional, nas migrações, no turismo, na defesa do território e em ações mais imediatas ligadas ao tráfico de drogas e demais ilícitos, como roubos de carro e outras contravenções. Nesse sentido, essas tratativas pouco avançaram em pensar e fomentar dinâmicas de desenvolvimento mais sustentáveis nesses territórios.

A partir do ano 2000, surgem algumas políticas públicas para essas regiões, sendo essas, na sua maioria, elaboradas de forma centralizada pelo governo federal, devido a incapacidade orçamentária e de gestão das regiões fronteiriças. Elas, mais uma vez, pretendem promover o desenvolvimento e o ordenamento da região, através da geração de emprego e renda, turismo no meio rural, educação, saúde, atividades culturais e preservação do meio ambiente, além, é claro, de reduzir a criminalidade e os diferentes tráficos.

Krüger *et al.* (2017) identificaram e revisaram tais políticas. O que chama a atenção na análise dos autores é o contraste entre o discurso de promoção do desenvolvimento

⁷ A Faixa de Fronteira (FF) possui 150 km de largura paralelamente à linha divisória terrestre do território nacional. Surgiu a partir da Lei nº 6.634/1979, regulamentada pelo Decreto nº 85.064/1980, cujo teor foi ratificado pela Constituição Federal de 1988, no §2º do artigo 2º - “*Cadastro dos municípios brasileiros com área total ou parcialmente localizada na Faixa de Fronteira*”. Mais à frente a faixa é detalhada na Figura 2.

sustentável na fronteira e as ações implementadas, pois não houve uma integração e equilíbrio entre as iniciativas em várias esferas, como a ambiental, a econômica e a social. Contraditoriamente, a dimensão associada ao desenvolvimento econômico foi a que apresentou o pior desempenho na faixa de fronteira. Foram observados avanços nas dimensões da saúde e educação, mas os autores afirmam que esta melhora é decorrente de políticas de caráter nacional, e não específicas para a fronteira. Por fim, os autores revelam que boa parte dos municípios dessa faixa apresentou decréscimo dos indicadores relacionados a emprego e renda, contrapondo-se, nessa dimensão, ao cenário observado no país.

Assim, os desafios de desenvolvimento em zonas fronteiriças são ainda mais robustos, pois a fronteira⁸ é, ao mesmo tempo, uma região marcada por desigualdades e pela diversidade cultural de diferentes territórios nacionais, o que demanda compreender os efeitos do presente, olhando para o passado, mas pensando em perspectivas e horizontes de possibilidades (KOSELLECK, 2006). Na fronteira Brasil-Bolívia, objeto desta pesquisa, um dos principais desafios para o meio rural são tanto a presença dos agrotóxicos nas produções locais que acabam abastecendo as feiras livres, quanto o acesso à água e o não cumprimento de tratados internacionais entre o Brasil e a Bolívia, que deveriam facilitar e regularizar a comercialização de produtos agrícolas entre os municípios fronteiriços (SANTO, 2015).

Em suma, esse trabalho focaliza a temática mais ampla, do desenvolvimento rural, mas centra-se a compreender as dinâmicas de desenvolvimento rural em zonas de fronteira. O tema é tratado nessa tese a partir de uma perspectiva analítica voltada para a *práxis* dos atores (OLIVIER DE SARDAN, 1995; LATOUR, 2012) que será explorada mais adiante. Isso significa levar a sério o que eles fazem e como o fazem (DEWEY, 1938). Não se trata, pois, de explicar o processo para melhor controlar, sob um ponto de vista funcional. Mas compreender melhor as dinâmicas pelas quais os públicos redefinem, ou não, os horizontes possíveis (KOSELLECK, 2014; QUÉRÉ e TERZI, 2015). Trata-se de compreender a *configuração da experiência pública* (CEFAÏ e TERZI, 2012) dos assentamentos rurais,

⁸ Nesta tese, compreendemos a “fronteira” a partir dos estudos de Nogueira (2007), ou seja, a “fronteira vivida” - tipo de fronteira que apresenta mais significado para a sociedade que está na fronteira, pois reflete e remete aos seus cotidianos. O foco de análise parte das práticas dos “atores da fronteira”, os fronteiriços (GRIMSON e VILA, 2002), em contraponto a maioria dos trabalhos de cunho funcionalista e institucionalista (KRUGER *et al.*, 2017), ou motivados para uma análise local (DORFMAN *et al.*, 2017). Aqui, a fronteira não é compreendida exclusivamente como fim do Estado, ou um território exclusivo de ilícitos (LASCONJARIAS, 2004; COSTA, 2011), mas um espaço onde a vida acontece. Nosso estudo em zonas fronteiriças não se define apenas pelos limites físicos e se concentra em apreender a produção da interação social em seu interior, buscando compreender como isto determina a vida na fronteira. Parte, portanto, da ampla renovação geográfica (BENEDETTI, 2018), se valendo da amplificação de seu escopo para a interdisciplinaridade e interculturalidade, que vem fomentando diversas abordagens de fronteira (COSTA e OLIVEIRA, 2012).

fazendo ver, além das práticas dos atores, o sentimento, a memória, o símbolo e a imaginação sobre os projetos de assentamentos em diferentes horizontes temporais.

Diante dessas “condições que antecedem a investigação” a situação indeterminada torna-se problemática, objeto de investigação (DEWEY, 1938). Isto posto, a **situação problemática a ser investigada nesta tese é compreender como ocorrem (ou não) as inovações sociais, a partir das experiências dos atores nos assentamentos rurais, e quais as consequências dessas inovações sociais para o desenvolvimento rural**. Trata-se de compreender se e como as práticas de inovação social identificadas nos assentamentos rurais estimulam, ou não, dinâmicas de desenvolvimento rural, numa perspectiva da sustentabilidade. A seguir, qualificamos melhor essa situação problemática.

1.2.2 Qualificando a situação problemática⁹

Partindo da “instituição do problema” a ser investigado, obtido por meio das conexões anteriormente apresentadas, torna-se importante descrever o fenômeno e o local da investigação científica aqui realizada (um estudo de caso múltiplo). A seguir apresentamos as cidades na faixa de fronteira Brasil-Bolívia, para então adentrar nos assentamentos rurais da região, caracterizar o fenômeno pesquisado e assim delimitar melhor a situação problemática e as questões de partida, não apenas do ponto de vista teórico, mas também empírico.

Em um trabalho pragmatista, a situação indeterminada vai se delineando até constituir-se em situação problemática, como acima discutido. A pesquisa empírica no pragmatismo pretende identificar a configuração, a estabilização e a institucionalização de problemas públicos que não podem ser resolvidos apenas a partir de uma “explicação social” (LATOUR, 2012). Pesquisar é parte capital do trabalho, por meio de experimentações, através das quais as situações são problematizadas e o público é formado. A imersão no campo, por isso, é fundamental para entender a composição e a prática das comunidades envolvidas e afetadas pela situação problemática (CEFAÏ e TERZI, 2012).

A qualificação do problema de pesquisa, portanto, não é uma tarefa desenvolvida por uma única pessoa, no caso o investigador. Isto ocorre quando do contato com os atores que serão investigados para o tratamento do fenômeno. Dewey (1974, p.219) valida esse caminho ao afirmar: “descobrir quais são o(s) problema(s) que uma situação problemática apresenta

⁹ A nomeação desta etapa foi inspirada em Dewey - *Lógica* (1974).

para que sejam investigados é já andar um bom pedaço na investigação”. Como afirma o autor, o social não é a explicação, mas o que deve ser explicado, portanto, as determinações intelectuais só demonstram sua validade após o cotejo com a experiência (DEWEY, 1938).

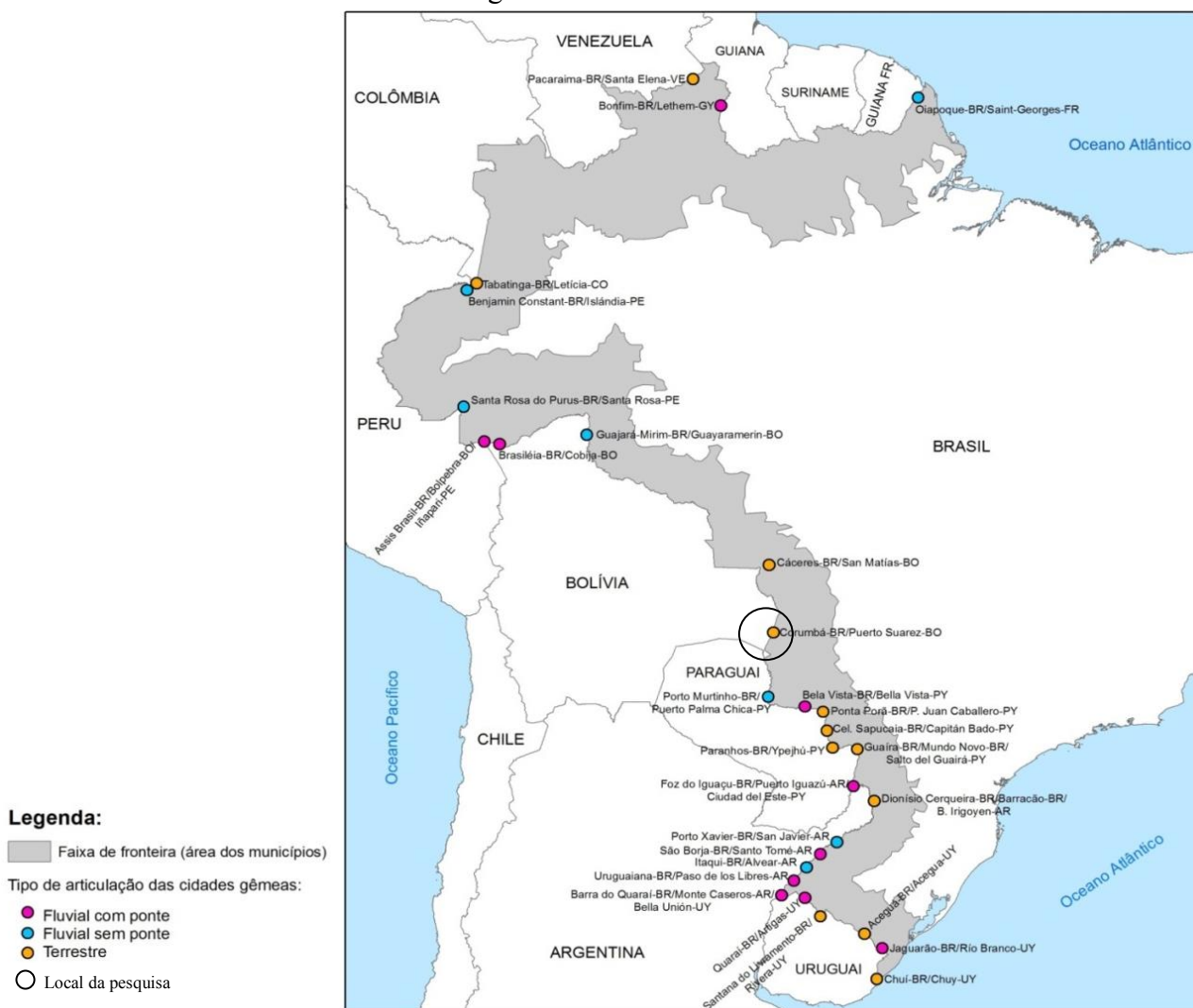
Assim, após a identificação da lacuna teórica anteriormente apresentada, empreendemos dois esforços para qualificar o problema de pesquisa. Um primeiro, de análise documental, a partir de levantamento bibliográfico, de documentos e de pesquisas já realizadas, que permite apresentar a localidade e os primeiros dados dos assentamentos da região, descritos a seguir. Num segundo momento, realizamos uma primeira incursão no campo (pesquisa exploratória), durante os meses de julho e agosto de 2019, com vista a validar, juntamente com os atores, onde a investigação aconteceria, bem como as controvérsias, os problemas e as ações em cursos nos dois assentamentos pesquisados. Lembramos que, no pragmatismo, as teorias tornam-se instrumentos e não respostas aos enigmas (JAMES, 1974); daí a importância desse primeiro contato com os atores. Os dados levantados nessa etapa são discutidos a seguir.

Conforme tratamos anteriormente quando abordamos os estudos sobre os territórios de fronteiras do Brasil, cabe reconhecer que, majoritariamente, estes tiveram funções exclusivamente de segurança e defesa do território nacional. Tal foco só sofreu alteração no final do século XX, sob influência da regionalização mundial, que culminou com a formação de inúmeros acordos e blocos de desenvolvimento. No caso do Brasil, isso se fortalece com a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) no ano 2000. Em 2009, a criação do Programa de Desenvolvimento Social da Faixa de Fronteira (PDFF) vai idealizar o desenvolvimento dessa região, buscando o fortalecimento, a integração e a cooperação com os demais países da América do Sul. Mesmo com projetos e políticas anteriores a este programa, o PDFF é considerado a mais robusta política pública concebida para as zonas de fronteira (SCHERMA, 2015).

De acordo com o PDFF (1980; 2009), o Brasil possui 15.719 km de faixa de fronteira, correspondendo a 27% do território nacional, que confina com 10 países da América do Sul, envolvendo 588 municípios brasileiros, dos quais 121 fazem divisa direta com outros países, ou seja, são considerados fronteiriços e estão distribuídos em 11 estados. Nesta faixa, temos uma população estimada em 10 milhões de habitantes. O Acre é o que possui o maior número de habitantes situados na faixa (43%), seguido de Rondônia (38%), Roraima (22%) e Mato Grosso do Sul (12%).

A Figura 2 apresenta a faixa de fronteira e o local da pesquisa (área circulada), sendo explicada na sequência.

Figura 2 - Faixa de fronteira

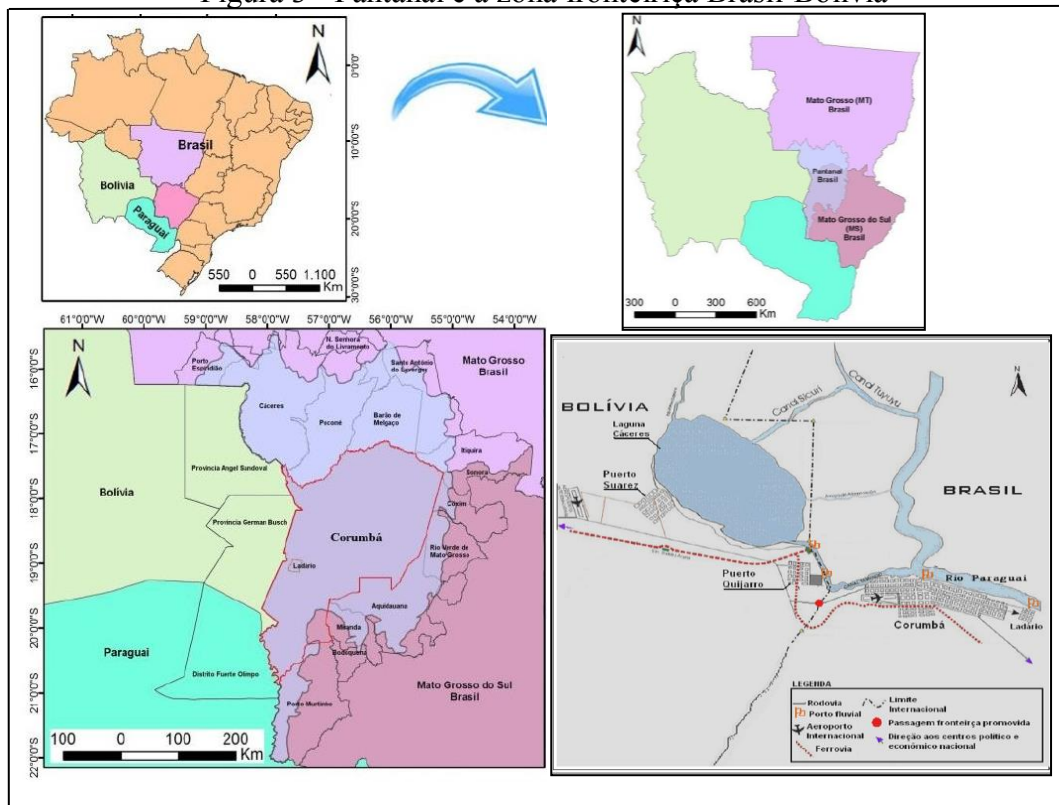


Fonte: Adaptado de BRASIL, 2013.

Nesta faixa, será objeto de análise dessa tese a zona fronteiriça formada pelas cidades de Corumbá, fundada em 21 de setembro de 1778 (242 anos), localizada na porção ocidental do estado de Mato Grosso do Sul, na fronteira do Brasil com a Bolívia; e Ladário (MS-Brasil) especificamente (área circulada na Figura 2). No lado boliviano, temos Arroyo Concepción (distrito de Puerto Quijarro, da província Germán Busch, departamento de Santa Cruz de La Sierra). Juntos, estes três municípios, mais Puerto Suárez, formam um *continuum* territorial (Figura 3), devido ao fluxo populacional que interage nestas quatro cidades, com uma população estimada em 173 mil habitantes, sendo Corumbá a maior delas, com 110.806 habitantes (IBGE, 2018)¹⁰.

¹⁰ Ladário possui 22.968 pessoas (IBGE, 2018), enquanto Puerto Quijarro e Puerto Suárez apresentam 16.659 e 22 mil habitantes respectivamente. Cerca de 70% da população dessas cidades boliviana é eminentemente urbana (Instituto Nacional de Estadística — INE, 2018)

Figura 3 - Pantanal e a zona fronteira Brasil-Bolívia



Fonte: Produção própria, adaptado de CONCEIÇÃO (2016) e SANTO, (2015).

Apesar de constituídas em tempos diferentes — Corumbá e Ladário foram criados em 1778, *Puerto Suárez*, em 1875, *Puerto Quijarro* nos anos 1950 —, a formação destas quatro cidades apresenta algumas semelhanças: garantir a posse do território frente ao avanço das forças espanholas (Corumbá, Ladário e *Puerto Suárez*) e a integração decorrente da Ferrovia Brasil-Bolívia (*Puerto Quijarro*).

Economicamente, as principais dinâmicas de desenvolvimento em curso são: a pecuária de corte, a pesca, o turismo, a extração de minérios, a agricultura, o comércio de mercadorias e a prestação de serviços. Com relação à extração de minérios, Corumbá se destaca com a exploração do ferro e do manganês, ambos operados pela mineradora Vale, que também produz, em uma fábrica local, o ferro gusa. Há também a exploração do calcário, com o qual é processado e produzido o cimento pelo Grupo Votorantim. *Puerto Quijarro* também possui atividades de produção de cimento, realizadas pela parceria dos grupos Itacamba e Votorantim na Bolívia. A exploração mineral realizada em Corumbá é de suma importância para a cidade, bem como para o Brasil, visto que boa parte da produção se destina à exportação, saindo, principalmente, via fluvial (rio Paraguai) do porto de Ladário, onde a cidade faz limite internacional com os países vizinhos - Paraguai e Argentina.

Com relação ao turismo, este é favorecido devido à presença do Pantanal, a maior área alagada do mundo e uma área de sensível recuperação. Do território corumbaense, 96% está inserido no Pantanal, de 250mil km² de extensão, abrangendo os Estados de Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), o norte do Paraguai e o leste da Bolívia (Figura 3). O Pantanal está localizado bem no centro da América do Sul, na bacia hidrográfica do Alto Paraguai, e foi considerado Patrimônio Natural Mundial e Reserva da Biosfera pela Unesco.

A presença do Pantanal, a proximidade com a cidade de Bonito (MS) e as próprias cidades bolivianas incentivam o turismo e a pesca na região. Contudo, segundo estudo do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden, 2021), a longa e intensa seca de 2019 e 2020 foi a pior dos últimos 50 anos para a região pantaneira. Para ter uma dimensão dessa situação, o mês de abril de 2020 registrou a pior seca dos últimos 120 anos.

Figura 4 - Queimadas no Pantanal – região da APA baía Negra, 2020



Fonte: *Instagram* APA baía Negra, 2020.

Isso, aliado às altas temperaturas, afetaram o funcionamento hidroclimatológico da região, nesse caso, o transporte de ar quente e úmido da Amazônia para o Pantanal, o que acarretou na diminuição dos níveis dos rios, lagos, vazantes e corixos. A devastação foi intensificada desde dezembro de 2019, quando o Pantanal passou a enfrentar um dos maiores crimes ambientais de sua história: as queimadas, retratadas na Figura 4. O clima mais quente e seco contribui para a propagação do fogo. Especialistas do Observatório do Pantanal (2020) informam que a origem do fogo é humana, colocado em fazendas da região pantaneira sob

justificativa de renovação da pastagem para alimentação do gado (atividade pecuária). Os incêndios florestais causam danos à flora e à fauna; degradam o solo; prejudicam a saúde humana e, em casos extremos, como o que vem acontecendo, provocam o secamento das baías e a diminuição dos rios.

Neste cenário, boa parte da maior área alagada do mundo está ficando seca, e essa é uma das repostas dada pela natureza, um ator entre os atores, que exemplifica o quanto o vínculo entre os recursos naturais renováveis e os sistemas artificializados pela ação humana interagem sistematicamente. Assim, como será demonstrado a partir do capítulo 5, as queimadas, as secas, a falta de chuva e a água alteram a vida nos assentamentos Taquaral e 72.

Pesquisando o Pantanal há mais de três décadas, Albana Nogueira (1990) chama atenção para o mito construído em cima do Pantanal, criado, segundo a autora, a partir do momento que se disseminou a ilusória ideia de que o Pantanal, por ter naturalmente regimes de cheias e secas constantes, seria como uma fênix, capaz de renascer das suas próprias cinzas. Daí surgem os conflitos marcados pela exploração descontrolada da região pantaneira, com destaque para a pecuária extensiva, o avanço do agronegócio, a mineração, a poluição das águas, as queimadas, a biopirataria, dentre outros. “Existe uma tradição ufanista, e até ingênua, de cultuarmos um mito, colocarmos no mercado de consumo e de imagens um Pantanal [exuberante e indestrutível] mais de ficção, do que de realidade [exploratório]” (1990, p.8).

Nessa mitificação descontrolada, com interesses dos grandes produtores e do próprio governo do estado, é que se desenvolveu uma das maiores atividades econômicas da região pantaneira: a pecuária de corte.

De acordo com o IBGE (2017), a pecuária de corte é uma tradição no Brasil, afinal, está presente em cerca de 75% das propriedades agrícolas brasileiras, o que contribuiu para que ela seja uma das principais atividades do meio rural. Trata-se de uma atividade economicamente importante para Corumbá, que possui um rebanho de 1.775.101 cabeças, o segundo maior do país, fato este que a coloca na cadeia do agronegócio da carne (IBGE, 2017). As atividades pecuaristas acontecem principalmente nas grandes fazendas espalhadas pela região pantaneira.

Mato Grosso do Sul é um estado relativamente recente, desmembrado de Mato Grosso em 11 de outubro de 1977, no período do regime militar, sob então governo de Ernesto Geisel. Possui 3,3 milhões de habitantes. Economicamente, é um estado essencialmente agrário, com destaque para as cadeias de soja, milho, cana-de-açúcar, algodão, bovinos e

extração mineral, o que gerou, em 2012, para o estado, um desempenho econômico de 7,79%, ficando à frente do índice brasileiro (1,03%), proporcionando um PIB-MS de R\$ 54,4 bilhões (FAMASUL, 2019).

Essa elevada receita não foi equitativamente distribuída entre a população do estado, que apresenta um elevado quadro de pobreza¹¹. Destaca-se, como elencado por Fabrini (2008), os 5 milhões de hectares de terras devolutas e 8,5 milhões de hectares de latifúndio improdutivo, voltados essencialmente para a exportação de *commodities*. No passado, por ser um estado jovem, produtivo e próximo às regiões Sul e Sudeste e do Paraguai, MS contribuiu para que inúmeros grupos de pessoas, ligadas a diferentes movimentos sociais rurais, buscassem no estado uma oportunidade de ter o acesso à terra.

Assim é que chegaram os primeiros grupos de famílias organizadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e por outras iniciativas da sociedade civil ligada à conquista pela terra em Corumbá e Ladário. Nesta região há dez assentamentos rurais no lado brasileiro e uma comunidade rural no lado boliviano (*El Carmem*, situado na linha de fronteira com o Brasil). O Quadro 1 elenca os dez assentamentos e a Figura 5 marca a sua localização na região.

Quadro 1 - Descrição dos assentamentos rurais de Corumbá e Ladário

Assentamento	Localização	Criação	Famílias	Área (ha)	Obtenção
Tamarineiro I	Corumbá	03/07/1984	154	3.812,26	Doação
Tamarineiro II - Sul		15/12/1995	257	9.345,23	Arrecadação
Tamarineiro II - Norte		15/12/1995	76	1.247,28	Arrecadação
Taquaral		20/10/1989	394	10.013,97	Desapropriação
Paiozinho		1996	72	1.198,03	Desapropriação
Urucum		08/01/1986	87	1.962,47	Desapropriação
Mato Grande		13/07/1987	50	1.264,35	Desapropriação
Bocaina		1980	27	761,55	Desapropriação
São Gabriel		04/11/2005	272	4.683,81	Compra
72	Ladário	14/10/1998	85	2.343,41	Desapropriação
Total			1.474	36.632,36	

Fonte: Produção própria, a partir de entrevistas junto ao INCRA – Unidade Avançada Corumbá, 2020.

¹¹ Em Mato Grosso do Sul, 17% da população (73.470 mil pessoas) vive na linha da pobreza, com renda domiciliar per capita de R\$ 385; 3% vivem na extrema pobreza (com menos de US\$ 1,90/dia). São oito favelas no estado, sendo cinco em Corumbá, o que representa 5.767 pessoas (CAMPO GRANDE NEWS, 2019). No lado boliviano, a situação é ainda pior, apesar do avanço que este país conquistou nos últimos anos. A taxa de mortalidade, por exemplo, passou de 50 para 24 a cada 1.000 nascidos na Bolívia, o que ainda é alto.

Figura 5 - Localização dos assentamentos rurais de Corumbá – MS e Ladário – MS*



*No mapa não consta a localização da Bocaina.

Fonte: Adaptado de Conceição (2016) e com base nas entrevistas junto ao Incra.

Diante desses dados, pode-se afirmar que a localidade estudada nessa tese configura-se — em termos da ação coletiva da sociedade civil e dos movimentos sociais e do próprio Estado, por meio de políticas públicas — como uma região prioritária na promoção da reforma agrária e incidência nos rumos do desenvolvimento rural, mediante a criação de assentamentos. *Mas será que os assentamentos têm gerado as consequências esperadas se configurando como espaços de desenvolvimento rural? Essas experiências produzem inovações sociais, de que tipo, o que ajuda, o que dificulta? Quais os efeitos dessas inovações sociais no território?*

Diante dessas perguntas mais específicas, essa tese investigou, através de um *estudo de caso etnográfico múltiplo* (cujo enfoque analítico e o caminho metodológico adotados são descritos no capítulo 4), as experiências de dois assentamentos da região: o **Assentamento Taquaral** e o **Assentamento 72**.

O Assentamento Taquaral está localizado em Corumbá, na região do Jacadigo. É um dos mais antigos do estado, resultado da luta pela terra que começou na cidade de Ivinhema (MS), onde a pressão das famílias rurais e da CPT fizeram o governo estadual acelerar o processo da criação deste assentamento. Possui 10mil hectares e surgiu da desapropriação de terra de um antigo grupo mineiro-siderúrgico (Grupo Chamma), realizada pelo Incra, com base na Resolução 044, de 20 de outubro de 1989. Aqui foram assentadas 394 famílias. Antigamente, porém, o Grupo Chamma utilizava esta terra para a exploração de madeira, que servia de combustível fóssil para sua usina. A intensa degradação ambiental, somada às características climáticas da região, é um verdadeiro desafio para estas famílias. Hoje vivem no assentamento cerca de **350 famílias**¹² e as principais atividades exploradas no Taquaral são a produção de mandioca, mel, leite e derivados, criação de gado, aves, porcos dentre outros.

Já o Assentamento 72, localizado em Ladário, surgiu decorrente da mobilização empreendida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Corumbá (STRC). É constituído, principalmente, por famílias dos municípios de Ladário e Corumbá, que chegaram a acampar quase dois anos próximo à propriedade rural. A desapropriação da então Fazenda Primavera ocorreu em 1998, quando o governo federal expropriou o imóvel localizado às margens da baía Negra (Pantanal) e nas imediações da morraria do Urucum, destinando-o às 85 famílias assentadas na propriedade. Atualmente, vivem no assentamento cerca de **60 famílias**¹¹. Em razão das características ambientais, suas atividades são as mesmas do Taquaral: hortas e pequenos tubérculos, criação de animais, leite e derivados.

Devido ao aumento populacional da região e ao próprio desenvolvimento das fazendas de gado, a pequena produção agrícola dos assentamentos foi crescendo e exercendo grande importância no abastecimento alimentar de Corumbá e Ladário, tanto no perímetro urbano quanto no rural. Boa parte dessa produção é comercializada nas feiras livres e nos supermercados da região, junto com os produtos oriundos de Puerto Suárez e Puerto Quijarro, principalmente, milho, feijão, mandioca, hortaliças e frutas (SANTO, 2015; 2016). Além disso, ocorre a comercialização para compras públicas, via políticas públicas que objetivam garantir a segurança alimentar e nutricional de alunos nas escolas públicas (COSTA e FEIDEN, 2020).

Quanto aos principais dilemas desses dois assentamentos, assim como os demais da região, o Taquaral e o 72 enfrentam problemas de infraestrutura básica, como restrições de

¹² Como será demonstrado na análise dos dois assentamentos, o Incra não tem feito fiscalizações/controles nos assentamentos de Corumbá e Ladário. Então, não há dados oficiais sobre o quantitativo de famílias que ainda vivem em cada assentamento. A estimativa apresentada foi informada pelo presidente de cada associação do assentamento Taquaral e 72.

água (para consumo e produção); estradas vicinais precárias na maior parte do tempo, que ligam os assentamentos até as rodovias ou ao perímetro urbano, além das condições climáticas, que impactam no primeiro problema (falta de água), devido à estação de seca, marcante na região, e à concentração de chuvas no verão, às secas na primavera-outono e às elevadas temperaturas na maior parte do ano (CARDOSO e OLIVEIRA, 2002). Em 2011, o acesso à água no 72 é agravado, pois parte da água vinha da morraria do Urucum, onde fica a exploração mineral da Vale (na época, Urucum Mineração), a qual provocou um dos maiores danos ambientais que a região já recebeu: o secamento do Córrego Urucum, que levava água para os poços dos assentamentos e balneários da região, vindo a prejudicar a produção agrícola e a vida das famílias do 72.

Apesar das dificuldades relatadas, ambos os assentamentos têm experienciado diversos projetos de desenvolvimento. O Assentamento Taquaral, por exemplo, recebeu investimento direto para a construção de cisternas de placa para captação de água de chuva, dentre outros projetos, como o de uso e manejo do solo, elaborados pela Embrapa. Com o apoio da CPT, do grupo Jovens Unidos pela Mãe Terra (Jumat), e demais parceiros, surgiu dentro do assentamento em 2001, a Associação dos Apicultores da Agricultura Familiar de Corumbá (AA AFC), que agora busca ampliar a sua produção.

Por sua vez, o Assentamento 72 recebeu investimentos por parte do governo do estado, da UFMS, do IFMS e da Embrapa o que permitiu melhorar o manejo dos produtos agrícolas. Esse resultado satisfatório culminou no fortalecimento da agricultura familiar, através da produção de hortas em transição agroecológica, além de projetos que apoiam a apicultura, a diversificação, o beneficiamento da produção local e o turismo rural. “A mão de obra disponível e o território com solos férteis num meio ecológico de notável beleza paisagística se configuravam como as principais potencialidades do assentamento 72” (COSTA *et al.*, 2012, p.12). Hoje, este assentamento é alvo de diversas pesquisas e apontado como “caso de sucesso” (CONCEIÇÃO, 2016; COSTA e FEIDEN, 2020).

Trata-se, então, de dois assentamentos rurais brasileiro, com diferentes formações, povos com origens distintas e trajetórias particulares, que têm muito a revelar sobre ações e experiências que impulsionam, ou não, as inovações sociais, bem como, o desenvolvimento rural. Por isso, os assentamentos podem ser considerados como *laboratórios de experimentação no meio rural*, sendo espaços interessantes para se “analisar as práticas relacionadas ao desenvolvimento e às reações que elas geram” (OLIVIER DE SARDAN, 1995, p.12). A análise das questões de desenvolvimento e as reações às mesmas não podem estar desarticuladas do estudo de dinâmicas locais, de processos endógenos ou processos

informados de mudança (1995, p.12). Propomos, então, mergulhar na realidade desses assentamentos para identificar como eles se constituem, se legitimam e qual a sua influência nos processos de desenvolvimento da região e como essas dinâmicas contribuem para a vida das famílias e do território, através de “horizontes de expectativa, esperança, ousadia e perseverança” (KOSELLECK, 2014, p.113).

Diante disso, o que move essa tese é *compreender como ocorrem (ou não) as inovações sociais a partir das experiências dos atores nos assentamentos rurais, e quais as consequências dessas inovações sociais para o desenvolvimento rural*. Para tanto algumas questões específica nortearão a pesquisa:

- Como está constituída a ecologia política do Mato Grosso do Sul? Neste cenário, qual é o lugar dos assentamentos rurais da reforma agrária e da agricultura familiar? O que facilita ou dificulta essas atividades?
- Qual a trajetória desses assentamentos e quais os desafios da sua legitimação? Quais situações de prova, memórias, símbolos, alianças, conflitos, silêncios, acordos e manobras nessa jornada?
- Quais são as dinâmicas territoriais (formais e informais) e os projetos coletivos presentes nos assentamentos? Quais os efeitos dessas dinâmicas para as famílias e para o desenvolvimento rural da região?
- Como se configuram as arenas públicas em torno do desenvolvimento rural nesses assentamentos? Quais os públicos envolvidos, em torno de que problemas se mobilizam, quais principais ações coletivas, quais relações entre elas, quais efeitos sobre a ação pública?
- Como ocorre (ou porque não ocorre) a inovação social rural? Como ela se produz, o que facilita, ou dificulta, quais suas consequências para as famílias envolvidas e para o território?

1.3 OBJETIVOS

Diante das questões norteadoras colocadas anteriormente, esta tese propõe atender os seguintes objetivos.

a) Objetivo Geral

Compreender como ocorre a inovação social a partir das práticas e experiências dos atores em dois assentamentos rurais localizados na fronteira Brasil-Bolívia e quais as suas consequências para o desenvolvimento rural, na perspectiva da territorialidade e da sustentabilidade.

b) Objetivos Específicos

- Levantar e analisar a trajetória de Mato Grosso do Sul, focalizando nas dinâmicas de desenvolvimento rural, a fim de compreender qual o lugar dos assentamentos rurais na sua ecologia política do estado.
- Reconstituir e analisar a trajetória de implementação dos assentamentos rurais 72 e Taquaral, reconhecendo as dinâmicas territoriais (formais e informais), as situações problemáticas enfrentadas, bem como, as interações (controvérsias, conflitos, acordos, coordenação) que configuram as ações/práticas dos atores envolvidos nestes assentamentos;
- Identificar e analisar as arenas públicas mobilizadas em torno dos assentamentos, incluindo diferentes atores e coletivos e suas interações, descrevendo suas visões, as políticas, programas e projetos públicos existentes suas ações coletivas, inações, silêncios, respostas e resistências na promoção do desenvolvimento rural;
- Examinar as práticas (experiências e ação) promovidas nos assentamentos rurais, com vistas a compreender se elas promovem ou não inovação social, se incidem no desenvolvimento rural e como isso ocorre (o que facilita e dificulta) na região fronteiriça, numa perspectiva de fortalecimento da territorialidade e da sustentabilidade.

1.4 JUSTIFICATIVAS

Nesta seção apresentamos as justificativas teórica e prática para o desenvolvimento dessa tese, as quais são exploradas a seguir.

a) Justificativa Teórica

O maior problema da ciência é desvendar a realidade; logo, acredita-se que ela influa no modo de pensar da sociedade (DEMO, 1985). Quando pensamos no desenvolvimento e na consolidação da ciência, é preciso escapar de modelos preconcebidos, ou de discursos dominantes e buscar pensar no diferente, na contracorrente. Ainda mais em um momento como o atual, em que a ciência está desacreditada, desvalorizada e sendo atacada diariamente. Portanto, desestruturar-se é uma aprendizagem necessária. É preciso se desestruturar, desconstruir, refazer (DEMO, 2012) - para conceber a ciência que possa produzir um maior impacto e contribuição para os complexos problemas públicos que vivenciamos, especialmente quando consideramos o campo de estudos sobre o desenvolvimento rural e, mais especificamente, a temática que tratamos nessa tese: a inovação social rural a partir de assentamentos em zonas fronteiriças.

Buscando atingir essa argumentação, a estruturação da tese foi baseada, principalmente, na obra *The Theory of Inquiry*, de John Dewey (1938), com influências do trabalho de Daniel Cefaï e Cédric Terzi (configuração da experiência pública, 2012), na socioantropologia de Olivier de Sardan (1995), além de inspirada na tese de doutorado de Carolina Andion (2007). A compreensão da inovação social, enquanto prática dos diferentes atores da sociedade civil na esfera pública, sob a ótica pragmatista, advém da participação no Observatório de Inovação Social de Florianópolis e das pesquisas desenvolvidas pelo Nisp. Contudo, esta compreensão é pensada para as cidades e centros urbanos (MORAES, 2014; ANDION *et al.*, 2020; MAGALHÃES, 2020), faltava o diálogo com o meio rural.

A participação nas atividades do Obisf e do Nisp gerou o seguinte questionamento: *como a inovação social no meio rural vem sendo tratada nacionalmente e internacionalmente?* O que nos motivou a realizar uma revisão sistemática (Apêndice A) nas bases de dados para buscar trabalhos que tratassem da inovação social no campo, visando identificar possíveis lacunas de pesquisa.

Um primeiro resultado dessa revisão mostra que falta um melhor diálogo entre a aproximação da *inovação social* com as teorias de *desenvolvimento rural*. Grande parte dos trabalhos encontrados ou não fazem essa relação, ou a tratam a partir de abordagens meramente teóricas, não correlacionam o tema ao seu fenômeno. Além disso, grande parte dos trabalhos não deixa claro o que entendem sobre inovação social (PAULA *et al.*, 2015; FRANZONI E SILVA, 2016; LINDBERG, 2017; ROVER *et al.*, 2017, para citar alguns).

A partir dessa lacuna, buscou-se aprofundar o diálogo com os estudos no campo do *desenvolvimento rural*, através de uma revisão sistemática e conceitual. Como já abordado na problematização, percebeu-se a convivência de múltiplos paradigmas e vias analíticas no debate científico no Brasil (NAVARRO, 2001; FAVARETO, 2006a). Entretanto, pode-se também perceber que predomina, ainda hoje, trabalhos que apresentam um caráter mais estrutural e normativo para olhar para o campo, muitos deles decorrentes da aplicação de modelos ou de abordagens modernizadoras e empresariais aplicadas ao meio rural, sem considerar sua especificidade (MUÑOZ e MUÑOZ, 2017). Na esteira dessas lacunas, essa tese pretende contribuir para fazer avançar o debate que aproxima as noções de desenvolvimento territorial, sustentabilidade e sua associação ao meio rural, a partir de um enfoque que enfatiza as práticas.

Nesse sentido, esta tese têm seu ineditismo e sua originalidade ancorada numa visão epistêmico-metodológica pragmatista, que se embasa nos estudos da socioantropologia do desenvolvimento (OLIVIER DE SARDAN, 1995) e das novas ruralidades (CARNEIRO, 2008), tendo como eixo central o trabalho de campo que foca nas experiências dos atores. Como será discutido mais a frente, poucas pesquisas no campo do desenvolvimento rural no Brasil têm explorado o enfoque da socioantropologia, mas sob outras vias, e não o pragmatismo (CAZELLA, 2006; DEPONTI, 2010; CARNEIRO, 2012). Então, o enfoque analítico construído nessa tese é importante para compreender as dinâmicas de desenvolvimento rural nos assentamentos, fazendo avançar o debate sobre inovação social no meio rural.

Assim, buscamos aproximar os debates sobre sustentabilidade de territórios rurais e novas ruralidades, com a discussão sobre *inovação social* que vem sendo apontada como noção-chave para (re)pensar novos estilos de desenvolvimento rural (BOCK, 2012, JEAN, 2012). Para tanto, uma abordagem pragmatista do desenvolvimento rural nas zonas de fronteira nos parece oportuna, diante dos graves problemas socioambientais e éticos que vivemos, do sucateamento dos assentamentos rurais pelo Brasil, da oportunidade da agroecologia e da busca por novos estilos de vida e de desenvolvimento. Não se trata, entretanto, de romantizar as experiências pesquisadas. Ao contrário, a partir de um processo de (inter)objetivação (DEMO, 1985; ZASK, 2004) pretende-se descrever e interpretar a realidade como ela nos aparece (sendo o nós aqui tanto o pesquisador quanto os atores sociais pesquisados), sempre levando em conta que uma tese sempre é um relato dentre tantos outros possíveis.

b) Justificativa Prática

Embora a colcha de retalhos de um pequeno grupo de produtores rurais localizados na fronteira Brasil-Bolívia não exponha a realidade de outras zonas rurais, nem de outras fronteiras, este estudo vem reforçar o quanto precisamos qualificar a experiência das pessoas, a prática e o fazer político na América Latina, onde a experiência democrática é tão frágil e recente. Ao focar nas práticas dos atores foi possível entender melhor o meio rural nas zonas de fronteiras, dentro de uma região pantaneira, e sua devastação -, e num Estado fortemente marcado pelo mercado de *commodities*. Elementos antagônicos que pedem investigação e aprofundamento científico. Por isso, podemos elencar quatro razões que justificam a tese.

De forma mais imediata, buscamos focar nas práticas das famílias do Taquaral e do 72, tanto para sistematizar a história de luta dessas famílias, quanto fazê-los enxergar as suas experiências. São mais de 30 anos de lutas, resistências e desafios diários que merecem ser recuperados, refletidos, repercutidos e publicizados para as próximas gerações.

Igualmente, retomamos e reforçamos a discussão sobre os assentamentos rurais, a concentração fundiária e a Reforma Agrária. A discussão dessa tríade se coloca como necessária para refletirmos sobre o valor social da terra, ainda mais no atual cenário, como será discutido nos resultados dessa tese, onde o orçamento do Incra e as políticas públicas conquistadas estão sendo desmantelados ou funcionando de forma bem irregular, fora a não criação de novos assentamentos.

Em terceiro lugar, temos os custos sociais e ecológicos da política de desenvolvimento sul-mato-grossense empregados há décadas. Tais custos demonstram que os grandes números obtidos pelas monoculturas do *deserto verde* (soja, milho e pastagem/pecuária) até geram elevados PIBs e se destacam no panorama produtivo nacional ilustrado pelas altas safras sempre comemoradas. Todavia, a um grande sacrifício socioecológico, tanto para a biodiversidade pantaneira, quanto para as famílias que vivem nos assentamentos rurais (seca e baixa produtividade). Ao desmitificar a “preservação” do Pantanal reforçamos a urgência do debate em torno da *transição agroecológica*, tão necessário para a região.

Finalmente, mas não menos importante, destaca-se a contribuição desta pesquisa para a carreira docente do autor da tese. Essa contribuição, já em curso, traz um novo olhar para futuro projetos de ensino, pesquisa e extensão, além, é claro, de contribuir com os esforços já realizados no âmbito do grupo de pesquisa do Nisp e do Obisf, em que se insere esse trabalho, bem como para promover um importante diálogo entre as regiões do Brasil (Sul e Centro-Oeste) e entre diferentes mundos (urbano e rural).

1.5 ESTRUTURAÇÃO DA TESE

Além dessa introdução (capítulo 1), que apresenta quadro geral da pesquisa, sua problemática, objetivos e justificativas - a tese está estruturada em mais seis capítulos complementares, seguindo com as referências, apêndices e anexos. Os capítulos dois e três detalham o marco teórico e o enfoque analítico do estudo, enquanto o cinco e seis apresentam os resultados.

O segundo capítulo, especificamente, apresenta o debate sobre desenvolvimento rural do Brasil e busca aproximar e relacionar essa argumentação com a discussão sobre a inovação social, ressaltando a importância desta última como vetor para promoção de estilos de desenvolvimento mais sustentáveis nos territórios rurais. Ao final, é apresentado o estado da arte dos trabalhos encontrados na revisão sistemática que analisam a inovação social rural, a partir dos quais apontamos as lacunas na literatura que motivaram a pesquisa e justificam a sua contribuição.

No capítulo três, adentramos mais detalhadamente na construção do enfoque analítico utilizado para operacionalizar a pesquisa de campo, considerando a realidade dos assentamentos rurais de reforma agrária. No início, o capítulo aborda o debate sobre os assentamentos rurais no Brasil e seus principais problemas públicos, passando pelo desenvolvimento da agricultura familiar, para, em seguida, construir o enfoque analítico adotado na tese. Para tanto, é realizada uma incursão, buscando promover um diálogo com os debates sobre o desenvolvimento e inovação social no meio rural – explorados no Capítulo 2, especialmente as discussões sobre as novas ruralidades, o território e a sustentabilidade -, com a socioantropologia do desenvolvimento e a sociologia dos problemas públicos, tendo por base uma perspectiva pragmatista de análise. Ao final, tudo isso permitiu construir uma lente analítica e levantar categorias e operadores de análise que ajudaram no trabalho de campo e na interpretação dos dados.

O capítulo quatro apresenta o recorte epistêmico-metodológico da tese e o desenho da pesquisa para operacionalizar o estudo de caso múltiplo e de cunho etnográfico. Para tanto, detalhamos o percurso da pesquisa etnográfica e o conjunto de técnicas de coleta e análise de dados adotadas (observação direta e participante, entrevistas semiestruturadas, análise documental e de reportagens), discorrendo e justificando sua escolha para a realização do estudo de caso. Na sequência apresentamos os limites e desafios da pesquisa, bem como uma síntese do posicionamento epistemológico e do quadro metodológico do estudo.

A partir do capítulo cinco os resultados da pesquisa são apresentados e analisados, respondendo aos objetivos propostos na tese. Inicialmente é abordado a realidade macrossocial do estado de Mato Grosso do Sul e a ecologia política do seu meio rural, permeada tanto pela concentração de terra quanto por um modelo excludente e modernizador de agricultura (baseado na Revolução Verde). São também discutidos os principais movimentos sociais rurais no território que conquistaram as primeiras formações de assentamentos rurais na região e os desafios da sua legitimação no estado. Diante dessa trajetória busca-se examinar o lugar dos assentamentos nessa ecologia política do espaço rural em MS, bem como evidenciar os desafios enfrentados pelos assentamentos.

A partir dessa contextualização, o capítulo seis inicia com a reconstituição e análise das trajetórias e experiências dos assentamentos rurais Taquaral e 72. Essa trajetória é apresentada através das *cenais públicas* que refletem as situações problemáticas vivenciadas em diferentes horizontes temporais pelos atores, bem como as controvérsias, os conflitos e os acordos construídos que permitem estabilizações e aprendizagens coletivas. Tal análise admite, num segundo momento, caracterizar as diferentes arenas públicas que se mobilizam em torno das questões que afetam os assentamentos Taquaral e 72. Mais especificamente conseguimos identificar três arenas (arena pública da agricultura familiar; arena pública da agricultura sustentável; arena pública da reforma agrária) que se relacionam e buscam responder a três problemas públicos comuns aos assentamentos: o acesso à água; a assessoria técnica e o acesso aos mercados; e a efetivação da reforma agrária. Diante disso, e a partir da análise dessas arenas, é discutido como as inovações sociais são (ou não são) produzidas e suas consequências para o desenvolvimento rural da região.

O capítulo sete apresenta as considerações finais e as conclusões do estudo. Para tanto, as perguntas de partida são retomadas e buscamos refletir sobre as semelhanças e diferenças sobre os casos estudados e como então os assentamentos contribuem (ou não) para promover o desenvolvimento rural em zonas fronteiriças na região pantaneira. As conclusões pretendem contribuir não apenas para iluminar o entendimento sobre os casos e as realidades apresentadas, mas também, para fazer avançar o debate sobre a inovação social rural.

2. EXPLORANDO O DEBATE SOBRE O DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM A INOVAÇÃO SOCIAL

“O destino da humanidade é desconhecido, mas sabemos que o processo de existir modifica-se” (Edgar Morin, 2019, p.86).

Este capítulo explora o debate teórico que embasa essa tese, buscando fazer dialogar e interrelacionar dois campos de estudos centrais nesse estudo: o de desenvolvimento rural e o da inovação social. Discutir desenvolvimento rural envolve um complexo esforço teórico, interdisciplinar e prático. Demanda compreender as diferentes correntes e paradigmas da “era do desenvolvimento” (SACHS, 1986), conforme tratamos no Apêndice B¹³ dessa tese, e como estes últimos influenciam e se refletem nas pesquisas sobre o rural e na própria noção de ruralidade que se transforma com o tempo.

A diversidade de abordagens analíticas e metodológicas para estudar o desenvolvimento rural se ampliou muito nas últimas décadas. A partir de uma revisão conceitual e sistemática¹⁴ realizada nas bases de dados científicos sobre a temática, discutimos, na primeira seção deste capítulo, o debate sobre desenvolvimento rural no Brasil. Tal análise permite afirmar que os pesquisadores/as brasileiros/as estão constantemente (re)descobrimo o rural: da reforma agrária ao avanço e consolidação da agricultura familiar; da tecnologia no campo ao crescimento da cultura de grãos e *commodities*; do desafio e da disseminação da produção orgânica ao rural para além do agrícola e ao paradigma da sustentabilidade.

De fato, são diversos os Brasis rurais. Entretanto, o progresso de outrora, ou que pensávamos ter conquistado, vem sendo questionado e o rural brasileiro patina entre um pseudodesenvolvimento e diversas mazelas e desafios que enfrenta, como violência, fome e pobreza, uso intensivo de agrotóxicos e destruição ambiental. Os espaços rurais vêm se transformando rapidamente no país e atualmente vivenciam problemas públicos complexos, o que levanta a necessidade de se repensar as rotas em termos de desenvolvimento para essas regiões.

Nesse cenário, coloca-se a importância de discutir as inovações sociais no meio rural, o que é feito na segunda seção desse capítulo, que aborda como essas dinâmicas podem ser estudadas, de modo a estimular a emergência de novas ruralidades e a promoção de estilos de

¹³ O texto apresentado no Apêndice B traz uma síntese da trajetória do debate sobre o desenvolvimento e seus paradigmas e fazia parte da primeira versão da tese, mas para dar maior fluidez ao texto e por uma questão de foco, resolveu-se em comum acordo com a orientadora apresentá-lo neste apêndice.

¹⁴ Para conhecer melhor o recorte da revisão conceitual e sistemática realizada em outubro de 2018 ver Apêndice A.

desenvolvimento mais sustentáveis no campo. No final do capítulo são apresentadas considerações finais com uma síntese do posicionamento teórico adotado e as contribuições pretendidas com a tese no estudo das inovações sociais rurais.

2.1 SITUANDO OS ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL

Na longa trajetória de debate sobre desenvolvimento nas ciências sociais, (explorado detalhadamente no Apêndice B), o fenômeno foi frequentemente interpretado e definido como sinônimo de progresso e aumento da riqueza, coligado ao desenvolvimento econômico, social e político. Isso também se expressa, de certa forma, nos estudos sobre o desenvolvimento rural que, segundo Delgado (2001) e Schneider (2010),¹⁵ podem ser aprofundados a partir de três obras balizadoras dos estudos rurais brasileiros.

Primeiramente, temos o estudo da professora Sonia Regina de Mendonça (1995), que esquematizou uma abordagem histórica do “*ruralismo brasileiro (1888-1931)*”, discutindo-o a partir do movimento ruralista nascido no final do século XIX, em decorrência do processo de expansão da urbanização. Essa “reação ruralista” foi um movimento precursor que defendeu a diversificação e a modernização da agricultura brasileira. Para a autora, o ruralismo é “um movimento/ideologia político (a), produzido (a) por agentes sociais (da sociedade civil) concretos, econômica e socialmente situados numa dada estrutura de classes e portadores de interesses nem sempre convergentes” (MENDONÇA, 1995, p.26).

Esse movimento, segundo a autora, pretendia demonstrar a diferença dos interesses agrários no Brasil desse período. Representavam os interesses da classe dominante (principalmente da sociedade paulistana), que reagia ao avanço da industrialização, defendida pelo governo da época como principal foco/interesse para promover o desenvolvimento do país. Para isso, argumentavam enfaticamente sobre a vocação agrária do Brasil e sobre a

¹⁵ Tal afirmação se embasa nesses dois autores e no resultado da revisão conceitual e sistemática realizada para construir o projeto de tese (Apêndice A). Reconhecemos, aqui, as dificuldades em empreender um esforço teórico que reconecte a historicidade do desenvolvimento rural no Brasil. Tantas outras obras poderiam ser citadas para construir este discurso, mas não estão aqui. Todavia, neste momento, buscam-se fundamentações a partir do resultado da revisão sistemática e clássica, que fomentem o argumento dessa pesquisa. Para conhecer o estado da arte nos estudos rurais sugerem-se as obras de José de Souza Martins (1981) - *Introdução Crítica à Sociologia Rural*; Sonia Mendonça (1995) - *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*; José Eli Veiga (1991) - *Desenvolvimento Agrícola – uma visão histórica*; Ricardo Abramovay (1992) - *Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão*; Ellis e Biggs (2005) - *Evolução dos temas relacionados ao desenvolvimento rural — da década de 1950 a 2000*; e, mais recentemente, o trabalho de Sérgio Schneider (2010) - *Situando o Desenvolvimento Rural no Brasil*, em que o autor empreende um debate até 2010.

necessidade da diversificação da agricultura nacional, desviando, assim, o foco da exclusividade cafeeira, a monocultura dominante na época.

Essa revisão histórica realizada pela autora permitiu-lhe identificar as principais temáticas pesquisadas sobre o rural, que até então se aplicavam ao crédito agrícola, à diversificação produtiva e à educação rural. Esses temas revelam a visão sobre a agricultura do Brasil no período, percebida como atrasada, em oposição à modernização presente no espaço urbano. Para o movimento ruralista, este atraso era o que, justamente, caracterizava a crise e o atraso do campo, justificando a necessidade de reabilitação agrícola do país.

A autora conclui que o movimento ruralista conseguiu atingir seu objetivo e se inscrever na esfera pública, justificando que, para vencer este atraso, era preciso que o país investisse nestas três áreas (crédito, diversificação produtiva e educação rural), objetivando abandonar as práticas arcaicas e rotineiras e substituí-las por técnicas de uma agricultura moderna e científica, fundamentada em experimentos (influência do taylorismo). Esse processo levaria à educação da mão de obra livre (os ex-escravos, a maior parte dessa força laboral) que também contava com outros grupos sociais, geralmente pobres, imigrantes e excluídos. O resultado dessa modernização seria encontrar a verdadeira “vocalização eminentemente agrícola do Brasil” (MENDONÇA, 1995, p.83), que resultaria na tão esperada ordem e o progresso, abandonando o tratamento especial até então dado à indústria, e superando o fim da monocultura através da diversificação da agricultura brasileira.

O segundo estudo é o do professor José Eli da Veiga, intitulado *Desenvolvimento Agrícola – uma visão histórica* (1991), que traz uma evolução da agricultura através da influência do capitalismo na questão agrária dos países desenvolvidos. Foca, além disso, o desenvolvimento das unidades familiares, fruto da moderna agricultura capitalista, citando casos de diferentes países ao redor do mundo que culminaram com uma maior compreensão e valorização da agricultura familiar.

Em linhas gerais, Veiga (1991) expõe que a modernização do setor agropecuário e as transformações socioeconômicas resultaram na chamada *revolução agrícola*, processo que dissociou e findou o feudalismo na Europa frente à ascensão capitalista. Através de uma perspectiva histórica e comparativa, o autor mostra como as decisões políticas do Estado contribuíram para a produção de alimentos em larga escala, seja através do fortalecimento da estrutura patronal, como os grandes latifundiários, seja com a valorização da agricultura familiar, entendida como ator social, fruto do movimento histórico e de políticas dos países capitalistas (como o Estados Unidos, a Dinamarca, a Inglaterra e a França), direcionadas aos trabalhadores do campo.

Dentre as principais políticas criadas pelo Estado, Veiga (1991) cita a Reforma Agrária, a estabilização de preços, a remuneração dos agricultores e a mecanização do campo. Através da modernização e da implantação destas políticas, esperava-se que os grandes latifundiários aumentassem sua produção, visto que uma das ações unificava a produção agrícola à pecuária, o que se refletiu no crescimento da cultura de grãos, além de transformar o agricultor familiar em um projeto da sociedade capitalista da época, decorrente da modernização, e que por isso acabaria aumentando a produção e gerando lucro.

É exatamente essa tratativa, segundo Veiga (1991), que coloca em xeque a compreensão de camponês - situação esta mais aprofundada no estudo seguinte, de Abramovay. Veiga coloca a valorização do agricultor familiar como consequência da expansão capitalista, que atuava como gerador de mercados de produtos agrícolas. Nos países capitalistas, estes agricultores tinham acesso às diversas políticas citadas anteriormente e delas usufruíam. Já os camponeses, entendidos como uma sociedade em transição (fase pré-industrial à industrial), não desfrutavam da totalidade dessas políticas.

Ao final, Veiga (1991) conclui que a valorização da agricultura familiar foi fomentada por intervenção estatal e operacionalizada mediante a aplicação de diversas políticas públicas, que reduziram as incertezas e, através da modernização, aumentaram a produção e garantiram a política dos preços. No caso do Brasil, conclui o autor, que a agricultura familiar precisaria passar por diversas reformas e ser objeto de interesse e intervenção estatal para que se pudesse garantir o desenvolvimento e a diversificação da agricultura nacional.

Por fim, o terceiro trabalho é do professor Ricardo Abramovay - *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão* (1992). Nele, o autor empreende uma série de discussões teóricas sobre a questão agrária, as experiências dos pequenos agricultores e a emergência da categoria do agricultor familiar moderno.

Dialogando com o trabalho de Veiga, Abramovay (1992) também defende que a agricultura de unidade familiar, presente nos países capitalistas, descende do campesinato, mas é totalmente diferente. Para validar sua argumentação, o autor revisita as abordagens marxistas e conclui que em Marx não existe uma teoria que, especificamente, trate da questão agrária. Diante dessa lacuna, o autor buscou diferenciar o conceito de agricultura familiar e camponês, afastando-se das abordagens marxistas.

Inspirado em Chayanov e em outros economistas clássicos, Abramovay (1992) apresenta uma nova referência para os estudos rurais, destacando a modernização da agricultura, a importância da ação do Estado nas políticas destinadas à agroexportação e, dentre outras, a “empresa familiar”, fruto do capitalismo, que não pode ser confundida com a

“pequena produção” ou “agricultura camponesa”. Sobre o campesinato, o autor expôs que o próprio avanço do capitalismo no meio rural é o responsável pelo fim desse sistema, caracterizado por um conjunto de tradições e vínculos sociais; afinal, no local onde o capitalismo se implanta e o “mercado começa a dominar a vida social, onde a racionalidade econômica toma conta do comportamento dos indivíduos, os laços comunitários acabam por perder seu poder agregador e os camponeses veem esvanecer-se as bases objetivas de sua própria reprodução social” (ABRAMOVAY, 1992, p.251).

Ao final, conclui que a agricultura brasileira é atrasada em relação à dos países desenvolvidos por não ter enfrentado, em profundidade, o problema agrário em sua raiz, tendo, em todo esse período, criado apenas algumas políticas superficiais que tratavam do problema. O capitalismo no meio rural até pode funcionar para o Brasil, desde que o país intensifique ações que revertam seu histórico problema relacionado à pobreza rural, um verdadeiro obstáculo a essa ascensão. Ainda, o excesso de trabalho pouco produtivo, as terras subutilizadas, o caráter desigual no desenvolvimento e as políticas modernizantes da agroindústria (que nos países capitalistas serviu para reduzir os preços alimentares para o trabalhador assalariado, o que não aconteceu no Brasil) – tudo sugere que “a agricultura brasileira ainda não enfrentou o dilema em torno do qual se estruturou o desenvolvimento agrícola dos países capitalistas” (ABRAMOVAY, 1992, p.259). Ela ainda é patronal e a sociedade, num quadro geral, ainda não se beneficiou das políticas implantadas no meio rural.

As diferentes teorizações examinadas mostram que nesse decorrer houve mudanças de significado no entendimento do fenômeno do Brasil rural e da agricultura familiar, o que permite reconhecer a complexidade da trajetória desse tipo de desenvolvimento no Brasil e situar seus principais desdobramentos.

Observamos que a origem do movimento/classe dominante do meio rural é hoje representada pelas grandes propriedades e pela produção de *commodities*, e, politicamente, pela bancada ruralista.¹⁶ Ressalta-se, também, a histórica influência das teorias da modernização no meio rural brasileiro. A própria ideia de uma agricultura familiar está vinculada a formação de mercados e de uma economia que permita o consumo dessa produção. Sua concretização demanda uma efetiva atuação estatal, principalmente através de políticas públicas que possibilitem o acesso à terra, ao crédito e ao mercado. Enquanto a inclusão do rural e a valorização da agricultura familiar é um importante vetor de

¹⁶ Refere-se a uma frente parlamentar formada por deputados e senadores no Congresso Nacional, que defende os interesses dos grandes produtores rurais. Hoje são 257 parlamentares.

desenvolvimento dos países capitalistas, o Brasil não conseguiu superar seu histórico problema relacionado ao meio rural, permeado por intensa desigualdade social e pobreza.

Segundo o relatório *Panorama da pobreza rural na América Latina e Caribe*, elaborado pela FAO para América Latina e Caribe (2018), desde 1990 houve uma grande redução da pobreza no campo. No Brasil, em 1990, 71% das pessoas viviam na linha de pobreza (renda mensal por pessoa varia entre R\$ 89,01 à R\$ 178,00). Já em 2014, eram 29%.

Entre 2014 e 2016, porém, o relatório indica que tanto a pobreza quanto a extrema pobreza (renda mensal por pessoa de até R\$ 89,00) aumentaram em toda América Latina, respectivamente, 48% e 22%. Só no Brasil (rural e urbano), de 2015 a 2017 a pobreza extrema da sua população saltou de 4% para 5,5%, afetando, portanto, 11 milhões de brasileiros (IPEA, 2015). Em 2018 (dado mais recente), a América Latina registrou o pior índice em dez anos: 62 milhões de pessoas em situação de miséria.

Soma-se a isto o envelhecimento da população do campo (segundo o último Censo Agrário/2017, cerca de 47% tem idade superior a 55 anos) e o resultado inevitável é o êxodo rural. De acordo com este censo, 1,5 milhões de trabalhadores deixou a zona rural rumo à zona urbana, em busca de melhores condições de vida. “A migração do campo está ligada a territórios dizimados pela pobreza e pela vulnerabilidade climática; e sem desenvolvimento rural não haverá desenvolvimento sustentável” (FAO, 2018, s.p.). Afinal, está nos espaços rurais uma considerável parte dos recursos naturais e ambientais, que devem ser priorizados ao se pensar o desenvolvimento, e em nível planetário, devido à sua importância, tanto para o rural quanto para o urbano.

Além desses dados recentes, há ainda uma dívida social acumulada; afinal, todos os investimentos e políticas que culminaram com o *boom* na exportação de *commodities* gerou, para o país, como bem argumentado por Sachs (2001a), o título da mais extensa fronteira agrícola do mundo, obtido sob três façanhas e exemplificados na figura 6:

- O Brasil promoveu uma agricultura moderna de grãos nas frentes pioneiras do Centro-Oeste, que prescinde quase inteiramente de mão-de-obra;
- Realizou uma colonização socialmente capenga e ambientalmente predatória na Amazônia;
- Jogou milhões de refugiados do campo nas favelas, engrossando o exército de boias-frias e deixando centenas de milhares de famílias sem-terra e sem perspectiva de urbanização efetiva, que passa pelo acesso a moradia e decentes.

Figura 6 - O “novo” rural do Brasil, em mosaico



Legenda: Cada façanha destacada por Sachs pode ser exemplificada com estas imagens, que indicam: 1) maquinário em plantio de soja em Campo Verde-MT; 2) agricultura avança em Bonito-MS, “engole” vegetação e ameaça rios; 3) plantações de soja avançam em MT próximo à nascente do rio Paraguai; 4) fronteira agrícola de soja na região do Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia) cresce e, estima-se, 14 milhões de hectares de áreas ilegalmente cultivadas ameaçando os biomas Amazônia e Cerrado.

Fonte: Imagens adaptadas de Instituto SOS Pantanal, 2017; CG NEWS, 2018.

Percebe-se, então, que o Brasil sempre tentou implantar localmente políticas e medidas idealizadas pelos países do Norte, sem sequer considerar suas proporções continentais, nem seus aspectos culturais e ecologia política, como, por exemplo, a mão de obra de origem escrava e não camponesa (pelo menos, em sua maior parte). Ademais, é possível perceber que a pauta sobre o desenvolvimento no meio rural indica, ao mesmo tempo, o debate sobre *as velhas e as novas formas de desenvolvimento*, além de uma certa *contraposição entre rural e urbano*.

A contraposição entre o velho e o novo rural se coloca, sobretudo, a partir da década de 1950, atingindo um ápice nos anos 1970, momento em que o rural foi percebido como exclusivamente agrário, associado a sinônimo de atraso e de agrícola¹⁷ (GRAZIANO, *et al.*, 2002). Segundo Martins (2001), nesse período as pesquisas interpretaram o novo no rural como uma nostálgica promessa de bem-estar, e os pesquisadores do mundo rural o estudavam pelo lado negativo; a face do rural era incongruente com o avanço da modernidade presente no espaço urbano. O velho rural é marcado por um ambiente em que a difusão de inovações

¹⁷ O termo “agrícola” está empregado no sentido apresentado por Graziano e Del Grossi (1999, p.165), referente ao conjunto das atividades agrícola, pecuária, grãos, pesca e de extração vegetal”.

era implantada com o objetivo de promover o avanço econômico no campo. Então, os estudos realizados estavam a serviço da difusão de inovações, sem se importar com os aspectos mais substantivos do meio rural, como a vida no campo. O foco era, sobretudo, econômico – um rural que servia ao progresso e a vida urbana. Nesse processo, o autor argumenta que os pesquisadores acabaram ocultando as populações rurais, sua história, seu conhecimento e seu dinamismo devido ao *contradesenvolvimento social* e a *modernização postiça* -, tudo foi suprimido pelos pesquisadores e suas pesquisas normativas¹⁸.

Nessa época o dito progresso parecia vigorar nas cidades, na área urbana; daí a construção de um rural em oposição ao urbano. “A ideia de rural, ou de ruralidade, é similar a tantas outras que só existem em relação direta com seu par oposto, tal como acontece com o masculino e o feminino, ou com o sagrado e o profano” (FAVARETO, 2006a, p.80). Assim, a trajetória sobre a *polarização rural-urbano* foi sendo definida em cada época, incorporando as características que ditavam o ritmo do desenvolvimento rural num determinado período.

Em uma reflexão mais profunda sobre o tema, Veiga (2002) apresenta em *Cidades Imaginárias, que o Brasil é menos urbano do que se calcula*, devido à precariedade utilizada para definir o que seja rural e o que seja urbano no país¹⁹. Para o autor, essa polarização precisa ser abandonada, afinal, o rural e o urbano se relacionam na vida econômica, social e ambiental, que já não pode ser percebida dissociada em uma eterna polarização. Assim, o que realmente importa é redescobrir o território e focar nos problemas de desenvolvimento rural do país. “O rural é necessariamente territorial, e não setorial como os programas dos órgãos

¹⁸ Importante mencionar que a guinada nos estudos rurais brasileiro só se altera quando este passou por sucessivos debates e revisões, principalmente a partir do Censo Agrário de 1995/96 e das edições da revista *Estudos Avançados*, na qual se buscavam incluir os dilemas do desenvolvimento rural e a existência de um novo rural (GRAZIANO, 1996; 2001), em uma direção oposta à que vinha sendo colocado em foco pelos pesquisadores (instituição de uma oposição entre o rural e o urbano). Nessa perspectiva, pesquisadores como Graziano (1996) apresentam e defendem a ideia da *pluriatividade*, segundo a qual, o rural não se restringe a atividades relacionadas à agropecuária, mas compreende também as chamadas atividades não-agrícolas, como, por exemplo, o artesanato e o turismo rural. Mais tarde isso vai reverberar na compreensão das *novas ruralidades*, discutidas mais adiante. Então, uma leitura sobre esse desdobramento mostra-se necessária. Cf. Edições v.11, nº31 de 1997 (<https://bit.ly/2AEmcMj>) e o v.15, nº43 de 2001 (<https://bit.ly/2Y4te4>) da revista *Estudos Avançados*.

¹⁹ Em reportagem noticiada pela Agência Estado (2017), o IBGE expõe que a legislação em vigor determina que cada município defina, através de legislação municipal, o que é considerado zona urbana e zona rural. Essa classificação tem incidência direta na arrecadação de tributos, a que explica ou justifica que na área urbana é cobrado pelo município o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Já na área rural, a arrecadação é federal. Em razão dessa deficiência histórica, o IBGE lançou em julho de 2017 (14 anos após a obra de Veiga, 2002), uma proposta para redefinir o rural e o urbano, a ser discutida junto aos governantes e à sociedade civil, que adota três critérios básicos para a elaboração da nova classificação: a densidade demográfica, a localização em relação aos principais centros urbanos e o tamanho da população. Dessa forma, os municípios seriam categorizados em urbanos, rurais ou intermediários. A metodologia proposta pelo IBGE segue as mesmas orientações internacionais, como as da União Europeia e dos Estados Unidos, o que permitiria a possibilidade de se comparar os resultados brasileiros. No entanto, até meados de 2019 era incerto, por falta de recursos, se haveria o Censo 2020. Quando este foi escalonado, o Censo acabou sendo adiado para 2021, em função da pandemia Covid-19. Também não encontramos mais informações sobre o andamento dessa proposta.

governamentais. O desafio está em propor uma estratégia realista que possa viabilizar uma transição de ações para uma articulação horizontal das intervenções” (2002, p.49). Mais importante do que despendar energia em classificações sobre o rural e o urbano, é preciso reconhecer sua amplitude e planejar o seu desenvolvimento.

Segundo Abramovay (2003), enfatizar a importância do desenvolvimento para o rural não significa abandoná-lo e deduzir que os espaços rurais perderam o seu lugar. Implica reconhecer que as regiões interioranas, que concentram os municípios pequenos e de médio porte cresceram, foram revalorizadas e isso é um dos mais importantes fenômenos demográficos, sociais e culturais no século XXI. Para o autor, é preciso encarar o meio rural como um espaço marcado por atividades variadas, que concentram inúmeros atores, e não interpretá-lo unicamente como o espaço de onde vão sair os produtos agropecuários.

O debate sobre desenvolvimento no meio rural, de acordo com os trabalhos considerados e balizados por Delgado (2002) e Schneider (2010), foi passando por profundas transformações, motivadas por questões econômicas, políticas, culturais, sociais e ambientais, que afetaram tanto na sua modernização, como nas atividades e sociabilidades em seu interior. Uma análise mais pormenorizada do debate permite então identificar três visões dominantes e, de certo modo, distintas a respeito do desenvolvimento rural, as quais serão exploradas a seguir.

2.1.1 As visões dominantes do desenvolvimento rural: uma síntese

O conjunto das obras apresentadas e discutidas anteriormente compõe um fértil arcabouço teórico, pois indica inúmeras matrizes de como estudar o rural, assim como sugere alguns aspectos relevantes sobre a historicidade e a valorização do tema ao longo do tempo. A seguir, apresentamos uma síntese das três abordagens dominantes nos discursos políticos e científicos sobre o desenvolvimento rural: a revolução verde, a abordagem economicista do desenvolvimento territorial e as novas ruralidades.

a) A revolução verde e o crescimento econômico centrado na agroexportação de commodities

A partir de Favareto (2006a), temos que a visão dominante que sustentou as pesquisas sobre o rural durante todo o século passado o reduziu a aspectos agrícolas e agrários, a uma dimensão setorial - deturpando a compreensão da relação rural-urbano, da proximidade com a natureza e dos laços interpessoais. Essa compreensão do desenvolvimento enquanto crescimento econômico, típica do paradigma desenvolvimentista, se materializa no meio rural com a chamada Revolução Verde.

Introduzido a partir da década de 1960, esse modelo baseava-se no uso intensivo de agrotóxicos, de fertilizantes sintéticos e de maquinários advindos de uma revolução tecnológica - de automação e mecanização (DELGADO, 2001), com a finalidade de promover uma maior mercantilização agrícola para exportação. Cientistas e políticos acreditavam que assim seria possível projetar o desenvolvimento das regiões rurais, inspirados no modelo fordista de produção e na promoção de um utópico Estado de bem-estar (LIPIETZ, 1991). Ainda hoje é um “fato corrente no campo e está presente na vida de muitos produtores em diversas áreas do mundo; todavia, para chegar ao atual estágio, foi exigida toda uma gama de fatores que marcaram a sociedade no instante de seu surgimento” (ANDRADES e GANIMI, 2007, p.43).

A implantação dessa vertente de desenvolvimento rural no Brasil foi justificada pela expansão capitalista - que seria o motor capaz de promover o desenvolvimento e combater a pobreza das famílias rurais. Daí o grande aporte dado às monoculturas e à tecnologia do campo, através de políticas públicas, linhas de crédito, pesquisa e assistência técnica feitas pelo governo brasileiro e por instituições privadas (ANDRADES e GANIMI, 2007).

De acordo com Delgado (2001), a influência do pensamento econômico hegemônico brasileiro, desde o golpe de 1964 entendia o debate sobre a agricultura e o desenvolvimento a partir de um pensamento funcionalista. Ou seja, traçava programas e políticas que mantivessem o equilíbrio, a integração social, a ordem e a estabilidade do avanço do capitalismo no meio rural. Deste modo, expressões como “*superar a crise agrária*” ou “*implantar uma nova questão agrícola*” eram centrais para formular os planos desenvolvimentistas para a agricultura, o que, segundo o autor, fomentou a implantação das chamadas cinco funções da agricultura: (1) liberar mão-de-obra para a indústria; (2) gerar oferta adequada de alimentos; (3) suprir matérias-primas para indústrias; (4) elevar as exportações agrícolas; (5) transferir renda real para o setor urbano. Ou seja, nessa perspectiva

o rural é pensado como um celeiro de produção para o urbano e o desenvolvimento do primeiro se dá pautado e subordinado a partir das demandas do segundo.

Apesar da alta produtividade, esse modelo acabou não resultando naquilo que dele se esperava. A concentração fundiária e as desigualdades aumentaram, intensificando os conflitos sociais. Foi reduzida a disponibilidade de sementes crioulas e do conhecimento popular agrícola. O êxodo rural aumentou devido à baixa geração de emprego, ampliando ainda mais a camada de excluídos nos municípios, principalmente das populações que deixaram o Nordeste para a região Centro-Sul. A pobreza rural presenciou o seu mais alto grau de alarme, sobretudo nas regiões interioranas. Cabe destacar que no início do governo de João Goulart (1961-1964) o debate em torno da reforma agrária estava em ascensão. Contudo, com o Golpe Civil Militar e o início da Ditadura Militar, a justificativa de conter um comunismo, fez com que a pauta em torno das questões rurais fosse suprimida (MEDEIROS, 1994; FAVARETO, 2006a; ANDRADES e GANIMI, 2007).

À medida que os anos 1980 avançavam, uma profunda mudança estrutural e sociopolítica emergiu no cenário brasileiro, trazendo grandes transformações econômicas, sociais, políticas e, até mesmo, rupturas com paradigmas anteriores no meio rural.

No âmbito rural, “visto de uma perspectiva histórica, os anos 1980 teriam sido um período crítico da transição do padrão modernizante e conservador pretérito para um *novo* padrão, provavelmente liberalista, mas também conservador dos anos 1990” (DELGADO, 2001, p.166). Este período permitiu o retorno do debate e do desenvolvimento de políticas para a questão agrária, após os imperativos e consequências do modelo imposto no Brasil na década de 1970. No entanto, a crise econômica dos anos 1980 adiou, outra vez, os programas de crescimento da agricultura, que nos anos 1990 experimentou certa estagnação industrial e uma maior inserção externa das exportações agrícolas.

A transição do padrão da “modernização conservadora” ao regime da liberalização comercial dos anos 1990 é mediada por todo um período de desmontagem do aparato de intervenções no setor rural, montado desde 1930 e fortemente reciclado no período militar. O desenvolvimento econômico da agricultura já não é um projeto político prioritário na agenda do Estado e tampouco o é o projeto de industrialização que puxara antes a modernização agropecuária. **Agora a prioridade está posta no setor externo**, mas de maneira muito distinta do que fora a inserção externa numa economia relativamente protegida (DELGADO, 2001, p.166, grifo nosso).

Com foco no mercado externo, o agronegócio, ou *agribusiness*, como também é chamado, ganha acessão e destaque para a economia nacional, devido, principalmente, ao grande crescimento econômico, que proporcionou ao país o título de um dos maiores exportadores de grãos do mundo. Trata-se, nesse período, de “uma associação do grande

capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária” (DELGADO, 2001, p.93). A partir dessa aliança estratégica, esta associação projeta uma economia rural externa, protagonizada pelas grandes corporações internacionais do comércio e da indústria de *commodities*, buscando o lucro e a renda da terra, sob o patrocínio da política do Estado (BARROS, 2018). O uso de tecnologias (inovações tecnológicas), da química e da genética permitiu o avanço produtivo; contudo, também intensificou a destruição ambiental, fora o risco à saúde, devido às alterações genéticas dos alimentos/sementes, a partir dos transgênicos, e ao uso do agrotóxico.

“As mudanças iniciadas em 2016 trazem de volta o ideário neoliberal para a agenda agrária” (LEITE *et al.*, 2018, p.12). Segundo os autores, desde 2016 vem ocorrendo a diminuição, e/ou algumas extinções, de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, e o processo de privatização das terras públicas,²⁰ mostrando a incapacidade do Estado para promover o desenvolvimento rural.

Grande parte dessas políticas resulta da atuação da bancada ruralista. Por exemplo, em anos recentes, esta bancada foi a responsável pela votação/aprovação de inúmeras políticas nacionais que acabaram incidindo tanto no meio rural, quanto no urbano. É o caso da aprovação do Novo Código Florestal (2012), do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (2016), manutenção do presidente Michel Temer (2016), da Reforma da Previdência em 2019, e a mais recente movimentação em torno da Medida Provisória nº 910, de 2019 (Regularização Fundiária) – a “MP da grilagem”,²¹ assinada pelo presidente Jair Bolsonaro que, dentre outras pautas, possibilita que parte das terras públicas desmatadas ilegalmente até dezembro de 2018 passe para as mãos dos desmatadores.

Lipietz (1991, p.25) diz que “os homens fazem sua própria história, mas a partir de certas condições herdadas do passado”. Isto nos permite refletir sobre as alternativas diante desse cenário e constatar que estas são *fundamentalmente política* -, assim como destacam os trabalhos de Mendonça (1995) e de Delgado (2001). Portanto, ainda hoje, um projeto de desenvolvimento rural ancorado nos ideais modernizantes é argumentado pelas elites e grupos sociais que defendem, aos seus olhos, uma visão de mundo e modelo de desenvolvimento aceitável e aplicável para toda a sociedade brasileira, mas que na realidade beneficia apenas

²⁰ Para Leite *et al.* (2018) tal privatização ocorre mediante emissão massiva de títulos de lotes nos projetos de assentamentos e a ampliação indiscriminada da posse de terras públicas validadas pela MP 910 (a MP da Grilagem³⁶). Tais medidas resultaram na transferência de patrimônio público (terra) para privados e desresponsabilizando o Estado de interferir no campo. Isso provoca, além da exclusão de povos e comunidades de suas terras, a paralisação da reforma agrária, sob o discurso de austeridade fiscal.

²¹ Segundo a *World Wide Fund for Nature* (WWF-Brasil) o termo “grilagem” deriva de uma prática antiga de envelhecer documentos forjados para conseguir a posse de determinada área de terra. Cf. <https://bit.ly/2TTagN8> Acesso em: 15 abr. 2020.

uma parte da elite dominante que segue comandando os rumos do desenvolvimento rural e colocando-o a reboque de apenas alguns interesses.

Frente ao exposto, conclui-se que, apesar de a Revolução Verde ter sido idealizada na década de 1960, seus ditames ainda estão em voga no Brasil de hoje, não sob esta mesma nomenclatura, mas revestidos dos mesmos ideais, e aprimorados. Tal projeto se vale da exportação de *commodities*, agora sob o título do “*Agro é pop*”, como anteriormente mencionado. Todo esse movimento de alteração de foco da legislação, e com esforço institucional (viabilizado pela aliança entre políticos, empresários e grandes proprietários), representa o atual cenário voltado ao mercado de exportação e traduz a força do agronegócio na sociedade, na economia e na política nacional.²²

b) O desenvolvimento, o território e a influência economicista

No Brasil, assim como em outros países do mundo, a partir dos anos 1980 - com a crise Fordista e ecológica, e diante dos efeitos do modelo da Revolução Verde - as pesquisas de políticas e programas de fomento ao desenvolvimento vão considerar uma nova abordagem que focaliza na interação entre as dimensões econômica, geográfica e cultural do desenvolvimento, com foco nos *territórios*. Isso implica a identificação e a valorização dos “recursos territoriais” (PECQUEUR, 2009), compreendidos como atributos locais e regionais a serem explorados, que constituem um potencial latente para o desenvolvimento da região.

Esse enfoque valoriza a identidade regional, a disseminação do espírito empreendedor e as parcerias por meio de redes entre as organizações públicas e privadas para a promoção do desenvolvimento no meio rural (ABRAMOVAY, 1998), contrapondo a concepção de desenvolvimento vindo de cima (*top down*) e dando maior ênfase às questões culturais, locais.²³ De acordo com o debate mais amplo nas ciências sociais (Apêndice A), é possível perceber que tanto na literatura, quanto nas políticas e programas públicos, inicialmente há

²² Segundo dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), em 2019 o agronegócio cresceu 3,81%, ampliando a sua importância e participação para a economia nacional, representando 21,4% do PIB do país. Metodologicamente, o CEPEA considera o agronegócio como o somatório de quatro segmentos: insumos para a agropecuária, produção agropecuária básica, ou primária, agroindústria (processamento) e agrosserviços. A análise desses segmentos é feita para o setor agrícola (vegetal) e para o pecuário (animal). Ao serem somados, obtém-se a análise do agronegócio. Cf.: <https://bit.ly/3hp4soT> Acesso em: 15 abr. 2020.

²³ Neste sentido, Benko e Pecqueur (2001) indicam que, com a consolidação da globalização, surgiram as “zonas econômicas” (ex. União Europeia, Mercosul, Nafta) e o paradigma do desenvolvimento regional se fortaleceu quando inúmeras “zonas de livre comércio” foram criadas para aproveitar mais as oportunidades endógenas de uma região.

uma preocupação com o *desenvolvimento local* e, mais tarde, com o *desenvolvimento territorial* (PECQUEUR, 2009).

Nessa primeira abordagem (local), a construção do território ocorre em relação a seus recursos (físicos, humanos, sociais, materiais e ambientais), ou como simples apropriação da natureza. Os estudos pioneiros se inspiram na dinamização socioeconômica da Terceira Itália, reabilitando o conceito de distrito industrial, de Alfred Marshall, que objetiva dar uma personalidade à região, explorando suas potencialidades locais.

No Brasil, a materialização dessa noção pode ser exemplificada através dos Arranjos Produtivos Locais (APL), compreendido como um conjunto de atores econômicos, políticos e sociais que desenvolvem atividades econômicas correlatas em um mesmo território (CASSIOLATO e LASTRES, 1999). Este conjunto aproveita inúmeras condições ofertadas pelo território local, somados à implantação de políticas públicas de desenvolvimento rural para fomentar empreendimentos coletivos, como é o caso do APL da silvicultura no Mato Grosso do Sul, que em 2018 faturou R\$ 387,5 milhões (MS, 2018).

Outra estratégia de promoção realizada para o meio rural brasileiro, de inspiração norte-americana, foram os *clusters*, que surgiram a partir da ideia defendida por Michael Porter, também inspirada nos distritos industriais italianos. Um *cluster* representa um aglomerado competitivo, formado, em sua maioria, por micro e pequenas empresas, referindo-se a “um agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas e instituições correlatas numa determinada área, vinculada por elementos comuns e complementares” (PORTER, 1999, p.211). Enquanto a natureza dos APLs busca a valorização do capital social no local, os *clusters* objetivam a concentração de empresas para aumentar os ganhos de capital econômico (CUNHA e TERRA, 2008).

Conforme Vieira (*et al.*, 2010), como consequências dessas dinâmicas foram estruturados novos *Sistemas Produtivos Locais* em zonas rurais, integrados em redes de PMEs formando novos tipos de atividades não-agrícolas no meio rural, fato este importante para entendermos a industrialização difusa implantada no Brasil. Assim, “no caso do espaço rural, sendo definido em boa parte por elementos econômicos, tem em sua territorialidade a presença de ações direcionadas ao desenvolvimento regional” (2010, p.12), numa perspectiva que enfatiza mais as dimensões tecnológicas e industriais e focaliza o desenvolvimento econômico dos espaços rurais.

Nessa primeira onda, voltada ao desenvolvimento local, embora se encontre a noção de território, explorada tanto na literatura, quanto nos programas governamentais, percebe-se que ele é interpretado como um conjunto de dinâmicas econômicas, que transforma/cria um

espaço produtivo. Os projetos desenvolvimentistas desse período até permitiram integrar a esfera econômica, a cultural e a institucional, tornando algumas regiões do país altamente competitivas do ponto de vista econômico, entretanto tiveram pouca incidência sobre os problemas públicos sejam eles sociais ou ambientais. Diante disso começam a emergir no debate científico e político a noção de território.

A discussão sobre território e do desenvolvimento territorial coloca-se como mais ampla do que um desenvolvimento estritamente setorial, ou local. Território e territorialidades escapam, portanto, de uma leitura reducionista espacial dos projetos regionais de desenvolvimento. No meio rural brasileiro, considerar a dimensão territorial implica levar em conta as relações sociais e sua interação com o espaço, afinal, como argumentado por Milton Santos (2002, p.7), “o território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”. O território é composto por uma multiplicidade de variáveis que englobam os sistemas naturais e as variadas dinâmicas construídas socialmente. Essas dinâmicas se expressam por meio das relações sociais, dos conflitos, da cooperação e das mobilizações, que desenhará a configuração e a organização territorial. Então, “o território usado é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 2002, p.8).

Essa compreensão territorial vai permitir olhar para o espaço rural como plural, indo muito além da agricultura, culminando com o debate sobre as novas ruralidades que será explorado a seguir.

c) O desenvolvimento territorial e as novas ruralidades

No Brasil, após a Constituição de 1988, vai se fortalecer (pelo menos em tese) uma narrativa que valoriza o regime democrático e participativo como um modelo de organização política, resultando na descentralização das decisões e na conexão da noção de sustentabilidade ecológica e social às estratégias de desenvolvimento. A partir desse momento percebe-se, no debate científico, um deslocamento de um primeiro interesse *no local*, para uma perspectiva de compreender as diferentes dimensões *territoriais* que incidem no desenvolvimento rural (VIERA; CAZELLA; e CERDAN, 2006; PECQUEUR, 2009).

As noções de território e desenvolvimento territorial vão assumir centralidade nas agendas políticas e científicas nos países do Norte a partir dos anos 1990. No Brasil, o discurso começa com a municipalização das políticas, a partir da promulgação da CF-88, mas, a ênfase no território, só terá um auge durante a primeira década dos anos 2000, quando diversas críticas ao modelo de modernização conservadora do campo rural brasileiro ganharam amplitude e ressignificação, introduzidas por meio do debate na agenda política e social. Essa temática ganhou cada vez mais destaque e sua associação à dimensão ambiental tornou-se capital, sendo esta, cada vez mais, protagonista, quando pensada para o meio rural (ABRAMOVAY, 2003, FAVARETO, 2010).

O chamado “paradigma do desenvolvimento territorial” vem assim reconhecer as inúmeras relações entre os atores locais e seus papéis no desenvolvimento rural. O território tornou-se uma questão política, na qual o jogo dos atores estabelece uma entidade sociopolítica que vai desenhar uma perspectiva de desenvolvimento no território – potencializando o uso dos recursos locais disponíveis, podendo promover um maior desenvolvimento das sociedades e a qualidade de vida das pessoas (BENKO e PECQUEUR, 2001).

Se o território é construído pela história, por uma cultura e por redes socioeconômicas, que desenham suas fronteiras (JEAN, 2010), a construção de um espaço-território envolverá, então, a identificação e a compreensão das *dinâmicas territoriais*, como destacado por Bonnal, Cazella e Maluf (2008). Estas referem-se ao caráter dinâmico, ou não, de um processo de desenvolvimento. Essa noção pode, equivocadamente, ser associada ao crescimento, entendido como diferente de desenvolvimento (como discutido no Apêndice B). Poderá, outras vezes, indicar um movimento de declínio (como uma região em crise, por exemplo). No entanto, segundo Carrière e Cazella (2006, p.34), essas dinâmicas são “a) múltiplas e sobrepostas, além de impermanentes; b) na maioria das vezes, seus limites não são nítidos; e c) elas buscam valorizar o potencial de recursos latentes ou escondidos”.

A identificação dos recursos latentes ou ocultos do território, como exemplificado por Bonnal *et al.* (2008, p.208), pode se referir à “manutenção da concentração fundiária e ao exercício do poder (que pode revelar alguns conflitos); ou fenômenos ligados à conservação de sistemas produtivos familiares (que podem ilustrar formas de resistência, adaptação ou de inovação)”.

Baseado nos estudos de Théry (*et al.*, 2006) e Bonnal (*et al.*, 2008) entende-se que o território é construído a partir das dinâmicas territoriais - resultante das interações dos componentes econômicos, sociais, ambientais e espaciais. Sob influência da participação e da

democrática deliberativa, acrescentaremos um quinto componente a esse entendimento: o político-institucional. As características desses itens são detalhadas a seguir:

Quadro 2 - Componentes das dinâmicas territoriais

DINÂMICA	COMPREENSÃO
Econômica	Trata da dinâmica dos processos econômicos, envolvendo a capacidade de inovar, diversificar, identificar e explorar um recurso local e a formação de redes e cadeias produtivas. Segundo Bonnal <i>et al.</i> (2008), envolve, ainda, os sistemas produtivos, a organização industrial, a urbanização e as novas funções dos centros urbanos, a evolução do papel das zonas rurais, etc.
Social	São transformações que se manifestam na trama das sociedades e dizem respeito às desigualdades, à densidade populacional, à cultura (história e valores) e à diversidade. A dinâmica territorial econômica incide diretamente nesta, promovendo a melhoria, ou exclusão, da qualidade de vida dos grupos sociais.
Ambiental	O componente ambiental acabou sendo associado, devido à possibilidade de exaustão da natureza (exploração da dinâmica econômica) e às suas consequências para a humanidade (dinâmica social). Os princípios de sustentabilidade e de gestão dos recursos naturais devem estar condicionados à preservação e ao <i>crescimento seletivo</i> , que protegem o planeta da degradação desenfreada através do consumo e da produção sustentáveis.
Espacial	Em termos de distribuição espacial, o ser humano viver num espaço que ele constrói e maneja. Nesse componente, cabe entender as relações sociais, a distribuição das populações, as trocas comerciais, localização geográfica, a distância - acessibilidade – a homogeneidade ou heterogeneidade do espaço.
Político-institucional	Refere-se: à participação dos atores nas estruturas de poder; à sua incidência na agenda política; à mobilização, à governabilidade, ao exercício democrático e à participação; a políticas públicas implementadas através das unidades político-administrativas (municípios e estados); a acordos de cooperação; diálogo com agentes de desenvolvimento. Outros.

Fonte: Produção própria, a partir de THERY (*et al.*, 2006); BONNAL (*et al.*, 2008, 208-210).

Os aspectos elencados no Quadro 2 foram fundamentais para recuperar e analisar a ecologia política do Mato Grosso do Sul, que permite identificar as dinâmicas territoriais não apenas que incentivam, mas principalmente dificultam o desenvolvimento do território, como a concentração de terras, refletindo-se nas dificuldades das famílias assentadas (capítulo 5). Como bem apontado por Bonnal (*et al.*, 2008), a identificação desses cinco componentes ajuda a reconhecer e caracterizar as dinâmicas de desenvolvimento territorial, numa perspectiva de descentralização, ou seja, por meio da valorização da ação coletiva de múltiplos atores.

Isso posto, é possível compreender o território como uma consequência do desenvolvimento rural, porque “este último só faz sentido se proporciona, além da satisfação das necessidades pessoais, um ambiente de vida sustentável e habitável, o que implica um desenvolvimento territorial bem sucedido que corresponda à demanda social por desenvolvimento em si” (JEAN, 2010, p.291). Pensar em desenvolvimento territorial no meio rural se torna complexo, por incitar que sejam delineados processos de co-construção, inteligíveis, e que, além da esfera econômica, considerem as questões sociais, ambientais e culturais da região. Assim, a noção de territorialidade e territorialização tornaram-se

convenientes para expressar como ocorre a relação entre os atores, e entre estes e o território, clarificando um conjunto de processos sociais ligados a uma dimensão social fundamental: a vontade humana insaciável de nomear as coisas e assim qualificar os espaços para que eles se tornem territórios (SANTOS, 2002; JEAN, 2010).

A isso se adiciona o fato de que os anos 2000 serão caracterizados, como discute Delgado (2001), como a *idade de ouro* do desenvolvimento rural no Brasil. O período abrangido entre os Censos Agropecuários de 1995/1996 e de 2006 retrata uma grande transformação na economia e política brasileiras. Nesse período, o país assistiu à consolidação do Plano Real e à queda da superinflação, que marcou o início dos anos 1980-90. Iniciaram-se diversas reformas políticas, que incentivaram a liberalização comercial com vistas a aumentar as exportações. A partir de 2003, na gestão do presidente Lula (2003-2010), foram criados e implantados diversos programas de desenvolvimento rural, com foco no fortalecimento dos territórios no campo²⁴.

Parte dessas políticas priorizou o crescimento econômico centrado na agroexportação de *commodities*, o que justifica, por exemplo, o fato de o Brasil ter sido responsável por 38% do comércio mundial de soja (22,4 milhões de toneladas). Outra parte priorizou o desenvolvimento rural, a partir da valorização da agricultura familiar, que, segundo o Censo Agropecuário de 2006, obteve produtividade superior a 40% em lavouras de algodão, arroz, feijão e milho. Houve, ainda, um aumento no número de estabelecimento de agricultores familiares, passando de 4.139.369 para 4.367.902, representando 84% dos estabelecimentos brasileiros em 2006 (Censo Agropecuário 1995/96 - FAO/INCRA). Os números surpreendem. Segundo o Censo Agropecuário de 2017, o setor registrou R\$ 20,48 bilhões do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP); 50,7% desse valor, procedente da agricultura familiar.

O cenário político, desde o governo FHC, passando pelo governo Lula e Dilma, era favorável às lutas sociais rurais, tanto assim que diversos movimentos conseguiram ter um maior poder de incidência nas agendas políticas. Isso foi demonstrado no *I Censo da Reforma Agrária do Brasil* (1996), segundo o qual, 161.556 famílias foram assentadas até àquele ano país, em 1460 projetos de assentamento. Esses números se devem, dentre outros, a

²⁴ A destacar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que permitiu o acesso a recursos financeiros para o desenvolvimento da agricultura familiar (AF); o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que adquiriu alimentos da AF das famílias assentadas para as ações do programa Fome Zero; o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), que visava a acelerar a aquisição de máquinas e equipamentos para estradas vicinais; o Programa de Cadastro da Terra e Regularização Fundiária, que se propunha garantir a permanência dos agricultores familiares na terra, assegurando a posse do imóvel ao trabalhador do campo; o Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), que não é especificamente voltado às atividades rurais, mas ao desenvolvimento territorial em áreas fronteiriças (SANTO, 2015).

importância e a amplitude da ação do MST no país que, mais do que lutar pela terra, veio atuando com conscientização dos mais vulneráveis, para que os trabalhadores rurais, os indígenas e demais membros percebessem que a terra é um direito, e sua luta era um ato democrático. Outros exemplos foram a demarcação de terras indígenas (5 milhões de hectares em 2009) e da criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), em 2012, decorrente da 4ª Marcha das Margaridas, realizada no ano anterior. Esses exemplos, de tantos, foram conquistas de diferentes atores, balizadas dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criado em 1999, durante a gestão do presidente FHC e fortalecido durante os governos do Partido dos Trabalhadores.

Na sequência, contudo, sucessivas alterações econômicas e políticas marcaram o país. Se, num dado momento, o avanço econômico reverberou no meio rural, gerando as consolidações tratadas anteriormente, as irrupções políticas iniciadas em 2016 ocasionaram um desmonte no desenvolvimento rural, exemplificados aqui com o fechamento do MDA, reduzida a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Cooperativismo. Com o desmantelamento da Pnapo, em 2019, inúmeros retrocessos começam a marcar o Brasil rural.²⁵

Se os pesquisadores do início dos anos 2000 estavam esperançosos e vibrantes com os avanços no mundo rural, implantados no decorrer desse período, *o futuro das regiões rurais* (ABRAMOVAY, 2003), a revalorização das regiões interioranas, as redes organizacionais entre as iniciativas empresariais e organizações públicas, o enfoque ambiental, tudo passa por um profundo desmantelamento, num grande retrocesso para o rural. Tal cenário verdadeiramente catastrófico, caracteriza os feitos e as consequências desta atual *idade de ferro* do desenvolvimento rural²⁶, caracterizado por um certo fim da *idade de ouro*, e a necessidade de rediscutir a compreensão sobre as novas ruralidades.

A problemática das novas ruralidades recoloca a agricultura no debate dos países do Norte e também do Sul; dessa vez, considerando uma agricultura (sobretudo a familiar) integrada com o meio ambiente e que pode se colocar como uma via de resposta para as crises

²⁵ Como exemplo, cf. nota 05.

²⁶ Chamamos de *idade de ferro* no sentido de luta, um esforço necessário para a reconstrução das políticas públicas mediante ação coletiva de diferentes atores, que priorizem o desenvolvimento territorial rural, valendo-se da sustentabilidade. Esse período reflete o momento pelo qual passamos atualmente e surge em oposição a primeira década dos anos 2000 - a *idade de ouro* argumentada por Navarro (2011) -, que exemplifica o crescimento em todos os eixos de desenvolvimento rural, incluída nele a questão agrária. Concordamos com o autor sobre as conquistas desse período, mas o desmantelamento das políticas ambientais, sociais, da agricultura familiar, indígenas e do retorno ao foco essencialmente externo (*commodities*) expõe as lutas necessárias para reverter o discurso/projeto dessa idade de ferro em voga.

sociais, sanitárias e ambientais e especialmente no caso do Brasil, para as profundas desigualdades sociais, geradoras de pobreza e o êxodo rural.

Segundo Abramovay (2003), em 1998, a FAO indicou que as cidades não podem ser definidas pelas indústrias; e nem o meio rural pela agricultura. Embora, em muitos casos, a agricultura ofereça distintas oportunidades de emprego e geração de renda para as áreas rurais, a FAO indica que é preferível não defini-la pelo seu caráter essencialmente agrícola. Isso porque os domicílios rurais se engajam em diferentes atividades econômicas, e não só as estritamente rurais fazem parte da renda da família. Igualmente, quanto mais as economias rurais se desenvolvem, mais se afastam das atividades dominadas pela agricultura. Portanto, é preciso pensar em unidades de análise que emergjam a partir do território e não só dos sistemas agrários. O box 1 apresenta três dimensões fundamentais para as novas ruralidades, baseado em Abramovay (2006).

Box 1 – Compreensão das novas ruralidades

i) *a relação de proximidade com a natureza* – É onde a natureza e o espaço rural podem gerar renda; porém, como qualquer atividade exploratória em ambientes naturais, está sujeita a impactar o meio natural. A sustentabilidade é uma preocupação e um enfoque analítico recorrente. À medida que a noção de “ruralidade incorpora o meio natural como um valor a ser preservado e não como um obstáculo que o progresso agrícola deva remover — vai ganhando força às políticas e as práticas produtivas voltadas para a exploração sustentável da biodiversidade” (2006, p.27).

ii) *Importância das áreas não densamente povoadas* – Trata-se de áreas nas quais as pessoas, a terra e outros recursos estão localizados em um espaço aberto, do qual o rural faz parte. Aqui, a natureza também tem um grande valor e incide diretamente na densidade populacional e na formação das pequenas e médias cidades. Em busca de uma visão positiva para o meio rural, é preciso investir nestas pequenas e médias cidades, tidas como rurais, para que a região se desenvolva e gere renda.

iii) *Relações interpessoais devido à baixa densidade populacional e ao número populacional reduzido* — A relação do meio rural com a cidade indica que as áreas rurais possuem pequenos e médios assentamentos humanos, apresentando uma infraestrutura básica na qual os laços e ligações socioeconômicas acontecem. Existem cidades nas regiões rurais,²⁷ do que procede a importância de demarcar o que é o espaço rural, à condição de que este possua uma relação de mútua dependência com os centros maiores.

Fonte: Produção própria, com base em ABRAMOVAY, 2006.

²⁷ Basta pensar em alguns exemplos brasileiros, como é o caso das cidades de Dourados (MS), que possui 218 mil habitantes e uma economia voltada, principalmente, para as produções de milho, soja, feijão; como da mesma forma, a cidade de Chapecó (SC), com 216 mil hab., na qual a criação de aves se destaca. Ambas formam mesorregiões, constituindo o epicentro de cidades rurais menores, localizadas ao redor.

Esta caracterização não implica numa romantização do rural, nem na criação de um modelo ideal a ser seguido. É apenas uma referência, ou como chamou o autor, um esforço para demarcar a importância de se pensar, no campo político e científico, em possibilidades que permitam integrar mais organicamente a cidade e o campo, sem eliminar suas particularidades – a organização social, a economia, a sua ecologia e o território, pois, segundo Abramovay:

Ruralidade é um conceito de natureza territorial e não setorial; não pode ser encarada como etapa do desenvolvimento social a ser vencida pelo avanço do progresso e da urbanização. A agricultura, a indústria, o comércio são setores econômicos: a ruralidade é, e será cada vez mais, um valor para as sociedades contemporâneas (2001, p.2)

Interpretar o rural enquanto “categoria de pensamento” (CARNEIRO, 2008, p.9) e um espaço singular e plural significa pensar que as diversas ruralidades são formadas por uma coletividade de atores e *actantes* (LATOURET, 2012) em interação. As ecologias sociopolíticas e ambientais das ruralidades estão em eterna transformação, expressa por diferentes universos socioculturais e econômicos. Daí a importância da experiência e da *memória coletiva*.

Segundo Carneiro (1998), a memória coletiva (ou consciência histórica), exemplifica as conexões entre as sociedades e a articulação entre passado, presente e futuro. É através da memória, que “os atores encontram sua força e duração no fato de ser sustentada por um conjunto de indivíduos, cuja lembrança do passado tem relação com sua condição de membros do grupo. Identidades que podem levar a reivindicar mudanças” (1998, p.62). Contudo, a falta dessa reflexão pode levar a um desarranjo social; momento em que o passado se perde, ou ganha versões deturpadas, incidindo na atual vida pública. No caso do rural e, mais especificamente de assentamentos rurais, foco dessa tese, a falta desse tipo de memória acaba por gerar a desarticulação coletiva e consequente baixa mobilização política.

O rural e suas dinâmicas sociopolíticas passam a ser estudados, então, a partir de suas trajetórias sociais e espaciais, recuperadas e religadas, para dar sentido às relações campo-cidade e a compreensão das novas ruralidades. Isso está sintetizado no estudo de Carneiro (1998) que nos traz importantes considerações sobre essas novas ruralidades. Para a autora os espaços rurais não se definem mais unicamente pelas atividades agrícolas. São diferentes e inúmeras as novas formas de organização das atividades econômicas e sociais que surgem como alternativa ao processo do êxodo rural e, consequentemente, ao desemprego urbano. Constituem, igualmente, uma alternativa ao padrão de desenvolvimento agrícola dominante, aí incluídas as formas de lazer, preocupação/pensamento ecológico e até mesmo, os meios alternativos de vida no campo.

As tramas sociais no meio rural indicam relações de complementaridade e também de oposição entre os territórios. Isso posto e admitido, identificar a intensidade da vida local e as dinâmicas territoriais empreendidas pelos atores possibilitará (re)conhecer as *práxis* e as experiências das áreas rurais — como se dão as práticas de trabalho, o acesso aos bens, o desenrolar da vida e a permanência do homem no campo. As ruralidades são empiricamente observáveis e não previamente instituídas (CARNEIRO, 1998); não há uma ruralidade em geral - ela se expressa de variadas formas e distintos em universos culturais e socioeconômico podendo ser entendida como uma experiência singular; por isso, é preciso investigar os processos localizados de cooperação para compreender as suas diversas ruralidades em cada território desse Brasil.

2.1.2 Sustentabilidade no meio rural: quais perspectivas?

O desenvolvimento é um paradigma ocidental, baseado em uma experiência histórica específica, que procura “impor um conjunto de valores específicos a ele, certo tipo de relação entre as pessoas e a natureza, linha do tempo e uma racionalidade puramente econômica” (AZOULAY, 2002, p.80). Grande parte das teorias do desenvolvimento surgiu em reação às teorias anteriores, explorando uma lacuna ou crítica (Apêndice B).

No decorrer dos anos, novas formas de desenvolvimento, com viés ambiental, ganham forma já no final da década de 1960, período em que o modelo keynesiano-fordista se enfraquece por não mais promover a expansão e o acúmulo de riqueza idealizado, bem como sofre a influência de diversas mobilizações sociais e ondas de conscientização, caso do movimento *Maio de 1968*, que, dentre outras questões, começa a reivindicar a introdução de novos estilos de vida pautados no ambientalismo, no feminismo, nos direitos civis, no pacifismo, na liberdade e na causa animal. Para Benko e Pecqueur (2001), foi a partir dos anos 1970 que o processo da globalização se intensifica - expresso em diferentes tipos de trocas: capitais, bens, serviços, pessoas e informacionais. Dentre os diferentes tipos, talvez este último seja o principal deles, afinal, as trocas informacionais são as responsáveis pela convergência dos modos de vida, propagando uma cultura universal planetária.

Segundo Zuindeau (2000), em termos mais concretos, os incômodos ambientais tradicionais como, por exemplo, a degradação do ar nas grandes cidades, o aumento da quantidade de resíduos sólidos, a erosão do solo, a redução de áreas úmidas, dentre outros, se

defrontam com novos²⁸ problemas (como a chuva ácida, o aumento do buraco da camada de ozônio, o aumento do efeito estufa e seu impacto no aquecimento global, os desmatamentos no Hemisfério Sul, a poluição nuclear, a desertificação e a redução sem precedentes da biodiversidade), o que intensifica o debate acerca da conscientização ambiental.

Soma-se a estes incômodos a crise do petróleo (década de 1970) e a disseminação do movimento intitulado *Os Limites do Crescimento* (1972), encomendado pelo Clube de Roma, que defendia o crescimento zero, afora a crítica ao desperdício dos recursos naturais não renováveis, questionando-se, assim, a incompatibilidade entre a preservação ambiental e crescimento econômico.

Segundo Vieira (1995), as publicações oriundas da *Conferência de Estocolmo*, em 1972, começam a demonstrar esse conjunto de problemas ambientais associados à degradação crescente dos processos produtivos instituídos até então, o que passou a mobilizar a preocupação e a opinião pública mundial. Nesse período, o discurso se inicia com o conceito de *ecodesenvolvimento*²⁹ “um critério de racionalidade social diferente da lógica mercantil, idealizado sob um conjunto de questões sobre o ambiente como potencial de recursos que podem ser postos a serviço da humanidade, de forma sustentada” (SACHS, 1986, p.112-113). Esta corrente se consolida como instrumento de análise e intervenção após a elaboração do *Relatório de Brundtland* (1987), culminando com o documento *Nosso Futuro Comum* (1991), e propagado através do conceito de *desenvolvimento sustentável* na *Cúpula da Terra*, realizada no Rio de Janeiro em 1992 (Eco-92).

Dessa forma, a discussão em torno da sustentabilidade vem sendo propagada em diferentes manifestações e eventos, como, mais recentemente, no *Fórum Econômico de Davos* (2019), marcado também pela discussão ambiental, cuja preocupação central foi *a preservação da vida humana*, argumentada principalmente por jovens líderes, caso da ambientalista Greta Thunberg, que no painel “construindo um caminho sustentável para um futuro coletivo”, pediu aos líderes mundial que “a ciência e a voz dos jovens não são o centro da conversa, mas precisam ser” (*sic*)³⁰. Ou seja, a discussão da sustentabilidade atravessa diferentes épocas, mas o objetivo ainda é o mesmo, e pode ser resumido em *repensar as atividades econômicas presentes sem comprometer as gerações futuras*.

²⁸ Contudo, vale destacar que está errado chamar esses problemas de “novos”, pois alguns dos fenômenos inventariados por Zuideau são até antigos, a exemplo do desmatamento no Hemisfério Norte.

²⁹ Em suas notas Sachs (1986, nota 8, p.177) indica que o termo *ecodesenvolvimento* foi mencionado pela primeira vez por Maurice Strong, na época, Diretor Executivo do Programa das Nações Unidas para o Ambiente, durante a realização da Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente realizada em 1972.

³⁰ Entrevista disponível em <https://glo.bo/2MFmR6j> Acesso em 03 de mar. de 2021.

O paradigma da sustentabilidade emergiu e rapidamente foi incorporado nas ciências sociais, bem como se desdobrou em diferentes correntes e debates internacionais. Legitimou-se ao ser interpretado como um conceito político, científico e amplo para se compreender o progresso econômico e social (conservação da natureza e crescimento econômico), fundamentado numa inscrição territorial³¹. Esses desdobramentos analisam a questão do meio ambiente, do território e da economia e acabaram se difundindo em diferentes categorias dentro das teorias de desenvolvimento, como as de desenvolvimento viável, gestão patrimonial de recursos de uso comum, desenvolvimento sustentável e, mais recentemente, de desenvolvimento territorial sustentável que “têm contribuído para dotar o enfoque de ecodesenvolvimento de fundamentos científicos e éticos cada vez mais sólidos” (VIEIRA, 2009, p. 40). Destaca-se também a crítica à noção de desenvolvimento que emerge no caso da corrente latino-americana do *Buen Vivir* que valoriza, como colocado por Acosta (2014), um estilo de vida diferente dentro do capitalismo; novas formas de interrelação sociedade-natureza, fundamentado nos aprendizados e na cultura indígena (conhecimento popular), de outros grupos tradicionais, e na interdisciplinaridade.

No Brasil, o paradigma da sustentabilidade passa a se capilarizar nos diferentes níveis e esferas de governo (BURSZTYN e BURSZTYN, 2010; ALMEIDA, 2015; SEIDLER *et al.*, 2018) e nas organizações da sociedade civil (ANDION, 2007), sendo incorporado nos repertórios e nas práticas relacionadas ao desenvolvimento. Isso vai também reverberar no meio rural, sobretudo pela crítica ao paradigma agroexportador da Revolução Verde.

Seidler *et al.* (2018) revisitaram a produção científica sobre a sustentabilidade no meio rural de 2008 a 2017, e concluíram que essa área é caracterizada por variadas discussões, o que mostra a trajetória no tratamento da temática. Segundo os autores, a argumentação hegemônica dos artigos aponta que *a sustentabilidade no meio rural deve ser pensada a partir da agricultura familiar*. Mesmo posicionamento é defendido pela ONU (2015), que coloca a agricultura familiar como *protagonista para a transição à uma economia sustentável, em termos de desenvolvimento*. Almeida (2015), assinala que inicialmente a agricultura sustentável brasileira buscou integrar a produtividade dos sistemas agrícolas às questões ambientais, no intuito de dirimir os impactos das atividades. Mais recentemente, a *agroecologia* é apontada, tanto cientificamente quanto politicamente, como uma perspectiva

³¹ Sem aprofundar a discussão sobre a historiografia do paradigma da sustentabilidade, da ecossocioeconomia e do ecodesenvolvimento, o que fugiria aos objetivos desse estudo, assumimos que o debate é muito mais amplo e, nesse sentido, indicamos a leitura de Sachs (1986, 2009, 2010) e Vieira (1995; 2006; 2009).

prática de sustentabilidade na agricultura familiar (GLIESSMAN, 1990; ALMEIDA, 2015; SEIDLER *et al.*, 2018).

Isso porque, durante muito tempo, o estudo da ecologia e dos sistemas agrícolas estiveram dissociados (preservação do meio ambiente *versus* produção agrícola), enquanto desde sempre deveriam ser pensados junto. Fato é, segundo Caporal, Costabeber e Paulus (2006), que após um longo período de separação, uma rede de pesquisadores internacionais começou a pensar como resolver, de forma unificada, os problemas dos sistemas alimentares através da ecologia. Surgia, assim, a possibilidade da agroecologia, pensada enquanto matriz epistêmica interdisciplinar, promover a sustentabilidade no meio rural. Segundo os autores, essa matriz é robusta, reconhece e considera a experiência e os saberes populares, neste caso, agricultores, indígenas, famílias assentadas pelo programa da Reforma Agrária, pescadores, quilombolas, povos que vivem na floresta, bem como os mediadores (rede de pesquisadores) envolvidos no processo de desenvolvimento rural, incorporando o potencial local da região. A agroecologia, enquanto proposta, busca idealizar uma atividade de longo prazo que potencialize a sustentabilidade socioambiental, permitindo um desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado.

Enquanto prática, o campo da agroecologia começou a se formar no início do século XX, a partir da compreensão e dos efeitos da crise socioambiental e do desenvolvimento de novas técnicas de manejo e sistemas agrícolas. Autores como Stephen Gliessman (1990) vão argumentar que para um manejo agroecológico é importante melhorar a estabilidade geral do sistema, e não apenas lidar com os problemas depois que eles ocorrem. O método deve ser natural, localizado (variando de acordo com a região) e interativo (pela inserção de plantas, insetos, herbívoros e seus inimigos naturais).

A partir dos anos 1980, a propagação dessa abordagem se intensifica, e, o Brasil, é um país chave nesse processo, contribuindo fortemente com o debate. “Essa expansão é promovida pelas redes locais de inovação, as quais articulam agricultores, extensionistas, pesquisadores e suas variadas formas de organização, sendo conhecidas como redes de agroecologia” (SAMBUICHI *et al.*, 2017, p.14). Segundo os autores, o foco então não era o de padronizar técnicas produtivas e replicá-las em larga escala. Partindo do princípio de se garantir a soberania alimentar, a proposta da agroecologia é desenvolver uma transição que permita às comunidades tradicionais uma mudança gradual e sustentável nas práticas agrícolas, desenhando estratégias para produção, o consumo e a comercialização dos bens de que se necessitam.

Mas à medida que o campo da agroecologia tomava forma, uma grande controvérsia surgia relacionado à metodologia de pesquisa. Segundo Gliessman (1990), a discussão centrava-se em compreender como uma ou outra abordagem poderia garantir ecologicamente a obtenção de resultados, além do desenvolvimento da agricultura. A partir de então, o entendimento geral é que o funcionamento de um agroecossistema varia em qualquer parte do mundo, pois muitos dos problemas enfrentados pelos produtores são sociais e não técnicos. Em razão disso, Caporal *et al.* (2006) informam que desde os anos 2000 a percepção sociológica também se fundiu à perspectiva inicial, passando a considerar os saberes populares.

Desde então, a base teórico-metodológica do estudo da ecologia agrícola se diversificou mundo afora, e os sistemas de produção alternativos são aplicados a partir da concepção de florestas, permacultura, sintrópicas, biodinâmica, orgânica e até na agricultura urbana, alguns dos principais exemplos atuais. Inclui-se nessa pluralidade de propostas a equidade de gênero, com destaque para o papel das mulheres dentro do movimento e do sistema agroecológico. Devido a essa complexidade, mostra-se necessário³², como argumenta Bensadon (2019, p.55), mais do que definir, compreender o “processo de aparecimento da agroecologia enquanto um problema público e da ação coletiva construída, [entendendo] como essas questões se refletiram na formação e construção do campo agroecológico”. Esse processo é sintetizado no box 2, que busca recuperar alguns marcos da agroecologia no Brasil.

Box 2 – O movimento agroecológico no Brasil

Desde 1970, a emergência do movimento agroecológico começou a aglutinar diferentes pessoas, e em diferentes países, as quais, através de diversas ações públicas, contra-hegemônicas à lógica dos agronegócios, passaram a criticar a modernização da agricultura, caso do Movimento de Agricultura Alternativa (MAA). Já na década de 1980, Bensadon (2019) argumenta que os *Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa* (Ebaas) foram pioneiros em promover a articulação de experiências de agricultura alternativa em diversas regiões do país, através das quais os casos nacionais passaram a dialogar com uma rede de *expertises* internacionais.

Desde então, foram diversos os encontros regionais que se fortaleceram e ganharam espaço na agenda política, como a Lei 7.802/1989, considerada a primeira a tratar do uso excessivo de agrotóxicos, e o Decreto 98.987/1990, que passou a reconhecer as reservas extrativistas como territórios destinados à exploração autossustentável, apenas pela população extrativista³³.

³² Principalmente, porque veremos, a partir do capítulo 5, a tentativa de se implantar um sistema agroecológico nos assentamentos Taquaral e 72.

³³ No site *Brasil Agroecológico*, é possível analisar a linha do tempo em torno da luta pela agroecologia no Brasil. Cf. <https://bit.ly/2G7j6Dj>. Já Lígia Bensadon (2019), inspirada na *sociologia dos problemas públicos*, apresenta toda micropolítica em torno do movimento agroecológico.

Depois dessa oxigenação e da realização da Eco-92, com consequente disseminação do paradigma da sustentabilidade e da agroecologia como uma possibilidade de agricultura sustentável para o meio rural, o movimento foi se inscrevendo em diferentes projetos pelo país, mas seu ápice levaria ainda uma década, quando, em 2002, aconteceu o *I Encontro Nacional de Agroecologia*.

Desde esse encontro, as discussões políticas em torno do movimento agroecológico ganharam espaço e porta-vozes. A argumentação principal era que, além da necessidade de se investir em estudos e pesquisas com vistas a aprimorar as técnicas produtivas, a mudança social dessa proposta permitiria um novo eixo de desenvolvimento rural. Isso vem mobilizando diferentes atores, em diferentes níveis decisórios e em diferentes regiões do Brasil. Dessa articulação surgiu, em 2003, a *Articulação Nacional da Agroecologia* (ANA).

Foram diferentes grupos de trabalho e congressos científicos organizados pela ANA até que o movimento político em torno da base agroecológica conseguiu, em 2011, uma grande publicização, quando da realização da *4ª Marcha das Margaridas*³⁴ – movimento social conduzido por mulheres representantes do campo e da floresta, que se mobilizaram para lutar contra a fome, a pobreza, a violência sexista, sob o lema do desenvolvimento sustentável.

Em parceria com a Contag, e mais de 4 mil sindicatos rurais, o movimento conseguiu o reconhecimento social e ecológico pretendido, e a institucionalização de sua ação, consolidada através da *Política Nacional da Agroecologia e Produção Orgânica* (Pnapo), concretizada pelo Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Operacionalizando as ações do decreto, surgiu a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo), responsável por coordenar os trabalhos entre os diferentes atores e monitorar o plano previsto. Contudo, o Decreto nº 9.784, de maio de 2019, gerou um grande retrocesso nesse campo, pois revoga o decreto da Pnapo.

Sem uma lei nacional, a ANA vem buscando reverter tal retrocesso. Atualmente, o fortalecimento se dá nas esferas regionais, como, por exemplo, no Mato Grosso do Sul, que publicou, em 2018, a *I Política Estadual de Agroecologia, Produção Orgânica e de Extrativismo Sustentável Orgânico do estado* (Lei 5.279/18).

Fonte: Elaboração própria a partir dos autores citados no box.

Importante salientar que a prática agroecológica se fundamenta na produção orgânica, uma vez que os produtos cultivados não possuem agrotóxicos. Contudo, conforme apresentaram Sambuichi *et al.* (2017), o movimento da agricultura orgânica é anterior. Surgiu na década de 1940, numa proposta contra o uso excessivo de fertilizantes e outros insumos químicos na agricultura. A defesa é que o solo precisa ser mantido vivo (importância dos microrganismos), por meio da adubação orgânica. Esse modelo alternativo teve grande repercussão, e grande aceitação, entre os consumidores. Diversas críticas/desafios, contudo, começaram a eclodir, como o fato de a ênfase ser dada ao produto final e, consequentemente, ao mercado; e não ao processo em si, que inclui tanto a preservação da natureza quanto a qualidade de vida do produtor.

Outra crítica/desafio refere-se ao custoso processo da certificação (via auditória), uma grande barreira para os pequenos produtores que precisam da certificação para acessar esse

³⁴ Cf. 4ª Marcha das Margaridas <https://bit.ly/2DhCwUP> Acesso em: 15 abr. 2020.

mercado. Esse custo pode variar de R\$ 6 mil a R\$12 mil por ano, no caso da horta orgânica³⁵. Para contornar este desafio, surge a *certificação participativa*, ou *aos pares*, através da qual os próprios produtores certificados começam a vistoriar um ao outro, fundamentado no *controle social*, valendo-se da ética, um dos princípios agroecológicos que, segundo Caporal *et al.* (2006), se refere tanto ao tratamento moral entre os produtores, quanto a intervenção humana no meio ambiente e no pensar/projetar uma ação para as futuras gerações. A certificação participativa tem se expandido a partir da aprovação da lei 10.831, de 2003, cuja criação foi uma conquista dos movimentos agroecológicos, em particular da Rede Ecovida como tratado por Serva e Andion (2020). A organização do movimento agroecológico no país gira em torno de redes regionais, como a Associação de Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul (Apoms) e a Rede Ecovida – organização de agricultores da Região Sul do Brasil. Estas, e tantas outras, interagem nacionalmente através da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

Devido às similaridades e confusões generalizadas existentes, o Quadro 3 apresenta as principais diferenças entre o produto orgânico, o agroecológico e o em transição agroecológica.

Quadro 3: Diferenciação entre produtos orgânicos, agroecológico, em transição agroecológica

Tipo do Produto	Descrição
Orgânico	O produto orgânico não utiliza agrotóxico em sua plantação, nem realiza queimadas. Considera, ainda, as condições de trabalho dos agricultores e o equilíbrio do meio ambiente no entorno da produção. Embora seja mais saudável, nem todo produto orgânico é agroecológico. Há grandes formações de agroindústrias para beneficiar e comercializar a produção. Não há impressão do selo <i>Orgânico Brasil</i> . O controle é realizado pelos próprios produtores através de Organizações de Controle Social (OCS).
Agroecológico	O produto agroecológico envolve o orgânico; entretanto, o orgânico totaliza os objetivos do agroecológico. Isso se deve ao fato de o agroecológico também considerar a não utilização de agrotóxicos, e a não realização das queimadas. Contudo, este produto tem um foco com a responsabilidade social e ambiental mais amplo que o orgânico, devido ao movimento agroecológico que vai priorizar o saber local, a tradicional vida camponesa, o planejamento familiar e a segurança alimentar. Todo produto agroecológico é certificado. Atualmente, diversas redes de atores promovem as feiras agroecológicas e solidárias, onde os produtos são divulgados e comercializados.
Em Transição Agroecológica	Já os produtos em transição agroecológica indicam um grupo de famílias, e sua produção, em fase de acompanhamento e orientação para transformar as bases produtivas e sociais, em equilíbrio com meio ambiente, além de recuperar o solo. Seguem os princípios da agroecologia e consideram os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos. Os produtos também são comercializados, em sua maioria, através de feiras. Os produtores têm o prazo de 5 anos para transitar e torna-se agroecológicos.

Fonte: Os autores, a partir de ANA, 2020; BENSADON, 2019; SDA, 2019; CODEAGROSP, 2020

³⁵ Os valores variam dependendo do tipo de produtividade e operação. Disponível em: <https://bit.ly/3sXRgMX>
Acesso em 03 de mar. de 2021.

A produção dos orgânicos não para de crescer no país. Segundo o estudo sobre a produção e o consumo de produtos orgânicos no Brasil (2000-2020), elaborado pelo Lima *et al.* (2020), em 2012 o país tinha 5.900 produtores orgânicos cadastrados. Em 2014, já eram 10.200; em 2019, esse número chegou a 17.730 produtores, um aumento de 300% se considerada toda a década. Esse crescimento se deveu ao aumento da procura, o que intensificou a produção.

O estudo informa ainda que as vendas aumentaram 11% no período, colocando o Brasil na 12ª posição mundial da produção orgânica. O grande desafio, porém, continua sendo a concentração de terras, com foco nas monoculturas, pois, no país, a área destinada à produção orgânica é de 1.136.857 ha. Isso acaba limitando a expansão da lavoura orgânica, a diversificação produtiva, a conservação de sementes crioulas e a consequente preservação ambiental. Outro ponto é o reduzido aporte do governo federal para pesquisas, congressos, e inovações tecnológicas para o setor.

Frente ao exposto, percebemos que o grande desafio da sustentabilidade no meio rural é reduzir os impactos da produção agrícola sobre os recursos naturais. Inclui-se nesse desafio o descaso do governo federal com as políticas destinadas à agricultura familiar; e sua ênfase para as *commodities*, o que impacta na concentração de terra e na produção de diversas desigualdades no meio rural. Há desafios além da esfera institucional, como a resistência dos agricultores em aprender novas técnicas de cultivo e também da população sobre a importância de consumir esses produtos. Se historicamente as políticas agrícolas não consideravam a sustentabilidade, como afirmam Sambuichi *et al.*, (2012), mais recentemente a agroecologia é colocada como uma reconfiguração de um novo projeto para o desenvolvimento rural sustentável. Ela está contida no eixo das *novas ruralidades*, pois prioriza a natureza, a interiorização do país e as relações existentes nas difusas comunidades rurais e tradicionais espalhadas pelo Brasil. Contudo, a essência desse movimento não é nova, uma vez que os índios, por exemplo, há muito tempo têm essa sintonia, conhecimento e prática. Trata-se, portanto, de uma nova forma política (entre várias possíveis) de tentar direcionar o desenvolvimento rural no sentido da sustentabilidade.

A partir do debate empreendido nesta seção sobre o desenvolvimento rural em suas diferentes matrizes, esta tese seguirá olhando para este fenômeno a partir das lentes das *novas ruralidades* com um olhar voltado para a *sustentabilidade* entendida não como um estado que é alcançado de uma vez por todas, mas como um processo que se constrói a partir da ação e

da “invenção” dos atores sobre o ambiente em que estão inseridos. Tal perspectiva se ampara numa compreensão da interrelação entre ser humano e natureza que também é discutida no pragmatismo, em particular na obra seminal de John Dewey (1929) “Experiência e Natureza”. Como discute o autor:

A ideia de que o ser humano e a experiência são separados da natureza são separados está a tal ponto enraizada nos espíritos que a associação dessas palavras aparece para muitos como um círculo quadrado [...] Proponho dirigir a atenção para uma outra possibilidade que associa a natureza e a experiência, lá onde a experiência se apresenta como um método, o único capaz de acessar a natureza e de penetrar seus segredos, de tal forma que as revelações empíricas que emergem aprofundam, enriquecem e dirigem o desenvolvimento ulterior da experiência [...] Si o que está escrito nessas páginas produz como resultado a criação e a promoção de um respeito pela experiência humana concreta e suas potencialidades e me estimaria feliz. (DEWEY, 1929, p. 22-67).

Partindo dessa compreensão de que os avanços, limites e desafios da construção de novas ruralidades no Brasil se constroem no cotidiano a partir das experiências que vivenciam os sujeitos que colocam em prática esse desenvolvimento é que vamos olhar para os casos que serão estudados. Para isso, entende-se que as experimentações em termos das inovações sociais (ou socioambientais) são centrais para colocar em prática “novas ruralidades”, podendo nos indicar como podemos aprender com o mundo rural e as transformações na sua trajetória (JEAN, 2012). A inovação social é vista como uma chave analítica para pensar as novas ruralidades e a sustentabilidade no meio rural, como discutiremos mais detalhadamente na próxima seção.

2.2 INOVAÇÃO SOCIAL RURAL: SUBSÍDIOS PARA ENTENDER OS CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Quando se trata de desenvolvimento rural, o social é apresentado como elemento central da inovação (JEAN, 2012; KLEIN *et al.*, 2012). Assim, a *inovação social rural*, entendida em termos de efeitos e processos (MOULAERT; SEKIA, 2003), passa a indicar reconfigurações intencionais, direcionadas a práticas sociais no plano do desenvolvimento rural (NEUMEIER, 2017), incidindo diretamente na vida dos atores sociais (BOCK, 2012). Associa-se a isto a sustentabilidade, central para compreendermos esse tipo de inovação no meio rural, pois é composto por um campo de pesquisa interdisciplinar que trata de questões ligadas à relação sociedade-natureza, sendo estas oriundas dos inúmeros conflitos ambientais e de evidências empíricas (VIEIRA e WEBER, 1997).

Diante disso, exploraremos aqui a inovação social como chave analítica para compreensão das dinâmicas associadas às novas ruralidades e para pensar e colocar em prática novos estilos de desenvolvimento mais sustentáveis no meio rural no Brasil, mais particularmente, na zona de estudo, como apresentado.

A argumentação dessa seção começa explicando a transição entre a noção de inovação *tout court* e a inovação social, para explicitar o que o adjetivo adiciona à nossa compreensão dessa noção na sua relação com os estudos sobre desenvolvimento, no seio dos quais a noção emerge. Ao reconhecer essas diferenças, partimos para (re)discutir a interface entre as inovações sociais e o desenvolvimento dos territórios, dissociando-a da ideia da “inovação territorial” simplesmente.

A partir daí trataremos, mais detalhadamente, como temos trabalhado empiricamente a noção de inovação social e sua inscrição nos processos de desenvolvimento e na ação pública, no âmbito do Nisp; exploramos a abordagem pragmatista desenvolvida pelos pesquisadores do Núcleo e como essa se desenvolve até construir uma abordagem mais recente para compreender os Ecossistemas de Inovação Social (EIS) e as arenas públicas que o conformam. Para finalizar, tratamos da nossa contribuição para estes estudos, aprofundando o debate sobre a “inovação social rural” e levantando as lacunas de tal debate para abrir espaço para o enfoque analítico e desenvolvido nesta tese, que será aprofundado no próximo capítulo.

2.2.1 Da inovação à inovação social: quais mudanças?

Analisando as teorias do desenvolvimento, suas abordagens e conceitos, fica evidente que a noção de *inovação* é central nesse debate, entendida essencialmente como “um projeto para a ação instrumental, que reduz a incerteza nas relações de causa e efeito envolvidas na obtenção de um resultado desejado” (ROGERS, 1971, p.13). Majoritariamente a inovação passa a ser considerada sinônimo de *inovação econômica, produtiva e/ou tecnológica* (BIGNETTI, 2011), o que acabou ocultando o antigo debate acerca das dimensões sociopolíticas e humanas do desenvolvimento (MOULAERT *et al.*, 2017), perdendo espaço para o viés tecnológico e organizacional, tidos como os impulsionadores do desenvolvimento (HOWALDT *et al.*, 2014). Contudo, como demonstram os estudos de Mulgan *et al.* (2007), Moulaert (2009), Bignetti (2011), Howaldt *et al.*, (2014) e Moulaert *et al.* (2017), o termo *inovação social* não é novo, especialmente no mundo científico. Uma análise histórica do seu

significado revela sua amplitude, longevidade e domínios da prática, como demonstraremos a seguir.

Por muito tempo, sobretudo nas ciências sociais aplicadas, a inovação vem sendo colocada como um artifício exclusivo do empreendedor, relacionado a uma função organizacional, sendo considerada fundamental para o crescimento das empresas e um verdadeiro instrumento da competitividade, que pode gerar resultados (DRUCKER, 2017). Todavia, segundo Moulaert (2009), o termo “inovação” precede tanto a “inovação tecnológica” quanto a “inovação social”, e foi cunhado pela primeira vez no início do século XVIII, em textos religiosos do mundo ocidental, tendo seu uso uma conotação ideológica que aspirava mudanças sociopolíticas. Isso pode explicar a razão da inovação ter sido altamente contestada até o final do século XIX, já que se polarizou na direção política (revolucionária ou republicana) e social (momento em que ocorre a introdução do termo “inovador social” por William Sargant em 1858, no sentido de mudança social).

Dessa polarização, como expressou Moulaert (2009), acabou surgindo uma referência deturpada da inovação -, momento em que a busca por mudança social passa a ser associada exclusivamente à reforma social e ao socialismo. Esse ato, e a falta de um diálogo interdisciplinar, principalmente entre as teorias de desenvolvimento, as teorias de mudança social e uma análise estrutural da economia, acabou deixando o aprofundamento e a discussão tardia, que só foi iniciado no final do século XIX.

Até este final do século e século, tanto a inovação como a inovação social não haviam sido amplamente teorizadas. Entretanto, como destacam Howaldt *et al.*, (2014), o avanço da sociologia permitiu o surgimento das teorias de mudança e desenvolvimento social, e passaram a apresentar como a “invenção social” poderia acontecer mediante transformações e reprodução de práticas sociais. Politicamente, os autores destacam as contribuições de Benjamin Franklin, iluminista americano que atentou para a necessidade e importância das pequenas mudanças dentro da organização social das comunidades. Cientificamente, Moulaert *et al.* (2007), citam outras denominações atribuídas à inovação social, como mudança, transformação e regulação social (numa perspectiva weberiana e durkheimiana) -, o que nos levou, inspirados nesses autores, a revisitar tais perspectivas.

Émile Durkheim (1893), por exemplo, tem uma preocupação central com a ordem social em *As Regras do Método Sociológico*, e reforça que os problemas sociais complexos da sociedade industrial (miséria, luta entre as classes, greves, outros), associados ao desenvolvimento de inovações tecnológicas (surgimento da eletricidade, do petróleo, outros) - acompanhados da divisão e especialização do trabalho, poderiam contribuir tanto para a

regulação social e renovação da ordem social (redes de solidariedade através da interdependência dos trabalhadores, devido a divisão), quanto para um certo otimismo e esperança em torno do progresso econômico.

No mesmo ano, Gabriel Tarde lança *Monadologia e Sociologia*, onde, numa resposta crítica ao estruturalismo durkheimiano, o autor demonstra que a análise das práticas revela que tudo é sociedade, e não só o trabalho; há uma multiplicidade de formas, em maior ou menor escala, que mostra outras coletividades (interação entre os indivíduos) além da ordem social e da regularidade previamente acreditada. A análise das práticas dos atores revela a materialização do discurso e as variadas *invenções* que estes vão agregando a sua vida social (TARDE, 2018).

No início do século XX a discussão continua, e Max Weber já utilizava a expressão “invenções sociais” para designar as distintas mudanças da sociedade e a relação entre ordem social e inovação, que sofriam influência direta do sistema capitalista em expansão. Em *Economia e Sociedade*, lançado em 1922, Weber (1999) expõem que a ação social parte de um indivíduo por uma dada motivação; esta pode vir a interagir com outros indivíduos, ou até influenciá-los através da coletividade. Caso o novo comportamento se espalhe e seja aplicado (transformação), ele poderá ter um uso social estabelecido (comportamento coletivo).

A partir da década de 1930 a percepção e compreensão da inovação ganha novos rumos, sendo fundamentalmente influenciada pela obra *Teoria do Desenvolvimento Econômico* (1934) de Joseph Schumpeter, que atribuiu à inovação o papel de impulsionar o progresso econômico, mediante o esforço intensivo do progresso técnico (uso das tecnologias). Desde então, segundo Bignetti (2011), a inovação passa a ser entendida como vinculada à geração de valor econômico oriunda de “novas combinações” que permitem a obtenção de lucros e serve de motor ao sistema capitalista.

Apesar da primazia da referência aos trabalhos econômicos de Schumpeter, é importante reconhecer que a inovação foi tratada por outros economistas clássicos, como Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx, sendo também analisada como decorrente do progresso tecnológico. Contudo, foi a partir de Schumpeter (1985) que os estudos sobre a inovação ganharam expressão, adquirindo um status teórico próprio para explicar o desenvolvimento econômico, a partir da introdução da ideia de *destruição criativa*. Nesse caso, a inovação ocorre por meio da criação de algo novo, ou da transformação de algo existente, sendo mensurada através do avanço do crescimento econômico. A inovação seria então o motor do desenvolvimento econômico e técnico.

Entre as décadas de 1940 a 1950, período entre e pós-guerra, as influências antropológicas e da história tentam resgatar o debate sociopolítico em torno da inovação, mas, naquele momento, não ganhou espaço no debate. Foi o caso de Edgar McVoy que, em 1940 e sob influências antropológicas, analisou a ocorrência e os padrões de *difusão de invenções* sociais e a resistência à inovação nos Estados Unidos. Na conclusão, o autor destaca a importância das comunicações para irradiar as inovações na cidade. Já em 1948³⁶, foram publicados vários textos do historiador Marc Bloch, fundador da *Escola dos Annales*, onde ele, dentre outras contribuições, destaca a importância da *memória coletiva* para a construção da identidade e os efeitos dessa coletividade para a mudança social. Revisitando os estudos de Bloch, Olivier de Sardan (1995) apresentou que, para o historiador, na análise da evolução das sociedades, as fases de inovação não podem ser simplesmente explicadas pela pressão das necessidades econômicas. Para Bloch (1948):

Eu me pergunto se essas interpretações não são muito simples, se não há outras razões, tiradas do contexto do próprio meio social, que às vezes explicaria o **desenvolvimento do espírito de invenção, até sua desaceleração**. Seria apropriado, **olhar para a estrutura interna da sociedade e à ação mútua nos vários grupos que a compõem**” (Marc Bloch, 1948 In: OLIVIER DE SARDAN, 1995, p.85, grifos nossos).

Apesar dos esforços empreendidos, o viés sociopolítico não conquistou espaço naquele momento. Como colocado por Bignetti (2011), as inovações ditas tecnológicas dominavam o debate científico e político, e foram desdobradas tanto em planos de governo quanto no ambiente organizacional, através de inúmeros modelos, teorias, casos, metodologias e práticas para disseminar a inovação.

Na década de 1960³⁷ a preocupação central era sobre a difusão da inovação tecnológica, que ganhou notoriedade após a publicação dos trabalhos de Everett Rogers (1962) sobre *Difusões de Inovações*, que trata da difusão e adoção dos resultados de pesquisa e das melhores práticas, objetivando atingir um sucesso. Para não fugir ao foco desta seção (tratar das inovações sociais), o box 3 apresenta um balanço sobre as perspectivas mais populares da inovação na teoria clássica e seu processo de difusão.

³⁶ Texto publicado quatro anos após a morte do autor. Cf.: Bloch, M. (1948). Les transformations des techniques comme problème de psychologie collective. *Journal de Psychologie Normale et Pathologique*, 1, 104-115.

³⁷ Lembrando que foi a partir da década de 1960 que diversas difusões de inovações tecnológicas começaram a ser desdobradas e replicadas no meio rural brasileiro, no período da Revolução Verde.

Box 3 – Perspectivas populares da inovação e difusão na teoria clássica

Revisitando as diferentes abordagens atribuídas à inovação na teoria clássica, Policarpo (2016) destacou que a inovação como *resultado* e a como *processo* são as formas mais comuns. Para o sucesso, ambas demandam a *difusão*.

Na primeira, a inovação surge como novidade, pela introdução de mudanças técnicas nos produtos e serviços ou pela utilidade real ao oferecer comodidade, conforto, segurança, energia, qualidade ou estética. Já na segunda, do tipo processual, a autora indica existirem inúmeras formas, sendo a abordagem difusionista (a popularização de uma nova ideia adotada, sob a justificativa de que pode levar anos para sua maturação, levando as pessoas a acelerar a taxa de difusão de uma inovação) a mais utilizada. Além desta, outras abordagens comuns são o modelo linear de *Marquis* e o de *Kline*. Ambas preveem que a inovação começa com uma investigação aplicada, que passa para o desenvolvimento tecnológico e termina com o *marketing* - lançamento da novidade no mercado). Também comum ou conhecida é a abordagem de Peter Drucker (2017) sobre fontes de inovação, sejam elas oportunidades internas (necessidade do processo; mudança; ou novos mercados), ou externas (demográficas; percepção e novos conhecimentos científicos).

Para Policarpo (2016), o assunto principal, tanto na inovação como resultado, como na processual, são a gestão do conhecimento e aprendizagem, gestão da inovação (competitividade, capacidades tecnológicas e desenvolvimento de produtos e serviços), as habilidades gerenciais e a tomada de decisão (gerenciar projetos e as práticas cotidianas da organização). Aí também se inclui a definição de estratégias e competências (vantagem competitiva, escalonamento de recursos, análise do ambiente, redes e arranjos produtivos).

Segundo Rogers (1971, p.11), inovação é uma ideia, prática ou objeto “percebido como novo por um indivíduo ou outra unidade de adoção. Pouco importa se a ideia é, ou não, objetivamente nova, medida pelo tempo decorrido desde seu primeiro uso ou descoberta”. O que importa é que a novidade percebida da ideia surge da reação que o indivíduo atribui a ela, ou seja, se a ideia parece nova para o indivíduo, é uma inovação (a importância da sua atribuição de valor). Essa novidade contempla novos conhecimentos, mesmo que seja um conhecimento popular e/ou ninguém tenha dado a devida atenção/atitude favorável a ela. Essa novidade depende de conhecimento, persuasão ou decisão de adoção. O resultado final dessa combinação *será a sua difusão*.

Sobre a difusão, cabe destacar uma lacuna encontrada por Rogers (1971, p.40-41) e que dialoga com a percepção de inovação deste trabalho. Segundo o autor, os primórdios do estudo sobre “difusão” esteve presente desde a formação e consolidação das Ciências Sociais na Europa, especificamente, nos trabalhos de Gabriel Tarde, que em 1903 (*The Laws of Imitation*) dedicou-se a observar certas generalizações sobre a difusão de inovações, o que nomeou de “*as leis da imitação*”. O objetivo de Tarde era “aprender porque, de cem inovações diferentes concebidas ao mesmo tempo - inovações na forma de palavras, em ideias mitológicas, em processos industriais outras -, dez se espalharão e noventa serão esquecidas [...] entender o que motiva a imitação”. De acordo com Rogers o que Tarde chamou de *imitação* é hoje chamado de *adoção* de uma inovação.

Gabriel Tarde conclui que o sucesso e a ampliação de adoção de uma determinada inovação ocorre quando os formadores de opinião em um sistema usam a nova ideia (replicação). Para Gabriel Tarde, a difusão das inovações era uma explicação básica e fundamental da mudança do comportamento humano: “Invenção e imitação são, como sabemos, os atos sociais elementares” (Tarde, 1969, p. 178, in. ROGERS, 1971, p.41).

Fonte: Os autores, a partir de Rogers (1971); Policarpo (2016).

Diante do avanço do capitalismo, e de suas consequências (empobrecimento e destruição ambiental), Moulaert (2009) relata que no início do século XX, a introdução do paradigma da *economia social* vai tentar propor/idealizar uma nova economia frente ao avanço do capitalismo. Mas, a grande virada só viria acontecer no final do século XX, especificamente a partir de 1970 e nos países do Norte, quando a resistência à agenda neoliberal contribuiu para que pesquisas em torno da inovação social fossem retomadas, e colocadas não só dentro das indústrias e organizações, mas, como será demonstrado na próxima subseção, na análise territorial e concatenada à mudança social.

Em 1970, James Taylor buscando compreender como uma mudança pode ser introduzida e mantida dentro de uma comunidade, lançou *Introducing Social Innovation*, artigo pioneiro na área, onde o autor defende que um pequeno movimento social pode ter um grande impacto; e que a inovação social significa “formas aperfeiçoadas de ação, novas formas de fazer as coisas, novas invenções sociais” (1970, p.70). Já no livro *Social Innovation and the Division of Labour*, publicado em 1983, Jonathan Gershuny analisa o impacto da mudança técnica no desenvolvimento econômico. Valendo-se da interdisciplinaridade e da história, tal qual Taylor, o autor concluiu que reconhecer porque determinadas ações aconteceram no passado e outras não, “permite compreender a história de certos grupos e o entendimento da decisão tomada [quem decide e o que decide] e como as necessidades são satisfeitas a partir dessa decisão” (1983, 465-466).

Em 1986, foi criado no Canadá o *Centre de Recherche sur les Innovations Sociales* (Crises),³⁸ que até hoje trabalha com a inovação social através de três eixos - território; condições de vida; trabalho e emprego -, destacando-se as contribuições de Benoît Lévesque, Jean-Marc Fontan e Juan-Luis Klein.

Segundo Mulgan *et al.*, em 1992, a *Comissão Europeia de Investigação e Inovação* começou a analisar os fenômenos sociais urbanos. Isso fortaleceu o debate em torno da inovação social na Europa, amplificando o tema numa perspectiva interdisciplinar, para além da economia (MURRAY *et al.*, 2010), incluindo a sociologia (HOWALDT e SCHWARZ, 2010; NEUMEIER, 2012), a psicologia (MUMFORD, 2002) e o planejamento e o desenvolvimento territorial (MOULAERT *et al.*, 2007). Desde então, o *Bureau of European Policy Advisers* (Bepa), passa a ter um papel central com objetivo de fornecer *links* importantes para conectar o planejamento, o gerenciamento, a sustentabilidade e a governança

³⁸ Cf.: <https://crises.uqam.ca/>

nas cidades, buscando melhorar a qualidade de vida de todos os cidadãos e criar estratégias de competitividade para economia das cidades europeias.

Bock (2015), complementa essa passagem informando que, a partir de 2015, essa mesma comissão publicou **uma proposta de pesquisa de inovação social como uma nova ferramenta para o desenvolvimento rural**. O box 4 sintetiza essa passagem, em que a pesquisa sobre inovação social foi direcionada para o meio rural europeu.

Box 4 - A inclusão da inovação social no meio rural europeu e em eventos no Brasil

Em 1991 a União Europeia cria a *Ligações entre Ações do Desenvolvimento da Economia Rural* (Leader), cujo objetivo é apresentar projetos territoriais inovadores através de novas abordagens sistêmicas e multissetorial, buscando a dinamização do meio rural. Segundo Boch (2012), valorizando a aprendizagem coletiva e criativa, o Leader passou, desde 2015, a ser considerado *sinônimo de inovação social rural* (ISR), pois sua abordagem - territorial e endógena do desenvolvimento rural -, enfatiza novas práticas, produtos, atitudes, valores e novas relações sociais entre a cidade e o campo. “É importante que os habitantes das regiões rurais realizem seus próprios planos de desenvolvimento, utilizando recursos locais e conhecimento popular. O Leader facilita a capacitação local, o aumento da confiança e da autoestima entre os produtores e o fortalecimento de uma identidade coletiva” (2012, p.60).

Na Europa, como apresentou Boch (2015), a agenda do Bepa comentada acima também foi levada para o meio rural. Em 2016, por exemplo, o *Progetto Rural HUB* emitiu a *Manifestação de Interesse em Inovação Social Rural - acompanhando o caminho para o desenvolvimento de ideias e atividades empreendedoras* (tradução nossa), assinada entre a União Europeia e o Ministério da Educação e de Desenvolvimento da Itália, cujo objetivo é incentivar o desenvolvimento de atividades e ideias orientadas a inovação social rural, chamado *Caminho do Hub Rural*. O caminho é feito pelo Hub Rural (incubadora) que define e potencializa um modelo de empresas rurais inovadoras (*startups* de jovens empreendedores). Trata-se de um dos primeiros projetos de inovação social rural da Itália.

Em 2015, a vigésima sexta edição do *European Society for Rural Sociology Congress* discutiu se a inovação social é uma solução ou marginalização para as áreas rurais. A conclusão dos pesquisadores é que o desenvolvimento rural é social e relacional e resulta da interação e colaboração social. Já a marginalização rural é parte de processos mais amplos de mudança social. Logo, a inovação social no meio rural pode contribuir para a mudança social, desde que, seja endógena, e parta das práticas e experiência dos atores.

Em 2017 foi realizado o *International Scientific Conference Rural Development 2017*, um tradicional evento rural europeu que, pela primeira vez, teve uma seção destinada a discutir a inovação social (*Social Innovations for Rural Development*). 100 trabalhos foram publicados nesta linha e analisaram o rural sob diversos aspectos (gênero, tecnológico, *cluster*, pesquisa, manejo, outros). A preocupação geral é conceituar e oferecer projetos para potencializar uma atividade rural.

Tanto os projetos citados, quanto a realização dos eventos, demonstram o quanto é recente o debate sobre a inovação social no meio rural europeu. Mais ainda no Brasil, onde um dos maiores eventos da área (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - Sober) ainda não tratou dessa temática até 2020. O único evento específico do meio rural encontrado que tratou do tema foi o *Seminário Nacional sobre Agricultura Familiar*, realizado em 2017 e que será discutido mais adiante, na seção que analisa a revisão sistemática.

Fonte: Os autores, a partir de dados da revisão sistemática e da conversa com alguns pesquisadores europeus (via e-mail ou ResearchGate) que participaram desse evento em 2017.

Outra experiência internacional que vale ser citada aconteceu de 2009 a 2017, o *Escritório de Inovação Social e Participação Cívica* do governo de Barack Obama, que idealizou diversos programas para combater a pobreza, superar a exclusão social, empoderamento de minorias e outros³⁹.

Se o debate em torno das inovações sociais é bem recente nos países do Norte, na América Latina é ainda mais. Enquanto lá, desde a década de 1980, boa parte das políticas buscava transmitir uma visão da democracia baseada em redistribuição de renda, como discutido acima, no mesmo período, boa parte da América Latina estava passando ou saindo da Ditadura Militar. A democracia ressurgia através dos processos de redemocratização. A redistribuição de renda era uma expectativa almejada; todavia, outros problemas sociais estavam presentes como a fome, a pobreza, a desnutrição, a mortalidade infantil dentre outros. No Brasil rural, a concentração de terra, as lutas pela terra e a destruição ambiental, eram algumas das principais questões. Segundo Santo e Voks (2021), isso exemplifica a difícil construção da democracia na América Latina, que é constantemente marcada por novos dilemas e problemas públicos, que configuram novas necessidades e realidades.

Diante desta realidade, Domanski, Howaldt e Villalobos (2015) entendem que a inovação social desponta como um papel de destaque na América Latina⁴⁰, pois permite demonstrar a configuração de práticas sociais em certas áreas e contextos, focalizada pelos próprios atores sociais. Apesar dessa tendência, concluem os autores, existe um baixo conhecimento desta temática, que passou a ser mais discutida a partir de 2010 na região.

No Brasil, o artigo e o laboratório pioneiro são, respectivamente, o coordenado por Luiz Bignetti (2011) e o Núcleo de Inovações Sociais na Esfera Pública (2010), coordenado pela orientadora dessa tese, Carolina Andion. Dentre as principais experiências latinas, podemos destacar o *Encontro Latino-americano de Inovação Social no Setor Público* (Elis), evento que reúne servidores públicos, empreendedores sociais, pesquisadores, estudantes e sociedade civil em geral de toda a América Latina; a *Maestria em Innovación Social y Gestión del Bienestar*, um mestrado específico da Universidad de Guadalajara/México; o Grupo de Design Estratégico para a Inovação Cultural e Social (Unisinos - Porto Alegre) e as experiências do Observatório de Inovação Social de Florianópolis (Udesc), que será apresentado mais adiante.

A partir desse breve panorama histórico do debate sobre inovação social foi possível reconhecer que embora os estudos que se utilizam do termo sejam recentes a discussão sobre

³⁹ Para mais, cf. <https://bit.ly/30vFI7a>

⁴⁰ Ocasão em que os autores estavam pesquisando a inovação social em Santiago/Chile.

o fenômeno é antiga e central nas ciências sociais. A emergência do termo inovação é anterior a suas vertentes tecnológica e social e carrega consigo questões e significados de cada época que, em comum, enfatizam a mudança social, ou seja, a adaptação e transformação do social para se adequar ao seu tempo, relacionando-se à inventividade das experiências humanas. Percebe-se que esse sentido se altera com o tempo, caracterizada por uma desvalorização das dimensões social e política de toda inovação e a valorização de suas dimensões tecnológica, econômica e produtiva. Contudo, esse foco acaba negligenciando a importância de se compreender em profundidade as mudanças sociais (centrais em todo processo de inovação), como elas se produzem e quais as suas consequências para produção de fins desejáveis (DEWEY, 1929).

Atualmente, segundo Howaldt *et al.*, (2014), o que diferencia a inovação social da tecnológica é justamente seus efeitos na sociedade. A inovação tecnológica também pode atender uma função social⁴¹, devido a uma alteração para a sociedade; ou pode ser fundamentalmente econômica, quando destinada exclusivamente aos negócios e formas organizacionais (visando lucro). Desse modo, como argumentam Taylor (1970) e Gershuny (1983), o entendimento das práticas coletivas, da trajetória e da memória para alcançar um dado fim e de como as ações contribuem para isso são questões chave para se estudar a inovação social. Isso não se resolve, contudo, apenas a partir de uma definição “abstrata” e *a priori* e exige pensar em como nos dirigimos e observamos as inovações sociais experienciadas na vida real em dinâmicas de desenvolvimento rural. É disso que trataremos nas próximas seções.

2.2.2 Aproximando o debate entre inovação social e desenvolvimento de territórios

A aproximação entre os debates sobre inovação social, desenvolvimento e territórios⁴² não é recente. Como discute entre outros Pecqueur (2009) e Cefaï (2017a e 2017b) essa interface já era considerada pelas ciências sociais desde a Escola de Chicago, quando, nos anos 1920, os pesquisadores buscavam compreender a associação entre os atores no meio

⁴¹ Nesse sentido, Moulaert (2009, p.14) cita: “A teoria de Schumpeter de inovação foi muito além da lógica econômica usual e apelou para um conjunto de sociologias (culturais, artísticas, econômicas, políticas e assim por diante), que ele buscou para integrar uma teoria social abrangente que permitiria a análise de desenvolvimento e inovação”.

⁴² Segundo Moulaert (2009), nas ciências sociais contemporâneas há um interesse crescente na ideia de inovação social. O autor sintetiza quatro esferas de interesse. A primeira é a esfera da gestão, a segunda é o campo das artes e criatividade; a terceira, que tratamos nesta seção, diz respeito à *inovação social no desenvolvimento territorial*; e a quarta esfera refere-se a ciência política e administração pública.

urbano e os fatores externos, que incentivavam a geração de inovações. Entretanto o debate ressurgiu e ganhou maior força no início de 2000, com alguns estudos que iluminam a limitação das abordagens territoriais sobre a inovação aplicada ao estudo de problemas sociais. A partir dos trabalhos de Moulaert e Sekia (2003), Klein e Fontan (2014), e Howaldt *et al.* (2014) sintetizamos, a seguir, tal debate.

Tradicionalmente as teorias de desenvolvimento estão voltadas a construir abordagens normativas e prescrições que possam contribuir para construção de sociedades e economias “mais desenvolvidas”. Grande parte dessas teorias permanece, então, no nível de análise macro/global, mas, segundo Howaldt *et al.*, (2014), isso sempre se traduz, na prática para escalas meso e micro, afinal, essas teorias acabam sendo testadas em diferentes situações da vida real e buscam, normalmente, influenciar as mudanças sociais.

Até os anos 1980, o debate foi fortemente impulsionado por uma visão “desenvolvimentista”, segundo a qual, a inovação poderia ser impulsionada pelo Estado e suas políticas públicas, que deveriam criar as condições necessárias para o desenvolvimento de inovação tecnológica. Para Klein e Fontan (2014), essas políticas, com inspiração *keynesiana*, tinham o Estado como ator central do modo de regulação Fordista, responsável por transmitir uma visão da democracia baseada em redistribuição de renda (fator econômico) e acessibilidade aos serviços públicos (fatores sociais).

A partir dos anos 1980, os fatores econômicos e sociais garantidos pelo Estado entram em crise nos países do Norte e também do Sul, juntamente com o modelo de regulação Fordista (LIPIETZ, 1991). Para Klein e Fontan (2014), esse evento provocou um movimento de desindustrialização das sociedades ocidentais, a abertura das fronteiras internacionais, o abandono da proteção das economias nacionais, a assunção da globalização, bem como generalizou a difusão dos princípios econômicos de inspiração neoliberal em diferentes setores da sociedade. Esses rearranjos sociais contribuíram para que surgissem novas formas de prestação de serviços a grupos desfavorecidos, com objetivo principal de manter a renda e os empregos, nos países do Norte. Portanto, devido aos novos problemas sociais, inúmeras ações começam a ser realizadas pelas organizações da sociedade civil, por empresas e certos segmentos do aparato público.

Essa crise intensificou o debate científico e político em torno da necessidade de criar novos olhares para os problemas sociais, econômicos e ambientais, associados à coesão social e à sustentabilidade, além de compreender os fatores de sucesso das ações inovadoras em resposta às demandas sociais e às novas necessidades sociais geradas em tempos de crise. Segundo Moulaert e Sekia (2003), durante esse transcurso a inovação foi apontada como um

dos termos que mais caracterizava a sociedade global — que incessantemente demanda por criação, adoção e difusão de inovações.

Moulaert e Sekia (2003) argumentam que, a partir deste momento, o conceito de inovação de Schumpeter passou a ser associado à dimensão territorial, originando o termo *inovação territorial*, que aproxima o pensamento à prática, tendo o propósito de impulsionar um meio ambiente inovador através de dinâmicas institucionais locais, como os distritos industriais. No entanto, conforme apontado pelos autores, a noção de *inovação territorial* aplicada para compreender as *inovações sociais* gera imprecisões conceituais. Isso porque, as inovações são puramente interpretadas como decorrentes das tecnologias e impulsionadas pelo mercado, o que nem sempre se aplica na esfera pública, como discutimos acima. Segundo os autores, algumas das inovações aplicadas no território estão mais condicionadas a processos de conscientização, mobilização e aprendizagem coletiva do que um aparato tecnológico, propriamente dito.

Territorialmente falando, isso significa que a inovação social envolve, entre outros, a transformação das relações sociais no espaço, a reprodução de lugares, identidades e cultura espacialmente trocadas, e o estabelecimento de estruturas de governança relacionadas à escala; afinal, uma determinada ação pode ocorrer em diferentes comunidades. Isso também significa que a inovação social é muitas vezes, local ou regionalmente específica, e/ou espacialmente negociada entre agentes e instituições com forte afiliação territorial (MOULAERT, 2009, p.12).

No artigo *Inovação Social e Governança nas Cidades Europeias*, Moulaert *et al.* (2007) concluem que a inovação social não é redutível a um campo de atuação, nem a um determinado setor da economia (típico da inovação territorial). Ela envolve uma variedade de atividades e práticas orientadas para a resolução de problemas sociais ou para atender às necessidades humanas. Dessa forma, preparam o terreno para um debate que se expande muito na última década e se concentra na interface entre inovação social, cidades e problemas urbanos.

A inovação social passa a ser apontada como um vetor capaz de suscitar mobilizações e respostas para a melhoria da qualidade de vida, especialmente no meio urbano, através da construção de cidades mais resilientes sustentáveis e inclusivas por diversos pesquisadores (MOULAERT; SEKIA, 2003; MCPHEARSON *et al.*, 2014; HOWALDT *et al.*, 2014; MEHMOOD, 2016 ; ANDION, ALPERSTEDT e GRAEFF, 2020). Nesse sentido, passa a ser também incorporada na formulação e implementação de políticas e programas públicos em

vários países com vistas a atingir os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)⁴³ da Organização das Nações Unidas (ONU).

Todo esse movimento permite observar uma reaproximação dos estudos sobre inovação com aqueles que se interessam em compreender as questões sociais e os problemas públicos, como era o caso já nos anos 1930 na Escola de Chicago, conforme discutido. Percebe-se assim uma **maior valorização das dimensões social e política da inovação e sua inscrição territorial e temporal** (ANDION *et al*, 2017, grifo nosso), analisando-a a partir das consequências que estas geram junto aos problemas públicos:

Seu conteúdo [da inovação social] tem cada vez mais focado nas necessidades sociais diárias das pessoas para trabalho, educação, saúde e prosperidade em contextos locais [...] entender de que forma eles próprios [os atores sociais] têm algum controle sobre a ação, também podem contribuir para fortalecer as teorias da inovação social e promover uma mudança social sistêmica (HOWALDT *et al.*, 2014, p.43).

Os autores citados salientam a necessidade de “entender muito melhor como a inovação social desempenha um papel importante nas novas formas de economias e sociedades [...] emergindo, principalmente, de baixo para cima, e como eles atendem às reais necessidades sociais” (HOWALDT *et al.*, 2014, p.49, grifo nosso). Esse foco tem orientado a agenda comum do Nisp (ANDION, 2021), grupo de pesquisa no qual essa tese se insere, nesses 10 anos de estudos sobre a temática, focalizando nas experimentações das inovações sociais e seus efeitos na esfera pública, esforço no qual esse trabalho pretende se agregar, a partir do tratamento dessa questão frente aos desafios do desenvolvimento em áreas rurais (NEUMEIER, 2012; JEAN, 2012; BOCK, 2012; 2015), como será aprofundado a seguir.

2.2.3 Posicionamento no debate sobre inovação social

A corrida para conceituar a inovação social é intensa, o que explica a existência de inúmeras definições sobre o termo⁴⁴. Nos últimos 20 anos, alguns cientistas ressaltaram o valor significativo e crítico nesse debate, defendendo a emergência de um novo paradigma da

⁴³ Os 17 ODS da Onu foram elaborados em 2015 e estão expressos na Agenda 2030, conhecida como Declaração Global de Interdependência, que prevê um plano de ação em torno de 17 metas para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal. Vários desses objetivos encaixam com o meio rural, mas um específico é o objetivo 2 “fome zero e agricultura sustentável”. Cf. <https://bit.ly/3cgF3w2>

⁴⁴ Não é nosso objetivo apresentar uma revisão conceitual sobre as inovações sociais, até porque, como já destacado na introdução deste trabalho, acreditamos ser muito mais importante compreender as práticas, identificando como as pessoas e as comunidades rurais são criativas e inovam ao longo do tempo, em vez de tentar aprender como inovar (JEAN, 2012).

inovação (HOWALDT e SCHWARZ, 2010), enquanto outros acreditam ser apenas um termo passageiro, da moda, que todo mundo gosta, mas que ninguém sabe ao certo o que é (POL e VILLE, 2009).

Sem concentrar nas definições do termo, o que na perspectiva epistêmico-analítica pragmatista aqui adotada não faz muito sentido, nos parece importante indicar dois sentidos atribuídos ao termo. Para Cloutier (2003), pesquisadora do *Crises*, a inovação social remete ao caráter de inventividade de uma intervenção que visa promover o bem-estar de indivíduos e comunidades. A autora apresenta três dimensões da inovação social: individual (aumentar a autonomia e o empoderamento, levando-os a novos papéis sociais); organizacional ou social (relacionada às formas de governança e suas interações políticas e jurídicas); e as territoriais (ligadas aos atores e suas práticas inovadoras na reestruturação territorial e suas novas formas de territorialidade).

Já Piraux e Bonnal (2011, p.71) inspirados em Bouchard (2013), interpretam as inovações sociais como “novas abordagens, práticas, intervenções ou produtos elaborados para melhorar uma situação ou resolver um problema social, contando, inclusive, com o interesse de grupos dispostos a adotá-los no âmbito das comunidades, das organizações ou das instituições”.

Todavia, diversos são os trabalhos que demonstram a polissemia do termos inovação social, indicando que não há um consenso “universal” sobre seu significado (POL e VILLE, 2009; HOWALDT e SCHWARZ, 2010; BEPA, 2011; BIGNETTI, 2011; WOLFRAM e FRANTZESKAKI, 2016; ANDION, ALPERSTEDT, GRAEFF, 2020). Porém, como dito, mais do que definir o termo importa aqui delimitar como tal fenômeno será estudado por essa tese, ou seja, enquanto uma intervenção com vistas a promover uma mudança social, com vistas a novos futuros possíveis, seja na cidade, seja no campo.

Conforme aprofundado por Andion *et al.* (2017), através de ampla revisão de literatura sobre o debate recente da inovação social nas ciências sociais, apesar das diversas definições, percebe-se que duas vertentes de análise dominam o campo, conforme sintetizado no Quadro 4, e explicadas na sequência.

Quadro 4 - Síntese das vertentes teóricas dominantes no campo da inovação social

VERTENTES	NEO-SHUMPETERIANA	INSTITUCIONALISTA OU DA REGULAÇÃO
Autores representativos	Geoff Mulgan; Robin Murray; Julie Caulier-Grice	Benoit Lévesque ; Juan-Luis Klein ; Denis Harrisson ; Marie-Bouchard ; Frank Moulaert
Epistemologia e paradigma de inspiração	Utilitarismo Racionalismo Ênfase no agente e no seu potencial de ação	Dialética/ Neomarxismo/ Novos Movimentos Sociais Foco nas transformações nos modelos de desenvolvimento
O que é inovação social	Nova ideia que funciona e atende uma demanda social	Mudança nos padrões culturais e institucionais
Como ocorre a inovação social	Por meio de ciclos que envolvem: diagnóstico do problema, proposição de novas ideias de solução, prototipagem e teste, sustentação, difusão e mudança sistêmica.	Processo que exige colaboração e consenso entre uma pluralidade de atores e lógicas.
Estratégias e instrumentos	<i>Design thinking</i> Financiamento colaborativo Uso de métodos provenientes da gestão, das artes e do design Promoção da criatividade em atendimento a necessidades sociais	Fortalecimento da economia social e solidária, governança participativa, coprodução de serviços, co-construção de políticas públicas
Sujeitos principais	Empreendedor social Organizações	Organizações Instituições Redes
Inovação social e mudança social	Mudança social como consequência do ciclo de inovação social	Mudança social como transformação nos modos de produção e consumo e nos modelos de desenvolvimento

Fonte: ANDION *et al.*, 2017, p.378.

A primeira e dominante refere-se a uma *abordagem de influência neo-schumpeteriana*, em que a inovação social é interpretada a partir da ação empreendedora, em resposta às necessidades sociais. Em tal perspectiva ela é compreendida como uma nova ideia, que tem por objetivo responder a um determinado problema social. Aqui, há uma intensa ênfase na atividade dos empreendedores e empreendimentos sociais. A inovação surge a partir da elaboração de diagnósticos, da proposição intervencionista de uma nova ideia ou solução — daí a influência de uma epistemologia mais utilitarista-racionalista nos estudos realizados sob esta ótica.

Já a segunda abordagem é definida por Andion *et al.* (2017) como *institucionalista ou da regulação*. Nessa vertente, a inovação social é vista como consequência de ações coletivas formais ou informais, muitas vezes ocorrendo em forma de resistência e contestação. Tais ações, em geral, buscam promover mudanças nos padrões culturais e/ou institucionais, causando transformações nos modelos de produção, consumo e estilos de desenvolvimento.

Nesse sentido, as inovações sociais são associadas não apenas a esforços individuais, mas, sobretudo, à cooperação e ao fortalecimento da economia social e solidária e da governança, gerando possibilidades de cocriação e coprodução entre os atores. A inspiração epistemológica advém da dialética neomarxista, com foco nas teorias dos Novos Movimentos Sociais (NMS) e na escola da regulação, visando transformações nos modelos de desenvolvimento.

Diante deste panorama, essa tese se filia a uma terceira perspectiva para compreender as inovações sociais, de uma *análise pragmatista* — que focaliza em entender como as experiências de inovação social emergem e se desdobram no território e se produzem ou não consequências desejáveis ou “fins em vista” no sentido atribuído por John Dewey (1929). Essa terceira vertente não exclui nem desconsidera as duas anteriores. É apenas “outra lente analítica que nos parece inspiradora e muito frutífera para descrever e interpretar melhor as práticas dos atores da sociedade civil na promoção da inovação social em diferentes campos de causa” (ANDION *et al.*, 2017, p.383).

Tal perspectiva vem sendo desenvolvida desde o início de 2010 por um grupo de pesquisadores do Nisp/Udesc, conforme detalhado em Andion (2021) e brevemente explorado aqui. Tendo como referências iniciais os trabalhos de Boltanski e Thévenot (1991), Latour (1994; 2012) e Cefaï (2007 e 2009), o grupo realizou num primeiro momento estudos sobre os modos de ação, regimes de engajamento e a legitimidade das OSCs (KRIEGER, 2011; KRIEGER e ANDION, 2014) e outros sobre as capacidades críticas e habilidades sociais em jogo na ação coletiva dos atores (MORAES e ANDION, 2018) e seu impacto nos processos de coprodução de desenvolvimento no meio rural (RIBEIRO, 2012; RIBERIO e ANDION, 2014; RIBEIRO, ANDION e BURIGO, 2015).

Posteriormente, as pesquisas avançaram e, de 2013 a 2016, esse grupo investigou as diferentes experiências de inovação social a partir de um estudo multicaso de iniciativas cívicas nas arenas da garantia dos direitos da criança e do adolescente, da corrupção eleitoral e da saúde pública (ANDION *et al.*, 2017; MORAES e ANDION, 2018; GONSALVES e ANDION, 2019; RONCONI *et al.*, 2019). Nesse período, o aprofundamento teórico permitiu ao grupo criar uma caixa de ferramentas analíticas e investigar, de forma mais eficiente e realista, a dimensão política dos processos de inovação social, fazendo a ponte entre essa literatura e o campo de pesquisa em administração pública, particularmente focalizando a governança das políticas públicas.

Esse aprofundamento teórico refere-se, principalmente, a incursão feita na sociologia pragmática francesa, promovendo um diálogo entre a teoria ator-rede (CALLON e LATOUR,

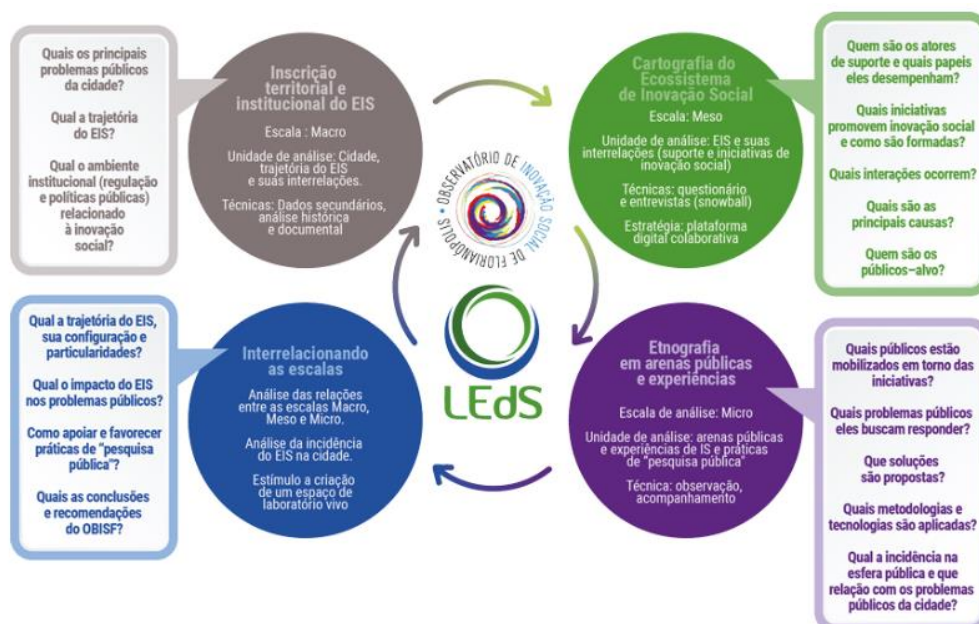
1990) e a sociologia dos problemas públicos (CEFAÏ, 2007; 2009; 2010; CEFAÏ e TERZI, 2012; CHATEAURAYNAUD, 2011; 2017; QUÉRÉ e TERZI, 2015). Dessa incursão, o grupo se aproximou dos estudos pragmatistas clássicos, em especial, os trabalhos de John Dewey em *The Public and Its Problems* (1927), o que permitiu uma melhor compreensão sobre o entendimento do grupo referente aos “ecossistemas de inovação social”, tratado a partir das noções de investigação (*inquiry*), de ação pública e governança compartilhada e seus efeitos na produção de processos de experimentação democrática.

Naquela época, o pragmatismo era pouco conhecido e explorado no Brasil. Entre as idas e vindas, através das diferentes pesquisas relatadas, o grupo desenvolveu uma abordagem analítica particular, a partir de estudos de iniciativas da sociedade civil em diversas arenas públicas no Brasil (ANDION *et al.*, 2017; ANDION, MORAES e GONSALVES, 2017; MORAES e ANDION, 2018; GONSALVES e ANDION, 2019).

A partir de 2017, as pesquisas se articulam em torno do *Observatório de Inovação Social de Florianópolis* (MENDONÇA, 2019; ANDION, ALPERSTEDT, GRAEFF, 2020; MAGALHÃES, ANDION, ALPERSTEDT, 2020; MAGALHÃES, 2020; LIBÓRIO, 2020; ANDION *et al.*, 2021, ANDION, 2021). O Obisf se materializa por meio de uma plataforma digital e colaborativa que mapeia as redes de inovação social que se mobilizam em torno dos problemas públicos de Florianópolis, incluindo atores de suporte, iniciativas de inovação social e suas interações. A pesquisa do Obisf possui quatro momentos principais sintetizados na figura 7 (abaixo): (1) identificação de problemas públicos e inscrição territorial do EIS; (2) cartografia do EIS com mapeamento e observação das iniciativas de inovação social e atores de suporte; (3) etnografia e acompanhamento das experiências de inovação social; (4) configuração do EIS e incidência na cidade. Para compreender as inovações sociais em curso no território e seus efeitos, são interrelacionadas três escalas de análise: macro (institucional), meso (ecossistema) e micro (experiências).⁴⁵

Os estudos conduzidos pelo Obisf se concentram na sua maioria em compreender problemas e fenômenos urbanos, o que tem permitido refletir como os cidadãos comuns problematiza o que está errado em seu cotidiano, como articula suas queixas, faz reclamações, nomeia as situações de boas ou más, exige e se mobiliza para que os seus direitos sejam reconhecidos e os danos reparados e dessa forma incide sobre a governança pública nos bairros e a cidade onde vive.

⁴⁵ Para conhecer a plataforma, acesse: <https://bit.ly/3qkNWKT>

Figura 7 - *Framework* analítico e metodológico do OBISF

Fonte: ANDION, ALPERSTEDT e GRAEFF, 2020, p.195

Nessa tese, partimos dessa construção analítica e metodológica desenvolvida pelo Obisf, sobretudo na etnografia de arenas públicas, e buscamos adaptá-la e aplicá-la na análise das dinâmicas de inovação social no meio rural. Na sequência, exploramos com mais detalhe esta perspectiva de análise dos ecossistemas de inovação social para, ao final, tratar de como essa será tratada nesta tese para estudar o meio rural.

2.2.4 Abordagem pragmatista e os ecossistemas de inovação social

A perspectiva pragmatista de análise das inovações sociais, que tem sido desenvolvida e aplicada empiricamente pelos pesquisadores do Nisp/Obisf, compreende as inovações sociais enquanto processos de enfrentamento de “situações problemáticas” que produzem consequências e que acontece a partir da mobilização e da ação de diferentes atores em torno de um problema público. Trata-se de um caminho de investigação pública que vem permitindo compreender a dimensão territorial a partir das práticas dos atores, identificando como eles se mobilizam para reparar as desigualdades socioambientais. Tal enfoque permitiu delimitar três pressupostos fundamentais, sobre os processos de inovação social discutidos em Andion et al. (2017) e destacados a seguir.

Primeiro, que a inovação social “*se inscreve em trajetórias longas de configuração*” e, por isso, é preciso captar a *experiência* (JAMES, 1974; DEWEY, 1974) dos atores através da

investigação (DEWEY, 1938). Segundo as colocações de Andion *et al.* (2017), a literatura sobre inovação social pouco questiona a respeito de seu surgimento e de sua relação com a sociedade civil. Nessa lacuna, e através de uma perspectiva pragmatista, os pesquisadores buscam religar a análise microssociológica do enfrentamento dos problemas públicos, à dimensão macroestrutural (do macro ao micro, e vice-versa). Essa análise pode ajudar a compreender as interfaces entre as inovações sociais e a “cultura pública”⁴⁶ (CEFAÏ, 2017a), pois a ação coletiva da sociedade civil pode ser catalisadora ou limitadora dessa cultura. Em outros termos, “as inovações sociais não ocorrem num vazio, nem surgem a partir do zero. Elas se apoiam em campos de causa, nos argumentos, nos significados e nas práticas construídos sobre o problema público ao longo do tempo” (ANDION, *et al.*, 2017, p.381) o que justifica a necessidade de analisar a configuração dessa trajetória, identificando seus principais porta-vozes, suas declarações, conflitos, acordos e controvérsias.

Segundo, as inovações emergem em “*campos de experiência*”, vividos localmente, porém, dialogando com campos de forças globais. Daí a importância de não dissociar os níveis micro e macro e entender que as situações problemáticas oficiais (macro) são regras de convenções e discursos que precisam ser submetidos a análise relacionando-os às questões mais cotidianas (micro). Nesta ótica, ganha destaque a utilização de métodos qualitativos de observação das experiências e do trabalho etnográfico. “O desafio dessa proposta é acompanhar a vivência dos atores, buscando compreender os processos de emergência e difusão de inovação social, suas práticas, suas consequências e, bem como seus limitadores” (ANDION *et al.*, 2017, p.382).

Por isso, torna-se central “*religar os processos de inovação social e de mudança social para compreender suas consequências*”, terceira característica. Em outras palavras, é necessário identificar um problema público, como ele pode ser enfrentado, quais as controvérsias, os modos de engajamento, os momentos críticos⁴⁷ e as justificações (BOLTANSKY e THÉVENOT, 1991) — para, assim, compreender como ocorre os processos de transformação social mais amplos.

⁴⁶ A cultura pública é uma denominação de análise de escalas, cujo problema público não surge do nada. Sua constituição, nas palavras de Cefaï (2017a), é “pré-formatado por precedentes” – uma cultura pública que vai sedimentando determinada questão com respostas e problematizações anteriores. Daí a necessidade de se analisar múltiplas escalas.

⁴⁷ Momentos críticos, segundo Boltanski e Thévenot (1991), são atividades críticas, escândalos e momentos de crise que surgem, de tempos em tempos, através do incômodo, quando as pessoas se dão conta de que algo está errado, ou que não conseguem mais conviver com um dado problema. Nisso, os atores acabam por tentar depurar ações e práticas que possam impactar o seu vínculo social. Escândalos são “provas” que acontecem na vida dos atores.

Esta será a abordagem adotada nesta tese para conceber e interpretar a inovação social. O foco está situado na prática social, que permite apresentar como ocorre a mudança social de baixo para cima, na perspectiva inaugurada pelos filósofos pragmatistas⁴⁸ e tratada também na sociologia por de Gabriel Tarde⁴⁹, hoje recuperada na socioantropologia por autores como Bruno Latour e Olivier de Sardan. As práticas e as experiências são então consideradas centrais para compreender o processo de mudança social, sendo necessário acompanhar os atores e descobrir como ocorrem as associações (no sentido de conexões, coletividades).

Assim, os estudos sobre as formas emergentes de engajamento público e de ação coletiva vêm se mostrando cruciais para entendermos as dinâmicas democráticas em curso, o desenvolvimento, a cidadania e a constituição dos problemas públicos das cidades, em seu meio urbano e rural. Nesse panorama, diferentes autores se dedicam a escrutinar a inovação social a partir dos processos de experiência de atores e, consequente, a formação dos “*Ecosystemas de Inovação Social*” (EIS) (KLEIN *et al.* 2012; MCPHEARSON *et al.* 2014; WOLFRAM e FRANTZESKAKI, 2016; ANDION, ALPERSTEDT, GRAEFF, 2020).

Os estudos sobre os efeitos dos EIS estão se intensificando, pois são apontados como os principais meios de entendimento de que a sociedade dispõe para impulsionar a transformação social global articulada à sustentabilidade, através de sistemas de governança, planejamento, gestão e políticas públicas adequadas ao objetivo de promover a resiliência em sistemas urbanos e rurais e sua real incidência nas dinâmicas de desenvolvimento dos territórios.

A expressão ecossistema foi cunhada por Arthur George Tansley, botânico inglês e pioneiro da ecologia vegetal, em 1935, para designar uma complexidade de corpos em interação, que compartilham um destino comum e cujas interrelações podem resultar em alguma coevolução. Como discutem entre outros Stam (2015), Lévesque (2016) e Andion, *et al.* (2020), o termo começa a ser empregado associado à inovação, sobretudo nos campos da administração e economia, sob a influência dos modelos explicativos das abordagens empresariais e empreendedoras, que ilustram a formação dos “ecossistemas de inovação” (EI) e depois os “ecossistemas empreendedores” (EE).

Os autores questionam esses modelos explicativos, oriundos das abordagens empresariais, que visam estabelecer um “ecossistema de sucesso” por sua leitura muito limitada quando destinado à compreensão dos EIS, priorizando o acesso ao mercado, ao

⁴⁸ Um panorama sobre essa perspectiva é apresentado no início do capítulo 4.

⁴⁹ Refere-se ao reconhecimento da microssociologia de Tarde. Cf. Latour, 2012; VARGAS, E. V. *Antes tarde do que nunca*: Gabriel Tarde e a emergência das ciências sociais. Belo Horizonte: Contra Capa Livraria, 2000.

capital humano, às finanças e às ofertas dos ecossistemas (instituições de suporte), e não considerando suas particularidades, como a trajetória (razões de seu surgimento), a composição, a sociedade civil, a necessidade de um papel mais ativo do governo (políticas públicas), o cenário e as consequências (reais e práticas) das inovações sociais no território (ANDION *et al.*, 2021).

Nesse sentido, tais estudos demonstram a necessidade de se construir novas abordagens teórico-analíticas para que se compreender os problemas públicos existentes e as articulações sociais que buscam resolvê-los e como estas ações contribuem para melhorar a resiliência dos territórios.

Diante disso, nessa tese, entendemos que os problemas públicos persistentes no campo no Brasil, conforme explorado anteriormente, demandam considerar as inovações sociais, seus ecossistemas e seus efeitos no meio rural. Como apontam Abramovay e Morello (2010), a democracia brasileira foi a responsável pelas grandes mudanças que o meio rural passou nos últimos 30 anos, pois os movimentos sociais rurais, bem como os sindicatos, associações e outros grupos passaram a ter maior visibilidade no espaço público (FAVARETO, 2006b), saindo assim, da caixa preta e da condenação do silenciamento; isso gerou publicização para questões que já se problematizava há décadas, mas que eram pouco conhecidas e discutidas pela população brasileira.

Dentre as principais conquistas, destacamos a redução da pobreza e da desigualdade, o acesso ao crédito e ao processo da posse da terra (assentar famílias sem-terra). Trata-se de conquistas institucionalizadas por políticas públicas relevantes, como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), para citar alguns. A inovação tecnológica também contribuiu com o desenvolvimento nacional das *commodities* e também da agricultura familiar, transformando o país em um grande exportador de alimentos.

No entanto, mostramos que velhas questões do Brasil rural ainda se fazem presentes, como a concentração de terras, a pobreza rural, a falta de água, a dependência tecnológica, a exploração de reservas ambientais, etc. Somem-se a isto o descaso do governo atual com a agricultura familiar, os movimentos sociais rurais, os povos indígenas e o meio ambiente. Por isso, o futuro das regiões rurais está em crise e esses desafios provocam um reavivamento de conceitos e teorias de desenvolvimento e a compreensão sobre a importância das novas ruralidades, com vistas a diminuir as desigualdades sociais e promover a sustentabilidade no meio rural.

É diante desse debate que a inovação social vem sendo discutida no meio rural, buscando lidar com os desafios significativos que esses espaços enfrentam hoje e que terão desdobramentos para todos no futuro. Mas, como aplicar essa discussão da inovação social para a o meio rural? Quais as reduções sociológicas (GUERREIRO RAMOS, 1996) necessárias?

Para responder a esta pergunta apresentamos na próxima subseção o resultado da revisão sistemática realizada sobre inovação social rural, evidenciando as lacunas identificadas nesses debates e as pistas em termos de novas agendas de pesquisa encontradas. Isso tudo, somado às reflexões teóricas já apresentadas nesse capítulo sobre desenvolvimento rural e inovação social, permite delinear as linhas gerais do enfoque analítico que direciona essa tese, compreendendo os assentamentos enquanto espaços de “experimentação”, como será melhor explorado no próximo capítulo.

2.2.5 A inovação social rural: avanços e lacunas na literatura

Nos últimos anos, as dinâmicas de desenvolvimento no meio rural ganharam relevância acadêmica e política, sendo priorizadas nas agendas de pesquisa, o que permitiu o fortalecimento da noção de ruralidades. Todavia, o avanço no debate científico, como discutido, pouco contribuiu para responder aos robustos e complexos problemas públicos vivenciados no meio rural. “A erradicação da pobreza deve ser o maior objetivo ético da sociedade brasileira” (VEIGA, 2002, p.13). No debate internacional, além da questão da pobreza/marginalidade, a sustentabilidade (BOCK, 2012; 2015) e o empoderamento social nas zonas rurais (LINDBERG, 2017) são apontados como temas prioritários.

Frente a estes problemas a *inovação social rural*⁵⁰ tem sido fortemente proclamada, em discursos políticos, científicos e leigos, como um novo paradigma⁵¹ — uma solução para

⁵⁰ Por ser um termo relativamente novo, ainda não há um consenso de sua nomeação. Alguns utilizam “inovação social rural” (NOACK e FEDERWISCH, 2018), outros utilizam “inovação social no rural” (JEAN, 2012). Optamos por dialogar com a primeira opção.

⁵¹ Refere-se a teoria kuhniana de desenvolvimento do conhecimento. Segundo Kuhn (2017), um paradigma é o crescimento e a validação do conhecimento científico norteados por princípios, teorias e conceitos básicos compartilhados por um grupo de pesquisadores. O autor reconhece que uma nova teoria não é escolhida para substituir uma antiga, por ser verdadeira, mas por causa da mudança na concepção de mundo. Nisso o progresso da ciência parte de uma *ciência normal*, na qual uma comunidade de pesquisadores compartilha um paradigma em comum. Esse compartilhamento é interrompido por uma *crise*, um conjunto de crenças, novas visões, anomalias e a possibilidade de outras ideias (discussões científicas) diferentes da que vinha em voga. Isso geralmente acaba por desqualificar o paradigma anterior. A *revolução científica* ocorrerá quando esta crise começar a conquistar novas comunidades. Paradigmas rivais são incomensuráveis. Quanto maior a adesão a

superar os grandes desafios do presente século no meio rural (NEUMEIER, 2012). Isso porque a inovação ocorre dentro de conjunturas sociais e culturais específicas e em redes de relações sociais (NOACK e FEDERWISCH, 2018). Estimulam o desenvolvimento de invenções, concretas e abstratas (SABOURIN *et al.*, 2014), e também de novas tecnologias e produtos (FRANZONI e SILVA, 2016), que afetam as relações sociais, comportamentos e atitudes (ROVER, 2011), ou, nas palavras de Piraux e Bonnal:

A inovação manifestada pelas populações rurais se apoia na criação de um referencial coletivo baseado nos valores de solidariedade e na instalação de processos de aprendizagem. As populações se organizam a partir de uma leitura renovada da realidade local e da instalação de experimentações de alternativas técnicas que contribuem para a modificação das capacidades individuais e coletivas de intervenção no ambiente (PIRAUX e BONNAL, 2011, p.73).

Esta subseção foi estruturada a partir da análise dos artigos encontrados na revisão sistemática, cuja palavra-chave principal foi **inovação social**, como detalhado no apêndice A.

Ao final, chegamos a 51 materiais, sendo 45 artigos e 6 teses doutorais. Focando na análise dos artigos científicos, 29 deles tratam da inovação social, de forma mais ampla, e destes, 17 especificamente abordam a inovação social rural. O Quadro 5 apresenta uma análise de concepção da inovação social rural, a partir destes 17 materiais.

Quadro 5 - Concepção da Inovação Social Rural

AUTORES	VERTENTE TEÓRICA*	COMPREENSÃO DA INOVAÇÃO SOCIAL	TEÓRICO/EMPÍRICO	TEMA CENTRAL
Correia <i>et al.</i> (2018)	Institucionalista ou da regulação	Processo de transformação nos padrões de resposta às necessidades sociais	Empírico	DTS; governança
Franzoni e Silva (2016)	Neo-Schumpeteriana	IS enquanto perspectiva econômica e tecnológica	Empírico	Tecnologia Social (TS); PNAE; Cadeia agroalimentares
Araújo e Candido (2015)	Neo-Schumpeteriana	IS e TS são interdependentes e atuam como vetor de mudança social	Teórico	Desenvolvimento rural (DR); TS; desenvolvimento sustentável (DS)
Paula <i>et al.</i> (2015)	Neo-Schumpeteriana	IS visa atender uma demanda social	Empírico	DS; gênero;
Neumeier (2017)	Neo-Schumpeteriana	Fatores que apoiam a IS e aumentam a taxa de adesão	Teórico	Difusão; rede de atores; DR Políticas públicas.
Rover, Gennaro e	Institucionalista ou da regulação	Transformação de novos projetos sociais - fundamental	Empírico	Agroecologia; Desenvolvimento

determinada crença, maior a sua legitimação. Assim, o velho e o novo paradigma competem pela comunidade científica. Cf. KUHN, T. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 13ªed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

Roselli (2017)		na promoção do DR		sustentável rural; rede de atores
Navarro <i>et al.</i> , (2018)	Neo-Schumpeteriana	IS como fonte de crescimento e DT	Teórico-empírico	<i>LEADER GRANADA</i> Políticas públicas
Parada (2016)	Neo-Schumpeteriana	IS é uma estrutura/ideia para promover um território inteligente.	Teórico-empírico	Território Inteligente Governança. Tecnologia
Jean (2012)	Institucionalista ou da regulação	IS é muito mais que inovação técnica e contempla as três dimensões do DS (econômico, social, ambiental)	Teórico	Sustentabilidade; desenvolvimento econômico, organização social, comunidades rurais. Políticas públicas.
Muñoz e Muñoz (2017)	Neo-Schumpeteriana	A IS não acontece de forma aleatória e exige participação da comunidade científica	Teórico-empírico	DR; modelo <i>triple Helix</i> ; tecnologias; economia do conhecimento.
Rover (2011)	Neo-Schumpeteriana	As IS podem surgir da rede de atores e suas organizações	Empírico	Agroecologia; Mercados; redes
Sabourin <i>et al.</i> (2014)	Neo-Schumpeteriana	A IS como uma ideia, empreendimento social	Empírico	Agroecologia, produção orgânica
Lindberg (2017)	Institucionalista ou da regulação	Capacitar e mobilizar grupos vulneráveis para transformar o território	Empírico	Projeto <i>SEMPRE</i> (empoderamento nas zonas rurais)
Bock (2012)	Institucionalista ou da regulação	A IS pressupõe uma atitude crítica em relação ao sistema existente e seus fracassos inerentes. Busca por justiça social e transição para sustentabilidade	Teórico	Sustentabilidade; DR; governança
Butkeviciene (2009)	Neo-Schumpeteriana	O ator principal no desenvolvimento da IS é a comunidade	Teórico	<i>bottom up</i> comunidades rurais
Neumeier (2012)	Institucionalista ou da regulação	A IS indica uma mudança de atitude, comportamento e percepções de um coletivo	Teórico	DR; investigação; agenda de pesquisa
Bock (2015)	Institucionalista ou da regulação	A marginalidade rural surge da disparidade espacial de onde está inserida. Demanda política pública e amplo processo de mudança social	Teórico	Marginalização; DR; políticas públicas; empoderamento

Legenda: * coluna inspirada em ANDION *et al.*, 2017 | Todas as siglas estão descritas dentro do próprio quadro.
Fonte: Dados da pesquisa.

Uma primeira análise deixa evidente que, até o momento, os estudos empíricos sobre inovação social rural ainda são limitados. Dos 17 artigos encontrados, 10 eram empíricos ou teórico-empíricos. Desses, todos possuem o referencial teórico sobre inovação social, mas alguns não se posicionam frente ao levantamento apresentado; não deixam claro como,

efetivamente, percebem a inovação social nesse processo (FRANZONI e SILVA, 2016; SABOURIN *et al.*, 2014; ROVER *et al.*, 2017; LINDBERG, 2017; NAVARRO *et al.*, 2018) e apenas afirmam que o estudo de caso apresentado é uma inovação social. Já outros categorizam que a inovação social é decorrente de uma ação coletiva (CORREIA *et al.* 2018), ou um produto/serviço que deve ser destinado para uma determinada comunidade rural (MUÑOZ e MUÑOZ, 2017).

Alguns desses artigos apresentaram uma riqueza de dados empíricos, mas acabaram não dialogando com a teorização sobre inovação social (ROVER, 2011), uma vez que a discussão da “inovação” gira em torno da “inovação organizacional”, “inovação social” e “inovação territorial”, não reconhecendo a diferença entre essas três vertentes, como demonstramos nas seções anteriores. Por fim, em alguns trabalhos embora citem inovação social, esta nem é tratada, para além do título ou de algumas passagens desconectadas (PARADA, 2016; PAULA *et al.*, 2015).

Quanto aos artigos de natureza teórica (7 no total), todos discutiram inicialmente o termo “inovação social” e sua associação ao meio rural – “inovação social rural”. Alguns conseguiram esse feito com intensa qualidade, chegando, por exemplo, a propor *frameworks*, métodos de análise, agendas de pesquisas, além de destacar a importância das políticas públicas e da participação do Estado na transformação nos modos de produção e consumo e do empoderamento da comunidade rural (BUTKEVICIENE, 2009; NEUMEIER, 2012; 2017; JEAN, 2012; BOCK, 2012; 2015). Entretanto, todos partiram de uma análise de dados secundários para chegar às concepções teóricas apresentadas. Argumentam que “para entender completamente a inovação social no desenvolvimento rural, há necessidade urgente de pesquisas empíricas fundamentadas em estudo de caso” (NEUMEIER, 2017, p.43). Nenhum deles, porém, foi a campo ou explorou na prática como essa inovação ocorre, ou porque não ocorre.

Para além da revisão sistemática, foram também identificados os sete artigos mais citados/referenciados para entender como os mesmos analisam a inovação social rural. Cinco desses trabalhos apareceram na própria revisão sistemática (NEUMEIER, 2012; 2017; BOCK, 2012; 2015; LINDBERG, 2017) e os outros dois são os trabalhos de Noack e Federwisch (2018) de Piraux e Bonnal (2011). No primeiro deles, através de um trabalho etnográfico na Alemanha, os autores identificaram que a inovação social rural demanda políticas e projetos de desenvolvimento e sua compreensão favorece reconhecer a intersecção de elementos entre o rural e o urbano, compreendendo sua complementação e dependência recíproca a fim de evitar a eterna polarização. No segundo, Piraux e Bonnal (2011) analisaram

as ações públicas territoriais e as inovações sociais e institucionais a partir de um estudo de caso no semiárido da Paraíba. Concluíram que a ação pública territorializada no meio rural surge através da preocupação em resolver problemas sociais, como a falta de água. Tal ação demanda tanto uma inovação institucional, partindo do Estado, quanto a mobilização dos atores sociais.

Tanto os artigos teóricos quanto os empíricos mais citados, demonstram grande preocupação com a definição da inovação social, além de explicitar como esta poderia ser aplicada ao meio rural. Para isso, dão destaque aos sistemas alternativos aos da agricultura exportadora, seja através da produção orgânica, ou da agroecologia, bem como dos aspectos sociais incluídos nessa relação. Com essa ênfase, alguns artigos brasileiros vão apresentar a inovação social rural a partir da *oferta de novos serviços e produtos* em assentamentos rurais, como é o caso do turismo rural, da agricultura ecológica e de toda mudança de atitude que emerge de baixo para cima (*bottom up*) com promoção da mudança social (ROVER *et al.*, 2017) e sua comercialização em feiras orgânicas (SABOURIN *et al.*, 2014).

Na Europa, principalmente, *questionam a ausência do Estado* devido ao ressurgimento das políticas neoliberais, o que, segundo Bock (2015), somado às crises financeiras, às políticas de austeridade e aos inúmeros cortes do orçamento, retirou o Estado de diferentes ações e decisões públicas, repassando-as aos atores privados, afetando, dessa forma, o provisãoamento do estado de bem-estar e a pressão sobre os indivíduos, elevando a desigualdade social. Com isso, as diferenças entre as áreas rurais mais favoráveis e as marginais têm aumentado, gerando desigualdades, pobreza e contribuído para a migração para as áreas urbanas.

Os trabalhos internacionais apresentam a importância da *participação do governo em diferentes programas*, caso do Caminho do HUB Rural na Itália (BUTKEVICIENE, 2009), do programa Leader na Europa (NAVARRO *et al.*, 2018) e do Sempre na Suécia (LINDBERG, 2017). Em comum, está a participação do Estado através de financiamento de projetos que promovam o desenvolvimento de ideias e atividades empreendedoras no meio rural. Destaca-se, aliás, o papel participativo, territorial e inovador de tais programas, apontados como exemplo principal de inovação social no meio rural, por quase todos os pesquisadores encontrados (BUTKEVICIENE, 2009; NEUMEIER, 2012; BOCK, 2015; NOACK e FEDERWISCH, 2018).

Há ainda um enfoque voltado a atividades com menor escala que priorizem *a história rural de longo prazo*, como o Centro Local de Desenvolvimento, no Québec (Canadá), apresentado por Bruno Jean (2012), que ilustra a criatividade e inventividade dos habitantes

rurais, possuindo projetos no trabalho com abelhas, estradas, cooperativas florestais e comércio justo.

De forma geral, a publicação mais antiga encontrada foi lançada em 2009, quando Eglė Butkevičiene analisou as inovações sociais em comunidades rurais da Lituânia, concluindo que o ator principal no desenvolvimento de inovação social é a comunidade, cuja as mobilizações (*bottom up*) são fundamentais para gerar mudanças (culturais, econômicas e sustentáveis) (BUTKEVIČIENE, 2009).

Já em 2012 são publicadas duas obras seminais para compreender a inovação social rural. O primeiro é o trabalho de Bock (2012) que, ao estudar as inovações sociais em comunidades rurais, criou um arcabouço metodológico para criação e desenvolvimento da inovação social. O segundo trabalho, e o mais citado de todos, é o de Neumeier (2012) que em seu título questionou por que as inovações sociais no desenvolvimento rural devem ser consideradas mais seriamente na pesquisa rural de desenvolvimento. Através de uma abordagem sociológica o autor concluiu que a inovação social rural implica mudança de atitude, ação colaborativa e valorização dos potenciais endógenos.

No Brasil, observamos que os trabalhos possuem grande influência da abordagem neoschumpeteriana, e uma preocupação central em definir o termo inovação social, além de validar modelos e estudos de caso, a maioria europeus, que possam (possivelmente) ser aplicados no país. Além do trabalho de Piraux e Bonnal (2011), já comentado, destaca-se o trabalho de Muñoz e Muñoz (2017), que analisam a importância da inovação social para o desenvolvimento rural a partir do *modelo tríplice-hélice*,⁵² indicando os desafios para as instituições brasileiras.

Outro resultado nacional, encontrado dentro desses artigos, foi à realização, em 2017, do *Seminário Nacional sobre Agricultura Familiar*, no qual, pela primeira vez, foi discutido o tema inovação social no rural, sob o título *Inovações Sociais: Experiências Contemporâneas*. Na ocasião, os organizadores defenderam que a inovação social emerge no meio rural, principalmente a partir da agricultura familiar. “É preciso discutir a importância de projetos de desenvolvimento rural, nos quais a agricultura familiar assume um protagonismo tanto na dimensão ambiental, quanto também na da segurança alimentar da sociedade” (DELGADO; BERGAMASCO, 2017, p.149).

⁵² Neste modelo a inovação surge na interface das interações entre Universidade & Empresa & Governo sendo expressas em parques tecnológicos, incubadoras e empresas. A universidade tem um papel de empreendedora, devido aos fluxos entre conhecimentos e negócios e potencial comercial (MUÑOZ e MUÑOZ, 2017, p.149).

Quatro trabalhos buscaram tratar a inovação social a partir de análises da ecologização, inclusão produtiva, experiência agroecológica e circuitos de comercialização. Chamou a atenção, após a leitura, que nenhum dos artigos se posicionou frente à inovação social⁵³, ou sobre como o seu fenômeno se articulava com esta abordagem. Todos admitem que a inovação tecnológica produz ganhos sociais, mas não especificam como isso ocorre. Apenas no fechamento do livro que um dos editores destacou ser preciso lançar novos estudos para compreender como as inovações sociais são realizadas nos espaços rurais.

Por fim, a revisão sistemática sinaliza que a discussão é mais robusta nos países do Norte e está mais focada no quesito conceitual e na melhoria de um estado de bem-estar, que, obviamente, já funciona, embora em crise. Apesar das diferentes perspectivas analíticas adotadas, em geral, a maioria dos pesquisadores defende que o ator principal no desenvolvimento da inovação social em áreas rurais é a comunidade. Nesse debate, há quem defenda que a inovação social deve ser considerada como um conceito forte, capaz de promover o desenvolvimento. Contudo, há quem diga que muitos estudos a usam como modismo e não deixam claro o que de fato é uma inovação social, nem porque o é.

Já, no Brasil, a discussão é extremamente recente. A inovação social é pensada majoritariamente como um vetor para ampliar a resiliência das cidades, como artifício para o enfrentamento dos complexos problemas urbanos. Entretanto, um grupo bem menor de pesquisadores, identificados nesta revisão, começou a tratar dessa inovação para o meio rural. A discussão é similar à do debate internacional, portanto, podemos especificar os seis eixos mais trabalhados sobre a inovação social no meio rural:

- ✓ Formação de redes de relações sociais e empoderamento dos atores rurais;
- ✓ Oferta de novos serviços e produtos;
- ✓ Participação do Estado em diferentes programas/políticas públicas;
- ✓ Valorizações sociais e culturais e a história rural de longo prazo.
- ✓ Realização de pesquisa, identificação de metodologias e elaboração de novos conhecimentos.
- ✓ Sustentabilidade (agricultura agroecológica, preservação ambiental, melhoria da qualidade de vida).

⁵³ Mais exatamente, os quatro artigos nem mencionam a expressão *inovação social*. Somente no final do livro, o editor faz algumas colocações sobre as inovações sociais, associadas à agricultura familiar, com ênfase neo-schumpeteriana.

Apesar da qualidade e do mérito dos trabalhos aqui apresentados, eles possuem uma lacuna em comum. Mesmo os empíricos, após apresentar uma gama de conceitos, não detalham/posicionam seu enfoque analítico e metodológico. Além disso, sobretudo no Brasil, são muito poucos os artigos empíricos sobre inovação social rural. Em grande parte, os estudos estão mais centrados em delimitar o conceito e aplicar modelos e teorias europeias ao meio rural brasileiro, do que dialogar os seus estudos/resultados com uma abordagem teórica e metodológica para avançar na teorização sobre a inovação social rural considerando as particularidades do país e de suas regiões.

2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS: POSICIONAMENTO TEÓRICO E CONTRIBUIÇÕES DA TESE

A partir do que foi discutido nesse capítulo fica evidente que para fazer avançar os estudos sobre inovação social no meio rural no Brasil, parece essencial que os pesquisadores, conforme defende Guerreiro Ramos (1996), reconheçam a “emergência de uma consciência crítica da realidade nacional” — e promovam “uma redução sociológica”. Segundo o autor tal redução habilita o pesquisador para:

Praticar a transposição de conhecimentos e de experiências de uma perspectiva para outra. O que a inspira é a consciência sistemática de que existe uma perspectiva brasileira. Toda cultura nacional é uma perspectiva particular. Eis porque a redução sociológica é, apenas, modalidade restrita de atitude geral que deve ser assumida por qualquer cultura em processo de fundação (RAMOS, 1996, p. 42).

Por isso, diante da identificação das contribuições, fraquezas e lacunas na literatura, a partir da revisão analisada, e valendo-se do que foi discutido nas seções anteriores, podemos sintetizar em uma frase as contribuições teóricas desta tese para responder as lacunas discutidas nos debates abordados anteriormente e fornecer subsídios para compreender inovação social rural: **resgatar as memórias, valorizar experiências e focalizar no enfrentamento das “situações problemáticas” (problemas públicos)**. A eleição dessa tríade marca um posicionamento para abordar a inovação social rural, que recusa explicações determinantes e totalizantes, através da valorização das ações e experiências dos atores sociais, e esse posicionamento não está em conflito com os escritos fundadores apresentados acima.

A **memória**⁵⁴ é formada por bens materiais e imateriais e surge através dos processos de interação entre os atores e seu meio. Numa perspectiva deweyniana (1929; 1974; 2010), a memória é decorrente da experiência acumulada, individual e coletiva, que ocorre continuamente, sendo transmitida e transformada através da cultura e da linguagem durante as mais variadas formas de interações sociais do ator com o seu meio - tudo que o rodeia e permite experienciar.

Sob condições de resistência e conflito, os aspectos e elementos do eu e do mundo implicados nessa interação qualificam a experiência com emoções e ideias, de maneira tal que emerge a intenção consciente. A experiência está na natureza e pertence a ela. Não é a experiência que é experienciada, e sim a natureza - pedras, plantas, animais, doenças, temperatura, e assim por diante. As coisas interagindo são a experiência; elas são aquilo que é experienciado. Portanto, a experiência avança para dentro da natureza (DEWEY, 1974, p.163; 2010, p.107 - trechos escolhidos).

Segundo Dewey (1929; 1974; 2010), a **experiência** é vida, traduzida no sentido de atividade, de se organizar coletivamente. Então, os símbolos e demais objetos devem ser considerados durante a investigação como valores intrínsecos, pois podem estimular a organização da ação coletiva de efeitos duradouros para as comunidades em questão. Isso porque, a experiência se define pelas situações e episódios que podem ser recordadas. Ela age e interage no mundo. É feita de histórias, cada qual com seu enredo, tendo início e fim; ora com movimentos mais ativos, ora mais lento; afinal, a vida não é uma marcha ininterrupta nem ocorre no vazio – é um fluxo com sucessivas fases. Nessa jornada, há pausas, lugares de repouso, uma vez que, na vida pública as diferentes cenas se desmancham, mas não desaparecem, nem perdem seu caráter próprio.

Essa experiência acumulada é o que oxigenará a memória e a ação coletiva dos atores. Contudo, trabalhar com a memória é trabalhar também com esquecimento e ressignificações, desta feita, uma mesma história pode ser contada diversas vezes, de variadas formas, pela simples possibilidade de os atores estarem apenas ressignificando suas vivências, ora de forma individual, ora de forma coletiva. Como também, uma memória pode ser inventada ou

⁵⁴ A *memória* é tratada nesta tese a partir dos estudos de Carneiro (1998) e da filosofia de Dewey (1929), especialmente do conceito de experiência. Porém, importante frisar que a categoria de *memória coletiva* foi criada pelo francês Maurice Halbwachs, publicada pela primeira vez em 1950 na obra *A Memória Coletiva*. Em linhas gerais, para o autor a reconstrução da memória através da recordação e localização das lembranças não pode ser analisada sem situar sua inscrição local. Segundo Halbwachs, no processo de identificar e reconstruir a memória coletiva, as lembranças deixam a dimensão individual e passam a operar no coletivo, uma vez que a memória dos atores nunca é apenas sua; a recordação e as lembranças pertencem ao coletivo. Cf. Halbwachs, M. (2013) *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro.

perdida, ocasião em que os atores criam uma memória, ou não percebem os problemas diante de si, ou voltam a reviver problemas do passado, ou até reivindicá-los.⁵⁵

As contribuições aqui discutidas são lâmpadas e caminhos para a pesquisa, e não regra. Abordar a inovação social rural a partir da memória e da experiência no enfrentamento de problemas públicos é a lente analítica que propomos para repensar as novas ruralidades como um processo dinâmico que incorpora novos valores e práticas, e já não possui àquela visão totalmente agrária e nem a eterna polarização com o urbano.

Os sistemas produtivos alternativos (agroecológicos e orgânicos), as atividades não-rurais (que gera emprego e renda para as famílias que moram no campo), o viés ecológico e os novos estilos de vida (preservação ambiental e viver no campo) são alguns dos exemplos atuais das possibilidades de inovações sociais necessárias, pois as “**situações problemáticas**” **complexas** se fazem presentes e urgentes no meio rural, e pressionam os (as) pesquisador (as) a revisitar o passado para compreender o seu tratamento em diferentes horizontes temporais (a história rural de longo prazo, como colocado por Jean, 2012).

Diante do exposto, propomos analisar os assentamentos rurais enquanto **laboratórios de experimentação** do desenvolvimento rural (com vistas a produção de novas ruralidades), a partir da memória, das experiências e das situações problemáticas enfrentadas pelos atores que “labutam” cotidianamente nesses espaços de vida. Trata-se de compreender as situações de provas experimentadas ao longo do tempo, os desdobramentos e consequências disso para o desenvolvimento rural. A partir desses aportes, e do encontro com o fenômeno, podemos conceber o enfoque analítico e o caminho metodológico da pesquisa, conforme será aprofundado nos próximos capítulos.

⁵⁵ Um exemplo bem atual são os vários grupos de brasileiros que, em 2021, estão pedindo exaustivamente o retorno da ditadura, justificando que, durante esse período, a vida foi muito boa e que este é o melhor modelo de gestão pública para o país (criando/forjando uma memória). No caso de a pessoa não perceber um problema diante de si, um exemplo é a fome na sua cidade, a poluição e outros – quando as pessoas naturalizam ou renegam os problemas.

3. DELINEANDO O ENFOQUE ANALÍTICO: ASSENTAMENTOS ENQUANTO LABORATÓRIOS DE “NOVAS RURALIDADES”

Os conceitos teóricos significativos começam a desempenhar seu papel unicamente quando o problema em questão é claro e definido; quer dizer, a teoria por si só não pode dizer que relações podem ser estabelecidas e como pode ser entendido um determinado fenômeno (John Dewey, 1929).

Neste capítulo, a partir dos aportes teóricos discutidos anteriormente, busca-se delinear o enfoque analítico adotado nesta tese. Para tanto, segundo o que propõe Dewey em sua obra *Logic. The Theory of Inquiry* (1938a), iniciamos com o aprofundamento sobre os desafios e dilemas enfrentados pelos assentamentos rurais no Brasil, de modo a adentrar o fenômeno pesquisado e suas interações práticas.

Em seguida exploramos o enfoque analítico adotado nesta tese. Para tanto, é realizada uma incursão buscando promover um diálogo entre os debates sobre o desenvolvimento e inovação social no meio rural, discutidos no capítulo anterior — especialmente as discussões sobre as novas ruralidades, o território e a sustentabilidade —, com a socioantropologia do desenvolvimento e a sociologia dos problemas públicos, tendo por base uma perspectiva pragmatista de análise. Ao final, tudo isso permitiu construir uma lente analítica com o levantamento de algumas categorias e operadores de análise que ajudaram no trabalho de campo e na interpretação dos dados, como será tratado nos capítulos seguintes.

3.1 PERSPECTIVAS E DESAFIOS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL

Os assentamentos rurais possuem as mais diversas origens, resultantes de variados processos sociais, todos concatenados à questão agrária brasileira⁵⁶, acentuada pela concentração de terras nas mãos de uma minoria – conhecida como latifundiários -, que historicamente teve as leis e o apoio político ao seu lado. Por isso, segundo Norder (1997) e Bergamasco (1997), a temática da reforma agrária⁵⁷ tem sido recorrente na história rural brasileira, desde os anos 1950-1960.

⁵⁶ Seguimos com o posicionamento do Censo Agrário 2017, no qual, “*questão agrária*” refere-se ao acesso à terra e sua utilização em atividades agropecuárias; enquanto “*questão fundiárias*” indica o imóvel rural, seu tamanho, sua propriedade e distribuição pelo território.

⁵⁷ Art. 1º §1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade (*Estatuto da Terra*. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964).

De acordo com Medeiros e Leite (2004; 2009), o *assentamento rural* surge enquanto dispositivo, no âmbito das políticas públicas, para designar um determinado tipo de intervenção fundiária, que pretende regularizar áreas, às vezes há décadas ocupadas por trabalhadores rurais sem-terra, ou com pouca terra. Tal dispositivo abrange variadas ações em torno da reorganização da estrutura fundiária do país, tais como compras de terras públicas, partindo, neste caso, do pressuposto definido pelo Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964) e pelo Plano Nacional de Reforma Agrária (Decreto nº 91.766/1985 e suas alterações), para a instalação de novas propriedades agrícolas, cujo público alvo são os trabalhadores rurais sem-terra.

Partindo dessa compreensão, cabe apresentar o que é e como funciona o assentamento rural para o Incra (2020), além do processo de obtenção de terra.

A obtenção da terra pode acontecer de variadas formas, como a doação. No entanto, o meio mais comum de obter a terra é através da desapropriação (Lei nº 8.629 de 1993), seguida de compra e venda (Decreto nº 433 de 1992). A compra acontece quando o Estado identifica uma área em potencial para receber o assentamento. Já a venda ocorre quando um proprietário formula uma proposta (oferta de venda) de sua propriedade para o Estado. Por vezes, essa segunda opção é iniciada por deputados (federais ou estaduais) ou até pelo próprio Incra, visando agilizar o processo.

Cabe ao Incra estabelecer as regiões prioritárias para a obtenção de terras. Isso é definido a partir da realidade fundiária local (disponibilidade de terra e preços acessíveis para o Estado), bem como a situação das famílias em extrema pobreza. Afinal, determinado grupo de famílias acampadas podem ser deslocadas de uma cidade para outra próxima, onde será assentada.

Uma vez adquirida a terra, é iniciado o processo de criação do Projeto de Assentamento (PA). Isso é determinado verificando a capacidade de glebas (terrenos) que a fazenda adquirida suporta. Segundo o Incra (2020, s.p.) “o tamanho e a localização de cada lote são determinados pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece”. Todavia, a realidade nacional mostra que muitos PAs foram criados em lugares inférteis e com pouco, ou se nenhum, acesso à água.

Dentro do PA, além das glebas e do respectivo lote onde cada família vai morar, o espaço contará com igrejas, centros comunitários, áreas de preservação ambiental demarcadas e a sede da associação, que conforme exposto por Sabourin (2008), em boa parte do Brasil foi criada pelo próprio Incra. Alguns PAs contêm ainda, escolas, cemitérios e postos de saúde.

Dessa forma, o Incra compreende um assentamento rural como “um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário” (INCRA, 2020, s.p.). Cada lote é uma unidade da agricultura familiar que demanda do governo diferentes serviços como postos de saúde e estradas (município), escolas (município e estado), programas de linhas de crédito, assistência técnica e compras públicas (estadual e federal), dentre outros.

“A tipologia de assentamentos é resultado tanto da diversidade de projetos de reforma agrária, como da conflitualidade entre campesinato, latifúndio e agronegócio, que disputam as terras agrícolas do país” (MEDEIROS e LEITE, 2004, p.17). Em geral, o processo de assentar grupos humanos prevê o reordenamento de terras de forma menos concentrada, escapando à lógica histórica da grande concentração de terra nas mãos de poucos – na maioria das vezes, grandes fazendeiros/produtores. Essa fixação, conforme Norder (1997) e Medeiros e Leite (2004), envolve, principalmente, os seguintes grupos:

- ✓ Os trabalhadores ameaçados de perder a terra na qual já vivem, como: os posseiros (trabalhadores que têm a posse da terra, mas sem a documentação que os torna legalmente proprietário); os rendeiros (aqueles aos quais se arrenda um determinado lote), ou os agregados (determinada categoria de trabalhador, e sua família, aos quais é permitido morar em um espaço/terra/fazenda);

- ✓ Os trabalhadores organizados em torno de movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, os sindicatos de trabalhadores rurais, ou outras organizações da sociedade civil, que, sem ter terra para viver e trabalhar, invadem determinadas áreas em todo país para pressionar o Estado a atender suas demandas;

- ✓ Os trabalhadores e populações tradicionais, que preservam suas formas de uso dos recursos naturais, como: os assentamentos extrativistas (luta dos seringueiros); os povos ribeirinhos (que vivem nas beiras dos rios); os carvoeiros (que atuam/atuavam na exploração da madeira e produção do carvão vegetal) e, no nosso caso, os pantaneiros (população que habita e vive no Pantanal, vítima histórica de invasão e ocupação, como apontado por Nogueira (1990) desde o ciclo do ouro (1772-1789), quando os povos nativos foram retirados de sua terra, chegando a atual pressão dos grandes pecuaristas);

- ✓ pequenos produtores, proprietários ou não, realocados em função da construção de grandes projetos hidrelétricos, como aconteceu quando da construção da Usina de Itaipu (Paraná), ou mesmo da transposição do rio São Francisco;

✓ filhos de produtores rurais, que, diante de inúmeras dificuldades socioeconômicas que os atingem (pobreza no campo - FAO, 2018), acabam por sofrer expropriação; perdem a terra para os grandes fazendeiros. Essa perda geralmente envolve a violência que acarreta a perda de animais e plantações e tudo que os obrigue a sair da terra. No caso dos ‘filhos que não tem terra’, eles “optam pelos acampamentos e ocupações como caminho possível para se perpetuar na tradição de produtores autônomos” (MEDEIROS e LEITE, 2004, p.17);

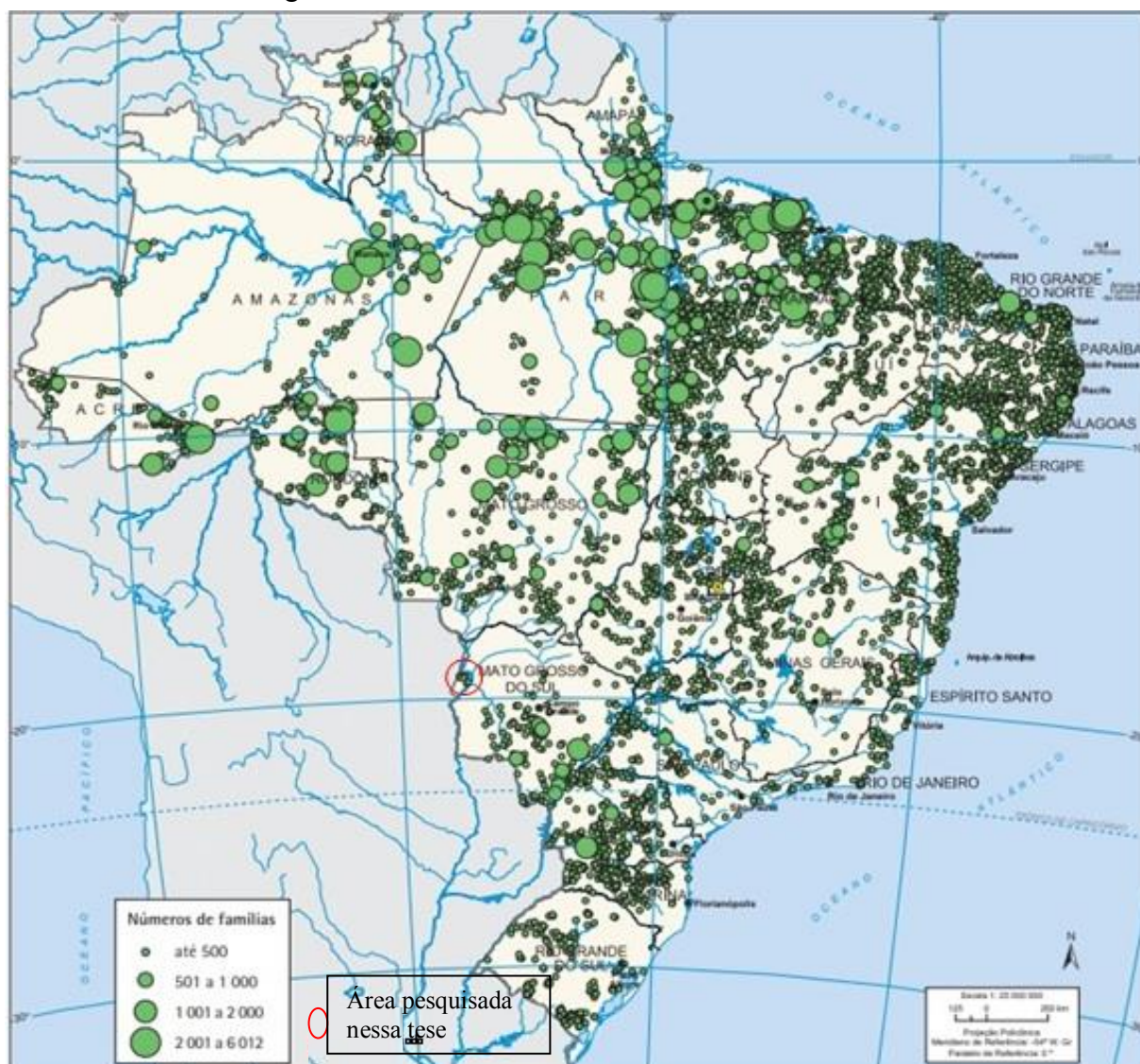
✓ trabalhadores assalariados rurais: são os que estão exercendo uma determinada função no mercado de trabalho, em empregos estáveis, ou não, tanto na área urbana, quanto na rural – no caso de este trabalhador se encontrar na área urbana, o mais frequente é se concentrar na periferia, disposto, devido à sua origem rural e com condições políticas favoráveis, à ocupação (2004, p.17).

✓ por fim, mas não menos importante, os aposentados, que viram no acesso à terra a possibilidade de um complemento de renda.

Esses diferentes públicos representam uma parcela considerável do coletivo, alvo das intervenções a que se denomina assentamentos. No entanto, cabe destacar, que historicamente esse termo foi romantizado pelos órgãos reguladores, que tentaram passar a ideia/percepção de programas públicos que objetivam fixar os trabalhadores na agricultura para contribuir com o crescimento econômico do país, surgindo aí, uma nova “categoria” no espaço rural, o assentado. Mas, como veremos mais adiante, esta fachada não pode ocultar a ação dos trabalhadores que lutaram pelo direito à terra. São diversos grupos que jamais foram lembrados pelos governantes e precisaram lutar pelo direito de ter uma vida diferente.

Hoje, segundo dados do Incra (2020), o país tem 1.320.463 famílias distribuídas em 9.437 assentamentos rurais, ocupando uma área de 87.953.588 hectares. A Figura 8 apresenta uma dimensão, em nível nacional, do quantitativo de famílias assentadas, por área, até 2016 (versão mais recente).

Figura 8 - Famílias assentadas no Brasil de 1979-2016



Fonte: Adaptado de IBGE, 2016.

Com a ampliação dos assentamentos rurais e a legitimação da agricultura familiar dentro destes espaços, estes produtores passaram a ser percebidos como importantes protagonistas das dinâmicas do desenvolvimento rural no Brasil e de geração de riquezas no campo (ABRAMOVAY e MORELLO, 2010), conquistando um maior destaque no âmbito agrícola nacional. Isso incentivou a realização de pesquisas e estudos em torno deste público.

No entanto, “governo, organizações e movimentos sociais vinham apresentando dados discrepantes sobre a questão agrária, principalmente sobre as famílias efetivamente assentadas e suas condições reais de vida” (ESTUD. AV., 1997, p.7). Foi assim que o *Censo Agropecuário 1995/1996*, elaborado pelo IBGE, e a pesquisa o *Novo Retrato da Agricultura Familiar*, desenvolvida em parceria entre a FAO e o INCRA, contribuíram para fazer ver e

legitimar essa categoria social, até então pouco valorizada e considerada tanto pela sociedade, quanto pelo Estado.

A partir do momento em que estudos/pesquisas começaram a acontecer de forma mais intensa, a “realidade por detrás dos números da reforma agrária” (BERGAMASCO, 1997) se tornou mais evidente, não só a partir de uma lógica institucional, que costumava divulgar números e resultados bem maiores (SABOURIN, 2008); mas foi ficando claro os desmontes, os entraves e o entendimento do porque a reforma agrária tinha êxito em alguns momentos, e em outros falhava, levando algumas famílias a abandonar a terra, ou dificultando o acesso a terra de quem ainda não a possuía.

Stédile (1997), um dos principais coordenadores do MST na década de 1990, já relatava nesta época na revista Estudos Avançados os entraves enfrentados pela política de reforma agrária. Segundo ele, não se aplicava os ditames expressos pelo Estatuto da Terra (desapropriar os latifúndios para fazer a reforma agrária) e o preço pago pela terra era muito alto (tendo em vista que boa parte das terras era obtida através da grilagem. Outra questão é que a reforma agrária, na maioria das vezes, deslocava famílias da sua região para outra, a qual não conhecia e nem tinha qualquer tipo de vínculo. Outro entrave dizia respeito à comercialização, quem quisesse comercializar precisava enfrentar a agroindústria, de onde saía a maior parte da alimentação brasileira.

Percebe-se, que o foco exclusivo no crescimento econômico de *commodities*, gera o entrave para uma efetiva Reforma Agrária, impactando, por exemplo, o ritmo da criação e implementação dos assentamentos rurais. Quanto mais o foco for agroexportador, incluso nele altas concentrações de terra e destinação de créditos; mais marginalizadas ficam as famílias assentadas e a agricultura familiar.

De fato, o estudo dos assentamentos rurais coloca-se como algo importante na agenda atual, pois, assistimos uma desqualificação da luta da reforma agrária, da produção orgânica, da sustentabilidade e, principalmente, dos movimentos sociais rurais. A narrativa predominante, mais uma vez, é de que o mercado agroexportador é a forma proeminente de desenvolvimento, e esta é que deveria receber atenção, investimentos e pesquisas. Mas, a agricultura familiar se mostra cada vez mais proeminente. Por outro lado, sua “diversidade social é pouco conhecida e, na maioria das vezes, negligenciada” (CAZELLA, 2006, p.226). Nesse sentido, torna-se necessário explorar mais de perto as perspectivas e desafios, bem como as políticas e programas públicos de fomento relacionadas aos assentamentos rurais no Brasil; é o que faremos nas subseções a seguir.

3.1.1 Assentamentos, ações coletivas e a luta por terra no Brasil

Como afirma Abramovay (1988, p. 17), “o pressuposto básico para que as ações da sociedade civil e do poder público resultem em desenvolvimento rural é o acesso à terra” (ABRAMOVAY, 1998, p.17). Essa afirmativa não é nova, sendo repetida por diferentes autores (BERGAMASCO, 1997; SABOURIN, 2008) e em diferentes épocas, para idealizar um desenvolvimento não concentrador de terras e que privilegie a distribuição entre as populações que vivem em situação de pobreza. Nas últimas décadas o número de famílias assentadas no Brasil cresceu, mas nem tudo é vitória. Por trás dessa conquista, há uma história contestada de um povo que foi excluído, explorado e que lutou, e ainda luta, para conquistar o seu espaço.

A temática dos movimentos sociais rurais no Brasil tem sido objeto de pesquisa de diferentes pesquisadores e estudos (BERGAMASCO, 1997; FERNANDES, 1999; NORDER, 1997; MENEGAT, 2009; e MEDEIROS e LEITE, 2009). Nesta subseção, nos inspiramos nessas leituras para situar o quadro da ação coletiva que culminou com o fortalecimento da reforma agrária e a implantação dos assentamentos rurais.

De acordo com Fernandes (1999, p.17), “as lutas camponesas sempre estiveram presentes na história do Brasil. Os conflitos sociais no campo não se restringem ao nosso tempo”. Todas as lutas e ações populares, publicizadas mediante ocupação de terra, são formas de resistência - de demonstrar para o Estado a insatisfação com a concentração fundiária nas mãos de poucos e/ou contra a exploração do trabalho, ou do meio ambiente, ou contra o avanço sobre terras indígenas e quilombolas. É uma forma de reivindicar uma sociedade justa e com condições dignas de vida. O box 5 apresenta uma síntese histórica dos principais movimentos de resistência e de luta pela terra no país.

Box 5 – Panorama sobre as lutas populares no Brasil pela terra

A luta pela terra é tão antiga que, em sua tese de doutorado, Fernandes (1997) resgatou diversas formas de resistências, como as indígenas, exemplificadas pela *Confederação dos Tamoios*, revolta liderada pela nação indígena tupinambá entre, 1554 e 1567; ou a do grupo de índios Guaranis, que constituam os *Trinta Povos* - denominação atribuída aos trinta povoados que continham entre 1.500 e 12mil pessoas cada, e que resistiram até a exaustão aos ataques dos bandeirantes e dos exércitos de Espanha e Portugal. Nesse período, 350 mil índios foram escravizados na economia brasileira. Essa exploração foi sendo substituída pela escravidão negra, à medida que os indígenas foram quase que totalmente dizimados.

Posteriormente, o autor cita a resistência dos *Palmares*, quilombo liderado por Zumbi, que acolhia escravos fugidos na Zona da Mata (Alagoas). Nesse território viviam 20 mil pessoas e

cultivavam roças de milho, feijão, cana-de-açúcar; criavam galinhas porcos e pescavam (1997, p.16). O quilombo resistiu até 1694, quando foi destruído, juntamente com outros, espalhados pelo Brasil.

Os povos sem-terra surgem através do desenvolvimento do regime capitalista e de seus processos de dominação, exploração de mercados e da insustentabilidade do trabalho escravo, já que o trabalho livre geraria consumo. O trabalhador livre já existia na sociedade escravocrata (branco e pobre) e aumentou após a libertação (negro e pobre). Devido à pobreza de brancos e negros, a luta pela liberdade se desdobrou em luta pela terra.

À medida que a luta pela terra se intensificava, cresciam, também, os grandes latifúndios e a grilagem, exemplificados com as fazendas de café em São Paulo. Com isso, diversos camponeses eram expulsos de suas terras, surgindo assim, o posseiro. Nesse processo, chegam os *imigrantes* europeus, muitos deles expulsos de suas terras, para trabalhar em São Paulo e no Sul do Brasil. A miséria continua entre ex-escravos, remanescentes indígenas e, agora, imigrantes, o que contribuiu para que estes trabalhadores formassem categorias que, a partir da segunda metade do século XX, ficou conhecida como *sem-terra*.

Em 1850, com a promulgação da *Lei de Terras*, a grilagem e a expropriação de posseiros se intensificaram. Surgia a figura do *coronel* (*coronelismo*) que detinha total controle político (curral eleitoral, voto cabresto) e do território (a terra e os meios de produção). Ao longo da história do Brasil, o latifúndio tornava-se, e mantém-se até hoje, uma marca do país. Com esta lei, a terra é transformada em propriedade privada, simbolizada com as cercas. O que não foi cercado seriam as terras do governo, surgindo aí o termo *terras devolutas*.

Esse processo gerou várias formas de resistência, como *Canudos*, de Antônio Conselheiro (Bahia). Neste grupo, viviam cerca de 10 mil pessoas, a maioria camponeses e ex-escravos. A organização econômica girava através do trabalho cooperado, essencial para a reprodutividade do grupo. Todos tinham direito à terra, havendo, ainda, um cuidado com os velhos e desvalidos. De outubro/1896 a outubro/1897, este grupo, sob falsa acusação de defender o retorno da monarquia, foi perseguido e totalmente devastado.

Assim, o Brasil fechou o século XIX com a guerra mais violenta do país e, não diferentemente, iniciava o século XX, com outra grande revolta, a *Guerra do Contestado*, dessa vez no Sul do país.

Tudo começa em 1908, quando o governo brasileiro concedeu a uma companhia americana uma enorme faixa de terra para a construção da ferrovia SP-RS. Assim, as áreas foram desmatadas e todas as famílias que vivam no percurso, desalojadas. Surgiu, em SC (1912), a resistência de um movimento camponês liderado pelo monge José Maria, que também foi falsamente acusado de defender a monarquia. Iniciava-se um processo de ataques, fuga, massacre e resistência. O grupo se pulverizou; os sobreviventes (5 mil pessoas) se instalaram na região do Contestado. Sob a mesma acusação, o grupo foi dizimado em 1914.

O *cangaço* foi uma resistência de camponeses rebeldes do Nordeste brasileiro, que atacavam vilas e fazendas. Eram diferentes grupos, como o liderado por Lampião, com objetivos nem sempre comuns, formados pelos posseiros expulsos pelos coronéis. Era uma forma de 'banditismo social'; contudo, o único meio de defesa da sua própria família.

“Embora fossem lutas isoladas, aconteciam em quase todo o território brasileiro. São partes da marcha camponesa que percorre o espaço da história do Brasil. Desde meados do século XX, novas formas de organização foram criadas na luta pela terra e pela reforma agrária” (1999, p.22), como as *Ligas Camponesas* (1945, durante o governo Vargas, criada em todos os estados, duraram dez anos, quando foram violentamente reprimidas por fazendeiros e jagunços); a *institucionalização das mobilizações camponesas* (1954, quando o Partido Comunista Brasileiro – PCB -, criou a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas – ULTAB -, a fim de coordenar as associações

camponesas); e a *Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura* – Contag (1963, apoiada pela Igreja); além da formação de *associações e os sindicatos dos trabalhadores rurais* mais localizados (estaduais/municipais).

O *Golpe Cívico-Militar* de 1964 vai repreender os movimentos sociais rurais. Estes só voltam, oficialmente, em 1975, quando a Igreja católica cria a Comissão Pastoral da Terra, e na década de 1980, quando começam a surgir diferentes movimentos sociais, como o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais e, o maior deles, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, para citar alguns. Foi a atuação desses movimentos que conquistou o *Plano Nacional da Reforma Agrária*, em 1985, o que intensificou a criação dos assentamentos rurais.

Fonte: Os autores, a partir de Fernandes (1999, p.13-40).

A análise dos processos históricos e as formas de vida social em torno da questão agrária brasileira indicam que esta pauta sempre se centrou no âmbito do executivo federal brasileiro, que, desde sempre, teve poder para realizar intervenções fundiárias para assentar grupos de famílias sem-terra (MEDEIROS e LEITE, 2009).

Segundo Abramovay (2005), a distribuição de terras para as populações é um importante meio de combate à pobreza, por possibilitar a emancipação social - processo de liberdade que equipara os indivíduos à cidadania e de inserção na sociedade política. Entretanto, o autor reconhece que o imperativo dessa justiça social caminha ao lado do postulado econômico, uma vez que a questão agrária no Brasil, desde seus primórdios, sempre tem demandado, como pressuposto, a realização de uma reforma agrária; afinal, o país possuía grandes extensões de terra não utilizadas (latifúndios improdutivos), uma camada de pobres/excluídos e, por outro lado, o dever e a necessidade de revitalizar sua economia agrária.

A possibilidade de desapropriar terras por interesse social é admitida desde a Emenda Constitucional nº. 10, de novembro de 1964, que permitia desapropriar terras e pagá-las com títulos da dívida agrária. Vinte e um dias depois, foi promulgado o *Estatuto da Terra* (Lei 4.504/64), marco-jurídico importante para implementação de uma reforma agrária no país.

Contudo, o Estatuto tornou-se letra-morta em relação às desapropriações e posterior alteração da estrutura fundiária nacional, pois, segundo Navarro (2001) e Caldart (2001), embora tenha contribuído para a criação de alguns mínimos de PAs, principalmente em terras da Amazônia, do Centro-Oeste e no oeste da Região Sul do país, o estatuto, naquele momento, acabou sendo um artifício que incentivou a modernização da produção agropecuária brasileira, através da revolução verde, implantada nas políticas de desenvolvimento do Brasil.

Naquela época, a questão agrária permaneceu praticamente inalterada; afinal, os movimentos sociais rurais foram reprimidos pelo governo militar devido ao seu

posicionamento conservador, que via nessas mobilizações uma bandeira de expansão do comunismo. Na década de 1970, poucas desapropriações foram realizadas, em razão, como já dito, de o governo promover o crescimento econômico apenas através da modernização da agricultura.

Os resultados dessas medidas intensificaram a pobreza no campo, sendo exemplificada por “baixíssimo poder de compra, desemprego, precariedade das condições de trabalho e pela exclusão social, o que levou mais de 28 milhões de pessoas a deixarem o campo em direção às cidades, entre 1960 e 1980” (BERGAMASCO, 1997, p.37). É importante marcar que a realidade da luta pela terra no Brasil é tão complexa e difusa que passou então a ser analisada por região.

Assim, a partir de Fernandes (1999), é possível sintetizar que no período que antecede a reabertura democrática e consequente surgimento da PNRA, na região Nordeste, as lutas são marcadas pelo coronelismo, a grilagem, a fome e outras formas de violência contra a população mais vulnerável. No Norte e Centro-Oeste, os trabalhadores enfrentavam os maiores conflitos fundiários do país. A grilagem de terras, a exploração do trabalho carvoeiro, a expropriação dos posseiros e inúmeros assassinatos dos trabalhadores contextualizam a luta pela terra e grandes focos de violência rural. Isso decorre, segundo o autor, dos projetos de colonização idealizado pelo governo federal para estas regiões (fronteiras de expansão) que, muito das vezes, acabaram levando mão de obra barata do Nordeste, Sul e Sudeste para essas duas regiões.

Já na região Sudeste, segundo o autor, com a expansão das monoculturas, os trabalhadores enfrentavam tanto a expulsão da terra, quanto o assalariamento. Fato estes que intensificaram o êxodo rural, momento em que dezenas de milhares de famílias migraram para os grandes centros, passando a viver em condições vulneráveis e nas favelas. Por fim, no Sul do Brasil, com o avanço das organizações dos sem-terra, os trabalhadores buscaram ampliar a articulação da luta política e expandir a organização para todo o Brasil.

A década de 1980 representa um verdadeiro paradoxo da crise, a que os economistas denominam de a década perdida, devido às baixas taxas de crescimento do PIB, o que acelerou o processo de inflação em toda América Latina. Entretanto, ela também é apontada como a década vitoriosa, sobretudo no campo político, devido ao processo de redemocratização do país, com o fim da Ditadura Militar e a promulgação da Constituição de 1988, que, dentre outras permissividades, promoveu a municipalização de diversas políticas públicas, impulsionou a participação da sociedade civil e o fortalecimento dos movimentos sociais.

Naquele momento, os trabalhadores rurais sem-terra já haviam concluído que “o fim da ditadura não significava o fim das lutas sociais; ao contrário, estavam conquistando direitos e espaços políticos para ampliar a luta” (FERNANDES, 1999, p.83). Assim, a mobilização rural pela reforma agrária foi retomada e difundida por diferentes coletivos, com destaque para o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) e, o maior deles, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), todos com origem nos anos 1980. Destes, destacamos a importância da CPT⁵⁸, associação do setor progressista da Igreja católica, que contribuiu para o processo de criação dos assentamentos rurais, conforme destacado por dom Tomas Balduino, em entrevista ao dossiê *Desenvolvimento Rural*, da revista *Estudos Avançados* (2001):

Uma Igreja em conflito com o latifúndio e a marginalização social. A CPT estimula o aparecimento dos movimentos sociais. Nasceu (junho/1975) no momento do avanço do grande capital em direção à Amazônia à custa do genocídio dos povos indígenas e do massacre dos camponeses, com total impunidade para militares e pistoleiros. Não se tratava de uma situação, nem de um posicionamento isolados. A carta pastoral [que culminou com surgimento da CPT] indicava uma preocupação com as consequências da desastrosa política do “milagre brasileiro” levada à Amazônia pela ditadura militar em cumplicidade com o empresariado, atropelando índios e posseiros. Mas, nem se tratava apenas da Amazônia, e sim, de todas as regiões, das quais chegavam notícias de repressão contra grupos de trabalhadores rurais e contra agentes de pastoral que os acompanhassem ou apoiassem (2001, p.14, trechos escolhidos).

Os movimentos sociais rurais ganharam força e tiveram papel fundamental nesse período. Um dos expressivos exemplos é a volta das mobilizações sindicais sob liderança de trabalhadores, marcante desde o I Congresso da Central Única dos Trabalhadores (CUT), realizado em agosto de 1983. Nesse evento, Favareto (2006b) aponta que a presença dos trabalhadores rurais superou, inclusive, a dos trabalhadores da indústria. Na pauta rural, as reivindicações estavam associadas à “centralidade da reforma agrária, ampla, massiva e sob controle dos trabalhadores”; à “luta pelas eleições diretas”; à “defesa da liberdade e autonomia sindical”; à “defesa das populações indígenas” (2006b, p.34), dentre outros⁵⁹.

⁵⁸ Destacamos, justamente, o CPT, pois, como será discutido a partir dos capítulos 5 e 6, esta comissão teve papel central na mobilização dos trabalhadores rurais de Corumbá, que culminou na formação do Assentamento Taquaral.

⁵⁹ Favareto (2006b, p.34) apresenta: i) lutar por reforma agrária e pelo atendimento das reivindicações imediatas dos camponeses, tais como preço mínimo, armazenamento e distribuição, assistência técnica; ii) direitos trabalhistas, previdenciários, salários; iii) vincular “Diretas já e luta pela reforma agrária”; iv) incentivo às ocupações e à exploração coletiva de terras; v) criação da Secretaria Rural para articular a diversidade das lutas no campo; vi) questão indígena; vii) extrativismo sob controle dos trabalhadores; viii) cumprimento do decreto que garante dois hectares de terras para trabalhadores dos canaviais; ix) boias frias, organização nos locais de moradia e integração na luta pela terra. O texto das resoluções trazia ainda outros vinte itens, que abordavam: uso de agrotóxicos, mulher, previdência, seguro agrícola, limite à propriedade, desvios de verbas no Nordeste,

Em 1984, diversos trabalhadores se reuniram na cidade de Cascavel-PR para o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com o objetivo principal de convocar um maior número possível de trabalhadores para ampliar o movimento (MST) em todo Brasil. Este foi um dos vários encontros estaduais que antecederam o I Congresso, realizado em janeiro de 1985. Na ocasião, reuniram-se mais de 1.500 trabalhadores - dos quais 300 eram mulheres - de 23 estados brasileiros, tendo apoio fundamental da CUT e da CPT. Dentre as várias atividades do congresso, houve o lançamento do “documento *Assassinatos no Campo: crime e impunidade – 1964/1985*; afinal, em três anos, de 1982 a 1984, foram assassinados 277 trabalhadores rurais” (FERNANDES, 1999, p.80).

Se, outrora, o governo percebia os movimentos sociais rurais como um avanço do comunismo, o processo de reabertura democrática contribuiu para que o Plano Nacional de Reforma Agrária fosse elaborado e consolidado em 10 de outubro de 1985, durante o governo de José Sarney.

Sob o lema “*sem reforma agrária não há democracia*”, a pressão dos movimentos rurais contribuiu para esta conquista, e isso permitiu a retomada da criação dos projetos de assentamento rurais⁶⁰. A reforma agrária surge então, como a possibilidade de redistribuição de terra, antes concentrada exclusivamente na mão de poucos, dos grandes latifundiários.

A partir da Constituição de 1988, os governos estaduais também passaram a intervir na questão fundiária, com objetivo de assentar grupos de famílias de forma mais recorrente. Foi assim, segundo Bergamasco (1997), que de forma lenta e irregular, foram implementados os primeiros assentamentos rurais no país.

Como bem destacado por Norder (1997), porém, esse processo de distribuição de terras objetivou muito mais resolver conflitos localizados do que promover o potencial produtivo da agricultura familiar, o que levou, já na década de 1990, a resistências, lutas e conflitos pela busca da terra, como o emblemático caso do *Massacre de Eldorado dos Carajás* (Figura 9).

infraestrutura, direção das lutas, comercialização e cooperativismo, assentamentos, garimpeiros, mais espaço no Congresso, comissões de educação nos sindicatos, dívidas, financiamento.

⁶⁰ A CF-88 passou a trazer, no artigo 184, o direito do acesso à terra: “Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei”.

Figura 9 - Massacre de Eldorado dos Carajás - sepultamento



Fonte: Anistia Internacional, 2016.

Na ocasião do massacre, em abril de 1996, os trabalhadores do MST realizavam uma caminhada até Belém do Pará, quando foram impedidos de passar por mais de 150 policiais armados com fuzis, o que gerou uma ação repressiva e a morte dos 19 trabalhadores rurais sem-terra (ANISTIA INTERNACIONAL, 2016).⁶¹

A violência no campo, na década de 1990, foi marcada por períodos com variados confrontos⁶². Apesar disso, intensificou-se o processo de assentar famílias, do que resultou o seguinte questionamento: como organizar a produção nos assentamentos rurais, de forma econômica e social?

Uma análise sociopolítica sobre o processo de assentar famílias, a partir dos estudos de Sabourin (2008), revela que os trabalhadores rurais, durante o governo FHC (1995-2003), conquistaram algumas vitórias jurídico-legais fundamentais, sendo a distribuição de terra a mais importante delas, pois, na época, se valeu de uma baixa dos preços no mercado fundiário e o governo chegou a assentar 400 mil famílias.

⁶¹ O caso é tão emblemático que, em agosto de 2019, o presidente Bolsonaro afirmou estudar um meio de conceder indulto aos policiais que foram responsabilizados pelo massacre, deixando bem clara a visão do governo sobre os movimentos sociais rurais. Cf. <https://glo.bo/3jMCKDG>. Isso reverbera em outra pauta, a questão da legalização das armas, ou, como vem sendo chamada, o “partido da bala”, em referência a munição do revólver tipo 38. O argumento, tanto do Presidente, quanto dos deputados dessa causa, é: “invadiu, leva chumbo” (Cf. <https://bit.ly/3gbmZ7e>). Ambos, acesso em: 15 ago. 2020.

⁶² A saber, Tavares dos Santos (2000) relata que a partir do início da Nova República (1985) o número de conflitos no campo manteve-se elevado, ocasionado, principalmente em razão de trabalho escravo, conflitos trabalhistas, acesso à terra. O autor (2000, p.2) elenca quatro fases na “ocorrência de conflitos no campo, neste período: de 1985 a 1989, uma grande ocorrência de conflitos; entre 1990 e 1992, uma redução relativa; um aumento dos conflitos nos anos de 1993 a 1995; finalmente, em 1996 e 1998, alta e crescente incidência de conflitos”.

De acordo com o autor, as expectativas para o início do governo Lula eram grandes e o PNRA, preparado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) para o primeiro governo Lula, era ambicioso e inovador. Havia um tripé capital que sustentava o diálogo entre o PT e os movimentos sociais: a segurança alimentar, a reforma agrária e o apoio à agricultura familiar. Segundo o autor, os dados apresentados pelo Incra não são confiáveis, nem atualizados, mas, ainda assim, é possível apontar que o governo Lula apresentou, desde as campanhas eleitorais, um bom diálogo com o MST.

Apesar dos avanços, ainda restavam problemas e desafios relativos à questão agrária e à reforma agrária que precisam ser tratados. Em pleno século XXI, o Brasil continua com sua ênfase para o comércio de *commodities*, enquanto outros países traçam estratégias e metas de caminhar para uma produção 100% orgânica, caso da Noruega e da Índia, por exemplo. Nessa lógica, o Brasil exporta e importa, mesmo tendo condições de produzir determinados itens que importa. Os grandes capitalistas se beneficiam dessa lógica de mercado. A questão fundiária, como colocado por Barros (2018) e Leite *et al.* (2018), vem sendo ainda hoje marcada pela *mercantilização da terra*, mesmo que em detrimento da sua função social e ambiental⁶³.

Segundo Barros (2018), essa ênfase proporciona ao país expressivas cifras comerciais, sobretudo em razão da exportação de alimentos, minério de ferro, aviões e produtos florestais, como celulose, papel, madeira, e seus derivados. Entretanto, a altos juros, pois, no geral, as *commodities* acabam por explorar os recursos naturais - terras, jazidas, florestas, águas, outros. As consequências políticas, econômicas, sociais e ambientais dessa estratégia são inúmeras. O aumento do desmatamento, o desmonte da reforma agrária e dos direitos constitucionais indígenas e quilombolas são os principais deles, além do aumento de uma pobreza generalizada por todo país. É neste cenário que ocorre a mercantilização das terras públicas, promovida com aparato político e institucional do Estado.

Reações a esses processos provocam a violência no campo e o consequente aumento dos conflitos agrários. Segundo o *Atlas da violência no campo no Brasil*, elaborado pelo Ipea (2020), até 2017 houve um aumento da violência por quase todo estado de Roraima, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Rondônia, no norte de Minas Gerais, nos municípios ao norte e ao leste do Mato Grosso, além de em alguns estados do Nordeste. Até 2019, este estudo estima que são uma média de cinco conflitos por dia, com trinta e dois assassinatos. Entre as

⁶³ Cf. Constituição Federal de 1988: Art.º 5º, inciso XXIII - a propriedade atenderá a sua função social; Art. 186 - A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

principais vítimas estão os indígenas, os produtores sem-terra e as mulheres (neste último caso, incluído também a violência por gênero).

Por todo o Brasil, as formas, os motivos e as objetivações dos assentamentos rurais, apresentam dimensões e significados variados. Medeiros e Leite (2009) escrevem que podem ser ocupações antigas, situadas próximo às áreas urbanas, caso da Baixada Fluminense, Rio de Janeiro; ou de antigos trabalhadores de lavouras que ficaram desempregados com o fim das usinas de açúcar, caso de Araraquara/SP. Há também a formação de assentamentos para abrigar grupos que possuíam terras em áreas de barragens, caso do Assentamento Urucum, Corumbá/MS, que abriga famílias de Ilhéus e Ribeirinhos (Paraná) que tiveram suas propriedades afetadas pelas enchentes da Usina de Itaipu, em 1984.

Hoje, uma diversidade de atores compõe a arena pública que discute a reforma agrária nacional. Além das organizações já citadas, temos o governo federal, o Incra, o Poder Judiciário, “os governos estaduais e seus respectivos órgãos de terra, as secretarias estaduais de agricultura e seus organismos de assistência técnica, prefeituras, sindicatos de trabalhadores rurais mais localizados, igrejas, ONGs, outros” (MEDEIROS e LEITE, 2009, p.14). A atuação desses diferentes coletivos vai discutir, desde o processo de criação e consolidação dos assentamentos rurais até outras questões, como apoio técnico-produtivo, questões sociais (educação, saúde, violência, qualidade de vida), linhas de crédito específicas, canais de venda, e outros.

O movimento social rural foi capaz de inscrever, no decorrer das últimas décadas, a expectativa de democratizar o acesso à terra e a vida no campo, culminando com a constituição dos assentamentos rurais brasileiros. Todavia, à medida que os assentamentos foram implantados, criaram-se para as esferas locais de poder público, grandes desafios; afinal, esses grupos assentados tinham outras reivindicações mais específicas, como estradas, acesso à água, apoio e suporte técnico, educação, saúde, infraestrutura, dentre outros. A partir dos anos 1990, o papel da agricultura oriunda dos assentamentos começou a despertar interesse público, o que demandou a necessidade de políticas sociais para a dinamização da economia local. Além dessas políticas, escrevem Medeiros e Leite (2009), uma *revalorização da agricultura familiar*, que cresceu, se diversificou, se legitimou e se institucionalizou, através de inúmeros programas públicos de desenvolvimento, tema a ser discutido a seguir.

3.1.2 A agricultura familiar e o desenvolvimento rural nos assentamentos

Como colocado por Olivier de Sardan (1995), os processos de mudança são pensados e vivenciados pelos atores. Esta é uma pré-condição para ser capaz de entendê-los. Todavia, nos estudos rurais, é difícil escapar às exaustivas classificações decorrentes da heterogeneidade social presente no meio rural. Inúmeros autores se dedicaram a compreender as distintas categorias sociais no meio rural brasileiro (VEIGA, 1991; ABRAMOVAY, 1992; CARNEIRO, 1998). Os autores concordam em afirmar que a categoria social ampla e mais difundida no meio rural é a do *agricultor familiar*. Entretanto, como aponta Lamarche (1993), em alguns lugares a agricultura familiar é pensada exclusivamente a partir da economia de mercado, surgindo a figura do agricultor familiar (no Brasil, institucionalizada até em lei); já em outros lugares, a agricultura familiar ainda é percebida de forma arcaica e de subsistência, além de ser descreditada e desestimulada. Esse aspecto, como mostraremos nos resultados da pesquisa, se manifesta nas falas e experiências de vários produtores dos assentamentos Taquaral e 72.

Outra categoria amplamente difundida é o *campesinato*, exposto por Carneiro (1998) como uma figura que já se esquia ao tradicional modelo medieval, àquela categoria social “estática e universal, incapaz de absorver e de acompanhar a dinâmica da sociedade em que se insere e de se adaptar às novas estruturas sem, contudo, abrir mão de valores, visão de mundo e formas de organização social definidas em contextos sócio-históricos específicos” (1998, p.74). Nos últimos anos, o campesinato vem sendo ressignificado e apontado como o modelo de organização capaz de garantir a subsistência da família e a preservação ambiental.⁶⁴

Nesta tese, para além de uma “categoria social”, partindo de uma lente pragmatista⁶⁵, levamos em conta a *pluralidade e heterogeneidade da agricultura familiar* (LAMARCHE, 1993) no meio rural, por compreender que estamos diante de *diferentes agriculturas familiares*. Para tanto, nos inspiramos na *socioantropologia do desenvolvimento* desenvolvida por Olivier de Sardan (1995), como será explorado a seguir, para compreender as experiências dos (as) diversos (as) agricultores (as) familiares. Tal perspectiva está mais interessada nas representações sociais mais ou menos latentes, do que dominar as categorias sociais

⁶⁴ Para citar alguns exemplos, essa defesa ocorre, sobretudo, a partir dos discursos políticos do MST, ANA, Associação Brasileira de Agroecologia (ABA); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA Brasil); Via Campesina Brasil (organização internacional de camponeses); dentre outros.

hegemônicas (agricultor familiar; camponês; assentado; produtor rural; etc.) para capturar a pluralidade de públicos e atores envolvidos na pesquisa.

Isso porque, conforme apresenta Olivier de Sardan (1995), recorrer a qualquer noção pré-existente impedirá de compreender a diferença entre a conduta planejada (idealizada pelos projetos institucionais e atores de desenvolvimento) e a conduta real (o que os atores que vivem no meio rural efetivamente fazem, e como eles se percebem). Escapar dos clichês e estereótipos⁶⁶ permitirá focar nos atores ou grupos de atores sociais (individuais ou coletivos), suas estratégias e suas apostas.

Assim, considerando que as famílias assentadas são consideradas formalmente como compondo a agricultura familiar (Lei 11.326/2006) no Brasil e diante da diversidade social da agricultura familiar brasileira, que envolve famílias em variadas situações socioeconômicas, como as de *agricultores sem-terra*, até os agricultores organizados em torno de sindicatos e cooperativas integrados aos mercados, como colocado por Cazella *et al.* (2016), esta seção discute a importância da agricultura familiar (entendida em sua pluralidade) e suas consequências para os assentamentos rurais.

A Agricultura Familiar (AF) engloba variadas formas e objetivações sociais em torno da família, da terra, da lavoura⁶⁷ e do seu cotidiano, variando conforme as diferentes épocas. Com o tempo, as designações sobre a AF foram incorporadas aos discursos das políticas públicas, às bandeiras dos movimentos sociais e à pesquisa voltada ao conhecimento do meio rural. Para Abramovay (1992), inicialmente, havia um claro ceticismo da sociedade brasileira frente a essa camada que representava a estrutura social do campo, daí as classificações adotadas como “pequena produção”, “agricultura de baixa renda”, ou “de subsistência”.

Na década de 1970, o debate que imperava na comunidade científica brasileira era tratar as distinções entre a pequena e a grande produção. Segundo Veiga (1991), havia uma preocupação central entre os estudiosos da *pequena produção* de criar categorias que a enquadrassem em oposição ao grande setor agropecuário, tais como produtor de subsistência; campesinato, excedente; mão de obra familiar, dentre outros. Para o autor, perceber o rural dessa forma apenas ampliou a oposição entre familiar e patronal, um debate que imperou por décadas.

⁶⁶ Na ocasião, Olivier de Sardan (1995) elenca cinco estereótipos: a comunidade consensual; o pequeno empresário individual camponês; o campesinato em sua tradição; o campesinato submisso e passivo; o campesinato relutante e rebelde. Uma síntese da conclusão do autor, sob tais estereótipos, é que o mundo desejado pelos projetos e políticas públicas nem sempre existem/ou são alcançados, então, é preciso afastar dessas definições a priori, buscando analisar os atores a partir de sua trajetória histórica.

⁶⁷ Veremos, mais adiante, que os produtores do assentamento Taquaral utilizam muito a expressão “lavoura”, por isso, apresentamos aqui o seu entendimento: lavoura é o ato de lavrar a terra através da utilização do arado, sendo que este pode ocorrer de forma manual, com tração animal, ou mediante utilização de máquinas.

Foi somente após a desastrosa política agrícola (revolução verde) adotada por distintos países no desenrolar das décadas de 1970-80, que visava ampliar e baratear a produção de alimentos, que a produção familiar foi valorizada, demonstrando sua importância e seu sucesso, o que levou a diversas economias capitalistas a refletir, pois, o preconceito contra os “agricultores familiares poderia levá-los a uma verdadeira atrofia, sem que a agricultura patronal desempenhasse convenientemente o papel de fornecedora de comida barata, apesar de toda sua exuberância” (VEIGA, 1991, p.197).

Segundo Abramovay (2003), próximo ao lançamento do Censo Agropecuário de 1996, tornou-se evidente a importância socioeconômica da agricultura familiar no Brasil, caracterizada por unidades produtivas de pequeno porte, quando comparado às grandes agroindústrias. Naquele momento, segundo os dados do Censo (1996), havia 31.740 famílias assentadas, distribuídas em 1.711 projetos por todo o país, produzindo 1,85 ha (a produção média era de 37 sacos/ano) só de milho, o principal produto cultivado, de acordo com o Censo.

Apesar desses números, tanto na direita, quanto na esquerda, o campesinato constituía “um resíduo, um setor em extinção, sem relevância para o progresso econômico e social” (ABRAMOVAY, 1992, p.11). Porém, enfrentando todas as adversidades e conflitos ligado à terra, a agricultura familiar conseguiu se desenvolver e conquistar o seu lugar na sociedade.

No Brasil, especificamente, é a Lei federal nº 11.326, de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação do Pronaf e dos Empreendimentos Familiares Rurais (EFR). Nela, *os agricultores familiares* são definidos como aqueles que possuem uma área de até quatro módulos fiscais,⁶⁸ que utilizam a mão-de-obra da própria família nas atividades; que têm uma parcela mínima da renda familiar obtida a partir ou das atividades econômicas ligadas à sua propriedade, ou que dirigem seu empreendimento com sua família. Também são considerados agricultores familiares os silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e os *assentados da reforma agrária* — desde que atendam a todos os requisitos da referida lei.

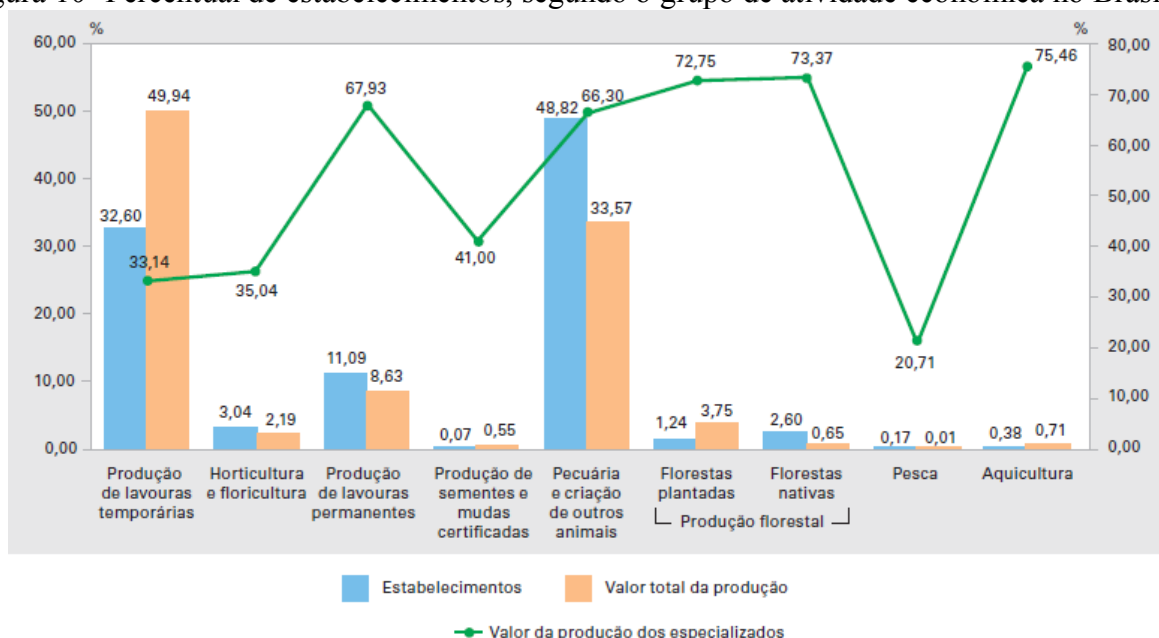
No desenrolar da década de 1990, o termo agricultura familiar passou a ser legitimado no Brasil. Nesse período, recebeu inúmeros instrumentos de políticas públicas, com destaque para o ano de 1995, quando foi criado o Pronaf, com significativos recursos destinados a diferentes subprogramas, como o Pronaf Mulher (apoio a mulher camponesa); Pronaf Jovem (apoio a jovens agricultores), dentre outros.

⁶⁸ Um módulo fiscal varia de 5 a 110 hectares; 4 módulos fiscais chegam até a 440 hectares.

Nos últimos quinze anos foram disponibilizados mais de 30 bilhões de Reais por ano para a agricultura familiar (DELGADO e BERGAMASCO, 2017). Todavia, do ponto de vista político, essa categoria ainda hoje é vista como uma “oposição” ao grupo formado pelos agronegócios, principalmente pelos representantes destes últimos. Até 2018 a agricultura familiar é a oitava maior produtora de alimentos no mundo, com faturamento anual de US\$ 55,2 bilhões (SAFC, 2018).

De acordo com o último Censo Agropecuário (IBGE, 2017), e descritos na Figura 10, à utilização da terra pela agricultura familiar são assim divididas: 48% da terra é destinada a pastagens; 23,86% a matas naturais; 15% a lavouras e 6,03% a sistemas agroflorestais.

Figura 10- Percentual de estabelecimentos, segundo o grupo de atividade econômica no Brasil



Fonte: IBGE, 2017, p.80.

Nesse espaço, 3,2 milhões de agricultores familiares (81%) são proprietários da sua terra; 219 mil são assentados sem a titulação definitiva; e outros 466 mil tem acesso temporário a terra, seja por ser arrendatário (2,85%), parceiro (2,27%), comandatário (4,71%), ou ocupante (2,14%). As principais atividades, demonstradas na Figura 10, são as lavouras temporárias e a pecuária e criação de outros animais. A horticultura representa apenas 3% do total dos estabelecimentos nacionais.

De acordo com o SAFC (2018), a agricultura familiar é à base da economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes. Além disso, é responsável pela renda de 40% da população economicamente ativa do país e por mais de 70% dos brasileiros ocupados no campo. Hoje, ela produz 70% do feijão nacional, 34% do arroz, 87% da mandioca, 46% do

milho, 38% do café e 21% do trigo. O setor também é responsável por 60% da produção de leite e por 59% do rebanho suíno, por 50% das aves e 30% dos bovinos. 84% dos estabelecimentos rurais são de agricultores familiares.

Entretanto, *nem todo agricultor familiar é um assentado da reforma agrária*, como exposto na Lei 11.326 de 2006, e descritos no próprio Censo Agropecuário de 2017, ocasião em que 219 mil se declararam assentados. Mas, como destacado por Medeiros e Leite (2009), os assentamentos rurais sempre foram caracterizado por uma agricultura predominantemente familiar, por vezes camponesa, e estruturada em formas associativas, muitas delas articuladas em torno de pequenos grupos, que possuem identidades locais ou vinculação política, entre as quais o pertencimento e a participação, ou não, aos grupos/associações ganham destaque.

Uma vez criados, os assentamentos caracterizam-se por relações sociais conflituosas e constantes, tanto internamente, entre as famílias; quanto externamente, com fazendeiros, grandes empresas e políticos. A diversidade de relações existentes dentro e fora dos lotes, caracterizam a luta, os desafios e os conflitos desses produtores. São várias as relações de poder, medo, resistência e de luta, o que ocasiona, de geração a geração, variadas transformações sociais e processos de territorialidade. Sobre os desafios e efetividade dos assentamentos, argumentou Sabourin:

Sem uma organização coletiva forte e determinada dos “sem-terra”, que recorrem ao mecanismo de ocupação de propriedades improdutivas, por razões políticas, técnicas e financeiras, a reforma agrária nunca teria deslanchado; ao contrário, teria se limitado à colonização das “frentes pioneiras”, ou à distribuição de terras públicas. Sem embargo, se os movimentos sociais conseguiram de modo relativamente fácil obter a distribuição de terras, pelo menos até 1998, **sempre foi muito mais difícil negociar ou organizar seu aproveitamento produtivo** (2008, p.156, grifo nosso).

Isso se deve, segundo o autor, a três razões fundamentais. A primeira, decorre da própria pressão social para obter a terra, que, de tão forte, pode terminar conquistando lotes com áreas inferiores ao módulo rural, tornando-se assim, insuficiente para assegurar a produtividade e a sobrevivência das famílias. Raramente as melhores terras são distribuídas. A pressão por obter a terra é tanta que, somado à demora em consegui-la, acaba, por vezes, tendo consentimento dos beneficiários e de suas organizações em receber terras defasadas/improdutivas, por falta de melhores opções.

A segunda dificuldade, segundo Sabourin (2008), *refere-se às características do público alvo da reforma agrária*, e as incompreensões que ele enfrenta com o Incra, com os agentes públicos, o próprio sindicato, o MST ou organização responsável. Isso ocorre porque, na maioria das vezes, os trabalhadores rurais - beneficiários da reforma agrária - são analfabetos ou pouco escolarizado.

Eles, geralmente, já trabalhavam no meio rural, como cortador de cana-de-açúcar, vaqueiro, carvoeiro, outro. Com isso, por vezes, não têm experiência em lidar com a terra (sistema de produção de policultura), nem mesmo com a pecuária e, menos ainda, em administrar um lote.

Saindo de sua particularidade e focando na coletividade (a associação), a análise não difere, pois, raramente possui experiência em trabalhos coletivos anterior à da época do acampamento. Isso repercutirá no futuro do assentamento, quando já se encontram assentados e enfrentam as dificuldades relacionadas às técnicas produtivas e aos trabalhos coletivos.

Segundo o autor, a parte técnica pode ser resolvida com o tempo, mediante parcerias, ou projetos de extensão de universidades e centro de pesquisas, além de apoio do próprio Estado (assistência técnica e capacitação). Todavia, esse apoio sempre chega tarde, quando chega. Já a falta de experiência coletiva leva ao individualismo, ao cada um por si. A dinâmica coletiva começa a falhar após a obtenção da terra, momento em que ela deveria ser valorizada através da produção e do manejo dos recursos comuns.

Estamos diante da terceira dificuldade, denominada por Sabourin (2008), como a *coesão social da organização*. Para o autor, essa questão é até mais importante do que os problemas técnicos e econômicos. A falta de coesão social, somadas às dificuldades técnicas, pode levar as famílias a abandonar o lote ou repassá-lo, gratuitamente ou em troca de alguma compensação, para outro militante do movimento, vizinho ou parente. A construção de uma dinâmica coletiva é certamente uma meta respeitável, mas não se deve mascarar o quão difícil é atingi-la, não só no meio rural, mas em diferentes espaços sociais, que não conseguem ter/sustentar/criar uma coletividade (como escolas, vizinhança e outros).

Há que se lembrar que, de acordo com o Estatuto da Terra e com o PNRA, é proibida a venda ou transferência do lote. No entanto, isso ocorre, quando não o seu abandono, ação esta tolerada pelo Incra que, de tempos em tempos, fiscaliza os lotes para ver se estão sobre direção dos reais destinatários. Até 2011, segundo o Incra (2020), 100 mil famílias foram excluídas da reforma agrária, devido ao abandono ou venda irregular do lote.

São muitas as adversidades que os assentamentos rurais se deparam no Brasil. As dificuldades podem ser ainda maiores em razão de o país não possuir um sistema de avaliação nacional dos resultados dos processos de assentamento. Existem apenas alguns estudos regionais sobre as qualidades, êxitos e desafios dos assentamentos, como os organizados por Medeiros e Leite (2009), que destacam os efeitos multiplicadores dos assentamentos nas economias e nas sociedades locais (inserção da sua produção na localidade).

Esse breve panorama mostra, teoricamente, a importância da agricultura familiar no Brasil, que envolve diferentes mundos e lógicas, desde o agricultor “empreendedor” inserido no mercado, quanto às atividades desenvolvidas em família fora dessa função. Isso justifica, mais uma vez, o diálogo que propomos com as *novas ruralidades*, “definida culturalmente por atores sociais que desempenham atividades não homogêneas e que não estão necessariamente remetidas à produção agrícola” (CARNEIRO, 1998, p.74). Ou seja, **há atores, coletivos, atividades e uso da terra “fora da curva”, fora dos estereótipos previamente definidos.** Realidades que possuem dilemas e vitórias não contabilizadas/consideradas pelo sistema oficial.

Nesse sentido coloca-se a importância de compreender melhor os desafios e as potencialidades dos assentamentos enquanto experimentações capazes de responder às problemáticas do desenvolvimento rural e da agricultura familiar discutidos até aqui, o que será tratado a seguir.

3.1.3 Os desafios e as potencialidades dos assentamentos na promoção do desenvolvimento rural

A falta de estudos e avaliações específicas, de abrangência nacional, certamente é um grande empecilho para se compreender melhor o papel dos assentamentos enquanto experimentações que possam afetar as trajetórias de desenvolvimento rural no país. O conhecimento ainda pouco aprofundado, em nível nacional, sobre o processo de assentar, a aquisição e a manutenção dos lotes podem gerar desafios para as famílias assentadas, ou para as que ainda estão buscando a terra; além de embasar os discursos de ódio que menosprezam e ofendem, de forma pejorativa e até física, algumas dessas famílias. Essa falta de estudos dá permissividade, até mesmo, para julgamentos e proposições normativas – fundadas exclusivamente no viés econômico – que vão julgar, sem uma pesquisa em profundidade, os efeitos entre os custos de criação dos assentamentos e seus benefícios, tanto para o assentado, quanto para a sociedade, como discutiremos a seguir:

Que os assentados estejam em situação melhor do que antes de receberem a terra é um indicador positivo do potencial da política. Mas o fato de não haver comparação sistemática entre benefícios e custos compromete fortemente a sua própria continuidade e faz com que os administradores públicos perguntem-se permanentemente se os gastos com o programa são compensadores, sob o ângulo do bem-estar social (ABRAMOVAY, 2005, p.3).

Diante desta afirmativa, que privilegia o viés econômico e não só o bem-estar das famílias assentadas (o que já é uma grande conquista), resgatamos um questionamento pessimista, feito pelo Abramovay, para identificar como os principais estudos encontrados sobre assentamentos rurais vem se posicionando no debate: “**por que a política de assentamentos apresenta resultados tão problemáticos?**” (ABRAMOVAY, 2005, p.4, grifo nosso).

Diversos pesquisadores vão apresentar hipóteses para isto (LEITE *et al.*, 2004; ABRAMOVAY, 2005; SABOURIN, 2008; MANO, 2008; MEDEIROS e LEITE, 2009). Não é nosso propósito aqui aprofundar em cada uma delas, mas, para tentar entender como as proposições sobre os assentamentos rurais vem sendo colocada, trazemos uma síntese desses trabalhos. De antemão, importante informar que os trabalhos encontrados analisam os assentamentos sob duas óticas: de **natureza político-institucional** e das **dinâmicas sociais**.

O primeiro trabalho (natureza político-institucional) é o de Sabourin (2008). Além dos três desafios anteriormente citados (pressão interna para obter a terra; características do público alvo; coesão social e trabalho coletivo), o autor conclui que a ausência de um verdadeiro debate sobre a questão da desconcentração e da redistribuição fundiária é aspecto central para entender porque a política em torno da criação dos PAs é tão problemática no Brasil. Para o autor, há duas teses em torno da agricultura familiar e da reforma agrária que são, ao mesmo tempo, redutoras e parciais.

A primeira deturpação é *interpretar a agricultura familiar unicamente sob o prisma econômico*. Essa tese demanda que o agricultor familiar seja inovador, o pequeno empresário integrado ao mercado capitalista através das cadeias de exportação. Dito de outra forma, a ênfase aqui está na produção, que precisa ser grande e coletiva (quando necessário), para que o Brasil se insira cada vez mais no mercado das *commodities*.

Já a segunda tese surge do equívoco ou “achismo”, de que o desenvolvimento do capitalismo agrícola e a inserção da agricultura brasileira no mercado global, indicaria que a *solução da reforma agrária fosse atingida e superada*, quando na verdade, a reforma agrária está cada vez mais chegando atrasada a quem precisa e dificultando a instalação de pequenos produtores competitivos. Essa tese justifica que a modernização da agricultura seria uma grande política social de luta contra a pobreza das populações rurais. Sabourin (2008) aponta que essa influência neoliberal começa ainda no governo Lula (2003-2010), prejudicando, até 2008, os três programas-faróis desse governo: segurança alimentar (Fome Zero), reforma agrária e apoio à agricultura familiar. No entanto, como discutido anteriormente, essa prática é muito antiga, a velha política da revolução verde, agora com outra roupagem.

Nossa hipótese sobre essas duas teses do autor é que, até os dias atuais (2021), a ação neoliberal continua. O foco durante o governo Dilma (2011-2016) permanece na agroexportação de *commodities*, ficando a bancada ruralista cada vez mais fortalecida e os grandes produtores rurais tendo seu faturamento aumentado.⁶⁹ Nos governos Lula e Dilma (2003-2016), não há um rompimento com os ruralistas, pelo contrário, são eles que rompem com o PT. Desde setembro de 2016, com o golpe de Estado que culminou com o *impeachment*⁷⁰ da presidente Dilma Rousseff (onde a bancada ruralista teve um papel central nesta ação), aconteceram uma série de retrocessos para as políticas públicas de desenvolvimento rural. Além disso, temos ainda um grande dilema do ponto de vista institucional, devido ao fechamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (já na gestão Temer, 2016-2018), o que dificulta a gerenciamento de projetos, recursos e apoio à agricultura nacional.

Simbolicamente, o fim do MDA foi uma prévia do desmonte futuro que estaria por vir. Por exemplo, como aconteceu em 2017, quando nenhum assentamento rural foi criado; afóra a repressão e violência contra os movimentos sociais rurais em todo país. Desde o início do governo Bolsonaro (2019-atual), a **“passagem da boiada foi liberada”**⁷¹, sendo exemplificada com a liberação de novos agrotóxicos, **a nova onda das fronteiras de expansão** sobre reservas ambientais e indígenas⁷², **as queimadas** na Amazônia e no Pantanal, o **desmantelamento ou deturpação**⁷³ de autarquias públicas e ministérios (como o Incra, o Ibama, a Funai e o Ministério do Meio Ambiente), que exemplificam alguns dos principais desmontes que acarretam consequências nefastas para as políticas públicas hoje e no futuro.

Já Abramovay (2005), em uma análise opinativa (de natureza político-institucional) que não envolveu trabalho de campo, aborda, especificamente, sobre o fato de a grande desigualdade das famílias assentadas não ser apenas de renda, mas, fundamentalmente de poder e de oportunidades. O autor reforça *a importância da democracia para as dinâmicas*

⁶⁹ O capítulo 5 apresenta diversos números da produção agrícola do MS, que comprovam essa afirmativa.

⁷⁰ O processo de *impeachment* começa com a acusação de atraso no pagamento ao Banco do Brasil do Plano Safra. Contudo, laudos periciais indicam que não houve indícios de ação direta ou indireta da presidente nos atrasos, configurando assim, um golpe de estado com a derrocada de uma presidente democraticamente eleita.

⁷¹ Refere-se a fala do ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, em reunião gravada (22/04/2020) que disse: “é uma ‘oportunidade’ para *ir passando a boiada* e mudando todo o regramento e simplificando normas [ambientais] [...] estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de Covid”. Para mais cf. <https://bit.ly/39pDOdp>

⁷² Esta ação pode ser considerada como uma nova onda, tal qual foi a expansão da fronteira agrícola na década de 1930 (Marcha para o Oeste), pois o governo está passando por cima dos direitos constitucionais e avançando sobre as terras indígenas e reservas ambientais.

⁷³ A deturpação surge quando o governo Bolsonaro não encerra uma pasta/ministério, mas a entrega ao setor dominante, como o ministério do meio ambiente que está sob tutela dos ruralistas. Ou quando servidores públicos do Incra ou Ibama, por exemplo, são exonerados/afastados por cumprir o seu papel de fiscalizador e denunciar os desmontes da área.

rurais brasileiras e das mobilizações sociais rurais nesse percurso. Inspirado em Amartya Sen (2000), enfatiza que a construção democrática tem que passar pela redistribuição de terra (direito social) e pelo acesso a crédito e mercados (direitos econômicos); contudo, reconhece que a concentração da renda, de terra e a pobreza histórica das populações rurais compõem entraves fundamentais para a constituição e consolidação de assentamentos. Diante desta dualidade, o autor conclui, em 2005, que mesmo as “duas maiores políticas brasileiras de transferência de ativos aos mais pobres: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e o Programa Nacional de Reforma Agrária” (2005, p.3) apresentam falhas, seja na demora do pagamento dos valores e/ou destinação das terras, quanto na escolha/desapropriação da terra para implantação do PA.

Sobre esta última colocação, é possível afirmar que no Brasil nunca houve, de fato, uma política de reforma agrária justa e ampla. São mais de cinco séculos de concentração de terras obtidas, em sua grande maioria, através da exploração ambiental e social – e, para comprovar isso, basta analisar os números de estabelecimentos rurais e a concentração de terra nos Censos agropecuários, elaborados pelo IBGE. Em razão disso, as lutas sociais rurais foram fundamentais para estremecer esse sistema, conquistando, por exemplo, o PNRA (1985) e a criação de vários assentamentos rurais por todo país. Contudo, tal criação não significa que todas as demandas foram atendidas. Muitas delas foram invisibilizadas pelo Estado, como o acesso a água nos assentamentos rurais – um problema que todo mundo sabe que existe, mas que pouco se discute.

Por todo exposto, o modelo da agenda neoliberal e o histórico comportamento clientelista⁷⁴ vem enfraquecendo a pauta em torno da agricultura familiar e da reforma agrária no Brasil.

A partir da visão desses dois autores, a questão central refere-se a aspectos de **natureza político-institucional**, ao considerar que os assentamentos deveriam ser muito mais que o ato de conceder a terra. Trata-se de idealizar uma política institucional de como esses beneficiados conseguirão a sua emancipação social, visto que a gestão dos recursos públicos demora a acontecer para essa gente. Nesse sentido, coloca-se toda a responsabilidade na ação governamental como a saída para que esses experimentos tenham sustentabilidade.

Por sua vez, outras teses sobre a reforma agrária e os assentamentos rurais, sob o viés do entendimento e análise das **dinâmicas sociais**, também foram elencadas, como os

⁷⁴ O processo de formação do Estado brasileiro e de sua cultura política gerou um cenário perfeito para a presença do *clientelismo no meio rural*, um sistema político de relações de troca de favores, em que quem recebe um dado favor é manipulado pelo ofertante, criando a natureza clientelística.

trabalhos de Leite *et al.* (2004, uma organização de livro que reúne diversos pesquisadores de várias cantos do país) e Mano (2008) que vão se dedicar a compreender o processo da criação do assentamento, que não representa o fim dos problemas, mas o início de uma série de possibilidades de vida e trabalho; como desafios e obscuridades neste percurso. Segundo os autores, uma vez assentados, as famílias começam uma nova história, em um novo local (nem sempre no mesmo local da época do acampamento), com laços familiares e comunitários rompido, presença de novos vizinhos, o que demandará novas sociabilidades em diferentes esferas (econômica, política e social).

A chegada ao novo local, a terra tão desejada, não significa que os períodos violentos e a mitificação sobre os trabalhadores rurais acabaram. Uma vez instalados, Leite *et al.* (2004) afirmam que novas mitificações podem surgir e ser difundidas, como “favelas rurais”, “vagabundos” (insinuando que o fato de não ter terra se deve a eles não gostarem de trabalhar), “pessoas estranhas”, “comunistas”, dentre outros. Essas atribuições pejorativas causam danos a quem é agredido e afetam a própria política da reforma agrária, que no imaginário social, segundo os autores, ganha contornos de desperdício dos recursos públicos. Isso prejudica a importância da política em torno da reforma agrária e enfraquece futuras criações de PAs.

Além dessa situação vexatória, que demanda mais estudos para se conhecer a realidade dos assentamentos rurais, e consequente políticas e programas públicos mais localizados para contornar tal problemática, Leite *et al.* (2004) elencam que os assentamentos rurais demandam outros serviços básicos, como qualquer centro urbano, caso da saúde (postos de saúde), educação (escolas e cursos técnicos), infraestrutura (luz no campo, abertura de estradas em condições de uso, internet, água para irrigação e consumo) além de políticas de apoio produtivo (crédito e assistência técnica) e mercados (políticas específicas). Muitas dessas demandas deveriam ser remediadas com as políticas públicas implantadas, discutidas na próxima subseção, mas, até estas políticas estão sendo desmanteladas. Com isso, a demanda social vem sendo ocultada, e as famílias rurais condicionadas a situações de pobreza e até de extrema pobreza.

Como foi apresentado por Medeiros e Leite (2009), as várias **dinâmicas sociais** dos assentamentos de reforma agrária refletem diferentes experiências do Brasil que, apesar dos desmontes e das dificuldades, demonstram as inúmeras potencialidades dos assentamentos, o que reforça a importância da reforma agrária. No geral, três resultados podem ser citados: (1) a garantia da segurança alimentar e nutricional; (2) a sustentabilidade e (3) o combate à pobreza rural.

À *garantia da segurança alimentar e nutricional*, já apresentada anteriormente, foi destacada por Medeiros e Leite (Orgs., 2009), que na ocasião apresentaram casos de São Paulo, Sergipe, Mato Grosso, Acre, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, e concluíram que apesar dos assentamentos brasileiros estarem abandonados, suplicando por vários serviços, eles promovem a inclusão social de várias famílias (*combate à pobreza*), que anteriormente não possuíam terra para viver e trabalhar. Nessa inclusão, a agroecologia desponta como uma atividade vital para garantir a produção de alimentos de qualidade para o país, e em consonância com a preservação ambiental (*sustentabilidade*). Desta feita, está a importância de a sociedade conhecer essas práticas e valorizar a produção dos assentamentos.

Em 2020, foi anunciado que o Brasil estava próximo a um colapso de abastecimento alimentar, e a pandemia da Covid-19 poderia intensificar essa crise. “Fatores como a falta de trabalhadores sazonais na agricultura e a dificuldade de armazenamento e transporte de itens causam aumentos nos custos da produção, que são repassados ao consumidor” (BBC, 2020). Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Diesse, 2021), essa crise acarretou a alta dos preços da cesta básica brasileira. Para o Diesse, essa alta, somada à desvalorização cambial e ao alto volume de exportações motivaram o aumento do valor da cesta.

Isso retrata outro problema, como demonstrado pela BBC Brasil (2021), referente aos estoques médios dos principais itens da cesta básica no Brasil, para garantir a segurança alimentar necessária e o controle dos preços. Segundo a reportagem, esse estoque deve ser de aproximadamente 20% do consumo anual. Se o estoque fica abaixo disso (devido ao foco no mercado exportador) o preço na prateleira do supermercado sobe; a pobreza atinge um alto grau de alarme e a fome reaparece para muitos brasileiros que escaparam dela nos últimos anos⁷⁵. É o que vem acontecendo com o preço da carne bovina, do feijão, do arroz, do gás de cozinha e do açúcar (utilizado além da alimentação, na produção de etanol e álcool 70°, necessário ao combate da pandemia).

Esses dados demonstram a importância da produção agrícola dos assentamentos rurais, que devem ser potencializadas. Hoje, como noticiado na BBC Brasil (2021), os assentamentos do MST são os maiores produtores de arroz e soja orgânica da América Latina. Por isso, concordamos com Mano (2008, p.1), quando ela afirma que “se a política agrícola brasileira

⁷⁵ Segundo dados do IBGE (2020), 10 milhões de brasileiros estão em situação de insegurança alimentar; apresentando dificuldade de acessar alimentos e/ou já estão passando fome/precisando de ajuda para comer, ou caminhando para isso. Os dados são referentes ao período anterior à pandemia da Covid-19. A projeção para o atual momento (2021) é que esse número chegue a 20,1 milhões de brasileiros. Cf. <https://bit.ly/3sjxzz7> Acesso em 20 de mar. de 2021.

fosse diferente, talvez o país não sofresse com a crise mundial de alimentos”. Uma política eficaz garantiria a produção de alimentos saudáveis, combateria a pobreza e poderia ajudar na preservação do meio ambiente, mesmo sabendo que a implantação de alguns assentamentos rurais, como apontou Farias *et al.* (2018), pode intensificar o desmatamento, como vem ocorrendo nos assentamentos criados no Pará.

Ao buscar o entendimento das origens e dinâmicas dos assentamentos rurais brasileiros foi possível destacar a importância dos movimentos sociais para a sua concretização e situar a sua importância para a agricultura nacional, seja em dados econômicos, na produção de alimentos, ou o impacto social — através do processo de assentar as famílias. Os assentamentos apresentam-se como o espaço de reordenação de terras e tem contribuído para o desenvolvimento rural, principalmente através de atividades ligadas à agricultura familiar. Contudo, os desafios e os entraves são inúmeros, e, assistimos ainda hoje a persistência de enormes desigualdades nas regiões rurais, um dos maiores obstáculos para o desenvolvimento dos assentamentos rurais.

Os desafios também são encontrados no mundo científico, afinal, muito mais do que realizar inúmeras pesquisas avaliativas, sob a ótica política-institucional, deveria ser investido em **pesquisas sobre as dinâmicas sociais dos assentamentos rurais, para entendermos, além dos desdobramentos das políticas, o enfrentamento das situações problemáticas e o rural enquanto espaço de vida.**

Quanto a agricultura familiar e à questão agrária, os desafios mostram que as políticas públicas e os programas de desenvolvimento rural precisam interpretar os assentamentos não como simples locais de moradia, o que também o é; mas, como um espaço de múltiplas possibilidades, devido à pluriatividade das famílias que se dedicam a atividades produtivas variadas, empregos não-rurais na área urbana e na própria zona rural (em escolas e postos de saúde do assentamento, por exemplo), a turismo, à preservação do meio ambiente, a artesanato, além de a processos de produção de consumos alternativos, com vistas à sustentabilidade, à soberania alimentar e à agroecologia.

Novas alternativas demandam novas políticas públicas que as fomentem, mas como se configuram essas políticas no caso brasileiro? A seguir, para encerrar essa seção, buscaremos elencar os principais dispositivos oficiais de incentivo aos assentamentos rurais no Brasil.

3.1.4 Políticas públicas e programas de fomento aos assentamentos rurais

Com a expansão da agricultura familiar, as pequenas propriedades passaram a ser valorizadas e os desdobramentos das ações do Estado, no meio rural, aumentaram, sendo realizado pelo governo, principalmente via programas ou políticas públicas que buscam incentivar este tipo de agricultura. Esse processo nem sempre é organizado e dirigido apenas pelo Estado. Novas formas de práticas políticas surgem; a principal delas, as mobilizações de diferentes atores, que vão tentar publicizar um determinado problema no espaço público. Por isso, reconhecer as políticas e os programas de uma determinada situação problemática é uma etapa necessária para compreender como o problema público é tratado⁷⁶.

A partir da segunda metade dos anos de 1990, o governo federal iniciou a elaboração de uma série de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar. Inspirados nas discussões de Grisa e Schneider (2014) e de Cazella *et al.* (2016), podemos analisar as políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar em três períodos. Em todos eles, a participação da sociedade civil esteve presente; no entanto, passou de deliberativa (as manifestações), para mais propositiva (atuante), situação em que a sociedade e o Estado vão idealizar, executar e cogerenciar as políticas públicas. Em linhas gerais, são políticas que vão apoiar economicamente a atividade produtiva; ou estão ligadas ao assistencialismo social.

O primeiro momento refere-se ao fortalecimento do viés agrícola e agrário da categoria social (GRISA e SCHNEIDER, 2014). Vimos, na subseção em que se discutira as visões dominantes de desenvolvimento rural, que, historicamente, os pequenos produtores não foram alvos das políticas de desenvolvimento e ações do Estado. Entre as décadas de 1960 a 1970 o foco era a modernização da agricultura, o que favorecia, apenas, aos latifundiários. Essa realidade só se alterou a partir do processo de reabertura democrática e da promulgação da Constituição de 1988, que permitiu o surgimento de inúmeros movimentos sociais e da luta pela terra. Momento que culminou com o surgimento de uma nova categoria social, a agricultura familiar. Dentre tantos programas e políticas públicas, algumas propostas marcam esse período.

⁷⁶ Existem inúmeras políticas públicas destinadas ao meio rural, ao território e aos assentamentos rurais. Nem todas foram criadas exclusivamente para as famílias assentadas, porém, a eles também se destinam. Não faremos uma análise densa e exaustiva de todas as políticas públicas destinadas ao desenvolvimento rural. Optamos por apresentar as principais políticas/programas que incidem, especificamente, nas famílias dos assentamentos rurais 72 e Taquaral. Todas foram reconhecidas durante o trabalho de campo e são fundamentais para entendermos os próximos capítulos da tese. Para uma incursão na temática, sugerimos: Grisa, C.; Schneider, S. (2014). Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. *RESR*, 52(1), S125-S146; Cazella, A. *et al.* (2016). Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. *Política & Sociedade*. 15(e), 49-79.

O **Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)**, consolidado a partir do Decreto nº 91.766/1985, objetivava ampliar e garantir o acesso à terra. Para tanto, foi criado o Incra, responsável por operar este plano. A PNRA incluía uma série de programas destinados aos assentamentos, além da terra, como educação, técnicas produtivas, compras públicas e, o principal dele, linhas de créditos específicas para as famílias que começavam a ser assentadas. Desde a assunção do governo Temer, inúmeras tentativas de revogar esse decreto foram lançadas. A mais recente, e profunda, aconteceu com o Decreto 9.757/2019, assinada pelo presidente Bolsonaro, que revogou 250 decretos, dentre os quais, o 91.766/1985 e outros que regulamentavam as políticas destinadas ao desenvolvimento socioeconômico das famílias rurais. Atualmente, o Decreto 10.166 de 10 de dezembro de 2019, é a versão mais atualizada que delibera sobre o processo de seleção, permanência e titulação das famílias beneficiárias do PNRA.

O **Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera)** foi criado em 1985, pelo Conselho Monetário Nacional, e objetivava promover, melhorar e aumentar a produção agrícola das famílias assentadas. As linhas de crédito custeavam a lavoura e permitiam, ainda, a estruturação dos lotes (construção de casas e cisternas, por exemplo). No entanto, a concessão desses créditos estava atrelada a uma assessoria técnica, requisito obrigatório que elaborava um determinado projeto (objetivo fim do crédito pretendido), seguindo os moldes da modernização da agricultura.

Todavia, segundo Bruno e Dias (2004), apesar de o Procera ter viabilizado a introdução de tecnologia e geração de renda nos assentamentos, havia muitas limitações para que as famílias assentadas conseguissem o crédito. Os autores destacam entraves como a insuficiência de recursos (comparada a quantidade de famílias assentadas); dificuldades para contratação (muito burocracia); a demora nos processos de liberação e no pagamento dos mesmos (atrasos e inadimplência). Na época, o governo fez uma avaliação negativa do programa, afinal, o principal objetivo era a emancipação do produtor em relação ao Estado, o que não aconteceu. A qualidade técnica dos projetos elaborados para os assentamentos, pré-requisito para liberação do crédito, também era duvidoso, pois, como exposto por Bruno e Dias (2004), estes não consideravam as particularidades de cada região.

Todos esses entraves acarretaram na falência do programa. Assim, em 1999, o Procera foi substituído pela principal política pública para a agricultura familiar: O Pronaf.

O **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)** surgiu em 1995, durante o governo FHC, através do Decreto nº 1.946/96, com objetivo de fortalecer a agricultura familiar através de linhas de financiamentos de atividades agrícolas e não

agrícolas; condições específicas para cada modalidade e, considerando o público diferenciado, com vistas a que as famílias pudessem melhorar a qualidade de vida.

“Os recursos do Pronaf, antes concentrados no Sul do país, chegaram a todas as regiões brasileiras, acoplados a seguros de renda e de perdas climáticas” (DELGROSSI, 2017, p.257). Este programa apresenta linhas de crédito específicas para cada grupo de produtores. As famílias assentadas, por exemplo, se enquadram no Pronaf A⁷⁷, destinada, exclusivamente, aos agricultores familiares oriundos dos assentamentos rurais da reforma agrária. A Figura 11 apresenta o percentual de contratação até 2019 (sinalizado na cor verde).

Figura 11 - Contratação de crédito por tipo de tomador
(taxa de variação real¹ em % ante igual período)



¹ Valores deflacionados pelo IGP-DI

² Ano-safra corresponde ao seguinte período: julho/ano 1 – junho/ano2

Fonte: Ipea, 2019, p.5

Percebe-se que a contratação de crédito do Pronaf desde 2015-2016 teve um grande decréscimo, tendo um aumento apenas recentemente, em 2018-2019. Porém, esses dados demonstram o Pronaf de forma ampla, envolvendo todas as suas linhas, não especificamente o Pronaf A, afinal, nem todas as linhas são destinadas as famílias assentadas. Apenas os valores do Pronaf A não estavam disponíveis até esse momento da pesquisa (agosto/2020).

Segundo Cazella *et al.* (2016), os resultados do Pronaf permitiram uma maior geração de renda no campo, mediante a reestruturação dos lotes e ampliação da área produtiva. Acabaram, ainda, desencadeando uma série de outras políticas e medidas que consentiram na diversificação do desenvolvimento rural. Uma delas foi a criação de instituições para tratar o tema. Para os autores, o arranjo institucional brasileiro para a elaboração de tais políticas

⁷⁷ Entre 2019/2020 o Pronaf tem 15 linhas de crédito, apresentadas em <https://bit.ly/31vxahV> Acesso em: 23 ago. 2020.

chama atenção, afinal, o país foi um dos poucos que dispunha de dois ministérios para tratar de políticas públicas para o desenvolvimento rural. De um lado o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), que tratava do mercado das *commodities* e da agroindústria. De outro o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criado em 1999, que coordenava as políticas fundiárias (por meio do Incra) e da agricultura familiar (por meio da Secretaria da Agricultura Familiar - SAF).

Nesse primeiro momento, as diversas mobilizações sociais dos trabalhadores rurais, e seus respectivos apoiadores, como a Igreja, contribuíram para que a agricultura familiar se legitimasse como categoria social, produtora de alimentos e geração de emprego, resultando, dessa forma, em inúmeros programas e políticas, como estes destacados até aqui. Contudo, a pobreza rural ainda era alta, o que contribuiu para que, a partir de 2003, uma nova onda de políticas sociais incidisse no meio rural.

Esse *segundo momento enfatiza as políticas sociais e assistenciais*, que marcaram o governo Lula e Dilma, e se refere, principalmente, ao **Programa Fome Zero**. Trata-se de “uma política pública nacional voltada ao enfrentamento da pobreza, visando garantir o acesso de todas as famílias pobres não apenas a uma renda complementar, mas a direitos sociais” (CAMPELLO, 2013, p.15). Quando do seu surgimento, apresentou-se como um projeto ambicioso; afinal, era uma estratégia de inclusão social e de desenvolvimento econômico, do qual, o **Bolsa Família** é um dos destaques.

Esse programa envolve toda a sociedade brasileira. De 1998 a 2000, Grisa e Schneider (2014) detalham haver surgido a política de transferência de renda, operacionalizada através do Bolsa Escola, da Bolsa Alimentação e do Auxílio Gás, criados no governo FHC, e que, a partir de 2003, foram unificados no Bolsa Família.

Outros programas, dentro desse principal, foram surgindo, como o **Plano Brasil Sem Miséria** (Decreto 7.492/2011, cujo objetivo era superar a extrema pobreza no país); o **Brasil Carinhoso** (Lei nº 570/2012, consiste na transferência automática de recursos financeiros para custear despesas com manutenção e desenvolvimento da educação infantil, garantindo a segurança alimentar e nutricional, além da permanência da criança na escola); e o **Bolsa Verde** (Decreto nº. 7.572/2011, objetiva apoiar as famílias em situação de extrema pobreza que realizem a conservação ambiental, nas florestas, reservas extrativistas, auxiliando o desenvolvimento sustentável no país).

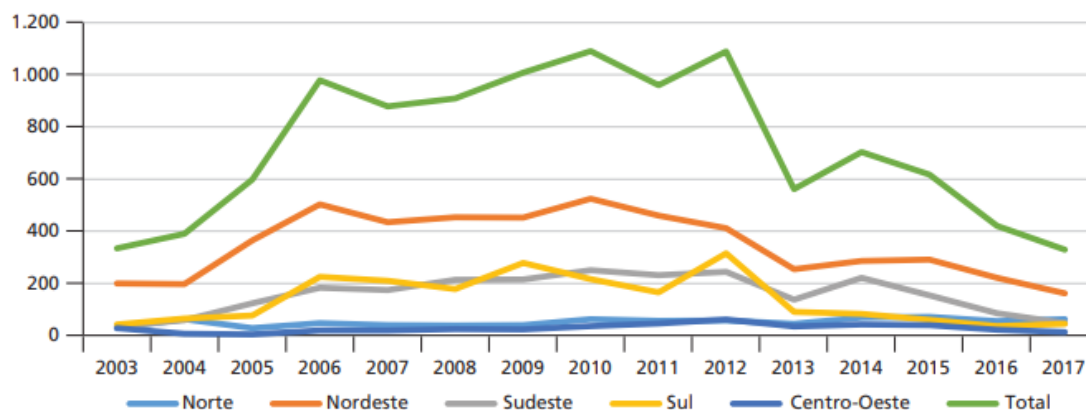
Esse conjunto de programas permitiu ao meio rural a redução da pobreza e da desigualdade social. Segundo Cazella *et al.* (2016), essas políticas assistenciais, junto com a

aposentadoria rural, acabaram incidindo na qualidade de vida das famílias rurais, e não no processo produtivo em si.

Por isso, o terceiro momento prevê, segundo Grisa e Schneider (2014), a *construção de mercados orientados pela segurança alimentar e pela sustentabilidade ambiental*. A participação das organizações da sociedade civil, de políticos, de pesquisadores e de outros, continuou ativa. Novas figuras jurídicas surgem, como as Organizações Sociais (OSs – Lei nº 9637/1998) e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs – Lei nº 9.790/1999). A partir desse estatuto, programas como **Um Milhão de Cisternas (P1MC)**, e o PAA ganham destaque no país. Segundo a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), organização social que atua junto ao governo neste programa, desde 2003 o P1MC já construiu 1,3 milhão de estruturas para a captação de água da chuva, atendendo, dessa forma, cerca de cinco milhões de pessoas.

Já o **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**, criado a partir do artigo 19 da Lei nº 10.696 de 2003, objetiva incentivar a agricultura familiar mediante inclusão econômica e social nas compras governamentais (sem necessidade de processos licitatórios), além de impulsionar o consumo de produtos em quantidade e qualidade necessária (segurança nutricional e alimentar). O PAA, hoje gerido pelo Ministério da Cidadania, é uma das principais políticas que contribuíram com aquisição de alimentos, gerando renda para o produtor, e alimentação para diversos grupos que recebem esse produto, como ONGs, rede assistenciais, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e outras organizações filantrópicas. Para participar dessa compra institucional, o produtor precisa ter a DAP e pode vender até R\$20 mil por ano. A Figura 12 apresenta o montante investidos no PAA até 2018.

Figura 12 - Recursos investidos em compras do PAA (2003-2018)*



*Obs.: valores em milhões de reais investidos pelo governo federal e corrigidos para dezembro de 2018 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Fonte: Ipea, 2019, p.40.

Segundo o Ipea (2019), R\$ 12 bilhões já foram aplicados pelo governo federal em compras do PAA desde sua criação. A maior parte desse montante foi investida na região Nordeste. Em valores totais, a figura 12 apresenta que a partir de 2006 (R\$ 850 milhões) houve um grande crescimento de valores aplicados. Só em 2012 foram investidos R\$ 1,2 bilhão. Contudo, a partir de 2013, esses valores vêm sofrendo um grande decréscimo. O menor valor registrado foi em 2017-2018, ocasião em que apenas R\$ 253 milhões foram investidos.

Um desdobramento institucional que surgiu desse programa em 2009, através da Lei nº 11.947, foi o **Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)**, que oferece alimentação saudável a creches e a estudantes das escolas públicas do Brasil. Segundo o artigo 14 da referida lei, 30% do total dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) deverão ser utilizados para a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar.

Os números sobre o Pnae são bem confusos e duvidosos. O FNDE (2020) declarou que em 2019, cerca de 40 milhões de alunos foram atendidos pelo Pnae, através de 50 milhões de refeições diárias, totalizando mais de 10 bilhões de refeições, o que corresponde ao valor de R\$ 3,97 bilhões. Porém, esse valor refere-se ao orçamento como um todo, incluso nele os valores obtidos da agricultura familiar. Veremos, mais adiante, que nem sempre a agricultura familiar vem participando do Pnae e, o mais grave, nem toda escola está oferecendo refeição de qualidade para os estudantes.

Com relação às discussões sobre o desenvolvimento rural, associadas à sustentabilidade, a participação de diferentes atores conseguiu institucionalizar ideias plurais no que concerne à segurança alimentar e nutricional. O PAA e o Pnae, por exemplo, tornaram-se um grande sucesso nacional e, até hoje, contribuem para a valorização da produção dos agricultores familiares, e do aumento produtivo com enfoque ecológico e orgânico. Nessa tangente que surgiu **Política Nacional da Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo)**, (Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012), mas, como já mencionado, sendo revogada pelo Decreto nº 9.784, de maio de 2019.

Arelado a este debate, está a **Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pnara)** (PL nº 6.670/2016), que busca, como destacado em seu artigo 1º, “a redução progressiva do uso de agrotóxicos na produção agrícola, pecuária, extrativista e nas práticas de manejo dos recursos naturais, com ampliação da oferta de insumos de origens biológicas e naturais”, contribuindo, dessa forma, com a produção de alimentos saudáveis e consequente promoção da saúde e da sustentabilidade ambiental. Segundo o Censo Agrário (2017), de 1.681.740 de

estabelecimentos que participaram da pesquisa, 73% declararam utilizar agrotóxicos em ao menos 20 hectares de lavouras. Foram gastos 32 bilhões de reais em agrotóxicos no período.

O Pnara demorou dois anos para ser aprovada (em 04 de dezembro de 2018). Nesse processo, “a ecologização da agricultura tem sido estudada a partir da noção de ‘transição’ ou da transição de um paradigma de produção agrícola moderno (convencional) para um paradigma de produção ecológico ou sustentável” (BRANDENBURG, 2017, p.154). Contudo, a liberação de agrotóxicos (Pacote do Veneno - PL nº 6.299/2002) foi intensificada com o atual governo, prejudicando a saúde da população e a produção orgânica dos agricultores familiares, devido à proximidade com as grandes lavouras. Até julho de 2020, o governo Bolsonaro já havia liberado 150 tipos de agrotóxicos. Fora os 450 liberados em 2019, no primeiro ano do governo.

Todos esses programas discutidos, e sintetizados no Quadro 6, surgem devido aos inúmeros dilemas que o Brasil rural enfrenta — tais como acesso à terra, meio ambiente, questões trabalhistas, apoio à produção, dentre outros. Ademais, como destacado por Grisa e Schneider (2014), a análise metodológica das três gerações de políticas identificadas não indica que elas deixaram de existir; elas continuam funcionando, mesmo com ajustes e/ou alterações em sua formulação ou escopo.

Quadro 6 - Síntese dos principais programas/ políticas públicas atuais de apoio à agricultura familiar*

Política / Programa público	Lei / Decreto **	Objetivo	Público-alvo
Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)	Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64) Decreto nº 10.166/2019	Promover a justa e adequada distribuição da propriedade; induzir exploração racional da terra; permitir a recuperação social e econômica das regiões; estimular pesquisas pioneira técnicas.	Famílias sem-terra. Famílias assentadas. Movimentos sociais de luta pela terra ou sindicais do campo (nacional ou estadual –
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)	Decreto nº 1.946/ 96 Lei 11.326/ 2006.	Promover o desenvolvimento sustentável no meio rural dos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda.	silvicultores, indígenas aquicultores, assentados da reforma agrária extrativistas, pescadores, quilombolas.
Programa Nacional de Acesso à Alimentação (Bolsa Família/ Fome Zero)	Lei nº 10.689/2003	Ações dirigidas ao combate à fome e à promoção da segurança alimentar e nutricional.	Famílias com crianças, adolescentes, gestantes ou nutrizes em situação de pobreza ou extrema pobreza.
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Lei nº 10.696/2003	Promover o acesso a alimentação e incentivar a agricultura familiar, por meio da dispensa de licitação (compras públicas)	O agricultor familiar individualmente (DAP pessoa física); ou por meio de suas cooperativas

			ou outras organizações (DAP pessoa jurídica).
Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)	Lei nº 11.947/2009	Promover a alimentação escolar saudável e nutricional, bem como o desenvolvimento da agricultura familiar.	No mínimo 30% do orçamento total deve ser adquirido da AF.
Política Estadual de Agroecologia, Produção Orgânica e de Extrativismo Sustentável Orgânico de Mato Grosso do Sul (Penaplo-MS)	Lei nº 5.279/18 Decreto nº 15.455/2020	Com a revogação da Pnapo, hoje apenas decretos ou leis estaduais regulamentam o setor. O objetivo é “contribuir para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e do consumo de alimentos saudáveis” (art. 1º).	Produtores em geral de todo estado (independentemente do tamanho ou classificação prévia).
Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pnara)	PL nº 6.670/2016	Incentivar os sistemas orgânicos de produção, ou em transição agroecológica, que proporcionam benefícios ambientais, sociais e econômicos.	Todos os tipos de agricultores (do grande ao pequeno), OSC e consumidores.

* Elaborado até maio/2020. ** Considerando suas alterações.

Fonte: Os autores, a partir das referidas leis/decretos citadas no quadro.

A partir do levantamento apresentado, e fundamentado nos estudos de Cazella *et al.* (2016), conclui-se que apesar dos avanços nos últimos 25 anos das políticas públicas específicas para a agricultura familiar, há uma polarização das ações que separam as políticas entre *as de natureza produtiva* (apoio econômico), e as de *caráter assistencialista*, como demonstrado acima. Nisso, a maior parte dos agricultores é relegado ao assistencialismo, o que contribuiu para a diminuição da pobreza rural. Contudo, o governo tem dificuldade de ampliar o público beneficiado pelas políticas econômicas, o que poderia ampliar a produção da agricultura familiar no país. Ademais, segundo os autores, há uma inexistência de contrapartidas socioambientais, para aqueles contemplados pelos subsídios públicos.

Essa polarização tem impactos negativos na capacidade de reprodução dessas unidades produtivas familiares, visto que os jovens rurais se sentem pouco estimulados a permanecer no campo e os idosos apresentam condições limitadas para ampliar suas bases produtivas. Problemas como a idade avançada, o acesso precário a terra e a inexistência de herdeiros são, na maioria das vezes, compensadas pelos auxílios financeiros oriundos de programas de assistência social (2016, p.51).

Nesta seção dialogamos com a literatura atual sobre os assentamentos para identificar melhor as possibilidades e contribuições dos assentamentos rurais, a partir de suas características e particularidades, enquanto espaços de “experimentação” de “novas ruralidades”. Os estudos recenseados anteriormente focalizam sobretudo nas dinâmicas

institucionais e nas políticas públicas como sendo os principais fatores explicativos para o insucesso de muitas das experiências de assentamento no Brasil. Mas e se nós invertêssemos a hipótese? Se buscássemos compreender qual o papel da ecologia política (ou das arenas públicas) dos próprios assentamentos para tentar entender melhor essas experiências, seus desdobramentos, e os seus efeitos no meio rural?

Diante dessa questão, na próxima seção exploramos mais de perto o enfoque desenvolvido e adotado nesta tese para análise das experiências nos dois assentamentos, levando em conta as abordagens das novas ruralidades e da inovação social rural discutidas anteriormente.

3.2 DA SOCIOANTROPOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO A UMA ABORDAGEM EXPERIMENTALISTA PARA COMPREENSÃO DAS INOVAÇÕES SOCIAIS RURAIS

Os processos e fenômenos sociais correlatos às teorias de desenvolvimento, ou políticas de desenvolvimento, dispositivos de desenvolvimento, projetos de desenvolvimento, como bem elencado por Olivier de Sardan (1995), têm em comum a ênfase no “desenvolvimento”, enquanto dinâmica institucional e macrossocial, sendo entendido muitas vezes de forma separada das diversas formas de interação social, como os conflitos, as coordenações, as redes, a reciprocidade, entre outros.

A lente analítica e metodológica que Olivier de Sardan (1984; 1995; 2001; 2008; 2015) apresenta, nos diferentes estudos empreendidos na sua carreira, coloca *ênfase nos atores*, indicando uma visão diferenciada para compreender o desenvolvimento no meio rural e a própria ecologia política nesse universo do campo. O autor justifica a necessidade de desconstruirmos o “discurso do desenvolvimento”, muitas vezes reduzido a um único modelo hegemônico, para conduzirmos pesquisas que ampliem o olhar sobre o local estudado, focando na análise das práticas e consequências sociais dos operadores e das instituições de desenvolvimento (os *experts*). É importante, nesse sentido, não considerar apenas as políticas e programas oficiais, mas também as dinâmicas informais dos atores, afinal, “a análise das questões de desenvolvimento e reações populares não pode ser desarticulada do estudo de dinâmicas locais ou de outros processos de mudança” (OLIVIER DE SARDAN, 1995, p.6).

Como destaca Cazella (2006, p. 237; p.231), a abordagem de Sardan revela-se particularmente útil para “análise das dinâmicas de desenvolvimento territorial [...] na qual a

participação dos atores é uma condição fundamental”. Deste modo, a presente seção parte dessa abordagem e a faz dialogar com outros estudos pragmatistas no âmbito da sociologia dos problemas públicos (CEFAÏ, 2007; 2009; 2012; 2017a; 2017b; CEFAÏ e TERZI, 2012; CHATEAURAYNAUD, 2011; 2017; ANDION *et al.*, 2017) - os quais já são utilizados na abordagem da inovação social adotada pelo Nisp e na qual inspira-se essa tese como abordado para compreender como a inovação social ocorre (ou não) no campo, a partir das práticas dos atores em dois assentamentos rurais e quais as consequências disso para o desenvolvimento rural.

Essa abordagem analítica será desenvolvida a seguir em três subseções. A primeira discorre sobre as contribuições da socioantropologia do desenvolvimento, indicando os poucos trabalhos nacionais que utilizaram tal abordagem e suas respectivas lacunas. A segunda seção traz uma leitura da inovação social rural a partir das contribuições pragmatistas associadas a socioantropologia.

3.2.1 As contribuições da socioantropologia do desenvolvimento para entender os assentamentos e seus efeitos no desenvolvimento rural⁷⁸

As ciências humanas e sociais contribuíram de forma decisiva para o reconhecimento da noção de desenvolvimento. De fato, a literatura sobre o tema é composta por objetivos, vertentes, *frameworks*, arranjos e metas. Esse conjunto também é impregnado de julgamentos normativos, provenientes de uma ampla variedade de ideologias, afinal, “sem entrar no

⁷⁸ Esta seção se inspira em grande parte nas obras de Olivier de Sardan. Ao buscar trabalhos nacionais que utilizaram tal abordagem, três foram encontrados. Cazella (2006), que apresenta uma reflexão metodológica sobre as contribuições da socioantropologia para o DTS. Na ocasião, o autor preferiu adotar a noção de “campo” de Bourdieu para analisar o desenvolvimento e sua associação ao território (cf. Cazella, 2006, p.231, nota 6). O segundo foi a tese de doutorado de Cidoneia Deponti (2010), que analisa a intervenção para o desenvolvimento rural no RS. Metodologicamente, a autora revisitou as abordagens de Olivier de Sardan, da *Sociologia Crítica* de Pierre Bourdieu, da *Teoria do Ator-Rede* (ANT), de Latour, Callon e Law e da *Perspectiva Orientada ao Ator* (POA), de Ploeg e Long. Ao final, optou pela POA, justificando essa escolha pelos conceitos de interface social e agência (o peso das estruturas e por focar nas ações dos atores), já que seu objeto de análise foi a extensão rural através da Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/Ascar-RS). O último trabalho é de Marcelo Carneiro (2012), que discute as contribuições e os limites da socioantropologia. O autor analisou o trabalho de Long (1984) e as críticas feitas por Arce e Long (2007). Ao final, concluiu que a socioantropologia tem o mérito de estabelecer novos processos de estudo no campo do desenvolvimento. Para isso, seus seguidores andam se afastando do conceito de *campo* (defendido até mesmo por Olivier de Sardan, 2011) e concentrando na análise em *arenas*. Nessa passagem, citou o percurso realizado por Daniel Cefai (CARNEIRO, 2012, p.144). Por fim, destaca que a tentativa de Arce e Long (2007) de resolver a lacuna conceitual entre estrutura e vida social (relação macro e micro) ainda exige um esforço dos pesquisadores para analisar essa interação. Isso reforça, mais uma vez, o caminho metodológico desta tese, que articula Olivier de Sardan com a análise pragmatista. Ademais, destacamos que em 2015 foi publicado um texto de Olivier, em português, na revista *Raízes*. Todos esses trabalhos são indicados na referência desta tese.

rebuscado debate deste conceito, tão importante quanto difícil, é possível afirmar que todo mundo tem uma ideologia, manifesta ou latente” (DEMO, 1985, p.14-15).

Olivier de Sardan (1995) chama de “*configurações de desenvolvimento*” o universo de especialistas formado por instituições, pesquisadores, técnicos, gerentes de projeto, ONGs, burocratas e outros que, de alguma forma, vivem do desenvolvimento de outros. Mobilizam-se, segundo o autor, para criar e gerir recursos humanos, materiais e simbólicos consideráveis para um determinado fim. Dessa forma, argumenta:

Proponho definir o desenvolvimento, numa perspectiva fundamentalmente metodológica, como o conjunto dos processos sociais induzidos pelas transformações voluntaristas de um meio social, empreendido através de instituições ou atores externos num dado ambiente, que se mobilizam numa tentativa de transplantar recursos técnicos e conhecimentos educacionais. O desenvolvimento existe pelo simples fato de existirem atores e instituições que se desenvolvem como um objeto ou propósito e dedicam tempo, dinheiro e competência profissional a ele (OLIVIER DE SARDAN, 1995, p.8-10, trechos escolhidos).

Ou seja, a presença de uma configuração de desenvolvimento é o que define a própria existência do desenvolvimento. Nessa lógica, segundo o autor, o desenvolvimento foi sendo forjado ao longo do tempo à medida em que excluíram diversos atores, fatores, e acontecimentos de suas análises, tentando instituir um “novo” modelo de como se desenvolver.

Conforme argumentado por Cazella (2006), contudo, não basta estar consciente dos possíveis desvios e normatividades que as teorias do desenvolvimento tentam impor em suas construções teóricas, pela possibilidade de comprometer os resultados da pesquisa. De modo mais amplo, a abordagem de Olivier de Sardan é um convite para se rever a construção social no meio em que a pesquisa de campo é conduzida, no qual todos devem se esforçar para dar “à experiência dos atores uma maior significação e importância” (REVEL, 1998, p.10).

É nessa lacuna que o trabalho de Olivier de Sardan oferece um ponto de vista proveitoso para olhar de outro modo para as dinâmicas de desenvolvimento, pois o reintegra como um objeto do trabalho antropológico e explora minuciosamente as interações de todos os tipos que ocorrem no mundo do desenvolvimento, desde sua configuração, mas envolvendo também representações, práticas, estratégias e estruturas bem como os diferentes atores envolvidos nas arenas do desenvolvimento.

Olivier de Sardan (2015) nomeou tal enfoque analítico e metodológico de *socioantropologia do desenvolvimento*, ou a *nova antropologia do desenvolvimento*. Refere-se a uma “abordagem específica para os fenômenos e questões sociais complexos ligados a

ações de desenvolvimento, uma abordagem que pretende ser não normativa, com base em uma resolutivamente socioantropologia empírica” (OLIVIER DE SARDAN, 2001, p.730).

A socioantropologia se distingue dos estudos quantitativos, fundamentados em robustos questionários, pois realiza um estudo empírico multidimensional de grupos sociais. Funde sua ontologia com as tradições da sociologia de campo da Escola de Chicago e com a antropologia de campo (etnografia) para conduzir a pesquisa e posterior análise dos dados de uma forma mais complexa.

É necessário reforçar que a socioantropologia do desenvolvimento não é apenas uma maneira de realizar pesquisas empíricas, produzindo novas formas de inteligibilidade sobre os fenômenos sociais. Seu principal objetivo é romper com as teorias normativas de desenvolvimento e considerar a realidade do desenvolvimento como ela se expressa no espaço local. Afinal, o campo do desenvolvimento não carece de pontos de vista normativos. Como afirma Olivier de Sardan (1995, p. 8) “o que mais falta não são bons conselhos e novas ideias, mas a compreensão dos mecanismos reais no trabalho e a análise dos processos sociais em jogo”. Para isso, o autor propõe que três aspectos principais sejam compreendidos e diferenciados.

O primeiro refere-se ao *desenvolvimento como discurso e sua desconstrução*, resultado da grande lacuna entre o discurso e a prática do desenvolvimento. Segundo Olivier de Sardan (2011), o pesquisador precisa ter em mente que os profissionais de desenvolvimento não são ingênuos. Então, entre o discurso público sobre o desenvolvimento produzido pelos “formuladores de políticas e seus consultores” *versus* os discursos dos “especialistas ou operadores de campo” (que tem mais conhecimento sobre a complexidade das realidades), há um grande abismo e, no fundo deste, estão os atores, objetos de ação/mudança pretendida, que, às vezes, nem acontece. Por trás de todo discurso há um poder oculto, que o pesquisador precisa aprender a identificar para o desconstruir, buscando incluir as causas últimas que promovem, ou não, a mudança social.

O segundo é o *populismo mesclando por aspectos ideológicos*. Segundo Olivier de Sardan (1984), em torno das dinâmicas de desenvolvimento dois mundos entram em contato. De um lado, temos os sistemas de significados dos destinatários, o público-alvo, a comunidade. Por outro, as instituições de desenvolvimento e seus operadores. É em torno da transferência do conhecimento que esses dois mundos se encontram.

Para Olivier de Sardan (2011), o conhecimento popular é ignorado ou considerado como obstáculo ao progresso racional do desenvolvimento normativo. Nisso, o populismo ideológico legitima pesquisas rápidas, falseando a participação dos atores, e impondo o

conhecimento técnico como única possibilidade. Então, como o desenvolvimento se inscreve num cenário marcado por dominação e desigualdade, cabe aos pesquisadores identificar e romper com o populismo ideológico.

Na contramão disso, está o “populismo metodológico”, perspectiva que considera que grupos ou atores sociais (populares) têm conhecimento alternativo, inspirado na prática, nos processos informais e na improvisação – diferentes estratégias que devem ser identificadas e exploradas, mas sem comentar seu valor ou validade.

Contudo, “em vez de se concentrar exclusivamente no conhecimento popular, como na abordagem populista, ou de denunciar a configuração desenvolvimentista e seu discurso, como nas abordagens desconstrucionistas [exemplo do pós-estruturalismo]” (OLIVIER DE SARDAN, 2001, p.741), é recomendável que o pesquisador incline para uma *abordagem centrada na análise do entrelaçamento da lógica social*. Colocado como terceiro aspecto, trata-se de perceber o desenvolvimento como um campo social e estudar as relações entre esses dois universos, buscando sua intersecção como objeto de investigação empírica. Nesta opção, “o diálogo e a cooperação entre as categorias socioprofissionais, apesar de conflituosas e difíceis, se tornam necessários e reciprocamente úteis” (CAZELLA, 2006, p.237).

Diante disso, coloca-se a aproximação entre a abordagem proposta pelo Olivier de Sardan e as leituras do pragmatismo contemporâneo, sobretudo aquelas relacionadas ao estudo dos problemas públicos (CEFAÏ, 2007; 2009; 2012; 2017a; 2017b; CEFAÏ e TERZI, 2012; CHATEAURAYNAUD, 2011; 2017) e das inovações sociais na esfera pública, exploradas no capítulo precedente (ANDION *et al.*, 2017; SANTO e VOKS, 2021).

Isso porque o autor reconhece que novas posturas epistemológicas, que escapem às determinações funcionalistas ou estruturalistas, ganham espaço na agenda. O próprio Olivier de Sardan, em diferentes trabalhos, e com ênfase no ator, reconhece a existências de outras abordagens, como o *actor-oriented*,⁷⁹ de Norman Long (1984; 2001), cujo conceito principal está centrado nas agências e na existência de múltiplas realidades, retratando uma heterogeneidade estrutural.

É nesse reconhecimento que o autor se aproxima dos estudos da Escola de Chicago, aplicando os métodos da etnografia no espaço público para captar formas de ação coletiva e as relações entre interesses públicos e privados, com rigor metodológico necessário, que, em

⁷⁹ O *actor oriented* (POA) também busca realizar uma abordagem não normativa e não especulativa para o desenvolvimento. Nessa proposta, os atores são capazes de transformar seu entorno, sua realidade. Estuda a sociologia do desenvolvimento a partir de questões como agência, ação social, poder e heterogeneidade. As principais categorias são: redes, sociais, interface, poder e legitimação. Segundo Deponti (2010), as críticas indicam que esta abordagem negligencia a complexidade das relações sociais por focar essencialmente nas estruturas, e suas explicações, a partir das agências e da racionalidade instrumental dos indivíduos.

outra obra (2015), a detalhou sob influência dos estudos de Daniel Cefaï (2003)⁸⁰. Temos aí um possível encontro entre a visão de desenvolvimento de Olivier de Sardan e os pressupostos da sociologia dos problemas públicos, de base pragmatista, neste caso, das arenas públicas representada pela obra de Daniel Cefaï:

Podemos dizer que essa orientação da socioantropologia do desenvolvimento, de considerar os atores como capazes, como co-produtores das intervenções de desenvolvimento, se insere em um movimento mais geral da socioantropologia francesa, contrapondo-se às abordagens estruturalistas; destaca as competências e a capacidade crítica dos atores em interferir nos seus respectivos contextos de atuação (CARNEIRO, 2012, p.134)

Essa passarela se fortalece quando Olivier de Sardan (1995) defende a análise “micropolítica” para entender questões macro de desenvolvimento. Durante a pesquisa, ao rastrear as múltiplas formas de relacionamento no nível micro, são identificadas simultaneamente formas locais de governança, capturas de poder, redes sociais próximas e distantes, reciprocidade e todo aparato estatal de desenvolvimento.

O desenvolvimento, dessa forma, é uma porta de entrada, um objeto de estudo caracterizado pelo multiculturalismo (uma grande variedade de culturas e subculturas locais) e pela transversalidade (inúmeras subdisciplinas, como o desenvolvimento rural). Nisso, o objetivo fim da socioantropologia não é transformar o pesquisador em um defensor ou acusador do desenvolvimento, mas, mediante rigor metodológico e uso sistemático e minucioso da pesquisa empírica de campo, entender o conjunto complexo das práticas sociais.

3.2.2 Analisando a inovação social nos assentamentos a partir de uma lente pragmatista

As teorias do desenvolvimento representam a cultura ocidental, oriunda de um desejo da modernidade. Mas, e se jamais tivermos sido modernos? “Se percebêssemos que a simetria perfeita entre a queda do muro da vergonha (Berlin) e o desaparecimento da natureza ilimitada só não é percebida pelas ricas democracias ocidentais?” (LATOUR, 1994, p.12-13).

A importância metodológica conferida aos atores é uma das principais contribuições ao estudo do desenvolvimento que a socioantropologia proporcionou ao campo. Neste sentido, a micro-história surge como uma tentativa de examinar mais de perto as ações dos atores (REVEL, 1998). A opção por esta abordagem microanalítica apresenta-se como um experimento alternativo, aumentando a observação do objeto — dando “microfone às

⁸⁰ Cf. Cefaï, Daniel (org.). *L'enquête de Terrain*. Paris: La Découverte/ MAUSS, 2003

formigas” (REVEL, 1998; LATOUR, 1994), valorizando a experiência social e a constituição de identidades “estabelecendo conexões contínuas entre a interação local e outros lugares” (LATOUR, 2012, p.251). Como expressaram Gumuchian *et al.*:

Centrar o olhar no micro não deve, exclusivamente, limitar a uma leitura singular. As ações locais são usadas para interpretar como um reflexo social, econômico, cultural está imerso no espaço da pluralidade de escalas (micro/macro). A entrada pelo micro não deve dispensar um diálogo e uma expressão macro. Afinal, como diria Frémont, o espaço do homem pode ser assim apreendido numa série de grandes números e na aproximação das estruturas dominantes. Mas, também, deve ser explorado nas singularidades das relações mais sutis que carregam nelas uma parte da verdade universal (GUMUCHIAN *et al.*, 2003, p.8).

Entendemos aqui que a noção das “novas ruralidades”, aprofundada no capítulo precedente, ancorada numa perspectiva de desenvolvimento territorial sustentável, assim como discute Andion (2007), busca colocar em relação as duas dimensões constitutivas do desenvolvimento, quais sejam, (1) sua dimensão empírica que diz respeito a como este desenvolvimento está ocorrendo e sendo praticado, a partir da construção cotidiana dos atores envolvidos nas arenas públicas do desenvolvimento; (2) sua dimensão normativa, ou melhor as consequências que esse processo vem gerando para as pessoas envolvidas e para além dela.

Em suma, considerando o posicionamento teórico apresentado no capítulo 2, em relação ao desenvolvimento rural e a inovação social, e inspirando-se nas proposições da socioantropologia do desenvolvimento discutidas acima, essa tese buscará adentrar a pluralidade de experiências dos assentamentos a partir de uma abordagem analítica para analisar a inovação social no campo e seus efeitos para o desenvolvimento rural, sob uma lente pragmatista. Nesse sentido, alguns aspectos foram centrais na análise aqui empreendida, os quais são discutidos a seguir.

a) Ampliando a concepção de ator

Como colocado por Olivier de Sardan (2015), o avanço nos estudos no campo do desenvolvimento rural, se deu, em parte, devido ao esgotamento das temáticas marxistas da articulação dos modos de produção e a assunção do *retorno do ator*. Segundo Andion (2007), os estudos que dão ênfase ao ator no campo do desenvolvimento priorizam os aspectos da *práxis* do desenvolvimento, indicando as estratégias utilizadas pelos atores, os conflitos existentes e as diversas interações que cristalizam a formação da ação coletiva.

Para Touraine (1984), outrora ocultado por diversas forças, ou ideologias, na sociologia clássica, e depois esmagado pelo determinismo econômico, o regresso do ator objetiva a transformação de uma dada ordem a partir de uma análise sobre ele. O ator é aquele que se engaja em alguma relação concreta — coletivos, e suas expressões em movimentos sociais, representações políticas das procuras sociais e outras correntes. O ator surge quando aumenta a nossa capacidade de ação que nos leva para a vida pública.

Todavia, resguardado a importância da ênfase no ator, os estudos sobre o desenvolvimento de certo modo subestimam a escala microssocial e, em sua maioria, privilegiam análise das escalas meso e macro. Nesse jogo de escala, o ator ganhou uma concepção vaga, polissêmica, deturpada, quando não, um conceito de caixa preta em ciências social (GUMUCHIAN, 2002; GUMUCHIAN *et al.*, 2003).⁸¹

Dessa forma, relacionar escalas e dimensões é uma arte a ser realizada no trabalho de campo, a partir de uma postura etnográfica (LATOURE e WOOLGAR, 1997). Ao pesquisador etnográfico cabe compreender que a natureza e a sociedade não são dois polos distintos e ter em mente que a relação macro-micro é formada no dia a dia, decorrente das associações dos atores-rede, o que demanda compreender como o local e o global são estabelecidos. Afinal, essas “vidas minúsculas também participam, à sua maneira, da grande história da qual elas dão uma versão diferente, distinta, complexa [...] o problema não é opor os grandes e os pequenos, e sim reconhecer que uma realidade social não é a mesma, dependendo do nível de análise” (REVEL, 1998, p.12).

Para Latour (1994; 2012), por exemplo, a realidade é tomada como dinâmica, complexa e não linear (simétrica); logo, a necessidade de acompanhar os sujeitos para compreender a natureza como é vista, percebida, vivida e interpretada pelo ator. Latour não dissocia materiais e objetos, concedendo-lhes capacidade recíproca na interação com o homem. Defende a não dicotomia entre humanos e não-humanos (as tecnologias, organizações, os animais, as listas, os relatórios). O termo “social” (de ator social) deve ser interpretado como “seguir”, um companheiro, um associado e a realidade é sempre uma sociedade, uma rede de atores, logo, “os atores sabem o que fazem e o que temos que aprender deles é não apenas o que eles fazem, mas como e por que eles o fazem” (LATOURE, 2012, p.19).

⁸¹ Gumuchian *et al.* (2003) apresentam a abordagem do “ator territorializado”, com o objetivo de renovar a reflexão no campo do planejamento, do meio ambiente e do desenvolvimento. Nessa proposta identificam os atores, o motivo da ação, o significado que os atores atribuem à ação, o resultado de seus atos e a possibilidade de institucionalização do território.

“Ator-rede” refere-se a um composto de humanos e não-humanos, híbridos, que se expressam a partir de diretrizes, manuais, porta-vozes. O ator-rede não é o mesmo que uma “rede de atores”. Ator-rede indica o conjunto de todos aqueles que promovem uma ação. “Siga os atores enquanto enveredam por meio das coisas que acrescentaram às habilidades sociais para tornar mais duráveis as interações em perpétua mudança” (LATOUR, 2012, p.104).

“Os híbridos (natureza-cultura) se proliferam e ninguém parece estar preocupado. Quanto mais hesitamos em olhar para eles (a purificação), mais seu cruzamento se torna possível, aparecendo em diferentes paisagens” (LATOUR, 1994, p.8;15). Essa crise no processo de purificação acaba por ocultar os híbridos. A crise no meio rural, por exemplo, “pode ser desvelada com pastos degradados, declínio de populações de anfíbios, borboletas comuns, migração de pessoas para cidades e crescimento da violência urbana” (SILVEIRA, 2009, p.89). Por isso, a purificação prejudica a compreensão de “ator-rede”, pois “desconsidera o valor dos não-humanos enquanto agentes de sociabilidade” (2009, p.90).

“O ator-rede é rastreado quando as relações micro e macro são conectadas. O ator revela todos os ingredientes do mundo, e a rede explica todos os tipos de informação do mundo (macro) colocado dentro desses lugares (micro)” (LATOUR, 2012, p.260). A rede é formada a partir da associação de diferentes elementos heterogêneos. Por essa ótica, a mudança social é um processo construído por inúmeras práticas, em que coisas diferentes da relação entre humanos e não humanos se tornam equivalentes (translação), caso da relação entre apicultores e abelhas.

Assim, é importante que o pesquisador busque rastrear as redes e religar as associações. Para tanto, é importante considerar a história e o desdobramento das escalas (macro, meso micro) dos fenômenos estudados como um *zoom* que, segundo Cefaï (2019; 2017b), por meio da recuperação das *cenas públicas*, pode ajudar a reconstituir a dimensão narrativa que constitui todo fenômeno social.

b) Observando as cenas nas arenas públicas e seus desdobramentos

As cenas públicas, segundo Cefaï (2019; 2017b), são compostas de configurações de atores (humanos e não humanos), formas de “representação [quem fala e age em nome de quem], as ordens de relevância [o que pode ser discutido, denunciado e reivindicado], os modos de envolvimento [como descrever, criticar ou reclamar], as cenas de intervenção, as

linguagens utilizadas, as formas de entrar em conflito” (CEFAI, 2019, p.34), além dos fins pretendidos. As cenas traduzem fatos que as antecedem e que acabam por gerar transformações mais ou menos consequentes (que, de uma forma ou outra, incidem na vida do público), além do enredo político, administrativo, jurídico, científico, midiático, e da vida cotidiana de cidadãos comuns.

Por isso, as cenas públicas demonstram *estratos de tempos*⁸² (KOSELLECK, 2014) que remontam a tempos e ações em profundidades diferentes, que as vezes podem estar interligadas e que se transformam e se direcionam no decurso de uma trajetória. Refletem também o ato de *ter uma experiência* (DEWEY, 1929), no sentido de experienciar, conhecer algo, viver. Então, sempre que estivermos tratando de cenas públicas estamos nos referindo a estratos de tempo e a vestígios de experiência. Reconhecer tais cenas é um ponto de partida para análise, pois permite compreender a situação problemática que perturbou ou vem perturbando uma dada ordem, bem como a atividade política em torno desta inquietação, a formação de público e o desenrolar nas arenas públicas, constituída por variados atores.

Nas cenas públicas, as justificações e ações são publicizadas não no sentido *marketeiro*, mas no sentido de virem à público. Por isso, por meio de sua consideração e análise, pode-se perceber o tratamento dado a certas questões/causas e à sua legitimação, ou não, na agenda pública. Assim, para compreender a dinâmica dos processos de desenvolvimento em um determinado espaço, torna-se importante examinar em profundidade as justificações dos atores, suas interações, símbolos, valores compartilhados e formas de vida. Daí a importância da *ação coletiva do território*.

Para Cefaí a ação coletiva “é toda tentativa de constituição de um coletivo, mais ou menos formalizado e institucionalizado, por indivíduos que buscam atingir um objetivo compartilhado em uma localidade; mais ou menos racional; mais ou menos voluntária” (2007, p.8). Ação coletiva é uma ação conjunta, ou em concertação. Ela representa um processo histórico das lutas e conquistas de direitos. Surge a partir de uma intenção, por parte dos atores que dela participam, e pode ser duradora (ex.: ação em torno da causa MST), ou uma ação mais breve (ex.: quando da ocorrência de catástrofes ambientais). Ela também é ordenada sob formas organizacionais, que podem ser espontâneas e fluidas (redes sociais); formais e hierárquicas (como as empresas). Ela tem um foco, uma visão que a motiva

⁸² Segundo o historiador Reinhart Koselleck (2014, p.11-16) os *estratos de tempo* remetem a diversos planos, com durações diferentes e origens distintas, mas que se fazem presentes e atual simultaneamente de forma diacronia e sincrônica. Eles se repetem e estão contidos em ações singulares e constelações únicas. Pode ocorrer de diversas experiências, que não estão encerradas, o que leva a uma repetibilidade de determinada causa. Para mais cf. Koselleck, R. (2014). *Estratos de tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto.

(objetivo compartilhado). Objetiva produzir um bem coletivo que, uma vez criado, é livremente acessível a todos. Por isso, “a ação coletiva é orientada por uma preocupação com um bem público a promover, ou um mal a evitar” (CEFAÏ, 2007, p.15). Uma vez constituída, a ação coletiva será exposta nas arenas⁸³ públicas.

*Arenas públicas*⁸⁴ é uma noção proposta por Daniel Cefaï em 2002, quando o autor buscou formas de reconectar o estudo de microproblemas sociais, embasados na filosofia pragmatista e na Escola de Chicago, destacando sua importância para pesquisas sobre a democracia. Uma arena é coproduzida como um fórum de discussões, em que os atores se encontram e exigem explicações, tomam posições e respondem a críticas. Ela se manifesta através de diferentes cenas públicas mais ou menos institucionalizadas, através das quais os atores realizam dramatizações, argumentações, sedução, persuasão para expor determinado fato e conquistar auditórios, para campos de experiência e para universalização de discursos. Essa publicização pode ocorrer tanto de forma midiática, quanto judiciária, científica, política e outras (CEFAÏ, 2009; 2017b).

Uma arena não é uma reunião só de gente de boa fé e boa vontade, com vistas a resolver problemas. Como é um local de disputas, pode haver má fé e diversos jogos de interesse. Sua composição nunca é garantida e dependerá do constante processo de conhecimento e avaliação das consequências. Configura-se também temporalmente, sem que seja possível atribuir-lhe fronteiras já instituídas (CEFAÏ, 2017a; CEFAÏ e TERZI, 2012).

Como discorre Olivier de Sardan (1995, p. 173) “O desenvolvimento no local é uma arena política”, na qual emergem processos de resolução dos conflitos e ações coletivas de

⁸³ *Arenas*: Segundo Olivier de Sardan (1995, p.178), foi a partir das análises de Frederick Bailey que o entendimento de arena ficou mais significativo. Para Bailey (1969), arena é o espaço social onde os atores se confrontam em torno de líderes e facções, seja no plano nacional, ou local. Olivier de Sardan segue expondo que a noção de arena pode ser dubiamente associada à noção de *campo* de Pierre Bourdieu; entretanto, este conceito é muito macro e de ordem estrutural, com diferentes posições dos agentes nesse espaço, suscetível a variações, conforme seu grau de autonomia (desde os mais autônomos, como o campo científico, aos mais heterônomos, como o campo político) e não a uma definição unívoca. Trata-se de um campo de lutas, de uma visão conflituosa do mundo social, em que dominação e competição prevalecem sobre a cooperação e o desinteresse (BOURDIEU, 2013). Sua hierarquia de cargos e estrutura representam o *habitus*, sistemas de disposições duráveis - um domínio expresso das operações. “Um campo é principalmente uma configuração das relações objetivas entre indivíduos, coletividades ou instituições sendo definidas por essas relações (id.,197), que não é de modo algum a ordem de interação. Por outro lado, *arena* é uma noção de ordem mais *interacionista*, e também mais política. Ela evoca que seja uma escala menor e “uma percepção mais clara dos confrontos entre os próprios atores. Uma arena, no sentido em que a entendemos, é um lugar para confrontos concretos de atores que interagem em torno de questões comuns” (cf. OLIVIER DE SARDAN, 1995, p.177-178).

⁸⁴ *Arenas Públicas*: Com este conceito, Cefaï buscou diferenciar-se “dos enfoques em termos de esfera pública no sentido de Jürgen Habermas, mas também de mercado e de campo, retraindo a noção de público a partir de John Dewey”. A arena pública é diferente de um mercado (lógica do lucro por meio da troca), de um campo (lógica de dominação entre grupos sociais) ou de uma ágora (lógica da argumentação e da deliberação). “Ela reúne essas diferentes lógicas na realização de uma ecologia dos problemas públicos” (cf. CEFAÏ, 2017a, p.187-200).

diversos tipos. O autor, utiliza o termo *arena local*, referindo-se a uma estrutura simbólica de interações que produzem os processos de intervenção. Sendo o desenvolvimento claramente um fenômeno ligado ao confronto político, seu exame e investigação exige que o pesquisador acesse às arenas públicas. Nesta visão, argumentou Olivier de Sardan.

Estou em outro nível, como uma operação de desenvolvimento rural, que direta ou indiretamente liga uma série de atores em várias categorias: camponeses de vários *status*, jovens desempregados, mulheres, notáveis rurais, agentes de desenvolvimento de campo, representantes de governos locais, membros de ONGs, peritos visitantes, assistentes técnicos europeus, etc. Esses atores desenvolvem em torno de um determinado projeto de desenvolvimento estratégias pessoais e profissionais, realizadas de acordo com múltiplos critérios: para reforçar a herança de propriedade para alguns, para obter gasolina e um veículo para os outros, e assim por diante: melhorar uma posição institucional, obter um contrato melhor, aumentar a rede de clientes, tornar-se indispensável, ganhar mais dinheiro, vigiar o vizinho ou o rival, dar prazer às suas relações, ficar no seu canto e evitar todos os riscos, etc. (1995, p.173).

Nesse sentido os processos de desenvolvimento remetem a uma miríade de regimes de justificação (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1991), que estão ao mesmo tempo em confronto, mas também podem gerar processos de coordenação e acordos. Nesse sentido, as ações coletivas podem confluir em processos mais ou menos estabilizados produzindo efeitos em termos de *ação pública*.

Como discutem Lascoumes e Le Galès (2012), as ações públicas referem-se à articulação das regulações sociais e políticas, mediante conflitos e recursos financeiros. A ação pública desdobra-se imersas em arenas públicas, nas quais emergem mobilizações e lutas, nas quais os grupos se engajam para transformar “um problema público, em problema político, quando uma mobilização consegue visibilidade suficiente, tal que atores não envolvidos originalmente com o desafio tomam posições e argumentam a favor, ou contra ele” (2012, p.160).

Qualquer projeto de desenvolvimento aparece como um problema em que todos jogam com diferentes cartas e regras. Por isso, é preciso investigar as controvérsias, os conflitos e as disputas dos atores, que são impulsionados por interesses (materiais ou simbólicos) mais ou menos compatíveis, dotados de poderes relacionais mais ou menos desigualmente distribuídos. Tal situação, desdobrada em forma de ação pública, se inscreve e se legitima no espaço público (OLIVIER DE SARDAN, 1995; CEFAÏ, 2017a).

c) *Meio ambiente, controvérsias e conflitos*⁸⁵

Segundo Vieira e Weber (1997), o meio ambiente constitui o conjunto dos meios naturais ou artificializados da ecosfera, onde o homem desenvolve suas práticas cotidianas através da exploração e/ou administração do recurso, do mesmo modo que o conjunto dos meios é submetido às modificações no ambiente; ainda assim, esse conjunto é essencial à sua sobrevivência. Sob esta concepção, o campo de pesquisa sobre meio ambiente abrange o “conjunto daquelas transformações da ecosfera, entendidas como um sistema complexo, consideradas como capazes de influenciar a manutenção das pré-condições de sobrevivência da espécie humana e de outras espécies vivas” (VIEIRA e WEBER, 1997, p.24). Para esses autores (1997), a relação entre os processos de desenvolvimento e as dinâmicas ambientais é fundamentada na dimensão ecológica do desenvolvimento, de caráter especulativo, que analisa a sociedade, a natureza e a possibilidade de definir/encontrar um desenvolvimento viável.

Ao analisar essa dialógica entre sociedade e natureza, no campo do desenvolvimento, é preciso dar destaque às *controvérsias e conflitos* em torno dos discursos na pauta ambiental. Aqui, uma contribuição pragmatista pode ser oportuna, afinal, “todas as sociedades são atravessadas por conflitos, um elemento inerente de toda a vida social” (OLIVIER DE SARDAN, 1995, p.176).

Há um movimento dentro da ecologia política que vai analisar se o *ecomovimento* é, de fato, uma nova forma política ou um ramo específico da política. Latour (1998) refere-se ao verbo “*ecologizar*”, e destaca as narrativas contraditórias entre o discurso defendido pelos ativistas ambientais e o proferido pelos partidos políticos. Para o autor, a questão da política ecológica não deve ser uma alternativa de modernização, pois a ecologia deve ser vista como associações de objetos, humanos e não humanos, na vida coletiva, para se entender quais são as *justificações* (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1999) e as disputas políticas em torno do movimento ecológico que, ainda segundo o autor, é de fato uma nova forma política através da qual, com a prerrogativa de se proteger a natureza dos humanos, cada vez mais se percebe que as intervenções no ambiente se tornam catastróficas.

⁸⁵ Os pesquisadores pragmatistas pesquisam, além dos tópicos ambientais (CHATEAURAYNAUD, 2011; LATOUR, 1998), outros problemas urbanos, como políticas públicas e grupos vulneráveis (CEFAÏ, 2013c). O enredo discutido aqui sobre o estudo das controvérsias pode ser aplicado a qualquer fenômeno. Discutimos na pauta ambiental, pois estamos explorando a conexão entre o território e a sustentabilidade para revalorizar a ideia do desenvolvimento (cf. seção 2.1.2). Cf.: Chateauraynaud, F. (2017). Questões ambientais entre controvérsias e conflitos: ecologia política e sociologia pragmática na França. *Ciências em Debate*. 2, 4-40.

O verbo ecologizar, nesse sentido, indica que, por comprovação histórica, a política e a natureza não deve ser dissociadas - como discute também Dewey (1929) em sua célebre obra *experiência e natureza* - e, por essa razão, segundo Latour (1998) é crucial que sejam enfrentadas as catástrofes ambientais e se assumam a materialidade da crise socioambiental que estamos imersos e se construa uma política efetiva que não dissocie esse “ator-rede”, e que seja progressista, e não modernista.

Inspirando-se em Latour, Chateauraynaud (2011) discute que, apesar do avanço das discussões sobre as questões ecológicas entre os anos 1970 e 1990, e da centralidade que assumem as agendas ambientais precisaremos de mais algumas décadas para que se constitua um campo de pesquisa e análise dentro das ciências sociais sobre os assuntos ambientais dotados de marcos de análise e de linguagem de descrição. Para o autor, a *sociologia das controvérsias*⁸⁶ tem assumido um papel importante dentro desse avanço, em que a reconfiguração do campo está sendo marcada por um enfrentamento dos momentos de crise, decorrentes das catástrofes ambientais empreendidas pelas ações humanas.

Como discute Chateauraynaud (2011) escândalos, polêmicas e controvérsias são considerados “situações de prova” ou momentos efervescentes com que os atores podem desafiar, a partir das mobilizações coletivas, reivindicar direitos, questionar poderes, (re)distribuir grandezas e a (re)criar dispositivos que impactarão o seu futuro (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1991; LEMIEUX, 2007).

Segundo Chateauraynaud (2011; 2017), a análise das questões ambientais coloca à prova os quadros teóricos instituídos até o momento. Uma proliferação de dispositivos vai tentar tratar as controvérsias em torno dos problemas ambientais, como a governança ou o desenvolvimento sustentável. “Os atores mostram suas ações e seus julgamentos ao se referirem a uma matriz discursiva definida ao longo de cúpulas internacionais desde Rio (1992), Kyoto (1998), Aarhus (1998), ou ainda Bali (2007), um tipo de meio natural para os argumentos ambientais” (2017, p.18). Entretanto, a banalização dessas questões leva ao não cumprimento da agenda, ou parte dela, o que configura duas situações:

A primeira concerne à adoção de regras e padrões visando um novo modo de regulação; a segunda remete a uma lógica de conflito por meio da qual se exprimem todos os tipos de atores, que nem sempre conseguem constituir uma causa comum, como mostra a trajetória irregular da “Outra Globalização”. Se a referência à interdependência e à complexidade se torna apoio interpretativo comum para os atores, os novos padrões, incluindo aqueles que estabelecem novas formas de

⁸⁶ Lascoumes e Le Galès (2012, p.162) escrevem que a análise da sociologia das controvérsias se baseia na sociologia da ciência, distanciando-se da ênfase excessiva sobre os atores (o projeto e interesse) para focalizar no conjunto de ator-rede.

consulta e de participação, provocam fricções na elaboração local de *prises* sobre o mundo (CHATEAURAYNAUD, p.18-19, 2017).

Foi em reação às polêmicas em torno da ecologia e das catástrofes que os pesquisadores pragmatistas se interessaram pelas questões ambientais, depois de verificar que os atores que eles estudavam implantavam novos tipos de argumentos e dispositivos em torno de determinada causa. Logo, a emergência destes atores passou a ser cartografada configurando as arenas políticas nas quais emergem e se desdobra o debate e a ação em torno dos problemas públicos.

Tais pesquisadores estão interessados em captar os “momentos crítico”⁸⁷ ou as “situações de prova” que causam uma indeterminação na vida e na trajetória dos atores, como aconteceu em 2019, no caso Brumadinho (MG). Esses momentos iluminam uma atribuição ao evento onde os atores-redes passam a proferir inúmeros discursos e posicionamentos em torno da questão ambiental, surgindo aí, os “porta-vozes” – os representantes de determinada pauta.

Em alguns momentos, as controvérsias podem parecer silenciadas, resolvidas. Contudo, “é ilusão acreditar que uma autoridade poderia, sozinha, impor um fim a uma controvérsia” (LEMIEUX, 2007, p.3); afinal, quando um problema é histórico, ou de grandes proporções, como os incêndios no Pantanal, é raro que este silêncio se mantenha definitivamente, que indique tanto esquecimento ao ponto de torná-lo insignificante.

No desenrolar da vida cotidiana, é pouco provável que as controvérsias que parecem sob controle parem de se renovar, pois sempre haverá uma crise e um incômodo para algum dos atores envolvidos, interessados em reabrir a caixa preta, reascendendo as controvérsias e começando tudo novamente. Isso porque as controvérsias têm algo de interminável, ou melhor, é o seu retorno que “parece eterno, não sendo o desacordo entre os pares o tipo de coisa capaz de desaparecer, ao menos na medida em que o meio social em questão mantenha uma relativa autonomia” (LEMIEUX, 2007, p.12). Vemos, então, que o problema não se resolveu, pois o público se omite, se dissolve e a controvérsia é procrastinada.

Numa démarche pragmatista (CHATEAURAYNAUD, 2011; 2017), as amplitudes atuais dos tópicos ambientais demandam que se coloque em evidências as novas dimensões da vida social, religando as experiências das pessoas às tramas presentes no mundo social.

⁸⁷ Seguiremos com o conceito já discutido de momento crítico de Boltanski e Thévenot. No entanto, cabe reconhecer que Chateauraynaud (2011; 2017) nomeia esse momento como *épreuve*: o conceito de prova, na sociologia pragmática, refere-se ao momento de incerteza e indeterminação da vida dos atores, quando surgem forças entre eles que preveem uma mudança de estado. É um momento necessário em que eles reconhecem o problema e buscam engajar-se — provar suas habilidades, qualificar, justificar algo ou alguém, decorrente da situação que aparecem repentinamente. “Na sociologia pragmática, é um momento de incerteza e indeterminação por excelência, pois constitui a ocasião para voltar a concordar estado dos seres, pessoas ou coisas” (op. cit., 16).

Assim, segundo o autor, tal análise permite aos pesquisadores restabelecer os vínculos entre natureza e sociedade, incorporadas à ciência e à democracia.

A *cartografia das controvérsias e dos conflitos* é usada como um operador, no sentido fotográfico, das relações de poder, posições institucionais ou redes sociais o que, sem ela, seria mais difícil de se perceber. Ao dramatizá-las *cenas públicas* serão reveladas evidenciando mais detalhadamente os bastidores, o funcionamento da vida social do grupo estudado (LIMIEUX, 2007). “Identificar os conflitos é uma maneira de ir além da fachada consensual e encenar em direção ao exterior que os atores de uma sociedade local costumam propor ao locutor ou ao pesquisador externo” (OLIVIER DE SARDAN, 1995, p. 177). No meio rural, as pesquisas costumam partir com uma definição a priori (os estereótipos). Todavia, conforme apresentou Sardan (1995), a quantidade de cenários possíveis ultrapassa qualquer pré-definição estabelecida, pois são inúmeras as diversificações do meio rural. Desse modo, é importante considerar a *ecologia dos problemas públicos* (CEFAÏ, 2017a) no meio rural e seus pluralidade para acessar as dinâmicas de inovação social, como será discutido a seguir.

3.2.3 A inovação social rural a partir da experimentação democrática

A gestão pública está passando por profundas transformações nos últimos anos. A democracia, nesse sentido, já não pode mais ser considerada a única origem do Estado-nação (BOHMAN, 2012), pois, o sistema político se expandiu substituindo a centralização do Estado por inúmeras poliarquias institucionais (THOENIG, 2006). A arena política veio se diferenciando, sob a pressão de vários grupos com difusos interesses, cuja força interfere nos líderes políticos (THOENIG e DURAN, 1996). Esses grupos argumentam que as práticas democráticas atuais não são mais capazes de lidar com os problemas públicos da sociedade (BOHMAN, 2012).

Com os problemas públicos cada vez mais complexos, as abordagens de “ordem negociada” ganham relevo, pois, como colocado por Thoenig (2006), pretendem discutir uma transição da ideia de governo (centrado no estado) para a governança. A busca por uma cogestão adaptativa também vem incidindo direto no debate, devido à sua ênfase nas questões do território e da sustentabilidade.

Como já discutido no capítulo anterior, mais recentemente, os pesquisadores vêm estudando os ecossistemas de inovação social, buscando compreender como os problemas

públicos são enfrentados e respondidos localmente (ANDION, ALPERTEDT E GRAEFF, 2020). Metodologicamente, os pesquisadores pragmatistas vão estudar esse fenômeno sob a forma de *experimentações democráticas*, entendidas como possibilidades de novas formas de exercício político (ANSELL, 2012), que buscam, dentre outros resultados, a “mudança institucional, o aprendizado evolutivo, a inclusão de diferentes demandas sociais na agenda e na fábrica das políticas públicas” (CEFAÏ, 2017a, p.188).

Inicialmente, cabe reconhecer que a democracia, é para Dewey (1939), como um estilo de vida pessoal e intransferível, que não envolve a descoberta de algo “novo”, mas confere “um novo sentido prático a velhas ideias”. Com ênfase no homem comum, a democracia é um exercício que precisa ser praticado para que seja mantido aceso o espírito democrático.

Dewey (1939) nos ensina que, em dinâmicas de desenvolvimento, não adianta ressuscitar o liberalismo, pois este não deu conta dos seus propósitos de liberdade e individualidade. Já o neoliberalismo, como discutido nos desafios dos assentamentos rurais, só aumenta a polarização da sociedade, a concentração de renda e terra, a pobreza e a destruição ambiental. Também, não é hora de se pensar em uma “pós-democracia”, sobretudo nos momentos de crise, como os que vivemos no Brasil. A democracia não pode ser obscurecida pelas sombras de um estado concentrador de riqueza, com interesse voltado para poucos, típico do paradigma neoliberal. “O perigo desse eclipse não é uma questão teórica; é profundamente prático” (DEWEY, 1939, p.3), representado pelo aumento da pobreza e das desigualdades sociais, além das atrocidades ambientais.

Para Dewey (1939), um estado democrático não significa assegurar que temos que nos distanciar das ditaduras. Significa garantir aos indivíduos a oportunidade de liberdade, participação e desenvolvimento. Cabe, assim, valorizar as experiências e as práticas voluntárias dos atores para compreender como ocorrem os arranjos da vida. Reconhecendo essas experiências, podemos até sonhar, tal qual defendeu Paulo Freire (1987), em começar a aplicar um método de cultura popular, que conscientiza e politiza o nosso povo. A *experimentação democrática* é um desses métodos que permite compreender a democracia na prática dos atores, e em suas consequências.

Segundo Shields (2008), a experimentação democrática é um processo que busca novas formas de viver, enfatizando a ação coletiva de baixo para cima (*bottom up*). Nessa ótica, os pesquisadores, que conhecem as suas realidades, exercem suas práticas e, diariamente, estão envolvidos na resolução dessas situações (experimentação). Para Dewey (1938), essa é uma técnica de pesquisa diferente da adotada pelos pesquisadores que fazem experimentos (*randomizados*), trancados em seus laboratórios.

A experimentação democrática é baseada na premissa de que práticas distintas podem contribuir para a resolução dos problemas que afetam determinados atores. Para entender uma prática, é necessário que as interações locais estabeleçam conexões contínuas com o debate global. Nessa relação, as práticas surgem e demonstram as experiências de “enfrentamento e governança dos problemas públicos vigentes, que geram condições, recursos e oportunidades para a mudança, mas também para a inércia e a estagnação, em termos de promoção de novos estilos de desenvolvimento” (ANDION, ALPERSTEDT e GRAEFF, 2020, p.4).

Em suas obras Olivier de Sardan não chegou analisar/estudar as “inovações sociais” propriamente ditas. Contudo, esse fato não impediu que o autor lançasse “pistas” sobre *a importância social da inovação* (1995, p.85–88). Isso fica perceptível quando o autor conclui que a análise das inovações não deve se deter apenas na adoção ou difusão (típica da inovação tecnológica), mas deve, também, levar em conta as consequências de longo prazo para a sociedade local, tal como as múltiplas microinovações implementadas pelos atores. Afinal, a inovação é considerada “como uma fênix endógena que vem de baixo e emana a partir de interconexões” (1995, p.76).

Vemos, então, a importância de estudar essas “interconexões” para identificar os processos sociais de interação e compreender em que medida as práticas desses atores possibilita o desenvolvimento do território e, conseqüentemente, o fortalecimento da democracia, uma vez que as interconexões surgem da mobilização de atores e recursos em torno dos problemas públicos.

Assim, “o fim da democracia é um fim radical porque requer uma enorme mudança nas instituições sociais, econômicas, jurídicas e culturais existentes” (DEWEY, 1939, p.4), que precisam, inclusive, no caso atual brasileiro, recuperar o seu prestígio. O território continua sendo uma característica fundamental da política, essencial à formulação de políticas públicas e definição de espaços de ação pública, pois também são lugares e arenas onde os problemas públicos devem ser reconhecidos, debatidos e enfrentados (THOENIG, 2006). Como afirma Latour (2012, p. 367 e 370) a única forma de repetir aqui o que entendemos por política será nos reaproximarmos ao máximo da experiência original [...] só o frescor dos resultados da ciência social é que pode garantir sua relevância política. Para o autor, ninguém percebeu melhor isto que John Dewey quando propõe uma perspectiva de democracia radical.

3.3 SÍNTESE DO ENFOQUE ANALÍTICO

A única forma de repetir aqui o que entendemos por política será nos reaproximarmos ao máximo da experiência original [...] só o frescor dos resultados da ciência social é que pode garantir sua relevância política. Ninguém percebeu melhor isto que John Dewey (LATOUR, 2012, p.367; 370, trechos escolhidos).

A partir dos aspectos discutidos anteriormente, podemos apresentar, no final desse capítulo, uma síntese do enfoque analítico que será adotado nessa tese. Como salienta Latour (2012, p. 355) para permanecermos fiéis à experiência do social, três deveres são fundamentais. Primeiro convém desdobrar as controvérsias, para identificar os participantes de uma determinada pauta. Segundo, acompanhar os atores para compreender como eles se associam e estabilizam as incertezas, através de novos formatos, acordos e padrões. Finalmente, descobrir como os grupos renovam (inovam) a existência do coletivo.

Tal tarefa parece simples a uma primeira leitura, mas, reconhecemos sua dificuldade e não propomos aqui um modelo a ser seguido, o que seria subestimar a complexidade da *démarche* pragmatista⁸⁸. Ao contrário, essa síntese visa apresentar como nos aproximaremos e investigaremos o fenômeno da inovação social rural nos dois assentamentos pesquisados.

Tal enfoque analítico é resumido no Quadro 7 e foi construído a partir da *concepção da experiência pública* (CEFAÏ e TERZI, 2012) e da *socioantropologia do desenvolvimento* (OLIVIER DE SARDAN, 1995). Este enfoque contém quatro momentos. Cada um deles culmina com uma categoria analítica da tese (quatro no total), sendo explicado na sequência.

Quadro 7 – Configuração da experiência pública no meio rural

Momentos	Categorias	Principais características
A Experiência Pública é Prenunciada	Situação de prova	Porta-vozes, crises, disputas, controvérsias, conflitos que impulsionam o engajamento do coletivo.
Configuração da Experiência Pública	Problema público	Dramatização, categorização, emoção, o sentimento e a memória, os significados do problema, a redes de atores.
Operacionalizada dentro de diferentes Arenas Públicas	Ações coletivas	Quais mobilizações acontecem/ aconteceram; quais arenas.
Socioantropologia do desenvolvimento	Dinâmicas formais e informais	Práticas, experiências e reações populares dos atores no nível micro (dinâmicas informais) e também as aplicadas pelos <i>experts</i> (dinâmicas formais)

Fonte: Produção própria.

Primeiro, *a experiência pública é prenunciada*. Nessa etapa, buscamos compreender metodologicamente distintas experimentações ocorridas através de **situações de prova**, composta por porta-vozes, crises, disputas, controvérsias, conflitos e diferentes emergências

⁸⁸ Para um maior detalhamento, sugerimos: Corrêa, D; & Dias, R. Crítica e os Momentos Críticos: *de la justification* e a guinada pragmática na sociologia francesa. *MANA*. v.22, n.1, p.67-99, 2016.

que impulsionam o engajamento do coletivo. O desafio é identificar e explorar as possibilidades de *novas formas de prática política*, o que demanda uma análise pragmatista das atividades microcívicas e micropolíticas nos assentamentos, considerados “laboratórios públicos” (CEFAÏ e TERZI, 2012; ANSELL, 2012), ou seja, no ambiente onde os atores vivem.

Nessa etapa, como colocado por Quéré e Terzi (2015), é necessário identificar as “situações de prova”, ou os momentos críticos, ou turbulentos, que afetam os atores. Questionar o significado óbvio que predomina ali, minar certezas, duvidar dos valores admitidos. Essa experiência não se limita a um julgamento e uma coprodução de novas formas de relação. Os atores tentarão se expressar de diferentes formas, afinal, eles não são sujeitos passivos. *Mesmo que haja uma procrastinação de determinado evento*, por mais duradouro que seja, há uma forma de ruído, ou incômodo. Mas, “como certos ruídos, duradouros no espaço público, tornam-se incômodos e como todos nós podemos experimentar?” (CEFAÏ e TERZI, 2012, p.22).

A partir disso chegamos à *configuração da experiência pública*. Dito de outra forma, é preciso investigar como um distúrbio (ou sua procrastinação, quando for o caso) se transforma em **problema público** ou situação problemática. Nessa etapa, como mostram Cefaï e Terzi (2012), é investigado o trabalho de dramatização, categorização, argumentação ou narração de significados desse problema que levará, conseqüentemente, à formação de redes de atores, ou, como preferimos, de ecossistemas – um dispositivo técnico que pode fortalecer a *experimentação democrática* e a promoção de *inovações sociais* através da problematização e publicação do distúrbio e da luta por sua solução.

Associam-se a estas questões a percepção emocional, o sentimento e a *memória* de situações problemáticas, promovendo pesquisas e organizando audiências (QUÉRÉ e TERZI, 2015). As situações problemáticas (definição do problema, por exemplo, desastres ambientais, reuniões tensas, falta de água, pobreza, desigualdades, poluição, etc.) surgem quando determinados eventos não são mais necessários ao equilíbrio harmonioso da vida coletiva. Há uma desarticulação no processo social; e formas de vida são quebradas, o que leva à formação de um público (constituição do público em torno do problema). O público são associações - humanos e não humanos - organizações, movimentos e grupos afetados por estes desarranjos - no sentido de conexões (DEWEY, 1927; LATOUR, 2012), que acabam por se envolver na tentativa de resolver as situações problemáticas.

Segundo Dewey (1927), a formação do público também dependerá das ações do Estado e das instituições públicas, seja através da garantia das condições de liberdade

(liberdade democrática de se associar e formar o público), ou da organização da vida pública de acordo com as políticas/leis vigentes. Assim, reconhecer as políticas e leis e ações públicas presentes em uma situação problemática estudada é uma etapa fundamental no processo de investigação pública, pois é através desse aparato que o Estado vai tentando manter a ordem pública.

Numa perspectiva pragmatista, esse enredo ajuda a configurar uma experiência pública, que, por sua vez, é **operacionalizada dentro de diferentes arenas públicas**, onde circulam imagens, símbolos e categorias dos atores envolvidos e que participam de audiências e são inseparáveis dos campos de experiência (CEFAÏ e TERZI, 2012). Nesse momento, a investigação busca captar as **ações coletivas** — uma ação conjunta ou em concertação —, que pode produzir um bem comum, que, uma vez criado, é livremente acessível a todos (CEFAÏ, 2007). As ações coletivas podem incitar **ações públicas**, isso porque, a coisa pública não é mais um monopólio do Estado e evoca a participação de diferentes atores em variadas arenas públicas, um espaço de disputas e cooperação, que, em vários momentos, possui composição difusa (novos personagens, novos porta-vozes) e sem uma delimitação física instituídas (CEFAÏ, 2009).

Esses três momentos da configuração da experiência pública, propostos por Cefaï e Terzi (2012), foram pensados para ser aplicado aos assentamentos rurais a partir da **socioantropologia do desenvolvimento**, de Olivier de Sardan, discutida na seção anterior. Isso porque, nesta tese, estamos tratando o desenvolvimento rural através das *práticas dos atores* para compreendê-lo tanto através das **dinâmicas formais** em curso que, na maioria das vezes, envolve a identificação e análise da operacionalização dos projetos, políticas e programas oficiais, como é o caso do PAA e do Pnae —, quanto através das **dinâmicas informais** de desenvolvimento, àquelas que ocorrem nas dobras da formalidade e demonstram as reações populares, atuais e pretéritas, no nível micro, como é o caso da comercialização do leite nas feiras livres.

Ao final desses quatro momentos buscamos identificar os **resultados práticos da ação, a inovação social**, em termos de territorialidade e da sustentabilidade, para então avaliar como as experiências e práticas dos assentamentos rurais geram consequências para o desenvolvimento rural.

Referente aos quatro momentos, se estamos considerando as diferentes **cenários públicos** (o conjunto de dramatizações que permeiam essa configuração), como estratos de tempo e vestígios de experiência, como discutido anteriormente, é preciso levar em conta, como colocado por Koselleck (2014), que esses momentos não são lineares e podem se repetir ao

longo do tempo, devido a renovação de uma demanda/necessidade, o fim desejado no sentido de Dewey (1929), que é sempre indeterminado (a mudança social, entendida como inovação social rural) e atualizado com as demandas do presente.

Assim, compreendemos que as cenas públicas acontecem em estratos de tempo, onde alguns acontecimentos sempre se repetem e contém em si uma constelação de ações singulares, executadas ou suportadas pelos atores. Esses acontecimentos condicionam e limitam as possibilidades de ação e, ao mesmo tempo, as geram. Um exemplo nos assentamentos rurais é a falta de água, cuja repetibilidade avança por gerações.

Perceber a repetibilidade das experiências pode nos afastar dos principais equívocos em se trabalhar com tal configuração. Como apontam Cefaï e Terzi (2012), as principais dificuldades ocorrem quando os pesquisadores, geralmente, se concentram apenas no momento 2, perdendo a visão do momento 1 e seu retorno ao momento 3. Somamos a estes desafios o momento 4, trabalhar a socioantropologia sob efeitos de estereótipos, sem considerar outras operações no território rural.

Ainda segundo os autores, **as possíveis falhas em ter uma experiência pública** estão, justamente, em expor os resultados em *blocos de respostas*, e não considerar sua possível repetibilidade, sem discussão e consequente debate crítico. Por isso, os resultados dessa tese não são apresentados em caixinhas, cada uma delas representando uma categoria analítica, afinal, os acontecimentos que compõem os quatro momentos ocorrem de forma múltipla, em estratos de tempo, e não necessariamente obedecem a ordem cronológica, como comentado acima. A experiência é ponto de partida e de chegada para que a realidade observada pelo pesquisador nos assentamentos seja revelada no que ela é: a realidade, simplesmente (DEWEY, 1938).

Então, as categorias definidas no Quadro 7 não são um roteiro para escrita da tese. Elas permitiram que a pesquisa fosse centrada e minimamente conduzida para atingir os objetivos, mesmo diante de um vasto repertório de fontes encontradas e analisadas. Os resultados devem permitir que os pesquisadores encontrem “uma visão mais clara de si próprios” (CEFAÏ e TERZI 2012, p.24). Qualquer coisa que possa dificultar o reconhecimento da situação problemática e a formação do público, no sentido da inquirição deweyniana, prejudicará a experiência pública (QUÉRÉ e TERZI, 2015).

No próximo capítulo descrevemos como esse enfoque foi operacionalizado na pesquisa, apresentando o recorte epistemológico e o caminho metodológico da tese.

4. POSICIONAMENTO EPISTEMOLÓGICO E CAMINHO METODOLÓGICO

O cientista social vive de fazer ciência. **O débito social da ciência** é algo fundamental que, em nenhum momento obscurece a marca da competência formal, mas que coloca a **relevância da vida concreta**, de carne e osso, onde o cientista é ator político. A produção científica é o mundo que a ciência imagina, de certa maneira, ser seu mundo. **A apresentação desse mundo varia de escola para escola.** A **demarcação científica** ajudará a revelar as razões lógicas, sócio-históricas, o conhecimento e as tradições herdadas. Os **elementos que desenham a realidade**. O que percebemos da realidade é aquilo pelo qual a ciência se interessa. **Não conhecemos tudo**, nem qualquer coisa, mas buscamos aquela parte da realidade que possui para nós, ou para quem trabalhamos, **relevância política**. (PEDRO DEMO, 1985, p.30-32, trechos escolhidos, grifos nossos).

Após a exposição da discussão teórica e do enfoque analítico adotado nessa tese, neste capítulo apresentamos e caracterizamos o posicionamento epistemológico do qual parte esse estudo, ancorado no pragmatismo e na sociologia pragmática contemporânea. Em seguida, detalhamos o desenho da pesquisa e o caminho metodológico adotado e suas etapas para realizar o estudo etnográfico junto aos dois assentamentos rurais pesquisados, ressaltando o método e as técnicas de coleta e análise de dados utilizadas em cada uma das etapas. No final do capítulo, são apresentados os limites e os desafios da pesquisa e quadros sínteses com o posicionamento epistemológico e o metodológico do estudo.

4.1 POSICIONAMENTO EPISTEMOLÓGICO

A Administração é uma ciência que surge das práticas. Também é interdisciplinar, construída a partir de diversas fontes do saber, como a economia, a história, a sociologia, dentre outras. O conhecimento interdisciplinar, a ênfase na aplicação do conhecimento e na implicação do cientista, outrora características rejeitadas da Administração, por diminuir uma “pretensa autonomia” científica, hoje são vistos como tendências para fazer avançar as fronteiras do conhecimento científico (ALPERSTEDT; ANDION, 2017). Assumir seu caráter aplicado e sua interdisciplinaridade ainda é um desafio para a Administração, porém, já bem recebida por diferentes pesquisadores, propiciando a inovação e o desenvolvimento da ciência neste campo.

A Administração vem experimentando um grande avanço nos estudos epistemológicos e, no caso do Brasil, o professor Mauricio Serva (2013) indica que isso se deve à inclusão da epistemologia no quadro de disciplinas em diversos programas de pós-graduação e na

realização de eventos científicos que tratam dos avanços e os desafios epistêmicos na Administração. Frente a este avanço é que vem ocorrendo uma grande disseminação de estudos nesse campo pautando-se, como colocado por Paes de Paula (2015), por diversas matrizes epistêmicas (positivismo, neopositivismo, estudos críticos, construtivismo, dentre outros), o que permite uma ampliação de vias epistemológicas, paradigmáticas, teóricas e metodológicas a serem adotadas pelos estudos no âmbito da Administração.

Sob influência deste avanço **esta tese de doutorado se baseia epistemologicamente numa perspectiva pragmatista**, principalmente a partir dos trabalhos de John Dewey, **articulado** aos autores pragmatistas da chamada **sociologia pragmática contemporânea**, conforme já amplamente discutido nos capítulos anteriores.

Japiassú e Marcondes (2011) apresentam o termo “prática” como etimologicamente derivado do grego *praktikós*, de *prattein* — que, semanticamente, diz respeito à ação, termo que, por sua vez, pode ser associada ao de conhecimento empírico, do qual emerge um saber prático. As práticas são nexos organizados de atividade, um conjunto de ações que as pessoas executam diariamente (SCHATZKI, 2001). O adjetivo “prática” denota, ainda, uma referência à dimensão material, efetiva, pois, segundo Demo (1986), o objetivo final de uma pesquisa é fazer emergir algo sobre a realidade, se produzir de forma única, a partir das práticas; caso contrário, não seria social.

Frega (2006) indica que a primazia da prática nos remete a Aristóteles, especificamente à sua obra *Metafísica*. Posteriormente, esse objeto é retomado por Immanuel Kant (2015, p.94-98), para quem “a razão não é mais que uma ilusão geral de nossa faculdade de conhecer. Também não é constituída apenas por uma dimensão teórica, que busca conhecer, mas também por uma dimensão prática”. Kant percebia a prática como uma área de ação humana livre e moralmente responsável, sujeita a uma dimensão da realidade, visto que ela decorre do domínio da ação e sujeita às leis da razão prática, ou moral. A prática, portanto, recai sob a totalidade do que depende unicamente da vontade do sujeito humano. Em Kant (2015), o sujeito (o mundo dos sentidos e do intelecto) e o objeto (o mundo da experiência, do entendimento que julga a natureza das coisas) não devem ser dissociados quando da promoção do conhecimento — e esta é uma das prerrogativas principais de se conceber o conhecimento sob a ótica do pragmatismo.

A contribuição filosófica de Kant sobre o sistema de elevação para a compreensão do *status* da prática foi o que naturalmente acabou influenciando Charles Peirce, levando-o a conceber suas ideias sobre um conhecimento pragmático. A filosofia pragmática foi

desenvolvida nos Estados Unidos em 1878, quando um grupo de jovens pesquisadores, liderados por Peirce e William James, fundaram o *The Metaphysical Club*.

Naquele momento, os Estados Unidos estavam se tornando uma grande nação, passando por uma rápida industrialização, crescimento populacional, atraindo diversos grupos de imigrantes da Europa, além de enfrentar todos os problemas decorrentes da Guerra Civil e de seus efeitos para a consolidação da democracia americana. Esses elementos influenciaram os membros deste clube (MENAND, 2002). E foi assim que Peirce conduziu a James e James conduziu a John Dewey. O resultado foi uma teoria da verdade indutiva e experimental (SHIELDS, 2008).

O *método pragmático* é uma das principais contribuições que a filosofia pragmática traz para o presente trabalho. Trata-se de um mecanismo que permite construir um procedimento analítico para (re)conhecer a verdade. As teorias tornam-se instrumentos, e não respostas, e o pesquisador pragmatista vai colocá-las para trabalhar. Com este método, o foco passa a ser o acesso à experiência — como defende James (1970), as teorias não serão mais modelos sob as quais a empiria é colada para se explicar um determinado fenômeno. As teorias são vistas, então, como meios que ajudam na investigação; a entender o problema; a formular abordagens para a resolução e avaliar as consequências das ações (prática) dos atores investigados.

Ocorre que, por muito tempo, o pragmatismo, enquanto episteme e método, esteve abandonado, quase esquecido. Somente na década de 1980 assistimos uma virada nas ciências sociais, momento em que as ideias pragmatistas foram retomadas. Cefaï (2009) mostra que nesta época, na França, uma série de cientistas sociais vai reformular os seus objetivos e o modo de como vinham fazendo ciência. Essa nova composição floresceu a partir de uma ênfase nas experimentações, que podem ser apresentadas, no mínimo, sob três frentes: (1) os estudos da ação situada (de Louis Queré, 1999); a teoria ator-rede (de Michel Callon e Bruno Latour 1990); e a prova de justificação (de Luc Boltanski e Laurent Thévenot, 1991). Embora se situem em diferentes correntes teóricas, com claras distinções, essas abordagens tem em comum o fato de estimularem uma antropologia da ciência; um maior diálogo entre a sociologia e a antropologia (socioantropologia); a reassociação de diferentes dimensões da vida social e o resgate da influência da etnometodologia, da fenomenologia, do interacionismo, das teorias da ação situada e da filosofia pragmática americana.

Chateauraynaud (2017) chama esse movimento de *démarche pragmatique*, surgido em um cenário epistemológico pós-bourdiesiano⁸⁹, no qual novos pesquisadores analisam as “ações públicas” e a “capacidade crítica dos atores” tratando de temáticas transversais, como o desenvolvimento sustentável, a transparência, a violência, o mundo em rede, a democracia participativa, dentre outros. Nesse movimento mais amplo se inserem autores com abordagens muito distintas que se baseiam no pragmatismo americano clássico e outros que se filiam a denominada *sociologia pragmatique* também conhecida por outros nomes, como a sociologia das provas, sociologia das transformações, sociologia dos problemas públicos, entre outros (BARTHE *et al.* 2016).

Ciente dessa pluralidade, esse trabalho se ampara nos pressupostos epistemológicos pragmatistas de John Dewey, que foram fundamentais para este estudo. Os principais são detalhados a seguir.

Primeiro a noção de “**experiência**” um elemento essencial da pesquisa, pois traduz a ação do ser humano no mundo. Ela revela como os sujeitos fazem a sua ação; é a consideração de um intrínseco entre “ato e matéria, sujeito e objeto” (DEWEY, 1974, p.10). Para o pragmatismo, é incompatível separarmos natureza de experiência, pois, a natureza é experienciada e a experiência adentra a natureza. “A própria existência da ciência é evidência que a experiência é uma ocorrência que penetra a natureza e aí se expande sem limitações” (1974, p.163). A experiência interfere nas ações humanas, as (re)orienta e modifica. O mundo é contingente e a experiência é a base para o conhecimento, a ser exteriorizado através de uma dada ação. “É principalmente um processo de sofrer; um processo de alguma coisa; de sofrimento e paixão, de afeto, no sentido literal dessas palavras” (DEWEY, 2011; 2010).

Segundo a noção de “**público**” de Dewey (1927), se diferencia assim do estado individualista da sociedade (onde ocorre a supervalorização do individual). Público é sinônimo de associações humanas. Associação no sentido de conexões. Público é definido como o conjunto de pessoas, ou organizações, que, de alguma forma, são afetadas por um fenômeno compartilhado, que atinge a esse coletivo e provoca consequências indesejáveis. É assim que emergem os problemas públicos. Assim, se coloca o terceiro pressuposto de que, o “**problema público**”, acontece no espaço público, onde ocorre a efervescência das associações coletivas, que são os movimentos, as organizações e as instituições.

⁸⁹ Refere-se aos pesquisadores que, após a reformulação citada por Cefaï (2009), buscam uma ruptura com as grandes teorias críticas ainda em voga (como as de Pierre Bourdieu e Anthony Giddens, por exemplo) e seu afastamento correlativo às questões de poder e de dominação, um mundo estático preso à lógica da reprodução, visando encontrar novas formas praxeológicas de se estudar a ação coletiva. Cf. Corrêa e Dias (2016).

Um problema se torna público quando ele adquire uma dimensão maior e gera consequências para todos em uma coletividade. Os problemas públicos não são aqueles cuja responsabilidade é dos governantes. Pelo contrário, são aqueles que evocam (tocam) a ação do movimento dos cidadãos em torno de uma problemática (DEWEY, 1927). “Falando em problemas públicos, queremos enfatizar que situações problemáticas são inseparáveis dos campos da experiência em que são identificadas, caracterizadas, definidas, questionadas, julgadas, transformadas, regulamentadas ou removidas” (CEFAÏ e TERZI, 2012, p.16) diferentes dinâmicas de transações entre as organizações individuais, ou coletivas, internamente e com seus ambientes.

Já a noção de “**investigação pública**”, como colocada na introdução, é um processo que busca captar a experiência e as práticas humanas, em relação ao mundo natural, onde os atores vão vivenciar e tentar reverter situações problemáticas. A investigação pública tem um caráter coletivo, pois refere-se tanto aos problemas qualificados pela vida dos atores, quanto aos objetivos da pesquisa científica (os dois momentos apresentados na Introdução da tese)

Esses quatro pressupostos representam uma síntese de como a postura pragmatista norteou a operacionalização desse estudo desde o seu início. Tal opção, frente a outras vias epistemológicas possíveis, se justifica pela certeza de que **ser pesquisador no Brasil é um ato político** – e de que **a política precisa ser entendida a partir da noção de público em contraponto à de processo político**⁹⁰, voltada, no nosso caso, tanto a compreender as emergências dos públicos em torno da efetivação da reforma agrária e da agricultura familiar nos assentamentos rurais, quanto ao nosso papel enquanto pesquisador, afinal, escapar às pesquisas *mainstream* e seguir nosso próprio caminho é uma forma de nos impormos, resistirmos e persistirmos na busca do inteligível e do sentido.

4.2 DESENHO DA PESQUISA E CAMINHO METODOLÓGICO

Com base nos pressupostos epistemológicos apresentados, na sequência será detalhado o caminho metodológico colocado em prática, incluindo o desenho geral da tese e suas características, bem como as etapas e técnicas de coletas de dados utilizadas para atingir os seus objetivos, finalizando com os limites da pesquisa.

⁹⁰ Cf. Cefai (2009) e Alperstedt e Andion (2017).

4.2.1 Desenho da Pesquisa

Devemos dizer, de início, que o termo “metodologia” pode ser associado a “investigação”, pois se refere ao “como” fazer ciência — o que compreende a apresentação dos métodos empregados, estratégias e instrumentos que vão permitir a operacionalização de uma dada epistemologia, produzindo, dessa forma, o conhecimento. De acordo com Demo (1985), a metodologia é uma disciplina instrumental para o cientista social.

Com o avanço científico, os pesquisadores, frequentemente, vêm reconstruindo seus instrumentos de pesquisas, com vistas a promover uma nova descoberta. O desenvolvimento da ciência da Administração sempre esteve concatenado aos questionamentos de algum momento histórico da sociedade, o que estimula, atualmente, o surgimento de pesquisas mais interdisciplinares com utilização de diferentes métodos de pesquisa.

Diante disso, essa pesquisa se caracteriza por **adotar uma abordagem prioritariamente qualitativa, através de estudos de casos etnográficos múltiplos, de caráter descritivo e interpretativo**, e, para tanto, articula um **conjunto de técnicas qualitativas, como a observação direta e participante, entrevistas, análise documental e de reportagens**.

Quanto à sua natureza, esta pesquisa se define como *qualitativa*. Segundo Flick (2009), a pesquisa qualitativa é o melhor caminho para o pesquisador conhecer o mundo social a partir das práticas dos próprios atores, como é o caso do estudo aqui em tela. Isso porque “cada vez mais a ciência e a pesquisa, suas abordagens e seus resultados, informam a vida pública. Elas ajudam a constituir a base para as tomadas de decisão políticas e práticas” (FLICK, 2013, p.16). As abordagens qualitativas pressupõem extenso trabalho de campo, ou estudo empírico, objetivando detalhar como ocorrem as atividades cotidianas dos atores e como eles desenvolvem suas práticas, caso do presente estudo.

Diante das vastas possibilidades de se realizar pesquisas qualitativas, esta tese optou pelo caminho do *estudos de casos múltiplos*, dialogando com Goode e Hatt (1968), Merriam (1988), Yin (2001) e Godoy (2010), tendo em vista a necessidade de olhar a realidade social dos assentamentos na região, e buscando evidências que remetessem a ecologia política e a vida pública desses assentamentos.

Segundo Goode e Hatt (1968, p.422), “o estudo de caso é um meio de organizar os dados sociais preservando o caráter unitário do objeto social estudado; considera-se qualquer unidade social como um todo, seja uma pessoa, uma família ou um grupo social”; o que importa é reconhecer suas relações e difusos processos sociais - crises, compromissos,

amizades, silêncios e, até mesmo, elementos que compõem sua cultura. No nosso caso, tais unidades são os dois assentamentos pesquisados o Taquaral e o 72.

Fundamentado em Merriam (1988) e Godoy (2010), o nosso interesse está voltado muito mais para a descoberta e compreensão dos processos sociais em profundidade que ocorrem em torno dos assentamentos Taquaral e 72, do que inventariar e verificar hipóteses. Dito de outra forma, o estudo de caso aqui não é uma simples escolha metodológica; nem uma pesquisa qualitativa genérica, muito menos um estudo local/avaliativo de um determinado “contexto”. Busca-se, a partir da análise, promover uma interação entre as dimensões e escalas que compõem o fenômeno. Num primeiro momento trata-se de estudos de casos descritivos, onde é apresentando os dados obtidos durante o trabalho de campo, a partir das múltiplas fontes utilizadas. Mas também é indutivo, pois, no processo de coleta de dados, nos importa captar a experiência e as práticas dos atores. Por fim, é também interpretativo, afinal, a teorização emerge dos dados encontrados, ocasião que a postura etnográfica contribui com o estudo de caso para confrontar os dados encontrados, dialogando com as lacunas teóricas identificadas no momento da revisão da literatura (no capítulo 2).

Por isso, optamos por realizar o estudo de caso de forma múltipla, selecionando dois assentamentos rurais com objetivo de obter resultados mais robustos, e não com intuito de promover análises comparativas. Até porque, como será detalhado no capítulo 6, a ecologia política de Corumbá (Taquaral) e Ladário (72), e suas múltiplas formas de sociabilidade, permitem muito mais uma análise em conjunto do que comparativa.

Para a construção dos casos foi realizado um extenso trabalho de campo por meio de etnografia executada pelo pesquisador junto aos dois assentamentos, com será detalhado a seguir.

4.2.2 Caminho da pesquisa etnográfica e técnicas de coleta e análise de dados

Uma parte significativa das pesquisas nas ciências sociais vem sendo realizada através da etnografia, “estratégia global de pesquisa que implica não penas a adoção de um método, mas de uma postura epistemológica” (ANDION e SERVA, 2010, p.147), o que foi feito nesta tese, como definido anteriormente. Para Cefaï (2013a; b), a etnografia envolve uma sistematização de trabalho baseada em observação prolongada (contínua, ou fracionada: ir e vir), em determinado espaço público, (organizações ou comunidade) que permite ao

pesquisador ter acesso a informações densas, valiosas, fundamentadas em experiência de trabalho de campo.

Desde seu início, o trabalho etnográfico ficou cunhado como uma particularidade da antropologia, com destaque para as clássicas contribuições de Franz Boas e Bronislaw Malinowski. Para Malinowski (1978), é a partir do momento em que o pesquisador se envereda pelo campo e empreende uma observação direta do fenômeno que se terá a chance de conceber uma ciência em sua totalidade, decorrente de se observar a sociedade estudada no exercício de sua função, o que permite reconstituir as suas origens, entender a sua lógica de atuação e sua cultura. Todavia, sua compreensão ampliou e se disseminou por tantas disciplinas que acabou por envolver múltiplos focos de estudo.

Nesta tese, a etnografia foi realizada a partir das contribuições de Cefaï (2010; 2013a; 2013b) e do trabalho de Andion e Serva (2010), buscando ir além de uma descrição densa do fenômeno e também oferecer contribuições teóricas. Nesse sentido, a etnografia é uma alternativa de captar experiências, de ver além da fachada consensual, de transcender o particular e localizar as divergências, os compromissos, as interações, as negociações, a luta; enfim, tudo que penetre os significados construídos pelos atores. A seguir descrevemos os diferentes momentos da pesquisa etnográfica realizada nesta tese, evidenciando, para cada um deles, as técnicas de coleta e análise de dados utilizadas. Para tanto, buscou-se a articulação de variadas fontes de evidências no percurso com a triangulação e utilização de multimétodos de investigação (YIN, 2001; FLICK, 2009; CEFAI, 2012; 2013c).

a) Construção do campo temático e definição da situação problemática

O estudo teve início com uma **revisão sistemática e conceitual** sobre a inovação social rural, detalhada no apêndice A, que ocorreu entre 02 de outubro a 13 de dezembro de 2018, nas dependências da Udesc-Esag, paralelamente à disciplina Seminários de Tese. Foi realizada a partir das bases de dados *Spell*, *Scopus* e Capes Teses e Dissertações. Seguindo o processo de filtragem, todos os materiais selecionados foram lidos (de janeiro a março de 2019), obtendo à revisão conceitual de literatura (reconhecendo os autores mais citados, os trabalhos seminais), discutidas no capítulo 2.

Esse levantamento foi fundamental para a delimitação da problemática de pesquisa, para a elaboração das perguntas de partida, além de construir as premissas do estudo, o marco teórico e o enfoque analítico. Como colocado por Yin (2001), o referencial teórico também

deu sustentação e permitiu analisar os dados encontrados no momento empírico da tese, pois a revisão das pesquisas já realizadas permitiu reconhecer as lacunas, as metodologias já seguidas e os resultados obtidos.

b) Pesquisa exploratória e aproximação dos assentamentos

Findado a leitura dos materiais encontrados e elaborando o primeiro esboço do que viria a ser o projeto de qualificação, veio a iniciativa de voltar ao local onde aconteceria o trabalho de campo (Corumbá e Ladário), afinal, haviam passado dois anos desde a elaboração do pré-projeto de doutorado (ocasião em que conversamos com algumas famílias do 72) e este projeto já tinha sido significativamente alterado (como descrito no prólogo dessa tese).

Esse motivo, e inspirado no percurso metodológico de Dewey (1938a), nos levou a uma **primeira incursão ao campo** (de julho a agosto de 2019), antes da qualificação da tese, para realizar uma aproximação com a realidade pesquisada, o que contribuiu para transformar a situação indeterminada no início da pesquisa, numa situação problemática de investigação (DEWEY, 1938a).

Nossa chegada foi favorecida por ao mínimo duas razões. A primeira advém da realização da revisão sistemática, na qual encontramos estudos que buscaram resgatar de diferentes formas (educação, agrovilas e comercialização) a historicidade dos assentamentos de Corumbá e Ladário (SILVA, 2000; MENEGAT, 2009; CONCEIÇÃO, 2016, respectivamente). Isso permitiu identificar alguns atores, referências bibliográficas, além de reconhecer a ênfase, as lacunas não exploradas e os resultados obtidos. Outros trabalhos encontrados na revisão replicaram exaustivamente os resultados divulgados pelo Incra e/ou outros órgãos estaduais, motivo pelo qual, acabaram não sendo considerados para a realização do estudo, uma vez que já tínhamos acesso aos dados institucionais e, numa perspectiva da ação, fundada na experiência, buscamos “tornar visíveis as cenas comuns das atividades cotidianas e suas práticas sociais” (GARFINKEL, 2018, p.123), e não reproduzir, mais uma vez, discursos oficiais.

A segunda contribuição advém do apoio dado pelo Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica do Pantanal (Neap), sob coordenação do professor Edgar Costa que, após esse reencontro, nos convidou para participar das reuniões do Gaabe, das feiras no IFMS e na UFMS, além de ter indicado um contato inicial no assentamento Taquaral

(associação dos apicultores) e no 72 (APPRPA72). Em cada uma dessas associações foi possível apresentar a pesquisa e celebrar o acordo da participação, descritos na próxima seção.

O final desse momento foi a qualificação do projeto de tese, realizado em 30 de setembro de 2019.

c) Trabalho de campo etnográfico

Inicialmente, havia uma pretensão de realizarmos exclusivamente a observação participante, afinal, como diferenciado por Yin (2001), não queríamos ser apenas um observador de aparências, comportamentos e eventos (observação direta), mas assumir uma função dentro do caso estudado (observação participante). Como será detalhado na sequência, assumimos funções tanto no Taquaral quanto no 72 (de agosto a setembro de 2019). Porém, são poucas as atividades coletivas e, após a efetivação do acordo, de participarmos ativamente numa dada ação em cada assentamento, não tínhamos mais atividades para realizar de forma sistemática, o que nos fez migrar para a observação direta – feita, como colocado por Cefai (2013a), de forma contínua e fracionada: incluindo idas e vindas. **No geral, a observação (direta e participante) foi realizada de 5 de agosto de 2019 a 25 de fevereiro de 2020 (6 meses), totalizando aproximadamente 310 horas de observações, sendo interrompida pela pandemia da Covid-19.**

A **observação no assentamento 72** aconteceu de diferentes formas. Começou como participante, ocasião em que, uma vez por semana, dentro da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento 72, auxiliamos na parte administrativa (gestão de arquivos e controle). O material estava muito desorganizado e até com algumas traças. Levamos algumas pastas (arquivo) e elencamos o material por tipo (atas, relatórios financeiros, memorando, outros) e em ordem cronológica. Foram oito encontros (uma vez por semana, de agosto a setembro de 2019) que contou com apoio do presidente da associação e de sua esposa, sendo interrompido pela finalização do trabalho, e por não ter mais atividades a desempenhar.

Após essa finalização, iniciamos uma observação direta e participante junto ao Grupo de Agricultores Agroecológicos Bem Estar (Gaabe), cujo objetivo é promover a transição da produção agrícola para a produção orgânica em bases agroecológica. Essas reuniões eram compostas pelas 9 famílias participantes, representantes da UFMS, IFMS, Embrapa e Agraer. A participação foi assumida durante as reuniões por meio de apoio técnico. Ajudamos

levantando e compilando informações sobre “constituição e exigências sanitárias para uma associação manipular e comercializar alimentos” – um pequeno levantamento técnico sobre exigências e legislações necessárias, uma vez que o Gaabe tem interesse de começar a manipular alimento para vendê-lo ao PAA e ao Pnae (como mandioca e abóboras descascadas). Esse material foi entregue à coordenação do grupo. Já a observação direta acontecia nas próprias reuniões e em visitas técnicas que a equipe fazia pelas propriedades dos 9 participantes. No total, acompanhamos cinco reuniões e visitas mensais de agosto de 2019 a dezembro de 2019.

Ainda com relação aos produtores do Gaabe, semanalmente acompanhamos (observação direta) o projeto Feira de Produtos em Transição Agroecológica, onde os produtores comercializam a sua produção: às terças na UFMS e às quintas no IFMS. Ao total, foram 31 encontros de agosto a dezembro de 2019. Aqui foram observados, entre uma venda e outra, o funcionamento das feiras, a interação dos produtores com os responsáveis pelo projeto, com os consumidores, interação entre os produtores, e outros.

Devido a interrupção na observação participante, à baixa participação das famílias na APPRA do 72, e visando ter contato com grande parte dessas famílias, surgiu a alternativa de realizar uma incursão nas feiras livres de Ladário (ocorre todos os sábados pela manhã). Foram 4 visitas a esta feira onde conseguimos identificar 7 produtores do 72 que comercializam a sua produção nessas feiras, sensibilizá-los e, posteriormente e com agendamento, visitá-los em sua propriedade. Essas visitas ocorreram, em média, três vezes por família. Sendo que a última foi acompanhada da realização da entrevista

Destarte, estas foram algumas “portas de entrada” que, com o passar do tempo, nos direcionaram posteriormente à Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável – ambas de Ladário; ao Incra e à Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer) para dialogar com os diferentes personagens que se relacionam com o assentamento, de agosto de 2019 a fevereiro de 2019. Ao final do trabalho etnográfico, uma vez identificados, vários desses atores participaram das entrevistas, como será descrito a diante.

A **observação no assentamento Taquaral** também aconteceu de variadas formas. Iniciamos com a observação participante na Associação de Apicultores da Agricultura Familiar de Corumbá (AAAF), onde auxiliamos o tesoureiro no mapeamento dos custos/despesas da produção e da lucratividade referente ao período 2016-2017. Utilizamos planilhas de *Excel* que nos permitiu identificar um retrato financeiro e produtivo do período. Parte desses dados são apresentados nos capítulos 5 e 6. Isso ocorreu uma vez por semana (de

agosto a setembro de 2019, totalizando 7 encontros). Finalizado esse trabalho, e sem outras atividades para desempenhar, continuamos participando no AAAFC, de forma direta, de 05 reuniões do grupo (de outubro a dezembro de 2019), que nos permitiu compreender o atual momento da associação, seus desafios e dilemas, identificar os participantes atuais do grupo e ex-participantes. Vários deles participaram ou da entrevista ou como informantes.

Existem dois outros sindicatos no assentamento Taquaral. A Associação dos Produtores Rurais dos Assentamentos de Corumbá (Aprac), que é a representante geral desse grupo; e a Associação da União dos Produtores Rurais do Assentamento Taquaral (Auprat), que é uma articulação de todos os assentamentos da região. Entretanto, não há uma atividade diária e participativa dessas associações, impossibilitando qualquer forma de observação direta ou participante. Apenas realizamos entrevistas com os atuais presidentes de cada associação e tivemos contato com 2 ex-presidentes e 2 ex-secretários de ambas.

Isso nos levou, mais uma vez, a realizar uma incursão nas feiras livres de Corumbá, visando encontrar os produtores rurais desse assentamento. A ida às feiras de Corumbá e Ladário (todo mês de outubro de 2019) foi uma estratégia adotada, pois, durante a realização do mestrado (2014-2015), já tínhamos o conhecimento da presença de produtores rurais de assentamentos variados nessas feiras. Também já sabíamos em quais feiras poderíamos encontrar esses(as) produtores(as). No geral, as feiras de sexta e sábado em Corumbá são as que mais contam com produtores do Assentamento Taquaral. Já em Ladário, os produtores são encontrados na feira de sábado de manhã. O desafio é grande, pois, somente na feira de sexta têm 385 bancas, então, uma a uma fomos perguntando se o feirante era produtor do assentamento Taquaral. Quando afirmativo, apresentamos a pesquisa, sensibilizamos e pegamos contato do produtor (localização do lote, número do telefone) para que pudessemos agendar visitas. Alguns contatos foram difíceis, ocasião em que o produtor/feirante se recusou ou criou vários empecilhos para não participar da pesquisa. Outros foram mais abertos e acabaram participando do estudo.

Esse mapeamento levantado nas feiras foi cruzado com uma lista dos produtores rurais que participaram do PAA em 2019, cedida pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar. Ao excluir os repetidos, identificamos 58 produtores do assentamento Taquaral. Visitamos as propriedades de todos eles de outubro a fevereiro de 2019 e pudemos observar, dentre outros, os dilemas e os desafios que a falta de água e o calor ocasionaram a produção desse período. Nessas visitas realizamos algumas entrevistas, como descrito a seguir e percorremos as lavouras e observamos situações cotidianas enfrentadas pelos agricultores.

Tanto a incursão realizada no 72, quanto no Taquaral, além da análise documental realizada em ambas, nos levou a outros locais, como Secretaria Municipal de Educação de Corumbá; Incra; Embrapa; Pastoral da Terra; Agraer; cinco escolas municipais e uma da rede estadual. Em todos estes, foi possível aplicar técnicas da observação direta, proposta por Yin (2001), com objetivo de aumentar a confiabilidade das evidências e registrar o máximo de ocorrências que interessavam ao trabalho.

Até fevereiro de 2020, já estavam identificados os diferentes atores e coletivos que atuam junto aos assentamentos, assim como as principais dinâmicas de desenvolvimento da região. A estimativa era finalizar o trabalho de campo entre maio e junho de 2020. A partir daí, faltariam apenas a realização das entrevistas. Entretanto, em março de 2020, foi decretado o isolamento social em Corumbá por conta da disseminação da Covid-19. Nesse momento, a sugestão da Udesc e da prefeitura de Corumbá era para evitar concentração de pessoas e se recomendava o isolamento social. Todas as feiras livres foram fechadas. Durante o mês de março, seguimos essas orientações.

Percebendo que as cidades interioranas não eram afetadas pela Covid-19 naquele momento, como estavam os grandes centros e capitais, e inspirado nas sugestões de Miller (2020)⁹¹, pudemos definir quais entrevistas seriam realizadas de imediato, antes da disseminação da Covid-19 nessa região, principalmente da transmissão comunitária, cujo primeiro caso se registrou em 6 de abril. Também foi possível definir quais entrevistas poderíamos fazer depois, por vídeo-chamada, conforme descrito a seguir.

As **entrevistas realizadas foram semiestruturadas**, com objetivo de compreender “os significados que os entrevistados atribuem às questões e situações relativas ao tema de interesse” (GODOY, 2010; p.134). O apêndice C apresenta todos os roteiros elaborados para conduzir as entrevistas, um para cada grupo de ator. Quando necessário, outras perguntas foram inseridas, dependendo do desenrolar da conversa. No total, foram realizadas **67 entrevistas e 16 conversas informais** – pessoas que não passaram pelas entrevistas, mas foram pontes essenciais para nos conduzir a outras pessoas, ou informar situações conflituosas, como a conversa informal realizada com o ex-funcionário do Incra do estado.

Por conta da disseminação da Covid-19, as entrevistas aconteceram em dois momentos. Primeiro entre 6 a 30 de abril de 2020, com os produtores rurais nos assentamentos, uma vez que eles não possuem *internet* e, com o avanço da pandemia, isso seria muito difícil. Importante relatar que devido à pandemia, algumas famílias se recusaram a

⁹¹ Cf. Miller (2015) - Notas sobre a pandemia: como conduzir uma etnografia durante o isolamento social?

nos receber e realizar entrevistas, pois, naquele momento, o medo generalizado e o desconhecimento do que viria a ser a pandemia, levou alguns produtores a não participar da entrevista, mesmo está sendo feita em local aberto, com uso de máscara e distanciamento.

Nesse período, também foi realizado entrevistas com alguns *experts* (Incra, Agraer, Embrapa, Prefeitura, outros). Os demais, em razão do curto tempo e do avanço da pandemia, foram entrevistados via *web* ou telefone. Esse segundo momento das entrevistas foi realizado de 3 a 18 de setembro de 2020, via *Google Meet* e via telefone.

Com relação à identidade, “o etnógrafo precisa respeitar o anonimato e a confidencialidade dos seus dados, logo, deve proteger suas fontes” (CEFAI, 2010, p.6). Por isso, quando necessário, os atores serão chamados de E1/I1, para entrevistado/informante 1; E2/I2 para o segundo, e assim, de forma cardinal, aos demais. **O apêndice D apresenta a relação total dos entrevistados/informantes.**

Os dados obtidos nas entrevistas e na observação (participante e direta) foram complementados por meio de **levantamento documental**. A partir das classificações documentais propostas por Yin (2001), utilizamos nesta tese algumas cartas, memorandos e livros de atas do assentamento 72 e da Associação de Apicultores do Taquaral (AAAFC). Esse material, no total, formam um conjunto de **550 páginas de documentação**, nas quais se registram sua história, os *experts*, os principais problemas e engajamentos, conflitos internos, outros. Foram também analisados alguns documentos financeiros (que registram a produção e as vendas das associações) e dois tipos de relatórios técnicos. Um primeiro formado por documentos *on-line* – do IBGE, FAO, Incra, leis, decretos, estatutos e jornais (nacional e regional) que apresentam dados sobre a agricultura familiar, reforma agrária, Mato Grosso do Sul, Brasil, etc. O outro grupo é composto de relatórios técnicos produzidos no local. Boa parte deles são relatórios da Embrapa e algumas dissertações, apresentando resultados dos dois assentamentos.

De todo esse acervo, foi priorizado os materiais que trouxeram contribuição importante para responder aos objetivos desse estudo de caso. Cabe destacar, que a partir dos relatórios técnicos locais e, principalmente, dos materiais jornalísticos, o uso de imagens e vídeos também foi considerado, pois as ilustrações, presentes em matérias jornalísticas e documentários, permitem uma gama de investigações por parte do pesquisador (VOKS, 2012; BAUER e GASKELL, 2012). Por isso, algumas ilustrações são apresentadas em tamanho bem grande para que o leitor possa fazer sua análise. Todos esses materiais são referenciados no decorrer da tese e elencados na parte 8, após as referências bibliográficas, que traz todas essas fontes documentais (decretos, estatutos, legislações, relatórios e reportagens).

d) O registro no caderno de campo

A fase do registro foi realizada levando considerando as recomendações de Cefai (2010, 2013a; 2013b), que indica o *diário de campo* como um dos principais instrumentos do etnógrafo. Conforme esquematização proposta pelo autor, o diário foi utilizado em todo período de registro, a partir da descrição por escrito em duas colunas: na primeira, onde se anotam as observações realizadas; e, na segunda, onde se anotam as análises das observações realizadas na primeira parte. A fotografia, quando autorizado, também foi um recurso que ajudou a materializar um determinado evento ou discurso.

Quando não autorizado, ou dificultada (devido ao isolamento social causado pela pandemia), conseguimos obter fotografias públicas, grande parte delas disponíveis em redes sociais (de forma aberta, não privada). Além do diário de campo, em alguns momentos utilizamos gravador (via celular e depois transcrita para o diário) e roteiro de entrevistas (Apêndice C). Esse roteiro foi elaborado a partir de todos os questionamentos e inquietação que os próprios atores foram revelando no decorrer das observações empreendidas.

Outro registro realizado foi o banco de dados construídos a partir da digitalização das atas e demais documentos obtidos junto as duas associações; e do levantamento e arquivamento de documentos técnicos (decretos, estatutos, legislações, relatórios e reportagens).

A transcrição do diário de campo, das entrevistas, das passagens gravadas e observadas, e dos dados obtidos dos documentos aconteceu com auxílio do *Microsoft Office Excel*, onde, para cada registro foi adicionado um filtro; cada qual, relacionado a uma categoria de análise definida na tese (apresentadas no final do capítulo 3 - situações de prova, problema público, ação coletiva, dinâmicas territoriais formais e informais). Após essa compilação veio a análise e redação da tese.

e) Análise, apresentação dos resultados e escrita do texto

Essa é a fase do diálogo entre a metodologia e a epistemologia, de suma importância, pois, como expôs Clifford (2008, p.20), “o debate da ciência etnográfica não pode, em última análise, ser compreendido separado de um debate político epistemológico mais geral sobre a escrita e a representação da alteridade”.

Na fase da análise e elaboração dos resultados, de acordo com Cefaï (2010), o etnógrafo já não é aquele observador instalado na aldeia. Ele é um ator entre os atores. Observar é participar - está em cooperar com as atividades. Por isso essa etapa é crucial; afinal, o etnógrafo se transforma em um “tradutor de várias cenas públicas” (CEFAÏ, 2010, p.22), ou seja, dos atos e acontecimentos da vida pública. Ele não apenas populariza o conhecimento apreendido durante o campo. Ele viaja entre vários mundos, natural e o social, dos diferentes atores e reconhece a produção endógena da ordem social (QUÉRÉ e TERZI, 2015). Reconecta várias ações e, agora, diferentemente do passado, assume a problemática e se posiciona frente às circunstâncias e consequências; dá à luz aos atores, dialoga com vozes que lutam para serem ouvidas ou excluídas.

Sobre a transcrição dos dados, esta foi realizada semanalmente, após o fechamento do trabalho. Isso porque, buscamos ter o máximo de controle e refinamento obtido a partir do processo de reflexividade entre pesquisador/pesquisado. Essa análise integrada com a coleta de dados, aliás, permitiu que o trabalho caminhasse de forma reflexiva e não rígida, resultando nas estratégias adotadas diante dos desafios citados anteriormente.

A análise dos dados e a redação da tese ocorreu de maio de 2020 a maio de 2021 em Corumbá, e demandou as seguintes atividades: leitura do diário de campo, análise das fotografias, documentos obtidos e das observações realizadas e das entrevistas. Esse momento permitiu compreender as experiências e dinâmicas de desenvolvimento dos assentamentos e a definição das categorias analíticas, o que auxiliou a redação final e apresentação da tese.

O grande desafio dessa fase é repassar aos leitores tudo aquilo que percebemos no trabalho de campo. Então, a narração, a descrição e a interpretação - os resultados e a redação da tese em si, foram compiladas em torno das cenas públicas (5 cenas do Taquaral e 3 cenas do 72), e na análise das arenas públicas (3 no total), que compartilham atores diante de três problemas públicos (o acesso a água, assessoria técnica e mercado, efetivação da reforma agrária) – ambos inspirados na *configuração da experiência pública* (CEFAÏ e TERZI, 2012), discutida no capítulo 3.

A busca de um estilo e de uma forma para elaborar o texto é outro desafio. Sem a pretensão de ser um trabalho historiográfico, adotamos um olhar inspirado na historiografia para pensar na pluralidade de fontes disponíveis e nos cuidados com que se deverão analisá-las, principalmente as fontes orais, que circulam no universo da memória, do esquecimento e das reinterpretações. A redação do texto combinou uma descrição da história dos atores e da constituição em si dos assentamentos, considerando as principais mobilizações nesse percurso. Ademais, a nomenclatura das cenas públicas e de várias expressões que aparecem

no capítulo 5 e 6 representam uma tentativa do “pesquisador falar a mesma língua dos entrevistados” (ANDION e SERVA, 2010, p.160); de trazer os atores para dentro da tese, seja nessas expressões ou em transcrição de partes das suas falas/opiniões.

4.3 LIMITES E DESAFIOS DA PESQUISA

O doutorado, em si, é um grande desafio, período de muitas exigências, metas e provocações. Já o trabalho de campo foi uma tarefa complexa e repleta de adversidades. A seguir, são detalhados alguns desafios e limitações.

Como desafio, destacamos inicialmente, a imersão necessária no doutorado da Udesc-Esag e nos temas dessa tese, do desenvolvimento rural e da inovação social, que já dispõem de um debate científico amplo e interdisciplinar e que provém de origens distintas que precisavam ser “conectadas”. Religar tudo isso exigiu muita leitura, reflexão e pesquisa, para além do esforço normal de seguir as disciplinas e atividades do doutorado. Outro ponto desafiador foi adentrar no “mundo” do pragmatismo e da análise pragmática. Todo esse esforço demandou uma grande dedicação e envolveu momentos desafiadores, mas, considerados fundamentais para a formação de um pesquisador e para a construção desta tese. Um período árduo, mas que já deixa saudades!

Não menos desafiante foi o trabalho de campo. Como religar um grupo de atores que, num primeiro momento, parecem tão desconectados? O fato de ser professor universitário nesta região e ter a indicação do professor Edgar da Costa facilitaram algumas entradas. Mas já são tantas pesquisas, tantos anos de esperança, tantos conflitos, tanta desilusão, somada a um compreensível cansaço e uma falta de interesse que, em grande parte, esses produtores se fecham, receiam, ou já estão cansados de participar de mais uma pesquisa, de mais uma entrevista. As primeiras reuniões eram marcadas, mas acabavam não acontecendo. Havia algum encontro dos produtores com representantes políticos, que um dado produtor(a) ficou de te avisar, e você não foi lembrado.

Um aspecto a destacar, no contato com os atores, é o da sensibilização, tarefa que exigiu paciência e respeito. A começar pela realização de algumas atividades, como arrumar as pastas dos arquivos, sentar, ouvir uma história antiga, tomar tereré e café debaixo da árvore, ao calor de quase 40°C, enquanto se espanta alguns mosquitos. Conversas entremeadas de boas risadas e angústias que precisavam ser ouvidas. Assim foi o processo de

entrada. Desafiante, mas humano. Rende frutos que forma o ser humano e ultrapassam qualquer objetivação da tese. Superado o desafio, o campo se abre e a pesquisa decola.

Já no caso das limitações, a primeira foi a respeito da escolha do assentamento e da quantidade de famílias. Inicialmente, foram definidos o assentamento 72 (85 famílias) e o Urucum (87 famílias). O motivo da escolha deste segundo foi, justamente, a quantidade de famílias, o que favoreceria uma maior incursão no campo. Outros, como o Taquaral, possuem muitas famílias (394), tornando a pesquisa desafiante e limitadora, por não se conseguir abarcar grande parte do grupo, principalmente por serem raras as atividades coletivas. Afora que não dá para captar todas as experiências e dinâmicas (formais e informais). Há ocorrências, passagens e trajetórias que, com certeza, acabam ficando de fora devido à complexidade da pesquisa.

Mais um agravante. Como já informado, o Urucum estava quase esvaziado, pois suas terras foram prejudicadas pelo desastre ambiental da Vale, o que levou muitos produtores a começarem a vender a propriedade para a mineradora. Isso levou alguns dos produtores, e até pesquisadores, a recomendar a substituição do assentamento por outro, dada a quase impossibilidade de realizar o trabalho com este grupo. Daí é que surgiu a ideia de incluir o Assentamento Taquaral, com suas 394 famílias, o que demandou idealizar o percurso descrito na metodologia, para atingir o máximo possível de produtores. O motivo dessa escolha é que o Taquaral foi apontado como o que tem a maior produção agrícola, e reconhecido como o mais mobilizado politicamente. Além do mais, as duas experiências de produção sustentáveis da região estão no Taquaral (mel) e 72 (transição agroecológica). A limitação, então, surge da falta de atividades coletivas e da impossibilidade de abarcar um grande número de famílias na pesquisa.

Outra limitação foi a própria Covid-19. Em fevereiro de 2020, após o carnaval, havia uma pretensão de participação mais ativa com os atores, acompanhando reuniões que haveria com políticos locais (questionando sua participação e críticas à ausência de atuação ou intervenção do poder local); auxílio na elaboração e emissão de cartas (solicitando explicações sobre projetos paralisados, já dotados de verba); acompanhamento das eleições para presidente da associação. Afora estas providências, tudo precisou ser paralisado por conta da pandemia, resultando na finalização da pesquisa de campo.

4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: SÍNTESE DO POSICIONAMENTO EPISTEMOLÓGICO E DO QUADRO METODOLÓGICO DA TESE

De forma a recuperar os principais aspectos abordados nesse capítulo é apresentada uma síntese da relação entre a ontologia, a epistemologia, a metodologia e teorias que subsidiam a realização dessa tese no Quadro 8. Já no Quadro 9 é apresentado a síntese da metodologia e o desenho de pesquisa.

Quadro 8 - A relação entre ontologia, epistemologia, metodologia e a teoria da tese

ONTOLOGIA Indica como o pesquisador percebe o real e as ações que existem. Através da materialidade é possível entender a realidade como algo subjetivo ou percepções. É a interface entre as coisas que existem e a percepção humana.	A realidade é acessível através da ação dos atores, que se circunscreve no real, nas práticas, como a materialização de um evento. Nesse entendimento, o estudo das práticas sociais e de suas normas foi operado no decorrer da tese para reconhecer as dinâmicas dos assentamentos. Essa realidade também se apresenta como subjetiva, através de representações simbólicas, imaginárias que possibilitam ao ator a capacidade de refletir sobre uma dada causa. Aqui é importante captar como o ser humano se relaciona com a realidade. É preciso reconhecer a reflexividade dos sujeitos. Assim, a influência da religião, de ser uma família do campo e sem terra, tudo isso, permitiu acessar as práticas, compreender a ação dos sujeitos a partir da teoria da verdade - indutiva e experimental - produzida no cotidiano e reconhecida a partir das últimas instâncias dos seus efeitos. Esse entendimento se amplia devido ao conceito de ator-rede (LATOUR, 2012), associações entre humanos e não humanos – por expor muito mais que todas as linguagens e os discursos dos atores. Expõe a sua efetiva ação prática e dependência recíproca.
EPISTEMOLOGIA Indica como ocorre a produção do conhecimento e de sua validade.	Acompanhar, retrair e “seguir” as operações empreendidas pelos próprios atores envolvidos com o fenômeno sociais, entendidos enquanto problemas (LATOUR, 2012). Para tanto, a tese parte da influência da filosofia pragmática (DEWEY, 1927, 1939), que reverbera na ênfase das práticas do fazer científico nas ciências sociais (LATOUR, 2012), até a retomada das contribuições do pragmatismo e da sociologia pragmática contemporâneos (CEFAI e TERZI, 2012).
METODOLOGIA Estratégias e instrumentos para acessar a realidade - os meios de fazer Ciência.	Foco na interobjetivação (ZASK, 2004) para descrever e interpretar as práticas e realidade como ela nos aparece. Para isso, o estudo de caso múltiplo e etnográfico surge como uma estratégia metodológica de pesquisa, construída a partir do espírito pragmatista (CEFAI, 2010), objetivando entender como o desenvolvimento nos assentamentos rurais ocorre enfatizando o enfoque da socioantropologia do desenvolvimento (OLIVIER DE SARDAN, 1995).
RELAÇÃO SUJEITO - OBJETO É a articulação entre a ideia e a ação; a teoria e a prática. Materializa a constituição da realidade social.	A natureza das ações indica que o ator nunca age sozinho. Também indica que os objetos são entes que participam das interações, e essa interação (associação) é bem maior do que imaginamos. Logo, os objetos não devem ser dissociados. O que nos motivou a analisar as “constelações de ações”, acontecimentos e memórias executadas ou suportadas pelos atores, como em um “espiral” de múltiplas influências e que ultrapassa gerações (PEIRCE, 1989; KOSELLECK, 2014). Ou seja, foram constantes ir e vir aos universos do eu (pesquisador – objetivo da pesquisa) e do outro (pesquisado – realidade vivida e atual e pretérita).
TEORIA É um conjunto de enunciado sobre a realidade; o pressuposto da verdade.	A teoria é um instrumento que auxilia o pragmatista ir a campo e acessar o real (JAMES, 1974). Não é um modelo para explicar o fenômeno. É uma ferramenta de investigação para entender o problema em análise. O trabalho etnográfico aqui realizado não é só um método para descrição - a teorização emerge ao final da tese, dialogando, principalmente, com as lacunas sobre inovação social rural, com os estudos em torno de assentamentos e do desenvolvimento rural.

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado nos autores referenciados no quadro.

Quadro 9 – Síntese da metodologia e desenho de pesquisa

Abordagem	Desenho	Triangulação das Fontes	Coleta de dados / local	Registro	Modos de análise	Resultados Práticos da Ação
Pesquisa Qualitativa	Estudo de Caso múltiplos	Revisão sistemática e conceitual	Base de dados; Biblioteca da Udesc e UFSC; Acervo da orientadora e próprio; Requerimento junto a pesquisadores.	Digitalização das atas e demais documentos obtidos junto as duas associações	Inspirado na historiografia (frente a pluralidade de fontes disponíveis e nos cuidados com que se deverão analisá-las)	Inovação social rural em termos de territorialidade e da sustentabilidade, para então avaliar como as experiências e práticas dos assentamentos rurais geram consequências para o desenvolvimento rural
		Levantamento Documental	- Cartas, documentos financeiros, memorandos e livros de atas do assentamento 72 e da AAAFC; - Relatórios técnicos (do IBGE, FAO, Incra, leis, decretos, estatutos, jornais nacional e regional, dissertações de mestrados ou relatórios da Embrapa); - Imagens e vídeos.	Levantamento e arquivamento de documentos técnico, dos documentos teóricos	Operacionalizada a partir da experiência pública e da socioantropologia, em 4 momentos:	
	Postura Etnográfica	Observação direta e participante	Assentamento 72 (sede da associação e sítios dos produtores); Gaabe (sítio dos participantes); AAAFC (sede da associação); Diversos sítios no Taquaral;	Diário de Campo; Observação Participante e direta; Registro fotográfico; Realização de entrevistas; Conversas informais; Participação em reuniões.	- A experiência pública é prenunciada (situações de prova)	
		Entrevistas semiestruturadas	Feira de Produtos em Transição Agroecológica (UFMS e IFMS); Feira livre de Corumbá (sexta e domingo); Feira livre de Ladário (sábado); Ladário: Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável, Agraer; Corumbá: Secretaria Especial de Agricultura Familiar, Secretaria Municipal de Educação de Corumbá; Agraer; cinco escolas municipais e uma da rede estadual; Outros: Incra e Embrapa; Pastoral.		- Configuração da experiência pública (problema público) - Operacionalizada dentro de diferentes arenas públicas (ação coletiva) - Novas ruralidades (dinâmicas territoriais formais e informais)	

Fonte: Elaborado pelo autor

5. O AGRO É POP? DINÂMICAS E DILEMAS DO DESENVOLVIMENTO RURAL EM MATO GROSSO DO SUL

Como está constituída a ecologia política do Mato Grosso do Sul? Neste cenário, qual é o lugar da agricultura familiar e, mais especificamente, dos assentamentos rurais da reforma agrária nesta ecologia? Quais os desafios, o que facilita ou dificulta essas atividades?

Para responder as primeiras perguntas colocadas por esta tese esse capítulo inicia levantando e analisando a trajetória de desenvolvimento do Mato Grosso do Sul, especialmente relacionado à questão da terra e o desenvolvimento rural, a partir do levantamento bibliográfico, documental e da mídia, a fim de compreender como esta ecologia política influencia o desenvolvimento da agricultura familiar nos assentamentos rurais da reforma agrária analisados. Nesse sentido, busca-se atender o objetivo específico um da tese e, conforme evidenciado nas considerações finais deste capítulo, levantar os principais desafios e situações problemáticas às quais os (as) agricultores (as) familiares do Taquaral e 72 vivenciam e enfrentam.

5.1 ECOLOGIA POLÍTICA DE MATO GROSSO DO SUL: TRAJETÓRIAS E DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Reconstituir a trajetória e recuperar a ecologia política de Mato Grosso do Sul não é de fato uma tarefa fácil. Veremos que as narrativas sobre essa trajetória foram construídas a partir de diferentes vias e discursos, nem sempre consoantes, como os da cultura popular, dos militares (no período do regime militar), e só nas últimas décadas vem suscitando o interesse de pesquisadores, historiadores regionais em sua grande maioria, o que permitiu desmistificar diversos discursos e localizarmos o cerne do foco desenvolvimentista principal do estado, as políticas de apoio e fomento à produção de *commodities*.

Estudar o desenvolvimento do Mato Grosso do Sul implica, inicialmente, reconhecer a história da divisão do antigo estado de Mato Grosso em duas unidades federativas: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Afinal, como apresenta Marisa Bittar (2009), desde sua constituição, as duas porções do estado cresceram separadas.

Segundo Bittar (1999), as primeiras ocupações efetivas no antigo Mato Grosso se deram por Cuiabá (sua capital até hoje), com a descoberta do ouro em 1718. Já na região sul do estado, o povoamento de grupos não-índios, ocorrera somente no final do século XIX, por influência principal da pecuária bovina, ocasião na qual chegaram os primeiros imigrantes

oriundos do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais (BITTAR, 1999). Nesse tempo, a insatisfação por parte da população sulista em relação a gestão pública conduzida por Mato Grosso (que se concentrava na área urbana da esfera norte) era colossal. Baseado em Bittar (1999; 2009) e Queiroz (2006), quatro fatores podem ser citados nesse sentido.

i) O isolamento geográfico e a distância da capital Cuiabá: a capital mato-grossense só se comunicava com a porção sul por via fluvial, através dos rios Paraguai e Cuiabá, com escala na cidade de Corumbá (sul). Por isso Corumbá tem inúmeras semelhanças e vínculos culturais com Cuiabá. Em 1914, a ferrovia Noroeste do Brasil (que se estendia de Bauru/SP até Corumbá, e de lá, já no lado boliviano, ia até Santa Cruz) chegou ao sul do estado, fazendo de Campo Grande sua estação central. A população de Cuiabá precisava descer até o Porto Esperança (Corumbá) para se comunicar com os grandes centros. Campo Grande, por sua vez, se comunicava mais rápido, via férrea, com São Paulo e Rio de Janeiro. Soma-se a isto, a pavimentação da estrada que liga Campo Grande a São Paulo (1970, atual BR-262), surgindo antes mesmo da comunicação rodoviária com Cuiabá (atual BR-163).

ii) Aspectos culturais: Com exceção de Corumbá, as demais cidades da porção sul não apresentavam muitas semelhanças com as cidades do norte. Isso se explica em razão da porção norte ter mais afinidade com a Amazônia, enquanto o sul era mais influenciado por São Paulo, Rio Grande do Sul e pelo Paraguai;

iii) Crescimento da cidade de Campo Grande: a ferrovia Noroeste impulsionou o seu crescimento, que já vinha em expansão desde o final da Guerra do Paraguai (1864-1870), a partir do momento em que soldados que lutaram na guerra passaram a morar nessa região, dedicando-se à agricultura pecuarista ou à extração da erva-mate. A transferência do Comando Militar de Corumbá para Campo Grande e sua posição geográfica, que funcionava como entreposto para escoamento do gado de corte, também motivaram sua expansão.

iv) O surgimento do movimento divisionista: inicialmente, os primeiros movimentos representavam *causas separatistas*, ou seja, líderes sulistas contra líderes nortistas lutavam por seus interesses, principalmente em relação a terras destinadas à pecuária, à erva-mate, ao ciclo da mineração (que tão logo entrou em decadência no norte), ou quando, em 1889, representantes políticos corumbaenses divulgaram um manifesto requerendo a transferência da capital de Mato Grosso para Corumbá.

Somente em 1932 foi criada a *Liga Sul-Mato-grossense*, divisionista, que, de início, cogitou a transferência da capital para Campo Grande. Contudo, isso não resolveria o problema, já que um dos polos permaneceria isolado. O movimento amadureceu em função de

dois fatores: a superioridade econômica do Sul e sua baixa representação política (QUEIROZ, 2006).

Bittar (1999) relata que os panfletos divisionistas, espalhados pelas cidades do sul, buscavam conquistar mais adeptos e lembravam a população pelo *slogan*: *Sabe-se que existe Mato Grosso pelo talão de imposto*. Recebendo influências do *Movimento Constitucionalista* de São Paulo (1932), bem como seu apoio, essa liga criou o *Estado de Maracaju*, que resistiu apenas 4 meses (de julho a outubro de 1932), caindo junto com os constitucionalistas na capital paulista.

Como colocado por Queiroz (2006), a literatura sobre este momento da história sul-mato-grossense é delicada, afinal, os estudos regionais foram sendo produzidos com uma espetacular invenção histórica, objetivando valorizar os eventos ligados ao movimento divisionista. Resguardado esse cuidado, e inspirado em Bittar (1999; 2009) e Queiroz (2006), alguns momentos anteriores aos da divisão podem ser destacados.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o governo Vargas criou o *Território Federal de Ponta Porã*, constituído por sete cidades da porção sul (Bela Vista, Dourados, Maracaju, Miranda, Nioaque, Porto Murtinho e a capital Ponta Porã), sob a justificativa da antiga Guerra do Paraguai, e alusão a ela, além do receio de o Brasil ser invadido por aquela região. Em 1946, foi decretado o fim deste território, reintegrado a Mato Grosso.

Em 1934, foi criado o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que, em seu início (1936), realizou diversos estudos que pretendiam contribuir com o reajustamento do quadro político-territorial por diversos meios, como ocupação efetiva do território, sua divisão racional e identificação da localização adequada para a capital da República. Naquele período, Vargas recusou todas as tentativas de divisão do estado de Mato Grosso.

Em 1949, a Escola Superior de Guerra (ESG) elaborou diversos trabalhos geopolíticos no Brasil; dentre eles, a análise sobre a separação de Mato Grosso e subsequente criação de um novo estado. O Golpe de 1964 foi apoiado tanto pelos representantes do norte, quanto pelos do sul. Mas, no início da Ditadura Militar, o foco eram o “arrocho salarial” e a “repressão política”, ficando a divisão do estado sem espaço na agenda. Somente na gestão de Geisel, que participou da ESG, o assunto foi retomado e, pela primeira vez, a pauta conseguiu se inscrever na agenda política do governo federal.

Em 1975, foi realizado simultaneamente nas cidades de Cuiabá e Campo Grande o *1º Ciclo de Estudos sobre Segurança e Desenvolvimento*. Após esse encontro, o alto escalão do Exército e os representantes da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) efetivaram as medidas para a divisão do estado. Ali também ficou definido seu

nome, acrescentando-se-lhe simplesmente o adjetivo “do Sul”, visto que, historicamente, o estado sempre esteve dividido entre norte e sul.

Após esse evento e com vistas a agilizar o trâmite divisionista, a Liga Sul-Mato-Grossense elaborou uma estratégia de conflito entre representantes cuiabanos e campo-grandenses. Uma vez noticiados, estes conflitos chegariam a Geisel, que aceleraria o processo.

Assim, em 11 de outubro de 1977, Ernesto Geisel sancionou a Lei Complementar nº 31 que criou o estado de Mato Grosso do Sul. As eleições foram marcadas para 1978, e o primeiro governo foi oficialmente instituído em 1º de janeiro de 1979.

Uma vez constituído, e sob o *slogan* de *estado modelo*, Mato Grosso do Sul tão logo se viu numa crise política acirrada para o cargo de primeiro governador. Como categorizou a Bittar (2009, p.10), “o estado já nasceu em crise e dividido”.

Isso porque todo o discurso do ideário divisionista, que era de projetar um estado para os Sul-mato-grossenses, foi se tornando utópico, pois entre o discurso e a prática havia um abismo muito grande. Fato este que, para um estado jovem (que completará 44 anos em 2021), provoca considerável impacto.

Essa divisão apressada gera, presentemente, diversas consequências. É muito comum os habitantes do estado não conhecerem a sua própria história; ou não terem visitado o Pantanal ou a cidade de Bonito, dois grandes epicentros turísticos da região. Destaca-se também que algumas cidades não exploram sua identidade. Isto pode ser explicado, em parte, pelo fato da história regional, as identidades e a cultura local serem pouco tratadas pelas escolas locais já há alguns anos⁹². Com isso, o estado segue sem que os estudantes se reconheçam pertencentes a este local, ou seja, as identidades locais são pouco discutidas e valorizadas, o que gera efeitos no sentimento de pertencimento ao território e no seu fortalecimento.

Também é comum encontrar grandes grupos rivais entre Campo Grande e Cuiabá nas redes sociais, e até mesmo entre Campo Grande e Corumbá. Soma-se a isto o fato de o foco das políticas de “desenvolvimento” (que mais tem a ver com crescimento econômico) seja em grande medida voltada para o *agrobusiness*. Temos, então, um crescimento concentrador que, apesar de gerar altas cifras, pouco é redistribuído em um desenvolvimento sustentado e equitativo por todo o estado. Esse aspecto, amplamente discutido no capítulo 2 dessa tese, faz

⁹² Essa afirmativa vem sendo constada pelo autor da tese ao longo de diferentes pesquisas, empreendidas desde 2014, quando se verificou, com professores e alunos, que as escolas não abordavam a história regional, nem a cultura local. Recentemente, legislações do governo do estado preveem, que a partir de 2021, este conteúdo volte para o currículo da educação básica. Cf. Santo, 2020.

com que Mato Grosso do Sul seja reconhecido no Brasil e no exterior como um estado de expansão agrícola no qual as práticas do modelo do “agro é pop” tenham uma enorme expressão não apenas na dimensão econômica, mas também política, social e cultural.

Para se ter uma dimensão disso, os quatro primeiros governadores ficaram no poder, respectivamente, 5 meses; 17 dias; 1 ano; 10 dias. Somente a partir do quinto nome (Pedro Pedrossian) é que passaram a ficar todo período do mandato. Até o momento, o estado já teve 11 governadores⁹³. Todos concorreram à reeleição e foram reeleitos. Destes, 10 tem vínculo com o agronegócio. O único que não possuía vínculo quando da sua entrada (Zeca do PT - 1999-2007), tornou-se produtor durante o mandato. Como apontado por Queiroz (2006), quase todos passaram por escândalos de corrupção, desvios de dinheiro e manobras para favorecer o setor.

Referente às primeiras políticas e programas de desenvolvimento, focando na região de Mato Grosso e atual Mato Grosso do Sul, todas as ações visavam a povoar e a desenvolver economicamente a região, numa perspectiva extrativista. A partir dos trabalhos de Abreu (2001), Pavão (2005) e Santos e Missio (2019), atualizando com os dados disponibilizados pelo IBGE, Famasul, Mapa, Receita Federal, Ibama, Conab e jornais locais, descrevemos os desdobramentos de tais políticas a seguir.

Inicialmente, o foco era a conquista territorial e a exploração econômica feita pelos bandeirantes. As expedições buscavam ouro e diamante, expandir e proteger o território, além de escravizar os índios. Os metais preciosos foram encontrados na porção Norte. Já as populações indígenas estavam em todo espaço e, como em todo Brasil, sofreram diversos ataques. Atualmente, conforme dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI/MS-2020) e do Museu da Cultura Dom Bosco (2020), o estado possui uma população indígena de 80.459 habitantes, presentes em 29 municípios, distribuídos em oito etnias (*atikum, guarani kaiowá, guarani ñandeva, guató, kadiwéu, kiniquinau, ofaié, terena*). Já a expansão das fronteiras foi garantida com a construção e o povoamento de cidades e fortificações, caso do Forte de Corumbá (1778), do Forte Coimbra (1775) e do Forte de Miranda (1797). Com a decadência do ciclo do ouro, a pecuária e a extração da erva-mate ganharam destaque e rivalidade.

Em sua dissertação de mestrado, Pavão (2015) relata que em 1882 foi concedida a área para colheita e exploração da erva-mate a um grupo de produtores argentinos. O crescimento da atividade e a modernização da produção culminou com o surgimento da Companhia Matte-

⁹³ Cf. Governo do Estado de MS (2020)

Laranjeira (1892). Atuando em terras brasileiras, e com mão de obra paraguaia, os produtores exploravam terras no sul do estado, na fronteira com o Paraguai e com o Paraná, fato este que gerava inquietações junto aos pecuaristas, gaúchos em sua maioria.

No início do governo Vargas (1937), a disputa pelas terras gerou inúmeros conflitos entre a Companhia, os trabalhadores rurais e os posseiros, que eram expulsos da terra para que a Companhia colhesse os ervais. Segundo Pavão (2015), o conflito aumentou, ganhado apoio político (estadual e federal) e da mídia local, setores interessados na quebra do monopólio da Matte-Laranjeira. Diversos artifícios e medidas políticas foram realizados para isto. Um deles, foi a criação do estado de Ponta Porã, região que continha grandes quantidade dos ervais colhidos pela Companhia. A região, uma vez federalizada, contribuiu para que a Companhia perdesse o monopólio e fosse entrando em decadência. Depois disso, a principal atividade econômica foi a pecuária.

Essa ação, executada durante o governo Vargas, fazia parte de um programa mais amplo, denominado *Marcha para o Oeste*, que constituiu numa série de planos governamentais que visavam desenvolver tanto o Norte, quanto a região Centro-Oeste e a faixa de fronteira Sul do Brasil.

Além dessa ação, ocorre o desmonte de alguns dos grandes latifúndios em favor de pequenos produtores rurais pobres, para que desenvolvessem plantios em pequenos lotes. Abreu (2001), destaca que nesse período que são promovidos os programas de “colonização” em todo Brasil, como uma forma de povoar o campo e promover a “modernização agrícola”, atribuindo aos pequenos agricultores o estereótipo de “colonos”.

Um desses projetos foi a *Colônia Agrícola de Dourados* (1948), onde foram distribuídos 6.500 lotes de terras a diferentes colonos, vindos de várias partes do Brasil. Pavão (2015), relata que o projeto foi um fracasso, pois o objetivo era a fixação do homem na terra. Sem apoio do governo, os colonos se endividaram, precisaram vender os lotes para tentar voltar à sua terra natal. Muitos não conseguiram, do que resultou uma ocupação desordenada. Nas décadas seguintes, estes seriam os primeiros grupos de famílias assentadas na porção sul do MS. Percebe-se aqui que o “projeto desenvolvimentista” gera como consequência mais exclusão e empobrecimento dos agricultores familiares então denominados “colonos” e que depois se tornariam “assentados”.

De 1970 a 1980, Abreu (2001) indica que o governo federal, através da Sudeco, buscou mais uma vez o crescimento e a integração da região através da expansão da fronteira agrícola. As principais propostas foram o Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados (Prodegran); Programa de Desenvolvimento das áreas do Cerrado (Polocentro) e o Programa

de Desenvolvimento do Pantanal (Prodepan). Em comum, todos priorizavam o desenvolvimento da agricultura e da pecuária em Mato Grosso do Sul, através da criação de estradas, pontes, armazéns, frigoríficos, entre outros, numa perspectiva de favorecimento da infraestrutura para “modernização agrícola”.

Em 1988, com a promulgação da Constituição, surgiu a Repartição das Receitas Tributárias (Seção VI), cujo artigo 159 indica que a União entrega aos estados e municípios os fundos de participação, além de 3% especificamente às regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste (BRASIL, 1988).

Segundo Santos e Missio (2019), na década de 1990, o foco econômico ainda era, sobretudo, a atividade pecuária. Entretanto, outros setores do agronegócio começaram a ganhar espaço, como o cultivo da soja, do milho e da cana-de-açúcar. No geral, a partir do trabalho dos autores e de Abreu (2001), três grandes ações marcaram o desenvolvimento do estado nesse período.

Primeiro, a *privatização da ferrovia Noroeste do Brasil* (1996, para a Ferrovia Novoeste, administrada, desde 2006, pela América Latina Logística - ALL).

Segundo, o *gasoduto Brasil-Bolívia* - projeto firmado em 1993 e lançado em 1999, que atualmente conta com 3.150 km de extensão de gás natural encanado. Com início em Santa Cruz, o gasoduto percorre 557 km na Bolívia até chegar em Corumbá/Brasil, onde segue por mais 2.593 km, passando por 136 municípios. De 2000 a 2019, ele representou 30% de toda arrecadação tributária do estado.

Terceiro, a *guerra fiscal entre os estados brasileiros*, que lançou uma estratégia peculiar para cada localidade, de reduzir ou anular tributos, além de outros atrativos, para atrair grandes indústrias. Nisso surgiu o polo industrial de Três Lagoas (cidade divisa com São Paulo) que conta com grandes companhias, como Petrobras, Votorantim, Florestal Brasil, para citar alguns.

Hoje, MS possui uma área territorial de 357.145,534 km², onde vive uma população estimada em 2.809.394 (IBGE, 2018), distribuídas em 79 municípios. O estado faz divisa com Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná e também com o Paraguai e Bolívia (Figura 13).

Figura 13 - Mesorregiões do Mato Grosso do Sul (planejamento e desenvolvimento)



Fonte: Adaptado, Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, 2015, p.18

Dentro dessa unidade, o governo de Mato Grosso do Sul organiza seu espaço geográfico com relação ao planejamento e ao desenvolvimento econômico, a partir de nove mesorregiões, em cada uma delas são desdobradas ações do governo com vistas a desenvolver as potencialidades da região, como discutido na sequência.

Somam-se a estas nove regiões cinco polos industriais (sinalizados na Figura 13 por triângulos), constituídos de acordo com os ideais⁹⁴ de Perroux (1967), com a implantação e o crescimento das indústrias, no sentido do aproveitamento das potencialidades da região. Nesse caso, destaca-se o aproveitamento da navegabilidade da hidrovia Tietê-Paraná, a proximidade das florestas de eucalipto e os benefícios fiscais concedidos. As principais atividades desses polos se conformam às características de cada cidade são: em Três Lagoas, papel e celulose, química, fertilizantes, alimentos, agroindústria frigorífica e laticínios entre outras; em Campo Grande, principalmente agroindústria frigorífica e laticínios, os alimentos, a indústria têxtil e de confecções; em Ponta Porã, a tecnologia, as *startups* e empresas de inovação; em Dourados a agroindústria frigorífica e laticínios, açúcar e álcool, alimentos, têxteis e confecções, e outras mais; em Corumbá, minério de ferro, manganês, calcário, produção de ferro gusa e pecuária (GOVERNO DO ESTADO DE MS, 2015; FAMASUL, 2019).

⁹⁴ Apresentado no Apêndice B.

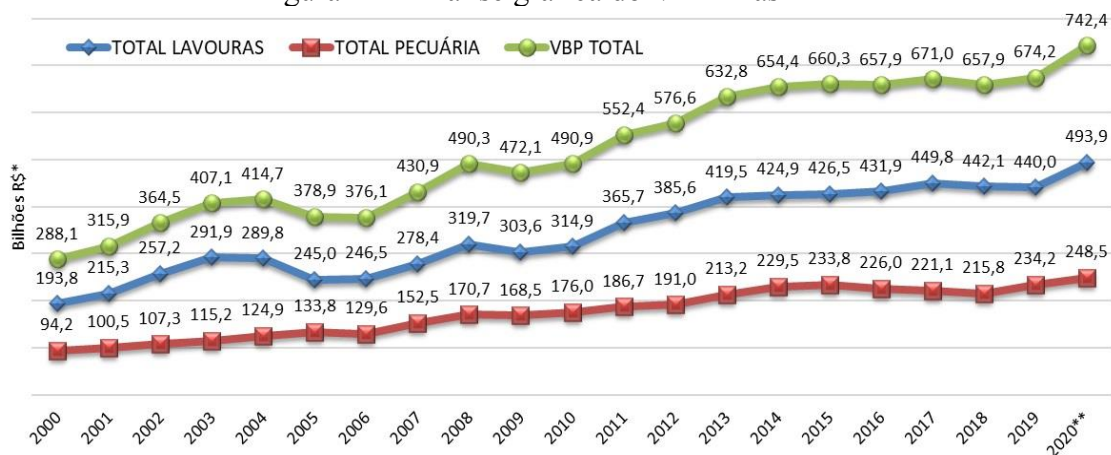
Identificando e analisando as *dinâmicas territoriais*, na esfera econômica, segundo o IBGE (2017), o PIB brasileiro foi R\$ 7,3 trilhões, sendo o PIB-MS R\$ 96.372 bilhões em 2017. O estado informou, no fechamento de 2019, que, apesar da crise, o PIB-MS cresceu, fechando o ano com R\$ 109,6 bilhões, dos quais, R\$ 33,2 bilhões procedentes do agronegócio (destes, R\$ 21 bilhões gerados pelas lavouras e R\$ 12,2 bilhões pela pecuária). O setor industrial fechou o ano com faturamento de R\$ 21,7 bilhões.

A construção civil, vindo de profunda recessão, fechou com leve alta (R\$ 3,20 bilhões). Os dados do setor de comércio e serviços de 2019 não foram divulgados, apenas os de 2017, momento em que o setor faturou R\$ 39 bilhões. O mesmo aconteceu com as Atividades Características do Turismo (ACT)⁹⁵, que em 2017, geraram R\$ 96.372 milhões (SINDUSCONMS, 2019).

Focalizando especificamente no agronegócio, principal dinâmica econômica da região, este setor engloba diferentes atividades por todo estado, ligadas à lavoura ou à pecuária. São elas: bovinocultura de corte; grãos; psicultura; cana-de-açúcar; equideocultura; bovinocultura de leite; avicultura; olericultura; ovinocultura; apicultura; suinocultura; florestas plantadas; fruticultura; floricultura; cotonicultura (algodão/têxtil); couro bovino (calçados); mandiocultura (FAMASUL, 2019; MAPA, 2020).

Entre 2011-2019, o valor bruto da produção (VBP), que quantifica a evolução do desempenho das lavouras e da pecuária ao longo do ano, cresceu de R\$ 23,9 bilhões para R\$ 36,1 bilhões no estado. Esses dados são demonstrados a seguir, no Quadro 10 e na Figura 14, que também apresentam os primeiros dados de 2020. A se observar que o VBP do Brasil continuará fechando em alta, faturando, no mínimo, R\$ 70 milhões a mais que 2019.

Figura 14 - Análise gráfica do VBP Brasil



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2020

⁹⁵ Em ACT, entram atividades ligadas a serviços de alojamento, alimentação, transporte ferroviário, rodoviário, aquaviário, aéreo; equipamentos de transporte; agências e organizadores de viagens; atividades culturais, desportivas e recreativas.

Quadro 10 - Evolução do VBP da agropecuária em Mato Grosso do Sul

LAVOURAS (em Kg)	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Algodão herbáceo	625.384.997	798.191.965	649.301.230	638.692.656	568.085.609	490.012.631	907.227.161	1.127.845.517	1.056.927.477	890.613.603
Amendoim	3.273.846	3.536.438	1.978.350	6.750.870	2.205.892	-	17.572.351	15.436.850	17.919.059	22.722.346
Arroz	149.711.050	105.868.011	113.804.250	110.841.277	107.814.987	87.346.402	103.435.831	73.736.235	53.610.250	58.607.700
Banana	17.446.094	17.744.628	21.294.420	26.918.729	27.784.947	45.075.452	16.702.188	17.823.681	40.781.425	23.345.354
Batata - inglesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cacau	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Café Total	22.078.253	15.861.240	12.957.978	15.481.335	13.572.905	4.503.938	4.380.265	1.969.638	2.228.464	2.324.815
Café Arábica	22.078.253	15.861.240	12.957.978	15.481.335	13.572.905	4.503.938	4.380.265	1.969.638	2.228.464	2.324.815
Café conilon	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cana-de-açúcar	3.214.245.643	3.797.540.492	4.163.783.749	4.046.253.255	3.761.553.791	4.549.959.092	6.078.185.984	5.048.225.079	4.853.775.563	4.758.679.938
Cebola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Feijão	69.382.124	132.544.986	116.711.810	98.518.196	93.024.539	86.134.524	78.808.091	54.054.898	113.917.443	147.718.974
Fumo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Laranja	12.381.219	6.607.651	12.570.581	12.913.017	12.385.224	9.271.537	18.475.177	20.657.285	18.982.044	19.529.423
Mamona	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mandioca	250.047.725	220.812.475	394.516.961	379.529.217	-	-	418.371.671	384.140.560	262.222.268	328.486.218
Milho	2.678.537.993	4.633.803.894	5.030.497.635	5.221.733.193	6.055.005.916	4.745.071.574	4.163.822.717	4.040.423.466	5.249.236.490	5.960.201.033
Pimenta-do-reino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Soja	6.063.386.681	7.638.439.194	8.846.604.320	9.116.540.346	10.478.616.252	10.715.942.893	10.847.500.636	13.518.207.417	11.084.087.884	14.528.725.452
Tomate	7.994.149	7.115.546	7.547.353	12.979.695	10.721.557	6.862.154	6.384.365	6.681.629	9.884.333	5.299.514
Trigo	30.723.332	26.569.839	10.419.155	21.962.495	26.589.396	42.141.456	33.689.402	32.229.855	39.214.691	51.310.424
Uva	913.592	562.377	378.303	736.906	336.973	412.540	4.031.478	265.778	285.589	182.715
Total Lavouras	13.145.506.699	17.405.198.734	19.382.366.096	19.709.851.184	21.157.697.987	20.782.734.193	22.698.587.316	24.341.697.887	22.803.072.980	26.797.747.509
Bovinos	8.191.678.632	9.127.552.574	9.513.546.719	11.088.845.075	10.538.846.716	9.409.531.401	9.215.017.634	8.725.482.355	9.986.067.070	11.162.798.417
Suínos	434.472.196	462.540.880	581.744.563	643.738.196	717.737.177	645.239.667	753.574.366	711.393.442	810.141.445	865.816.622
Frango	1.675.498.694	1.772.217.200	1.957.075.894	1.940.492.145	2.147.722.772	2.160.993.582	2.005.413.549	2.000.995.566	2.149.099.846	1.997.707.974
Leite	277.683.506	296.146.370	306.252.091	328.511.191	280.228.835	214.466.309	145.629.460	131.118.975	140.672.225	147.974.861
Ovos	128.852.900	147.133.987	172.626.136	189.214.328	194.886.836	212.387.702	125.976.460	117.090.100	125.976.832	146.272.218
Total Pecuária	10.708.185.928	11.805.591.010	12.531.245.403	14.190.800.935	13.879.422.335	12.642.618.662	12.245.611.468	11.686.080.438	13.211.957.418	14.320.570.092
Total Lav.+ Pec.	23.853.692.627	29.210.789.745	31.913.611.500	33.900.652.119	35.037.120.322	33.425.352.856	34.944.198.785	36.027.778.325	36.015.030.398	41.118.317.600

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2020.

A série histórica (2011-2020), apresentada pelo Mapa (2020), demonstra que o principal produto agrícola do estado é a soja. Quando analisamos as maiores produtividades das lavouras, temos, depois da soja, o milho, a cana-de-açúcar, o algodão, a mandioca e o feijão. Já na pecuária, as maiores são a de bovinos e de frangos, respectivamente.

Grande parte desses produtos é destinada à exportação, principalmente a soja. De janeiro a julho de 2020, por exemplo, o estado exportou 3,915 milhões de toneladas, um crescimento de 58% na exportação comparado ao ano anterior, gerando uma receita de US\$ 1,316 milhão. Segundo o Mapa (2020), o Brasil já exportou US\$ 62 bilhões até julho de 2020. Desse valor, 45,53% referem-se à soja, seguida de carnes (16,02%); produtos florestais (10,78%); complexo sucroalcooleiro (7,68%), café (4,76%) e outros produtos (15,23%). Esses números demandam, além de recursos aplicados diretamente na produção, um amplo volume de investimentos em infraestrutura.

A infraestrutura sempre foi um dilema para viabilizar o projeto de desenvolvimento priorizado pelo estado devido às péssimas condições das estradas, subutilização das hidrovias, declínio e deterioração da malha viária. Por isso, entre 2003 e 2016, Santos e Missio (2019) relatam que o estado recebeu investimentos diretos de diferentes tipos de programas de

aceleração do crescimento (PAC), como o PAC Transportes (ampliar a rede logística, interligando diversos modais); o PAC 2 (máquinas e equipamentos para abertura de estradas) e o Programa de Investimento em Logística (PIL – aumentar/adequar a malha ferroviária e rodoviária). Mais recentemente, os investimentos concentram-se no tão aguardado *Corredor Bioceânico*, projeto que pretende interligar o oceano Atlântico ao oceano Pacífico, cruzando o Cone Sul (Brasil, Paraguai, Argentina e Chile).

Inicialmente, a proposta pretendia entrar pela Bolívia, até chegar ao Chile. Com o desentendimento entre o governo Temer (Brasil) com a Bolívia (na época, Evo Morales), o projeto foi redirecionado para o sul de MS (saindo de Corumbá e indo para Porto Murtinho). Com conclusão e lançamento previsto para 2022, a rota deve diminuir o tempo de escoamento da produção para os países asiáticos em até duas semanas. Ademais, os governos e agências de desenvolvimentos desses países justificam que o turismo na região também poderá ser melhor explorado. Porém, inúmeros questionamentos circundam este projeto, sendo o impacto ambiental o principal deles (Figura 15), visto que o estado de MS, por exemplo, já possui a *Rodovia da Morte* (BR-262), que cruza o Pantanal, e tem esse nome devido ao atropelamento de animais silvestres. São, em média, seis mortes/dia e uma estimativa de três mil mortes por ano (G1-MS, 2018). A Rota Bioceânica vem causando inúmeros impactos diretos e indiretos ao Pantanal e à sua população, sob justificativa de “desenvolver” a região.

Figura 15 - Abertura de estradas no Pantanal do Paraguai



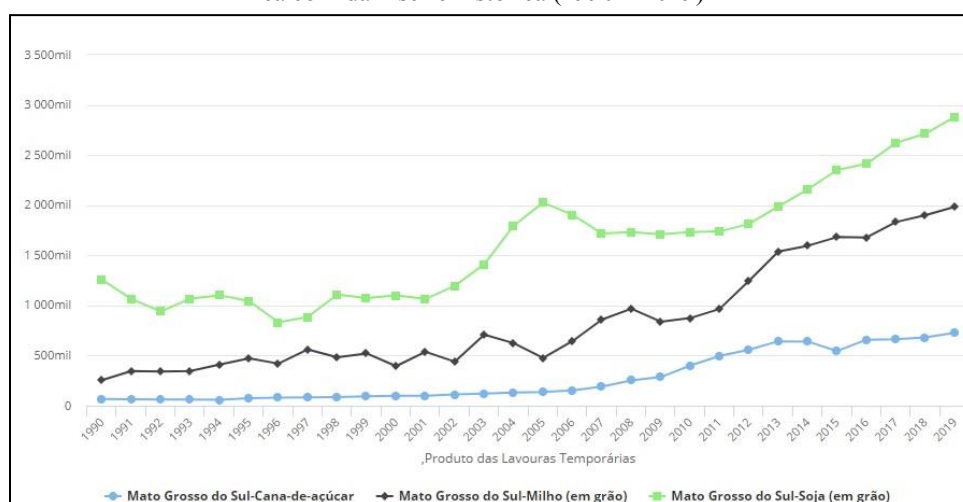
Fonte: Ecoa, 2020

Percebe-se, portanto, um grande investimento em infraestrutura voltada a beneficiar o agronegócio que é o carro chefe do modelo “agroexportador” adotado pelo país. Em 2019, 95,63% de toda produção do agronegócio em MS foi exportada (FAMASUL, 2019), gerando um faturamento de US\$ 4,2 bilhões. No estado, os principais produtos exportados foram os florestais (40,52%), a soja (27,3%), a carne (bovina suína e aves - 19,4%) e o milho (8,7%). Os principais destinos são a China (33,74%); a União Europeia (10,27%) e os Estados Unidos (3,71%).

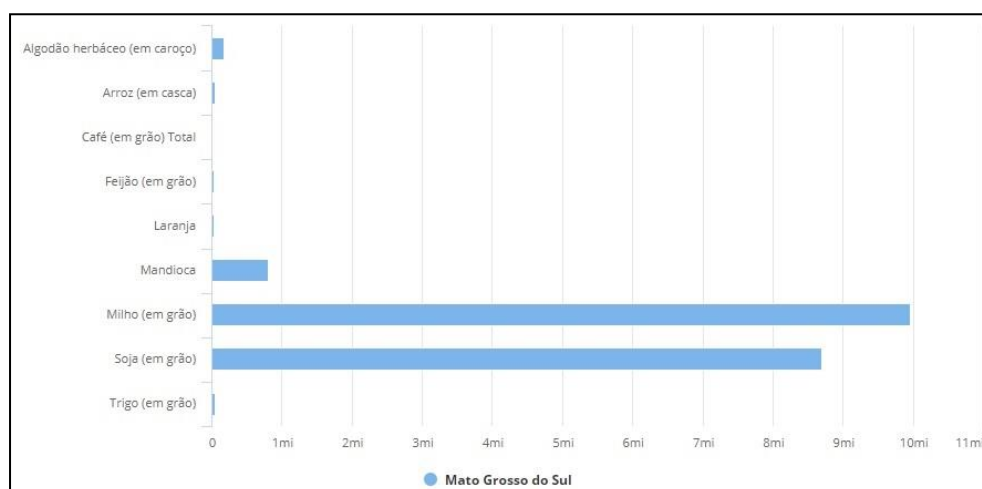
A Figura 16, apresenta os gráficos das áreas colhidas, a quantidade produzida e o valor da produção.

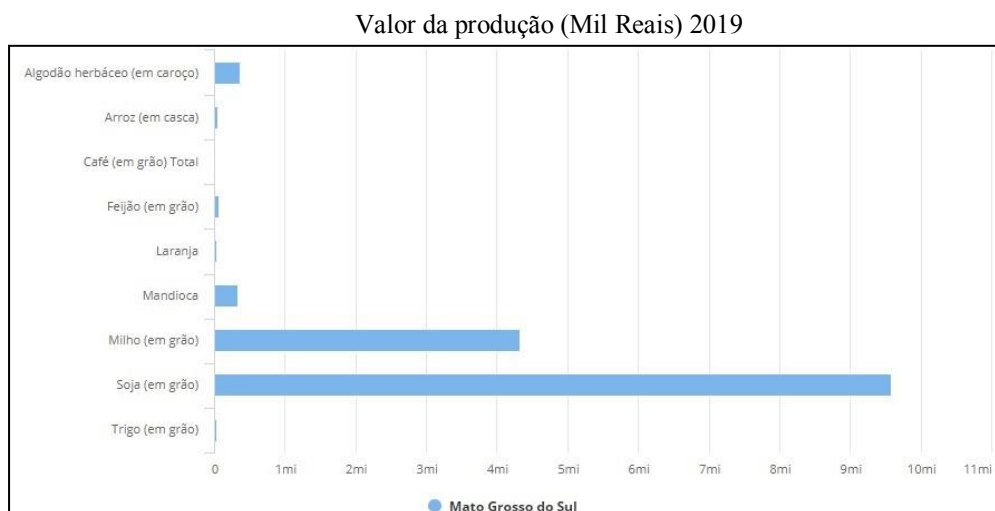
Figura 16 - Analisando o agronegócio do MS

Área colhida – série histórica (1990 – 2019)



Quantidade produzida (tonelada), 2019





Fonte: IBGE, 2020.

Os dados da Figura 16 demonstram que as lavouras de soja cresceram vertiginosamente desde o início dos anos 1990, chegando à marca de 2,5 milhões de tonelada. O que chama a atenção, porém, é que a quantidade produzida em 2019 é quase 9 milhões de tonelada, perdendo só para o milho (10 milhões de tonelada), tendo um valor de produção de R\$ 9,5 milhões. Esses números, como aponta o WWF (2020), tem algumas justificativas, pois a oferta e a demanda da soja é bem maior entre os animais. 79% de toda soja produzida no mundo é destinada à nutrição animal, servindo de ração para porcos e aves, ou complemento para animais criados no pasto. Ou seja, quanto maior a demanda por carne, maior será a demanda por soja, elevando estes números. Mas o foco dado a soja tem seu preço, o grande impacto do uso de agrotóxico no Pantanal.

O crescimento do mercado de exportação tem demandado mais soja e milho do Brasil, fazendo com que a produção seja intensificada. “Os inseticidas são as substâncias responsáveis por mais de 70% dos casos de intoxicação em MS” (CG NEWS, 2021). Segundo a WWF (2020), ele acaba degradando o solo, pois a maior parte da soja plantada se concentra no Pantanal Norte (Mato Grosso), contudo, o uso intensivo desse solo, que por sinal é arenoso, provoca a erosão e o assoreamentos do curso das águas, afetando o Pantanal de Norte a Sul. Outro fato refere-se a pulverização via área, o método mais adotado no MS. Ao ser disseminando o veneno fica sujeito as ações do vento, ampliando a contaminação. Nisso, uma parte acaba atingindo os recursos hídricos, contaminando as águas, e a outra parte acaba contaminando lavouras e animais da região. O uso é intenso e, em novembro de 2020, a Receita Federal apreendeu 56 toneladas de agrotóxicos na fronteira Brasil (Ponta Porã/MS) – Paraguai (Pedro Juan).

Um possível entendimento desse resultado produtivo pode ser encontrado no último Censo Agropecuário (2017), segundo o qual, o Brasil tem 5.073.324 estabelecimentos rurais. Destes, 71.164 localizam-se em Mato Grosso do Sul, e 39% (27.941) desse total, é de grandes latifúndios, enquanto 61% (43.223) pertence à agricultura familiar.

Estes dados demonstram que, economicamente e em termos de estratégias e políticas de desenvolvimento, inclusive e principalmente no meio rural, a gestão estadual prioriza as dinâmicas em torno do agronegócio, caracterizando a região como uma área de expansão e modernização agrícola que é central para posicionar o Brasil como “celeiro” de produção para o mundo. Isso não é novo, como discutido, e vem sendo potencializado a cada ciclo de desenvolvimento do estado, gerando consequências nefastas nas dinâmicas territoriais do estado e também outros projetos e ações alternativas, conforme brevemente discutido.

Por outro lado, como argumentado por Bonnal, Cazella e Maluf (2008), a análise das *dinâmicas territoriais* vão muito além de uma análise em termos daquilo que está nos discursos oficiais e nos indicadores econômicos. Como defendido por Olivier de Sardan (1995), é preciso verificar as *dinâmicas informais de desenvolvimento*, as que, na maioria das vezes, não foram idealizadas pelos desenvolvimentistas, mas, ainda assim existem e influenciam no território.

Neste caso, percebe-se também uma série de dinâmicas informais emergentes. Dentre elas, pode-se destacar o turismo rural. Variando de cavalgada em Naviraí, a hotéis fazenda no Pantanal de Aquidauana, Anastácio, Miranda e Corumbá, aos que se dedicam à natureza na região de Bonito e Jardim. Soma-se a isso a pesca nos rios pantaneiros e a produção de artesanato. Boa parte das peças são trabalhos indígenas, ou inspirados na fauna e flora pantaneira, ou aproveitam matéria-prima local, como as fibras do camalote. Dentre tantas atividades informais coligadas ao meio rural que poderiam ser citadas, uma dinâmica histórica da região são as feiras livres, um verdadeiro ponto de encontro da população fronteiriça. A maior delas, a feira de domingo, conta com 450 bancas, onde se comercializam frutas, legumes, verduras, leite, queijo, doces, ovos, remédios naturais, adubos orgânicos, roupas, lanches, brinquedos e outros tipos de produtos⁹⁶.

Porém, nem tudo são flores nas dinâmicas informais identificadas nesse estudo, que observou também diversas *dinâmicas clandestinas de desenvolvimento* que se misturam e enredam com as demais discutidas no território, gerando efeitos, muitos deles não desejados nas trajetórias de desenvolvimento da região, conforme sintetizado no Quadro 10.

⁹⁶ As feiras chamam tanta atenção que, por diversas vezes, foram objetos de reportagens. Cf.: <https://bit.ly/3tZYosa>

Quadro 11 – Dinâmicas clandestinas de desenvolvimento em Mato Grosso do Sul

Dinâmicas clandestinas	Incidências mais recentes
Tráfico de drogas	Segundo a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), em 2019 foram apreendidas cerca de 325 toneladas de entorpecentes. A maior parte é de maconha (318,1 tonelada), contendo, ainda, 337,1 quilos de <i>crack</i> e cocaína. Os números são justificados pela proximidade com a Bolívia e o Paraguai, por onde a droga entra (Corumbá e Ponta Porã). As <i>mulas</i> (pessoas que transportam a droga) tentam chegar a Guarulhos/SP, principal aeroporto internacional do país, e, de lá, embarcar para a Europa. Este circuito movimentando a economia informal do estado e o custo das contas públicas, visto que o tráfico aumenta crimes como roubos, furtos e homicídios, demandando maior contingente policial e estrutura (viatura, armamento e outros) para policiar as fronteiras.
Roubo de veículos	Refere-se aos roubos de carros de passeio, motos, caminhonetes e até caminhões. Segundo dados do governo do estado de MS, em 2019, foram roubados 2.436 veículos no estado. Uma queda de 34,16%, em comparação com 2018 (3.700 veículos). Grande parte desses veículos é levada para o Paraguai ou para a Bolívia, vendida a traficantes que os utilizam para transportar drogas, armas, cigarros, entre outros.
Contrabando e descaminho	Em 2019, de acordo com o Fórum Nacional contra a Pirataria e a Ilegalidade, 87% do cigarro que circulou no estado era <i>contrabandeado</i> (ato de importar ou exportar mercadoria proibida). Quantia equivalente a R\$ 352 milhões. Segundo o Fórum, se estes produtos ilegais fossem ‘legais’, gerariam para o estado R\$ 187 milhões em arrecadação tributária. Além do cigarro, também são contrabandeados gasolina, bebidas, artigos tecnológicos, produtos de luxo (bolsas, malas, cosméticos, etc.) e outros, tudo procedendo do Paraguai e da Bolívia. Já no <i>descaminho</i> , a entrada do produto não é ilegal, mas, se torna ao deixar de ser declarado, tributado ou exceder o limite. É o caso das roupas e acessórios transportados pelos <i>sacoleiros</i> , termo que designa as pessoas que comprem estes produtos e revendem em feiras ou camelódromos em sua cidade de origem. Segundo a Receita Federal, em junho de 2020, a <i>Operação Mutatis</i> apreendeu R\$ 1,3 milhão em mercadorias e veículos em todo estado. Todo esse circuito, além de mexer com as estruturas formais (alimentação, hotéis e empresas de transporte), gera custo aos cofres públicos, pois, para a sua fiscalização, demandam a ação conjunto de várias instituições (polícias, secretarias de Fazendas dos estados, Forças Armadas, agências fiscalizadoras, Ministério Público e Poder Judiciário, entre outros).
Biopirataria	Refere-se à exploração ou apropriação ilegal de recursos da fauna e da flora brasileira. Segundo o Ibama (2019), em 2019 foram movimentados 20 bilhões de dólares no mundo, sendo 3 bilhões só no Brasil. O Pantanal de Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul entram na lista da região com maior quantidade de capturas de animais. Dependendo da espécie, os valores podem chegar a 100 mil dólares. O circuito comercial envolve desde os capturadores (geralmente pessoas pobres); a pessoa que transporta os animais – para chegar aos estabelecimentos comerciais, ou clubes –, fechando com o consumidor final.
Outros	Diversas atividades poderiam ser aqui categorizadas. Discutimos três principais. - <i>Exploração sexual de mulheres e crianças</i> - Segundo o Mapeamento dos Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras (Mapear), o estado tem 93 pontos vulneráveis para exploração sexual infantil em suas estradas federais. Além disso, com recorrência é noticiado na mídia local a prisão de grandes empresários (proprietários de boates, hotéis ou clubes) por manter mulheres impedidas de sair, explorando-as sexualmente ou sendo coniventes com a rede da prostituição. Segundo Santo e Voks (2021), a violência e a exploração sexual de mulheres e meninas é uma realidade presente nesta zona fronteira. De prostituição na rua a casas de prostituição, o turismo sexual vive uma naturalização. A sociedade civil, o poder público, o judiciário e o aparato policial têm conhecimento desta atividade; poucas, porém, são as ações estabelecidas. As mulheres exploradas sofrem uma ação interseccional, pois, além da questão de gênero, são, em sua maioria, negras e pobres. - <i>Trabalho escravo em fazendas no Pantanal</i> – Trata-se de trabalhadores rurais em fazendas no

	Pantanal, que são explorados ao atuar em condições de trabalho escravo. São colocados para dormir em ambientes insalubres, trabalham 14h/dia sem a devida remuneração, sem equipamentos de proteção e com alimentação precária. Não há registro em carteira nem recolhimento do INSS. Em 2017, 11 trabalhadores foram resgatados pela Polícia Militar Ambiental (CPT/MS, 2017) <u>- Trabalho escravo / aliciamento de bolivianos</u> - Muitos bolivianos são aliciados na fronteira (em Corumbá), ou ainda em La Paz, ou Santa Cruz, para trabalhar em fábricas têxteis em São Paulo. Eles são conduzidos pelos <i>coiotes</i>, pessoas que encaminham um grupo de um país a outro. Quando chegam na capital paulista, os bolivianos trabalham sem carteira assinada; quase todo valor que ganham é bloqueado, e esse valor os traficantes descontam o custo do transporte e da alimentação. Segundo reportagem da ONG Repórter Brasil (2020), durante a pandemia do coronavírus, bolivianas ficaram até dois meses confinadas nas oficinas de costura, recebendo menos que o salário mínimo. Constantemente, são vítimas de violência doméstica.

Fonte: Os autores, a partir de Jornal CGN, 2020; Mapear, 2020; ONG Não Se Cale, 2020; ONG Repórter Brasil 2020; CPT/MS, 2017; Receita Federal 2020; Governo do Estado de MS, 2019; Ibama, 2019; Santo e Voks, 2021

A análise empreendida da ecologia política e das dinâmicas de desenvolvimento em MS permitem afirmar que as trajetórias de desenvolvimento não podem ser definidas a partir de uma lógica progressiva e evolutiva, como comumente tratado na literatura sobre a temática. Tal trajetória se desdobra muito mais como um “enredo” (ou entrelaçamento) de dinâmicas diversas, marcada pelo domínio de um projeto agroexportador que gera efeitos não apenas em termos econômicos, mas também políticos, sociais e ambientais. Tais efeitos geram respostas e fazem emergir novos projetos de desenvolvimento ainda com pouca força, mas presentes na trajetória do estado. Pode-se perceber então, que essa trajetória é marcada menos por avanços do que retrocessos e também por alguns efeitos desejáveis, e muitos outros indesejáveis, que se entrelaçam nos territórios e vão conformando as inúmeras “situações problemáticas” que devem ser enfrentadas pelos seus moradores no seu cotidiano de vida (BONAL, CAZELLA e MALUF, 2008).

Diante de tudo isso, emerge a questão: **qual é o lugar da agricultura familiar e mais especificamente daqueles agricultores (as) dos assentamentos rurais nessas dinâmicas de desenvolvimento?** Isso será discutido na próxima seção.

5.2 A QUESTÃO AGRÁRIA E OS ASSENTAMENTOS RURAIS EM MATO GROSSO DO SUL

Resgatando o que afirmamos acima, a questão agrária em MS sempre foi concentrada, afinal, tanto antes quanto depois da criação do estado, a organização fundiária esteve

concatenada ao grande latifúndio que, em diferentes épocas e contextos, vem explorando a terra desde o ciclo da erva-mate, passando pela instalação dos polos industriais, até a assunção de outras atividades econômicas instituídas no estado, resultando a concentração da produção agrícola e da terra, como no caso da pecuária, do cultivo de soja e do milho.

Isso se reflete no *panorama da estrutura fundiária* do estado (Quadro 12). Segundo o Incra/MS (2018)⁹⁷, 65.604 imóveis (68,5%) possuem até quatro módulos fiscais (2.737.880,03 ha), o limite para ser enquadrado como agricultor familiar previsto em lei. Já 1.156 imóveis (1,2%) possuem mais de 10 milhões de hectares. **Ou seja, 1,2% dos imóveis do estado concentram cerca de 28% de toda terra.**

Quadro 12 – Estrutura fundiária do Mato Grosso do Sul

Módulos Fiscais	Quantidade de Imóveis	Área total (ha)
De 0 a 4 módulos fiscais	65.604	2.737.880,03
De 4 a 10 módulos fiscais	12.244	3.713.074,67
De 10 a 50 módulos fiscais	14.454	14.814.242,54
De 50 a 100 módulos fiscais	2.276	7.440.751,87
De 100 a 600 módulos fiscais	1.156	10.897.317,60
Total	95.734	39.603.266,71

Fonte: Os autores, a partir de dados do Incra (2018).

O Censo Agropecuário (2017) detalha que Mato Grosso do Sul possui uma área territorial de 35.712.496 ha, sendo 30.549.179 ha (cerca de 86%) ocupada por estabelecimentos agropecuários, o que indica mais uma vez a centralidade dessa atividade para o estado. Menos de 3% da área (945.491 ha) é composta de terras indígenas e mesmo composto em grande parte pelo Pantanal, apenas cerca de 4% da superfície do estado (1.510.677 ha) é formada por unidades de conservação ambiental.

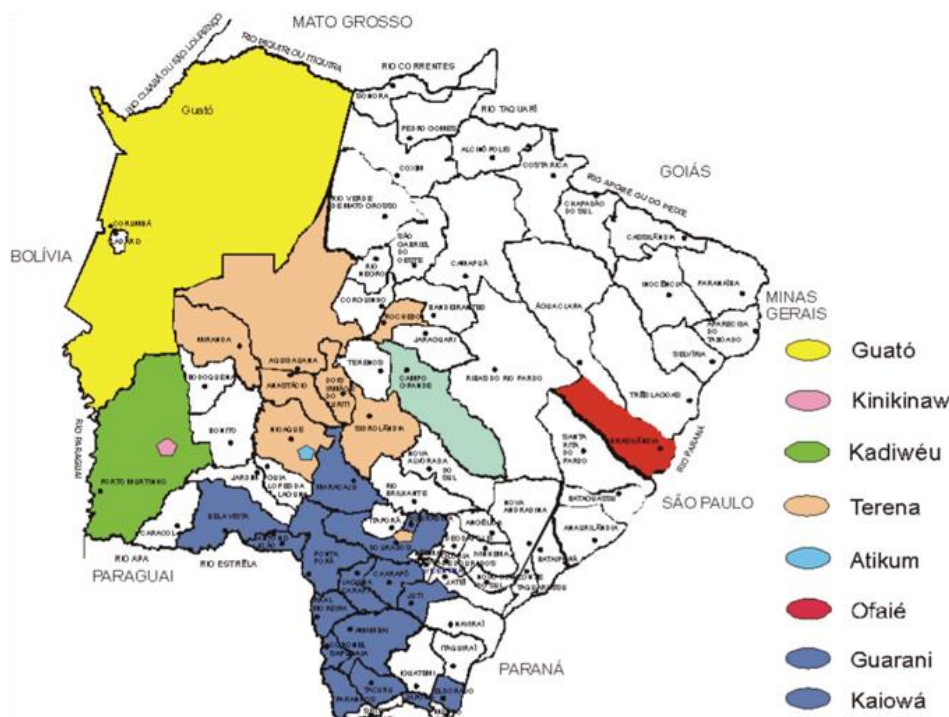
A partir desses números vemos o quanto a terra está concentrada na mão de poucos. Importante recuperar o artigo 20 da Constituição Federal de 1988 apresenta, em seu inciso II, que as terras devolutas são bens da União e, além da utilização militar (defesa das fronteiras), devem ser destinadas à preservação ambiental. Isso é retomado no artigo 188, quando a Constituição baliza que a destinação das terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano da Reforma Agrária.

Diante dessa desigualdade na distribuição da terra e dos efeitos que ela gera, a luta pela terra em Mato Grosso do Sul, assim como no Brasil (como explorado no capítulo 3), não

⁹⁷ Importante mencionar que no Censo Agropecuário 2017, elaborado pelo IBGE, não encontramos esse “detalhamento” sobre os imóveis e estrutura fundiária de MS. Como apresentado, só conseguimos essa informação via Incra (2018). Contudo, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (Semagro) divulgou um dado diferente. Supostamente, via Censo (2017), relatam que o estado tem 71.164 mil propriedades, das quais 61% integram a agricultura familiar. Cf. <https://bit.ly/3gqIKBj>

é recente, sendo também recorrente, tendo como marco o surgimento dos movimentos sociais rurais no estado. Antes disto, variados grupos indígenas foram atacados, tendo que lutar por sua terra, como os povos *Ofaiés* que, segundo o Museu da Cultura Dom Bosco (2020), possuíam cerca de 5.000 membros e hoje não passam de 61 indivíduos. Esta situação só não é pior porque entre 1915 e 1928 começaram a ser criadas as oito comunidades indígenas que hoje resistem no estado (Figura 17).

Figura 17 - Comunidades indígenas em Mato Grosso do Sul



Fonte: Subsecretaria Especial de Cidadania, 2019.

Contudo, os *Ofaiés*, por exemplo, ainda aguardam a demarcação de sua terra pela Fundação Nacional do Índio (Funai), e posterior homologação da presidência da república. Segundo a ONG Povos Indígenas do Brasil (2020), esse grupo, originalmente, habitava a extensão entre a margem direita do rio Paraná, desde a foz até as nascentes do Vacaria e Ivinhema (MS). Com o tempo, os fazendeiros pecuaristas chegaram e acabaram expulsando os *Ofaiés* dessa região. Os sobreviventes habitam hoje as proximidades de Brasilândia (Figura 17, em vermelho).

Por sua vez, as unidades de conservação (UCs), as áreas naturais que devem ser protegidas pelo poder público, conforme dados apresentados pelo Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul, 2017), surgiram bem mais tarde. Em 1993, foi criada a primeira, a *Estrada-Parque do Pantanal* (Figura 18, abaixo), protegendo o bioma e a bacia hidrográfica de Corumbá e Ladário, parte da bacia de Miranda e do Paraguai.

Figura 18 - Estrada-Parque Pantanal



Fonte: Ecoa, 2014.

Na sequência, surgem as unidades de conservação Várzeas do Rio Ivinhema (1998), Nascentes do rio Taquari (1999), Área de Preservação Ambiental (Apa) Rio Cênico (2000), Estrada-Parque Piraputanga (2000), Matas do Segredo (2000), Parque Estadual Pantanal do Rio Negro (2000), Monumento Natural Gruta do Lago Azul (2001), Parque Estadual do Prosa (2002), Monumento Natural Rio Formoso (2003) e, mais recentemente, a APA Baía Negra (2019) em Ladário (apresentada na Figura 1 da tese), próxima ao Assentamento 72.

Mostra-se perceptível o quão tarde essas UCs surgiram. Essa demora traz impactos ao meio ambiente, pois, hoje, as transformações ambientais ligadas às atividades humanas já podem ser sentidas, dentre elas, a diminuição das chuvas e o aumento das temperaturas na região. Os efeitos sobre o Monumento Natural Rio Formoso, por exemplo, pode ser analisado a partir da Figura 6 (ilustração 2), na qual, se vê o avanço do agronegócio sobre a vegetação de Bonito, um dos principais polos turísticos do estado que, em 2019, ficou com suas mundialmente conhecidas águas cristalinas (do rio Sucuri) totalmente turvas, em razão das atividades agrícolas e uso de agrotóxicos na região.

A criação das Unidades de Conservação são uma importante estratégia de promoção de sustentabilidade da região e contenção dos efeitos da degradação causada pelo agronegócio (como discutido anteriormente), como os efeitos das queimadas, da grilagem de terras e extrativismo e o uso de agrotóxicos.). No entanto, e infelizmente, a sua criação não lhe tem assegurado a preservação, como vêm mostrando os atuais incêndios no Pantanal,

exemplificados na Figura 19, cujo 28% de sua vegetação foi queimada afora as perdas da fauna.

Figura 19 – Queimadas no Pantanal e animais carbonizados⁹⁸



Fonte: ALMEIDA, 2020⁶

Esta imagem foi registrada por Lalo de Almeida, premiado como o fotógrafo do ano em 2021 (*Pictures of the Year International*). Na imagem é possível ver um macaco da espécie bugio carbonizado durante as queimadas no Pantanal de 2020, na região da Serra do Amolar, Pantanal/Corumbá-MS. Simbolicamente, esta imagem, impactante por sinal, representa o desespero, a fuga de um primata vítima das queimadas, comprovadamente⁹⁹ ocasionada pelo fogo essencialmente agrário.

Sobre a concentração de terra, em geral, a cada ciclo econômico desenvolvido no estado, determinados grupos foram chegando e lutando por terras, caso dos paraguaios (ciclo da erva-mate e no fim da Guerra do Paraguai), dos pecuaristas (Rio Grande do Sul), da construção da Ferrovia Noroeste (brasileiros de diversas parte do país e bolivianos), dentre outros. Os diferentes ciclos econômicos também permitiram o crescimento populacional das cidades sul-mato-grossenses. Um exemplo foi em Corumbá, quando sua população aumentou de 38.734 em 1950, para 59.556 no início da década de 1960 (SANTO, 2015).

Segundo Bittar (1999), até 1970 a população do estado era majoritariamente rural. Panorama que só se inverteu em 1992, quando a área urbana passou a ser maior que a rural,

⁹⁸ Cf. <https://bit.ly/2PCCexI> Acesso em 26 de mar. de 2021.

⁹⁹ 99% do fogo é de origem humana. Cf. <https://bit.ly/3dBTfAv> Acesso em 26 de mar. de 2021.

ou, nas palavras da autora, “as cidades ficaram cheias, os campos vazios, e neles o contraste: de um lado, o imenso verde da soja e o branco do [gado] nelore; de outro, as lonas pretas dos acampamentos dos sem-terra” (1999, p.117).

Partindo da análise realizada anteriormente e dos estudos de Fabrini (2008), a apropriação e a consequente concentração de terra em Mato Grosso do Sul se intensificam a partir da segunda metade do século XIX, com a expansão das fazendas de gado. Tal atividade demandou a abertura das estradas boiadeiras, por onde a comitiva passava para levar a boiada para os frigoríficos de São Paulo, ou para desviá-la das enchentes, levando-as para áreas mais elevadas. Essa atividade permitiu a penetração em diferentes regiões do estado, sobretudo, na planície pantaneira, com destaque para as cidades de Corumbá, Aquidauana e Miranda.

Durante o período da Ditadura Militar “houve a transferência dos problemas das regiões velhas, ampliando as contradições nestas novas regiões, manifestadas através dos conflitos pela terra” (FABRINI, 2008, p.71). Isso porque, à medida que as *frentes pioneiras* avançavam para o interior do estado, diversas áreas iam sendo desflorestadas, grupos indígenas perseguidos e posseiros e trabalhadores rurais desprovidos de terras, que outrora haviam trabalhado na abertura das estradas boiadeiras e na abertura dos campos para pecuária, ou ficavam sem trabalho, ou eram expulsos dos lotes onde se fixaram. Segundo o autor, a modernização da agricultura contribuiu para que os primeiros conflitos pela terra surgissem, além da ampliação da concentração fundiária, um dos principais problemas existentes até hoje, como evidenciado anteriormente no Quadro 12.

Como discute Fabrini (2008), as lutas pela terra após a ditadura militar se intensificaram. Dentre as primeiras ocupações, as que mais se destacam na história do estado são as manifestações realizadas em torno do Projeto Guatambu (1980) durante a gestão de Pedro Pedrossian, que objetivou organizar a produção agrícola ofertando assistência técnica, insumos, mecanização e linhas de crédito. Apesar de ser um projeto federal, os trabalhadores rurais se apropriaram desse nome para enfatizar a sua mobilização. As famílias invadiram duas grandes fazendas em Itaquiraí (MS) e acamparam no entorno delas. Após três dias, foram brutalmente retiradas e, com suas lonas pretas, passaram a ocupar as margens da atual BR-163, próximo ao rio Itaquiraí. Somente um ano depois é que parte dessas famílias foram transferidas para um PA em Chapadão do Sul (MS).

Outro caso emblemático foram as ocupações de fazendas em Naviraí (1979). Aqui, os trabalhadores rurais chegaram, desflorestaram as matas, abriram as pastagens e tornaram-se arrendatários de parte destas terras. Posteriormente, e com apoio da Comissão Pastoral da Terra e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Naviraí, começaram a reivindicar a

implantação de uma reforma agrária na região e invadiram as fazendas Entre Rios (40 famílias), Água Doce (40 famílias) e Jequitibá (160 famílias).

Em 1980, a justiça autorizou a permanência dos trabalhadores nos lotes. Como represália, o proprietário da fazenda Jequitibá mandou soltar 5.000 cabeças de gado sobre as plantações dos arrendatários. A consequência foi a destruição das plantações e a opressão sobre os trabalhadores, situação que levou diversos deles, coagidos e temendo aos ataques dos jagunços, a deixar os lotes buscando novas áreas (FABRINI, 2008).

O desenrolar dessas duas histórias é marcado por intensos conflitos, opressões, descasos e também conquistas e vitórias, afinal, a organização desses trabalhadores permitiu o surgimento de figuras políticas (vereadores de origem no movimento sem-terra), a inscrição da pauta nas agendas e o surgimento do MST no estado, além da participação da CPT/MS em diversas mobilizações estaduais. A CPT, foi e tem sido um ator relevante na trajetória do desenvolvimento rural do estado e por isso, julgamos relevante recuperar alguns elementos da história da sua atuação no estado, conforme explorado no Box 6.

Box 6 - A Comissão Pastoral da Terra em Mato Grosso do Sul

A CPT foi criada no Brasil em 1975, com o compromisso de contribuir com a transformação política e enfrentamento da desigualdade na apropriação da terra.

A Igreja católica se constitui como uma instituição eclesial plural - expressa através de seus membros (bispos, padres, sacerdotes, outros), que possuem diferentes posicionamentos. Alguns desses ideais foram assumidos (e ainda o são) pelo grupo informal de bispo, em 1973, o estopim do que vem a ser hoje a CPT.

A CPT estimula o aparecimento dos movimentos sociais em torno da luta pela terra. Em Mato Grosso do Sul, na época ainda estado de Mato Grosso, a atenção aos oprimidos e o surgimento da CPT-MS ocorre paralelamente a formação nacional. A Igreja era um grande 'guarda-chuva' que abrigava diferentes forças populares que reagiam ao autoritarismo da ditadura militar, uma delas, a luta pela terra. "A CPT-MS surgiu como um espaço onde o lavrador poderia refletir, analisar sua realidade e lutar para conseguir, garantir e defender sua posse de terra" (BORGES e KUDLAVICZ, 2008).

As primeiras ações ocorreram com a posse nas fazendas Jequitibá, Água Doce e Entre Rios (Naviraí, 1979). Desde então, a CPT-MS vem contribuindo com a organização dos sem-terra, participando das ocupações, mobilizações, despejos, manifestações nas rodovias, acompanhando as negociações e outras ações.

Em Corumbá, a CPT se posiciona como uma presença solidária e ecumênica, que exerce um serviço transformador para reforçar o protagonismo dos povos da terra. Além de engajamento direto com povos sem-terra, a CPT também sensibiliza seus demais fiéis mostrando a importância da luta e da solidariedade. Pauta esta que já foi tema de diferentes Campanhas da Fraternidade.

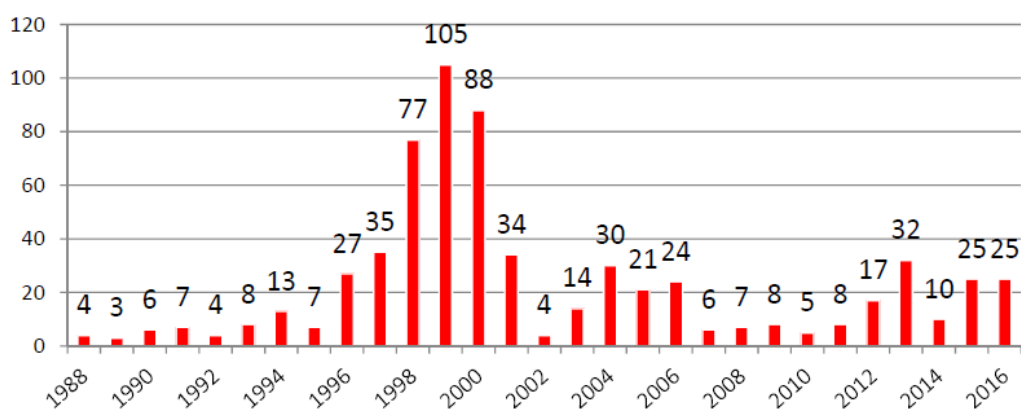
Com o tema de 2021, *Fraternidade e Diálogo: compromisso de amor* e o lema *Cristo é a nossa paz: do que era dividido, fez uma unidade* -, a CPT nacional objetiva enriquecer o engajamento e a compreensão em variados setores da comunidade, dentre eles, a do acesso à terra, principalmente num momento de polarização e agressão entre a sociedade.

Fonte: Os autores, a partir de Borges e Kudlavicz, 2008; CPT, 2020; Entrevista CPT-Corumbá, 2015,

A expansão dos movimentos sociais e seu fortalecimento ocorreu posteriormente em todo estado, intensificado pelas conquistas nacionais dos trabalhadores sem-terra. A ocupação

de terra em Mato Grosso do Sul se deslança no final dos anos 1980 (Figura 20), tendo seu grande ápice na década de 1990 e início dos anos 2000. De 1988 a 2018, Mato Grosso do Sul teve 571 ocupações de terra, ou seja, 83.188 famílias ocuparam alguma porção de terra, mas nem todas foram assentadas, já que algumas foram retomadas pelo Estado

Figura 20 – Ocupações de terra em Mato Grosso do Sul (1988-2016)



Fonte: NARDOQUE, *et al.*, 2019, p.630.

Os dados apresentados e discutidos a seguir são do Relatório Data Luta pela Terra – 2019¹⁰⁰, que inclui uma rede de pesquisadores dos Estudos Agrários, coordenado pela Unesp (Campus de Presidente Prudente).

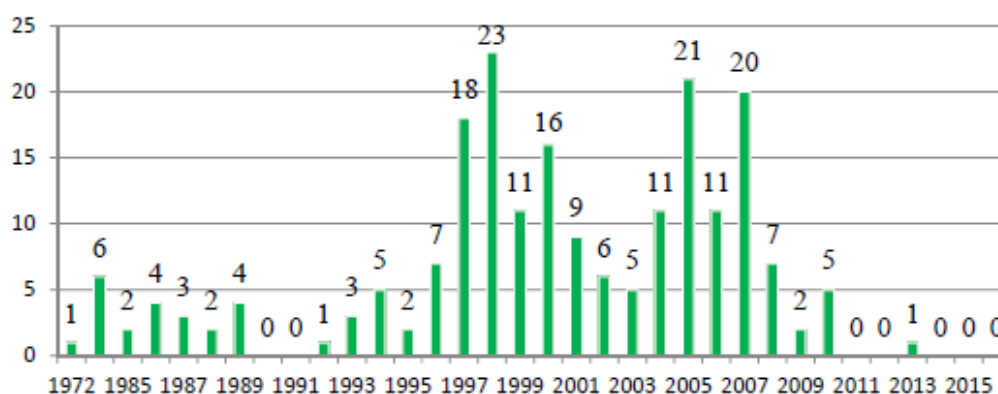
Entre 1996 e 2000, a justificativa para o grande número de ocupações e implantações de PAs foi a baixa dos preços no mercado fundiário, que intensificou a compra da terra e consequente criação de PAs. A partir de 2016, porém, com o golpe político e o *impeachment* da presidenta Dilma, a extinção do MDA e os diversos cortes orçamentários nos programas destinados à reforma agrária e à agricultura familiar, discutidos anteriormente, incidiram tanto no travamento da formação de novos PAs, quanto no melhoramento dos PAs existentes.

Por isso, Nardoque *et al.* (2019), indicam que este cenário explica a violência e a repressão sobre os trabalhadores rurais e grupos indígenas no Brasil e que ocorre também região. Os autores exemplificam isso com os números de mortes indígenas no estado. Segundo tais dados, 30 crianças indígenas morreram nas aldeias do estado em 2019, vítimas, sobretudo, da falta de assistência e desnutrição grave; outras 18 crianças que foram assassinadas em todas as comunidades do estado, em razão da violência.

¹⁰⁰ Vale mencionar que os dados do Censo Agropecuário 2017 do IBGE, fonte que vinha sendo utilizada até aqui, não traz esse detalhamento sobre os assentamentos. Outra questão é que optamos por utilizar os dados deste centro de pesquisa do que unicamente do Incra, pois, como alertou Sabourin (2008), os dados do Incra podem ser contraditórios. Contudo, o relatório traz um panorama “nacional”. Os dados “estaduais” são publicados por cada pesquisador deste centro, em seu estado de atuação. Os dados específicos do MS (Figura 20 e 21) estão em Nardoque *et al.* (2019).

Os dados do Relatório Data Luta pela Terra (2019) indicam que de 1979 a 2019 foram criados 206 assentamentos no estado, assentando 32.280 famílias numa área total de 718.147 ha. A Figura 21 detalha o processo de criação dos assentamentos rurais no estado, demonstrando que o *boom* da criação de assentamentos na região ocorre em dez anos de 1997 a 2007, quando 73% dos assentamentos são criados e também se observa a expansão e fortalecimento dos movimentos sociais no campo, em particular o MST. A partir de 2010, embora tenhamos inclusive governos favoráveis à agricultura familiar e a Reforma Agrária em Brasília, apenas 1 assentamento foi criado na região. Diante desses dados, **os assentamentos em MS se colocam para além de “dispositivos” implementados pela política pública, mas principalmente como conquistas da luta pelo direito a terra.**

Figura 21 – Número de assentamentos rurais em Mato Grosso do Sul



Fonte: NARDOQUE, *et al.*, 2019, p.632.

Do ponto de vista socioeconômico, importante destacar que, do total das 27.764 famílias assentadas no estado, 6.776 recebem o Bolsa Família e 600 foram contempladas pelo programa Minha Casa Minha Vida (INCRA, 2020). A agricultura familiar é a principal atividade agrícola desse espaço (INCRA, 2020). Contudo, o estado carece de números e pesquisas mais completas e detalhadas que demonstrem a participação dos assentamentos na produção e economia estadual.

Os números que seguem são da agricultura familiar do estado como um todo, e não apenas dos assentamentos. Segundo o Censo Agropecuário (2017), a idade média dos produtores é de 45 a 65 anos; 23% deles não sabem ler e escrever (15,5% nunca frequentaram escola); 15,5% dos estabelecimentos rurais estão ligados a uma cooperativa (agroindústria). O sistema produtivo principal é o de policultivos.

No Brasil, a agricultura familiar foi responsável por 23% do valor total da produção dos estabelecimentos do país. Mato Grosso do Sul representa 5,9% desse total - o número

mais baixo de todas as unidades da Federação, cuja liderança é mantida pelo Amazonas (67,35%), seguido por Amapá (57,14%) e Acre (52,34%).

Esse dado evidencia mais uma vez a concentração de terra, produtiva e econômica, de um sistema produtivo voltado a monoculturas, avicultura e pecuária extensiva. Uma atividade forte entre os agricultores familiares é a produção de aves. Segundo a Famasul (2015), no balanço de 2015-2016, o estado possui 1.141 aviários, 490 dos quais são provenientes da agricultura familiar.

Neste cenário, o movimento da produção orgânica e agroecológica também vem crescendo. Segundo a Semagro (2019), em 2020 Mato Grosso do Sul já possui 89 unidades produtivas certificadas para a produção orgânica. O movimento se institucionaliza com o movimento Pró-Orgânico e do Pleapo-MS.

Sobre as ocupações e constituições de PAs, especificamente, até 2016, Nardoque *et al.* (2019) informam que MS apresentou 6.638 famílias distribuídas em 58 assentamentos por todo estado, reivindicando a reforma agrária. Em 2019, apenas 900 (13,5%) estavam engajadas no MST, o que também é um efeito da pulverização dos movimentos sociais no campo. Grande parte dessas famílias vivia na extrema pobreza e não conseguia pagar o aluguel, nem ter onde morar. Até fevereiro de 2021, Corumbá e Ladário possuíam dez assentamentos e nenhuma ocupação de grupos sem-terra. Abaixo, no Quadro 13 realizamos breve uma apresentação desses assentamentos.

Além destes, a região ainda tem os assentamentos Taquaral (Corumbá) e o 72 (Ladário), focos desta pesquisa, e que serão detalhadamente no próximo capítulo. Merece destaque que desses 10, apenas um foi criado a partir de 2005, sendo todos eles criados nos anos 1980, o que pode evidenciar tanto um arrefecimento dos movimentos sociais rurais nas últimas décadas, como também a estagnação do processo de Reforma Agrária na região.

Quadro 13 – Breve apresentação dos assentamentos de Corumbá

Assentamento	Apresentação
Tamarineiro I	Surgiu em 1984, com intuito de resolver o conflito entre os posseiros que invadiram a fazenda Taquaral e Tamarineiro. Os proprietários dessa fazenda doaram 3.812,26 ha, área em que hoje vivem as 154 famílias. Parte delas é oriunda do grupo que invadiu a fazenda Jequitibá e Entre Rios (Naviraí). Sua principal atividade agrícola é a criação de gado.
Tamarineiro II - Sul e Tamarineiro II	O Tamarineiro surgiu em 1995 e divide-se em Norte e Sul, devido ao momento de sua constituição. Os antigos proprietários já tinham doado parte das terras que deu origem ao Tamarineiro I. Contudo, haviam famílias acampadas por três anos em partes das terras que viriam a constituir este assentamento. A origem dessas famílias se divide em corumbaenses, que trabalhavam como peões no Pantanal; ou entre os imigrantes brasileiros expulsos do Paraguai (os chamados brasiguaios). Com apoio da CPT e do MST, diversos trabalhadores sem-terra que estavam acampados em Dourados (MS), exerceram pressão e conseguiram ser

- Norte	assentados junto a este grupo em dois momentos. Primeiro, na porção norte (257 famílias), que faz limite com o Taquaral, Tamarineiro I, Paiolzinho. Depois, a parte sul (76 famílias), na divisa com o Paiolzinho, o Taquaral e com a porção oeste da Bolívia.
Paiolzinho	Criado em 1996, localiza-se na região do Jacadigo. Fica a 40 km da zona urbana de Corumbá. Em algumas pesquisas, é considerado uma extensão do Tamarineiro II; além disso, porém, este assentamento surgiu de desapropriação e acolhe 72 famílias vindas de acampamentos de Itaquiraí e Tacuru, ambas no MS. Possui uma área de 1.198,03 ha. Possui 2.125,77 ha de reserva ambiental (inclusive o lago Jacadigo).
Urucum	Localiza-se nas bordas da morraria do Urucum, local onde a mineradora Vale realiza suas operações, e no limite com a fazenda da Laginha, local explorado pela empresa Votorantim. Surgiu por desapropriação em 1986, abrigando 87 famílias. O objetivo era assentar as famílias vinda de Ilhéus e Ribeirinhos, no Paraná, vítimas da construção das barragens do lago Itaipu. O solo tem fertilidade elevada e parte da água era mineral, vindo do morro do Urucum. No entanto, o desastre ambiental causado pela Vale em 2011 secou o córrego Urucum prejudicando este assentamento e outras comunidades no entorno (Maria Coelho, 72, Mato Grande). Boa parte das famílias já conseguiu a titulação, mas acabou vendendo a terra para a mineradora.
Mato Grande	Este assentamento foi criado em 13 de julho de 1987, contemplando 50 famílias que vivem no entorno da morraria do Urucum. Antes de sua criação, 8 famílias já estavam como posseiros na região. Ao total, 24 famílias são de Corumbá e 26 vieram redistribuídas de assentamentos nas cidades de Mundo Novo e Naviraí. Dentre outras atividades, este grupo utiliza o recurso natural da palmeira bocaiuva, junto com a Comunidade Antônio Maria Coelho.
Bocaina	Este assentamento quase sempre passa despercebido dos pesquisadores, mas é o mais antigo da cidade (1980). Sua criação foi uma estratégia de efetivar a posse dos 27 trabalhadores que já viviam nela, ou seja, não houve processo de ocupação nem demais conflitos.
São Gabriel	Por fim, o mais recente assentamento de Corumbá, o São Gabriel, criado em 4 de novembro de 2005, abriga 272 famílias em 4.683,81 ha. As terras foram compradas durante o governo Lula para assentar variadas famílias que estavam acampadas por todo estado.

Fonte: O autor, a partir de entrevistas junto ao Incra – Unidade Avançada Corumbá, 2020; e de Silva, 2000.

5.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS: MIRANDO AO REVÉS PARA ENXERGAR OS ASSENTAMENTOS E SUAS EXPERIÊNCIAS NO DESENVOLVIMENTO RURAL

A partir dessa análise pode-se concluir que a ecologia política de Mato Grosso do Sul, examinada através das suas dinâmicas de desenvolvimento rural formais e informais, reafirmam que o interesse por trás da criação do estado vem se (re)atualizando, configurando essa região uma grande *fronteira de expansão* agrícola e um celeiro de produção de *commodities* para o Brasil e para o mundo.

Como apresentando na análise da trajetória de desenvolvimento de MS, até os dias atuais, o projeto de desenvolvimento prevaemente se ilustra perfeitamente pelo *slogan* de que o “agro é pop”, tão comum no Brasil de 2021 e também no de 1500, portanto, não tão pop e

moderno assim! Tal configuração desconsidera, desvaloriza e deslegitima as riquezas naturais da região (o Pantanal), seus povos originários (os índios, quilombolas e outros) e a população comum (empobrecida), aqui encarnada pelo agricultor familiar, ora estereotipado como colono (colonizado), ora como assentado, cujo valor e importância pouco aparece e é quase “invisível” nos dados oficiais e nas políticas públicas como discutido.

Tudo isso causa efeitos nefastos promovidos pelas *dinâmicas de desenvolvimento formais* que se enredam com as *dinâmicas clandestinas* identificadas, gerando “situações problemáticas” e conflitos socioambientais que se expressam cotidianamente na região, como discutido, em torno de questões tais como as queimadas do Pantanal, a grilagem de terras (que se transformam em novas áreas de expansão agrícola), o uso intensivo de agrotóxicos, além do aumento das desigualdades sociais e da pobreza rural e urbana - que vai ampliar as vulnerabilidades e favorecer as *dinâmicas clandestinas*, sobretudo na região foco deste estudo, uma região de fronteira.

Neste cenário, nem um pouco “pop”, a agricultura familiar está presente e tem sim um papel relevante, como evidenciado, tanto no sistema produtivo (produzindo comida diversa e de qualidade para a mesa das famílias), mas, principalmente, na paisagem da ecologia política da região, através da pluralidade de movimentos sociais rurais que tiveram um papel central na criação de “projetos alternativos” e de resistência, inclusive por meio das ocupações e criação dos PAs, como evidenciado. **Porém, as práticas dos (as) agricultores (as) familiares e seus efeitos** - os silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e **os assentados da reforma agrária**, conforme (Lei 11.326/2006) – além de estarem se enfraquecendo – parecem desaparecer nessa trajetória/história quando tratamos dos dados, políticas e programas oficiais. **Elas parecem invisíveis e insignificantes, diante da grandeza dos números do “agropop” e de sua centralidade já “naturalizada” como única via de “desenvolvimento” da região e do país.**

Propomos então, uma “mirada ao revés”, a partir de um olhar pragmatista, chamando atenção para os efeitos dessa “aposta” na expansão desenfreada do chamado “deserto verde”. A análise da trajetória de desenvolvimento de MS evidencia que o estado e sua população vivem cotidianamente as consequências não desejáveis de um projeto de Brasil rural hoje dominante, permeado pela concentração de terra, por desigualdades sociais gritantes e por uma degradação ambiental sem limites. A concentração de terras dá uma clara dimensão disso, onde 86% das terras são ocupadas por estabelecimentos agropecuários.

Diante disso, os custos sociais e ecológicos do “desenvolvimento” sul-mato-grossense são evidentes. Um exemplo desses custos está presente no mais recente mapa da pobreza do

estado. Segundo o IBGE (2019), 3% da população do estado vive em situação de extrema pobreza. Outra questão é que o Mato Grosso do Sul possui 54 *aglomerados subnormais*, isto é, 54 formas de ocupação urbana irregular de terrenos de propriedade alheia (públicos ou privados), dando origem às favelas, a comunidades, a loteamentos, enfim, múltiplos nomes para um mesmo problema. Essas aglomerações cresceram nas principais cidades do estado, principalmente na capital, Campo Grande (38), e em Corumbá (6). Fato comum em ambas as cidades, as famílias que ali vivem estão expostas à degradação da vida humana, por não terem acesso à água tratada e encanada, à rede de esgoto, por não disporem de escolas e hospitais na proximidade, dentre outras garantias sociais constitucionais.

Este cenário se agrava quando refletimos sobre os efeitos da Covid-19, sobretudo nas cidades de fronteira, as quais estudamos nessa tese. Segundo a FAO (2019), os pequenos agricultores possuem quatro vezes mais chances de entrar na linha da pobreza se comparados a outros indivíduos, empregados em diferentes setores da economia. Por isso, as principais consequências dessa pandemia recaem sobre os produtores rurais, que compõem grupos vulneráveis da sociedade e, nas cidades de Corumbá e Ladário, tiveram as feiras livres, seu principal canal de comercialização, fechados em razão do isolamento social, além da distância dos ambulatórios médicos e hospitais.

Segundo dados do governo do estado (2021), até 03 de abril deste ano 219.857 mil pessoas haviam sido infectadas pelo coronavírus no estado, sendo 11.063 em Corumbá e 1944 em Ladário. Essa crise, somada ao negacionismo, ao fechamento *versus* abertura da fronteira (o que aumenta a circulação de pessoas), às queimadas no Pantanal, à falta de uma ação voltada aos produtores rurais e às endemias locais urgentes (como a dengue e o H1n1) nos fornecem a dimensão dos desafios que se colocam atualmente na região em estudo. Tal “situação problemática” foi confirmada por uma pesquisa nacional realizada por Favareto *et al.* (2020), que destaca que a vulnerabilidade municipal em Corumbá e Ladário é alta.

Diante do exposto, a pergunta norteadora dessa tese coloca-se ainda como mais central, para tirar da invisibilidade e permitir compreender melhor as contribuições e também as dificuldades da agricultura familiar nesse cenário. *Como aqueles (as) que vivem nos assentamentos enfrentam e respondem a essas situações? Como ocorrem (ou não) as inovações sociais, a partir das práticas desses atores nos assentamentos rurais, e quais as consequências dessas inovações sociais para o desenvolvimento rural?* Aprofundaremos a resposta a essa pergunta no próximo capítulo que discute e analisa as experiências dos dois assentamentos.

6. (RE) CONHECENDO A INOVAÇÃO SOCIAL NOS ASSENTAMENTOS RURAIS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA.

Qual a trajetória dos assentamentos estudados e quais os desafios encontrados neste percurso para sua legitimação, diante dos dilemas e dos desafios de desenvolvimento abordados nos capítulos precedentes? Quais os projetos coletivos presentes nos assentamentos? Como se configuram as arenas públicas em torno do desenvolvimento rural (as práticas, os públicos, os problemas, os sentimentos, as memórias, os símbolos e a imaginação sobre os projetos) nesses assentamentos? Como ocorre (ou porque não ocorre) a inovação social rural? Como ela se produz, o que facilita, ou dificulta, quais suas consequências para as famílias envolvidas e para o território?

Para responder as demais perguntas colocadas por esta tese esse capítulo inicia buscando atender ao segundo objetivo proposto, por meio da recuperação da trajetória e análise das experiências dos assentamentos Taquaral e 72 na seção 6.1. Trata-se de reconhecer as experiências nesses assentamentos, a partir do enfoque analítico apresentado no Capítulo 3, identificando e analisando as dinâmicas territoriais (formais e informais), as situações problemáticas, bem como, as interações (controvérsias, conflitos, acordos, coordenação) que configuram as ações/práticas dos atores envolvidos nestes assentamentos ao longo do tempo. Para tanto, buscou-se observar e analisar as alianças, conflitos, silêncios, acordos e manobras presentes nas ações e também nas memórias dos atores que construíram essa trajetória.

Através dessa reconstituição foi possível mapear e analisar as arenas públicas presentes nos dois assentamentos, incluindo diferentes atores e coletivos e suas interações, descrevendo suas visões, as políticas e programas públicos existentes suas ações, inações, silêncios, respostas e resistências na promoção do desenvolvimento rural. Isso é apresentado na seção 6.2 do capítulo.

A partir dessa análise das experiências de “configuração dos problemas públicos” e seu enfrentamento pelos atores nos assentamentos rurais, tecemos algumas conclusões nas considerações finais do capítulo sobre como se promove, ou porque não se promove, a inovação social rural nesses espaços, buscando evidenciar os avanços e os dilemas para o fortalecimento da territorialidade e da sustentabilidade nos assentamentos pesquisados e no meio rural de Mato Grosso do Sul.

6.1 OS ASSENTAMENTOS E A (RE) CONFIGURAÇÃO DOS ESPAÇOS RURAIS: UM OLHAR PARA AS TRAJETÓRIAS E AS EXPERIÊNCIAS DO TAQUARAL E DO 72

Diante da ecologia política do Mato Grosso do Sul apresentada no capítulo precedente e seus diversos custos socioecológicos e dilemas em termos de desenvolvimento rural, esta seção reconstitui e analisa as trajetórias dos assentamentos Taquaral e 72, nas cidades de Corumbá e Ladário, respectivamente. A reconstituição narrativa dos percursos tomou por base o enfoque analítico detalhado no capítulo 3, buscando reconstituir as *cenas públicas* (CEFAÏ, 2007; 2017a; 2017b; 2019), e a partir delas, evidenciar o processo de (re)configuração da experiência pública nesses assentamentos. Trata-se de compreender como a inovação social acontece ou não acontece a partir desse processo.

Busca-se por meio do reconhecimento de sucessivos eventos/aparições (DEWEY, 2012) nas experiências na vida cotidiana desses atores reconstruir a trajetória de implementação e legitimação no território dos assentamentos rurais 72 e Taquaral. Para tanto, privilegia-se os momentos de enfrentamento das “situações problemáticas” ao longo do tempo, entendendo que estas podem servir de gatilho para inovações sociais e produzir mudanças nas interações (através de controvérsias, conflitos, mas também de acordos e coordenação), movimentos de (re)configuração das ações/práticas dos atores envolvidos nestes assentamentos e também da paisagem rural. Assim, cada cena pública é permeada por experiências próprias, o que permite entender melhor a inscrição territorial de cada assentamento ao longo do tempo e também seus efeitos no desenvolvimento rural.

6.1.1 O Assentamento Taquaral (Corumbá - Mato Grosso do Sul)

Institucionalmente, o “Projeto de Assentamento” Taquaral surgiu através da Resolução nº 044, de 20 de outubro de 1989, emitida pelo Incra, referente à desapropriação de 10.013.9698 ha de terras que pertenciam ao Grupo Chamma, que foi dividido em 394 parcelas de dimensões variáveis. Está localizado próximo à baía do Jacadigo, do limite internacional com a Bolívia. Sua entrada principal fica à 10 km de distância da zona urbana de Corumbá. Entretanto, sua criação envolve tantas trajetórias, urgências sociais e a própria função da terra anterior ao propósito de servir as famílias ali assentadas.

Figura 22 – Estradas do assentamento Taquaral, com sítio ao fundo



Fonte: Os autores. Corumbá, fevereiro de 2020.

Em sua constituição, conforme relatou o Incra, havia 89 famílias originárias de Corumbá e 305 provenientes do assentamento Marcos Freire (na época Santo Inácio). Com o tempo, algumas famílias foram saindo e outras, entrando. A que mais recentemente se encontrou estava há apenas oito meses no assentamento. Contudo, a origem dessas famílias é muito mais complexa do que simplesmente a sua localização geográfica, ou a institucionalização do Taquaral. Apesar de suas variadas origens, a trajetória de todas elas se cruza e se intersecciona na participação nos acampamentos. Muitas delas buscavam o sonho da conquista da terra, como ainda buscam. Afinal, ainda não lhe foi dada a titulação definitiva pelo governo federal. Por isso, é preciso voltar às origens para entender a grande exclusão e as urgências dessas famílias.

Antes de marcamos o nosso primeiro encontro formal, com duas famílias e uma associação do Taquaral, nos permitimos, em diferentes dias, cruzar as estradas do Taquaral, reconhecer alguns pontos estratégicos, como a escola, bares, igrejas, borracharia e algumas propriedades que possuem placas na frente vendendo algum tipo de produto, como mandioca ou doces/compotas. Percorrer o Taquaral em dias de sol e chuva nos permitiu experimentar sensações distintas, assim como, percorrê-lo em diferentes estações do ano, afinal, nem sempre ele fica tão verdinho como na Figura 22. Durante a primavera, a paisagem é bem seca.

Ao adentrar o Taquaral, no sentido de quem está partindo da zona urbana de Corumbá, passamos diante de todo o lixo da cidade. São muitos lixos na beira da estrada, animais, queimadas e a triste paisagem de famílias catadoras de materiais reciclados neste cenário, todas trabalhando sem equipamentos de proteção.

As estradas, de fato, possuem diversos trechos deteriorados, o que dificulta a vida das famílias do Taquaral. A proximidade do limite internacional do Brasil com a Bolívia incita outra sensação. Ao longo do trabalho etnográfico fomos parados três vezes por militares do exército brasileiro que, em diferentes períodos, montaram vigília buscando conter o tráfico de drogas, já que parte das estradas que cruzam o Taquaral são conhecidas como *cabriteiras* – estradas de terra que dão acesso à Bolívia e que também são utilizadas pelo tráfico.

O contato com as famílias era quase sempre no mesmo cenário: em sua propriedade, debaixo de um pé de árvore, servido de café. Muitas ocasiões eram engraçadas, deparamo-nos com personagens famosos desse assentamento, como ex-presidentes da associação, alguém que chegou a ser vereador na cidade, um determinado feirante muito conhecido na região, e outros. Outras vezes era triste, permeada por encontros que exemplificaram os dilemas do Brasil rural, tratados precedentemente, desta vez, encarnados diante de nós. Num momento, as caminhadas pelas hortas/lavouras eram ricas, com a produção seguindo seu curso. Em outros, a visita às lavouras era angustiante, pois toda a produção, ou parte dela, havia sido perdida, em razão da falta de água.

Nos perdemos várias vezes pelas estradas da escrita (buscando preencher lacunas com novas leituras) e também dos assentamentos. Nesses encontros e desencontros, descobrimos vias para contar essa história tão rica e também onde ficava a antiga fábrica de farinha de mandioca, o local que abrigava a sede da antiga fazenda (anterior a desapropriação) e o local onde as primeiras lonas/barracos foram levantadas, em 1989.

No final desse árduo ir e vir, a narrativa dessa experiência etnográfica no Taquaral foi construída e disposta em cinco cenas públicas, ilustradas na Figura 23. Todas demonstram como os públicos, e seus problemas, nasceram do encontro e mobilização de seus membros e suas demandas (inicialmente nos acampamentos), do compartilhamento de experiências, das alianças, sobretudo com as organizações religiosas (nesse caso, a CPT), mas também dos engajamentos pessoais (na busca pela inclusão), seja por meio da terra ou para além dela. O conjunto dessas ações se legitimam em diferentes arenas públicas, fazendo acontecer institucionalmente os assentamentos, como discutiremos na próxima seção.

Figura 23 – Cenas Públicas do Taquaral¹⁰¹

Fonte: Elaboração própria, via Prezi-2020.

¹⁰¹ Fonte das figuras: 1 - Sesi, 2010. | 2 e 3 – Arquivo CPT-Corumbá | 4 -Jornal Campo Grande News, 2011 | 5 – GIMS, 2015.

a) *Cena 1 - Articulação em função da ação situada: a busca pela terra e pela inclusão*

As terras do atual assentamento Taquaral faziam parte de um conglomerado de terras pertencentes ao Grupo Chamma - uma família de empresários e industriais que circulavam ativamente entre Corumbá, São Paulo e a capital do Brasil, Rio de Janeiro.

Em sua tese de doutorado, o historiador Waldson Diniz revisitou diversas páginas de jornais locais de Corumbá para compreender a representação do boliviano nestes periódicos entre 1938-1999. A partir destes jornais, disponibilizados em sua tese, identificamos que os principais nomes da família Chamma eram Jorge Abdalla Chamma e Nelson Chamma.

Em 1949, estes empresários, juntamente com outros nomes de famílias tradicionais da cidade, conseguiram o reconhecimento do governo federal e abriram a *Liga Árabe-Brasileira de Corumbá*, uma instituição sem fins lucrativos que, além de lazer e cultura, realizava algumas ações sociais. Esse feito se acumulou ao currículo de Jorge Chamma, que despontava como “uma espécie de modelo de homem bem-sucedido no período 1940-1960” (DINIZ, 2014, p.118). Afinal, ele era advogado, sócio de um dos principais moinhos de trigo de Mato Grosso, construtor de diversos prédios, inclusive do primeiro edifício de apartamentos de Corumbá, proprietário de fazendas, indústrias têxteis e de uma siderúrgica, escritor de livros, um verdadeiro *cidadão de bem* e, dentre outros títulos, proprietário e colunista do jornal *Tribuna*, o mais importante da cidade, que exercia influência política e formava a opinião sobre diferentes assuntos do cenário nacional e local.

Foi nas páginas deste jornal, em algumas passagens de seu livro *Em Defesa do Brasil* (1955), além de entrevistas junto ao Incra, que conseguimos extrair alguns entendimentos possíveis sobre as terras do assentamento Taquaral e de sua visão sobre pobreza e meio rural.

Em 30 de março de 1948, Jorge Chamma escreveu um artigo para seu jornal intitulado *As favelas e a falta de braços para a agricultura*, que contém os seguintes trechos.

Está provado que só no Rio de Janeiro existem mais de 250 mil pessoas morando em favelas, o que significa dizer que estão morando na mais absoluta falta de higiene, com prejuízo aos próprios e à coletividade carioca, pois ali proliferam toda espécie de febres [...]

A solução a nosso ver é a seguinte:

[...]

O Governo removerá todos os indivíduos cadastrados [moradores de favelas] e fará uma redistribuição dos mesmos pelas fazendas em parcelas nunca superiores a 4 por cada fazenda.

Todas as pessoas cadastradas terão suas **carteiras que as identifiquem e cujos dados serão fornecidos** a todas as estações ferroviárias e empresas de transporte a que foram destinadas, bem como a todas as delegacias de polícia das circunvizinhanças.

[Dar] ordem a todas as empresas de transporte e ferrovias para a venda de passagens mediante apenas Carteira de Identificação e ordem aos chefes de trem e de condutores de veículos para, **ao recolherem passagens nas composições de segunda classe**, exigirem a carteira de identificação para verificar se seu número corresponde ao que consta na passagem, bem como proceder dessa forma nas composições de primeira classe, quando desconfiem da situação do passageiro, método aplicável a outros meios de transporte.

Dessa forma, estaremos desafogando os grandes centros, limpando-os de malfeitores, vagabundos e de uma série de indivíduos que vivem da desgraça de terceiros¹⁰²

Estes trechos refletem o conservadorismo e o autoritarismo da época, demonstrando o pensamento de parte das elites locais sobre os indivíduos pobres e sobre os agricultores, muitas vezes, vistos como “boias-frias” e até mão de obra escrava para viabilizar o sistema de monocultura dos latifúndios. Tal visão ainda se reproduz atualmente pelos diversos estereótipos que se atribui aos assentados como discutiremos mais adiante.

Preconceitos nesse sentido eram destilados neste jornal também contra os bolivianos que, a partir da década de 1950, já atravessavam a fronteira para fazer comércio em Corumbá. Havia um temor de reprodução e avanço da pobreza, além de disseminação de doenças na *Feira do Boliviano*, que se localizava próximo à estação de trem de Corumbá (SANTO, 2015).

Preconceitos e “diferenciação” em relação aos “pobres”, de um lado, e defesa dos próprios interesses, do outro. Assim se pronunciavam os membros dessa família. Uma evidência disso é o texto do Jornal Tribuna, de outubro de 1959¹⁰³, que glorifica a atuação do presidente da Associação Comercial de Corumbá, na época, Nelson Chamma, que pleiteou junto ao governo federal o aumento do limite da cota internacional de comércio semanal entre o Brasil e a Bolívia, justificando que os bolivianos procuravam o mercado corumbaense e que a cidade não poderia perder espaço desse negócio. As argumentações, muitas das vezes escritas no plural, indicavam mais a necessidade própria, ou de um pequeno grupo de empresários de famílias tradicionais da cidade, do que dos munícipes de um modo geral.

Da década de 1940 até o final de 1960, Corumbá experimentou o seu maior período de industrialização. As jazidas de minério de ferro, descobertas no final da Guerra do Paraguai (1870), anunciavam essa possibilidade industrial. A concessão era dada pelo governo federal ou estadual. Dentre os variados grupos que obtiveram tal licença, destaca-se a Sociedade Brasileira de Mineração Ltda (Sobramil). Criada pelo engenheiro Salim Chamma, esta organização passou a explorar as jazidas no morro do Urucum e a transformar a matéria-

¹⁰² Jornal A Tribuna. Corumbá, MT, 30/03/48, In: DINIZ, 2014, p.226, grifos nosso).

¹⁰³ Artigo: *Reivindica o comércio de Corumbá maior cota para seus negócios com a Bolívia*. Jornal Tribuna. Corumbá, MT. 01/10/59. In: Diniz, 2014, p.136.

prima em ferro gusa na usina siderúrgica. Havia ainda um terminal/porto, que escoava essa produção pelo rio Paraguai.

Em seu livro, Jorge Chamma (1955), diretor-presidente da Sobramil, relatou que a atividade siderúrgica era resultado de um investimento de Cr\$ 425 milhões e que atraía cerca de duas mil pessoas para Corumbá. O crescimento havia sido tão rápido que, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o Grupo Chamma assinou um contrato para exportação de ferro gusa aos americanos. “Com o surto do progresso industrial de Corumbá” (1955, p.210), a capacidade produtiva precisava ser aumentada; para isso, mais madeiras/carvão vegetal eram necessárias, a principal fonte de energia dos fornos desta usina.

A produção do carvão vegetal era obtida, em sua grande maioria, nas próprias terras do grupo. Presentemente, grande parte dessas terras compreende aos territórios dos assentamentos Tamarineiro I, Tamarineiro II Norte, II Sul, Paiolzinho e Taquaral. Havia, também, exploração da madeira na região do assentamento 72, bem próxima à morraria do Urucum¹⁰⁴. O produtor rural E.1, nordestino que chegou em Corumbá com três anos de idade, relata que seu pai fora atraído com outros tantos *boias-frias*¹⁰⁵ para trabalhar na exploração de madeira em Corumbá:

Nós viemos de Afrânio, interior de Pernambuco, mais ou menos em 1943 [...]. Havia uma pessoa que arrebanhava todos os trabalhadores interessados. Meu pai contava que a promessa era que aqui havia muita terra. Então, finalizando os trabalhos de colheita da madeira, os grupos seriam colocados nessas áreas. A vinda pra cá era sofrida. Viemos num *pau de arara* [caminhão] só com farofa, chá de cidreira e água. Trazíamos pouco pertences. Chegando aqui, o susto foi grande. Todos eram explorados e a Justiça não ligava muito não. Se você não concordava, ou rebelava, você morria. Aposto que se cavar muito as terras por aí [sinaliza com a mão] é capaz de achar osso. Também havia muita bebedeira. Eles davam muita cachaça para as pessoas, o que era uma fagulha para iniciar brigas (ENTREVISTADO 1).

Nesse período de expansão das atividades industriais, bem como da economia corumbaense, a família Chamma criou, além da Sobramil, a Sociedade Brasileira de Siderurgia (Brasider) e a Sociedade Brasileira de Imóveis (Sobraimoveis). As duas articulavam as atividades siderúrgicas e adquiriam, dentre outras, propriedades que continham muitas árvores (exploração de madeiras). A imponência dos nomes das companhias criadas chama a atenção, mas Jorge Chamma (1955) acaba se contradizendo em suas memórias ao narrar que a Sobraimoveis também era responsável por reflorestamento, garantindo futura

¹⁰⁴ Para um melhor dimensionamento, sugerimos que se confira a Figura 5, na introdução da tese.

¹⁰⁵ *Boia-fria*: expressão que designa o trabalhador rural itinerante, fazendo referência à marmita que o trabalhador levava para o seu trabalho. Com o tempo, virou categoria social, na qual estão inclusos trabalhadores rurais, analfabetos ou com pouco estudo, que trabalham em tempo de colheita em baixas condições de trabalho e salarial. No Brasil, o caso ficou emblemático com os cortadores de cana-de-açúcar.

novas fontes de energia. Isso porque foram justamente a exaustão da madeira e, possivelmente, a falta de reflorestamento que tornaram a madeira escassa e, com o tempo, esta atividade acabou sendo substituída pelo carvão vegetal. Essa substituição aumentou os custos produtivos, o que motivou a desativação da siderúrgica, continuando apenas a exploração e exportação do minério de ferro não beneficiado.

Paralelamente a este período, e bem distante de Corumbá, estavam dois grandes grupos de trabalhadores rurais: os que atuavam nos campos de café no norte do Paraná, e os brasileiros que acabaram voltando do Paraguai, os chamados *brasiguaios*¹⁰⁶.

Encontramos em Priori *et al.* (2012), a narrativa sobre o período da pujança da cafeicultura paranaense, entre as décadas de 1940 a 1970, que nos permitiu melhor compreender a fala de alguns entrevistados.

O cultivo do café expandiu-se pelas terras brasileiras, além do estado de São Paulo, grande referência nacional. No Paraná, encontrou condições climáticas favoráveis ao cultivo, além da qualidade do solo e da disponibilidade da água. A expansão da cultura foi tão intensa que expressões como *ouro negro* e *ouro verde* dominavam a cena política, econômica e social do estado, além do imaginário popular. Afinal, imigrantes europeus (sobretudo quem perdera a terra em seu país de origem) haviam sido atraídos para o norte do Paraná e outras regiões do Sul para “ajudar na colonização” dessa região, sendo muitas vezes chamados de colonos¹⁰⁷. Além deles, diversos boias-frias nordestinos também deixaram suas cidades e dirigiram-se às plantações paranaense. Uma dessas famílias foi a da produtora E.2, que contou:

Eu nasci em Limeira [Noroeste do Paraná], mas meus pais eram do sertão de Quixadá [Ceará]. Primeiro, eles foram para o Paraná trabalhar nas plantações de café. Lá eu nasci; depois vieram os meus irmãos e, com o fim do café [referindo-se à decadência da cultura], começou a ida dos trabalhadores para o Paraguai [...]. Nós migramos para lá porque falavam que tinha muita distribuição de terra. Sem trabalho fomos para lá. Mas nem todos foram. Alguns voltaram para sua terra; outros já foram se espalhando pelo Brasil e teve quem conseguiu ser empregado lá mesmo no Paraná, mas em outras lavouras (ENTREVISTADA 2).

¹⁰⁶ Importante marcar que *brasiguaios* é uma categoria social utilizada pelos pesquisadores e o governo da época para designar os brasileiros que foram ao Paraguai e de lá voltaram, e os que ainda estão por lá, conforme detalhado em seguida. Contudo, em nenhum momento do trabalho de campo os trabalhadores rurais brasileiros encontrados no Taquaral e que vieram do Paraguai se autodenominaram dessa forma. Assim, utilizaremos dessa expressão apenas para compreender o período cronológico de ida e volta desses brasileiros, não para os categorizar.

¹⁰⁷ Como discute Barros (2007), a expressão *colono* é comumente utilizada para referir-se aos agricultores assentados nessa época, sendo atribuída pelo próprio Incra, por eles ocuparem áreas considerada como de colonização. Em oposição a este modelo de reforma agrária imposto pelo regime militar, principalmente nos anos de 1970, que priorizava a colonização de terras devolutas em regiões remotas, com objetivo de exportação de excedentes populacionais e integração estratégica é que vai surgir o MST, a partir da organização da CPT como será explorado mais adiante.

A fala dessa agricultora indica o período do auge da cafeicultura no Paraná, momento que atraiu diversos trabalhadores para aquela região. Esse período também se enquadra com o auge da Revolução Verde, implantado a partir da década de 1960, cujo objetivo era promover uma maior mercantilização agrícola para exportação, aproveitando-se da expansão capitalista, principalmente a partir do final da Segunda Guerra Mundial. Segundo Priori *et al.* (2012), no pós-guerra, a cafeicultura paranaense continuou se expandindo, trazendo para a região a modernização, a dinamização do transporte, sobretudo férreo, e as primeiras telecomunicações. Além, é claro, de atrair mais mão-de-obra.

Como discutido, as promessas da Revolução Verde, de para além do desenvolvimento agrícola combater a pobreza das famílias rurais, não aconteceram. Somem-se a isto a retomada do crescimento econômico dos países em guerra, e de seus aliados, as grandes instabilidades econômicas que a ditadura militar gerou para o Brasil, a queda nos preços do café e a grande *geada negra* de 1975, que abalou parte das plantações paranaenses. Todos esses fatores fizeram com que o cenário começasse a mudar. Era a decadência da cafeicultura no Paraná, que levou milhares de trabalhadores rurais para o Paraguai, e para o sul de Mato Grosso do Sul, onde alguns deles começaram a se articular para fazer valer o Estatuto da Terra, aprovado pouco tempo antes (1964), através do qual se reivindicava uma reforma agrária. No entanto, a justificativa de conter um comunismo reprimiu fortemente diversos trabalhadores rurais, não só em MS, mas em todo país.

O segundo grupo de trabalhadores refere-se aos brasileiros que seguiram para o Paraguai, chamado por alguns pesquisadores de *brasiguaios*. Segundo Albuquerque (2009), o primeiro grande fluxo começou nos anos 1950, com auge nos anos 1960, momento referente à construção da hidrelétrica de Itaipu, enquanto que a presença de paraguaios no Brasil se intensificou com o final da Guerra do Paraguai e no auge da Companhia Matte-Laranjeira. O interessante nessa história é o encontro de dois grandes projetos desenvolvimentistas: a Marcha para o Oeste (Brasil) com a *Marcha al Este* (Paraguai).

Os migrantes brasileiros que foram para o Paraguai têm duas grandes origens. Primeiro, trata-se das famílias que, partindo do Rio Grande do Sul, cruzaram Santa Catarina, passaram pelo oeste do Paraná e chegaram a Mato Grosso do Sul. O segundo fluxo advém das cidades do Nordeste brasileiro e de Minas Gerais, caso das famílias que se dirigiram para o estado de São Paulo e, depois, chegaram ao norte e ao oeste do Paraná (nas lavouras de café). Esses dois grupos possuíam posições sociais e econômicas diferentes. Ambos foram atraídos pelas políticas e promessas da *Marcha al Este* sendo, a principal dela, o baixo custo da terra.

A *Marcha al Este* visava reassentar os camponeses que viviam na área central e mais populosa do Paraguai. Para isso foi criado o *Instituto de Bienestar Rural* – atualmente *Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra*, responsável pela reforma agrária naquele país. O governo paraguaio reformulou o estatuto agrário em 1963 e **permitiu a venda de terras aos estrangeiros nas zonas de fronteira**. Até o período, essa região tinha uma floresta tropical e era ocupada por grupos indígenas, traficantes de madeira e por empresas de extração da erva-mate, como a Mate-Laranjeira. Com a mesma intenção de ocupar os “espaços vazios” e diminuir as tensões sociais da região central, o governo implementou o plano de colonização e **facilitou a entrada de brasileiros tanto na derrubada da mata como no plantio agrícola**. Dessa forma, os departamentos fronteiriços de Alto Paraná, *Canindeyú*, *Amambay* foram ocupados principalmente por colonos brasileiros, enquanto que os departamentos vizinhos de *Caaguazú* e *Caazapá* foram colonizados por camponeses paraguaios, que se deslocaram dos departamentos centrais. A expansão dos plantios de soja na atualidade nesses departamentos de muitas colônias camponesas tem ampliado as áreas de contato e atrito entre brasileiros e paraguaios (ALBUQUERQUE, 2009, p.141, grifos nossos).

Esse processo transformou a paisagem e as sociabilidades na zona fronteira Paraguai-Brasil. A partir de 1985, os brasiguaios começam a ser expulsos das terras paraguaias e retornam ao Brasil. O motivo, segundo Albuquerque (2009), seria a alta concentração da terra, a mecanização da agricultura, o fim dos contratos de arrendamento e a falta de créditos agrícolas.

Antes de detalhar o retorno, é importante marcar que nem todos voltaram. Algumas dessas famílias tinham posses, ou algum capital consigo, o que permitiu adquirir grandes propriedades e intensificar sua produção. Outras famílias atuaram como peões e arrendatários de terra, pois não possuíam tantos recursos. Foi este segundo grupo que acabou retornando ao Brasil. Até hoje, a presença de brasileiros no Paraguai se faz presente, principalmente de famílias que conseguiram aumentar suas posses. Sua presença, volta e meia, é rediscutida, questionada pela pressão local e noticiada em diversos veículos de comunicação.

Mas, referente ao retorno dos brasiguaios, esta ação se dá com veemência a partir de 1985, pois, além da perda da terra e das condições em que essas famílias viviam no Paraguai, em 1977 o estado de Mato Grosso do Sul já havia sido criado, e com ele, o surgimento da primeira ocupação de terra no novo estado, em 1979, com apoio da CPT, nas fazendas Entre Rios, Água Doce e Jequitibá, localizadas em Naviraí, discutidas anteriormente. Some-se a isso o processo de redemocratização do país e a promulgação do PNRA, em 1985, o que intensificou o sonho pela terra.

Sobre esta passagem, E.3 (produtor rural, gaúcho, 73 anos) e E.4 (produtor rural, paranaense, 70 anos), relataram:

Sou gaúcho e sempre trabalhei na roça. Fui para o Paraná, lavei muitas terras por aquelas bandas e, de lá, fomos [referindo-se à sua família] para o Paraguai. Vivi muito tempo por lá, e voltei com esse sotaque carregado. O objetivo era conseguir

terra para lavoura e moradia. Lá no Paraguai não deu certo e eu voltei para o Brasil. Só depois acabei chegando aqui no Taquaral e conseguindo minha terra (ENTREVISTADO 3).

Você sabe grupo de *WhatsApp*? Então, nós não tínhamos isso não! [risos] Eu já estava no Paraguai; a vida lá era muito difícil [...] tinha muito conflito, até mais do que eu pessoalmente vivi aqui no Brasil. Mas a gente [referindo-se à família] ficou sabendo que tinha terras no sul do estado [MS] e que já tinha acontecido invasão por lá, com a ajuda da Pastoral. Na época, fiquei sabendo por um compadre [...] e a gente ia assim, um avisando o outro. Até hoje funciona assim. Foi assim que soubemos da terra e que fomos para Mundo Novo/MS (ENTREVISTADO 4).

Além dos trabalhadores rurais vindos do Nordeste (boias-frias), dos trabalhadores vindo diretamente do Paraná e dos que vieram do Paraguai, um quarto grupo se faz presente no Taquaral: os corumbaenses vindos do Pantanal.

Os produtores rurais pantaneiros encontrados no Taquaral são de origens variadas. Brancos, negros, mestiços (de origem indígenas), paraguaios, ou seus descendentes. Esses pantaneiros não possuíam terras. No Pantanal, atuavam como peões boiadeiros, responsáveis por conduzir as boiadas pelo Pantanal em diferentes cursos e regimes de cheia; ou eram arrendatários de terra. No geral, eles são senhores acima de 55 anos, alguns deles viúvos; outros, ainda acompanhado de suas esposas, analfabetos ou semialfabetizados.

No Pantanal, lá na região do Paiaguás, a gente conduzia as boiadas. Também cuidávamos do manejo, da doma [domesticação]; preparávamos as *traias de arreios*. Tinha muitas cheias, mas muitas, muitas, mesmo. Não era como hoje [referindo-se a seca]. A gente ia conduzindo o gado para uma região menos alagada e com boa pastagem. É uma atividade que a gente gostava de fazer, mas é muito cansativa. Enquanto era eu e a esposa [atuava como cozinheira na fazenda], a gente aguentava. Mas daí vieram as crianças e foi quando soubemos do apoio da Pastoral para um grupo de trabalhadores que seria assentado aqui perto de Corumbá [Taquaral]. Largamos tudo e viemos para cá. E deu tudo certo. Hoje eu tenho minha terrinha (ENTREVISTADO 5, produtor rural).

Depreende-se, da fala de E.5, parte da vida e dos desafios dos pantaneiros. Discursos semelhantes a este foram reproduzidos por outros produtores de origem pantaneira. Em comum, alguns sinais relacionados às **mudanças climáticas** que atingiram o Brasil e o mundo a partir da década de 1970, **intensificando o debate sobre a sustentabilidade**.

No Pantanal, o fenômeno da seca e das enchentes é natural e vital para a biodiversidade pantaneira. As inundações ocorrem quando as bacias dos rios Cuiabá e Paraguai transbordam simultaneamente – intensificando as enchentes e o ciclo das águas. Ao longo do tempo, os pantaneiros aprenderam, através de conhecimento popular e suas tradições, a prever o ciclo da cheia. Com isso, passaram a se planejar e a ajustar a forma e a vida no Pantanal.

No entanto, diversas enchentes históricas vindas após sucessivos períodos de secas, também históricos, acabaram surpreendendo os pantaneiros, criando até *o caso* -, uma memória recontada variadas vezes entre os familiares e amigos. É o caso da chamada *grande enchente de 1974*, que realmente aconteceu (o rio atingiu 5,46 m). Apesar de ela não ter sido a maior cheia da região (G1MT, 2013), foi inesperada, causando mortes e grandes perdas aos pantaneiros e aos pecuaristas.

Vimos, na seção que discutiu a sustentabilidade no meio rural, que a pauta ambiental a partir da década de 1970, principalmente após a Conferência de Estocolmo, vai argumentar e priorizar os problemas ambientais, os custos ecológicos da modernização e a necessidade de se repensar o desenvolvimento. Analisando a trajetória dos diferentes grupos familiares que compõe o assentamento Taquaral, compreende-se que, além fatores socioeconômicos (pobreza, exploração e, principalmente, a falta de terra), as mudanças climáticas da década de 1970 constituíram fatores que afetaram a vida destes trabalhadores. Se, por um lado, encontramos os trabalhadores que estavam no norte do Paraná e foram prejudicados com a *grande geada de 1975*, de outro, estão os alagamentos inesperados de 1974 no Pantanal, afora as sucessivas tempestades que ainda aconteceram na década de 1980, e as terras do assentamento Taquaral, que, apesar de serem de boa qualidade para a lavoura, foram drasticamente exploradas pelo Grupo Chamma, desde a década de 1950.

As mobilizações em torno da busca pela terra fizeram confluir o destino de diferentes famílias para o sul de Mato Grosso do Sul. Encontros e despedidas marcam a trajetória desse grande grupo. Era o início da década de 1980 e a ocupação de terra no sul do estado foi mais uma caminhada rumo a Corumbá, ao futuro assentamento Taquaral.

b) Cena 2 - Da crise à luta para criação do Assentamento Taquaral

Neste momento, estamos no início da década de 1980. Durante o trabalho de campo, observamos que as lembranças desse período estavam, digamos, meio travadas. As lembranças precisaram ser “puxadas” da memória. Algumas vezes, confirmada com o/a esposo/a, que estava ao lado. “*Era isso Fulano/a, não era?*”; ou aquele olhar balançando a cabeça até chegar à conclusão “*sim, foi isso mesmo...*”. A certeza rápida e comum a todos foi a dificuldade e a demora de sair do sul de MS até chegar a Corumbá, especificamente nas terras que hoje integram o Taquaral.

Por esse motivo, nesta cena 2 precisamos recorrer a algumas fontes para poder compreender melhor os relatos ouvidos/presenciados durante o trabalho de campo sobre este período, que estavam permeadas de falhas ou equívocos da memória. Afinal, como colocado por Koselleck (2014), por vezes, tem acontecimentos que os atores esquecem, passagens que não existiram. Então, nessa cena, algumas falas foram confrontadas com outras fontes para compreendermos melhor essa passagem, que temporalmente, se situa entre 1980-1989.

Referente ao processo da luta pela terra, a primeira ocupação das três fazendas em Naviraí (1979) serviu como estímulo para que a organização e a luta se fortalecessem, contando com o apoio da CPT.

Em 1982, a CPT pressionou as cidades do estado para que fossem criadas as *Comissões Municipais dos Sem Terra*, que tratariam da negociação das ocupações e a criação dos PAs, além de ir conscientizando mais os trabalhadores sem-terra sobre a importância da luta. O engajamento foi tamanho que esta comissão cresceu e foi multiplicada em 11 municípios do estado, reverberando na esfera estadual, com o surgimento da *Comissão Estadual dos Sem Terra*. A estratégia do CPT era, uma vez esgotada todas as vias legais, pressionar o estado para solucionar o problema dos trabalhadores sem-terra. Para isso, um abaixo-assinado com 3.600 assinaturas conseguiu interferir nas eleições de 1982, ganhando espaço na agenda e vindo a se institucionalizar a partir de 1983 (FABRINI, 2008)¹⁰⁸.

Destaca-se a criação do MST no estado assim como no restante do Brasil que ocorre nos anos 1980 e sua importância para uma guinada nos rumos da Reforma Agrária. Como afirmado pelo próprio movimento (MST, 2021), em seu *site* institucional, este surge sob os auspícios da CPT e como um contraponto ao projeto de expansão da fronteira agrícola e seus megaprojetos, bem como ao modelo de reforma agrária adotado pelo regime militar que priorizava a “colonização” de terras devolutas em regiões remotas, com objetivo de “exportar excedentes populacionais” e favorecer a integração do território, considerada estratégica.

Analisando o cenário político do período na região, temos que após a gestão de Pedro Pedrossian (1980-1983), o primeiro governador do estado que conseguiu permanecer no poder por todo mandato, vieram as eleições de 1982 e, com elas, a vitória e assunção do primeiro governador pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) - Wilson Barbosa Martins (1983-1986) -, que voltou a governar o estado entre 1995-1998, antes de Zeca do PT (1999-2006, reeleito) e, novamente, depois de Pedro Pedrossian (1991-1994)

¹⁰⁸ Para compreender melhor as falas obtidas no trabalho de campo, que trata do momento de encontro dessas diferentes famílias e a articulação engajada pela CPT, buscamos alguns apontamentos técnicos da ação da CPT no trabalho do pesquisador João Fabrini (2008).

retoma o governo. Essa “dança das cadeiras” demonstra gestões de certas famílias e grupos dominantes na história política do estado.¹⁰⁹

A pressão conjunta do MST e da CPT surtiram efeito. Durante a gestão de Wilson Barbosa, foi criada, em 1984, a *Sociedade de Melhoramento e Colonização* (Someco), cujo objetivo era, mais do que agilizar o processo da reforma agrária no estado, acalmar os ânimos e os conflitos por terra, pois, segundo o Atlas de Violência no Campo (2001), da primeira ocupação em 1979 até o final da década de 1990, 1.500 pessoas foram assassinadas na luta por terra em todo o estado.¹¹⁰

Diante desta movimentação e alteração política começam a surgir as primeiras realocações e criações de assentamentos rurais. Dentre os vários casos, duas situações emblemáticas podem ser contextualizadas. O assentamento provisório de Santo Inácio, em Dois Irmãos do Buriti/MS, 1982 e a criação do Assentamento Tamarineiro, em Corumbá, em 1984. Essas duas ações delinearam parte da futura história do Taquaral.

Entre 1980 a 1998, como apresentado no Relatório Data Luta pela Terra (2019), foram 191 ocupações de terra em MS, o que gerou, após o contra-ataque de fazendeiros, e/ou força policial/justiça, a permanência de apenas 94 acampamentos. A maior parte desses (cerca de 50), localizavam-se nos municípios do sul do estado. A principal justificativa para isso era a excelente qualidade das terras férteis que, de tão boa, havia uma grande pressão por parte dos fazendeiros para que os sem-terra fossem expulsos e a terra, recuperada.

Corumbá, o décimo maior município em extensão territorial do país, era uma das cidades com maior área de terras devolutas, ou com terras que tinham algum problema de escritura, bem como a falta dela. É nesse processo de investigação que o governo do estado, junto com o Incra, chega às terras do Grupo Chamma.

Como já mencionamos, esse grupo era proprietário das terras que hoje compreendem os assentamentos rurais Tamarineiro I, Tamarineiro II Norte, II Sul, Paiolzinho e Taquaral. Contudo, por mais que a família tivesse criado a Sobraimoveis, responsável pela compra e gestão dos imóveis/propriedades do grupo, eles não possuíam a escritura de diversos lotes e fazendas espalhadas pelo município, o que pode indicar que muitas fossem fruto de processos de grilagem. Sobre este fato, relatou o entrevistado 6.

Os conflitos entre sem-terra e fazendeiros eram inúmeros por todo Estado. Corumbá já despontava como um grande centro pecuarista. O interesse de diversos fazendeiros, ou famílias que herdaram terras, não só dessas terras em específico

¹⁰⁹ As datas e sucessões foram consultadas no portal do Governo do Estado de MS.

¹¹⁰ Entretanto, segundo o Plano Regional de Reforma Agrária de Mato Grosso do Sul (PRRAMS), até abril de 1985, o número de trabalhadores das diversas categorias envolvidos nos conflitos elevava-se a 1.880.

[referindo-se as terras do assentamento], mas de diversas terras espalhadas pelo Pantanal, era, ou regularizar a terra para criar gado; ou regularizar a terra para vender [...]. Regularizar é estar em dia com sua escritura. Agora, pensa isso com um pouco de preconceito contra os sem-terra, que existia na época e existe até hoje? Pronto! A meu ver houve muita pressão dos fazendeiros locais e de parte da sociedade, para não receber os sem-terra em Corumbá, que eram vistos como **comunistas, bandidos**; e usaram da proteção ambiental do Pantanal para isso, o que, quando da criação do Taquaral, acabou travando tanto a implantação desse assentamento. E nesse jogo político, surge a doação de terra do assentamento Tamarineiro I (ENTREVISTADO 6, ex-funcionário do Incra/MS).

Das várias afirmativas apresentadas por E.6, uma primeira nos direciona a compreender *o processo de doação das terras do Tamarineiro I*. Mais adiante, retomaremos outras. Sua fala vai ao encontro das falas de tantos outros entrevistados e ao percebido ao longo do trabalho etnográfico.

O processo de doação de terra da região do Tamarineiro I (3.812,26 ha) se deu por volta de 1983. Já a efetivação da criação do PA foi realizada pelo Incra em 03 de julho de 1984, assentando 154 famílias. Além dessa doação em específico, também foi tratado da doação de uma outra área para a prefeitura, onde hoje se localiza o atual Cemitério Nelson Chamma (BR-262, próximo ao limite internacional com a Bolívia).

Esse processo de “doação” nada mais foi do que um acordo político para regularizar as várias terras do Grupo Chamma que, em troca, recebeu a titulação de suas terras irregulares, que o grupo havia grilado da União ao longo do tempo. Em boa parte delas, explorava-se a madeira. Conforme diversas entrevistas, além da grilagem, trabalhadores eram mantidos em condição análoga à de trabalho escravo.

Nossa família é uma família de assentados. Lutamos desde 1986, nós e muitos outros que aqui estão. Não tinha conchavo não; a conquista foi resultado de muita luta. A família que era dona dessa terra havia grilado a fazenda da União e mantinha aqui a exploração de madeira e muito trabalho escravo. Exploravam diversas pessoas enganadas para virem para cá, no sonho pela terra (ENTREVISTADO 7)

A vida daquele povo [referindo-se às famílias assentadas] era muito sofrida. Eu ia lá, tanto puxar madeira [transportar], quanto fazer algum serviço para os sem-terra. Tinha muita gente que trabalhava debaixo de sol derrubando as madeiras, para garantir seu sustento. Alguns deles ainda estão lá assentados, mas isso foi um processo que demorou muito tempo (INFORMANTE 1, caminhoneiro).

Não conseguimos ter acesso a informações legais (escrituras) sobre quais terras do Grupo Chamma estavam irregulares e foram regularizadas a partir desse processo de doação (referente, apenas, às terras que hoje são sedes de algum assentamento em Corumbá). Entretanto, a grilagem desse grupo foi denunciada em diversas entrevistas, e também apontada em outras pesquisas realizadas, como a da historiadora Celeida Silva (2000), que

analisou as políticas públicas educacionais nos assentamentos de Corumbá e mencionou, ainda que brevemente, essa prática quando apresentou a origem de alguns PAs da cidade.

Sobre a prática da grilagem na região, a historiadora Vilma Saboya (1995) analisou a operacionalização da Lei de Terras (1850) no Brasil e, especialmente, na província de Mato Grosso (anterior a divisão do estado). O que se depreende desse estudo é apresentado no Box 7 a seguir.

Box 7 – A Lei de Terras no Brasil, na Província de Mato Grosso e em Corumbá

A Lei de Terras é uma instrumentalização dos interesses dos grandes latifundiários! Seu artigo primeiro determina que a obtenção da terra só poderá acontecer por meio da compra. Outros artigos impõem empecilhos à posse da terra pelo trabalhador comum (o pobre, o trabalhador rural). Mesmo sendo esta lei sendo anterior à abolição dos escravos (1888), tal ação (a abolição), cedo ou tarde, já se previa acontecer. Assim, a lei de 1854 inviabilizou o acesso à terra para a classe mais numerosa da sociedade brasileira (pobres e excluídos), garantindo um verdadeiro exército de mão de obra, que foi turbinado com o artigo 18 (Lei de Terras nº 601), que passou a autorizar o governo brasileiro a trazer anualmente colonos livres (os imigrantes) para serem empregados em estabelecimentos agrícolas. Dessa forma, ao mesmo tempo que a elite brasileira passou a ter controle sobre as terras, obteve o controle sobre a mão de obra, mesmo esta sendo livre.

Na antiga província de Mato Grosso a operacionalização dessa lei não foi diferente. Saboya (1995) realizou uma investigação junto ao *Cartório de Registro de Imóveis de Corumbá*, além de consulta a pesquisas anteriormente realizadas. Concluiu a autora que em Mato Grosso havia muitas terras devolutas, obstáculos naturais e resistência indígena. A partir da Lei de 1854, muitos fazendeiros se apressaram para regularizar suas terras. As disputas pelas terras do Pantanal, inclusive da região do Jacadigo (atual assentamento Tamarineiro I e Taquaral), foram inicialmente dominadas pela família do Barão de Vila Maria, no final do século XIX. Essa família também detinha terras e a concessão para explorar o minério de ferro no morro do Urucum. Com o tempo, a atividade pecuária ascendeu na região, sendo comercializada internamente, para o estado de Minas e São Paulo e através dos *saladeiros* (carne salgada), vindo a ser exportada para o Paraguai e a Bolívia. Com isso, novos grupos foram se fixando em toda província, lutando pela sua titulação.

Para tanto, a prática da falsificação comprovada de posse, incêndios, assassinatos e roubos, tornaram-se práticas rotineiras para obtenção da terra e sua titulação. Isso ainda é comum até hoje, evidenciada nacionalmente, e vivenciada localmente, através das queimadas no Pantanal. **O que são as queimadas no Pantanal no século XXI, senão grilagens?**

Corumbá, até 1872, não havia executado a Lei de Terras, devido à distância da capital Cuiabá e da dificuldade de comunicação. Após a construção da Ferrovia Noroeste e da abertura de estradas, esses problemas foram sendo dirimidos, quando os casos de grilagem vieram à tona. Em entrevista, E.6 relatou que é muito comum, ainda hoje, variadas fazendas no Pantanal terem problema com a titulação e a demarcação legal de terra.

Fonte: Os autores, a partir dos estudos de Saboya (1995) e de entrevistas realizadas.

A efetivação do Assentamento Tamarineiro I, afora a exposição da concentração fundiária e da grilagem no estado, retrata parte da intensificação e do movimento da luta pela terra, resultante de vários *escândalos e momentos críticos*, no mesmo sentido proposto por Boltanski e Thévenot (1991). Dentre os principais, elencados por Fabrini (2008), estão as

lutas em torno da fazenda Jequitibá (1980); a vitória dos trabalhadores rurais desta fazenda (arrendatários de terra) sobre os fazendeiros, autorizados pela justiça a permanecer nas terras (1980) – a implantação dos primeiros PAs do estado, caso da Bocaina (1980); a primeira reunião do MST no estado (1981); e a morte do advogado dos arrendatários da fazenda Jequitibá, encomendada pelos fazendeiros com objetivo de desmobilizar o grupo (1982).

Com tantos conflitos e ocupações espalhadas pelo estado, em 1982, a Someco criou o assentamento provisório Santo Inácio, com o objetivo de realocar parte das famílias acampadas em diversos municípios de Mato Grosso do Sul, principalmente famílias que estavam nos acampamentos de Eldorado, Mundo Novo, Itaquiraí e Naviraí. Boa parte delas, são os trabalhadores que voltaram do Paraguai.

Sobre esta passagem, E.8, uma produtora rural, relata o deslocamento e algumas lembranças do período em que viveu no assentamento Santo Inácio

Foram dois anos em Eldorado, antes de irmos para Santo Inácio. A vida lá também era difícil, como foi na chegada aqui no Taquaral [...] **aí, quer saber? Até hoje a vida é difícil. Conseguir água é uma luta!** Lá em Santo Inácio a gente começou a plantar, para comer e ter alguma venda. Começou a complicar, porque tinha famílias que não tinham nem enxada, nem nada [...] e muita gente trabalhava fora do assentamento para ter renda [citou pedreiro, como exemplo].

Igualmente, E.9, produtor rural, reforça este comentário e narra como era a vida em Santo Inácio e as dificuldades na lavoura.

As terras em Santo Inácio não eram boas. Eu fui parar lá porque estava em Itaquiraí. Lá [referindo-se a Itaquiraí], a terra era boa. Quando fomos transferidos, levamos até semente e um pouco da colheita que tínhamos. Teve gente que levou até bezerrada, galinha, tinha uma produçãozinha de leite. Mas nada que facilitasse a vida, porque eram vários grupos. Assim como tinha gente que tinha alguma coisa, tinha povo que não tinha nada. **E o Estado não ajudava e nem dava assistência. Era tudo entre nós. Um ajudando o outro.**

Vemos que, uma vez criado, iniciou-se o processo para organização da vida em Santo Inácio¹¹¹. Lá, a Someco realocou diferentes grupos, mas com trajetórias semelhantes – trabalhadores rurais pobres e sem-terra, que estavam lutando há décadas por seu espaço. Havia produtores vindos do Paraná, do Nordeste, de cidades do próprio MS, famílias vindas do Paraguai, dentre outros.

¹¹¹ Referente ao processo de deslocamento das famílias brasileiras do Paraguai para o Brasil, antes de chegar ao Assentamento Taquaral, recomendamos a leitura do trabalho de Cristiano Conceição, professor, mestre e doutorando em Geografia. Filho de produtores rurais desse assentamento, ele cresceu e ainda hoje vive com sua família no Taquaral. Através da “história de vida” (metodologicamente) e no seu lugar de fala, o pesquisador apresenta as memórias de diferentes produtores sobre esse período. Cf. Conceição, C. (2015). Entre o ficar e o partir: trajetória e memória de luta das famílias brasiguaias do assentamento Taquaral em Corumbá-MS. In: Fastling, A. L. *Olhares sobre os assentamentos de reforma agrária em MS*. Dourados: UFGD. p.169-216.

A criação do assentamento provisório não foi justificativa para acomodação. A pressão dos trabalhadores rurais, do MST, da CPT e dos sindicatos de trabalhadores rurais não parou. A existência de diversas terras, bem como o conhecimento delas e da pressão que se fazia no governo, permitiu que a luta se intensificasse. O próprio Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986, assinado pelo então presidente José Sarney, declarou “**a área rural do Estado de Mato Grosso do Sul como zona prioritária**, pelo prazo de cinco anos, para efeito de execução e administração da reforma agrária, e dá outras providências” (BRASIL, 1986, grifo nosso).¹¹² A justificativa dessa prioridade, estava cunhada no PRRAMS:

Para impedir a continuação do êxodo rural há necessidade de serem tomadas medidas que ataquem a raiz do problema, inclusive incentivando a exploração racional da terra através de política agrícola adequada.

O número de focos e de pessoas envolvidas em conflitos pela posse da terra no Estado de Mato Grosso do Sul começa a crescer a um ritmo preocupante. Esses conflitos têm envolvido arrendatários, trabalhadores assalariados e posseiros, gerando inclusive formação de acampamentos de agricultores sem-terra.

Os municípios situados na fronteira com o Paraguai são propensos a problemas gerados pela concentração de migrantes. **Muitos brasileiros atravessam a fronteira em busca de melhores condições de trabalho e, se não as encontram, retornam ao País, formando, não raras vezes, acampamentos nas cidades**, reivindicando assentamento em solo sul-mato-grossense, embora sejam em sua grande maioria originários de outros estados.

O grande contingente de *brasiguaios* que está retornando, ou em vias de retorno, tem representado enorme desafio ao governo brasileiro, requerendo inclusive ações diplomáticas para salvaguarda dos direitos e interesses dos brasileiros que emigraram.

A reforma agrária é instrumento eficaz para solução dos problemas ora evidenciados: ao permitir acesso à terra, ao crédito e à assistência técnica, possibilita ao trabalhador condições de melhoria de seu padrão de vida. Gera, ademais, impacto positivo sobre a produção e oferta de alimentos, criando novas unidades produtivas e colocando em uso terra e mão-de-obra anteriormente subutilizadas ou ociosas (PRRAMS, In: BRASIL, 1986, grifos nossos).

A **luta por terra** foi então em elemento central para o reconhecimento do direito e a execução de fato da política da Reforma Agrária no estado nos anos seguintes (como vimos nos dados discutidos no capítulo anterior), na qual o papel dos movimentos sociais rurais nascentes foi fundamental. Assim, começam a ser criados alguns PAs pelo estado.

Em 1984, como relatado, surgiu o PA Tamarineiro. Em 1985 surgiram o PA Sucuriu (Chapadão do Sul, com 227 famílias), o PA Retirada da Laguna (Guia Lopes da Laguna, com 90 famílias) e o PA Nioaque (Nioaque, com 371 famílias). Já em 1986, foi a vez do PA Urucum (Corumbá, com 87 famílias), PA Nova Esperança (Jateí, com 83 famílias), PA Novo Horizonte (Novo Horizonte do Sul, com 678 famílias), PA Guaicurus (Bonito, com 129

¹¹² Posteriormente revogado, em 5 de maio de 1991.

famílias) e, no ano seguinte, o PA Mato Grande (Corumbá, com 50 famílias), PA Itá (Bela Vista, com 44 famílias), dentre outros. Em comum, todos faziam valer, através da luta e resistência, a PNRA, recém-aprovada pelo governo federal em 1985.

Para as famílias que estavam em Santo Inácio, o governo do estado e o Incra apresentou quatro possibilidades: Casa Verde (Nova Andradina, onde foram assentadas 471 famílias em dezembro de 1987); Monjolinho (Anastácio, com 278 famílias, dezembro de 1988); o próprio Santo Inácio, que se tornou PA Marcos Freire (Dois Irmãos do Buriti, com 181 famílias, outubro de 1987) e o Taquaral em Corumbá. As famílias decidiram entre si quem iria para cada um dos futuros PAs.

Entrevistas junto ao CPT-Corumbá, ao Incra e aos produtores rurais apresentaram que, inicialmente, um primeiro grupo veio até as terras do Taquaral para ver a sua localização, qualidade, proximidade da zona urbana, dentre outros fatores. Esse grupo era independente da comissão legal que atuou na tramitação de criação do Taquaral. “A gente queria saber se a terra aqui era boa. Ninguém do grupo conhecia essa região”, relatou E.2.

Da verificação das terras ao fechamento do certame, o processo, em conformidade com o Decreto nº 92.621/1986, foi conduzido em conjunto por representantes do Incra, que presidia a *Comissão Agrária no Estado de Mato Grosso do Sul*, por três trabalhadores rurais e três representantes dos proprietários da fazenda Taquaral, por um representante de entidade pública vinculada à agricultura, que, no caso, foi a CPT, e um representante de estabelecimento de ensino agrícola.

Essa comissão ficou responsável por analisar a localização da fazenda Taquaral, a potencialidade de uso da terra; os recursos hídricos; a infraestrutura básica necessária (escolas, postos de saúde, estradas, transporte, redes de energia elétrica, outros); a existência de benfeitorias nas fazendas, inclusive sedes, florestas naturais, culturas plantadas; disponibilidade de água. Esse processo dependia, também, do licenciamento emitido pelo Ibama, após o reconhecimento de florestas, mananciais e outros recursos não-renováveis, e sua devida demarcação.

Em 21 de fevereiro de 1989, a fazenda Taquaral foi declarada de interesse social para fins de reforma agrária, conforme detalhado no box 8.

Box 8 - Decreto nº 97.540, de 21 de fevereiro de 1989

Art. 1.º É declarado de interesse social, para fins de reforma agrária, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado **Fazenda Taquaral**, com área de 10.059,3800 he, situado no Município de Corumbá-MS, compreendido na zona prioritária, fixada pelo Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do P1, de coordenadas geográficas longitude 57°43'15"WGr e latitude 19°02'29"S, situado na faixa de domínio da Estrada Municipal Corumbá/Colônia Jacadigo e na divisa com terras de Catharino Sena; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras de Catharino Sena, com os seguintes azimutes verdadeiros e distâncias: 121°34'30" e 732,00m até o P2; 50°43'29" e 181,00m até o P3; 121°34'30" e 118,00m até o P4; 50°43'29" e 156,00m até o P5; deste, segue por linha seca, confrontando com terras do Exército Brasileiro P. Esdras 17°BC e da Fazenda Piteira, com azimute verdadeiro de 121°34'30" e distância de 2.155,00m, até o MP2; deste, segue por linha seca, confrontando com a Fazenda Piteira, com azimute verdadeiro de 181°39'13" e distância de 1.155,08m, até o MP3; deste, segue por linha seca, confrontando com a Fazenda Piteira e Município de Corumbá, com azimute verdadeiro de 91°38'17" e distância de 2.159,30m, até o MP4; deste, segue por linha seca, confrontando com o Município de Corumbá, com azimute verdadeiro de 110°01'58" e distância de 4.163,00m, até o P9; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras de Rommel Camacho Cueller, com os seguintes azimutes verdadeiros e distâncias: 183°34'48" e 763,00m até o P10; 225°17'28" e 1.166,00m até o P11; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Gely Maciel W. Barros, com azimute verdadeiro de 266°04'04" e distância de 2.726,00m, até o MP7; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras de Gely Maciel W. Barros e terras de Francisco de Barros Por Deus, com os seguintes azimutes verdadeiros e distâncias: 198°19'02" e 2.513,17m até o MP8; 173°00'25" e 3.312,76m, até o MP9; 176°03'14" e 1.858,09m até o MP10; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Francisco de Barros Por Deus e Colônia Pedro Celestino, com azimute verdadeiro de 271°06'46" e distância de 3.023,66m, até o MP11; deste, segue por linha seca, confrontando com a Colônia Pedro Celestino, com azimute verdadeiro de 193°58'54" e distância de 2.419,85m, até o MP12; deste, segue por linha seca, confrontando com a Fazenda Tarumã, com azimute verdadeiro de 251°06'58" e distância de 4.400,34m, até o MP13; deste, segue por linha seca, confrontando com a Fazenda Tamarineiro, com azimute verdadeiro de 09°00'13" e distância de 17.698,98m, até o MP14, situado na faixa de domínio da Estrada Municipal Corumbá/Colônia Jacadigo; deste, segue pela faixa de domínio da referida estrada, sentido Corumbá, com azimute verdadeiro de 50°43'29" e distância de 200,00m, até o P1, ponto inicial da descrição deste perímetro (fonte de referência: Carta da DSG, Folha SH.21-Y-D-II, Escala 1:100.000, Ano 1969 e Planta Topográfica do Imóvel).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste Decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; e b) as benfeitorias existentes no imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Jurídico das Terras Rurais promoverá a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente Decreto, na forma prevista nos Decretos-Leis nº 664, de 25 de abril de 1969, e 2.363, de 21 de outubro de 1987.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de fevereiro de 1989.

Fonte: BRASIL, 1989.

A criação do assentamento é narrada como uma vitória e uma conquista de todas as famílias, da CPT, dos movimentos sociais e demais simpatizantes da causa. A transferência das famílias que optaram em vir para Corumbá ocorreu via férrea, pois já estava dentro do orçamento do Incra (verbas para custeio). Sobre esse período, declarou E.7:

Foram anos de lutas, e não só o período do acampamento em Santo Inácio. O desejo geral era chegar logo à terra, organizar tudo e começar a plantar, mudar a vida. Mas a chegada aqui não foi como muitos imaginavam. Ainda teria mais e mais lutas (ENTREVISTADO 7, professor no Taquaral e filhos de produtores).

Este ano de 1989, tão esperado pelas famílias do Taquaral, estaria longe de terminar e revelaria tantos acontecimentos, para elas, inimagináveis. A expectativa das famílias para chegar na fazenda; o encontro com as famílias corumbaenses, que também seriam alocados nesse PA; o levantamento dos primeiros barracos provisórios, antes do sorteio e da demarcação dos lotes; e o cultivo das primeiras lavouras, tudo, teve que esperar. Todos tiveram que passar por mais um processo de luta pela terra, pois, mesmo a criação do Taquaral autorizada pelo governo federal, sua efetivação foi embargada pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS) em junho de 1989, quatro meses depois da sua criação. Conforme destacou E.6, **a justiça alegou a necessidade de “preservação ambiental do Pantanal”** para travar a implantação do Taquaral. Referente a esta passagem, declarou E.10 (professor, filho de produtores do Taquaral):

Anderson: Como o grupo reagiu a esse embargo? Esse entrave bem no momento da efetivação do Taquaral?

E.10: Foram várias reações. Alguns julgavam boicote, pois Corumbá é longe e sem dinheiro para voltar as terras de Santo Inácio, ou ao sul do Estado, a pobreza e os “comunistas” estariam longe dos olhos da mídia. Outros ficavam sem entender mesmo, as informações era poucas e confusas. Já outro grupo tomou iniciativa de invadir o que estava diante de nós, às terras do próprio Taquaral.

A trajetória das terras do Taquaral, da grilagem ao embargo, mostra as controvérsias existentes por detrás dos fatos, típicas do *mandonismo*¹¹³. A justiça alegou proteção para a mesma área em que os seus olhos, junto com os olhos do governo municipal, haviam sido fechados anteriormente. Afinal, as terras desta fazenda, de propriedade do Grupo Chamma, haviam sido por eles exploradas durante décadas, causando uma grande degradação ambiental na região, devido à retirada de madeiras que serviram como fonte de energia para sua atividade siderúrgica. Esta terra, obtida por grilagem e regularizada pela União após a doação da área do Tamarineiro I, foi legalmente desapropriada e a família ressarcida. Dito de outra forma, a União indenizou financeiramente o Grupo Chamma pela desapropriação da fazenda Taquaral – terras que o grupo anos antes havia grilado.

O E.6, e diversos produtores rurais entrevistados, relataram que por detrás desse embargo, havia um preconceito velado contra os sem-terra que estavam chegando em

¹¹³ Como colocado por Carvalho (1997, p.2) “mandonismo refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política”.

Corumbá, mesmo o município já possuindo outros assentamentos implantados. Esta *cena de intervenção* (CEFAI, 2019) representou o início de mais uma fase de luta pela terra para estas famílias, que agora já estavam em Corumbá. Uma de tantas que se somavam à sua trajetória.

Numa explicação confusa, os produtores rurais e o Incra dificultaram nosso entendimento jurídico e cronológico referente ao emaranhado segundo semestre de 1989. Por isso, acabamos encontrando uma melhor compreensão entre os entrevistados e os acontecimentos relatados, através dos estudos da historiadora Alzira Menegat (2009), que revisitou diversos jornais impressos de Corumbá da época. Através de suas pesquisas teve ainda acesso aos processos jurídicos do MPMS e do Incra, além de ter realizado entrevistas com as famílias do Taquaral, entre 1999 e 2001. Por não termos tido acesso a estes processos e nem às atas da Auprat, sintetizamos o segundo semestre de 1989, referente ao bloqueio na criação do Taquaral, a partir dos estudos desta pesquisadora para, na próxima cena, dialogarmos com o trabalho de campo por nós realizado.

Segundo a autora, o MPMS, por meio do então curador do meio ambiente, Orlamar Teixeira Gregório, e do procurador da República no estado, Luiz Stefanini, impetrou, no dia 4 de julho de 1989, uma ação pública contra a instalação do Assentamento Taquaral, por entenderem que aquela área deveria ser destinada para a preservação ambiental. Segundo a medida, esta implantação feria o Código Florestal e a própria Constituição Federal (artigo 225, parágrafo 4), que considera, dentre outros biomas, o Pantanal como patrimônio nacional. Eles exigiam o Relatório de Impacto no Meio Ambiente e o Estudo de Impacto Ambiental das áreas do Taquaral.

Contrariando essa medida jurídica, o Incra transferiu, em 6 de julho de 1989, as 305 famílias para as terras do Taquaral, para que elas começassem a construir os seus barracos.

Em 20 de julho de 1989, a Justiça Federal deu ganho de causa ao MPMS e solicitou à polícia federal e à militar a retirada das famílias do local. Essa ação foi suspensa um dia depois, devido ao recurso apresentado pelo Incra.

Em 27 de julho de 1989, esse recurso foi indeferido e as famílias começaram a ser despejadas em 2 de agosto de 1989. Na ocasião, as famílias oriundas de Santo Inácio, voltaram para lá, enquanto que as famílias originárias de Corumbá foram transferidas, temporariamente, para um campo de futebol da cidade.

No dia seguinte (3/8/1989), parte das famílias realizou uma marcha até a Governadoria Estadual (Campo Grande) para demonstrar a sua insatisfação e cobrar a efetivação da criação do PA Taquaral. A justiça ouviu a mobilização e concedeu a responsabilidade sobre a fazenda

Taquaral novamente ao Incra, que, entre setembro a novembro de 1989, concluiu a transferência das famílias para Corumbá/Taquaral (MENEGAT, 2009).

A chegada em Corumbá não foi como as famílias esperavam. O acampamento coletivo durou dois anos (dezembro/1989 a setembro/1991) e só foi finalizado devido a uma nova mobilização das famílias que, desta vez, precisaram lutar localmente para conseguir o seu espaço no município, conforme será explorado a seguir.

c) Cena 3 - Desafios, resistência e o tempo

“O governo não pode ser paternalista todas as vezes que o assentado abrir a boca pedindo comida. Foram os próprios assentados que pediram para fazer transferência para o Taquaral, mesmo sem condições mínimas de moradia e alimentação” (Superintendente do Incra, em entrevista ao Jornal Diário de Corumbá, em 8/12/1989, In: MENEGAT, 2009, p.59).

[...]

“Não podemos viver num sistema de paternalismo. Os assentados devem procurar meios de subsistência, já que a terra lhes foi concedida” (Superintendente do Incra, em entrevista ao Jornal Diário da Manhã, em 11/01/1990. In: MENEGAT, 2009, p.59).

Os trechos acima revelam o clima ostensivo e de rejeição que as famílias rurais receberam quando de sua chegada às terras do Taquaral. Esse entrave, que durou dois anos, lhes dificultou ainda mais a vida. Isso, somado ao posicionamento acima citado – na abertura desta terceira cena pública, sintetiza a nova situação de prova com que se depararam as famílias do assentamento Taquaral e que marcou todo o desenrolar da década de 1990 - **a resistência**.

Os acampamentos demoraram muito tempo. Muito mais do que o pessoal esperava. Enquanto isso, não podíamos nem plantar, já que não havia a demarcação e a justiça aguardava o relatório do meio ambiente para liberar as áreas. Muitas pessoas foram trabalhar de pedreiros, diaristas, carregadores, lixeiros, tudo que permitisse gerar alguma renda (E.10 professor e filho de produtores rurais do Taquaral).

No começo a gente ficava louco. Era tanto mato, tanta falta de informação que a gente nem sabia o que fazer. Alguns líderes falavam para limparmos a terra, mas isso era proibido, porque não tinha o tal papel do Ibama. A gente precisava comer, mas não tinha lavoura (E.11, produtor rural).

A resistência, entendida como um processo de luta pela igualdade, liberdade e garantia de direitos, indica como determinados grupos justificam suas lutas e encontram força, tanto mental, quanto fisiológica, para continuar persistindo na busca pela efetivação da dignidade humana. A trajetória das famílias do Taquaral é um belo panorama de como, no Brasil, grupos de povos historicamente excluídos precisam se reinventar para sobreviver em uma sociedade forjadamente estruturada sob os ideais modernizantes.

Nessa reinvenção, os atores encontram energia e motivação para continuar seguindo através das socializações e da comunicação entre as pessoas. Some-se a isto a importância dos diferentes grupos e organizações da sociedade civil que contribuem tanto com a ação direta (conquistar a terra), quanto com um trabalho interno, simbólico e social (conscientização, apoio). **A resistência é um processo contínuo, contestatório, em busca de ações afirmativas, e fundamental para compreender os assentamentos e suas dinâmicas.**

As dificuldades desse período de acampamento acabaram reforçando a coletivização, a resistência e a publicização do grupo, afinal, as famílias começaram a se organizar e a realizar manifestações no centro de Corumbá (Figura 24), demonstrando o descaso do governo, os entraves na demarcação da terra e a falta de serviços básicos, como educação e saúde.

Figura 24 – Organização das famílias e manifestação pelas ruas de Corumbá



Fonte: Acervo CPT-Corumbá.

Um desafio paralelo dessa mobilização foi, além de conseguir a demarcação das terras e os serviços básicos necessários, sensibilizar e conquistar parte da confiança da sociedade local, em razão do preconceito existente e generalizado.

Referente a esta assertiva, os relatos de E.8 e E.11 demonstram parte do engajamento coletivo e da percepção dos moradores de Corumbá.

E.8: Estranhamos a chegada aqui. O que a gente queria era a nossa terra, o Procerá é [...] começar a plantar. Também queria por meu filho na escola.

Anderson: *Como foi a recepção da cidade?*

E.8: A recepção da cidade foi um pouco ameaçadora. Eu não esperava um sorriso [risos], mas como não houve invasão de terra né; e sim um acordo que trouxe a gente pra cá. Então eu pensei que a entrada seria mais fácil. Nas caminhadas no centro de Corumbá [referindo-se as mobilizações] **o povo falava que a gente era bandido, que só usava o dinheiro do governo.** Havia um medo no ar (ENTREVISTADA 8, produtora rural)

E.11: A demora era imensa. Se a gente tivesse uma clareza de tudo que estava acontecendo, seria outra história. Mas não, era tudo tão confuso e uma falta de informação, um disse que me disse; e o Incra ia nos enrolando. Não podia plantar. Algumas pessoas plantavam escondidas, dentro da mata, para nosso sustento né. Outras foram arrumando emprego na cidade. Tudo isso fez a gente ir lutar na rua. Foram várias manifestações

Anderson: *E tinha um primeiro pedido, um principal?*

E.11: Ah... o primeiro pedia a demarcação da terra (ENTREVISTADO 11, produtor rural)

Essa nova “situação de prova” acabou por conduzir os trabalhos do grupo e a organização das sucessivas manifestações que aconteceram nas ruas de Corumbá, dentro do prédio da prefeitura (que na época se localizava no centro da cidade, o que chamava muita atenção) e no prédio do Incra (que na época também era mais central).

Figura 25 – Manifestação em frente à sede do Incra (Corumbá)



Fonte: Acervo CPT-Corumbá.

O resultado das manifestações alcançou a primeira parte do problema. Em 20 de setembro de 1991, um dia antes do aniversário de fundação de Corumbá, ocasião em que a cidade comemorava seus 213 anos, a justiça liberou e o Incra realizou o sorteio dos lotes definitivos¹¹⁴. Naquele ato, o Incra também criou a Associação da União dos Produtores Rurais do Assentamento Taquaral (Auprat). Para comemorar este grande feito, uma missa foi realizada pela Pastoral da Terra, no Assentamento Taquaral, o que revela ainda aqui a importância do apoio da Igreja aos produtores assentados.

Figura 26 – Missa no Taquaral



Fonte: Acervo CPT-Corumbá.

Na pesquisa percebemos que é grande a influência do catolicismo nas famílias do Taquaral. Assim como foi grande a importância dessa instituição para que as famílias conseguissem a terra. Durante nossas visitas, era comum encontrar algumas pessoas com camiseta de Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora de Aparecida, correntes com medalhinhas de santo e jovens que participam de grupos/encontros da Igreja. Ao adentrar em algumas casas havia imagens de santos pelas paredes, até da lembrança do Papa João Paulo II, que visitou Campo Grande em 1991.

A discussão sobre religião¹¹⁵ e movimentos sociais nos meios urbano e rural no Brasil é antiga. Sua vinculação se dá por uma parte da Igreja Católica, ligada à teologia da libertação, que incentivou a organização social e política de diversas populações vulneráveis do país, apoiando as primeiras manifestações, fosse de desabrigados, crianças, fosse de ecologia, a luta pela terra, dentre outros. Isso se realizou especialmente a partir de pastorais

¹¹⁴ Episódio conhecido como *A festa dos sorteios*. Cf. a ilustração 3 na Figura 23.

¹¹⁵ Compreendemos religião pelo que é apresentado em Simmel (2009). Segundo o autor, ela surge a partir da religiosidade, sendo esta interpretada como uma devoção, uma disposição de ânimo interior. Já a religião seria a evolução da religiosidade – a objetivação da fé –, um conjunto de crenças a ser seguido. Cf. SIMMEL, G. *Religião: ensaios*. São Paulo: Olho d'Água, 2009.

específicas, como a Pastoral da Terra, da Criança, do Imigrante e outras, ou através das Campanhas da Fraternidade.

Sobre isto, E.12, que atua em uma paróquia da cidade, relatou:

As reivindicações foram surgindo e, desde a década de 1970, a Igreja católica passou a apoiar o movimento [referindo-se à luta pela terra]. Além da ação imediata, de assistência às famílias sem-terra, **também havia um trabalho dentro da igreja**, nas missas, **como uma forma de conscientizar os fiéis** sobre a importância da igualdade e de combater a pobreza. Eu acredito que a luta dentro da Igreja também foi fundamental, porque havia muito preconceito. Hoje [2020] o lema [da campanha] é '*viu, sentiu compaixão, cuidou dele*' e estamos trabalhando um olhar para com as vítimas da barragem em Minas Gerais, os imigrantes que chegam ao Brasil e, agora, com doações para famílias que foram prejudicadas com as queimadas no Pantanal, e até a compaixão com os animais que estão sofrendo [vítimas da queimada] (grifo nosso).

Presente em Corumbá desde a década de 1980, a CPT segue a missão de sua sede nacional, ou seja, além de fazer a caridade, seguindo os ensinamentos bíblicos de Jesus, há um objetivo nítido de aumentar o número de fiéis dessa organização religiosa, através da doutrinação católica. O que não desabona a qualidade e importância dos trabalhos realizados ao longo do tempo. Observamos isso, sobretudo, em sua missão.

Missão da CPT: **Convocada pela memória subversiva do evangelho** da vida e da esperança, **fiel ao Deus dos pobres**, à terra de Deus e aos pobres da terra, **ouvindo o clamor** que vem **dos campos e florestas**, seguindo a prática de Jesus, a **CPT quer ser uma presença solidária**, profética, **ecumênica**, fraterna e afetiva, **que presta um serviço** educativo e **transformador** junto aos povos da terra e das águas, para estimular e **reforçar seu protagonismo**.

1. nos seus processos coletivos: de **conquista dos direitos e da terra**, de **resistência** na terra, de **produção sustentável**
2. nos seus processos de formação integral e permanente: a partir das experiências e no esforço de sistematizá-las; com forte acento nas motivações e valores, na mística e espiritualidade;
3. na divulgação de suas vitórias e no combate das injustiças; sempre contribuindo para articular as iniciativas dos povos da terra e das águas e **buscando envolver toda a comunidade cristã**, e a sociedade, **na luta pela terra** e na terra (CPT, 2020, grifos nossos).

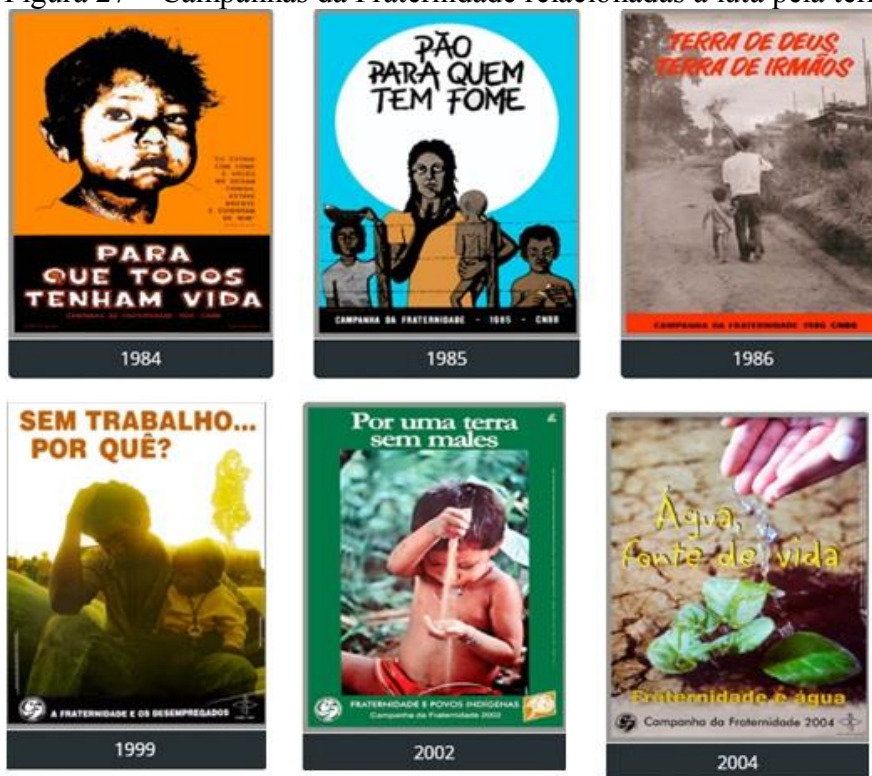
Partindo disso, a fala de E.12 fica mais compreensível, quando ela destaca o trabalho dentro da Igreja para que os fiéis compreendam a importância da caridade - base da vida e obra de Jesus, e das ações em torno da sustentabilidade, quando ela menciona os incêndios e os animais do Pantanal. Por sustentabilidade, a CPT compreende um trabalho cíclico entre família e ecologia, ajustadas às diversidades regionais.

A Campanha da Fraternidade surgiu na arquidiocese do Rio Grande do Norte, com o objetivo de expressar a caridade e a solidariedade em favor da dignidade da pessoa humana¹¹⁶.

¹¹⁶ Campanha da Fraternidade - Cf. <https://bit.ly/34ar1rC> Acesso em: 10 ago. 2020.

Com o tempo, foi assumida por outras igrejas e institucionalizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. A pauta da terra sempre esteve, direta ou indiretamente, presente nas campanhas, conforme apresentado na Figura 27.

Figura 27 – Campanhas da Fraternidade relacionadas à luta pela terra



Fonte: CNBB, 2020.

Um exemplo foi a campanha de 1986, intitulada *Terra de Deus, Terra de Irmãos*, que buscou estimular a fraternidade entre os fiéis, justificando que 10 milhões de famílias não tinham terra para viver, o que ampliava a pobreza e a fome. Este tema foi uma ampliação da pauta anterior (1985) - *Pão para quem tem fome* -, não deixando de dialogar com a de 1984 - *Para que todos tenham vida*.

A terra, a ecologia e a pobreza das famílias rurais também foram debatidas em temas transversais, como em 1998 - *A serviço da vida e da esperança* - e em 1999 - *Sem trabalho... por quê?* Prioritariamente, retornou em 2002 - *Por uma terra sem males* -, ocasião em que unificou a pauta da luta pela terra com a ecológica (preservação ambiental). Já em 2004, a temática foi não só um problema das famílias rurais, mas do mundo como um todo: *Água, fonte de vida*.

Todas essas campanhas acabam tendo um importante papel de promover a reflexão sobre as questões comuns, produzindo “problematização” e “publicização” (CEFAI, 2017a). Tudo isso fez com que a questão da terra saísse do círculo daqueles que a vivenciavam nos

recônditos do país e penetrasse também em outros espaços, projetando a “ação coletiva” dessas famílias rurais para além do campo, mas também para outros cantos do país. Por outro lado, esse processo também tem um papel na própria formação popular e de lideranças, por meio de processos de “investigação pública” (DEWEY, 1938a) que possibilitam que questões comuns sejam compartilhadas, interpretadas e discutidas gerando mobilizações e ações coletivas.

Tudo isso permite constatar que a luta dessas famílias não é só pela terra. A luta é por inclusão, por dignidade, por direito a ter direitos. Então, à medida que as famílias foram se fixando nos seus referidos lotes, novas “situações problemáticas” surgiam, como a necessidade de abertura de estradas para que as famílias pudessem chegar a seus lotes, educação, saúde, linhas de crédito e apoio técnico para o cultivo. Para isto, novas manifestações foram acontecendo.

Com a organização do Assentamento Taquaral, as manifestações ganharam força e apoio de outros assentamentos da região, como o Tamarineiro I e o Urucum. Eles passaram a atuar cada vez mais em rede em algumas ações das décadas de 1990 e 2000, partilhando uma identidade coletiva (a luta pela terra) e apresentando uma pluralidade de demandas, não necessariamente compatíveis, afinal, os outros assentamentos mais antigos já possuíam alguma estrutura, se comparado ao novo Taquaral. Mas os laços entre seus membros acabavam pôr os aglutinar e fortalecer o engajamento. Dentre as várias situações problemáticas, destacaremos, na sequência, a articulação em torno da criação da escola, da água e da lavoura.

A primeira escola foi levantada em 1990, próximo a única caixa d’água do assentamento na época, sendo de madeira, palha, lona e chão batido (Figura 28, a seguir), repetindo o mesmo sistema adotado em Santo Inácio.

Uma nova parceria com a CPT formou os professores *leigos*, ou seja, eles não possuíam formação pedagógica na área, mas foram capacitados para exercerem a atividade. Todos eram pessoas aptas do próprio assentamento. Na ocasião, a escola funcionava como uma extensão de outra escola rural de Corumbá. “A população do Taquaral já foi tão grande que, no seu início, essa escola era dividida nas três agrovilas” (E.14, professor). Somente em 1992 foi criada a Escola Municipal Monte Azul, existente até hoje. Segundo informações da escola, em 1990 haviam 22 turmas da 1º a 4º série na chamada *Escola da caixa d’água*, e outras três turmas 5ª série.

Figura 28 – A escola do Taquaral nos anos 1990 e a Escola Monte Azul (atual)



Fonte: Acervo Escola Monte Azul e os autores

É possível ver na Figura 28 que o ensino dos alunos sempre esteve relacionado intrinsecamente com a vida das famílias, uma **educação contextualizada** (CARVALHO e REIS, 2013; SILVA, 2000), tanto quando da chegada ao Taquaral, como hoje em dia (*Sempre buscando fortalecer a identidade rural*). Os alunos aprendiam a sua história, assim como a importância da terra conquistada (*Terra, sonho que se tornou realidade*) e, neste caso em particular, o valor e a utilidade de cada espécie de plantas e mudas para o cultivo. Isso é importante, pois, como nos ensina Pedro Demo (1988), a cultura e a educação são instrumentos de participação; afora que o ensino crítico dialoga com a educação cidadã, fundamental para qualquer localidade, por permitir ao aluno se reconhecer como agente transformador de sua realidade, percebendo os problemas e mobilizando-se para tentar resolvê-los.

Os primeiros dias de trabalho na terra foram árduos e estressantes. Os produtores recordam que grande parte deles tinha experiência com cultivo de lavouras, sobretudo

algodão, milho, soja, café e feijão. Reforçam o argumento de que a qualidade da terra era boa, mas o acesso à água era escasso, ou, nas palavras de E.1, uma verdadeira “peregrinação atrás de água, abrindo estradas na mata, cortando o mato no facão”.

Essa “**experiência da natureza**” (DEWEY, 1929) gera aprendizados e faz com que se encontre algumas *vazantes* (terra baixa e plana, temporariamente alagada), o que era um indicativo de água subterrânea. Assim, e com muita luta desses trabalhadores, a Funasa perfurou nove poços ao longo da década; em todos, foi descoberta a presença de água salobra.¹¹⁷ Com o tempo, algumas famílias também conseguiram ir juntando algum dinheiro, com o que encomendaram, por conta própria, a perfuração de poço em sua propriedade. Nem todos, porém, tinham água. “Vários produtores perfuravam poços, gastaram uma nota e nenhuma gota” (E.2). Dessa forma, os três primeiros anos foram decisivos para que grande parte das famílias do Taquaral tomasse uma decisão: para permanecer nessa terra, seria preciso migrar da lavoura para a pecuária.

Quando nós chegamos, alguns já sabiam plantar porque a maioria vinha da lavoura. Mas tinha uns outros que não sabiam nem o que fazer com a terra. No primeiro ano, o cultivo do algodão foi bom, mas parou ali. Nunca mais foi igual [...] A gente não conhecia o lugar, nem sabíamos o que dava para plantar aqui. O pessoal foi se virando com o que tinha. Alguns trouxeram sementes, daí o povo fica trocando entre os compadres. Teve muita perda. Um povo tentou plantar milho e, com essa água salobra, secou e perdeu tudo. Era difícil fazer uma lavoura bem feita porque não tinha água; o calor era demais. Tinha gente que botava fogo no mato, que era alto [...] **foi a hora em que a galera começou a mudar da lavoura para o boi [pecuária] porque não tinha outro jeito de viver** (ENTREVISTADO 3).

Quando se tem várias opções, tudo fica mais fácil. Agora, quando não se tem opção, é preciso tomar uma decisão com urgência, pois dela decorrerá o sustento de sua família. Neste caso, tudo se torna mais complexo.

Entre os produtores há um consenso, em geral, de que as lavouras ocupam as principais áreas com terras férteis e disponibilidade de água. Ali, considerando-se o clima, a proximidade de mercados e as características da vegetação local, um determinado cultivo pode ser explorado. Já a pecuária demanda mais por espaço do que terra produtiva. Afinal, com o peso do boi, por exemplo, e a longevidade da atividade, o solo vai ficando compactado, mais erosivo. Afora a questão do esterco, que com o tempo e a quantidade, acabará contaminando o solo. Nessa atividade agrícola, a água, o clima e a alimentação também são um agravante importante e devem ser considerados durante a decisão da cultura.

¹¹⁷ De acordo com o glossário da Revista de Gestão Costeira Integrada, água salobra é aquela que possui salinidade intermédia entre a água salgada (marinha) e a água doce. Isso ocorre por ela ter mais sais dissolvidos, principalmente cloretos. Cf. <https://bit.ly/2EJAhKB> Acesso em: 15 out. 2020.

Foi assim (clima, disponibilidade de pastagem, água encontrada) e com a influência cultural da atividade bovina da região, que diversos produtores mudaram da lavoura para a pecuária bovina. “A cultura da pastagem é mais estável, porque o produtor consegue se planejar melhor durante a seca. Para isso, ele vai plantando cana-de-açúcar; alguns fazem silagem¹¹⁸” (E.4).

Mas isso também não foi uma tarefa fácil. Alguns tinham poucos animais, que trouxeram consigo. Para viver da pecuária, principalmente do leite e da produção de queijo (subsistência e comércio), os produtores precisavam de linhas de crédito; caso contrário, seria quase impossível conseguir desenvolver alguma atividade e permanecer naquela região.

Vimos, no capítulo 3, na seção em que se discutiram as políticas de desenvolvimento rural e agricultura familiar, que o governo federal criou, em 1985, o Procera, no mesmo momento que o PNRA, para atender às famílias assentadas. Essa linha de crédito contemplava tanto a estruturação dos lotes, como a construção de casas, quanto as lavouras. Porém, a sua liberação estava atrelada a um estudo de uma assessoria técnica.

Esta linha de crédito foi uma das mais citadas durante o trabalho de campo. Houve até vários produtores que se confundiram e, ao invés de citar o Pronaf, como linha que atualmente estão utilizando, citaram o Procera (linha antiga, extinta em 1999).

As dificuldades de contratação do Procera e da liberação do dinheiro – para fins de linhas de crédito (quando a família conseguia a aprovação), foram citados exaustivamente como os principais entraves no início do assentamento, a tal ponto que os produtores realizaram novas manifestações, ocupando o prédio do Banco do Brasil de Corumbá para cobrar maior agilidade na liberação do Procera, além de questionar a viabilidade dos projetos técnicos e reduzir a enorme burocracia para conseguir o crédito. Como argumentou o produtor rural E.4 faltava clareza para realizar o empréstimo. Depois das lutas, porém, muitos conseguiram. “Levantaram suas casas, compraram enxada, arado, animal, e a vida pode desenrolar. **Era sofrida, com muito trabalho, mas agora era a nossa vida e ninguém ia tirar a gente daqui**”. Segundo o produtor rural E.1, “o técnico vinha, fazia um projeto louco, que precisaria de máquina e água para executar [...] daí travava nosso empréstimo”.

A transição da lavoura para a pecuária não indica, contudo, que a lavoura foi totalmente abandonada. Algumas famílias que foram encontrado água dedicaram-se a esta

¹¹⁸ Tecnicamente, segundo a Embrapa (2014, s.p.), silagem é a conservação da “forragem verde armazenada na ausência de ar e conservada mediante fermentação em depósitos próprios chamados silos”. Porém, não foram encontradas propriedades com silos. Os produtores que relataram fazer, ou já terem feito, esse armazenamento, estocavam dentro de bolsas de estopa; ou cobriam parte da pastagem com folhas, lonas e outros, para proteger o capim no inverno. Isso leva à perda da fermentação, prejudicando a nutrição animal e, consequente, a qualidade do leite.

atividade. Variando de acordo com o período (clima e quantidade de chuvas), algumas das principais lavouras citadas pelos produtores, na década de 1990 foram: de algodão (somente no 1º ano), mandioca, abacaxi, melancia, abóbora e o feijão. Parte dessa produção se destinava à subsistência; o restante era vendido junto com o leite e o queijo nas feiras livres da cidade, ou entregue a alguma família (venda por encomenda). A comercialização, porém, era prejudicada pela dificuldade, ou pela ausência de transporte público, visto que, na época, a grande maioria dos produtores não tinha como se locomover até a cidade.

Em todo esse processo, haviam redes informais e **relações de escambo**, o que vai ampliando a socialização e os laços entre as famílias. E.13 destacou algumas dessas relações, muito comuns até os dias de hoje. “Veja, eu produzia o feijão e meu compadre tinha mamão, manga, leite; daí a gente ia trocando. Era um *troca-troca* de produtos e também de trabalho, quando a gente se juntava para ir na terra um do outro; fora quando um vai na feira e vende o **produto do compadre**”.

Os objetos trocados, a dádiva e a reciprocidade entre os assentados vão se traduzindo em relacionamentos pessoais e os vínculos e a confiança vai se fortalecendo, possibilitando um **maior engajamento e sentimento de pertencimento ao assentamento**.

Outras ações conquistadas pelas famílias até o final da década foram a implantação do posto de saúde; a construção do atual prédio da escola (1995); a efetivação do transporte público (1996). Paralelamente a esse período, outros três assentamentos foram implantados em Corumbá: Tamarineiro II Norte (1995, com 76 famílias); Tamarineiro II Sul (1995, com 257 famílias) e Paiolzinho (1996, com 72 famílias).

Também surgiu, nesse período, mediante apoio da CPT, uma segunda associação dentro do Taquaral - a *Associação dos Produtores Rurais dos Assentamentos de Corumbá* (Aprac). Entretanto, esta é representante de todos os assentamentos de Corumbá, não só do Taquaral. Mas é ela que cuida da gestão dos maquinários do Taquaral e que possui DAP jurídico para compras públicas coletivas. Já a Auprat ficou com a função de cobrar a efetivação da reforma agrária; cobrar por serviços básicos (água, estradas, outros) o Incra e a outros órgãos governamentais.

Esse desdobramento ocorreu, conforme relatou I.2 (Ex-integrante da Jumat, da Auprat e da AAAFC), em razão da dominação de uma única diretoria na Auprat. Segundo I.2, essa diretoria ficou por muito tempo no poder e, sempre que saía, se articulava para voltar. Por isso, e por esta ter sido criada através do Incra, quando do surgimento do Taquaral, a CPT articulou com os produtores mais ativos do Taquaral a abertura de uma nova associação. Esse evento denota a preocupação do grupo com o fortalecimento do **protagonismo dos próprios**

agricultores e com o reforço da democracia no assentamento. Mas isso não significa a ausência de **conflitos e disputas de poder**, que também emergiram no estudo.

A existência de conflitos internos, que se manifesta entre os produtores em 1990, também foi mencionada pelos agricultores nos dias de hoje. “Conflitos existem entre algumas famílias. Às vezes, surgem de desacordos entre as lideranças da associação; mas, também tem motivos bobos [...] eu acho que os conflitos diminuem a força interna do grupo” (E.5). Às vezes, as desavenças surgem da descontinuidade do movimento e da dominação de um pequeno grupo. No momento, por exemplo, “a atual diretoria da Auprat não dialoga mais com a juventude rural, nem com os objetivos dos produtores. Nisso o movimento político do Taquaral vai enfraquecendo” (I.2).

Se, no início, todos estavam organizados **em torno de uma mesma ação situada** (a luta pela terra), o passar do tempo foi revelando **as diferenças e contradições entre alguns ou mais membros do grupo, o que, de um modo geral, acaba impactando na realidade social de todo o conjunto**. Determinados conflitos são abertos, escancarados. “Tem uma série de produtores que vendem o voto nas eleições municipais; e tem político que é filho de produtor rural; nasceu aqui, mas não move uma palha pela gente” (E.13). “A Embrapa vem aqui e só coleta dados [...] não dá nada pra gente; então nem queremos mais saber deles, pode esquecer” (E.9). Outros são velados. E.18 declara: “Você vai visitar o produtor daquele lote? [apontando a direção] / *Anderson: Sim, vou.* / E.18: Hum. Ele vive arrendando a terra dele; daí some, vai para a cidade. Nem produz nada. Eu não sei como ganha dinheiro; vive com moto nova”. Retomaremos esse assunto, pois, com o passar do tempo, veremos que os conflitos foram aumentando tanto no Taquaral quanto no 72.

Chegando o final da década de 1990, a produção do assentamento despontava com a atividade pecuária, principalmente com a produção de leite e queijo, além do cultivo de mandioca, cana-de-açúcar e abóbora.

Em 1997, com objetivo de reforçar a resistência na terra através da produção sustentável, a CPT-Corumbá organizou e ofertou o primeiro curso básico de apicultura para produtores do Taquaral e dos assentamentos Tamarineiro e Paiolzinho. Esse curso foi ofertado em parceria com uma associação de mel que existia em Ladário, desde 1984. Após a realização do curso, os participantes formaram um grupo e conseguiram obter uma linha de crédito do Procerá, com a qual, adquiriram alguns equipamentos apícolas para poder iniciar a atividade. A partir de então, foi inserida a abelha europeia (*Apis mellifera*) como uma nova possibilidade produtiva para as famílias do assentamento. Este curso seria um pontapé inicial para uma nova atividade agrícola, além da articulação de jovens. Os mesmo que chegaram

crianças ou adolescentes em 1989, a partir dos anos 2000, estavam iniciando a fase adulta ou nela avançando.

Passados 10 anos desde sua criação (1989-1999), **a resistência foi a principal característica dessas famílias na primeira década do assentamento**, o que permitiu a sua permanência nas terras do Taquaral, sua inserção na cidade e o surgimento de novos vínculos, como acordos, romances, amizades, dentre outros. Foi um período em que também surgiram conflitos, marcas entre os atores, algumas das quais perduram até hoje.

Nessa nova etapa que se iniciava, o novo desafio que atingira o Taquaral eram os jovens e o êxodo rural. Como incentivar a sua permanência no assentamento diante de tantas dificuldades?

Figura 29 – Crianças do Taquaral, início dos anos 1990



Fonte: Arquivo CPT-Corumbá.

d) Cena 4 - Juventude e êxodo rural: como garantir futuros possíveis?

“Esse assentamento é um retrato de crianças e pessoas velhas” (E.3)

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, referente à metade da década dessa quarta cena pública, que temporalmente se situa entre 2000-2010, 88% dos estabelecimentos rurais que se enquadram na categoria de agricultura familiar eram dirigidos por homens, e a grande maioria tinha mais de 45 anos, ressaltando o envelhecimento da população rural.

Este panorama refletia uma realidade nacional e, carregava consigo uma série de outras dificuldades e limitações, como o fato de 39,1% dos produtores declararem que, na época, não sabiam ler e escrever, nem mesmo estavam frequentando algum tipo de alfabetização para adultos. Outros 42,4% disseram ter o ensino fundamental incompleto; 7,3%, o técnico agrícola e ensino médio completo, enquanto que apenas 2,8% afirmaram ter o nível superior.

Esses dados são fruto de décadas de ausências de políticas e programas públicos voltados para esta população, o que gera inúmeras dificuldades da vida no campo que variam de região para região. Isso fica evidente na análise da trajetória das famílias do Taquaral apresentadas até aqui. Se, no início, um dos vários desafios era conseguir uma escola para que seu filho/a fosse alfabetizado/a, agora o novo desafio era a crescente evasão da juventude rural para as áreas urbanas. Somem-se a este desafio a repetibilidade de algumas situações de prova para as famílias do Taquaral, ou seja, os desafios que volta e meia se fazem presentes, como o do acesso a linhas de crédito, o acesso a água, a capacitação, os problemas de estradas, mercados, transporte público, dentre outros.

Segundo o Censo 2010, elaborado pelo IBGE, dois milhões de pessoas deixaram a vida no campo entre 2000-2010 em todo país. Um número alto, mas, se comparado ao da década anterior (1990-2000), caiu pela metade - ocasião em que quatro milhões de pessoas deixaram a zona rural.¹¹⁹ Não há números específicos dessa região, mas, durante o trabalho de campo, muito foi sinalizado sobre a quantidade de pessoas que deixaram, ou estão deixando, o campo.

Com vistas a conter a saída do jovem do campo, a CPT-Corumbá se mobiliza, mas, desta vez, envolvendo os jovens. Isso começou com o curso de apicultura de 1997, ocasião que reuniu diferentes jovens dos assentamentos Taquaral, Tamarineiro I e II e Paiolzinho. Em comum, além do interesse na realização do curso, este grupo partilhava a necessidade de buscar alternativas para a manutenção da juventude no campo.

Assim, liderados pelo jovem produtor Pedro Calazans - filho de produtores rurais, atual produtor no Assentamento Taquaral e que sempre esteve envolvido com as atividades da Igreja -, um grupo de jovens se reuniu em 2002 e fundou o coletivo *Jovens Unidos pela Mãe Terra* (Jumat).

¹¹⁹ A lembrar e considerar a confusa definição do IBGE para descrever o que seja rural ou urbano. Mesmo assim, os diferentes censos agropecuários registram um contingente expressivo que deixou a zona rural rumo à zona urbana.

O objetivo central do grupo era, através de articulação, criar uma rede de apoio que contribuísse para a permanência da juventude no campo. Para tanto, o grupo estimulava jovens do Taquaral e dos assentamentos vizinhos a participar de gincanas, encontros, retiros religiosos da Igreja católica e de discussões sobre atividades e alternativas para a vida no campo. Sobre isto relataram E.14 e E.15:

O nosso objetivo era criar uma integração campo-cidade, cultura e lazer. A vida no campo é boa; as pessoas gostam, porém, faltava atratividade e oportunidade. Afinal, era uma vida difícil. Acreditávamos que o campo tem que existir e poderia ser um lugar em que o jovem pode permanecer (E.14, professor, ex-integrante do Jumat).

O consenso era que faltava geração de renda. Eu já participava de diversos grupos de jovens da Igreja; então, com a galera do Jumat, nós começamos a buscar meios de criar uma vida no campo para nós. Foi assim que focamos na apicultura e fomos atrás de meios para isso dar certo (I.2).

Dessa forma, uma das primeiras ações do grupo foi a *Feira da Juventude*, realizada no entardecer de toda sexta-feira em uma praça central de Corumbá. Para isso, foi firmada uma parceria com a prefeitura da cidade, que cedeu o espaço. Na feira o grupo vendia mel, bolo, melado, compota, lanches, bebidas, outros. No entanto, a feira só durou seis meses, pois, **sem apoio da Prefeitura, que não limpava o local**, o evento foi encerrado.

A partir de então, o Jumat procurou meios de intensificar a produção do mel. Após o curso de 1997, “nós fechamos parceria com a associação de Ladário [mel], **mas, nós sempre éramos esquecidos. Não tínhamos espaço**. Só lembravam da gente quando precisavam de quórum para reuniões. Foi quando decidimos formalizar o grupo e conseguir o CNPJ” (I.2).

Na atualidade, o Jumat praticamente não existe mais nos assentamentos de Corumbá. Oficialmente, porém, ele nunca deixou de existir. Percebemos que exerceu perfeitamente sua função de articulador de jovens, que foi motivacional e propulsor para outras atividades do meio rural. Afinal, foi a partir desse encontro que alguns jovens começaram a buscar recursos financeiros para viabilizar a implantação da Associação do Mel no Taquaral (próxima cena).

Na formalização de algumas atividades do grupo em torno da apicultura, foi necessária a fundação de uma entidade jurídica para registrar o mel produzido e receber autorização sanitária para a comercialização. Assim, a Associação do Mel [descrita na próxima cena pública] é um “braço” do Jumat, que inicialmente trabalhou um projeto piloto de apicultura [1997 e início dos anos 2000] como alternativa de renda suplementar para os jovens do Taquaral e assentamentos vizinhos, com sua sede no assentamento Taquaral (ENTREVISTADO 14).

Já que alguns problemas se repetem ao longo do tempo, uma outra atividade fundamental para as famílias rurais do Taquaral, nesse período, foi o *Projeto Cisternas*, desenvolvido em parceria com a CPT (2003-2006).

A água sempre foi um grande problema para as famílias do Taquaral, como ainda o é. Os poços perfurados contêm água salobra, destinada ao consumo animal, à irrigação da lavoura, a atividades da casa (limpeza) e, dependendo da vulnerabilidade da família, até para consumo humano. Em razão disso, algumas famílias buscam água potável na cidade, ou compram do caminhão pipa. O inverno corumbaense é seco; nesse período o Taquaral costuma ficar sem água. Frente a estas adversidades, o projeto objetivava a construir cisternas para o consumo de água das famílias, principalmente para encontrar água potável (hidratação). Conceição (2016), filho de produtores rurais, narrou os desdobramentos deste projeto em sua dissertação, que podemos assim sintetizar.

Primeiramente, o projeto piloto conduzido pela CPT, em 2006, instalou dez cisternas de placas para captação de água da chuva. Trata-se de um tipo de reservatório de água cilíndrico, coberto e parcialmente enterrado (sua fundação). A captação de águas das chuvas ocorria através do seu escoamento nos telhados das casas, conduzidas pelas calhas de PVC ou zinco, até o armazenamento dentro da cisterna. Sua capacidade de armazenamento inicial era de 32 mil litros. Houve algumas falhas/vazamentos nos modelos implantados, razão que levou os organizadores a diminuir para 20 mil litros, o que gerou resultados favoráveis. Com o êxito da coleta, o próximo passo foi a capacitação das famílias sobre os cuidados necessários ao armazenamento, principalmente antes do consumo humano (CONCEIÇÃO, 2016).

Esse processo de capacitação é fundamental, pois, a qualidade da água, além de ser capital à vida humana, é necessária para a realização de algumas atividades destas famílias, que demandam água potável, como a manipulação e a preparação de alimentos destinados à comercialização, caso do queijo. Ou seja, muito mais do que a construção da cisterna, o fator *tempo* do projeto alonga-se em razão da necessidade de trabalhar as mudanças necessárias das famílias, em seus hábitos e costumes.

Foi nesse sentido, como relatou E.17 (pesquisador da Embrapa), que, a partir de 2008, a politização do projeto gerou um grande empecilho na construção das cisternas. Após os resultados favoráveis do trabalho da CPT, houve uma massificação da proposta, com o advento do Programa de Consolidação dos Assentamentos da Reforma Agrária (PCA), que contava com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), prevendo a construção de 600 cisternas num prazo muito curto. A não consideração do tempo acarretou em grandes falhas de execução. “Teve cisternas mal feitas, que logo estavam rachadas; e tiveram famílias sem capacitação e, hoje, ou estão armazenando água salobra ou água de chuva em condições impróprias para o consumo, por não estarem sendo armazenadas corretamente”, segundo relato de E.17.

A politização, referenciada por este entrevistado, indica uma velha tradição da política brasileira, segundo a qual, temos muitos governantes para se apoderar do pequeno *bolo*, o repartem e o chamam de *seu*. Essa política nada mais é do que a apropriação de projetos, ações, ou demais atividades bem sucedidas das organizações da sociedade civil, mas sem efetivamente transformá-la em uma política pública de forma efetiva.

Percebe-se aqui o que discute Cefaï (2002), com base em Gusfield (1981), que quando amplia-se a publicização de um problema público e aparecem inovações sociais que respondem ao mesmo, junto com isso também emerge um efeito de “politização”. Nesse processo, muitos que nunca se preocuparam com a causa passam a utilizar o pronome possessivo para se referir a questão: meu/minha projeto/obra. São os famosos **“proprietários do problema”** (GUSFIELD, 1981). Passado o calor da emoção, tudo vira rotina e cai no esquecimento; a causa se dissipa e, até a próxima ordem, é arquivada. Isso nos recorda uma crônica de Lima Barreto (1918), *A Política Republicana*, ocasião em que o autor reflete sobre o “trato” e a “política” e acha tudo isso repugnante. Para o autor, esse tipo de política é um “ajuntamento de piratas mais ou menos diplomados que exploram a desgraça e a miséria dos humildes”.

Todos esses relatos permitem contar o quanto promover a viabilidade ao assentamento e a própria existência nele é trabalhoso e exige resiliência, como nos confidenciou um entrevistado: “A vida no Assentamento Taquaral é dura. Quem está lá até hoje é porque já aguentou o rojão; e que não aguentou já *vazou* de lá” (E.14)

Anderson: Você já teve vontade de ir embora?

E.7: Ah! já [...] quando a gente é mais novo, então, tipo adolescente, a vontade de ir embora é maior. Mas depois a gente cresce, amadurece, casa, vêm os filhos, e tudo passa. Hoje eu não saio daqui. **A vida é dura, mas eu gosto é dessa terra aqui.**

Anderson: Mas, quando você casou, você morou com seus pais, ou já tinha essa terra aqui?

E.7: Nós compramos essa terra depois, de um amigo do meu pai, amigo da nossa família. Ele foi embora para Dourados/MS. Pagamos R\$15 mil parcelado e já acabamos de pagar.

Anderson: Você já teve vontade de ir embora?

E.13: É uma crise. E quem nunca quis sair da sua cidade né? Aqui no Taquaral é a mesma coisa. **A vontade de desistir desse poeirão bate, mas é cada história boa que a gente tem aqui.** Muita gente vai embora, porque casa, porque quer estudar, porque entrou no Exército e até porque cansou disso aqui. Mas tem muita gente que fica.

Anderson: Mas, e quem vai embora, faz o que com a terra?

E.13: Se é o dono da terra, ele vende [...] troca, repassa. A maioria vende.

Anderson: Mas a venda é ilegal né?

E.13: É. Mas rola solto.

Com o tempo, os jovens do Taquaral foram crescendo e buscando/ganhando seu espaço, sua terra, seu lugar na fala e na cena. Com isso, novas visões e projetos de desenvolvimento e de futuros possíveis (CHATEAURAYNAUD, 2011) vão emergindo no PA. “Cara, você vê a destruição do Pantanal; é fazendeiro acabando com tudo. A abelha, o mel, é um **desenvolvimento sustentável** para o Pantanal. Já passou da hora de a gente ter outras formas de produção” (E.16). “Eu me considero uma pessoa de esquerda, na luta contra o Capital. O que queremos é **permanecer na terra** e que a prática da nossa *ideologia camponesa resista frente ao governo que não nos nota*” (E.10).

Argumentações como a destes jovens produtores demonstram o quanto mais é necessário investigar a diversidade e a pluralidade atual dentro dos assentamentos rurais, para pensar e experimentar os fins em vista (DEWEY, 1929) e meios adequados a eles, que viabilizem esses assentamentos, o que não é mais necessariamente os mesmos fins de quando foram criados. Afinal, as expectativas e a visão de mundo dos filhos não refletem mais, muitas das vezes, as utopias e expectativas dos pais. É uma geração que já estudou mais que seus pais; alguns foram estudar em outras cidades; conheceram outras realidades, outros assentamentos, e isso foi contribuindo para a sua formação, refletindo-se em seus posicionamentos e ações. Observa-se aqui o que discute Dewey (1929), quando argumenta que “os fins em vista” devem ser permanentemente repensados e rediscutidos à luz dos novos desafios e “situações problemáticas” que se colocam na experiência. O fim em vista não pode ser definido “*a priori*” de uma vez por todas e necessita sempre de revisão, pois, segundo o autor, ele está intimamente ligado e não descolado da ação.

Por exemplo, boa parte dos jovens produtores que participaram dessa pesquisa conseguiu terminar a escola (ensino médio completo), e/ou cursou algum curso técnico agrícola. Outros são graduados, licenciados (professores) em biologia, letras, educação física, geografia, história. Alguns deles até já cursaram especialização *lato sensu*, mestrado e estão no doutorado, ou tendo isto em vista. Também encontramos aqueles que abandonaram a escola por falta de oportunidade (ter que trabalhar); ou por falta de vínculo com estudos (alta reprovação/desistência).

Diante disso coloca-se a questão: quais os novos projetos de vida desses assentamentos? Reconhecer a diversidade dos “modos de existência” (LATOUR, 2012) desses espaços parece necessário para responder a esta pergunta, pois, o reconhecimento, ou não dessa diversificação acabará impactando nas escolhas em termos de meios e fins para promover desenvolvimento, e nas alternativas de bem viver que se busca na prática e também nas políticas e programas públicos que visam fomentar o desenvolvimento rural. Pensar e

colocar em prática ações, programas e projetos de desenvolvimento, **com base em uma visão “idealizada” ou “projetada” de rural ou ainda numa visão “fatalista” e mistificadora, mais do que inspirar mudanças pode** gerar mais efeitos indesejáveis e reforçar ainda mais os preconceitos e estereótipos associados frequentemente às experiências dos assentamentos e aos (as) agricultores (as) familiares que aí vivem. “Esses sem-terra aqui de Corumbá, olha [...] é tudo preguiçoso. Você não vê eles plantando nada. Só sabem pedir cesta básica” (I.3, fazendeiro de Corumbá).

Diante disso, coloca-se a última cena que trazemos, à qual refere-se às expectativas e possibilidades futuras do assentamento e seus “modos de existência” (LATOUR, 2012), hoje bem diversos de quando tudo isso começou.

e) Cena 5 - Expectativas, realidades e possibilidades de futuro

Com tantos conflitos e desafios expressos em variadas situações problemáticas, a pergunta é: **quais os novos compromissos, interações e negociações? Quais as possibilidades de futuro para o assentamento?** O ano de 2010 começa com a articulação das famílias do Taquaral e de outros assentamentos da região, para aquela que foi a maior manifestação da década e cujo nome é altamente significativo para responder essa pergunta, a ***Marcha dos Esquecidos***.

Figura 30 – Marcha dos Esquecidos



Fonte: JORNAL DIÁRIO CORUMBAENSE, 2010, p.5, impresso.

Para entender esta manifestação, é preciso dar um passo para trás, e reconhecer a turbulência social que afligia os agricultores dos assentamentos Taquaral, Tamarineiro I e II

(Norte e Sul), Paiolzinho, São Gabriel, Urucum, Mato Grande (todos de Corumbá) e 72 (Ladário), todos participantes da manifestação.

A articulação desses agricultores começou poucos meses antes da eleição presidencial de 2010, ocasião em que a presidenta Dilma Rousseff foi eleita pela primeira vez. Naquele ano, a seca e as altas temperaturas se intensificaram. Se o habitual é que a região tenha seis meses de muita chuva e seis meses com muita seca, os dados do Inpe (2020) mostram que o ano foi totalmente atípico. A precipitação de chuvas em março (100mm) e abril (abaixo de 75mm) estiveram muito abaixo da média história esperada (170mm e 130mm respectivamente). Este fato gerou uma grande seca na região, impactando a produção e, consequentemente, a vida das famílias que vivem nos assentamentos.

Como já evidenciado as “situações problemáticas” vividas pelos agricultores familiares nos assentamentos é um somatório de diversos problemas históricos, o que permite constatar em muitos momentos processos de “recursividade” e repetição (KOSELLECK, 2014). As estradas estavam repletas de buracos no tempo da seca, ou eram um verdadeiro rio no tempo das chuvas, causando o atoleiro. Ambas as condições geravam entraves para o escoamento da produção, e perigo para o transporte escolar e para todos os que vivem nos assentamentos.

Quanto à saúde, faltavam médicos e agilidade nos atendimentos. Na educação, o grande dilema era que as escolas iam somente até a nona série do ensino fundamental, fazendo com que o jovem rural, para continuar os seus estudos, tivesse que ir embora, em busca da zona urbana próxima ou de outras cidades. Isso, quando este tinha alguma condição de sair do assentamento. Por fim, a falta de água, o grande dilema de todos os assentamentos.

Com a proximidade das eleições, a única certeza entre os agricultores era que, a partir daquele momento, começariam a aparecer os candidatos políticos, a antiga natureza *clientelista*. Políticos que, muitas das vezes, “compram, a preços baixos, os serviços das pessoas que se dizem ‘líderes’ no assentamento, para poder espalhar os seus interesses e arrebanhando o máximo de votos possíveis” (MAD, 2013).

Diante disso e tendo em conta o clima de insatisfação geral que imperava no país e se expressava na mídia nacional, a mobilização coletiva dos produtores rurais dos assentamentos de Corumbá e Ladário serviu para publicizar os dilemas e as realidades vividas por aquelas famílias, tirando-os da “invisibilidade”. Esta passagem da vida dos produtores foi documentada, findando com a elaboração de um curta-metragem denominado *Os Esquecidos*

*do Pantanal*¹²⁰. Coordenado por Sérgio Pereira, professor e agricultor do Taquaral, o curta apresenta a questão social e política das famílias assentadas pelo programa da Reforma Agrária, conseguindo ser finalista da 1ª Mostra Audiovisual de Dourados (UFGD).

O resultado final de toda a mobilização foi a realização da marcha, em 16 de setembro de 2010, semanas antes das eleições.

Entoando o grito “*água, estrada e saúde pra valer. O povo sai nas ruas e os governos vão tremer*”, os produtores carregavam faixas para reforçar a pauta e apresentar à cidade seus dilemas. Na ocasião, também eram distribuídos panfletos que elencavam as ações cobradas:

- ✓ Abastecimento de água do rio Paraguai para irrigação e consumo animal;
- ✓ Abastecimento de água potável para consumo humano;
- ✓ Pavimentação/aplicação de cascalho nas estradas rurais dos assentamentos;
- ✓ Construção de tubulação e pontes para córregos secos [só enchem na época das chuvas];
- ✓ Retorno da patrula da zona rural [manutenção das estradas de terra];
- ✓ Construção de uma escola técnica federal para alunos assentados;
- ✓ Renegociação das dívidas de financiamento;
- ✓ Retomada das agrovilas cedidas a uma empresa privada [destinada a beneficiamento da farinha de mandioca, discutido no capítulo 6];
- ✓ Atendimento médico eficiente nos postos de saúde;
- ✓ Ambulâncias e extensão dos programas de Saúde da Família em todos os assentamentos de Corumbá e Ladário;
- ✓ Descriminalização do trabalho nos assentamentos rurais em relação ao meio ambiente.

A mobilização percorreu mais de 20 km de distância. Começou perto da entrada do lixão da Nova Corumbá (bairro urbano no limite com a via de acesso ao Taquaral), passando pelas principais ruas do centro da cidade, com uma primeira parada na portaria do Ministério Público Federal (MPF), momento em que os produtores entregaram a denúncia sobre as condições em que estavam vivendo. Após esse ato, caminharam até a prefeitura de Corumbá, onde participaram de uma reunião com o prefeito da época Rüter Cunha de Oliveira (Figura 31).

Na reunião, com o prefeito ocupando o canto esquerdo da foto (de camisa verde-claro, na frente do fotógrafo), rodeado de seus principais secretários, os manifestantes entregaram a pauta contendo as ações, e foi decidido pela criação de uma comissão de trabalho formada por representantes da prefeitura e dos associados, que definiriam a prioridade das ações. Conforme nota veiculada pelo jornal local (JDC, 2010). O prefeito, de imediato, se comprometeu a realizar a operação tapa-buraco nas estradas, além de enviar um caminhão-pipa para atender os assentamentos.

¹²⁰ Recomendamos o vídeo *Os Esquecidos do Pantanal*. Cf. <https://bit.ly/3jqlSSG>

Figura 31 – Reunião com prefeito de Corumbá



Fonte: JORNAL DIÁRIO CORUMBAENSE, 2010, p.5, impresso.

O último item da lista de reivindicações chama muita atenção: *descriminalização do trabalho nos assentamentos rurais em relação ao meio ambiente*. Quando investigamos para saber a que exatamente se referia esta ação (outras serão tratadas mais adiante), encontramos que houve algumas autuações contra alguns agricultores familiares dos assentamentos, não só do Taquaral, já que a manifestação eram de todos.

Essas autuações referem-se a transporte irregular de produtos florestais (madeiras) e incêndio na vegetação sem autorização ambiental (principalmente nos assentamentos que se dedicam exclusivamente à pecuária, como o Tamarineiro). Não discutiremos o quão importante é investigar e atuar os processos de degradação ambiental. Os responsáveis precisam ser identificados e receber/sofrer as medidas prevista em lei. Focaremos, portanto, numa terceira autuação, narrada dentro desta ação ambiental, e, a mas curiosa delas, a suposta utilização da baía do Jacadigo.

Devido à seca que atingiu a região em 2010, os produtores rurais que criavam gado precisaram levar sua comitiva para alguma área que tivesse pasto e água; afinal, muitos animais estavam morrendo de sede e fome. Chegaram, dessa forma, nas proximidades da baía do Jacadigo. Lá, toparam com a opressão e a agilidade do poder dos fazendeiros.

Com a seca vários companheiros pegavam seus animais e iam até as margens da baía a modo de o animal pode beber água né. Outros iam lá para a região da baía do Tamengo [região do Pantanal relativamente próxima]. Com a seca, o gado atravessa um canal e lá teria água para beber. Mas a galera que foi pra baía do Jacadigo não esperava encontrar os fazendeiros, que também levaram seus animais para lá. Daí vinha o poder, porque eles ameaçavam os parceiros [agricultores assentados] até sair de lá. Quando eles não saíam era a hora que veio as denúncias, falando que nós estávamos “destruindo” o Pantanal (E.37, produtor rural que cria gado próximo ao Jacadigo).

Com a seca e a diminuição da baía, os fazendeiros da proximidade começaram a grilar e cercar parte desta “nova terra”, além de proibir que os pecuaristas dos assentamentos

levassem seus animais para a baía. Somado a essa opressão, havia o problema da mobilidade; afinal, à medida que a baía ia secando, uma espessa camada de barro ia surgindo (parte do fundo da baía). Nisso, o gado acabava atolado e, muitas vezes, em consequência, morrendo. Foi por pisotear o fundo da baía, área de preservação ambiental, que alguns produtores dos assentamentos receberam multas do Ibama.

Vale lembrar que esta área de preservação é parte da mesma área a que famílias do Taquaral tiveram a entrada questionada e barrada pelo MP, em 1989. Tratar-se da mesma área que não foi autuada quando da exploração da madeira feita pelo Grupo Chamma. Tanto ela, quanto o PA Taquaral, têm suas limitações demarcadas no Decreto 97.540/1989 (Box 8). Encontramos uma reportagem antiga que valida o relato dos atores entrevistados e narrados até aqui:

O chão esturricado parece de deserto, mas é o Pantanal. **Onde existia uma lagoa virou estrada.** O trator leva 20 mil litros de água por dia e abastece o bebedouro. Mas, em fazendas onde não há poços, os animais morreram de sede. Em Corumbá, onde existia uma imensa baía, a do Jacadigo, a vegetação aquática secou, virou palha (Jornal Bom Dia Brasil, Rede Globo, 10/09/2010, grifo nosso).

“Então, quer dizer que o Pantanal tem dono? Mesmo estando aqui há 20 anos, eles avançam sobre uma área preservada e colocam cercas?” (Trecho do curta *Esquecidos do Pantanal*, 2013, grifo nosso).¹²¹

Atualmente, a questão em torno da água e o acesso na baía do Jacadigo parece caminhar para o mesmo dilema de 2010. Por meio da experiência acumulada, vários produtores do Taquaral relataram que com as queimadas de 2020 e consequentemente poucas chuvas “a baía deu uma boa secada, deixando a parte ‘suja’ a mostra [...] a expectativa para esse ano não é tanto a queimada em si, porque ano passado já queimou tudo. Esse ano o que deve ser bem feio é a seca” (E.9, produtor do Taquaral).

A Figura 32 apresenta uma dimensão da fala de E.9. Primeiramente se observa a beleza dessa região. Mas, o que E.9 chamou de “sujo” (termo também mencionado por outros produtores), refere-se ao fundo da baía, área composta por matos, plantas e arbustos que com a seca da baía acaba ficando exposta e, com o tempo, seca, formando a “sujeira”, dificultando que o animal chegue até a água.

¹²¹ Fala de uma produtora rural do Taquaral, em 2010, referindo-se ao ciclo 1990-2010.

Figura 32 - baía do Jacadigo*



*Toda a área deveria conter água. As partes mais a borda secam primeiro, até a água ir concentrando no meio. O círculo na imagem destaca um cavalo que aproveitava a folhagem mais verde para a sua alimentação. O risco, porém, é dele ficar atolado.

Fonte: Os autores, maio de 2021

Percebemos nesse acontecimento que não se trata apenas de defender a natureza, mas de conflitos de interesse em que aqueles que tem mais poder usam da legislação vigente e do próprio Estado como barreira para viabilizar seus próprios interesses como vimos em várias outras cenas aqui narradas.

Anderson: O que aconteceu depois da Marcha dos Esquecidos?

E.18: Bem, muitas das ações não engataram. Mas eu acho que no geral valeu a manifestação. Pelo menos por aqui, a prefeitura veio tapar os buracos e patrolar a estrada. A água não foi resolvida até hoje. Na época, a escola ganhou a cobertura da quadra de esportes. É [...] a titulação não saiu. Mas a prefeitura mandou caminhão pipa para algumas partes daqui [Taquaral] e em outros assentamentos.

Aqui percebe-se mais uma vez a importância da mobilização pública e seus efeitos. Os relatos, as histórias, os saberes locais, sua repetibilidade e o acúmulo de experiência e aprendizagem, tudo isso vai transformando as famílias assentadas em coletivos que também agem como “públicos” exigindo seus direitos e denunciando sua violação. Os militantes mais ativos têm aqui papel fundamental, pois são eles que incitam a indignação e a inquietação e, desenvolvem assim, novas redes de confiança e afinidade essenciais para a mobilização coletiva.

Foi assim que em 2011, o Jumat, buscando sua institucionalização, deu origem à **Associação dos Apicultores da Agricultura Familiar de Corumbá**, que pudemos acompanhar mais de perto através das observações direta e participante. Essa ação marcou a transição ecológica da produção agrícola do Taquaral, com inserção das abelhas neste espaço.

Conforme pudemos apurar através das atas do AAAFC, de conversas e entrevistas com os principais líderes desse grupo, e com ex-participantes, a primeira reunião foi realizada na igreja Nossa Senhora de Fátima, localizada no Taquaral, próximo à atual sede da Casa do Mel, que na época ainda não existia. Neste dia, reuniram-se 24 produtores/as que aprovaram o novo estatuto, a eleição e a posse da primeira diretoria do AAAFC (chapa única – eleita por aclamação). Em seu primeiro pronunciamento, o presidente eleito declarou: “Nosso objetivo é promover o desenvolvimento dos associados e **defender o desenvolvimento da comunidade** perante os poderes públicos, onde quer que se faça necessário [defenderemos] os direitos, os interesses e as reivindicações dos associados” (Presidente Pedro Calazans, Ata da AAAFC, folha 2, verso, grifo nosso).

Segundo o seu estatuto, a associação é uma entidade sem fins lucrativos, que tem por objetivo desenvolver práticas sustentáveis e que permitam melhorar as condições de vida de seus associados. De início, as principais atividades estavam estritamente ligadas à produção apícola, tais como treinamento para produção e manejo, transporte, beneficiamento, envase e, dentre outros, comercialização. Em sua constituição, porém, já estava expresso o interesse de comercializar outros produtos que contribuíssem com a renda das famílias, como os hortifrutigranjeiros.

Em junho de 2011, a AAAFC fechou parceria com a Embrapa que se comprometeu a oferecer cursos para os produtores - na época, 35 apicultores filiados. Além disso, o grupo elaborou e submeteu uma proposta para o Programa Comunidade Participativa, promovido pela mineradora Vale, com objetivo de contemplar, com recursos financeiros, propostas da região nas seguintes categorias: geração de trabalho e renda, capacitação profissional e assistência social. Concorrendo na primeira categoria, o grupo foi contemplado e pôde

adquirir alguns poucos equipamentos, suficientes para constituir quatro apiários. Com poucos apiários, o grupo tomou a iniciativa de criar grupos de produção e realizar trabalho coletivo em que todos participassem dos direitos e deveres definidos em assembleia.

Foi através desse trabalho coletivo que o grupo definiu, como grande prioridade, a construção da casa do mel, de mais apiários e do laboratório, tudo que permitisse conquistar um grande mercado, através da produção do mel orgânico. Não possuindo capital no momento, tudo precisou ser conquistado. Também ficou acordado que a associação precisaria contratar um contador para agilizar a documentação e acelerar a comercialização para entidades públicas (compras públicas).

Como a origem do grupo remonta ao Jumat, foco na juventude, foi criado um projeto em parceria com a escola Monte Azul, conforme relatou E.15 (Produtor e ex-integrante do Jumat):

O projeto foi criado para que alunos acima de 14 anos pudessem aprender uma “produção ecologicamente” correta e eles próprios contribuíssem com o enriquecimento da merenda escolar através da inserção de mel no cardápio. Assim, foi criado o Grupo Coletivo da Escola Rural Monte Azul.

Vemos, a partir dessa tentativa, que esta experiência abrirá uma janela de oportunidade que permitiria tanto a intensificação da produção agroecológica na região, quanto iria contribuir para a segurança alimentar dos alunos, que passariam a consumir mel orgânico, ao invés do açúcar branco processado. No entanto, esse projeto e tudo que envolve a apicultura necessita de investimento, razão pela qual o grupo precisou se desdobrar para fazer a ideia deslanchar.

Visando a obter os recursos financeiros necessários para ampliar a sua produção, o grupo conseguiu um microcrédito com a *Comunità Impegno Servizio Volontariato* (Cisv)¹²², uma associação sem fins lucrativos, que já havia participado de outras ações dentro do Taquaral desde 2004, quando contribuiu para a constituição da Associação dos Técnicos em Agropecuária dos Assentamentos de Corumbá (Ataac).

Quando soubemos da possibilidade de financiamento nós fomos atrás do edital e de elaborar o projeto, explicando todas as intencionalidades e o que nos motivava, nisso conseguimos um crédito de R\$ 2.000 que acabamos utilizando para comprar a centrífuga utilizada para extração de mel (E.16 Produtor rural do Taquaral e do AAAFC).

¹²² O Cisv foi fundado em 1961 na cidade de Torino (Itália), estando presente em mais de 12 países, incluído o Brasil. Sua proposta principal é impulsionar, a partir da sustentabilidade, ações em torno da agricultura e da gestão dos recursos hídricos. Seu público-alvo são jovens, mulheres vítimas de violência e os indígenas. Cf. <https://bit.ly/3jxFwfy> Acesso em: 7 ago. 2020.

Após a fase da observação participante, onde ajudamos o tesoureiro da associação a organizar os custos da AAFC de 2016-2017, partimos exclusivamente para a observação direta, que aconteceu acompanhando as reuniões do grupo, visitando alguns membros em sua propriedade e ainda na Feira de transição agroecológica, na qual um participante vende o mel produzido pelo grupo.

Nossa entrada no grupo foi muito amistosa. Porém, ficou evidente desde os primeiros encontros que o grupo não estava tendo reuniões e encontros coletivos mensais. Foi através de muita indagação e questionamento que eles voltaram a fazer as reuniões. Que infelizmente tiveram que ser paralisadas com o avanço da pandemia Covid-19. As reuniões eram sempre na propriedade em que se encontra a Casa do Mel, debaixo de um pé de árvore, onde o grupo contou a sua história e acompanhamos as projeções futuras.

Figura 33 – Local onde ocorriam as reuniões, próximo a Casa do Mel



Fonte: Os autores, maio de 2021.

A partir desse acompanhamento, pudemos compreender que as primeiras atividades do grupo foram marcadas pela participação e divisão do trabalho (planejamento de execução da apicultura, confecção das melgueira,¹²³ construção das caixas, extração, limpeza e comercialização). O trabalho crescia, mas, em fevereiro de 2012, o consenso geral foi de que “a casa do mel ainda não era viável, devido à falta de matéria prima, o mel” (ATA, folha 10/2012).

¹²³ Segundo a Associação Brasileira de Estudos das Abelhas, melgueira é uma peça que se instala na parte superior da colmeia para o armazenamento e posterior coleta de mel Cf. <https://bit.ly/30Bis8u> Acesso em: 7 ago. 2020.

Mesmo com esse entendimento, e após muita discussão, nos meses seguintes se chegou à definição do *layout* da casa de beneficiamento do mel. A partir daquele momento, o objetivo de todos era buscar recursos financeiros.

Para isso, em 2012 tentaram novamente o crédito do Programa Comunidade Participativa, mas desta vez não foram contemplados. Tentaram também, participar do Programa Bolsa Verde (R\$ 300 por trimestre), mas não foram enquadrados na proposta.

“Com isso, e diante da baixa produção da época, voltamos a unificar o trabalho e elaboraram um cronograma de tarefas” (E.16). Frente as adversidades, continuaram na busca e elaboraram um ofício encaminhado à Confederação de Apicultura, solicitando apoio para a construção da casa de mel, um curso sobre preparo da geleia real e outro de seleção e produção de abelhas rainha. No entanto, não obtiveram respostas.

Desde o início, o mel colhido era distribuído igualmente entre os associados que mais participavam. Já os apiários, instalados na escola, se destinavam a incrementar a merenda dos alunos. “Foi só no final de 2012 que começaram a discutir as normas sanitárias necessárias para a produção e o envase do mel. Buscamos entender tudo para tentar atender aos requisitos e poder começar a participar do Pnae, além de novas estratégias de divulgação” (E.14).

Em 2013, firmaram parceria com a prefeitura de Corumbá e com o Senar para receber cursos sobre a produção da geleia real. No mesmo ano, buscaram fixar acordos políticos para que a associação obtivesse o título de utilidade pública, tanto municipal, quanto estadual. Esse título permite a fundações e associações obter a certificação e o reconhecimento do poder público de que eles atuam com projetos sociais, apesar da finalidade lucrativa, mas consideradas prestadoras de serviços de bens destinados ao uso coletivo. Conseguiram a certificação municipal, conforme ofício publicado pela Câmara de Vereadores de Corumbá, em 07 de outubro de 2013 (Edição 314).

Dentre os cursos que fizeram com o Senar (governo do estado), houve uma aproximação do grupo com uma política de desenvolvimento estadual fortemente difundida no início dos anos 2010, os Arranjo Produtivo Local do Mel;¹²⁴ nesse caso, o APL-Apícola. Com isso, o AAAFC recebeu um repasse do governo do estado em equipamentos, como centrífuga elétrica e seladora de sachê. Após essa conquista, a próxima ação do grupo centrou-se, mais uma vez, em conseguir erguer a Casa do Mel.

O primeiro passo aconteceu quando o grupo recebeu uma verba da UFGD, no valor de R\$8 mil, para a construção de salas de colheitas, resultante do trabalho de conclusão de curso

¹²⁴ A que tudo indica, a APL-apícola foi findada no estado. Não encontramos nenhuma informação recente sobre esse projeto. Hoje, contudo, há a Federação de Apicultura e Meliponicultura de Mato Grosso do Sul.

– um do produtor Cristiano Conceição e outro de sua colega de turma. Ambos desenvolveram um projeto com o AAAFC, o que permitiu o destino e a utilização do dinheiro para comprarem o material para a construção. Para isso, receberam o auxílio de uma veterinária do Iagro, que ajudou a definir o local exato da Casa do Mel, que foi erguida em 2014.

Figura 34 – Casa do Mel



Fonte: Os autores, março de 2020.

Outra parceria fundamental comentada pelos produtores foi a que firmaram com a prefeitura de Corumbá, que o conectou a associação com o Sebrae-MS. Dessa rede, os agricultores receberam um curso de Manual de Boas Práticas de Fabricação, e consequente regularização sanitária da Casa do Mel. Dessa forma, a AAAFC conseguiu o Serviço de Inspeção Sanitária (SIM) que certifica que a associação foi aprovada no que tange à inspeção e a fiscalização da produção industrial e sanitária dos produtos de origem animal comestíveis (Figura 35). A partir desse momento, além de poder participar das compras públicas (PAA e Pnae), o produto poderia ser comercializado nos supermercados da cidade.

Figura 35 – Embalagem do mel Florada Pantaneira



Fonte: Os autores, a partir da embalagem do produto.

Com isso, a produção foi aumentando. Em 2016, foram colhidos aproximadamente 1000 kg de mel, como verificamos no levantamento com o tesoureiro. Para comemorar as conquistas, em setembro deste ano, e com apoio da UFMS, o grupo realizou a *1ª Festa do Mel*.

Anderson: Como foi a Festa do Mel?

E.16: Foi uma festança boa. Isso aqui lotou. Envolvemos a escola, que fez uma apresentação, veio muita gente da cidade e deu pra festejar e vender bastante.

Anderson: Então o objetivo era tanto comemorar as conquistas que vocês lutaram ao longo do tempo, e também divulgar o produto e festejar?

E.16: Sim. Algumas pessoas cogitaram que a festa até deveria acontecer lá na cidade, onde teria mais contato com clientes. Mas a gente optou por fazer aqui, porque era um momento nosso. Até temos que retomar, fazer outras edições, mas ainda não deu. Sem apoio fica difícil fazer tudo sozinho.

De 2017 a 2019, foram coletados 3.283 kg de mel, conforme levantamento realizado durante a observação participante junto com o tesoureiro. Atualmente são sete apiários no Taquaral e um no 72. Conforme exposto pelo grupo, o grande desafio é aumentar a participação dos integrantes e a produtividade do mel, além de outros derivados, como a própolis e a geleia real.

O que se observa desse período em que acompanhamos as atividades do AAAFC é que **a jornada desse grupo é marcada por desafios, resistências e persistências**. A iniciativa começou com os jovens recebendo uma capacitação via CPT, que visava apresentar uma atividade que permitisse a eles permanecer no campo. Foi por acreditar na iniciativa que **os membros do antigo Jumat buscaram um desenvolvimento rural para si**, por meio do qual fosse possível obter renda, viver no Taquaral, construir famílias e sociabilidades nas terras que seus pais tanto lutaram para ter, ou seja, paralelamente a isso está o próprio fato de fazer valer a Reforma Agrária em si. Aos trancos e barrancos conseguiram erguer a Casa do Mel, montar os apiários e iniciar a produção, envase e comercialização.

De fato, parcerias ajudariam a intensificar a produção e, quiçá, envolver mais famílias no processo. Isso era muito comentado nas reuniões, onde os integrantes davam ideia de onde e quando comercializar. **O que se depreende dessa experiência é a contracorrente: desenvolver uma atividade agroecológica no Pantanal marcado predominantemente pela atividade pecuária e, com ela, as degradações ambientais**. Então, era de se esperar que a atividade até hoje não receba foco e atenção que mereça.

Paralelamente aos desdobramentos dentro da AAAFC, o restante das famílias do Taquaral que não participam das atividades do mel, foi seguindo seu percurso. Após a Marcha dos Esquecidos (2010), os produtores voltaram a se organizar ao mínimo duas vezes. A primeira em 2012 (Figura 36), ocasião que fecharam a fronteira Brasil-Bolívia, interrompendo

o acesso para pressionar o governo a investir em moradia, em resolver o acesso e a distribuição de água (consumo e irrigação), em retomar a PCA para execução de obras de recuperação das estradas vicinais e na volta das compras públicas (PAA) que estava suspensa. Percebe-se aqui, mais uma vez, a importância da mobilização da agricultura familiar para a manutenção de uma importante política pública que beneficia não apenas a categoria, mas tem um importante papel na garantia da segurança alimentar no país.

Figura 36 – Fechamento da fronteira Brasil-Bolívia



Fonte: Jornal Diário Corumbaense, 2012

Já em 2017, a manifestação foi feita na porta do Incra – Unidade Corumbá (Figura 37), e requeria, além de agilidade na entrega da titulação definitiva, a reestruturação do Incra na cidade, pois, a emissão de documentos, como a Certidão do Assentado, que possibilita a participação do produtor em programas sociais para as famílias do campo, estava interrompida por falta de pessoas para atender à demanda e, dependendo do dia, por falta de internet para acessar o sistema e até falta de papel sulfite.

Figura 37 – Manifestação na frente do Incra – Unidade Corumbá



Fonte: G1 Notícias, 2017.

Quanto aos “canais de comercialização”, a prefeitura de Corumbá idealizou um projeto municipal que buscou incentivar a produção da agricultura familiar nos assentamentos do município. Dessa proposta surgiu, em 2014, a **Feira do Produtor Rural**, na qual se comercializavam frutas, legumes, verduras, ervas medicinais, doces, temperos e hortaliças, tudo cultivado de forma ecologicamente correta (sem agrotóxicos). Nesta feira, era proibido vender produtos industrializados, ou de origem animal sem o SIM (ovos, leite e queijo). Em seu auge, a feira chegou a contar com 40 agricultores de variados assentamentos. Na fase final, já operava com 23. Quando do seu fechamento, em 2016, contava com apenas 10 (SANTO, 2015).

O motivo para a decadência do projeto, na visão dos próprios agricultores, foi a proibição imposta à comercialização de ovos, leites e carnes, além da distância, pois, muitos deles vinham para a cidade de carroça, ou de carro, que, entretanto, não podia ficar muito tempo estacionado no entorno da praça (isso quando dispusesse de vaga). Somente era permitido estacionar para descarregar e montar as barracas. Por isso, esses feirantes começaram a abandonar o projeto e se concentrar, exclusivamente, nas sete feiras livres de Corumbá e nas três de Ladário.

Atualmente as principais atividades desenvolvidas no assentamento Taquaral estão ligadas à pecuária (bovina, suína, frango caipira, ovos, leite, queijo) e à lavoura (mandioca, abóbora, limão, cana-de-açúcar -melado, garapa e rapadura, pimenta, hortaliças), produtos comercializados de forma direta ao consumidor final (encomenda), a supermercados, ao PAA e a feiras livres. Já para as atividades não-agrícola foram identificados trabalhadores do ramo comercial de Corumbá (vendedores e repositores), além de professores, agentes de saúde, técnicos administrativos, da área do serviço público. Todas essas dinâmicas são executadas por jovens, velhos, homens e mulheres, em família, ou através das relações de compadres (que envolve as trocas). Todos se dividem entre plantar, cuidar dos animais, trabalhar na cidade, nas atividades da casa e/ou comercializar os produtos nas feiras.

Com relação às dinâmicas informais, ao mínimo três podem ser citadas. A comercialização de leite *in natura*, se analisado sob ótica da legislação, pois os assentamentos dessa região não possuem uma cooperativa de resfriamento e demais requisitos exigidos por lei. O leite é extraído, peneirado, engarrafado (garrafa pet 2 litros) e comercializado na cidade. Outra atividade refere-se à comercialização de carvão vegetal, oriundo de desmatamento. Nenhum produtor narrou isso em específico, mas a própria Marcha dos Esquecidos sinalizou essa ocorrência. Por fim, temos as atividades clandestinas em torno das *cabriteiras*, as estradas que dão acesso à Bolívia. Por elas são transportadas drogas, veículos roubados, além

de serem utilizadas por traficantes e/ou ladrões para burlar a polícia/fiscalização. Para chegar a tais estradas é preciso, antes, passar pelas estradas vicinais do assentamento. “Ela também é utilizada por pecuaristas, que transportam gado sem nota fiscal de um lado para outro” (I.1).

Quanto a titulação definitiva não há previsão alguma desse título sair nos próximos meses. Em 2019, 90 famílias (do total de 181) assentadas no assentamento Marcos Freire (Dois Irmãos do Buriti), àquelas que estiveram no acampamento em Santo Inácio junto com as famílias que vieram para o Taquaral, receberam a titulação da propriedade. Já em Corumbá, 112 títulos foram entregues às famílias do Tamarineiro II Sul (de um total de 257 famílias originalmente assentadas nessa porção) e 40 títulos às famílias do Paiolzinho (do total de 72 famílias). Os números mostram que nem todos receberam a titulação. O motivo para isso compreende desde irregularidades na ocupação da terra (transferências não autorizadas pelo Incra, outra dinâmica informal) ou abandono. As famílias seguem a espera da titulação, e o Taquaral continua sendo um “projeto de assentamento” – um “projeto” que já dura mais de 30 anos.

A rica jornada desses (as) agricultores (as) familiares que se associam em torno da experiência do assentamento Taquaral permite evidenciar com riqueza de detalhes o desafio e o trabalho que é despendido para se coproduzir inovações sociais no meio rural no Brasil e, mais particularmente, num território de “expansão agrícola”, como é o caso de Mato Grosso do Sul. Nesse relato, os desafios de desenvolvimento são encarnados e adquirem “carne, osso e sangue”, permitindo, como propõe Dewey (1929), **expressar a inovação social rural e seu significado, não a partir de visões “idealizadas”, “fatalistas” e/ou “mistificadoras”, mas simplesmente pela realidade vivida nesse assentamento.**

Essa realidade nos evidencia que **as inovações sociais** (ou as mudanças nas interações sociais, nas práticas, nas regras, nos projetos de futuro) que vão transformando esses espaços **ocorrem a partir de um longo processo de (re) configuração dessa experiência pública** (CEFAI e TERZI, 2012) pelos atores que as colocam em prática.

Tudo começa **com o incômodo**, como discutido na primeira cena, de indivíduos plurais e com origens particulares, mas que compartilham todos eles de situações de exclusão diversas (os camponeses do Paraná, os *brasiguaios*, os corumbaenses que vivem nas favelas, os *sem terra* do Pantanal). Mas no lugar de se acomodar e aceitar essa condição, esses indivíduos resolvem “se incomodar”, buscar novas possibilidades, experimentar um “fim em vista” -, uma vida melhor para si e para sua família.

Temos aqui a associação do individual (interesses, desejos, sonhos) com o comum (ZASK, 2021) e a busca pela posse da terra e, por meio dela, da inclusão social, da conquista de direitos básicos, tão difíceis de colocar em prática num país e numa região onde o Estado de direito é ausente para essas questões e a democracia é uma palavra bonita no dicionário. A cultura política de MS é permeada por muita desigualdade e preconceito revelados nos diversos “ismos” que a qualificam apropriadamente, como discutido no capítulo precedente e aqui exemplificada.

Nesse processo, a terra e a relação com a natureza, “ter um chão para cair morto”, se coloca como esse fim desejado, que alimenta num segundo momento **“a luta pela terra e pela inclusão”**. Percebe-se aqui que as interrelações entre a experiência de Taquaral e a realidade brasileira (o mico e o macro), são evidentes nessa cena pelo apoio da CPT e a formação do MST no estado, acontecimentos essenciais para a formação e legitimação do movimento social nacionalmente e suas conquistas junto a política de Reforma Agrária no Brasil em formação e mais tarde nas políticas voltadas ao apoio à agricultura familiar. Aqui, percebe-se ainda, uma importante relação entre as ações coletivas, as inovações sociais e a ação pública. **Nesse sentido, o assentamento, enquanto dispositivo de política pública, não emerge de um planejamento governamental e de uma ideia abstrata de direito à terra, definida na Constituição. A justiça na distribuição da terra**, especialmente numa região como essa, permeada por conflitos sociais, políticos e ambientais históricos **é construída pela “luta”**, palavra essencial no vocabulário dos sujeitos pesquisados.

Mas essa “luta pela terra e pela inclusão” não é garantia de conquista. A próxima cena apresenta a importância **da “resistência” e da “resiliência”**, do manter-se de pé e firme, apesar de todas as adversidades, que, assim como mostrado, são constantes e recursivas. Diante disso, é comum e compreensível **“desistir” e “abandonar”**, como vimos em várias experiências narradas ou observadas por nós daqueles que abandonam os lotes, daqueles que vendem (mesmo não sendo legal vender) para buscar outras alternativas, ou ainda daqueles que buscam outras vias para existir, inserindo-se em outras dinâmicas de desenvolvimento formais, informais ou ainda clandestinas, a partir das diversas oportunidades oferecidas, muitas vezes, bem mais viáveis e rentáveis, como discutido no capítulo 5.

Mas aqueles que permanecem, como discutido nas cenas 02, 03 e 04 **vão buscar se adaptar e inovar permanentemente**, tentando desesperadamente construir meios e adequá-los aos fins desejados. Vão “cavar para buscar água”, vão descobrir qual atividade econômica é viável numa terra de difícil cultivo, vão criar a escola e contextualizar a educação escolar, buscando formar seus filhos para um futuro melhor, vão buscar melhorar as estradas e

construir e reforçar alianças e interlocução com outros atores para se reforçar, como a CPT o MST, inicialmente, e mais tarde com outras organizações da sociedade civil e políticos locais, visando fazer acontecer os fins desejados, criando novas práticas (a produção de mel orgânico) e instituições (associações). Ao fazer isso, **esses sujeitos vão se transformando (tornando-se mais plurais e diversos) e também modificam o espaço em que vivem (os assentamentos) e o meio rural.** É esse processo que torna possível os assentamentos existirem, com seus dilemas, conflitos, dificuldades e conquistas - e não apenas os dispositivos legais e a “vontade política” como magicamente se fala no Brasil.

Mas esse processo de enfrentamento das “situações de prova” está longe de ser linear ou evolutivo, típico da noção de progresso tão cara à própria ideia de “desenvolvimento”. No lugar disso, o que se observa nessa experiência é um processo cíclico, de idas e vindas, e contínuo que se aproxima mais do que Dewey (1929) denomina de “melhorismo”, quer dizer, o que se busca sempre é “ser melhor que antes”, mas isso se constrói no próprio caminhar e nem sempre produz efeitos desejáveis.

A trajetória do Taquaral evidencia assim, que apesar de toda luta travada e esforço coletivo evidente, muitas “situações problemáticas” permanecem e algumas se ampliam, não por acaso, mas como fruto de um descaso histórico, tanto por parte dos governos, quanto da sociedade em geral por essas experiências. Essas *estruturas de repetição* ocorrem de forma não homogênea, com diferentes velocidades de mudança, atrasos e acelerações - como no caso da falta de água, da falta de apoio técnico e do não recebimento da titulação definitiva. A cada geração em que essas situações de prova vão se repetindo, novas demandas, discursos e atores vão sendo incorporados à problemática, o que, com o tempo, recoloca o problema público e faz reacender os incômodos, mas também provoca desânimo, insatisfação e fragilização dessas pessoas. **Diante desse processo, até onde essa “experimentação” nos assentamentos se mantém e se sustenta?**

A partir desses questionamentos, a última cena destaca a importância de **renovar os fins desejados, os sonhos e os projetos, a partir da pluralidade de modos de existir que permeiam esse assentamento, cuja paisagem natural e humana e os anseios (individuais e coletivos) são bem distintos do que se tinha quando ele foi criado.** Diante disso, saltam aos olhos o envelhecimento da primeira geração de pioneiros e a diferença entre as perspectivas desses e seus filhos, gerando conflitos geracionais. Duas questões importantes emergem nessa cena que se refletem em duas demandas evidentes nas falas desses atores. A primeira diz respeito a regularização e titulação da terra, que para eles representará um marco,

uma ruptura importante, gerando novas possibilidades de futuro. Destaca-se que até hoje eles são denominados “Projetos de Assentamento” (PAs) e isso revela muita coisa.

A segunda questão que aparece com clareza nessa cena final, mas permeia toda a trajetória, se ilustra pelo lema da marcha de 2010 de **não sermos esquecidos!** Nesse aspecto, as experiências dessas pessoas do Taquaral nos remetem a uma luta não apenas deles, ou da “categoria” agricultor familiar, mas de todos aqueles “públicos” (que não são poucos) no Brasil que vêm sendo historicamente excluídos, marginalizados, vulnerabilizados, incapacitados, não só pelos governos, pelas políticas e programas públicos, mas pelos discursos e práticas dominantes da própria sociedade brasileira, uma sociedade que se evidencia bastante desigual e pouco democrática.

O quadro 14 sintetiza alguns elementos apresentados até aqui e que serão retomados no capítulo 6.

Quadro 14 – Síntese das cenas públicas do Taquaral

Categorias analíticas	Síntese das principais características encontradas.	Principais atores identificados
Situações de prova	Principais provas: falta de água, titulação, atividade melífera, estradas, educação, ambientais (falta de chuva e fortes ondas de calor), apoio técnico produtivo; etc. Conflitos: internos (entre os produtores), externos (desacordos com as instituições) Emergência: a falta de água tanto para consumo, quanto para a irrigação e nutrição animal.	CPT, Embrapa, UFMS Incra, Banco do Brasil, Cistv, Senar, Prefeitura Municipal de Corumbá (Secretaria de Educação, Secretaria da Produção Rural, e de Infraestrutura), Agraer, Marinha e Exército, Vale.
Problemas públicos	Formado em torno da: Reforma agrária (titulação definitiva); Transição para uma agricultura sustentável (mel) e; Funcionamento das políticas públicas (Pnae e PAA).	
Ações coletivas	Encabeçada pela CPT; pelas associações; pelas próprias famílias e em parceria com outros assentamentos da região.	
Dinâmicas formais e informais	Formais principais: pecuária (bovina, suína, frango caipira, ovos, leite, queijo), à lavoura (mandioca, abóbora, limão, cana-de-açúcar -melado, garapa e rapadura, pimenta, hortaliças), e melífera. Informais: comercialização de leite <i>in natura</i> e atividades não rurais (professores, servidores públicos municipais, outros empregos na cidade e outros).	

Fonte: Dados da pesquisa

6.1.2 O Assentamento 72 (Ladário – Mato Grosso do Sul)

Institucionalmente, o “Projeto de Assentamento” 72 foi criado em 1999 (dez anos depois de Taquaral) e está localizado em Ladário, no estado do Mato Grosso do Sul. Sua entrada principal dista apenas 9 km da zona urbana. A antiga fazenda Primavera possuía 2.343,41 ha e estava dividida em 72 invernadas, ou seja, 72 espaços para confinamento (engorda) de gado, sendo esta a origem do seu nome. Quando foi desapropriada pelo Incra, Unidade Avançada Corumbá, foram assentadas 85 famílias de origens diversas, em parcelas com tamanho médio de 18,5 ha.

Figura 38 – Escola Maria Ana Ruso e sede da Associação do 72*



*Escola em azul. Associação em verde. Céu cinzento decorrente das queimadas.

Fonte: Os autores, Ladário, março de 2020.

A nossa entrada no assentamento aconteceu por intermédio do professor Edgar Costa, líder do Neap. Quando apresentamos a proposta da tese, o professor se prontificou e nos encaminhou para conversar com o presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento 72 (APPRPA72) e também convidou para participar das atividades do Grupo de Agricultores Agroecológicos Bem Estar (Gaabe).

Na APPRPA 72, começamos auxiliando na organização de documentos, como relatado no capítulo 4. Os encontros eram sempre na casa do presidente da associação, local onde ele guarda os arquivos já que a sede da APPRPA não vem sendo muito utilizada. Sempre acompanhados de sua esposa, debaixo do pé de árvore e cercado por perus e galinhas,

íamos juntos organizando os livros atas, diversas cartas, algumas reportagens e notas fiscais. Um rico material que contribui para a elaboração da trajetória aqui apresentada.

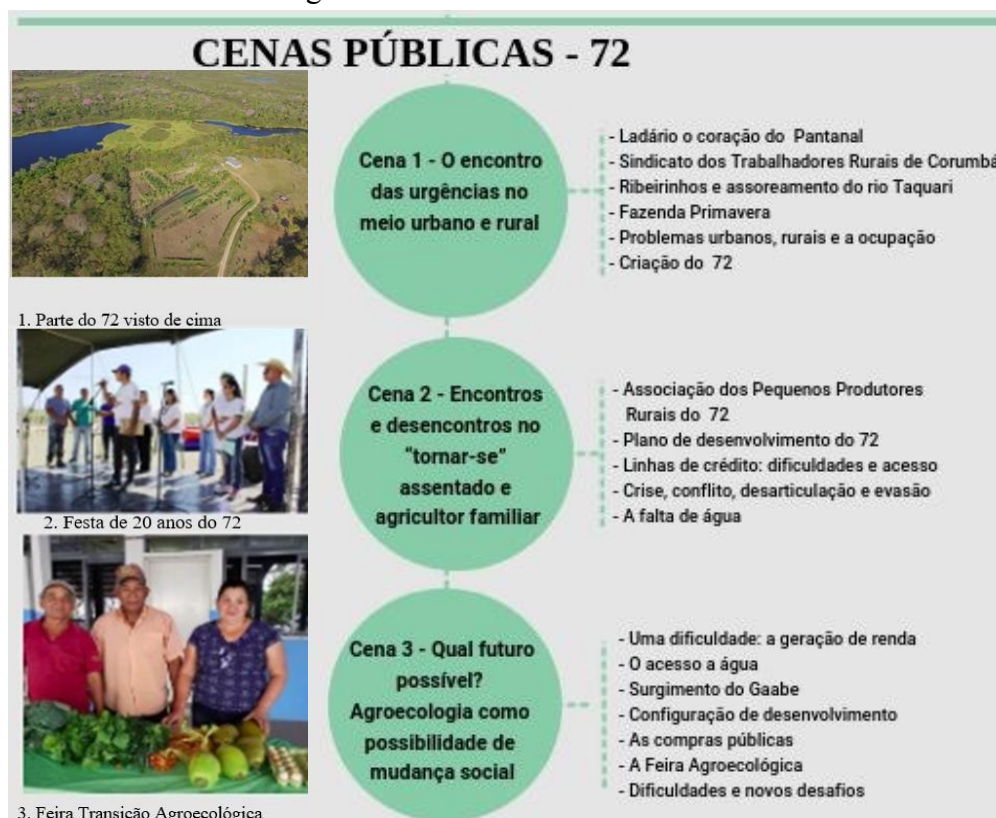
Já no Gaabe, como informado no capítulo 4, além de ouvinte das reuniões (observação direta), ajudamos levantando informações sobre exigências e legislações necessárias para manipular alimento e vendê-lo ao PAA e ao Pnae. Também foi realizada a incursão na feira livre para encontrar outros agricultores do 72 que não participam do Gaabe. Após esse reconhecimento, as visitas aconteceram em cada propriedade.

Além dessas visitas, também nos permitimos percorrer informalmente as estradas do 72. Essa investida foi mais fácil que a realizada no Taquaral, já que o 72 tem um arranjo espacial um pouco retangular e, diferente do Taquaral, contávamos com um mapa indicando a localização de cada lote (Apêndice E). Também fomos visitar a Apa baia Negra, a escola e a região da Banda Alta. Nesse transcurso, conhecemos alguns parceiros que, futuramente, vieram a participar das entrevistas (realizadas em suas propriedades).

Além da beleza natural, o que mais chamou atenção, de imediato, foi a quantidade de sítios vazios, fechados, indicando uma possível “desistência”, mencionada anteriormente no Taquaral, em razão da família estar trabalhando na cidade, ou em razão de abandono. Outra questão que chamou muita atenção desde as primeiras conversas com algumas famílias foi a quantidade elevadíssima de conflitos entre elas e a falta de confiança. Elementos estes que viríamos a entender mais tarde, como será apresentado nas *cenas públicas*, demonstradas na Figura 39 (abaixo) e explicadas na sequência.

Destacamos que além das observações e entrevistas recorremos a análise documental e bibliográfica, assim como fizemos na análise da experiência no Taquaral, para complementar e/ou confirmar alguns aspectos da narrativa das cenas. Porém, encontramos poucos estudos sobre esse assentamento, sob o enfoque político-social. Os que encontramos dividem-se em dois grupos. Os “técnicos”, elaborados, em sua grande maioria, pela Embrapa Pantanal, que apresenta dados físico-químicos sobre o solo, animais, tipos de cultivos, água, dentre outros. Um segundo grupo, e que vem crescendo, incluindo trabalhos específicos sobre a “transição agroecológica”, discutindo seus desafios e principais resultados.

Figura 39 – Cenas Públicas do 72



Fonte: Elaboração própria, via Prezi-2020.¹²⁵

a) Cena 1 - O encontro das urgências no meio urbano e rural

Êxodo é o segundo livro da Bíblia, que significa saída. Segundo os teólogos, refere-se à saída dos israelitas do Egito, onde vivam como escravos, rumo a Canaã, a terra prometida. É do livro 3, versículo 8, que vem a expressão: “Por isso, desci a fim de livrá-lo da mão dos egípcios e para fazê-lo subir daquela terra a uma terra boa e ampla, *terra que emana leite e mel*; o lugar do *cananeu*, do *heteu*, do *amorreu* [...]” de vários povos (ICP, 2020).

¹²⁵ Fonte das figuras: 1: COSTA e FEIDEN, 2020, p.11. 2: Comemoração dos 20 anos do PA 72 (PML, 2017). 3: Produtores do Gaabe na feira da UFMS (Instagram do Neap, 2020).

Figura 40 - Fachada da Fundação de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural de Ladário



Fonte: Acervo do trabalho de campo

Anderson: Por que tem uma passagem bíblica escrita na frente de uma fundação municipal? [Figura 40]

I.4: Na memória do povo ladarense é muito comum você atribuir a João Leme do Prado, figura importante desta região, como um grande desbravador. Para a fundação de Albuquerque (Corumbá) era necessária a alimentação, a subsistência do povo. E foi na região que hoje é Ladário que este sertanejo encontrou terras férteis. Assim começou uma grande plantação para servir de subsistência a todos os envolvidos na fundação de Albuquerque. Ao longo do tempo, isso foi se desdobrando na memória e recriação histórica popular, em *a terra do leite e mel*, uma terra que servirá a seu povo (Professora de História da rede municipal de ensino de Ladário).

I.5: O Estado é laico, mas Ladário não [risos]. Se você olhar bem verá, em vários muros e placas da cidade, passagens bíblicas. Acho que não deveria [ter], pelo menos não é isso que eu espero de um Município, mas é o que tem. No lugar, eu acho que deveria ter aquelas placas que trazem os números das obras públicas, sabe? Tipo 'entrega da escola tal'. Mas Ladário está largada (Servidor público da infraestrutura de Ladário).

Ladário foi fundada em 2 de setembro de 1778, dezenove dias antes que Corumbá, e três anos depois que o Forte Coimbra. Segundo a historiadora Daiane dos Santos (2016), a história da cidade é resultado das *fronteiras de expansão*, que chegaram a esta região fundando inicialmente o Forte Coimbra (1775), muito mais para marcar a presença portuguesa e legitimar a fronteira, que, na época, sofria constantes ataques de espanhóis e indígenas, do que um ato preparatório para alguma guerra.

“Cumprasse assinalar, nesse sentido, que Ladário não foi fundada como uma povoação propriamente dita, mas como um local necessário para se fazer a agricultura considerada ponto essencial de subsistência” (SANTOS, 2016, p.5). Com o tempo, as povoações foram sendo formadas e aumentadas, processo que se intensificou a partir de 1873, ocasião em que foi instalada o Arsenal da Marinha, hoje representado pelo Sexto Distrito Naval. Esse ato

intensificou uma grande entrada e saída de pessoas na região, vindas de todos os cantos do Brasil devido ao serviço militar. Um momento de grande miscigenação, sobretudo, “com o povo carioca e o nordestino, que se constituem parte integrante da identidade ladarense” (2016, p.5).

Atualmente, no auge de seus 242 anos, Ladário possui 23.689 habitantes; está a 6 km distantes do centro de Corumbá. Suas principais atividades econômicas, segundo o IBGE (2020), advêm da pecuária, do turismo de pesca, da navegação fluvial, da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (parte das minas exploradas pela Vale ficam em terras ladarenses) e da militarização (folha de pagamento de um grande contingente militar).

Foi nesse *pedacinho de terra encravado no coração do Pantanal*, como dizem os ladarenses participantes desta pesquisa, que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Corumbá começou uma articulação, por volta de 1996/97, para criar o primeiro assentamento de reforma agrária da região.

Segundo E.22, produtor rural no 72, o sindicato começou atendendo às famílias ribeirinhas que perderam suas terras nas proximidades do rio Taquari (Pantanal). Para dar visibilidade e força ao movimento, o sindicato foi englobando outras famílias nesta causa. É a partir desta ação que variadas pessoas de Corumbá e Ladário, que não possuíam casa na zona urbana, nem terra na zona rural, foram se agregando ao grupo. O primeiro acampamento foi organizado e erguido no bairro Conjunto Alta Floresta.

Temos, nesta articulação, o encontro de duas grandes situações de prova que culminaram com a formação do 72. De um lado, a degradação ambiental, que atingiu o rio Taquari, os pantaneiros e seus povos ribeirinhos, de outro, a pobreza na zona urbana, com famílias que viviam nas cidades e que não tinham vínculo/origem com o meio rural.

Vimos na discussão da ecologia política de Mato Grosso do Sul que, entre a década de 1970 e 1980, a Sudeco criou inúmeros programas de desenvolvimento que incentivaram a expansão da fronteira agrícola nesta região. Dois deles foram o *Polocentro* e o *Prodepan*. Ambos tiveram grande sucesso econômico, mas produziram muita degradação ambiental.

Segundo Galdino e Vieira (2006), pesquisadores da Embrapa, o rio Taquari é um dos principais formadores do Pantanal. Naturalmente, sempre foi conhecido como um rio que, em seu transcurso, carregava muita areia fina e pequenos sedimentos. Ao longo do tempo, as atividades desenvolvidas nas proximidades intensificaram o assoreamento do leito do rio Taquari, devido ao desmatamento da região, tanto para o desenvolvimento da pecuária, quanto para a abertura de estradas. Resultados das políticas acima citadas.

Os autores descrevem que com isso começaram a ocorrer as inundações permanentes em algumas áreas e a seca permanente em outras, em razão do acúmulo de areia e sedimentos, o que resultou no assoreamento (Figura 41). Esse efeito era apontado como o mais grave desastre ambiental do Pantanal, superado pelas queimadas de 2019-2020.

Figura 41 – Assoreamento do rio Taquari



Fonte: GALDINO e VIEIRA, 2006, p.36.

Foi nesse processo que algumas famílias que viviam nas proximidades do rio Taquari, e/ou dele dependiam chegaram a Ladário e passaram a integrar o grupo. Elas eventualmente têm suas origens ligadas à terra, à tradicional cultura pantaneira. No entanto, este grupo foi incorporado a tantos outros povos, a maioria deles pobres e excluídos da zona urbana, em busca de um teto, uma terra para morar.

Como discute Sen (2000), a pobreza é um estado de privação que leva à fome, à morte prematura, à falta de moradia, ao analfabetismo, à degradação da vida humana. O desafio de combater a pobreza está parcialmente relacionado às teorias de desenvolvimento; cada tipo de ideologia responderá de uma determinada forma ao enfrentamento e ao devido combate. Contudo, é certo que temos visões conservadoras, que não reconhecem os fenômenos historicamente produzidos, e suas consequências no sistema e tempo atuais. A pobreza é um problema existente, persistente, não assumido e que muitos nem a querem ver, sobretudo no Brasil

Nesse processo de naturalização da pobreza, encontramos milhares de brasileiros à mercê da própria sorte. Em nosso entendimento, **a partir do momento que uma política de reforma agrária é utilizada para resolver problemas urbanos, temos a marginalização da pobreza – empurrada para um local onde ninguém a possa ver, a zona rural:**

E.23: Sim, eu estive no acampamento. Antes eu morava em Ladário. Trabalhei de pedreiro, servente, quando novo servi o exército [...] na cidade eu tinha um barraco nessa região do Alta Floresta [atual periferia de Ladário]. Quando veio a história dessa terra aqui, no 72, foi quando eu entrei no grupo. Muita gente saiu do acampamento antes mesmo de surgir o 72. Foi assim que eu consegui minha terra

Anderson: E hoje o senhor produz alguma coisa? Vive do que?

E.23: Ah! eu não produzo. Não tenho água; já sou velho. Meu filho trabalha na cidade. Eu tenho minha aposentadoria; a vida é difícil, mas a gente segue (Morador do PA 72).

E.24: Eu sou feirante aqui em Ladário e moradora do assentamento 72.

Anderson: Você cultiva seus produtos?

E.20: Ah! eu tenho uma cebolinha, salsinha, mas a maioria eu compro e venho revender aqui. Compro dos bolivianos, de alguns produtores e revendo.

Anderson: Como você chegou no 72?

E.24: Eu morava de favor na parte alta de Corumbá [periferia]. Daí fiquei sabendo da distribuição de lote, da ocupação. Foi quando busquei entrar no grupo (Feirante e moradora do PA 72).

Analisar a constituição do assentamento 72 a partir desses dois grandes problemas (questão ambiental e pobreza) revela um emaranhado de entraves e jogos políticos. Mas, como expressou Cefai (2011), o fato expõe também uma proximidade do mundo vivido. Proximidade não no sentido espacial/local, nem com relação aos termos privado (que se opõe ao público) e particular (que se opõe ao geral). Essa proximidade refere-se à vida cotidiana dos atores, a suas necessidades e modos de uso, que vão acabar por desempenhar um engajamento público, “mesmo quando esses modos não são requisitados por ele” (2011, p.70).

No caso das famílias do assentamento 72, o grande porta voz desse engajamento foi o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Corumbá, que aglutinou os interessados, ajudou na escolha dos líderes que representariam o grupo e requisitou a formação do PA.

Este sindicato manteve contato direto com Paulo Corrêa,¹²⁶ figura política do estado, que articulou toda a mediação entre o Incra e os proprietários da fazenda Primavera, que, de acordo com diversos relatos, estavam endividados e, por isso, tinham interesse em vendê-la.

Contudo, no percurso dessa tramitação, houve um entrave que pode ser atribuído a alguma exigência do Incra para compra da terra, ou a outro travamento que levou o deputado a recuar do projeto. Não tivemos uma comprovação convicta dessa causa. Mas, com esse travamento, veio a demora e as famílias que estavam acampadas no Conjunto Alta Floresta

¹²⁶ Em 1991, Paulo Corrêa foi secretário de Estado de Habitação e Desenvolvimento Urbano, durante o governo Pedro Pedrossian, momento em que ele desenvolveu e implantou o *Programa Desfavelamento*. Na época da articulação da criação do 72 (1996/97), ele era deputado estadual e presidente da *Comissão Permanente de Meio Ambiente* da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul. Cf. <https://bit.ly/2SEkU9N> Acesso em: 10 set. 2020.

começaram a se organizar para poder invadir por conta própria a fazenda. Articularam-se e decidiram ocupar a sede para pressionar o Incra a agilizar a criação do PA.

A invasão aconteceu em 1997, quando os trabalhadores adentraram a fazenda Primavera, renderam os peões que faziam vigília, e tomaram a sede. Esta ação durou uma semana, quando, em comum acordo, a prefeitura deslocou o grupo para a região da Codrasa,¹²⁷ enquanto a tramitação para a criação do assentamento fosse concluída. Durante a vigência desse acampamento, os líderes do grupo, em articulação com o sindicato, verificavam se a família que estava na lista realmente se encontrava ali, acampada; afinal, muitos apenas queriam a terra, mas moravam na cidade. Esta verificação permitiu excluir alguns membros e chegar à 78 famílias. Depois, o Incra agregou mais 7 famílias remanescentes de outras ocupações do estado, totalizando 85 famílias.

Foram quase dois anos de acampamento até a entrada das famílias no 72.¹²⁸ **“O tempo entre a promessa e a realização do sorteio das parcelas foi longo e houve muito dinheiro envolvido”** (E.6). Os lotes foram sorteados um mês após a entrada oficial das famílias. Em 26 de fevereiro de 1999, foi fundada a Associação do 72 (APPRPA72), com o objetivo de contribuir com o fomento e a racionalização das atividades agropecuárias e a defesa econômica, social e cultural dos associados. Esta também foi criada pelo Incra, tal qual a Auprat (Taquaral). Já em 10 de agosto de 1999, a Câmara dos Vereadores de Ladário concedeu às famílias do 72 a declaração de utilidade pública municipal.

Observamos, até o momento, que o 72 foi organizado a partir de dois grupos: **as famílias procedentes da zona rural; e as famílias da zona urbana. Em comum, a busca por terra; porém, com projetos e perspectivas distintos.** Percebemos que as famílias que vieram da cidade estavam, *a priori*, mais interessadas em ter um lugar para morar do que um lugar para cultivar lavoura ou criar animais.

Os desdobramentos por traz da criação do 72 demonstram parte da complexidade da vida pública e dos desafios de muitos brasileiros com relação à pobreza e ao impacto ambiental. Muitas vezes se supõe, ao menos implicitamente, que se possa aglutinar os problemas, remexer a vida do social e, neste caso, atribuir um pedaço de terra para pessoas que estão em situação desesperadora, como se essa fosse uma solução simples para as urgências.

¹²⁷ Codrasa é o nome popular atribuído à estrada da região que dá acesso à APA baía Negra e a diversos pesqueiros de Ladário. Está localizada na zona rural de Ladário, próximo às margens do rio Paraguai, ao atual 72 e à própria zona urbana de Ladário. Seu nome advém da Companhia de Dragagem S/A (Codrasa), que, na década de 1970, extraía areia no local.

¹²⁸ Há uma dúvida entre a real data da entrada. O relatório do Incra aponta 13 de outubro de 1998. Os produtores que lembraram, falem em 1999. As demais datas estão detalhadas nas atas da associação.

Tal atribuição de terra pelo Estado sugere um efeito esperado – a autossuficiência, no sentido de uma família se autossustentar, viver dos seus proventos. Ao conferir a terra a uma família sem teto, sem tradição com o rural, o governo acaba criando um segundo estado de privação extrema ligado à produtividade. Supõe-se que a família deveria produzir para consumir, e vender para se sustentar. Ao vender o excedente, esta família estaria, também, abastecendo os mercados locais. Uma segunda atribuição/expectativa (comércio local) sobre os ombros de pessoas que, muitas das vezes, não tiveram oportunidade de escolher, nem tão pouco tem esse desejo ou perfil de agricultores.

Nesta tangente, também temos as famílias que lutaram pela terra, para manter a tradicional vida do campo. O desafio para elas não é menor, por falta de estrutura, pela demora na liberação das linhas de crédito e pela falta de água. Tantos são os problemas que aqui, mais uma forma de privação se acrescenta: o acesso. A oportunidade de poder plantar, colher e viver com dignidade. Desde então, esse grupo, ligado à terra ou que aprendeu a dela gostar, teria variados desafios: fazer valer a reforma agrária, lutar pelos seus direitos e encontrar meios de produzir com pouca água e, em alguns casos, sem conhecimento sobre a lida da terra.

Seguimos, então, para uma análise pragmatista das atividades microcívicas e micropolíticas, buscando entender como o vínculo dos atores sobre territórios, paisagens e histórias locais contribuiu para a constituição de públicos, com justificativa, argumentos e silenciamentos sobre as operações do 72. Esse silenciamento, aliás, contribuiu para a baixa confiança no grupo, e para aumentar suas dificuldades em trabalhos coletivos, como será demonstrado na próxima cena. O processo de assentar foi só o início de uma série de lutas que estas famílias teriam pela frente.

b) Cena 2 - Encontros e desencontros no “tornar-se” assentado e agricultor familiar

Anderson: Como foi a entrada no 72?

E.26: Entramos debaixo de chuva. Não foi nada fácil. Algumas partes já estavam com campo aberto, por conta da fazenda. Outras partes estavam que só mato. Da entrada teve gente que tinha emprego em Ladário e se mantinha assim. Teve gente que foi plantar. E muita gente lutava para ganhar sacolão [cesta básica]. Era o único jeito de viver (E.26, produtor rural do 72).

Uma vez assentados, as primeiras demandas das famílias giravam em torno do Procerá, e do consequente plano de desenvolvimento do assentamento, afinal, este plano (exigido pelos órgãos governamentais) era obrigatório para a concessão de créditos. Em

março de 1999, após analisarem as propostas de duas empresas, 100% dos presentes votaram e escolheram a *Empresa de Assistência Técnica Ingá*, cujo objetivo era definir as propostas de assistência técnica para o assentamento, decidir como aconteceria o abastecimento de água, definir a localização das estradas vicinais e o crédito para investimentos e custeios. Até o momento, tudo em consonância com o PNRA.

No início havia uma grande participação de boa parte dos assentados nas reuniões. A organização do trabalho, tanto em seu início, como um bom tempo depois dele, ainda era assessorado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Corumbá, que ajudava tanto na organização das eleições da associação, quanto redigindo atas.

Como o 72 foi o primeiro assentamento de Ladário (único, até hoje), o Incra solicitou à prefeitura que se criasse o *Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural*. Por meio dele é que surgiram os debates entre o Incra, a Associação do 72, a Empaer (atual Agraer), o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, pois, uma vez conquistada a terra, as famílias precisavam urgentemente de moradias, água, escola e tantos outros serviços básicos, incidindo, aqui, novas demandas para a esfera municipal e estadual. Nesse primeiro ano, a Empaer prestou assistência técnica aos parceiros, auxiliando no cultivo de feijão. Contudo, em dezembro de 1999, 11 meses após sua criação, as estradas ainda não haviam sido abertas e o acesso à água já se mostrava um dilema.

Era início do ano 2000 e seguia o moroso processo em torno do *Crédito Habitacional*, do qual o Incra cedia determinado valor aos parceiros para que construíssem suas casas. Foi um processo demasiadamente lento. Licitações eram realizadas, mas os materiais de construção não entregues. Algumas empresas que venceram o certame decretaram falência e, aparentemente, sumiram. O orçamento era liberado e, supostamente, ficava bloqueado na Caixa. “Era muito dinheiro, mas ninguém via nada, e tudo demorava. E o pior! Na cidade a fama que corria era que nós ficávamos com o dinheiro. Que a gente embolsava tudo e que sempre queríamos mais [dinheiro]” (E.26). Suspeitas de desvios começam a surgir. Na assembleia de 1º de março de 2001, quando a chapa *Vida Nova* assumiu a direção da associação, ficou decidido:

O presidente do Incra relatou que quem mexe com o dinheiro é o Incra e não a associação; [devido as dúvidas] ficou decidido em assembleia que esta diretoria transferirá os nomes dos titulares da conta corrente da associação e pedirão fotocópias microfilmadas de todas as movimentações financeiras para saber o que está acontecendo com o convênio Incra-Associação, referente ao Crédito

Habitacional, e farão um levantamento de todo material entregue, ou que está para ser entregue (ATA, 01/03/2001, folha 13).¹²⁹

Naquele tempo, o primeiro estatuto da associação previa eleições anuais, ou seja, o 72 já estava em sua terceira gestão e a controversa construção das casas e estradas ainda se arrastava. Somente a partir de março de 2009 é que o estatuto foi alterado e o mandato passou a ser bienal.

Anderson: Sem estradas e sem casa. Onde vocês moravam? Vocês plantavam?

E.27: A gente morava em barraco de palha, lona, madeirite com zinco [...]. Com o tempo foram entregues as primeiras casas, mas não todas de uma vez. A associação era mais atuante, a gente exigia mais, sabe. Mas já tinha algumas pessoas que plantavam sim. E já tinha gente que ia embora, por conta da demora [abandono e transferência]. De início, o feijão e a mandioca saíram bem (Produtor rural no 72, ex-presidente da associação).

À medida que as casas foram sendo erguidas e as estradas abertas; a pauta começou a mudar. Agora a situação problemática se direcionava para: i) a questão do acesso à água; ii) à produção agrícola; e iii) à confiança e à politização dentro da associação. Essas três pautas são discutidas na sequência.

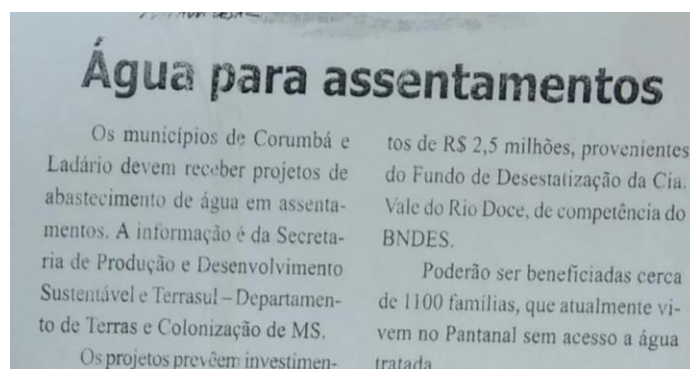
Quanto à água, que de início era adquirida da baía Negra, devido à proximidade de poucas famílias que ali vivem, ou dos poços perfurados pelo Incra, caso da grande maioria. Em março de 2002, o Incra iniciou a perfuração de um novo poço, de 120 metros de profundidade. No final da obra, não havia água. Isto, somado à pressão dos parceiros, fez com que se contratasse uma nova empresa para identificar a presença e a vazão da água, além de ficar responsável por construir o poço e os encanamentos. O processo foi lento, mas, aos poucos, a rede de abastecimento de água foi sendo ligada no 72. Algumas redes surgiram da parceria com a mineradora Vale (Figura 42, abaixo).

Com o tempo, alguns produtores conseguiram juntar dinheiro e perfuraram o próprio poço. Mas a maioria ainda dependia da água salobra vinda dos poços do Incra, como ainda dependem. Dessa forma, houve uma tentativa de criar o *Estatuto da Água*, que, através de uma comissão formada por dois a três parceiros, faria a fiscalização da água desde o vazamento dentro dos lotes, até o uso indiscriminado, a falta de pagamento da taxa de luz,¹³⁰ e outros. No entanto, no dia dessa proposta, nenhum dos presentes manifestou interesse em participar da comissão. Decidiram, então, alterar a proposta e criaram vários grupos para trabalhar em conjunto com a associação. Isso não durou muito tempo e hoje não existe mais.

¹²⁹ Nem nas reuniões posteriores a esta ata, nem nas entrevistas, ninguém, soube narrar como aconteceram as verificações desse possível desvio. Apenas concordaram que muitos materiais não foram entregues. Quanto ao dinheiro que a associação possuía, começaram a fazer prestação de conta na troca de cada gestão.

¹³⁰ Como a água vem de poços, o único pagamento que deveria ser rateado entre os produtores é o da energia – utilizada pelo motor elétrico que puxa água do poço e dispara, via encanamento, para os lotes.

Figura 42 – Matéria em jornal local



Fonte: Arquivo do APPRPA72.

Além de todos os problemas narrados, em 2001 as famílias viram o secamento do poço da Banda Alta, que ficava próximo ao morro do Urucum. O motivo foi um **crime ambiental** causado pela mineradora Vale, que secou o córrego Urucum, que abastecia o poço além de fazendas e sítios próximos do Assentamento Urucum e da própria natureza (fauna e flora).

Esse acidente foi resultante de um descaso do governo e dos órgãos reguladores que vieram acobertando os crimes da Vale, desde 1998, quando a volumosa água mineral que descia do morro e formava o Córrego Urucum se transformou num filete de água avermelhada (devido à contaminação do minério). De 2004 a 2009, novos vazamentos desviaram o curso da água, que era desperdiçada pelas estradas que dão acesso à mina. Em 2010, o Ministério Público Estadual entrou com uma ação pública na justiça pedindo a condenação da mineradora, que foi acolhido em outubro de 2017, condenando-a a pagar o irrisório valor de R\$ 5 milhões. **Valor este que nunca chegou ao córrego, muito menos para as famílias atingidas.**¹³¹

Para dirimir tal desastre, o 72 recebeu o *Projeto Cisternas* (2012), uma parceria da mineradora Vale com a prefeitura de Ladário que construiu cisternas em 30 lotes. Isso ajudou a resolver apenas uma parte do problema da falta de água. Tanto que, em abril de 2017,

¹³¹ Dados confirmados via reportagem do jornal Correio do Estado (2019). Ainda segundo a matéria, do total do acordo firmado (R\$ 6.190.376,41), R\$ 2.390.454,33 foram destinados à Universidade Católica Dom Bosco (em Campo Grande); R\$ 691,5 mil, ao Conselho de Segurança de Corumbá e Ladário; R\$ 2.105.965,45 milhões ao Fundo Municipal de Meio Ambiente de Corumbá; R\$ 902.556,62 ao Fundo Municipal de Meio Ambiente de Ladário; e apenas R\$ 500 mil aplicados em projetos e iniciativas socioambientais no território afetado. Até hoje o córrego está um filete. Cf. <https://bit.ly/3jQN39C> Acesso em: 30 set. 2020.

Carlos Ruso, na época prefeito de Ladário (cassado em abril/2019), em uma reunião na sede da Associação do 72 discursava sobre as potencialidades e projetos futuros para o assentamento, quando um produtor pediu a fala e argumentou: **“De que adiante falar em projetos de criação e plantio se o mais importante é a água?”** (ATA, folha 111, grifo nosso). Outros relataram que havia animais abandonados nas estradas (tanto bovinos, quanto cães), por falta de água. **As famílias os abandonaram e iam para a cidade por não terem condições de morar no lote.** Outros argumentavam que, mesmo tendo participado do projeto de hortas (via Agraer), não conseguiram implantá-lo por falta de água.

Em 2017, vinte famílias sentiam-se diretamente prejudicadas pela falta de água no 72. A associação começou a pressionar a prefeitura para resolver a questão. Tal qual outros assentamentos do Brasil (SABOURIN, 2008), em Ladário a prefeitura resiste em assumir sua função do executivo municipal para com estas famílias, e o discurso principal sempre empurrava a responsabilidade apenas para o Incra, igualmente responsável. E assim, um joga no colo do outro a responsabilidade pelo problema que nunca se resolve.

Isso pode ser exemplificado com uma reportagem do jornal institucional da própria prefeitura de Ladário, de abril de 2017, quando o prefeito Carlos Ruso deu o seguinte pronunciamento: **“Não é nossa responsabilidade**, mas como os parceiros precisam trabalhar e **o que eles plantam e criam aqui ajuda no abastecimento da cidade**, nós achamos por bem incentivar o incremento dessa produção” (PML, 2017, grifos nossos). A matéria fecha o parágrafo reforçando a fala do prefeito: “[...] lembrando que o assentamento é um projeto do Incra e, portanto, sob a tutela do Governo Federal” (PML, 2017).

Figura 43 – Prefeitura e Associação reativam bomba d’água*



*Na foto estão o prefeito de Ladário (camisa xadrez) e o presidente da associação da época (camisa azul).

Fonte: PML, 2017.

Ficou evidente o posicionamento atual da prefeitura de Ladário sobre o 72, que é o de não percebê-lo como sua responsabilidade. Outrossim, após a cassação de Carlos Ruso, o vice-prefeito Iranil Soares assumiu o mandato, surgindo aí uma esperança inicial, segundo os produtores, afinal, como informado, ele é filho de produtores do 72. Contudo, o tempo demonstrou que Iranil se posicionaria da mesma forma que seus antecessores, só atuando, quando muito, após pressão dos trabalhadores do 72.¹³²

A gente pensava que ele ia ajudar mais. Resolver essas buraqueiras das estradas. O trator da associação, que está estragado. Mas não. Só agiu quando pressionamentos. Foi uma reunião que até a UFMS e o IFMS foram para nos ajudar. Conseguimos; eles vieram tapar o buraco. Mas não dá para esperar nada dele não (E.26).

A segunda situação problemática identificada refere-se à **produção agrícola**. “Era preciso prepará-los para eles seguirem sozinhos. Alguns já tinham alguma técnica. Outros nem sabiam por onde começar” (E.6). Afirmar um entrevistado sobre os proprietários dos lotes. Um dos primeiros projetos foi então a criação e o manejo de galinhas e porcos.

Em 2009, foi implantada uma cooperativa de resfriamento do leite, organizada pela prefeitura do município. Na proposta, um grande problema local, a venda de leite *in natura*, seria proibida e quem quisesse comercializar teria que atender às normas e vender a partir dessa cooperativa. “Não deu certo aquilo. Foi um rolo. Eles pagavam pouco pelo litro do leite. A gente ganhava mais dinheiro vendendo na feira, ou sob encomenda, entregando na casa das pessoas, até no comércio” (E.33). “Eles demoravam muito tempo pra pagar. Isso quando pagavam. Eu desisti de vender lá” (I.1).

A situação narrada acima demonstra uma prática muito comum por todo país, na qual pequenos produtores acabam refém dos maiores, que geralmente comandam as cooperativas. Com a quantidade de exigências para produzir, que, muito vezes, demanda investimentos (ajustar o processo e o local da ordenha), os pequenos não conseguem esperar o pagamento em função da demora e do baixo valor pago pelo litro de leite. Por isso, ou acabam ficando mais refém desse processo, ou acabam abandonando o projeto, voltando, neste caso, a vender em feiras ou sob a forma de pronta entrega. Tal problema está relacionado também às próprias normas que regulam a produção de leite e queijo que estabelecem exigências e padrões dificilmente alcançados pelos pequenos produtores que precisa então escoar sua produção para cooperativas ou outros estabelecimentos que tenham essa capacidade.

¹³² A onipresença do prefeito para com o 72 e toda população ladarense é sentida até em tempos de pandemia Covid-19, quando o Decreto Municipal n. 5.194/2020, que poderia trazer ações e estratégias de controle e combate ao vírus, reforçou que Ladário é “uma cidade cristã” (*sic*) e ordenou que “todos os cristãos façam orações diárias nos lares e locais de adoração, por um período de 21 dias, assim como jejum”. Algo totalmente contestável para um estado laico e democrático. Cf. <https://glo.bo/3lxQlyO> Acesso em: 20 set. 2020.

Ao longo do tempo, diferentes capacitações foram sendo realizadas, em sua grande maioria, oferecidas pela Agraer, Embrapa ou Senar, relacionados à criação e ao manejo de gado, à nutrição animal, à horticultura, ao cultivo mecânico, à criação de aves e cortes e ao controle de *aromita*, uma espécie arbustiva invasora, considerada pelos pesquisadores da Embrapa Pantanal como um dos principais problemas enfrentados pelos criadores de rebanho bovino, em razão desta espécie exótica diminuir a capacidade das pastagens nativas e, conseqüentemente, a alimentação do gado (SANTOS *et al.*, 2014).

Todos os profissionais técnicos entrevistados, no entanto, informaram que o grupo do 72 tem baixa participação em treinamentos e capacitações. Além disso, segundo eles, os produtores não têm colocado esses conhecimentos em prática, afirmativa que se confirma nas atas da associação, redigida pelos próprios produtores.

Para E.25 (Produtor rural), ora os treinamentos são muitos exigentes, o que demanda tempo e dedicação, ora é desinteresse. “Tem produtor que não quer saber mesmo. Mas tem alguns que não dão conta de continuar. As vezes ele é sozinho; então, se ele falta para ir ao curso, ele não produz, não vende”. “Iniciamos uma capacitação com as famílias do 72 e, no início, havia 15 produtores. Depois caiu para 5 e terminamos com apenas 1. Há muita resistência em fazer o curso, mesmo com muita sensibilização” (E.34, pesquisador da Embrapa). “Tem um grande desinteresse por parte deles, sim; mas, ora eu acho que a própria equipe não é preparada para dialogar mais compreensivelmente com os produtores, de nenhum assentamento. Falta diálogo” (I.7, Pesquisador da Embrapa).

Ambas as situações foram presenciadas no decorrer do trabalho de campo, seja a dos produtores que tentavam escapar de alguma capacitação; seja a dos que queriam ficar apenas esperando algum auxílio do governo. Foi igualmente presenciada a falta de empatia e cordialidade com os produtores por parte de membro da equipe técnica e da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural. Também, foram encontrados produtores que participaram das reuniões e se aplicavam nas capacitações.

Se as palavras e opiniões têm poder, toda e qualquer forma de julgamento que emitimos a respeito de determinada pessoa poderá indicar que a atividade que ela está fazendo, ou deixando de fazer, é errada, razão por que ela precisa mudar. Mas a mudança é um processo lento e nele o fator cultural deveria ser uma prioridade. Como comunicar a um produtor que a forma como ele está semeando (os espaçamentos) está errada? Que ele está semeando na época errada? Que a proximidade adotada por ele impedirá ou atrapalhará o crescimento do feijão?

Certamente, não é “jogando na cara” (como foi feito e por nós presenciado) que uma assessoria técnica conseguirá isso. Mas também não é fingindo que está tudo certo, e que, devido às dificuldades dos produtores, se haverá que relevar ou ignorar a forma aplicada. Para um melhor processo ensino-aprendizagem é fundamental reconhecer as características da região e suas sociabilidades. O diálogo e a troca de experiências ainda constituem a melhor forma de dirimir tais atritos e evitar julgamentos desnecessários e excludentes, aspectos acentuados por I.8:

I.8: Assim, não é preconceito, mas você já viu que tem ‘produtor’ [sinalizando aspas com os dedos] que só tem cabrito? Não planta nada. Que produtor que é esse? Não é preconceito, é que alguns deles vieram do Nordeste [do país] e não sabem plantar. Quando você encontra os produtores que vieram do Sul [do país] aí você já vê uma horta, uma lavoura mais robusta.

Anderson: Mas criar cabras não é uma atividade agrícola?

I.8: É, é rural [revirando os olhos]. Mas de que isso contribui com a gente? [referindo-se à cidade]. Aí começa um rolo sem fim. Porque os assentados sempre ficam esperando a gente (I.8, funcionário de carreira da Prefeitura de Corumbá).

Estamos diante da terceira situação problemática nesta cena, a da **falta de confiança e as tensões entre os diferentes grupos de assentados do 72**.

“Para produzir, o assentamento precisa de mais união entre os assentados” [Incra]. “O trabalho dos parceiros precisa ser em conjunto” [Idaterra]. “O presidente da associação também pediu mais união dos parceiros”. “O representante pediu para que todos procurassem mais o Idaterra, que está sempre de portas abertas” (ATA, trechos escolhidos).

As argumentações acima e o enredo exposto até aqui nos conduzem à seguinte reflexão a partir de um olhar pragmatista: **Que efeitos o acesso à terra produziu para essas famílias?** Percebemos, nessas passagens, que o acesso à terra foi para algumas famílias uma **oportunidade de experimentar um fim em vista** (DEWEY, 1929), já que era isso que elas buscavam (viver da terra). Para outras, especialmente aquelas vindas da cidade, se apresentou uma privação e não um acesso (resultado da exclusão social) e exigiu uma série de adaptações. A partir do momento em que todas elas foram assentadas, os entraves, o não cumprimento do PNRA e a falta de apoio do governo representou variadas formas de privação e da garantia de direitos:

Eu já trabalhei na cidade e também já trabalhei de peão de fazenda. Mas falar que eu sabia plantar, cultivar [...] Ixi! isso eu não sabia não. Fui aprender bem depois, com a chegada dos professores [UFMS e Embrapa]. A gente trocava um conhecimento, um ensina o outro né! Mas aprender é algo recente. Bem recente (E.26).

Em agosto de 2002, foi oficialmente pronunciado (nas atas), pela primeira vez, o termo “**agricultura familiar**” referindo-se a todos os proprietários dos lotes. Na ocasião,

novas promessas surgiram, pois a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de MS (Fetagri) esteve presente e afirmou que seria realizado um levantamento de novas necessidades para o 72. **“Sinto-me escolhido para representar politicamente os trabalhadores rurais**, devido aos meus 10 anos de trabalho no rural [...] o projeto principal é em torno da família rural” (Geraldo, representante da Fetagri, 31/08/2002, folha 35, grifo nosso).

Promessas de diversos atores políticos (vereadores, prefeitos, deputados estaduais, servidores públicos, outros) começam a fazer parte do cotidiano do 72. Sempre um discurso salvador, como este pronunciado pela Fetagri. Os projetos idealizados, porém, não saíam do papel, já que também poucos deles reverberavam nas experiências e práticas dos atores. Esse tipo de discurso era intensificado principalmente em tempos de eleições. As promessas são feitas e não cumpridas, e isso por descaso, ou por falta de contrapartida das famílias (baixa participação).

O ponto alto dessa terceira situação problemática foi a saída de dez famílias do 72, que começaram a “vender” sua posse. Em janeiro de 2003, três anos após a sua criação, a reunião da associação teve como pauta a discussão de como ocorreria a inclusão de novos parceiros por meio da transferência de terra. Foi decidido que os membros da associação teriam que aprovar a entrada de todos os proponentes interessados em ocupar uma determinada parcela (medida válida até hoje). Não houve qualquer determinação, porém, sobre a venda e a transferência monetária para isso. Afinal, isto seria responsabilidade do Incra. Na ocasião, foi discutida e aprovada a entrada de dez novos parceiros. Ou seja, 15% das famílias assentadas estavam sendo alteradas após três anos da criação do PA.

As questões aqui discutidas referem-se a aspectos cruciais para a efetividade da política pública de Reforma Agrária, mas que na prática, são silenciadas, pouco discutidas e na maioria das vezes não são assumidas, encaradas e discutidas pelos representantes do Incra e pelos demais responsáveis, fazendo com que predomine um formalismo (RAMOS, 1960) que pouco contribui para o aprimoramento da própria política e a sua real resposta aos problemas daqueles que vivem nos assentamentos.

Um ponto positivo observado ocorreu quando a terra foi transferida para famílias que efetivamente buscavam um lote próximo à cidade para fixar residência e cultivar a terra. Aqui percebemos a reforma agrária, mesmo tardia e feita fora dos trâmites legais, tendo consequências desejáveis, como exemplo, a entrada de agricultores que hoje comercializam parte de sua produção nas feiras de Ladário e ainda conseguem vender para o PAA. Já o ponto negativo ocorre nos casos em que a terra foi obtida por pessoas que não tinham envolvimento

com a pauta dos trabalhadores sem-terra, nem a compreendiam. Nos casos encontrados, o proprietário se apercebia praticamente como fazendeiro, por mais que oficialmente não possuísse a escritura e, financeiramente, estivesse bem longe disso. Neste ato, é possível sinalizar a distorção entre *opressores e oprimidos* (FREIRE, 1987), situação em que alguns, menos oprimidos, acabam por exercer opressão sobre o mais oprimido, gerando inúmeros conflitos.

Foi num desses processos de troca que entrou uma figura muito lembrada e comentada durante o trabalho de campo. Um parceleiro pernambucano que, supostamente, foi policial em Ladário (aqui o chamaremos de Alfa). Não conseguimos encontrá-lo em sua propriedade, mas lá visualizamos uma pequena criação de gado e lavoura de mandioca. Em 2004, ele conseguiu chegar à presidência da associação, reelegendo-se diversas vezes.

De acordo com o estatuto de 2004, a chapa liderada por Alfa não poderia concorrer às eleições, pois alguns membros de sua chapa estavam com diversas mensalidades atrasadas, o que levou à impugnação da candidatura. Não concordando, esses membros recorreram no MPE, que deferiu a causa em favor de Alfa, e solicitou que o processo eleitoral fosse recommençado. Uma vez ajustadas as irregularidades (quitação das parcelas atrasadas), uma grande campanha foi feita por Alfa e sua equipe, dentre elas, com a promessa de exclusão da dívida dos parceleiros, já que muitos estavam atrasados com suas obrigações mensais.

No dia das eleições (fevereiro de 2004), das 98 pessoas aptas a votar, 90 compareceram e deram a vitória à chapa 1 (47 votos; 40 votos para a chapa 2; 2 votos em branco; 1 nulo). Nove dias após sua posse, veio o primeiro ato como presidente: “*Ato 1 – [conceder] anistia das dívidas de mensalidades dos sócios*” (folha 53, livro 1), ratificada na primeira reunião convocada, nos seguintes termos: “*Ratifica-se a aprovação da anistia anterior*”.

Para ilustrar, melhor essas disputas de poder, “*Honestidade e trabalho*” e “*Em busca de novas mudanças*” são dois nomes de chapas de diretoria que concorreram sistematicamente às eleições da associação do 72. Em comum, veremos que estas, e tantas outras, foram idealizadas como verdadeiras campanhas políticas, com intuito de apresentar aos eleitores uma determinada lacuna descoberta pelo governo, ou uma grande falha no plano da reforma agrária, ou um conflito interno (honestidade, mudança, novo, confiança, trabalho, coletivo, etc.). Sob o efeito deste nome de impacto, os candidatos se articulam, lançam promessas e buscam a sua vitória sob qualquer condição. Nem que para isso, a política local vire um arrocho sobre os próprios companheiros de luta.

Essas questões evidenciam o quanto as eleições do 72 passaram a ser acirradas, conflituosas e até perigosas. Nas eleições que se seguiram, a Polícia Militar precisou ser acionada para controlar os ânimos exaltados. “Havia muita ofensa. Palavirão mesmo, briga; jogavam até água na cara do outro. Isso foi afastando o pessoal. Algumas pessoas foram parando de votar” (E.24).

Com tanto conflito, os *slogans* das chapas eram idealizados como uma forma de dialogar com a problemática vivida pelas famílias do 72. Em janeiro de 2006, foi a vez da chapa *Da paz* ganhar as eleições e conduzir as atividades.

Posteriormente, outras chapas foram surgindo, dentre as quais a denominada *Paz e União*, que passou a dialogar com a quantidade de conflitos internos e a falta de união dos trabalhadores tanto para desenvolver a agricultura, quanto para cobrar os seus direitos coletivos. Em seguida, veio a chapa *Progresso e Renovação*, que discursava contra a manutenção do poder, uma vez que a reeleição era permitida e, ao longo do tempo, os grupos mais fortes foram se sucedendo na gestão. Apesar do *slogan*, pouca coisa mudava no 72.

O desfecho dessa história foi a expulsão de Alfa da associação do 72, tanto da presidência quanto da condição de ouvinte, por estar com o mandato vencido e não organizar novas eleições. Outros membros foram expulsos após esse episódio, em razão de brigas físicas e ameaças ao grupo. Desse modo, a oposição chega ao poder, mas alguns desafios permanecem como o acesso à água, qualidade das estradas, educação no campo e garantia da segurança alimentar continuaram sendo as principais demandas.

Mesmo diante de tantos problemas e conflitos, e não assumindo o 72, a prefeitura de Ladário organizou, em 2017, um festejo para comemorar os 20 anos de criação do assentamento.

Figura 44 – Comemoração dos 20 anos do 72, Ladário/2017



Fonte: PML, 2017.

O conteúdo da reportagem, publicada no jornal institucional da prefeitura, destaca os problemas das famílias, mas com tempo verbal conjugado no passado - ação concluída. “Os poços voltaram a funcionar [...] resolvendo os problemas [...] estamos desenvolvendo vários projetos com os parceiros e os bons resultados já aparecem” (PML, 2017).

O evento, porém, revelou um caráter claramente político. O palco (Figura 44) estava abarrotado com o prefeito, secretários, forças armadas e toda comitiva do executivo municipal. Lá, apenas o presidente da associação (da época) foi posto para falar.

O foco principal foi o festejo. Muita música, dança e comida foram mostradas na sequência de fotografias da matéria.

E.27: A comemoração do aniversário do assentamento foi bonita. Teve muita gente, muita festa. Sim, ela foi organizada pela prefeitura e o motivo foi comemorar os 20 anos.

Anderson: Como estão as pautas hoje?

E.27: A gente ainda tem muito problema com a água, e estamos há 2 anos esperando a vistoria do Incra para emitir a titulação definitiva. Mas já temos algumas vitórias nesse período.

Atualmente, a expectativa das famílias, tal qual às famílias do assentamento Taquaral, é para com a titulação definitiva. “Se a titulação saísse as pessoas poderiam vender a terra. Entraria gente boa, gente que quer trabalhar” (E.27). Na associação a participação das famílias é baixa. Hoje participam, em média, 11 pessoas. “Só enche quando fala que vai ter dinheiro ou distribuição de sacolão ou sobre o título” (E.26). Contudo, “está faltando barulho. O 72 é pequeno, perto da cidade, todos sabem quem vive ali e do que vivem. Faltam pressionar o Incra para agilizar a transferência da terra” (E.35, representante da Agraer).

A respeito dos 85 lotes não há um estudo que indique a participação/contribuição de cada família. Durante nossa atividade de campo, alguns lotes estavam vazios, como mencionado no início. Isso durou semanas. A associação relata que, em sua maioria, os lotes abandonados funcionam apenas como residência, já que a família trabalha na cidade. Outros foram abandonados por falta de água e perspectivas de futuro. Há uma estimativa que apenas 60 famílias vivam hoje no 72.

Além dos 85 lotes, o 72 possui uma escola municipal (pré-escola ao 9º ano) com quadra coberta e sede própria da associação. Todos os lotes possuem luz elétrica. Mas o sinal de telefone e *internet* varia de região para região (na maioria, não pega). Eles ainda não possuem um posto de saúde, reivindicação antiga e que facilitaria o atendimento a mais de 350 pessoas (estimativa total da Associação), que vivem nos 60 lotes. Essas famílias vivem da produção agroecológica, da pecuária (leite e queijo), da aposentadoria rural, de outros

benefícios sociais e de empregos na zona urbana ligado ao comércio e ao serviço público (professores, agentes de saúde, outros).

No 72, a maior parte dos proprietários de lotes entrevistados durante esta pesquisa tem mais de 50 anos. São pouco alfabetizados, apresentando grande dificuldade para ler e assinar o próprio nome.¹³³ Isso provoca uma imensa barreira para a participação em atividades políticas, econômicas e de manifestação. Diante dessa e dos outros dilemas do “tornar-se assentados” e agricultores familiares quais os projetos de futuro nesse assentamento? A seguir discutiremos essa questão.

c) Cena 3 – Qual futuro possível? Agroecologia como possibilidade de mudança social

“2020 será diferente. Se Deus quiser, vamos dar a volta por cima, plantar muito e colher até os nossos 100 anos” (E.28, produtor rural e membro do Gaabe, durante reunião em novembro/2019).

Esta cena pública apresenta como a agroecologia surge para algumas famílias do 72, proporcionando não só melhorias econômicas, mas sociais, devido ao aumento da confiabilidade entre os produtores.

Grande parte do discurso aqui analisado advém da participação das reuniões do Gaabe (cada reunião acontecia na casa de um membro), do acompanhamento nas feiras de transição agroecológica (duas vezes por semana, uma na UFMS e uma no IFMS) e de entrevistas juntos aos produtores e atores institucionais responsáveis por coordenar o projeto.

Foi possível perceber, durante as reuniões, que os produtores gostavam dessa interação. Sentiam-se honrados em serem ouvidos. Apresentavam ideias, propostas e alguns dilemas e insatisfações. No entanto, quando confrontados a decidir algo, sempre hesitavam, agindo só quando questionados pelos coordenadores do projeto. Contudo, importante frisar que eles não eram pressionados a nada. A cada proposta, os pontos prós e contras eram apresentados e os produtores tinham liberdade de decidir se queriam, ou não, participar.

A trajetória do assentamento 72 é marcada por vários conflitos, interesses, descasos e dificuldades, como discutido anteriormente, o que levou algumas famílias a abandonar ou transferir o lote. Dentre as principais dificuldades estão a falta de água, as péssimas condições das estradas e pouca assessoria técnica, ou sua efetivação.

¹³³ Alguns estão cursando o Ensino para Jovens e Adultos (EJA), que, aliás, não é ofertado na escola do assentamento no período noturno. Os interessados precisam ir até a escola da zona urbana para aprender ou melhorar a leitura, e concluir seus estudos.

Costa e Feiden (2020), coordenadores do Gaabe, afirmam que se soma a estes fatores a falta de credibilidade do assentamento junto às instituições locais (prefeituras, Estado, universidades, agências de pesquisa, Ongs), que, por diversos fatores, não vinham desenvolvendo projetos com o 72 até o início de 2010. Antes disto, muitas propostas haviam sido elaboradas e implantadas. Algumas até tiveram um início animador, mas não prosperaram após a saída dos responsáveis pelos projetos. Ao longo de dez anos (1998–2008) algumas propostas técnicas haviam sido abandonadas, e até mal implantadas, em seu percurso.

É neste cenário que surgiu, a partir de 2010, uma parceria entre o Neap e a Embrapa Pantanal, celebrada via projeto no CNPq, tendo por foco principal repensar a sobrevivência das famílias a partir da produção das lavouras, mantendo seu vínculo e tradição com a terra, mas, dessa vez, com a devida assessoria técnica:

Nossa maior dificuldade era a geração de renda. A maioria de nós viva da comercialização de leite. Também havia muita gente que se organizava para pedir sacolão para o governo. Porém, o que a gente **sonhava era produzir nessa terra**, e não viver de esmola. **Mas faltava água e conhecimento técnico** (E.28, produtor rural e membro do Gaabe).

Eu vendi leite por 10 anos antes da chegada do professor Edgar [UFMS]. O período de seca era horrível, porque o gado ficava sem alimentação, e a gente ficava sem renda, porque não produzia leite de jeito nenhum. **Depois dos cursos e dessa reunião o nosso conhecimento aumentou e melhorou.** Hoje eu ainda vendo leite, mas vendo bastante é na feira (E.30, produtor rural e ex-participante do Gaabe).

Foi muita mudança nesse tempo todo que a Universidade e a Embrapa chegaram aqui. Muita coisa mudou. O projeto trouxe a água, que nós não tínhamos. Era um sofrimento. **Com a água veio a técnica da produção, porque eu mesmo era peão de fazenda, não sabia plantar muito.** Hoje a gente planta e vende. Ainda temos umas dificuldades, mas a vida melhorou muito (E.27).

Após verificar que as hortaliças comercializadas pelos supermercados de Corumbá e Ladário vinham de outras cidades do Mato Grosso do Sul, e até de São Paulo, os pesquisadores da Embrapa e do Neap-UFMS começaram um projeto-piloto com o assentamento 72 (2010), com vistas a entender por que a produção era baixa, o que era produzido e quais as dificuldades.

Constataram que as famílias efetivamente não produziam, logo não vendiam. O motivo principal era que elas não tinham tradição nesse tipo de cultivo (hortaliças), assim como não tinham acesso à água. De acordo com E.31 e com E.17, cerca de 20% das famílias do 72 sobreviviam com ajuda de auxílios assistenciais, como o Bolsa Família. Os poucos produtos cultivados eram abóbora, milho e mandioca. Durante os meses de chuva (dezembro a março) havia pastagem; logo, comercializavam leite *in natura* e queijo havendo período em

que conseguiam uma renda razoável. Nos meses de seca a produção caía e vinham as dificuldades. Segundo os entrevistados, algumas famílias beiravam a miséria.

Nas primeiras oficinas, ficou claro que havia muita tensão entre os produtores, desconfianças e marcas de diversos conflitos antigos, como os já anteriormente referenciados. Dessa forma, uma das primeiras medidas adotadas pelos pesquisadores foi trabalhar a “cooperação e o trabalho em equipe”. Para isso, foi firmada uma parceria com o Sebrae, via programa *MS sem fronteiras*. Na sequência outras parcerias e atores surgiram, como o Senar, que ministrou o projeto *Negócio Certo Rural e Manejo de Hortas*. O objetivo desses cursos era aproximar os produtores e fazê-los perceber a propriedade como uma possibilidade de negócio.

Esse processo de sensibilização foi muito demorado. Os cursos tiveram durações variadas. Em 2011, houve uma tentativa de experimento com feijão. As fortes chuvas da época, porém, impossibilitaram grandes análises e aferições. Apesar disso, houve produção, que os trabalhadores acabaram comercializando.

No mesmo ano, a Embrapa Pantanal realizou um curso *Os Fundamentos da Agroecologia e Preparação de Caldas Agroecológicas*. O objetivo era criar uma associação de produtores agroecológicos fora da APPRPA72. Contudo, ainda era notável que faltava mais integração entre o grupo, o que demandou a realização de uma série de oficinas que, com o passar do tempo, mudou esse panorama. A confiança foi emergindo e a produtividade do grupo foi crescendo.

Outro grande empecilho ainda era o acesso a água. Com recursos do próprio projeto, foram construídos três poços artesianos, além de outros dois poços conseguidos através de uma parceria fechada com a mineradora Vale, totalizando cinco poços. Com a água, foi possível implantar o “projeto horta modelo” e as “experimentações agroecológicas”.

Com a colheita dessas produções veio um outro dilema: **onde comercializar?** A entrada dos produtores rurais nas feiras livres de Corumbá e Ladário foi desafiadora e, muitas das vezes, impossível. Trata-se de um canal dominado pelos feirantes bolivianos que comercializam a preços baixos, afora um controle monopolizado pela associação dos feirantes.

Foi nessa intensiva que o projeto buscou uma grande alteração institucional. Com a produção agrícola diversificada, os pesquisadores e produtores procuraram a Marinha e o Exército, que adquiriam produtos de outras cidades do estado. **Sensibilizados os parceiros, o edital de compra pública (via PAA) foi alterado.** Desde então, a prioridade do edital é a produção local. Desta feita, os produtores começaram a vender para as instituições militares,

para supermercados da região e para a merenda escolar de Ladário (via Pnae), uma vez que a mesma sensibilização foi feita junto às nutricionistas da Secretaria de Educação de Ladário, responsáveis por elaborar o cardápio da merenda escolar. Agora que elas tinham conhecimento do que os produtores conseguiam produzir, priorizavam estes itens, para só depois listar os que não fossem encontrados na cidade.

A trajetória do grupo permitiu escrever uma nova proposta ao CNPq, pela qual, os pesquisadores conseguiram a primeira colocação no edital na Região Centro-Oeste. Desta forma, o *Grupo de Agricultores Agroecológicos Bem-Estar*, criado em 2015, foi oficialmente institucionalizado em 2016, após o aceite dessa proposta no setor agroecológico.

Em 2016, surgiu a primeira ***Feira de Produtos em Transição Agroecológica*** dentro da UFMS e da Embrapa. Semanalmente (uma vez por semana em cada) os produtores arrumam as suas mesas (Figura 45, a seguir) e apresentam seus produtos aos clientes. Foi a partir do sucesso dessas feiras que o IFMS passou a fazer parte do Gaabe.

Figura 45 - Feira de Produtos em Transição Agroecológica



Fonte: Instagram do Neap.

Em 2016, a Câmara dos Vereadores de Corumbá condecorou o Gaabe, com uma moção de congratulação, devido à sua importância pela inserção da produção

agroecológica na alimentação da cidade. Um importante ato simbólico para um grupo que em sua origem passara por tanto preconceito e exclusão. “Aquele foi um dia bem feliz. Para alguns é só um papel. Mas para nós é uma vitória. Um belo reconhecimento” (E.26)

A partir de 2018, as feiras também passaram a acontecer no IFMS, *Campus* de Corumbá. Inicialmente, seu objetivo era promover uma maior qualidade de vida (hábito alimentar) ao servidor da instituição, através da oferta de produtos em transição agroecológica. A recepção da feira foi imediata. Os servidores elogiaram o projeto e passaram a comprar cada vez mais. Embora de forma não planejada, a feira acabou se expandindo, e passou a compor outros projetos de pesquisa, ensino e extensão do IFMS, como aconteceu com o curso de Química (análise do solo, qualidade da água, outros); Informática (testes para sistema de irrigação automática), e curso de Solda (confecção das barracas móveis para os produtores comercializarem seus produtos em diferentes locais).

“Hoje os alunos vão até o sítio dos produtores, fazem pesquisa, conhecem a vida no campo, interagem, compram produtos aqui na feira e, por sua vez, os produtores participam de todas as ideias, como aconteceu na elaboração do protótipo das barracas” (E.32, IFMS).

Assim, novas capacitações foram surgindo. Desde 2016, a produção do grupo passou a ser considerada em transição agroecológica. Com isso, esse grupo passou a ter um prazo de cinco anos (2016- 2020) para conseguir a certificação agroecológica.

Acompanhamos alguns desdobramentos dessa transição em reuniões do Gaabe (de agosto a dezembro de 2019). O grande desafio para estes produtores se colocava no *controle social*, mecanismo que verifica a produção desde o cadastro do produtor rural, até a descrição de como se dá o controle da produção e da comercialização. Para isso, o plano de manejo é fundamental, pois mostrará desde a origem da semente/mudas, aos dias do plantio, do controle de pragas, à colheita e quem são os parceiros. Ou seja, todo o processo produtivo estará sob controle.

A partir dele, surge a rastreabilidade, que “garante que os direitos dos consumidores e bons produtores sejam respeitados e que os maus produtores não se aproveitem da boa imagem que os produtos orgânicos conquistaram” (BRASIL, 2009, p.13). Isso é necessário para a efetivação da transição e para que o produto se torne orgânico. Esse controle acontece através da verificação aos pares, com outras organizações de certificação participativa como a Rede Ecovida (SERVA e ANDION, 2010), conforme discutido nos capítulos anteriores. Se tudo estiver correto, a verificação valerá por um ano. Sendo repetida anualmente.

Analiticamente, podemos apontar que esse controle social participativo permite observar, ao menos, três “situações de prova” para os produtores do Gaabe.

A primeira refere-se ao desafio **diversificação da produção**. Quanto mais diversa for, mais oferta os produtores poderão fazer. Lembrando, que no Pnae, os produtores podem ganhar até 30% a mais sobre o valor médio do produto, em razão de o alimento ser orgânico. Contudo, a diversificação está atrelada a **resistência** dos produtores, que diante do clima e da qualidade do solo e da água salobra, precisam aplicar as técnicas produtivas repassadas pela assessoria técnica. A justificativa para baixa aplicação dos conhecimentos obtidos foi dificuldade de entendimento, ou em razão de trabalharem sozinhos. No entanto, observou-se um pouco de descrença. De acreditar na técnica repassada e nos benefícios que ela proporcionará.

Uma terceira “situação de prova” para efetivar o controle social está diretamente ligada à **baixa escolaridade dos produtores**. Todo plano de manejo exige registro. É preciso detalhar todo procedimento. Enquanto esse treinamento era repassado nas reuniões, uma lista de presença circulava paralelamente. Foi observado, em alguns deles, muitas dificuldades de assinar o próprio nome. Diversos deles, como relatado anteriormente, ainda estão cursando o EJA. Desse acontecimento, surge a indagação: como eles preencherão tais relatórios?

“O grupo é bom, mas é difícil. Tem que anotar tudo, gasolina, semente, plantio [...] teve um produtor que saiu do grupo porque é muita exigência. A cidade ainda não entende o que é orgânico, e a disputa com o boliviano é difícil (E.29, Produtor rural). O desafio é grande, e demandará novas sensibilizações e treinamentos para os próximos passos.

Chama atenção na fala de E.29, o fato de a cidade “ainda não entender o que é orgânico, e a disputa com o boliviano é difícil” (*sic*). Em parte, ele está certo. Corumbá e Ladário não possuem mercado de produtos orgânicos. A feira também não possui certificação sobre a origem do produto. Percorrendo os supermercados e frutarias da região, há uma confusão generalizada sobre o que seja orgânico, natural, integral ou processado. Contudo, o produto orgânico existe, sem a certificação legalmente exigida, mas é possível adquirir produtos em variados sítios e chácaras que possuem pomar e hortas cultivadas *à moda antiga*, ou seja, sem utilização de agrotóxicos. Vários deles são comercializados nas feiras livres.

Com a pandemia Covid-19, vieram o isolamento social e o fechamento das instituições públicas, como o IFMS e a UFMS. Com isso os produtores ficaram sem um importante canal de comercialização, as feiras. “Toda produção e o projeto realizado ao longo do tempo poderia sucumbir” (E.17). Foi nesse momento crítico que os produtores e os pesquisadores resolveram implantar os **sacolos agroecológicos**.

Antes das feiras nas instituições federais, já havia um interesse em criar as sacolas com produtos para os clientes. Nesta lógica, há uma valorização do conjunto de produtos que reflete uma qualidade territorial, neste caso, a produção agroecológica do Pantanal. Os

clientes que participam dessa corrente estão dispostos a pagar pelo valor adicional da sacola, referente a um consumo substantivo existente. “As sacolas também trazem consigo um outro valor intrínseco, que é a qualidade de vida, o respeito ao Pantanal, por não utilizar agrotóxico, e você saber que a família que produz está vivendo melhor financeiramente” (E.32).

Figura 46 – Sacolões Agroecológicos



Fonte: Os autores e *Instagram* do Neap.

No momento do lançamento dos sacolões agroecológicos, veio a grande surpresa para todos os envolvidos. Após divulgarem via *WhatsApp* e *Instagram*, foram mais de 100 mensagens recebidas de pessoas interessadas em obter a sacola. A divulgação precisou ser paralisada. Afinal, a demanda era maior do que os produtores conseguiriam atender com qualidade. “No início da proposta dos sacolões, não esperávamos tamanha empatia do povo corumbaense. Mesmo muitos dos clientes não entendendo essa cultura agroecológica/orgânica, deu muito certo” (E.31).

Mesmo com o trabalho de campo já finalizando, quando da disseminação da pandemia no Brasil, decidimos acompanhar um dia desse encontro (Figura 47), para entender como o grupo estava operando nesse momento de crise.

Figura 47 – Reunião para definir a formulação dos Sacolões



Fonte: *Instagram* do Neap.

Mesmo em tempos de pandemia, o grupo se organizou com todos os cuidados e conseguiram entregar as sacolas. A reunião começava com cada produtor/a informando o que tinha colhido na semana e a quantidade; uma pessoa ficava responsável pelo registro e informar via *WhatsApp* o Neap, que por sua vez era responsável por compilar a informação e disparar o informativo para a rede de clientes cadastrados. Tendo a resposta dos clientes, se queriam ou não a cesta na semana, ou algum produto extra que não estava na cesta, o transporte e a rota eram organizados pelo Neap e depois repassado para o grupo. A cada semana um produtor/a ficava responsável pelas entregas.

Até dezembro de 2020, eram produzidos entre 25 a 30 sacolões por semana. Em dias ruins, o total era 22. O rendimento variou de R\$ 1.200,00 a R\$ 960,00 por semana. Já houve semana que o grupo faturou R\$ 2.000,00. Na semana da entrevista, foram contabilizados R\$ 1.470,00.

A trajetória do 72 é dez anos mais recente que a do Taquaral, mas não menos rica e intensa em acontecimentos e evidências que revelam a inovação social rural e seus desafios. Aqui também temos um longo processo de mais de 20 anos de configuração da experiência pública de um também ainda considerado “Projeto de Assentamento”, que nos revela semelhanças e diferenças em relação ao Taquaral, permitindo trazer algumas considerações que depois serão retomadas na conclusão desse capítulo.

Assim como Taquaral, a mobilização surge de um **incômodo de indivíduos plurais, com origens, histórias de vida, urgências e expectativas distintas** que, a partir da mobilização promovida pelo Sindicato se juntam para reivindicar o direito à terra. Aqui é importante sinalizar que embora se tenha uma causa comum (conseguir um lote de terra) não implica que o “fim desejado”, ou o que se espera disso, seja igual.

Como discutido, o 72 foi organizado a partir de famílias procedentes da zona rural (impelidas pela necessidade de acesso à terra para plantar e/ou por problemas ambientais) e da zona urbana (impelidas pela pobreza e falta de habitação digna). Elas tinham necessidades e perfis bens distintos e isso vai exercer efeitos no desenrolar dessa “experiência pública”. Para alguns, a terra se torna espaço de cultivo e de trabalho. Para outros, a terra vem como uma resposta à urgência da pobreza e da falta de habitação na cidade, sendo então utilizada de outro modo do que o previsto no dispositivo da política pública (DODIER e BARBOT, 2017). **Portanto, nem todo proprietário de lote aqui refere-se ao “agricultor familiar” tipificado na política, o que vai trazer dilemas e situações de prova que têm que ser manejada**

pelos atores envolvidos. A taxa de abandono do lote é alta e ocorre desde o processo da entrada das famílias no 72, fazendo com que, para muitos, esse seja considerado um Projeto de Assentamento que “não deu certo”. “O assentamento 72 não produz o suficiente para abastecer a cidade e esse povo nem gosta de cultivar, da vida na roça” (I.5, funcionário público da Prefeitura de Ladário). Tal fala não é uma opinião isolada, pois, como demonstrado, até a própria Prefeitura de Ladário tem dificuldades em assumir o assentamento, colocando-o como “responsabilidade do Incra”.

Por outro lado, o caso do 72 também indica, na cena dois, o complexo processo de **“tornar-se assentado”**, evidenciando as dificuldades comuns com o Taquaral enfrentadas pelos assentados na lida com a terra, no plantio, no acesso à água, no escoamento da produção, entre outras. Mas o caso revela também outras “situações de prova” importantes relacionadas aos dilemas da **vida associada** e do **exercício democrático** que se tem num empreendimento coletivo como esse. **Na experiência do assentamento há de se conviver com o diferente, lidar com a pluralidade, exercitar de fato a democracia, o que não é tarefa fácil.** No caso do 72, tal processo é atravessado por conflitos entre os grupos e famílias, gerando desconfiança para dentro e para fora do assentamento, o que dá lugar a “boatos” e “fofocas” que se espalham e deslegitimam o assentamento, ampliando os estereótipos e preconceitos que já se tinha sobre esses indivíduos.

A trajetória do 72 confirma, assim como Taquaral, que **temos no assentamento um “laboratório de experimentações” que se entrecruzam**, algumas delas gerando efeitos desejáveis e outros indesejáveis, mas sem dúvidas, em todos os casos, **produzindo aprendizados essenciais sobre os desafios reais de se fazer “desenvolvimento rural” e coproduzir novas ruralidades na prática.** Isso se evidencia com muita clareza na experimentação realizada no projeto fruto da parceria entre o Neap-UFMS e Embrapa Pantanal, que se produz a partir de uma ampla articulação envolvendo a Universidade e que culmina com o processo de conversão agroecológica das propriedades de nove famílias, gerando também um processo de controle social participativo e cuja prática se ampliou consideravelmente com a pandemia. Tudo isso abre novas possibilidades de futuro para o assentamento que segue existindo e produzindo consequências para os que ali vivem, para Ladário e para o meio rural de MS.

O quadro 15 sintetiza os principais elementos discutidos até aqui e que serão retomados na próxima seção

Quadro 15 – Síntese das cenas públicas do 72

Categorias analíticas	Síntese das principais características encontradas.	Principais atores identificados
Situações de provas	Provas: falta de água, titulação, produção orgânica, ambientais (falta de chuva e fortes ondas de calor), apoio técnico; etc. Conflito: internos (confiança entre os produtores), externos (desacordos com as instituições) Emergência: a falta de água tanto para consumo, quanto para a irrigação e nutrição animal.	Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Embrapa, UFMS, IFMS, Incra, Banco do Brasil, Agraer, Senar, Sebrae, Prefeitura Municipal de Ladário (Secretaria de Educação, de Infraestrutura, e Fundação de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural), MPE, Marinha e Exército, Vale.
Problemas públicos	Reforma agrária (titulação definitiva); Transição para uma agricultura sustentável (mel) e; Funcionamento das políticas públicas (Pnae e PAA).	
Ação coletiva	Encabeçada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Corumbá e pelas próprias famílias.	
Dinâmicas formais e informais	Formais: produção agroecológica, da pecuária (leite e queijo) Informais: aposentadoria rural, comercialização de leite <i>in natura</i> e atividades não rurais (professores, servidores públicos municipais, outros empregos na cidade e outros).	

Fonte: Dados da pesquisa

6.2 AS ARENAS PÚBLICAS, OS PÚBLICOS E SUAS INTERAÇÕES

A partir das análises e considerações gerais apresentadas na seção anterior, busca-se nesta seção explorar as duas últimas questões que direcionaram esse estudo: Como se configuram as arenas públicas em torno do desenvolvimento rural nesses assentamentos? Como ocorre (ou porque não ocorre) a inovação social rural? Como ela se produz, o que facilita, ou dificulta, quais suas consequências para as famílias envolvidas e para o território?

Importante destacar que devido a imbricada dinâmica sociopolítica de Corumbá e Ladário, a análise das arenas públicas será apresentada conjuntamente para ambos assentamentos. Isso porque, como discutido na seção anterior, muitos dos problemas públicos enfrentados são comuns, mobilizando a mesma rede de atores que buscam dirimir ou resolver tais problemas. Por vezes eles publicizam coletivamente as situações de provas, compartilham e trocam a sua produção e se encontram nas feiras livres, onde comercializam boa parte dos produtos cultivados.

Ou seja, a sociabilidade do Taquaral e do 72, bem como dos demais assentamentos da região, é intensa e a pesquisa permitiu constatar que a organização desses atores se manifesta como uma rede de “interações formais e informais entre uma pluralidade de indivíduos, de grupos ou associações” (CEFAI, 2019, p.19) que ao mesmo tempo partilham de uma identidade coletiva (viver nos assentamentos), mas também tem muitas particularidades, o que

gera possibilidades de coordenação entre eles, igualmente de conflitos. Assim, tratar das arenas de forma integrada permite também entender melhor essas interações e os pontos de convergência dos casos analisados, buscando compreender a sua incidência nas dinâmicas de desenvolvimento rural.

Tudo isso nos motivou a analisá-los sob a influência da metodologia do *Ecomapa*, que, conforme apresentação de Nascimento *et al.* (2005), trata-se de um valioso instrumento que permite compreender as intensidades das interações em uma determinada comunidade ou território. Os autores aplicam o Ecomapa na área da saúde de modo a mapear os contatos da família com todos os tipos de atores que interage (pessoas, grupos ou instituições, como escolas, serviços de saúde e comunidades religiosas, outros). Segundo os autores, o resultado final é entender como as interações ocorrem ou não ocorrem, podendo representar tanto a presença quanto a ausência de vínculos sociais, culturais e econômicos de um determinado momento, afinal, as ações e interações dos atores é *fruto do seu tempo* (KOSELLECH, 2014). O que confere o caráter dinâmico.

Ao analisar a trajetória do Taquaral e do 72, foi possível identificar a inscrição territorial desses assentamentos. A vida social desses atores é marcada por uma série de práticas que se configuram a partir de ações econômicas e sociais. Em ambos os casos, as interações buscam mecanismos que revertam as problemáticas locais, bem como contribuam com o desenvolvimento rural.

A Figura 48 apresenta as principais situações problemáticas dos assentamentos Taquaral e 72, anteriormente sintetizadas nos quadros 14 e 15. O tamanho da fonte indica a quantidade de vezes que a situação foi citada, o que explica o tamanho do termo “água”, problemática mais frequentemente citada.

Figura 48 - Principais situações problemáticas nos assentamentos Taquaral e 72



Fonte: Dados da pesquisa, via Infogram-2020.

As soluções para essas questões são justamente os conectores que parecem unir os atores e trajetórias dos dois assentamentos. Relacionados a essas questões comuns, foi possível identificar uma ampla rede formada por elementos heterogêneos, humanos e não humanos, produzindo diversas ações coletivas no tempo e no espaço, como discutido anteriormente. Diante das “situações problemáticas” apresentadas nas trajetórias, pôde-se perceber no trabalho etnográfico aspectos para qualificar três principais problemas públicos comuns a esses assentamentos: i) o acesso a água; ii) assessoria técnica e mercado; iii) efetivação da reforma agrária. Frente a cada um desses problemas vários atores de diferentes mundos (sobretudo *experts*) agem e puderam ser identificados e são descritos nas próximas três subseções.

O Quadro 16 descreve a **miríade de experts** mais citados que compõe a *configuração de desenvolvimento rural* na região, identificados durante a elaboração das trajetórias discutidos anteriormente. No geral, são instituições, pesquisadores, técnicos, gerentes de projeto e outros que atuam na promoção do desenvolvimento rural junto aos assentamentos.

Quadro 16 – *Experts* em desenvolvimento rural que compõem arena pública

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Presente no Estado desde 1962, e desde 1967 em Corumbá, a UFMS tem por missão desenvolver conhecimento através de pesquisa, ensino e extensão sobre a transformação da sociedade e o crescimento sustentável de sua região. Em Corumbá, sua maior atuação se dá através do Neap, um grupo de professores, técnicos e alunos que atua em parceria com IFMS, com pesquisadores da Embrapa Pantanal, da equipe da Agraer, com técnicos que atuam com agricultura familiar das prefeituras municipais de Corumbá e Ladário, além de técnicos da Sedacruz que atuam na Bolívia.
Embrapa	Criada em 1973 e vinculada ao Mapa, a Embrapa atua por todo Brasil através de mesorregiões, potencializando o uso da tecnologia na agricultura. Em Corumbá, as principais áreas de atuação são a agricultura familiar, agroecologia e agricultura orgânica, o manejo de pastagens nativas, a produção pecuária.
Incra	Surgiu em 1970, com objetivo de executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. Cada estado tem sua sede radicada nas capitais, ficando as cidades interioranas com 'unidades avançadas'. A unidade de Corumbá está completamente sucateada. Os pátios lotados de carros com defeitos, o prédio em estado de deterioração avançada e apenas uma pessoa responsável na cidade.
IFMS	Os institutos federais surgiram no Brasil em 2000, com objetivo de ofertar uma educação profissional e tecnológica. Em MS são 10 <i>campis</i> , que iniciaram as atividades em Corumbá em 2010. Não há um curso diretamente destinado às atividades rurais; pelo contrário, uma grande ênfase é dada ao setor minero-siderúrgico. No entanto, após o sucesso da Feira em Transição Agroecológica, diversos projetos de pesquisa começaram a surgir dentro da instituição, voltados, direta ou indiretamente, a agricultura agroecológica.
Sebrae	O Sebrae busca contribuir com o desenvolvimento da atividade empresarial das micro e pequenas empresas. Isso é estendido para o rural, através de projetos ligados à apicultura; à pecuária leiteira; ao empreendedorismo rural, e a outros ramos. Atua com os produtores rurais de Corumbá e Ladário mais na oferta de minicursos.

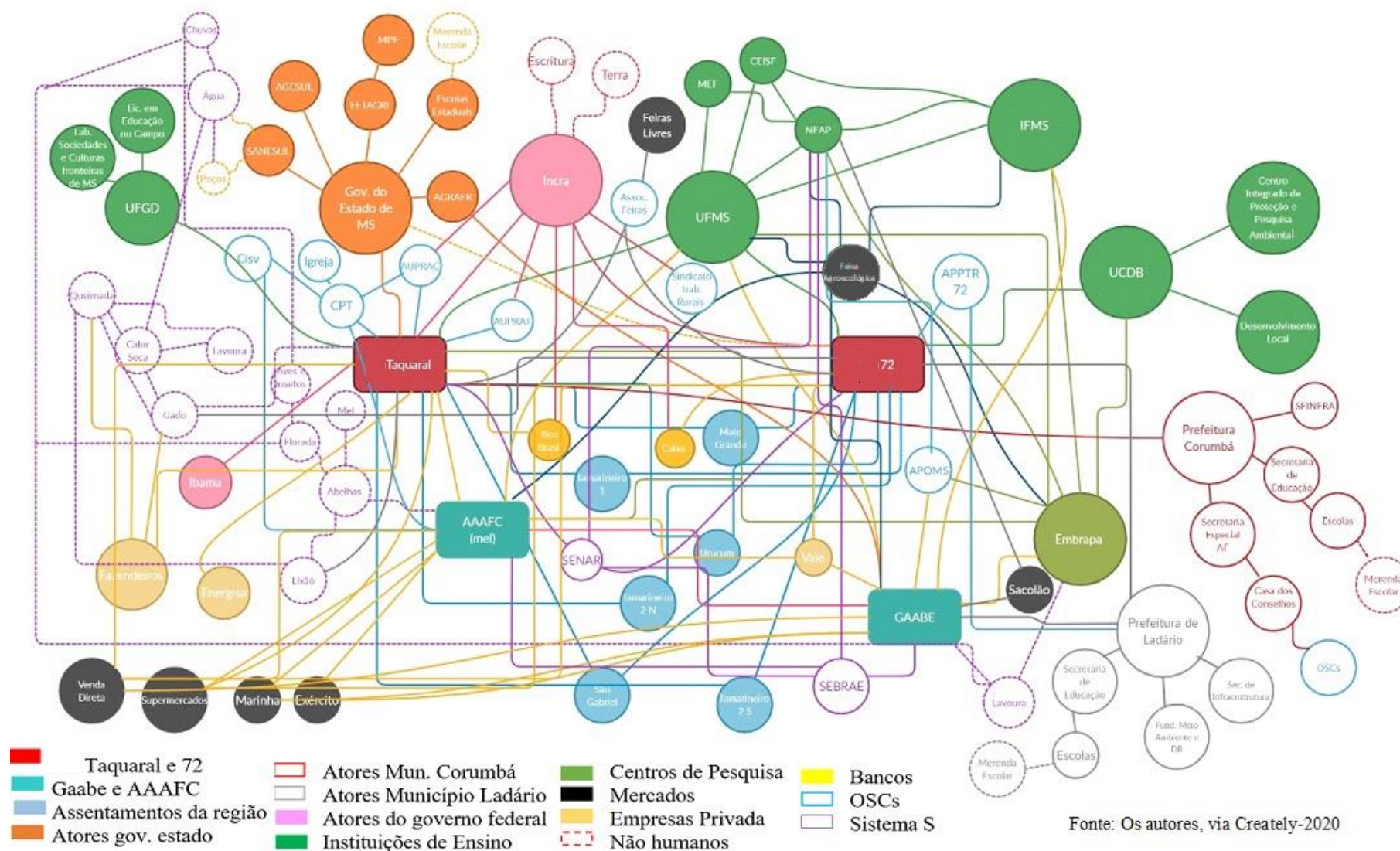
Senar	O Senar tem por missão promover a capacitação e a profissionalização de todos aqueles que atuam com atividades rurais. Corumbá não possui uma sede do Senar; apenas uma sala dentro do Sindicato Rural. Ao longo dos anos, sempre que solicitado, veio oferecendo minicursos e outras capacitações aos produtores.
Agraer	Essa agência estadual articula a implantação de atividades de assistência técnica para a pecuária e as lavouras. A região possui dois técnicos, um para cada cidade, cabendo-lhes auxiliar os produtores com a regularização e a documentação, com projetos de merenda, financiamento de crédito, DAP e outros.
Marinha e Exército	As duas organizações militares contribuem com o desenvolvimento rural da região através das aquisições feitas através do PAA.
Vale	A mineradora atua em Corumbá e Ladário na extração do minério de ferro e manganês. Incide diretamente a vida dos assentamentos da região, devido à proximidade e a algum impacto ambiental por ela causado. Dentre seus programas junto à comunidade, destaca-se o Programa Comunidade Participativa, que já contemplou tanto o projeto da apicultura, quanto da agroecologia.
Banco do Brasil/ Caixa Econômica	São duas instituições bancárias ligadas ao governo federal. A partir delas é que os produtores lutam/conseguem obter créditos e linhas especiais, como o Pronaf.
Secretarias de Agricultura e Desenvolvimento Rural	Tanto a Secretaria (Corumbá) quanto a Fundação (Ladário) são responsáveis por desenvolver as atividades agrícolas da região. Elas organizam a aquisição do PAA; possuem um corpo de servidores que atuam com a agricultura familiar neste território.
Secretarias de Educação	São responsáveis por elaborar o cardápio das merendas ofertadas nas escolas de Corumbá e Ladário. Seu papel é fundamental, pois dele decorre a efetivação dos 30% de aquisição de produtos oriundo da produção da reforma agrária: um grande desafio que não vem sendo realizado em Corumbá, mas que contou com a sensibilização das nutricionistas em Ladário, que passara, a priorizar mais a produção local.

Fonte: Elaboração própria

Toda essa rede evidencia que, **uma vez criados, os “projetos de assentamentos” Taquaral e 72 não são apenas *dispositivos* (DODIER e BARBOT, 2017) concebidos e regulados pelo Estado (de forma centralizada, hierárquica e unidirecional), eles ganham vida e passam a ser objeto de interesses e espaço de intervenções de múltiplos atores.**

Dessa forma, a Figura 49 (a seguir) apresenta a ampla rede de atores que se mobiliza em torno dos assentamentos. Ela foi criada por meio do programa Creately (apresentado após as referências da tese), onde, os atores identificados no decorrer do trabalho de campo foram cadastrados e seus relacionamentos religados. Ambos assentamentos aparecem no centro do diagrama (caixa vermelha). Já a rede de atores com os quais interagem são representados pelos círculos externos. Círculos tracejados representam os não humanos. Cada cor indica um tipo de ator (alaranjado representam os atores do governo do estado; verde às instituições de ensino; preto o mercado; amarelo os bancos e assim por diante - conforme descrito na legenda da Figura 49).

Figura 49 – Configuração da arena pública dos assentamentos Taquaral e 72



Esses atores agem em, no mínimo, três arenas públicas, que puderam ser identificadas por essa pesquisa e são apresentadas na sequência.

✓ **Arena Pública da Agricultura Familiar:** A rede de atores que participam dessa arena performam o desenvolvimento rural nos assentamentos por meio da operacionalização das compras públicas, principalmente através do PAA e do Pnae. Dentre os principais atores que compõem a rede estão a Auprat, Auprac, AAAFC, Secretarias de Educação, UFMS, Embrapa, Sebrae, Agraer, Marinha e Exército, fazendeiros próximos, Secretarias Municipais de Agricultura e de Desenvolvimento Rural de Corumbá e Ladário e supermercados da região. A visão expressa de desenvolvimento rural que move esses atores é de contribuir para o desenvolvimento da agricultura familiar nos assentamentos, diminuir o êxodo rural, a pobreza no campo e garantir uma alimentação nutricional de qualidade para os estudantes da rede municipal e estadual de ensino.

✓ **Arena Pública da Agricultura Sustentável:** Essa rede é bem menor, formada em sua maioria pelos produtores do Gaabe e pelos apicultores do AAAFC, contando ainda com o apoio do Neap-UFMS, Embrapa, IFMS, Sebrae, Senar, Agraer, Marinha e Exército, Secretarias de Educação de Ladário e consumidores da cidade. Objetiva inserir novas práticas agrícolas em torno da agroecologia e do desenvolvimento sustentável para conquistar novos mercados e a preservação do Pantanal. Esta arena compartilha das políticas institucionais da primeira arena (PAA e Pnae), afinal, uma vez produzido os produtos também podem ser vendidos para estas políticas. Apesar de muito pequena, se comparada as demais atividades produzidas pelos assentamentos e fazendeiros da região, o elemento aglutinador dessa arena são as experiências e atividades em torno da preservação da natureza e do combate à pobreza rural, demarcando um bem viver em conjunto. No entanto, os desafios para esta arena são múltiplos.

✓ **Arena Pública da Reforma Agrária:** Esta arena mobiliza variados atores, através de redes de convenções, acordos e instituições, cada qual, com poderes variados e permeada por muitos conflitos. Em tese, o que move os atores é fazer valer o programa da Reforma Agrária (acesso a água, estradas, escolas, assessoria técnica, outros), especialmente a obtenção da titulação definitiva. Dentre os principais atores estão todos os assentamentos de Corumbá e Ladário, além do Incra (Governo Federal), Prefeitura Municipal de Corumbá e Governo do Estado de MS. Notaremos, contudo, que as ações em torno desse problema público estão bem silenciadas.

Tais arenas se configuram como os principais *lôcus* onde a ação pública para promoção do desenvolvimento rural nos assentamentos é discutida, e se performa a partir de

variadas práticas dos atores, cuja conexão nem sempre é evidente, já que cada intervenção se irradia em todas as direções, na intenção de dirimir ou tentar resolver as problemáticas identificadas, mas nem sempre produzindo efeitos desejáveis.

Essa vida associativa não é simples de ser vivida e muito menos investigada. Devido ao emaranhado de relacionamentos e interações, e pelo fato dessas arenas não possuírem delimitações instituídas, as três arenas públicas são analisadas, nas próximas três subseções da tese, através de um *zoom* da Figura 49, buscando discutir a mobilização em torno dos principais problemas públicos identificados.

Na sequência, discutimos com mais detalhamento quem são os atores que participam dessas arenas e alguns aspectos das interações entre eles. Veremos que cada arena pública apresenta uma ecologia própria que é importante levar em conta (CEFAI, 2017a; b).

6.2.1 Problema público 1: o acesso à água

Corumbá e Ladário se localizam no Pantanal Sul, **a maior área alagada do mundo**, sendo banhada por baías, corixos, córregos e, principalmente, pelo rio Paraguai, um dos rios mais importantes do Brasil, devido à sua navegabilidade, ao abastecimento hídrico para algumas cidades de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, além de servir a própria natureza, a fauna e a flora pantaneira. Contudo, esse recurso hídrico não atende a todos da região.

Figura 50 – Captação da água em Corumbá, no rio Paraguai*



* A ponte de captação da Sanesul está no canto superior direito e abastece a zona urbana.

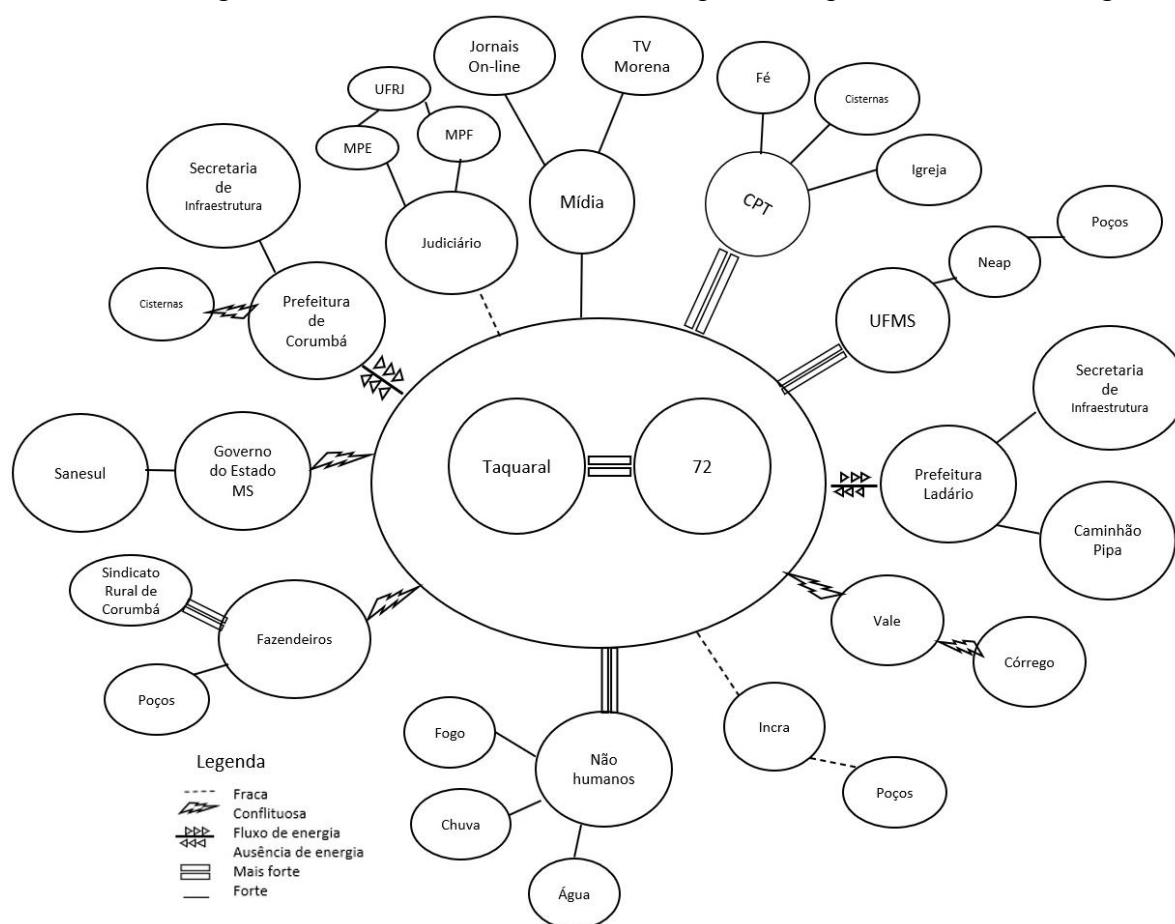
Fonte: Transportal, 2019.

As cenas públicas do Taquaral e do 72 demonstram que esse problema é o mais grave de todos. Surgiu praticamente com a criação dos assentamentos e mobiliza as três arenas simultaneamente, afinal, a água é necessária para a produção rural do Taquaral e do 72 (Arena

Pública da Agricultura Familiar), para a produção em transição agroecológica (Arena Pública da Agricultura Sustentável) e para a vida (consumo próprio) no assentamento em si (Arena Pública da Reforma Agrária).

No entanto, os assentamentos de Corumbá e Ladário têm pouca ou nenhuma disponibilidade hídrica. Dependendo da região, o mesmo assentamento pode possuir vários poços com água salobra e consequente rede encanada (que transporta água desses poços), baías e outras vazantes temporárias. Pode, igualmente, possuir áreas completamente secas, sem nenhum acesso à água. Em razão disso, as famílias enfrentam graves problemas por falta de rede e sistema de água que, conforme o PNRA, política vigente à época de criação dos assentamentos, deveria ter sido instalada pelo Incra. A Figura 51 apresenta as mobilizações em torno desse problema, demonstrando os principais atores, as ausências, os conflitos e suas ligações fortes.

Figura 51 – Arena Pública em torno do problema público do acesso à água



Fonte: Os autores.

Seguindo as orientações do Ecomapa, conforme detalhado na legenda, as linhas entre as esferas indicam o tipo de conexão entre os atores: linhas pontilhadas representam ligações frágeis, o raio indica conflito; as que contêm setas para ambos os lados revela presença e ausência de relacionamento e a linha única representa ligações fortes e a barra dupla muito forte.

O problema da água veio, ao longo do tempo, passando por sucessivos *distúrbios*, uma indeterminação que os atores em torno do Taquaral e do 72 buscaram circunscrever na região através de manifestações, demonstrando todo prejuízo que a falta de água gera para as famílias. Esses distúrbios ganharam atenção da mídia, onde diversas reportagens foram divulgadas pela TV Morena (afiliada Rede Globo) e jornais On-line como o Diário Corumbaense e o Capital do Pantanal, chamando atenção da sociedade para a urgência social. Isso é importante para demonstrar que o problema está *diante de nós*, e não tão distante como nos campos africanos, embora o Pantanal seja um ecossistema rico em água. A arena pública começa a ser formada em torno desse problema por meio da celebração de estratégias de cooperação, de competição e de conflito.

Uma das grandes alianças firmadas ocorreu entre as famílias do Taquaral com a CPT, a Embrapa, a Prefeitura de Corumbá, a AUPRAT e a AUPRAC para implantar o *projeto cisternas* – processo de armazenar água da chuva para remediar a falta de água. O mesmo ocorreu no 72, envolvendo a Prefeitura de Ladário, a Vale e a APPTTR 72.

O relacionamento mais forte entre esses atores gerou a efetivação desse projeto. Contudo, conflitos começam a surgir entre instituições de pesquisa e a Prefeitura de Corumbá e Ladário, pois a politização do projeto começou a desvirtuá-lo, exemplificados com cisternas construídas de forma capenga e mau armazenamento da água, colocando em risco a saúde das famílias. Esse ruído acabou comprometendo o projeto. Atualmente, encontramos, durante o trabalho de campo, famílias que sabem armazenar a água na cisterna, assim como encontramos cisternas vazias ou com águas sujas, até possivelmente contaminadas.

Além das cisternas, as famílias recebem água de *caminhões-pipa* para ser armazenada em caixas d'água, ou outro reservatório. Essa água, no caso do 72, é disponibilizada pela Prefeitura de Ladário que após muita pressão começou a enviar o caminhão uma vez por semana para atender as famílias. No caso do Taquaral, a água é adquirida pelo próprio produtor. O preço de entrega de cada caminhão-pipa varia de R\$ 350,00 a R\$ 500,00. Devido a este valor, não são todas as famílias que tem condição de pagar por este serviço.

Outra possibilidade refere-se aos vários *poços artesianos* perfurados nos assentamentos. Em todos, observa-se a presença da água salobra, como discutido. Essa água

chega à casa das famílias via rede encanada. Os poços foram perfurados pela Funasa, pelo Incra, ou por ações de empresas privadas como a Vale, ou por projetos de pesquisa de instituições de ensino, como a UFMS. Com exceção do projeto da UFMS, todas as outras perfurações citadas ocorreram ou por pressão dos produtores (principalmente sobre a Funasa e o Incra), ou como contrapartida de acidentes ambientais (caso da Vale).

Alguns poços foram perfurados pelos próprios assentados em sua propriedade, que conseguiram juntar dinheiro para realizar a obra. O custo é alto, e varia de acordo com a profundidade, de R\$ 7,5 mil a R\$ 15mil, conforme relatado pelos produtores. Essa água, por ser salobra, é utilizada na limpeza das casas, em afazeres domésticos, na irrigação das lavouras e na hidratação animal, mas não dá para beber.

Chamou atenção no 72 que alguns poços foram perfurados pelo Incra dentro de propriedades vizinhas, para conseguir obter água em quantidade necessária. Na época, foram feitos acordos com os fazendeiros, proprietários da terra, que autorizaram a captação da água. Com a transferência da propriedade, seja para o filho (herança) ou para outro fazendeiro (revenda), os acordos foram quebrados e os conflitos reascendidos. No início do nosso trabalho de campo, um fazendeiro havia fechado a bomba que distribui a água do poço para algumas parcelas do 72. Posteriormente concordou em abri-la. Quase ao final do nosso acompanhamento voltou a fechá-la.

Vemos, nessa passagem, que uma arena também é operada pelos donos do poder, neste caso, fazendeiros que possuem a posse da terra e determinam a função de um poço artesiano construído com orçamento da política da Reforma Agrária. Essa pressão acaba por amedrontar os assentados que precisam ficar reivindicando o uso da água, como também contribui para que este desista e abandone o lote, por falta d'água, como vimos na descrição da trajetória.

Outrossim, para o consumo próprio, as famílias ou bebem da água doce vinda do caminhão-pipa, ou se dirigem até a cidade com várias garrafas plásticas para apanhá-la na casa de amigos ou parentes. Entretanto, algumas famílias, por falta de condição, acabam consumindo essa água salobra. Um problema que surge é a presença do calcário que, com o tempo, vai cristalizando dentro dos canos, impedindo que a água chegue aos lotes. Isso demanda uma limpeza interna da rede encanada, realizada (após muita pressão) em parceria entre a Sanesul (governo do estado), a prefeitura e as associações dos assentamentos.

Figura 52 – Sedimentos de calcário acumulados dentro do encanamento



Fonte: CAMPOLIN, *et al.*, 2016.

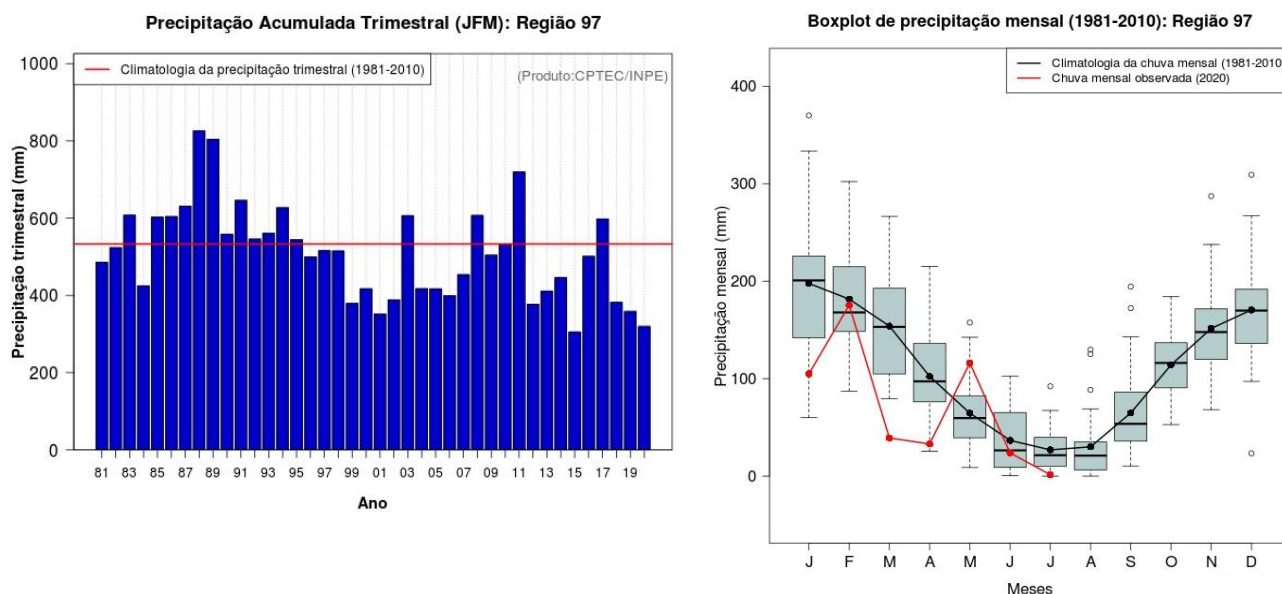
Além da formação desse sedimento, o outro agravante refere-se ao consumo humano dessa água, por seu elevado teor de cálcio, magnésio e nitrato. A presença desses minerais em alta concentração não é indicada para uso humano (CAMPOLIN, *et al.*, 2016). Esse teor foi muito relatado durante nossas visitas, ocasião que os produtores destacaram problemas no fígado, estomacais e bucais, referenciando a alta presença de calcário como a principal causa.

Em 2011, o MPF informou que 93% da água de oito assentamentos rurais de Corumbá era imprópria para consumo, devido à presença de coliformes fecais. Essa contaminação se deve ao mal armazenamento nas cisternas e caixas d'água, ou à contaminação do lençol freático, já que as águas de alguns poços também estavam contaminadas, certamente por falta de saneamento e tratamento de esgoto (JCGN, 2011).

As condições de armazenamento e das fossas sépticas foram visualizadas durante a visita aos produtores. Muitas estavam sujas e mal vedadas, o que também pode intensificar a proliferação de Dengue, da febre *Chicungunha* e do *Zika* vírus, três grandes problemas da saúde pública dessa região. Tanto é que, em fevereiro de 2020, dias antes da proliferação da Covid-19, as prefeituras decretaram estado de epidemia na região, devido à alta incidência de contágio desses vírus. Ademais, a ingestão dessa água contaminada é altamente perigosa, podendo causar inúmeras doenças.

Os problemas relacionados à água nos assentamentos da região já avançam por mais de 30 anos em razão de descaso e indiferença. Atualmente, o problema se agrava, pois, a maior parte das vazantes secou devido às baixas chuvas (Figura 53). Isso dificulta tanto perfurar novos poços, quanto encher as cisternas, bem como irrigar a lavoura. Outro fator é que alguns poços possuem vazamentos, o que acaba desperdiçando água.

Figura 53 - Evolução mensal e sazonal das chuvas na região



Fonte: INPE, 2020.

As baixas chuvas na região são reflexo da estiagem que paira sobre o Pantanal, o que acaba limitando a produção dos assentamentos. O plantio é planejado de acordo com o regime de chuvas. Segundo dados do Inpe (2020), apresentados na Figura 53, as chuvas no Pantanal estão diminuindo. A precipitação mensal (linha vermelha) está abaixo da média climatológica de todo o período (1981 – 2010, linha preta). Os meses com maior colapso foram março e abril de 2020, momento em que choveu cerca de 50mm. Outro fator perceptível nas colunas da precipitação acumulada (azul) são as quedas na precipitação nos últimos três anos (2018-2020).

Segundo Marengo (2008), pesquisador do Inpe, a disponibilidade de água no Brasil depende em grande parte do clima, que, por sua vez, incidirá no ciclo das chuvas e este influi nas vazões das bacias hidrográficas do país. Esse processo sofre alteração em decorrência de fenômenos ligados ao *El Niño* e ao *La Niña*, cuja variações de temperatura na superfície do mar do Atlântico tropical e sul podem gerar anomalias climáticas, como as grandes secas. Outro fator, são os riscos derivados de mudanças antropogênicas, que é quando as atividades humanas contribuem para alterações químicas na composição da atmosfera, acarretando em grandes estiagens e secas. Um resultado possível e frequente dessas alterações são as queimadas (estiagem + seca + ação humana).

Desde dezembro de 2019, o Pantanal vem enfrentando um dos maiores crimes ambientais de sua história. As queimadas consumiram 1 milhão de hectares de vegetação, 20% do seu total (G1, 2020). Segundo especialistas do Observatório do Pantanal (2020) e do relatório técnico encomendado pelos Ministérios Públicos Estaduais e Federais em parceria

com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a origem do fogo é humana - “quase 60% dos focos de incêndios no Pantanal têm probabilidade de ligação com atividades agropastoris” (JDC, 2021), aponta o relatório.

A exploração das atividades humanas e consequente degradação ambiental são as principais causas do desequilíbrio ambiental observadas nessa região, mesmo que a seca seja um fenômeno natural do Pantanal (Figura 54). É justamente nesse período que as queimadas são intensificadas. Os fazendeiros justificam a necessidade de renovação das pastagens. A fiscalização e a responsabilização demoram, processo que ainda está em andamento. Aliás, essa “justificativa” leva os fazendeiros, representados pelo Sindicato Rural de Corumbá, a repudiarem o relatório técnico e a reforçar, aos seus olhos, que trata-se de um movimento “ideológico, difamatório, cheia de meias verdades, insinuações perigosas e desprovidas de elementos técnicos [...] cujo objetivo é fazer uma campanha injuriosa contra os produtores rurais do Pantanal [pecuaristas]”, destacou o Sindicato em entrevista ao Jornal Diário Corumbaense (2021). **“Se o Pantanal é uma maravilha, ocorreu por acaso? Se está conservado, foi conservado por nós, pantaneiros [pecuaristas]. Por uma comunidade que está ali há mais de 200 anos e provou ser conservacionista”** (JDC, 2021), declarou o presidente do sindicato.

Figura 54 – Estradas e paisagem do 72*



* A primeira imagem foi registrada quando iniciamos o trabalho de campo (ago./19). Já a segunda mostra outro trecho da estrada, registrada em fev./20, época em que choveu muito na região.

Fonte: Os autores, Ladário, 2020.

Observamos, nessa questão, que o processo jurídico da política da natureza não renova a vida pública, pois, de um lado as ações políticas mostram que **o meio ambiente não vem sendo preservado e os condenados ou não pagam as multas, ou não cumprem/recebem penas**. Aliás, penas estas bem brandas frente ao impacto ambiental causado, como a multa

recebida pela Vale quando do secamento do Córrego Urucum. Por outro lado, na tentativa de proteger o meio ambiente, determinados grupos acabam sendo prejudicados frente às aparências protetivas (geralmente os mais vulneráveis - caso dos produtores do Taquaral, que levaram seus animais para se hidratar na baía do Jacadigo).

Sob a ótica da sustentabilidade e das novas ruralidades, temos que a questão social do meio ambiente no Pantanal Sul-mato-grossense é fundamental não apenas para as famílias que vivem nos assentamentos, mas para toda a humanidade. As práticas agrárias no Pantanal revelam a concentração fundiária, e os riscos envolvidos nas atividades pecuárias alertam sobre o fato de nem todos os recursos naturais serem renováveis, o que demanda, aliás exige, sua preservação. Assim, a negociação entre os atores se torna necessária. **Esse processo, porém, acaba fracassando, pois observamos que nesta região não há negociação, mas reprodução de relações de poder e autoritarismo, aliada ao negacionismo da degradação ambiental (Figura 55), culminando na disseminação de inverdades através de acordos políticos, científicos e midiáticos.**

Figura 55 – *Outdoors* espalhados pelas ruas de Corumbá



Fonte: Os autores, Corumbá, 2020.

Essa cultura política se expressa no enorme preconceito e até criminalização dos grupos mais vulneráveis: “[o fogo só ocorre em] áreas que há décadas estão abandonadas [pelos próprios fazendeiros], **sem exploração pecuária, ou ocupadas por comunidades ribeirinhas e quilombolas e reservas**” (Presidente do Sindicato Rural, em entrevista ao JDC, 2021), uma acusação até o momento sem provas e que contraria a nota técnica do MPE, MPF e da UFRJ. Soma-se a isso, uma equivocada compreensão do desenvolvimento sustentável e um discurso anticientífico, mesmo emitido por agências de pesquisa: “[...] o fogo

descontrolado pode ser minimizado com a presença do boi no pasto - **daí a expressão *boi bombeiro***¹³⁴” (pesquisadores da Embrapa, em entrevista ao JDC, 2021).

Diante deste problema de acesso à água, a arena pública é formada principalmente por atores governamentais federais (Incra, Funasa, UFMS, Embrapa, MPF), estaduais (Sanesul) e municipais (prefeituras de Corumbá e Ladário). De forma compulsória, para contornar seus crimes, a Vale (empresa privada) acaba atuando no financiamento de alguns projetos. Os próprios agricultores são atores centrais, pois, quando estes se mobilizam, conseguem obter alguma atenção frente ao problema (Marcha dos Esquecidos – obtenção de caminhão-pipa e caixa d’água). Conforme relatado pelos produtores, à medida que a água chega às propriedades, a produção é intensificada, e a qualidade de vida das famílias vai melhorando.

Figura 56 – Caixa d’água no 72*



*Sem filtro. Cor do céu decorrente das queimadas no Pantanal e das altas temperaturas. O losango mais branco na caixa d’água é a logo da Reforma Agrária desbotada pelo tempo.

Fonte: Os autores. Ladário, 2020.

¹³⁴ *Boi bombeiro*: É uma expressão citada pela ministra da Agricultura, Tereza Cristina, em uma audiência pública que falava sobre os “benefícios” do boi para conter as queimadas no Pantanal. A lógica infundada é a seguinte: o boi pantaneiro é criado livre; se alimenta de pastagem natural; com sua alimentação não haveria formação de pastagem seca (as exemplificadas na Figura 54). Nisso, a atividade pecuária acabaria “protegendo” o Pantanal. Ideia esta totalmente repudiada e desmentida por diversos pesquisadores mundo a fora, como demonstrou a reportagem da BBC (2021). Por exemplo, citamos a seguinte passagem: “a criação de gado aumentou no Pantanal nos últimos anos, ao invés de diminuir — o que contradiz a ideia de que o boi pantaneiro seria fundamental para impedir incêndios” (BBC, 2021), já que as queimadas aumentaram, e é de conhecimento geral, que sem queimada não há renovação de pastagem. Cf.: <https://glo.bo/3uIgVKe> Acesso em 01 de abr. de 2021.

Essa rede de atores se articula por meio de regras, compromissos, projetos e contrapartidas, mas, no geral, **o problema é longamente arrastado**. Não foram encontradas políticas públicas específicas voltadas à solução desse problema. Sobre as queimadas, entram em cena outros atores importantes, principalmente as OSCs que atuam na causa da degradação ambiental, caso do Observatório do Pantanal, do SOS Pantanal, da Associação Ecológica Buraco da Onça e do Instituto Homem Pantaneiro. Outrossim, os problemas ambientais da região precisam ser melhor estudados, porque, como argumenta Zuindeau (2000), os problemas ambientais não perfeitamente dominados em nível científico deixam uma brecha para situações de incerteza, dão origem a posições políticas e sociais amplamente dependentes de considerações éticas, e isso pode levar a catástrofes ambientais e a inúmeras controvérsias, caso da defesa política e anticientífica do “boi bombeiro”.

A escassez da água é um problema mundial e retrata a grande desigualdade social e as dificuldades de se idealizar e implantar um uso sustentável desse recurso. **Se anteriormente as famílias dos assentamentos rurais Taquaral e 72 eram chamadas de “sem-terra”, agora faz mais sentido chamá-las de “sem água”, pois a gravidade diária por elas enfrentada altera completamente a inscrição territorial dos assentamentos na região.** A seca contribui para a propagação das queimadas e isto, associado à falta de chuvas, intensifica ainda mais o acesso à água, tanto no 72 quanto no Taquaral.

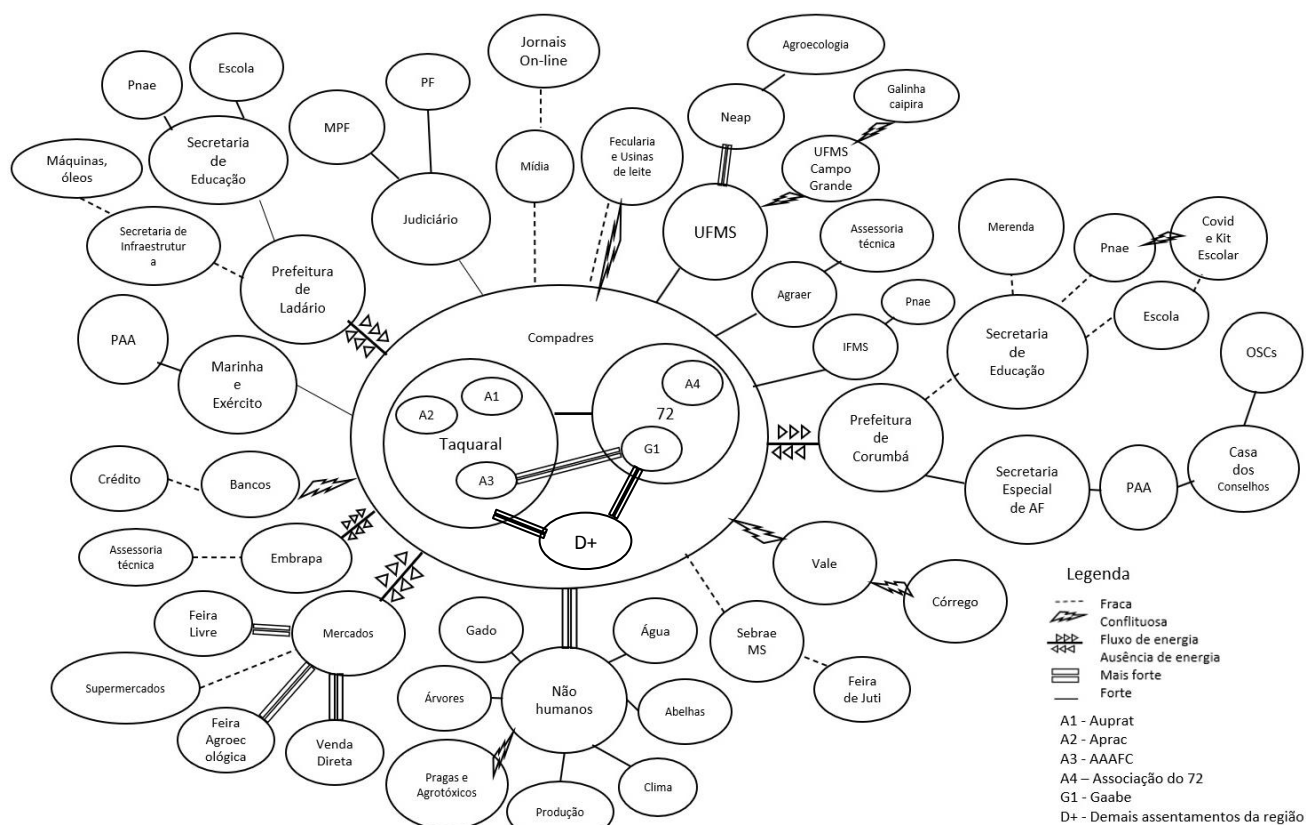
6.2.2 Problema público 2: assessoria técnica e mercados

Diante da luta pela terra, e consequente luta política, os assentamentos rurais podem ser considerados como territórios que se constroem a partir de interações sociais, simbólicas e de dinâmicas materiais, que constituem a produção de um bem comum. O efeito dessa dinâmica é refletido diariamente na vida das famílias do Taquaral e do 72 que precisam produzir (lavoura ou pecuária), ou atuar em uma atividade não-rural (comércio, serviço público, outros).

A importância da produtividade agrícola desses assentamentos rurais é vital, afinal, eles acabam abastecendo parte dos mercados locais e contribuem com a segurança alimentar e a qualidade de vida destas cidades. Para assim o ser, porém, são necessárias assessoria técnica que contribua com o processo produtivo, efetiva participação dos produtores, além de políticas públicas que incentivem o cultivo e os mercados, elementos que constituem este

segundo problema público. A Figura 57 apresenta a composição das três arenas públicas em torno desse problema.

Figura 57 – Arena Pública em torno do problema público da assessoria técnica e mercados



Fonte: Os autores.

Nessa arena foram identificados e mapeados um maior número de atores, envolvendo aqueles que atuam na produção rural de hortaliças, na pecuária (inclusive leite e derivados) e na transição agroecológica. O maior conflito decorre do não funcionamento das políticas públicas e seus instrumentos, de acidentes ambientais e da falta de mais linhas de créditos. Essa arena relaciona-se diretamente com a anterior, a que se mobiliza em torno da questão da água, afinal, sem água não há produção e nem vida nos assentamentos, o que leva ao seu abandono. Na sequência detalhamos mais essa rede.

No geral, os principais produtos cultivados para comercialização e encontrados durante o trabalho de campo são: mandioca, feijão, hortaliças (abóbora, abobrinha, agrião, alface, almeirão, berinjela, beterraba, cebolinha, cenoura, cheiro-verde, chicória, chuchu, coentro, couve, couve-flor, jiló, maxixe, melão, mostarda, nabo, orégano, quiabo, repolho, rúcula, tomate, tomate cereja), mamão, maracujá, limão, acerola, seriguela, cana-de-açúcar (e seus derivados - rapadura e melado), mel, leite, queijo, ovos, doces em compota, temperos,

pães e bolos. Também há comercialização de porcos, frango caipira, novilha e carneiro. A Figura 58 apresenta uma das lavouras visitadas, com plantação de milho e feijão.

Figura 58 – Lavoura de milho e feijão



Fonte: Os autores, maio de 2020.

A organização da produção se dá, na maior parte, no plano individual, já que a região não possui cooperativa, nem agroindústrias familiares, dificultando a agregação de valor aos produtos. Os únicos que atuam coletivamente são os produtores que participam do Gaabe e do AAAFC (mel). A Auprac faz a gestão das máquinas partilhadas pelos produtores do Taquaral e possui DAP jurídico, podendo, assim, participar coletivamente das compras públicas. Entretanto, diversos produtores relataram que preferem vender por conta própria do que pela associação. Isso demonstra a baixa adesão às atividades associativas na região gerada também pelo insucesso de experimentações anteriores, como discutido no caso do 72.

Apesar de relatarem que “vendem por conta própria”, foi observado, nas proximidades do local que recebe mercadoria para o PAA em Corumbá, muitos produtores que possuem DAP recebendo mercadorias de seus amigos, os *compadres*, para que esse produtor autorizado vendesse sua produção. **Essa prática de reciprocidade demonstra parte das manobras que são feitas para participar das compras públicas.** Quando isso não ocorre no entorno dessa sede, a entrega é feita no sítio, ocasião que vimos alguns produtores entregando parte da sua produção ao *compadre*, para que ele pudesse vender com seu DAP.

No 72, a gestão das máquinas é feita pela APPTR, que, durante o trabalho de campo, estava pressionando a Prefeitura de Ladário para ceder óleo diesel. Isso porque, a APPTR está

sem caixa, com problemas junto ao banco (dívidas), o que leva a buscar recursos com a Prefeitura. Ademais, alguns produtores (minoría) já possuem seu próprio trator.

Os resultados das colheitas têm um relacionamento forte com o clima, as chuvas e a disponibilidade de água, conforme discutido anteriormente. Não encontramos números oficiais que contabilizem a produção total desses assentamentos. **No geral, a opinião dos produtores é que a quantidade produzida vem caindo, em razão da diminuição das chuvas e das fortes ondas de calor, o que dificulta o trabalho na lavoura e a criação de animais.**

A Agraer e a Embrapa, de sua parte, afirmam que, apesar disso, há alternativas que poderiam ser adotadas pelos produtores, como o uso correto das cisternas e das parreiras naturais, estas com seu sombreamento, por protegerem a lavoura tanto do sol quanto de ventos. Outra possibilidade recomendada é a adubação verde, processo que adiciona leguminosas ao solo com o intuito de o enriquecer com nitrogênio. Nessa região, isso é recomendado, pois, tanto o forte calor, quanto a salinização da água salobra acabam retirando água da planta, que, por sua vez não se desenvolve. Isso foi percebido enquanto acompanhávamos uma colheita de melancias, melões e mandiocas. Na ocasião, a família estava retirando melancias apodrecidas de sua lavoura. Seu comentário foi que naquele dia já havia jogado fora 250 unidades, justificando o fator climático para isto. O mesmo aconteceu em outras propriedades com o mamão. A fruta não desenvolve, fica ressecada e apodrece devido à desidratação.

A propósito, acompanhamos um dia de curso que a Embrapa ofereceu aos produtores do Gaabe, ocasião em que técnicas de sombreamento foram ensinadas para que os produtores protegessem as hortaliças (Figura 59). Sobre esta técnica, foi extremamente difícil encontrar produtores que plantassem árvores, o que, se acontecesse, contribuiria tanto com a sensação térmica, quanto com a polinização (atraindo insetos e aves), a proteção solar da lavoura e alimentação animal.

Figura 59 – Curso de sombreamento Embrapa Pantanal



Fonte: Os autores, Ladário 2019.

Com relação às técnicas de manejo de solo, o preparo mais convencional encontrado em nossas visitas foi o arado, que os produtores utilizam para inverter a camada do solo. Nesse processo, a adubação se dá com resíduos de matéria orgânica, juntamente com esterco animal, para depois começar o plantio direto das sementes (caso do feijão), uso de estacas (caso da mandioca) ou a partir de mudas adquiridas de revendedores (caso das hortalças), ou de sementes crioulas, obtidas pelos produtores do Gaabe na Feira de Juti, da qual eles participam com o apoio do Sebrae.

Depois, alguns produtores fazem a forração do solo com palhas de coqueiro ou folhas de bananeiras para protegê-lo do sol. Devido ao calor, a irrigação acontece duas vezes ao dia, ao amanhecer e ao anoitecer, quando o solo começa a ficar mais fresco. Caso haja ocorrência de pragas, a principal forma de controle encontrado é o uso de agrotóxicos. As principais pragas relatadas foram o pulgão, a mosca-branca e o percevejo barriga-verde.

Além dessa técnica, há também o manejo de solo com base numa perspectiva agroecológica, adotada pelos membros do Gaabe. Aqui o processo de controle das pragas não utiliza agrotóxico, mas caldas naturais, como o uso de permanganato de potássio e cal, cultivo de camomila e cravo de defunto nas proximidades da lavoura, dentre outros. O grande desafio é tornar a produção orgânica. A maior dificuldade desses produtores, porém, é o registro/anotações sobre o processo produtivo, além do trabalho de diversificar a produção.

Os agrotóxicos são utilizados por vários produtores. Seu princípio ativo é o responsável por alterar a composição do solo, do produto, a fauna e a flora da região onde foi aplicado. Trata-se de um veneno que prejudica o meio ambiente e saúde humana no caso de se ingerir esses produtos, ou quando o produtor o manipula.

Durante nossas visitas, havia muita resistência em assumir a utilização, mesmo quando visualizamos pragas na lavoura, ou algum recipiente (de veneno) jogado em algum canto durante as caminhadas pela propriedade com o produtor. Houve casos que encontramos produtores que mostraram seus antebraços/mãos com reação alérgica decorrente da manipulação do agrotóxico. Alguns justificavam o uso, pois, segundo eles, essa seria a única forma de eles conseguirem produzir e competir com os produtos vindos da Bolívia, comercializado nas feiras livres da cidade.

Nosso primeiro contato com os feirantes bolivianos aconteceu em maio/2014, ocasião em que o autor da tese realizava a pesquisa de campo para o mestrado. Foram 10 meses de trabalho de campo (até mar./2015), que permitiram identificar que boa parte dos produtos comercializados não vinha da Bolívia, mas do Ceasa de Campo Grande e São Paulo, cujo tributo, se insere na nota fiscal, no momento da compra direta com os atacadistas/varejistas.

Figura 60 – Produtos comercializados pelo feirante boliviano



Fonte: Os autores. Corumbá, 2019.

Fora estes produtos agrícolas nacionais (brasileiros) comercializados pelos bolivianos, há um grupo de produtos cultivados nas cidades da fronteira (sobretudo hortaliças); e outra parte vem de Santa Cruz (sobretudo frutas, e estas, sem nota). Entre 2016 e 2017, realizamos

mais 10 meses de trabalho de campo com esses feirantes, o que, dentre outros resultados, validou a primeira afirmativa. Portanto, a imagem do feirante boliviano, enquanto “invasor” de um sistema, está mais radicado na imaginação do que na prática. Contudo, é fato comprovado que os feirantes bolivianos possuem mais recursos financeiros para movimentar e abastecer sua banca, o que acaba gerando uma forte concorrência para o produtor rural de assentamento, que não dispõe de tanto recurso. É consenso entre os produtores brasileiros que participaram dessa pesquisa que eles não têm produção agrícola suficiente para comercializar nas sete feiras de Corumbá (uma em cada dia da semana) e Ladário (uma feira). O que leva as prefeituras desses municípios, responsáveis, segundo a lei, por organizar feiras e mercados, a autorizar a participação dos feirantes bolivianos.

Segundo relato de E.17 e E.31, entre 2014 e 2015, os produtores de hortaliças da Bolívia, juntamente com o Serviço Departamental Agropecuário de Sanidade e Inocuidade Agroalimentar de Santa Cruz (Sedacruz), procuraram a Embrapa Pantanal, que, posteriormente, contatou o Neap-UFMS para orientar sobre como alterar o seu sistema produtivo. O objetivo era aprender novas técnicas de cultivo para reduzir o uso de agrotóxicos nas produções.

Assim, 35 produtores (brasileiros/Gaabe e bolivianos) começaram a trocar experiências que incluíam visitação *in loco*. Em 2016, foram realizadas quatro capacitações sobre adubo verde, controle alternativo de praga, higiene e boas práticas. Ao final, os bolivianos foram orientados a inserir o método agroecológico de forma gradual.

Uma mudança política nas prefeituras de Puerto Quijarro e Puerto Suarez também foi favorável à situação, pois estes produtores têm recebido apoio das prefeituras. Outra diferença é a visão comercial deles, bem maior que a dos produtores brasileiros de Corumbá e Ladário. Antes da Covid-19, por exemplo, os produtores bolivianos, com apoio das prefeituras e da Sedacruz, estavam buscando uma certificação internacional para trazer legalmente a entrada de produtos para o Brasil. Com a pandemia, esse processo foi travado. Atualmente, eles ainda usam agrotóxicos, porém, em menor quantidade que anteriormente.

A feira livre neste território fronteiriço é uma atividade história, comercial e cultural, estando presente desde 1959, muito apreciada pelos seus frequentadores, assim como a própria presença do boliviano, defendida por boa parte dos produtores rurais brasileiros. Esses produtores, contudo, sinalizam que cabe regularização, uma definição sobre o que pode ou não pode ser comercializado, bem como admitem ser importante colocar os produtores dos assentamentos da região como primeira opção de aquisição.

Com a Covid-19, as feiras foram paralisadas, a fronteira fechada. Os feirantes brasileiros e bolivianos ficaram sem seu principal canal de comercialização, situação que só foi revertida em setembro/2020, quando a fronteira e a feira livre foram reabertas. Outro ponto conflituoso refere-se a cooperativa de leite e da feccularia de mandioca.

Os primeiros relatos acerca da usina de leite vêm do Assentamento Urucum, que por longos anos recebeu investimentos diretos para sua construção. Apesar de instalada neste assentamento, ela contemplaria todos os produtores dos demais assentamentos. Esta usina, entretanto, nunca conseguiu se consolidar, por falta de engajamento e trabalho coletivo. Os investimentos começaram em 1992, em parceria entre a prefeitura de Corumbá e o Pronaf. Em 2007, esse projeto recebeu mais R\$ 300.000,00 do próprio Pronaf, e mais R\$500.000,00 da Prefeitura, além de projetos paralelos recebidos da Vale (na época, Mineração Urucum). Em 2012, após a Marcha dos Esquecidos, o prefeito chegou a entregar a usina reformada para os produtores. Este fato, porém, não durou muito tempo. Atualmente ela está parada.

Desde abril de 2018, os agricultores esperam a efetivação de uma usina de leite. Trata-se de um projeto do deputado estadual Zeca do PT, que destinou para Corumbá o valor de R\$ 365.714,29, referente à implantação de três unidades de beneficiamento de leite e derivados. A contrapartida da prefeitura seria de apenas R\$ 17.000,00. Essa proposta (035655/2018) foi cadastrada no portal de convênios do Mapa, contendo um plano de trabalho orçado para a suposta implantação, que não se efetivou até o momento.

A justificativa da prefeitura para o impasse é que, primeiro, se mostrou inviável a ideia de ter três usinas, devido às obrigações fitossanitárias exigidas. Por isso, optou-se por construir apenas uma. Mas os produtores questionaram esta decisão, posicionando-se contra a construção, dada, afinal, a existência de um prédio antigo, oriundo das tramitações anteriormente citadas. Outra questão apontada pela prefeitura foi um “possível” entrave, alegando que o poder público não podia produzir e vender para si mesmo. “Nisso vem a necessidade de atribuí-la a uma associação. A expectativa é de que eles produzam queijo e leite. Mas eles não se organizam, e tudo trava” (E.36, representante da Secretaria Especial de Agricultura Familiar de Corumbá).

Mais uma vez, a falta de confiança, de trabalho coletivo, os diferentes interesses dos produtores e dos proponentes políticos geraram conflitos variados que travaram o projeto. O produto desse confronto (expectativas dos produtores *versus* a intervenção dos desenvolvimentistas) é mais ou menos abafado com uma *manobra* - a venda de leite e queijo *in natura* sem o SIM municipal nas feiras livres.

Essa mesma tempestividade entre todos os atores envolvidos (políticos e o público-alvo) descreve o caso da *fecularia da mandioca*. A proposta era que os produtores que cultivassem mandioca a vendessem para uma empresa privada, instalada dentro do assentamento Taquaral no início dos anos 2000. O preço baixo pago por esta empresa foi a principal causa deste desastroso projeto, há alguns anos paralisado. Segundo os produtores, eles ganhavam mais indo vender na feira do que para a empresa.

O jogo é difícil e cheio de regras complexas que os agricultores dificilmente conseguem cumprir, fosse por falta de conhecimento, de capital para investir por conta própria, ou de força política para brigar com o governo local. Ao mesmo tempo em que eles precisavam seguir regras modernas (idealizadas na maioria das vezes para as grandes agroindústrias), as tradicionais relações sociais do campo, vivas, acabavam influenciando o seu comportamento nesse jogo. O caso segue parado até a próxima ordem. Afinal, como discute Lemieux (2007), no desenrolar da vida cotidiana, é pouco provável que as controvérsias que estão paralisadas parem de se renovar, pois sempre haverá algum dos atores envolvidos interessados em reascendê-las, propondo alternativas, verbas e projetos -, recomeçando tudo novamente.

Sem instalações coletivas, os principais canais de comercialização são as feiras livres, a feira de transição agroecológica (produtores do Gaabe), a venda direta (por encomenda), as compras públicas e os supermercados da região.

Quanto às compras públicas, estas são realizadas via PAA, obtido pela Marinha, pelo Exército e pelas prefeituras de Corumbá e Ladário (que destinam os alimentos a OSCs cadastradas na Secretaria de Assistência Social de cada cidade), e via Pnae, adquirido por ambas as prefeituras para a merenda escolar, as escolas estaduais e pelo IFMS. Tal política contribui tanto com a nutrição e a segurança alimentar dos estudantes (merenda escolar) e o público-alvo atendido pelas OSCs, além de incluir o desenvolvimento rural e uma nova renda para as famílias produtoras que possuem o DAP (requisito obrigatório). Isso porque, segundo a Lei 11.947/2009, no mínimo 30% do valor do FNDE deve ser utilizado obrigatoriamente na “aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária [...]” (Art. 14).

Por outro lado, esses programas, apesar de inovadores, apresentam limites tanto para chegar a quem precisa (escolas), quanto para beneficiar o produtor através de compras públicas.

Durante o trabalho de campo, os produtores rurais do Taquaral, do 72 e alguns pesquisadores queixavam-se da demora para lançar editais, do não lançamento de edital, do longo prazo entre a entrega do produto e o pagamento e da não inclusão de alguns itens por eles produzidos. Isso nos levou a visitar, por duas vezes, cinco escolas da rede municipal e uma da rede estadual para ver parte da execução do objetivo proposto pelos programas, a conferir “o emprego da alimentação saudável, adequada e variada” (Lei 11.947/2009, art. 2).

Dois resultados merecem destaque. Um primeiro advém de “escolas de meio período”, ou seja, das que funcionam em dois turnos, logo, oferecem uma merenda a cada turno. Nessas, foram observadas a oferta de alimentação diversa, que compreendia: arroz, feijão, salada; em dias diferentes, biscoito, achocolatado, pães.

O segundo grupo é o das escolas que funcionam em “regime integral”, razão por que devem oferecer três refeições aos estudantes. Aqui, diferentemente do primeiro caso, **foram observadas crianças comendo pão seco com suco de fruta industrializado, o que se repetiu nas outras visitas.** Alguns professores relataram que a escola tinha problemas com a merenda escolar e que não havia tanta oferta de produtos e alimentos cozidos: ou era pão sem recheio, ou biscoito de água e sal. Uma situação completamente preocupante. Afinal, muito se discursa sobre a pobreza dos estudantes, para muitos dos quais, a merenda escolar é a única refeição. Isso impacta tanto sobre a sua segurança alimentar (resultando em fome, má alimentação), quanto o seu aprendizado¹³⁵.

Focando na origem e a falta desses produtos e o funcionamento do PAA e do Pnae, procuramos a Secretaria Municipal de Educação de Corumbá, **que relatou que em 2019 Corumbá não havia lançado edital para o Pnae (isso já havia sido informado pelos produtores).** Toda aquisição de produtos para a merenda escolar ocorreu através de licitações, e os ganhadores do certame eram distribuidores locais e atacadistas da capital. **Ou seja, a alimentação que as crianças estavam comendo nas escolas visitadas não provinham da produção dos assentamentos rurais locais.** Coincidentemente, durante a nossa visita, haviam alguns calendários de empresas varejistas pendurado na parede do local onde fica armazenado os produtos alimentícios, muitas delas as vitoriosas do processo licitatório.

Quando questionada, a secretaria declarou que **o edital de 2019 havia sido “muito complicado, mal feito e corrido” (sic).** Isso, supostamente, levava a equipe a tomar mais cuidado com o edital de 2020, cuja expectativa era alta. No entanto, com a disseminação da

¹³⁵ Nessa pauta, sugerimos: Bezerra, J. A. Alimentação e escola: significados e implicações curriculares da merenda escolar. *Rev. Bras. Educ.* v.14, n.40, 2009. Cf. <https://bit.ly/2TrzyBy>. Acesso em: 30 out. 2020.

pandemia Covid-19, as aulas foram suspensas e o edital acabou paralisado (conforme informações no momento da entrevista, em abril/2020).

De acordo com a secretaria, Corumbá tem 18 mil alunos matriculados na rede municipal. Desses, 12 mil são atendidos diretamente pela prefeitura, no que tange à merenda escolar. Outros 6 mil (público infantil) são atendidos de forma terceirizada, pois até os 6 anos permanecem nas creches/escolas e, por lei, devem receber alimentação especial, razão do atendimento desse grupo ocorrer por parte de empresas terceirizadas específicas.

O contrato dessa empresa não prevê a cota do Pnae (30%), porque a própria prefeitura tentar arcar com esse quantitativo no número de alunos por ela atendidos (12 mil). **Mas a secretaria reconheceu que a prefeitura não está contemplando os 30% previsto em lei.**

Justificou, para isso, que as compras via licitação são necessárias, pois a maioria dos produtos locais sofrem sazonalidade, ou seja, os produtores não têm produtos para ofertar o ano todo. Outro argumento foi a baixa participação dos produtores, sinalizando haver muitos atritos e falta de articulação entre eles: prometem que vão entregar uma determinada quantia e, na hora, ou aparecem um dia depois, ou com o volume abaixo do indicado por eles próprios.

Nesse sentido, o assentamento Tamarineiro foi indicado como o mais organizado. Apesar de sua produção ser bem baixa, entregam 90% de tudo que foi comprado (o Taquaral possui a maior produção de todos, mas entrega apenas 60%). Os produtores não possuem o SIM Municipal, o que faz com que não possam vender produtos manipulados (exemplo: mandiocas e abóboras descascadas/congeladas). Quanto à justificativa para as refeições das escolas integrais, a secretaria argumentou que elas são preferenciais para a destinação dos produtos do Pnae. Um cardápio é elaborado pelas nutricionistas da secretaria; cabe, então, à diretora da escola verificar se as merendeiras estão cumprindo o planejado.

Entretanto, como informamos, não foi isso que vimos nas escolas de tempo integral. Observação esta validada por vários professores que atuam nessas escolas. Outra questão que cobra a funcionabilidade do Pnae, mas desliza no seu não funcionamento, foi a disseminação da Covid-19 e a suspensão das aulas na rede municipal de ensino. Com essa paralisação, muito se questionou, em nível nacional, sobre a necessidade de distribuir o alimento que seria merenda para os estudantes mais carentes (denominado *kit* escolar). Mas distribuir qual *kit* se não está havendo merenda nutricional de qualidade? O que se viu, em uma dessas escolas de tempo integral, foi a distribuição de cesta básica adquirida de licitação, sem qualquer mercadoria oriunda dos produtores rurais.

Dessa forma, as políticas de compras públicas são pouco aproveitadas, pois não estão atingindo a meta de 30% prevista em lei; e, em 2019, sequer teve chamamento/edital. Além disso, inúmeros receios (como a alimentação de 0 a 6 anos) levam as secretarias a adotar manobras variadas para obter a alimentação via licitação, excluindo os produtores rurais desse processo. Todas as formas são acompanhadas pelos órgãos de controle, tanto assim, que há uma ação do MPF contra a prefeitura de Corumbá referente à má execução do Pnae em 2019. Outra ação é a da Polícia Federal, que deflagrou a *Operação Pesticida* em cinco cidades de Mato Grosso do Sul, entre elas Corumbá, pois, uma formação de quadrilhas entre servidores municipais, responsáveis pela aquisição de alimentos, associados à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), desviou R\$ 3 milhões do programa federal Fome Zero no período de 2011 a 2016. Em Corumbá, o servidor acusado foi afastado e as irresponsabilidades levaram à suspensão do programa, prejudicando diversos produtores rurais (JDC, 2019).

O PAA, apesar de cumprido e de ter beneficiado diversos produtores do Taquaral e do 72, apresentam alguns limites, principalmente no que diz respeito a não contemplar alguns tipos de produtos produzidos pelos produtores e à demora no pagamento. Já a capenga operacionalização do Pnae demonstra que ele praticamente não vem cumprindo sua missão. O caráter dessas duas políticas é bastante inovador, pois surgiram como indutoras de desenvolvimento rural, possibilitando aos produtores da reforma agrária (nosso caso) acessarem um mercado governamental, independente do seu tamanho ou da quantidade produzida. No entanto, uma ação conjunta entre produtores, pesquisadores, governantes e órgãos de controle e fiscalização (que emitem o SIM, por exemplo) precisa ser discutida e revista, afinal, nem os estudantes nem os produtores rurais podem ficar esperando tanto tempo, a ponto de todo um ano letivo (2019) ser prejudicado.

Apesar desses entraves, as compras públicas contribuem para o crescimento da agricultura na região e se soma aos outros mercados. Em entrevista, a Secretaria Especial de Agricultura Familiar de Corumbá informou que dispunha de R\$ 300.000,00 em caixa para adquirir produtos via PAA. Até aquela ocasião (abril/2020) já haviam adquiridos 6.742 quilos de alimentos através dos 122 produtores rurais cadastrados de todos os assentamentos de Corumbá, 58 dos quais só do Taquaral.

Já os números disponíveis do Gaabe mostram que a produção cresce a cada ano, varia de acordo com as condições climáticas e indica que a produção precisa ser diversificada, como apontou alguns pesquisadores. Até o momento, a maior produção e comercialização

ocorreu em 2017, quando o grupo comercializou mais de 77.000 unidades de hortifruti, tanto nas compras públicas, quanto nas feiras agroecológicas, em feiras livres e em venda direta.

Com relação ao mel produzido pela AAAFC, o grande problema está em inseri-lo na alimentação escolar, pois, segundo os produtores, não há uma lei específica para isso que obrigue tal inserção. Alegam que as nutricionistas percebem o mel como remédio e a quantidade requerida pelo edital do Pnae é muito baixa. Eles acreditam que a melhor forma seria uma lei municipal que obrigasse a substituição do açúcar branco por mel no preparo das merendas. Dessa forma, estaria sendo garantida a nutrição saudável dos estudantes, induzindo a produção apícola da região, além da preservação do Pantanal, uma atividade sustentável que não causa danos à natureza; ao contrário, dela depende. Fora este canal, o mel ainda enfrenta uma disputa acirrada nas prateleiras dos supermercados (Figura 61).

Figura 61 – Mel exposto nos supermercados de Corumbá*



*Devido aos custos produtivos, todos os frascos possuem preços mais elevados.

Fonte: Os autores, Corumbá, 2020.

Na visão dos apicultores a disputa é desleal, pois, como a produção é baixa, os custos se elevam, e isso se reflete na precificação do *Florada Pantaneira* (mel do Taquaral), se comparado às outras marcas (Vovô Pedro/Campo Grande). A embalagem de 1 quilo do Florada, por exemplo, sai por R\$ 47,79, quase cinco reais a mais que seu concorrente.

Além da precificação e consequentes custos produtivos, percebeu-se que eles têm dificuldades para inserir os produtos nos supermercados. Apenas três supermercados da região comercializam o Florada. Segundo os produtores, quando eles são recebidos pelo proprietário do supermercado, há uma sensibilidade acerca da importância e inclusão do produto local. Mas quando eles são atendidos pelo responsável do setor de compras, às vezes, por falta de diálogo, nem conseguem entregar o produto.

Olhando para os assentamentos rurais de Corumbá e Ladário, duas cidades localizadas em um estado essencialmente agrário voltado para o mercado das *commodities*, em que medida as ações dos atores que compõem a Arena Pública da Agricultura Familiar, a Arena Pública da Agricultura Sustentável e a Arena Pública da Reforma Agrária conseguem responder este segundo problema público, entendendo que este contém ainda variadas problemáticas socioambientais?

Diante deste panorama, este segundo problema público envolve múltiplos atores, relações fortes (entre instituições de pesquisa e ensino) e conflituosas (entre instituições públicas e os assentamentos), que se articulam principalmente através de políticas públicas específicas (PAA e Pnae) que pretendem tanto garantir a segurança alimentar e nutricional de um grupo (escolas e OSCs), quanto induzir as atividades agrícolas dos produtores rurais, garantindo seu acesso a mercados. Os bastidores dessas arenas estão repletos de abafamentos, situações que abafam a responsabilidade da Prefeitura de Corumbá por não legitimar o Pnae, o não cumprimento de acordos dos produtores na entrega das mercadorias para a Secretaria de Educação, os projetos de pesquisa que tem donos e só funcionam mediante presença do responsável, dentre outros.

Através de difusas redes as parcerias são estabelecidas e a ação coletiva de todos vai tentar resolver uma parte desse problema público. UFMS, IFMS, Embrapa, Agraer, Sedacruz, órgãos fiscalizadores (MPF, Polícia Federal), a mídia, as prefeituras de Corumbá e Ladário e suas secretarias de educação e desenvolvimento rural, os produtores do Taquaral, do 72, e suas associações, e os produtores da Bolívia, todos, cada qual seguindo seu objetivo, tentam se inscrever nessa causa.

As consequências para o desenvolvimento rural são refletidas na territorialização dos assentamentos na região, materializada com o abastecimento alimentar local. **Contudo, os produtores questionam que há muito tempo não recebem assistência técnica.** Mas a reivindicação de assistência também não foi observada, a não ser pelos produtores bolivianos, que procuraram a Embrapa e a UFMS. **Então, não é de estranhar a falta de diálogo entre ambos, produtores e experts, que detém o conhecimento técnico.**

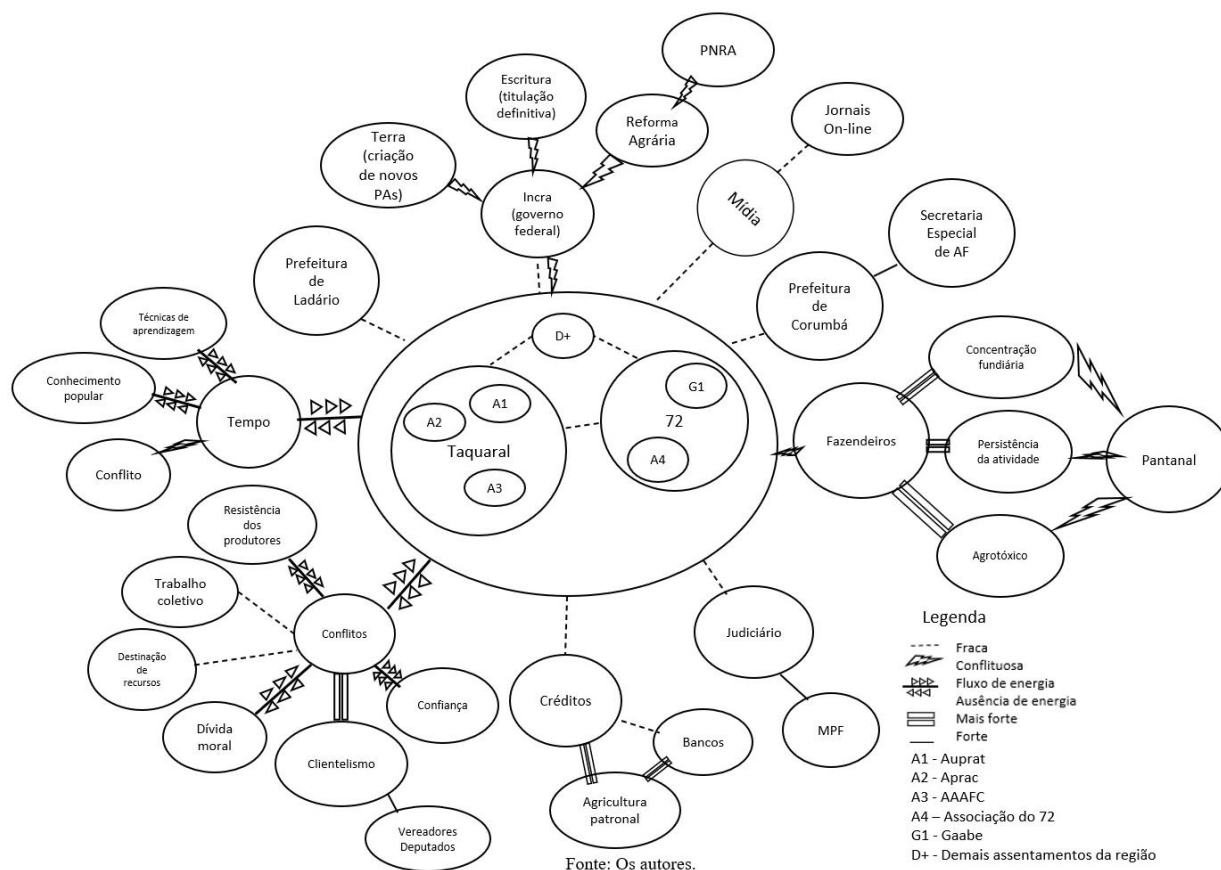
A experiência do Gaabe e o interesse dos produtores bolivianos em mudar seu sistema produtivo mostram ser preciso combinar a atenção e a formação de grupos de trabalho com o acesso a mercados. Sem esse acesso, a produção mesmo que sustentável (caso do mel do Taquaral), terá muitas dificuldades de se expandir.

6.2.3 Problema público 3: efetivação da Reforma Agrária

Este terceiro problema público também engloba as três arenas identificadas neste trabalho (Arena Pública da Agricultura Familiar; Arena Pública da Agricultura Sustentável e Arena Pública da Reforma Agrária), e, de certa maneira, contém todas as demandas anteriores, uma vez que a própria legitimação do Plano Nacional da Reforma Agrária “deveria” contemplar o cumprimento dos problemas anteriores (acesso à água, à mercados e apoio técnico).

A Figura 62 apresenta a composição dos diferentes atores dessas arenas. A efetivação da reforma agrária é tão complexa e morosa que podemos subdividir o problema em seis macroações (sucateamento do Incra Unidade Avançada Corumbá; concentração fundiária e de renda; persistência de atividade; falta de estímulos fiscais e creditícios; desarticulação e conflitos; e o fator tempo), pois, no fim das contas, é o não cumprimento delas que acarreta na constituição do problema.

Figura 62 – Arena Pública em torno do problema público da Reforma Agrária



Fica claro que, neste estrato de tempo acompanhado pela tese, a pauta está silenciada. A comunicação entre os diferentes atores varia de fraca a conflituosa. Nem mesmo os

assentamentos que não possuem a titulação (6 no total, incluindo o Taquaral e o 72) estão dialogando fortemente entre si.

Para efetivar a reforma agrária os principais parceiros do Incra (governo federal) são, principalmente, os poderes municipais (Prefeituras de Corumbá e Ladário, e suas secretarias) e estaduais. A mídia também compõe a arena, pois demonstram as adversidades das famílias assentadas de variadas formas. Todavia, o ritmo dessa situação problemática é ditado por ações macro, em nível federal, que reverberam na esfera micro, o que permite afirmarmos que as ações do Incra a nível local são praticamente inexistentes, decorrente dos seis obstáculos elencados a seguir.

Um inicial refere-se ao **sucateamento do Incra Unidade Avançada Corumbá**. Durante nossa visita, foi possível observar o quão deteriorado estão o prédio e a frota da unidade (Figura 63). Todos os veículos estão estragados, ou inservíveis, o que prejudica a ida até os assentamentos, as fiscalizações, além de outras atividades inerentes. Quando necessário, é a prefeitura que acaba emprestando o veículo para alguma operação. O prédio apresenta diversas infiltrações; o teto do *hall* de entrada aparenta que pode ruir a qualquer momento. Para gerenciar dez assentamentos, onde estão instaladas cerca de 1.500 famílias, um único funcionário foi encontrado.

Figura 63 – Sucateamento do Incra – Unidade Avançada Corumbá



Fonte: Os autores, Corumbá, abril de 2020.

Isso expõe um desmonte a que foi submetido o projeto. Importante frisar que isso não começou com a atual gestão federal. Pelas condições em que se encontra a unidade, o

sucateamento vem de longa data e, atualmente, intensificado com cortes no orçamento que praticamente zerou as verbas destinadas ao Incra¹³⁶.

A mídia e o poder judiciário também compõem a arena, através da denúncia e da investigação de inúmeras fraudes e da corrupção dentro do Incra em todo estado (MIDIAMAX, 2010; MPF, 2018; 2020). O desmonte é completado com a recente revogação do PNRA pelo governo federal; o descaso com a entrega da titulação definitiva; a falta de perfuração de novos poços e a não criação de novos PAs, uma vez que, ao viajar pelas estradas do Mato Grosso do Sul, é possível observar vários acampamentos na faixa de acostamento das estradas.

Essa crise institucional, somada à ecologia política do Mato Grosso do Sul e às cenas públicas dos assentamentos Taquaral e 72, aponta para a questão da **concentração fundiária e de renda, como o segundo obstáculo**.

Mato Grosso do Sul possui 206 assentamentos rurais, com 32.280 famílias distribuídas numa área de 718.147 ha. Apesar dos números, vimos anteriormente que a concentração fundiária permanece nas mãos de poucos grandes fazendeiros, reafirmando a manutenção de poder e a grilagem que marcam a história da região. Desde 2010, a ausência de um verdadeiro debate sobre a questão da desconcentração e de redistribuição fundiária dialoga com o interesse do estado em manter projetos desenvolvimentistas fundamentados nas monoculturas (**persistência de atividade, terceiro obstáculo**). Ao que tudo indica, esse modelo dominante de produção e comercialização será intensificado, pois, a partir de 2022, está previsto o lançamento da Rota Bioceânica, que vai agilizar o escoamento produtivo. Sem esquecer que estas práticas agrícolas crescem e devem seus expressivos resultados ao uso de agrotóxicos, oferecendo riscos ao Pantanal e à população que ingere esses produtos.

Essa persistência define o quadro de políticas governamentais reservado ao grupo dominante, ficando os assentados e demais pequenos produtores (não assentados), ou agricultores familiares, sem espaço na agenda e com **falta de estímulos fiscais e creditícios, quarto obstáculo**.

Vimos que, presentemente, o apoio de crédito e assistência técnica dos três entes da Federação aos assentamentos são tardios, ou quase inexistentes. Como colocado por Cazella *et al.* (2016), é certo que a ampliação de oferta de créditos produtivos e assistencialistas cresceu, mas observamos que, nesta região, os desmantelamentos recentes dificultam a vida no campo e tem contribuído para que várias famílias abandonassem o lote. Isto sem

¹³⁶ Cf. Com orçamento apertado, Incra mapeia parlamentares atrás de verba de emendas. Disponível em: <https://bit.ly/3wiloVd> acesso em 30 de maio de 2021.

mentonar o acesso ao crédito, que é limitado a linhas específicas para as famílias da reforma agrária, ainda menor quando comparado aos créditos destinados à agricultura patronal.

Não menos desafiante é o **quinto obstáculo aqui sinalizado, o da desarticulação e conflitos entre os atores da arena pública.**

Foram vários os motivos observados que levam a este obstáculo, como a falta de experiência em trabalhos coletivos, a resistência dos produtores, a descontinuidade de vários projetos, a falta de convicção no serviço público, a baixa ou nenhuma confiança, os conflitos internos, dentre outros. A análise das cenas públicas do Taquaral e do 72 deixou claro quais os projetos e as ações já executados pela rede de atores (CPT, Cisv, UCDB, UFGD, Vale, outros) e os mediadores que atualmente estão envolvido na causa (UFMS, Embrapa, Agraer, Vale, Políticas institucionais). **No geral, o relacionamento entre esses atores é marcado em algumas situações por confiança, mas muitas vezes por desentendimento e dívida moral.**

A confiança parece estar relacionada a densidade dos projetos. Quanto maior ela é, maior será o resultado conquistado (caso da transição agroecológica no Gaabe); caso contrário, o projeto não deslança (caso das cisternas). **Já o desentendimento é tão intenso** que, em alguns casos, os agricultores não aceitam a participação/interferência de uma dada iniciativa de suporte (caso dos apicultores com a Embrapa); ou o mediador, devido a algum acontecimento do passado, não realiza mais nenhuma ação com um dado grupo de agricultores (observado em alguns *experts*). Todos relataram que a falta de destinação de recursos financeiros para os agricultores causa a não adesão da proposta, mesmo quando o resultado do trabalho gera consequências futuras, caso da transição agroecológica, que demanda tempo.

Dessa forma, **a ação dos mediadores tanto pode limitar as práticas dos produtores**, pelo fato de alguns deles quererem impor o seu interesse sobre os agricultores, **como pode potencializá-la**, ocasião em que os mediadores têm a sensibilidade de considerar o conhecimento popular e o fator tempo no projeto. Isso, por exemplo, ocorreu bem na fase inicial da apicultura no Taquaral, quando pesquisadores vieram de Campo Grande (UFMS) e tentaram invalidar a apicultura e, no lugar, impor aos agricultores a criação de galinha caipira, o que foi rejeitado pelos apicultores.

Há também agricultores, tanto do Taquaral quanto do 72, que participam de uma dada ação apenas por dívida moral, ou seja, por ter recebido algum favor, ou uma simples atenção. Esses casos são delicados, pois podem sustentar a opressão de algum mediador, representar alguma comodidade ou até mesmo futuros conflitos e frustrações.

Trata-se de situações de muita insegurança, o que explica receios e instabilidade, pela ambiguidade de poderem render bons resultados como de cercear futuros relacionamentos.

Outro obstáculo é o clientelismo que, enquanto fenômeno político, muda de faceta no decurso da história e pode ter seu poder aumentado e/ou diminuído de acordo com os atores políticos envolvidos das demandas específicas de uma dada conjuntura. O acesso à água e a oferta de cestas básicas, propostas por candidatos a vereador e a deputados estaduais, são bons exemplos disso. O clientelismo muda e se altera ao longo do tempo; ora, a única coisa que não muda são as consequências desse sistema, que é a intensificação da vulnerabilidade social. **A corrupção e o clientelismo estão profundamente enraizados no funcionamento da gestão pública municipal de Corumbá e Ladário**, percebida nos últimos anos com a cassação de prefeitos, prisões em massa de secretários, escândalos, desvios de dinheiro, sucateamento da máquina pública e outras formas de corrupção.

O fator tempo desponta como um sexto obstáculo. Muitos projetos não consideram a demora na sensibilização, aprendizado e as particularidades culturais da região. Nisso, os projetos praticamente são impostos forçadamente, a contragosto, consequentemente não atingindo os objetivos pretendidos. É o caso da apressada implantação de cisternas pela prefeitura de Corumbá no Taquaral.

A temporalidade também influencia as ações coletivas dos produtores. Ela ocorre e se revela de variadas formas. Ela pode estar adormecida, devido à desconexão dos atores e à ausência dos mediadores. Também pode se reativar, em decorrência de momentos críticos, daqueles que demandam mobilização. Ela definitivamente não está sujeita ao tempo cronológico. “Ela se faz navegando visualmente na grande confusão, esforçando-se para ligar as contingências que lhe acontecem e às quais é submetida, tentando retrair e relançar linhas de ação, enfrentando situações que lhe fogem do domínio” (CEFAI, 2009, p.34).

O tempo é uma grandeza material e imaterial na qual as ações coletivas estão inscritas. Disso se apreende parte do moroso processo da titulação definitiva. Já são mais de 30 anos de espera pelas famílias do Taquaral, e mais de 20 pelas famílias do 72. Não identificamos nenhuma probabilidade de isso acontecer nos próximos meses. Somente a promessa, renovada sob a frase “*daqui a dois anos sai o título*” -, falada exaustivamente por produtores, servidores das prefeituras de Corumbá e Ladário e pelo Incra.

Esses diferentes obstáculos perturbam o desenvolvimento rural nesta zona fronteiriça, incidindo diretamente na ação coletiva em torno do Taquaral e do 72. Ao investigar os elementos que constituem as cenas públicas destes assentamentos, identificamos como a micropolítica é constituída e operacionalizada em diferentes arenas públicas. Eles não

são apenas características, conquistas e entraves, são matéria de experiências que podem (ou não) indicar horizontes para a vida coletiva.

As arenas públicas aqui mapeadas e analisadas demonstram uma “ecologia política” (CEFAI, 2007) complexa que se move em torno e para além dos assentamentos, composta por uma miríade de atores e intervenções nem sempre conectadas e em sintonia, como comumente se prevê na literatura tradicional de administração pública. Portanto, esse trabalho se soma aos demais realizados no âmbito do Nisp os quais evidenciam a importância da etnografia de arenas públicas (MAGALHÃES, ANDION e ALPERSTEDT, 2020) para compreender a **complexidade e os dilemas da “ação pública”** em respostas aos problemas socioambientais cada vez mais complexos. Nesse sentido, esse trabalho permite evidenciar importantes **aspectos da ação pública para promoção do desenvolvimento rural a partir dos casos aqui analisados:**

✓ **Essa ação pública é multicêntrica, multiatores e multifacetada, direcionada por diferentes visões de mundo e colocada em prática por diversas ações coletivas** (mais ou menos coordenadas), promovidas por vários setores, que se encontram e também se confrontam nas arenas públicas identificadas;

✓ **A ação pública** emerge da confluência dessas ações coletivas **que se formam em torno das questões e situações vivenciadas nos assentamentos**, mas vão muito além deles, gerando um ecossistema em torno do problema público, formada de *experts*, burocratas, pesquisadores, OSCs, mídia, etc.;

✓ **Mas nem sempre essa ecologia política e as interações produzidas nas arenas públicas representa resolutividade em relação aos problemas enfrentados.** Isso porque, muitas das “ações públicas” coproduzidas não chegam, não são compreendidas ou geram efeitos junto às pessoas afetadas, ou seja, às famílias assentadas, que a cada ano veem às questões se reproduzindo;

✓ **Em outras palavras, não é a simples existência do ecossistema de inovação social que interessa aqui, mas, sobretudo, às interações que são produzidos por ele e os efeitos sobre os problemas públicos.** Nos casos analisados, apesar de existir redes diversas e complexas em termos de atores humanos e não humanos em torno dos assentamentos, os efeitos gerados indicam mais reprodução das iniquidades socioambientais do que seu

enfrentamento, demonstrando a formação de verdadeiras “indústrias”: da água, da reforma agrária, do apoio técnico aos agricultores familiares -, mas que nem sempre resulta em mudanças, de forma permanente, e bem viver nesses espaços de existência, uma vez que o problema volta a fazer parte do cotidiano das famílias, como é o eterno caso da falta de água.

Essa rede de atores que compõe as três arenas se move e interage continuamente produzindo novos movimentos. Para compreender como a inovação social ocorre nesses ecossistemas, e se ocorre, é preciso investigar, acompanhar e não definir o problema *a priori*. Afinal, é necessário olhar a ação durante o seu desenrolar, ou suas consequências e seus efeitos, caso a proposta tenha sido criada no passado e pretende mudar o presente/futuro (exemplo, PAA e Pnae – a vida dos produtores hoje).

A rede é viva, plural e não termina. Ela se renova, sendo, por isso, eternamente provisória. Dentro das arenas, que não possuem delimitações instituídas, a razão pública não é só discursiva ou “legal”, mas prática, e as experimentações que são ou não são promovidas podem produzir os efeitos desejáveis. Por isso, quando argumentamos que **a inovação social é um processo de mudança social**, percebemos, na análise dessas arenas, que a busca é muito mais por “regulações da vida social”, por melhorias (no sentido atribuído por Dewey, 1929), do que por “novidades”, conforme se propaga nos estudos sobre inovação social. **Ou seja, a inovação social pode ou não emergir a partir das interações que se produzem nos ecossistemas que se performa a partir dessas arenas.** Disso resulta a inovação social rural.

A cada conquista a vida das famílias vai melhorando. A cada entrave, ruptura, ou não efetivação das políticas públicas (Pnae e PNRA, principalmente) não só as famílias do Taquaral e do 72 deixaram de conquistar horizontes possíveis e bem viveres coletivos, como toda a sociedade de Corumbá e Ladário, de forma mais imediata, podendo aqui ser resgatado os estudantes que não estão recebendo alimentação nutricional de qualidade, ou às queimadas no Pantanal.

Como bem qualificou Olivier de Sardan (1995), os conflitos referem-se a diferenças de posições sociais e são culturalmente estruturados. Identificá-los é uma maneira de ir além da fachada consensual, da imagem que o discurso quer vender, e encenar em direção ao exterior que os atores de uma sociedade local costumam propor ao locutor ou ao pesquisador. Por isso, realizar etnografia em arenas públicas permitiu dar um *zoom* na rede, visualizar a experiência pública e compreender o fenômeno da inovação social rural em sua complexidade.

6.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS: INOVAÇÃO SOCIAL RURAL. O QUE APRENDEMOS COM AS EXPERIÊNCIAS DE TAQUARAL E 72?

Para encerrar esse vasto capítulo nos propomos, a partir da análise das trajetórias, experiências e arenas públicas dos assentamentos Taquaral e 72 trazer alguns elementos de resposta para pergunta norteadora dessa tese: *Como ocorrem (ou não) as inovações sociais, a partir das experiências dos atores nos assentamentos rurais, e quais as consequências dessas inovações sociais para o desenvolvimento rural.*

Ao longo da trajetória do Taquaral e do 72 (ainda denominados pela política como projetos) podemos claramente perceber que a ordem social não é definida *a priori*, nem pelas leis, nem pela Política da Reforma Agrária, nem apenas pelas intenções (racionalidades e/ou justificações) expressas pelos diferentes indivíduos e grupos que dela fazem parte. O social é aqui é construído no sentido de Latour (2012), ou seja, o assentamento se coloca como uma **ordem social conquistada, a partir de muito esforço e luta, muita resistência e resiliência e, sobretudo, capacidade e oportunidade para “experimentar”.**

Portanto, **a inovação social rural se expressa, nos dois casos, como um processo longo de “experimentação”** do que comumente chamamos “assentamento”, mas, a partir da provocação de Dewey (1929), poderíamos definir pelo verbo “assentar-se” (no sentido de fixar-se em determinado lugar). Inovação social é o que esses indivíduos diversos e plurais, na sua experiência com a natureza (nas sucessivas provas enfrentadas), coproduzem para sobreviver, existir e resistir nesses espaços, fazendo com que eles também existam, sejam possíveis.

A trajetória e a experiência desses assentamentos nos dizem muito não apenas sobre a jornada dos sujeitos aqui pesquisados, mas ela **ilumina os desafios gigantescos da luta por direitos no Brasil.** Nesse sentido, discutir inovação social nos assentamentos nessa tese, nos faz penetrar não apenas nos meandros e dificuldades para promover inclusão social e produtiva desses agricultores/produtores/trabalhadores, mas também, nos faz evidenciar a importância dessas experiências para o real exercício da democracia, num país onde esse termo remete muito mais a um ideal do que a uma prática.

As experiências do 72 e do Taquaral que aqui são recuperadas, pelos traços deixados por esses diversos atores-rede que a performam, nos mostram o longo, árduo e contínuo percurso da luta por direitos no meio rural do país. **Os assentamentos aqui estão longe de ser “dispositivos públicos” pensados e implementados lá em Brasília para promover a Reforma Agrária. Eles são produtos do “assentar-se”, coproduzidos entre trancos e**

barrancos por processos de luta, de conflitos, de resistência, de adaptação, de silenciamento, de desistência, de desvios, de manobras, minunciosamente evidenciados na narrativa apresentada.

Ao colocar luz nesses processos, esperamos primeiramente contribuir com esses homens, mulheres, velhos, jovens e crianças que têm se entregado nesses mais de 40 anos de história a fazer essas experiências possíveis, “apesar de tudo e de tanto” em contrário. Mas também esperamos que esse estudo ajude a superar a ideia dominante, e ao nosso ver limitada, de muitas análises que se contentam em avaliar “o sucesso” ou “insucesso” dos assentamentos, apenas pela inclusão econômica e produtiva dos assentados no circuito econômico, para dimensionar seus efeitos nos processos de desenvolvimento rural. Tais estudos privilegiam leituras macroeconômicas e institucionais que tornam essas pessoas e experiências “invisíveis”. Os resultados aqui apresentados vão muito além disso, e sinalizam mudanças socioambientais produzidas ao longo desse tempo na vida dos que vivem nos assentamentos e nas dinâmicas do território.

Mas também não se trata de uma “mistificação” dessas experiências, colocando-as como responsáveis por responder aos enormes e trágicos custos socioambientais promovidos historicamente pelo agronegócio em MS. Não podemos esperar delas o milagre de resolver “magicamente” o nosso enorme fosso de desigualdade e exclusão, numa região permeada por uma cultura política patrimonialista, mandonista e antidemocrática, na qual imperam práticas de degradação ambiental que estampam todos os dias os jornais e são encarnadas em várias situações exploradas nessa tese.

Nesse sentido, este estudo mostra, por outro lado, uma decadência, um desânimo, um envelhecimento nos assentamentos, que nos faz perguntar até quando esses espaços vão permanecer como alternativas de desenvolvimento rural no MS? Como nos alerta Dewey (1929) toda experiência nos revela sempre estabilidade e precariedade, cabe a nós, portanto, construir os futuros que desejamos fazer acontecer!

Então, o que pretendemos nesse capítulo não foi oferecer respostas simples e determinadas. Trata-se apenas de respeitar, ser fiel a essa realidade vivida e não deixar que ela se torne “invisível”, que seja “abandonada” ou “esquecida”. Pois ela é rica e nós (pesquisadores, gestores públicos, técnicos, fazendeiros, assentados, etc.) podemos e devemos aprender muito com ela para construir aquilo que aspiramos.

Enfim, os resultados aqui evidenciados permitem afirmar com grande convicção o título dessa tese: no rural tem inovação social! E essa inovação social produz efeitos não apenas para os que ali vivem, mas para todos nós.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A significação intelectual das ideias está inteiramente contida nas conclusões que podem delas ser tiradas e em última instância nos efeitos que elas têm sobre nossa conduta” (Charles Sanders Peirce, 1876).

São diversas, no Brasil rural, as lógicas, visões e práticas que coexistem sobre o desenvolvimento rural e que vão alterar substancialmente a vida, a estrutura, a produção e as sociabilidades em seu interior. Desde a inserção das primeiras máquinas à influência do capitalismo, a reconfiguração da agricultura frente ao processo de modernização agrícola foi transformando a vida dos espaços rurais brasileiros, dos pequenos produtores rurais e da natureza, sendo traduzida em diversas formas de agricultura, e não só na visão dominante de agronegócio. Entretanto, nas últimas décadas, o agronegócio em Mato Grosso do Sul, bem como em todo Brasil, cresceu e assumiu uma centralidade, sendo naturalizado com a única alternativa de desenvolvimento rural por muitos brasileiros e colocando-se, inclusive, como carro chefe do desenvolvimento do país. No início, amparava-se nos ideais da Revolução Verde e, mais recentemente, se ilustra no mitificado programa *Agro é pop, Agro e tech, Agro é tudo!* O resultado dessa investida tem gerado como consequência uma dívida socioambiental acumulada em MS e especificamente na região aqui estudada, como a concentração de terras, a pobreza rural, a ampliação das iniquidades sociais, a falta de água, a exploração de reservas ambientais e de terras indígenas, afora o descaso do governo federal atual com a agricultura familiar e a Reforma Agrária.

Diante dessa realidade, esta tese buscou compreender como ocorre a inovação social a partir das experiências dos atores em dois assentamentos rurais localizados na fronteira Brasil-Bolívia e quais as suas consequências para o desenvolvimento rural. Para tanto, interpretamos o rural a partir das *novas ruralidades*, onde o rural é estudado como um fenômeno multidimensional (econômico, social, cultural, político e ambiental) e não essencialmente agrário, que deriva das práticas cotidianas dos atores no âmbito local. A própria agricultura familiar é aqui desmistificada. São várias agriculturas que também inclui a lógica de mercado, mas não se resume a ela, assim como, há vários sujeitos plurais que compõem as cenas desses assentamentos. Portanto, faz-se necessário transpor os estereótipos e o caminho fácil das “categorias sociais” pré-estabelecidas, para analisar as experiências reais dos atores frente as diferentes situações problemáticas que precisam enfrentar diariamente; e verificar em que medidas essas respostas podem ser consideradas inovações sociais.

Sendo assim, após promover o diálogo e evidenciar as interfaces entre o debate sobre desenvolvimento rural e inovação social, empreendemos, no Capítulo 2, uma incursão, por meio de revisão sistemática, nos estudos recentes sobre inovação social rural tanto em âmbito internacional (NEUMEIER, 2012; BOCK, 2012), quanto no âmbito nacional (ROVER, 2011; MUÑOZ e MUÑOZ, 2017). Isso permitiu constatar que a maioria dos trabalhos encontrados se referem a estudos teóricos, sem aplicação de enfoque analítico particular e com poucos trabalhos empíricos. Tal revisão permitiu também demonstrar a relevância dos estudos conduzidos no âmbito do Nisp nos últimos dez anos (ANDION *et al.*, 2017; MORAES e ANDION, 2018; GONSALVES e ANDION, 2019; ANDION, ALPERSTEDT e GRAEFF, 2020; MAGALHÃES, ANDION e ALPERSTEDT, 2010; ANDION *et al.*, 2021), que buscam transcender a oposição clássica entre as perspectivas neo-schumpteriana e institucional das inovações sociais, construindo novas vias epistemológicas, teóricas e metodológicas para os estudos das inovações sociais e seus efeitos na ação pública, a partir do pragmatismo.

Partindo desse esforço, e visando contribuir com ele, buscou-se com essa tese avançar nessa agenda de pesquisa, focalizando na compreensão das dinâmicas da inovação social no meio rural. Para tanto, foi construído um enfoque analítico particular, apresentado no Capítulo 3, que parte da interface entre a socioantropologia do desenvolvimento (OLIVIER de SARDAN, 1995) e a sociologia dos problemas públicos (CEFAÏ e TERZI, 2012), fazendo-os dialogar com os estudos sobre os assentamentos rurais de reforma agrária (MEDEIROS e LEITE, 2009).

Tais estudos, no Brasil, conforme discutido no início do Capítulo 3, em sua grande parte, analisam os assentamentos a partir da política da Reforma Agrária, privilegiando uma perspectiva institucional e macroestrutural de análise, que busca demonstrar se os assentamentos respondem ou não aos objetivos previamente definidos na política (ABRAMOVAY, 2005; SABOURIN, 2008). Nessa ótica, em que os fins em vista são definidos “*a priori*” como fins em si mesmos e que definem o sentido de “valor”, como discute Dewey (1939), acaba por obscurecer as experiências e as adaptações contínuas empreendidas pelos atores nesses assentamentos. O que resulta, em muitos desses estudos, é que os assentamentos demonstram o “fracasso” da política da Reforma Agrária no Brasil e, dessa forma, são em grande parte experiências mal sucedidas, com algumas exceções consideradas “casos de sucesso”. Mas, na contrapartida, questionamos: fracasso aos olhos de quem? Esta tese vem demonstrar que os assentamentos tem sim inúmeros desafios e limitações, mas, são um *locus* privilegiado de inovações sociais e de sucesso nos seus resultados.

Nessa tese, buscamos nos afastar dessa perspectiva macroestrutural de análise, inspirando-se nas pistas dos pragmatistas, em especial as de John Dewey, referente à experiência, à noção de público, problema público e à investigação pública; e às de Daniel Cefaï relativas às cenas e arenas públicas. Essa proposta interdisciplinar fornece uma abordagem processual do conhecimento que permitiu favorecer a *experiência* e possibilidades de repensar o mundo através das práticas dos atores. Esse posicionamento foi ainda associado à Socioantropologia do Desenvolvimento, afinal, buscou-se sair das abordagens normativas de desenvolvimento e da armadilha de associá-lo exclusivamente ao crescimento econômico. Enfim, uma visão de desenvolvimento idealizada diante de uma realidade social e como uma opção política, que escape a tão deturpada ideia de modernização que, como mostram os dados socioeconômicos do Mato Grosso do Sul, só enriquece o “agro pop” (concentração econômica).

A inovação social é uma discussão muito antiga, mas, atualmente, vem sendo intensamente associada ao meio rural como elemento catalisador para lidar com os desafios significativos que as sociedades estão enfrentando agora e terão que enfrentar no futuro. A abordagem de inovação social rural que propomos nesta tese está próximo ao que Olivier de Sardan (1995) chamou de *antropologia da inovação*, pois o termo “inovação” é objeto legítimo para as ciências sociais e compõe um campo de pesquisa fértil para tratar um novo conhecimento, como o que propomos, especialmente no meio rural.

Por meio do estudo de caso etnográfico junto aos assentamentos Taquaral e 72, realizado através de um longo trabalho de campo que durou 6 meses (de 5 de agosto de 2019 a 25 de fevereiro de 2020), e incluiu a triangulação de múltiplas técnicas de coleta e análise de dados, conforme detalhado no Capítulo 4, foi possível responder as perguntas e atender aos objetivos colocados por essa tese. Os resultados e a sua discussão, apresentados nos Capítulos 5 e 6, permitiram: (1) contextualizar as dinâmicas de desenvolvimento rural em MS, focalizando na sua trajetória e na sua ecologia política, evidenciando a centralidade do “Agro Pop” e suas consequências, o que permitiu compreender o lugar dos assentamentos nessa ecologia política do desenvolvimento rural do estado; (2) reconstituir a trajetória e as experiências de enfrentamento de “situações de prova” pelos atores do Taquaral e do 72, evidenciando a balística das inovações sociais nesses espaços; (3) mapear as arenas públicas, os atores e suas interações, mais ou menos coordenadas ou conflituais em torno dos problemas públicos comuns dos assentamentos e do desenvolvimento rural nesses espaços.

Tudo isso permitiu fazer, ao longo da tese, uma série de constatações a respeito da primeira parte do questionamento que *é como a inovação social ocorre ou porque ela não ocorre nessas experiências*, conforme recuperamos a seguir:

✓ A inovação social vai além de qualquer transposição de novas técnicas produtivas. *Envolve um processo social de mudança nas interações e práticas que exige mobilização dos atores, engajamento e continuidade no tempo;*

✓ A difusão dessa inovação social depende também dos *portadores sociais*, que ocupam um lugar em uma estrutura social local. Por isso, alguns projetos desenvolvimentistas acabam durando apenas certo período de tempo, enquanto os *experts* (que muitas vezes são os principais portadores) estão no local. Isso indica a importância de considerar *o ritmo* e os *processos de mudança sociais incorporados e promovidos pelas próprias populações rurais, enxergando-as como os principais portadores das inovações sociais* a partir de sua experiência e sua relação com a natureza;

✓ A inovação social *parece emergir a partir da convergência de ações coletivas variadas e plurais*, pelas quais, os atores tentarão problematizar e publicizar suas situações problemáticas vividas e tentar construir respostas aos problemas públicos encarados como comuns;

✓ *Essas ações coletivas podem ser mais ou menos coordenadas ou conflitar entre si*, pois estão imersas e são influenciadas pela ecologia política das arenas públicas e dos territórios em que fazem parte. Diante disso, *não é apenas a existência de um ecossistema de inovação social (EIS) que garante a promoção de inovações sociais, mas, são as interações e os efeitos produzidos por esses ecossistemas no meio rural;*

✓ *Assim, nem todas essas ações coletivas emergem ou são absorvidas, gerando efeitos sobre os públicos afetados* (as famílias assentadas). Portanto, *a sua efetivação depende em grande parte dessa adesão e das suas consequências efetivas*, questão que deve ser considerada pois podem gerar *controvérsias e conflitos*, além de *abandono e desistência*;

✓ A inovação social rural parece surgir na experiência desses assentamentos por meio de *experimentos populares*, pois não depende exclusivamente do mundo da ciência. Ela não surge apenas dos efeitos da adoção e replicação das melhores técnicas, mas sim das práticas, lutas, resistências e insistências dos atores que produzem assim *consequências em longo prazo* para a paisagem humana e natural rural;

✓ Uma vez que a inovação social rural não depende exclusivamente de um único ator ou promotor para ocorrer, é importante que a pesquisa sobre ela considere *as ações locais específicas*, pois esse tipo de inovação assumirá diversas formas em lugares diferentes, devido

às múltiplas possibilidades de práticas populares, permeadas de diferenças, clivagens, contradições e socializações – que constituem o tecido social. Razão pela qual, um trabalho etnográfico e o avanço em outros tipos de estudos empíricos mostram-se oportunos para compreender o dinamismo no rural, fugindo de arquétipos e visões projetadas;

✓ Durante a pesquisa, a *análise localizada* não indica especificamente um estudo micro no sentido individual e isolado, afinal, a ação dos atores no meio rural não ocorre solitariamente e não são vazias de significados. São processos sociais de interação, permeados de experiência e interconexões que refletem efeitos e problemas locais e também globais, sendo importantes para compreender esta interação a memória e o relacionamento entre os atores (coesão social), bem como as relações entre as escalas micro e macro da realidade social (REVEL, 1998).

Tais constatações podem subsidiar uma melhor compreensão das inovações sociais no meio rural a partir dos casos aqui estudados, mas não são regra. Então, compreender as inovações sociais no meio rural, enquanto experiências e produtos dos ecossistemas que operam no território e seus efeitos, pode ser um gatilho para uma nova governança democrática no meio rural, associadas às novas ruralidades, mas que demanda dar lugar para a experiência dos atores. São os atores que ditarão o ritmo das ações e definirão quais mudanças querem. Geralmente, são àquelas que buscam reverter uma determinada situação problemática. Portanto, chegamos a segunda parte da nossa pergunta de partida: ***quais as consequências dessas inovações sociais para o desenvolvimento rural, incluso a territorialidade e a sustentabilidade?***

As cenas públicas descritas dos assentamentos rurais Taquaral e 72 mostram que, no transcurso dos últimos 30 anos, a inscrição socioterritorial e institucional dos dois assentamentos foi difícil, mas permitiu a essas famílias responder às situações problemáticas enfrentadas por meio de ações coletivas variadas, além de, em tempos alternados, conquistar a operacionalização de diversos direitos e melhorar as suas condições de vida. Essas alterações ocorrem, em sua grande maioria, através de uma rede de atores que, atualmente, interagem em ao mínimo três arenas públicas (arena pública da agricultura familiar; arena pública da agricultura sustentável; arena pública da Reforma Agrária). Observa-se então, que mesmo em se tratando de dois “projetos de assentamento”, estatais, seu domínio já não pertence ao governo federal (Estado), por se haver tornado uma área de interesse essencialmente coletivo.

As cenas públicas dos dois assentamentos revelam que a ordem dos acontecimentos não é pré-definida. A negociação entre as famílias e órgãos públicos nem sempre funcionam, portanto, *a ordem social é uma ordem conquistada*. Isso permite concluir que o assentamento

rural se apresenta como *um território de resistência*. Sua existência se deve em grande parte a sagacidade das famílias que ali vivem e da sua interação com o ecossistema em seu entorno. Os programas de desenvolvimento rural e políticas públicas deveriam contribuir, mas, desmantelados como se apresentam, mostram que o próprio Estado aparece, em muitas situações, como o principal violador dos direitos. Por isso, a inovação social nos casos estudados se manifesta nos atos de “lutar” e “resistir” para “existir”.

O fato de o assentamento ser criado não significa que os problemas foram resolvidos. Pelo contrário, alguns até foram intensificados, como é a questão do acesso a água. Existem ainda variados processos morosos, indicando que alguns problemas públicos parecem não interessar ao governo e à sociedade, ou ainda serem apropriados por alguns grupos, que Gusfield (1981) denomina “proprietários dos problemas públicos”. Aí surgem os conflitos e as manobras, mecanismos que silenciam alguma pauta, geralmente urgente, como é o caso do acesso ao crédito, da efetivação das políticas públicas (Pnae e PAA, principalmente), da comercialização de produtos *in natura* (como leite e derivados), da grilagem, do mandonismo e do abandono/transferência do lote.

Todas essas constatações permitem concluir que as experiências nos assentamentos constituem espaços de exercício e de construção da tão sonhada democracia no meio rural ao longo do tempo, possibilitando o exercício da cidadania, por meio da luta por direitos, o que contribui para a recomposição do rural e a emergência de novas ruralidades (como vimos no caso de filhos de agricultores que hoje são professores, que praticam agroecologia, entre outros exemplos). Essas são as variadas consequências das inovações sociais empreendidas nos dois assentamentos. Elas proporcionam não só o desenvolvimento rural (entendido sob o viés das novas ruralidades), mas implicam mudanças reais na vida das famílias assentadas, do entorno, do Pantanal e dos municípios onde se inscrevem o Taquaral e o 72.

Mas, nem tudo são flores nesse processo. Ele é também permeado por problemas recursivos que geram desistência, abandono dos lotes, decadência, desmotivação e não renovação, como evidenciado. Tudo isso, relaciona-se também a uma cultura política marcada por profundas desigualdades sociais que se materializam em preconceitos, silêncios, falta de oportunidades e uma série de obstáculos para que inovações sociais emerjam e produzam efeitos reais. Por isso, a ausência de inovação social e os obstáculos a sua criação também impacta a todos, sendo exemplificado, entre outros, por uma Reforma Agrária que nunca se concretiza de fato, pela capenga operacionalização do Pnae e contínua destruição do Pantanal.

Com relação às consequências para a sustentabilidade, esta é ainda mais adversa, pois precisa superar a concentração de terra e a monocultura de *commodities*, foco essencial do

Mato Grosso do Sul. Ao identificar a trajetória do estado, a partir das dinâmicas territoriais, percebemos que não há políticas de desenvolvimento e sim de crescimento econômico, sendo isto resultado da ecologia política do estado, traduzido em um conjunto de regras e acordos diretamente vinculado às *commodities*. Em consequência, a crise ambiental que o Pantanal vem sofrendo, em decorrência das queimadas, dos agrotóxicos e do assoreamento de rios e baías, retrata os interesses inerentes de um grupo dominante e apontam a urgência de criar espaços e oportunidades para que projetos alternativos de desenvolvimento rural tenham lugar nessa região, tão importante para o Brasil e para o mundo.

Nisso, a agroecologia surge como um movimento contra-hegemônico possivelmente capaz de reverter os processos em curso, ao possibilitar uma gestão integrada com a natureza e participativa (que valoriza as comunidades tradicionais e o meio rural). Essa é uma das várias possibilidades de se pensar a sustentabilidade no meio rural. Então, seria interessante que a tentativa em torno do Gaabe (horticultura) e dos apicultores do Taquaral, ganhasse mais espaço na agenda pública.

O panorama apresentado coloca em pauta mais um questionamento: a criação de assentamentos rurais através da política da Reforma Agrária.

Dos acampamentos à posse da terra, a luta pela Reforma Agrária precisa ser reivindicada diariamente, já que o “projeto” não se concretiza, a titulação definitiva demora a sair e, problemas que poderiam ser respondidos nesses mais de 30 anos, persistem. A sustentabilidade dos assentamentos rurais demanda, além da mobilização e ação das famílias e dos atores em seu entorno, a existência de políticas públicas que incentivem a vida e o desenvolvimento rural nesses espaços. A “indústria de assentamentos” criou a figura do “assentado” e proporcionou a ele o acesso a uma terra sem água, limitadíssimo acesso à crédito e um atravancado sistema de compras públicas. Logicamente, o resultado dessa conquista gerou bons frutos que devem ser valorizados: a implantação de lavouras ou atividades pecuárias (fortalecimento da agricultura familiar), os relacionamentos sociais, outras atividades significativas para o campo e a própria sobrevivência das famílias!

Finalmente, o caminho pragmatista adotado e operacionalizado a partir da etnografia, permite colocar que o resultado da pesquisa é também uma contribuição para as famílias do Taquaral e 72, através da sistematização de sua luta e história. Durante o trabalho de campo, questionamos os limites do projeto; identificamos, através de conversas comuns e mobilizações coletivas atuais e pretéritas, a participação ou a recusa em participar e a “configuração dos problemas públicos”. A investigação realizada é colocada a serviço de uma democracia participativa, pois, apoiada por variadas fontes, demonstram a experiência cívica

e a importância socioeconômica-cultural dos dois assentamentos. Mas, como colocado por Sardan (1995, p.192), “será que assim o pesquisador finalmente se coloca a serviço das pessoas?”

Tendo isso em vista, o desafio imposto a tese foi reconectar a Administração Pública às práticas dos atores que constantemente redefinem inovações no território, escapando dos vieses pessoais e subjetivos que justamente minimiza, controla ou utiliza o objeto de pesquisa para proveito próprio, e de qualquer modelo ou forma perfeita que acaba por ignorar a realidade. Seguir os atores é o exercício necessário para identificar e compreender as interações e o mundo sendo feito.

Para encerrar, retomamos a citação de Pierce, no início dessa conclusão, e apresentamos uma arte (Figura 64), que representa os percursos e as cenas da vida, afinal, “que a arte une o homem a natureza é um fato conhecido, mas ela também conscientiza os homens de sua união uns com os outros na origem e no destino” (DEWEY, 2010, p.467). Ela insinua possibilidades de relações humanas, não encontradas nas regras e preceitos e nem na Administração. Incita a resistência e, através da pesquisa, acaba refletindo e tendo efeitos na nossa própria conduta. Diante de tudo aqui exposto, quais serão as próximas cenas do 72 e do Taquaral? Como essas experimentações produzirão efeitos na ação pública diante dos obstáculos levantados e daqui para frente? Qual a sustentabilidade desses assentamentos? Qual será o futuro da Reforma Agrária no Brasil? Essas são algumas das questões suscitadas por essa tese que esperamos que sejam respondidas por outros estudos que, a partir dessa tese, se interessem em dar continuidade na investigação sobre essas experiências de vida no meio rural.

Figura 64 – A próxima cena



*Último dia de trabalho de campo. Corumbá, abril/2020.

*Imagem editada para preservar a identidade do sítio.

Fonte: Os autores.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do desenvolvimento agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

_____. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. São Paulo, v.28, n.1,2,3,29, p.1-21, 1998.

_____. Ruralidade e desenvolvimento territorial. In: **Jornal Gazeta Mercantil**, 15 de abril de 2001. Disponível em: <https://bit.ly/34pi7pE> Acesso em 14 dez. 2018.

_____. **O Futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

_____. Um novo contrato para a política de assentamentos. In: OLIVA, P. M. (Org). **Economia Brasileira: perspectivas do desenvolvimento**. São Paulo: Editora CAVC, 2005. p. 355-375.

_____. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: MANZANAL, M.; NEIMAN, G.; LATTUADA, M. (Org.). **Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios**. Buenos Aires: Ediciones Ciccus, 2006. p.51-70.

ABRAMOVAY, R; *et al.* **Acervo da professora Carolina Andion: Redefinindo as hipóteses de trabalho. Projeto as forças sociais dos novos territórios – o caso da mesorregião Grande Fronteira do Mercosul**. Programa Movimiento Sociales, Governanza Ambiental y Desarrollo Territorial Rural. 2005.

ABRAMOVAY, R.; MORELLO, T. F. **A democracia na raiz das novas dinâmicas rurais brasileiras**. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2SC4Rdm> Acesso em 10 fev. 2020.

ABREU, S. **O Mato Grosso do Sul no contexto das políticas regionais de desenvolvimento**. Dourados: UFMS, 2001.

ACOSTA, A. El buen vivir, más allá del desarrollo. In. RAMOS, G. C. D. (Orgs.) **Buena vida, buen vivir: imaginarios alternativos para el bien común de la humanidad**. México: UNAM, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades, 2014. p.61-96.

ALBUQUERQUE, J. L. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos “brasiguaios” entre os limites nacionais. **Horizontes Antropológicos**. v.15, n.31, p.137-166, 2009.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (orgs.). **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 1ªed. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1997. p. 33-55.

ALPERSTEDT, G.; ANDION, C. Por uma pesquisa que faça sentido. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.57, n.6, p.626-631, 2017.

ANDION, C. **Atuação das Ongs nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável no meio rural de Santa Catarina**: os casos da APACO, do Centro Vianei de Educação Popular e da Agreco. 2007. 427p. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2007.

_____. Atuação da sociedade civil no enfrentamento dos efeitos da Covid-19 no Brasil. **Revista de Administração Pública**. v.54, n.4, p.1-16, 2020.

_____. L'Observatoire d'innovation sociale de Florianópolis, Santa Catarina, Brésil. Enquêter et expérimenter au cœur de la vie civique. **Pragmata**. n.4, 2021 [no prelo]

ANDION, C.; SERVA, M. A Etnografia e os estudos organizacionais. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2010, p.147-179.

ANDION, C.; *et al.* Sociedade civil e inovação social na esfera pública: uma perspectiva pragmatista. **Revista de Administração Pública**. São Paulo, v.51, n.3, p.369-387, 2017.

ANDION, C.; ALPERSTEDT G.; GRAEFF, J. Ecossistema de inovação social, sustentabilidade e experimentação democrática: um estudo em Florianópolis. **Revista de Administração Pública**. São Paulo, v.54, n.1, p.181-200, 2020.

ANDION, C; ALPERSTEDT, G.; GRAEFF, J.; RONCONI, L. Social innovation ecosystems and sustainability in cities: a study in Florianópolis, Brazil. **Environment, Development and Sustainability**. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10668-021-01496-9>

ANDRADES, T.; GANINI, R. N. Revolução verde e a apropriação capitalista. **CES Revista**. Juiz de Fora, v.21, p.43-56, 2007.

ANSELL, C. What is a “democratic experiment”? **Contemporary Pragmatism**. Boston, v.9, n.2, p.159–180, 2012.

ARAÚJO, R. O. A.; CANDIDO, G. A. Tecnologia social e inovação social: interação indutora do desenvolvimento sustentável nos territórios rurais. **Revista Espacios**. Caracas, v.36, n.13, s.p., 2015.

ARCE, A; LONG, N. Forging a new anthropology of development: common ground and contentious issues. In: BIERSCHEK, T., *et al.* **Une anthropologie entre rigueur et engagement**: essais autour de l'oeuvre de Jean-Pierre Olivier de Sardan. Paris: Apad-Karthala, 2007, p.101-125.

AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**. Campinas, v.14, n.1, p.43-64, 2008.

_____. Conferências Nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil. In: AVRITZER, L.; SOUZA, C. (org.). **Conferências nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividades**. Brasília: Ipea, 2013. p.125-140.

_____. O Pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013–2018. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, v.37, n.2, p.273-289, 2018.

AZOULAY, G. **Les théories du développement**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2002.

BAILEY, F. Stratagems and spoil: a social anthropology of politics. 1969. In: OLIVIER DE SARDAN, J-P. **Anthropologie et développement: essai em sócio-anthropologie du changement social**. Paris: Karthala, 1995. p.178.

BARRETO, L. **A política republicana**. 1918. Disponível em: <https://bit.ly/34whJaU> Acesso em 02 ago. 2020.

BARROS, I. O agronegócio e a atuação da burguesia agrária: considerações da luta de classes no campo. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo. v.1, n.131, p.175-195, 2018.

BARROS, E. R. **Arranjos socioprodutivos da agricultura familiar e adaptação a uma dinâmica territorial de desenvolvimento: o caso dos Perímetros de Irrigação no Vale do São Francisco, Semiárido Brasileiro**. 2007. 366p. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2007.

BARTHE, Y., *et al.* Sociologia pragmática: guia do usuário. **Sociologias**. Porto Alegre, v.18, n.41, p.84-129, 2016.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BENEDETTI, A. Claves para pensar las fronteras desde una perspectiva geográfica. **Geosp – Espaço e Tempo**. São Paulo, v.22, n.2, p.309-328, 2018.

BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**. Florianópolis, v.16, n.32, p 31-50, 2001.

BENSADON, L. S. A agroecologia como problema público: um olhar a partir da trajetória da Ana. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Paraná, v.50, n.1, p.254-271, 2019.

BEPA. **Empowering people, driving change: social innovation in the European Union.** Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2011

BERGAMASCO, S. M. P. P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos Avançados.** São Paulo, v.11, n.31, p.37-49, 1997.

BIGNETTI, L. P. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos.** Porto Alegre, v.47, n.1, p.3-14, 2011.

BITTAR, M. Sonho e realidade: vinte e um anos da divisão de Mato Grosso. **Multitemas.** v.1, n.15, p.93-124, 1999.

_____. **Mato Grosso do Sul: a construção de um estado.** Campo Grande: Editora UFMS, 2009.

BOCK, B. Social innovation and sustainability: how to disentangle the buzzword and its application in the field of agriculture and rural development. **Studies in Agricultural Economics.** London, v.114, p.57-63, 2012.

_____. Rural marginalization and the role of social innovation: a turn towards nexogenous development and rural reconnection. **Sociologia Ruralis.** v.0, n.0, p.1-22, 2015.

BOHMAN, J. Democratic experimentalism: from self-legislation to self-determination. **Contemporary Pragmatism.** Boston, v.9, n.2, p.273-285, 2012.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **De la justification: les économies de la grandeur.** Paris: Gallimard, 1991.

_____. A Sociologia da capacidade crítica. **European Journal of Social Theory.** New Delhi, v.2, n.3, p.359-377, 1999.

BONNAL, P.; CAZELLA, A. A.; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento territorial: avanços e desafios para a conjunção de enfoques. **Estudos Sociedade e Agricultura.** Rio de Janeiro, v.16, n.2, p.185-227, 2008.

BORGES, M. C.; KUDLAVICZ, M. História e vida da CPT em Mato Grosso do Sul: contribuição na luta pela terra e para nela permanecer. In. ALMEIDA, R. A. (Org.) **A questão agrária em MS: uma visão multidisciplinar.** Campo Grande: Editora UFMS, 2008.

BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. **Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos.** São Paulo: Claro Enigma, 2012.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu.** São Paulo: Olho d'Água, 2013.

BRANDENBURG, A. Ecologização da agricultura familiar e ruralidade. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P (Orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

BRUE, S.; GRANT, R. R. **História do pensamento econômico**. 8ªed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

BRUNO, R. A. L.; DIAS, M. M. As políticas públicas de crédito para os assentamentos rurais no Brasil. **Relatório de consultoria**. Rio de Janeiro, 2004.

BUREAU OF EUROPEAN POLICY ADVISERS (BEPA). **Empowering people, driving change: social innovation in the European Union**. European Union: Luxemburgo, 2011.

BURSZTYN, M.; BURSZTYN, A. A. Sustentabilidade, ação pública e meio rural no Brasil: uma contribuição ao debate. **Raízes**. v.28, n.1-2, p.10-18, 2010.

BUTKEVICIENE, E. **Social innovations in rural communities**: methodological framework and empirical evidence. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2zGxX0M> Acesso em 18 nov. 2018.

CALDART, R. S. O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**. v.15, n.43, p.207-224, 2001

CALLON, M.; LATOUR, B. **La science telle qu'elle se fait**. anthologie de la sociologie des sciences de langue anglaise. Paris: La Découverte, 1990.

CAMPELLO, T. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. (Orgs.) **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013. p.15-24.

CAMPOLIN, A., *et al.* **Monitoramento socioeconômico dos assentamentos Mato Grande, Taquaral, Paiozinho e Tamarineiro II, Corumbá, MS (2005 a 2011)**. Corumbá: Embrapa, 2016.

CAPORAL, F.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2HFLvAQ> Acesso em 20 ago. 2020.

CARDOSO, E. L.; OLIVEIRA, H. Sugestões de uso e manejo dos solos do Assentamento Urucum, Corumbá-MS. **Circular Técnica** n.34, p.1-4, 2002

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica**. 4ªed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

CARDOSO, F. H. Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos. **Revista de Economia Política**. São Paulo. v.15, n.4, p.148-155, 1995.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v.6, n.2, p.53-75, 1998.

_____. “Rural” como categoria de pensamento. **Ruris**. Campinas, v.2, n.1, p.9-38, 2008.

CARNEIRO, M. S. Práticas, discursos e arenas: notas sobre a socioantropologia do desenvolvimento. **Sociologia & Antropologia**. Rio de Janeiro, v.2, n.4, p.129-158, 2012.

CARRIÈRE, J-P; CAZELLA, A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. **Eisforia**. Florianópolis, v.4, n.e, p.23-47, 2006.

CARVALHO, J. M. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados** v.40 n.2, p.1-15, 1997

CARVALHO, L. D. C.; REIS, E. S. Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido Brasileiro: fundamentos e práticas. In: **Convivência e Educação do Campo no Semiárido Brasileiro**. Juazeiro-BA: RESAB, 2013.

CASSIOLATO, E.; LASTRES, M. **Globalização e inovação localizada**: experiências de sistemas locais no Mercosul. Brasília: IBICT, 1999.

CASTRO, R. **Flor dos aguçais**. Brasília: 1986.

CAZELLA, A. A. Contribuições metodológicas da socioantropologia para o desenvolvimento territorial sustentável. **Eisforia**. Florianópolis, v.4, n.e, p.225-248, 2006.

_____. Agricultura familiar: ainda é possível se diferenciar. **Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**. Rio de Janeiro, n.43, p.1-5, 2012.

_____. **Governança fundiária**: caracterizar melhor para melhor apoiar. Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura. Rio de Janeiro, 2015. p.1-18

CAZELLA, A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa. In: CAZELLA, A; BONNAL, P. e MALUF, R.S. (Orgs.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CAZELLA, A. *et al.* Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Política & Sociedade**. v.15, n. especial, p.49-79, 2016.

CEFAÏ, D. (ed) **L'enquête de terrain**. Paris: La Découverte-Mauss, 2003.

_____. **Porquoi se mobilise-t-on?** les théories de l'action collective. Paris: Éditions La Découverte, 2007.

_____. Como nos mobilizamos? a contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas**. Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social. Rio de Janeiro, v.2, n.4, p.11-48, 2009.

_____. Un pragmatisme ethnographique: l'enquete cooperative et impliquee. CEFAÏ D. (Org.), **L'Engagement ethnographique**. Paris: Éditions de l'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 2010. p.447-472

_____. Ethnographies de la participation. **Participations**, n.4, p.7-48, 2012.

_____. ¿Qué es la etnografía? primera parte: arraigamientos, operaciones y experiencias del trabajo de campo. **Persona y Sociedad**. Santiago, v.27, n.1, p.101-119, 2013a.

_____. ¿Qué es la etnografía? segunda parte: inscripciones, extensiones y recepciones del trabajo de campo. **Persona y Sociedad**. Santiago, v.27, n.3, p.11-32, 2013b.

_____. Grande exclusão e urgência social: cuidar dos moradores de rua em Paris. **Contemporânea**. Salvador, v.3, n.2, p.265-286, 2013c.

_____. Públicos, problemas públicos e arenas públicas: o que nos ensina o pragmatismo. (Parte I) **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, v. 36, n.1, p.187-213, 2017a.

_____. Públicos, problemas públicos e arenas públicas: o que nos ensina o pragmatismo. (Parte II) **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, v.36, n.2, p.129-142, 2017b.

_____. Publicidades: um argumento pragmatista. **Estudos de Sociologia**. v.1, n.25, p.9-44, 2019.

CEFAÏ, D.; TERZI, C. **L'expérience des problèmes publics**. Paris: Perspectives Pragmatistes, 2012.

CEMADEN. Extreme Drought in the Brazilian Pantanal in 2019–2020: Characterization, Causes, and Impacts. **Frontier in Water**. 3(639204), 2021.

CHAMMA, J. **Em defesa do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1955.

_____. As favelas e a falta de braços para a agricultura. Matéria publicada no Jornal Tribuna. Corumbá/MT, 30/03/1948, In: DINIZ, W. L. **Los Hermanos Bolivianos**: representações nos jornais de Corumbá/MS (1938-1999). 2014, 527p. Tese. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (Doutorado em História Econômica), São Paulo, 2014.

_____. Reivindica o comércio de Corumbá maior cota para seus negócios com a Bolívia. Jornal Tribuna. Corumbá, MT. 01/10/1959. In: DINIZ, W. L. **Los Hermanos Bolivianos**: representações nos jornais de Corumbá/MS (1938-1999). 2014, 527p. Tese. Faculdade de

Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (Doutorado em História Econômica), São Paulo, 2014.

CHATEAURAYNAUD, F. Los tópicos ambientales: entre controversias y conflictos. Ecología política y sociología pragmática en Francia. **Revista Colombiana de Sociología**. Bogotá, v.34, n.1, p.13-40, 2011.

_____. A Captura como experiência: investigações pragmáticas e teorias do poder. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.32, n.95, p.1-20, 2017.

CLARKE, S. Crise do fordismo ou crise da social-democracia? **Lua Nova**. São Paulo, v.1, n.4, p.117-150, 1991.

CLIFFORD, J. **A Experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. 3ªed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

CLOUTIER, J. **Qu'est-ce que l'innovation sociale?** Cahier du Crises Collection Études Théoriques. Québec: Crises, 2003.

COMETTI, J-P. **Qu'est-ce que le pragmatisme?** Gallimard, Paris: 2010.

CONCEIÇÃO, C. A. **A agroecologia como estratégia de desenvolvimento territorial em áreas de fronteira: o caso dos assentamentos rurais de Corumbá e Ladário/MS**. 2016. 175p. Dissertação (Mestrado em Agroecologia) - Universidade Federal Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Laranjeiras do Sul, 2016.

CORREIA, S. E. N., *et al.* Inovação social para o desenvolvimento sustentável: um caminho possível. **Administração Pública e Gestão Social**. Viçosa, v.10, n.3, p.199-212, 2018.

COSTA, E. A. da. Mexe com o que? Vai pra onde? Constrangimentos de ser fronteiriço. In. COSTA, E.A. (Orgs.). **Fronteiras em foco**. Campo Grande: UFMS, 2011, p.131-170.

COSTA, E. A. *et al.* Principiar do desenvolvimento territorial no assentamento rural 72, em Ladário-MS, Brasil. In: SAQUET, M. A. (Org.). **Geografia da e para a cooperação ao desenvolvimento territorial: experiências brasileiras e italianas**. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2012, p.25-45.

COSTA, E. A.; FEIDEN, A. **Desdobramentos da transição agroecológica do assentamento rural 72, em Ladário/MS**. CEPAL - Big Push para a Sustentabilidade no Brasil. p.1-13, 2020.

COSTA, G. V.; OLIVERIA, M. A. Mestrado interdisciplinar em Estudos Fronteiriços (UFMS): perspectivas, discussões e pesquisas. **Revista NUPEM**. v.4, n.6, p.27-44, 2004.

CUNHA, J. A. C.; TERRA, L. A. A. Diferenciando os *clusters* dos arranjos produtivos locais. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**. Cascavel, v.8, n.15, p.9-25, 2008.

DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.

DELGADO, G.C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.15, n.43, p.157-172, 2001.

DELGADO, G. C. Questão agrária hoje. In: DELGADO, G.C.; BERGAMASCO, S.M.P (Orgs.) **Agricultura familiar brasileira**: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p.13-23.

DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P (Orgs.) **Agricultura familiar brasileira**: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

DELGROSSI, M. E. Agricultura familiar e a nova ruralidade entre 2004 a 2014. In: MALUF, R.; FLEXOR, G. **Questões agrárias, agrícolas e rurais**. Rio de Janeiro: E-papers, 2017. p.257-268.

DEMO, P. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1985.

_____. **Participação é conquista**: noções de política social e participativa. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. **Ciência rebelde**: para continuar aprendendo, cumpre-se desestruturar-se. São Paulo: Atlas, 2012.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. (Orgs.). **Handbook of qualitative research**. 2ªed. Thousand Oaks, California, 2000.

DEPONTI, C. M. **Intervenção para o desenvolvimento rural**: o caso da extensão rural pública do Rio Grande do Sul. 2010, 274f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre. 2010.

DEWEY, J. **The public and its problems**. Chicago: Swallow Press, 1927.

_____. **Experience & nature**. London: Paul Carus, 1929.

_____. **Logic**: the theory of inquiry. New York: Holt, Rinehart & Wiston, 1938a.

_____. A democracia é radical. (1938b) HICKMAN, L. A.; ALEXANDER, T. **The essential Dewey**. v.1: Pragmatism, Education, Democracy. Bloomington: Indiana University Press, 1998 (p. 337-339).

_____. Democracia criativa: a tarefa diante de nós. Publicado em **John Dewey and the promise of America**, Progressive Education Booklet. n.14, Columbus, Ohio: American Education Press, 1939. (p.12-17).

_____. Experiência e natureza. In: CIVITA, V. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1974a, p.159-210.

_____. Lógica. In: CIVITA, V. **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1974b, p.211-244.

_____. **Arte como experiência**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **Reconstrução em filosofia**. São Paulo: Ícone, 2011.

DINIZ, W. L. C. **Los Hermanos bolivianos**: representações nos jornais de Corumbá/MS (1938-1999). 2014. 527p. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2014.

DODIER, N.; BARBOT, J. A força dos dispositivos. **Sociedade & Estado**. v.32, n.2, p.487-518, 2017.

DOMANSKI, D.; HOWALDT, J.; VILLALOBOS, P. **Social innovation in Latin America: the Chilean case**. Santiago: Programa Ceplan, 2015.

DORFMAN, A. *et al.* **Dinâmicas temáticas, disciplinares, espaciais e temporais dos Estudos Fronteiriços no Brasil**: teses e dissertações (2000-2014). Anuário Unbral das Fronteiras Brasileiras. Porto Alegre, 2017

DOS SANTOS, D. Considerações acerca do Ladário no antigo Sul de Mato Grosso. **XIII Encontro Regional de História**. Coxim/MS, 2016, p.1-11.

DRUCKER, P. **Inovação e espírito empreendedor**: práticas e princípios. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ELLIS, F.; BIGGS, S. Evolving themes in rural development, 1950s-2000s. **Development policy review**. London, v.19, p.437-448, 2001.

FABRINI, J. E. A posse e concentração de terra no Sul de Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, R. A. **A questão agrária em MS**: uma visão multidisciplinar. Campo Grande: Editora UFMS, 2008. p.53-80.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**: do agrário ao territorial. 2006, 200p. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) - Universidade de São Paulo, Instituto de Energia e Ambiente. São Paulo, 2006a.

_____. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**. Viçosa, v.21, n.62, p.27-44, 2006b.

_____. A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição”? **Estudos Avançados**. São Paulo, v.24, n.68, p.299-319, 2010.

_____. A dimensão territorial do desenvolvimento brasileiro recente e os vetores de uma transição ecológica nos marcos da Agenda 2030. **IGEPEC**. Toledo, v.33, n.1, p.172-190, 2019.

FAVARETO, A., *et al.* **A expansão da Covid-19 pelo Brasil e interiorano e seus desafios**. (2020). Disponível em: <https://bit.ly/3jKBK1C> Acesso em 29 de out. de 2020.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1979 –1999)**. 1999. 318p. Tese. (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1999.

FIORI, J. L. Welfare state: patterns and crisis. **Physis**. v.7, n.2, p.129-147, 1997.

FLICK, U. Observação, etnografia e métodos para dados visuais. In: FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2ªed. Porto Alegre: Artmed, 2004. p.147-170.

_____. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3ªed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

_____. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013.

FRANZONI, G. B.; SILVA, T. N. Inovação social e tecnologia social: o caso da cadeia curta de agricultores familiares e a alimentação escolar em Porto Alegre/RS. **Desenvolvimento em Questão**. Ijuí, v.14, n.37, p. 353-386, 2016.

FREGA, R. Excursus historique. Le primat de la pratique en philosophie. In: FREGA, R. **John Dewey et la philosophie comme épistémologie de la pratique**. Paris: L'Harmattan, 2006. p.1-59.

_____. Quést-ce qu'une pratique? In: CHATEURAYNAUD, F.; COHEN, Y. **Histoires pragmatiques**. Raisons pratiques. Paris: Editions de l'EHESS, 2016. p. 321-347.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRÉMONT, A. **La région espace vécu**. Paris: Presses Universitaires de France, 1976.

FUNG, A; COHEN, J. Democracia radical. **Política e Sociedade**. Florianópolis, n.11, p.221-237, 2007.

FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **Introdução ao Desenvolvimento:** enfoque histórico-cultural. 3ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. Quando o Futuro Chegar. In: SACHS, I. (Orgs). **Brasil:** um século de transformações. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.420-429.

GALDINO, S.; VIEIRA, L. M. A Bacia do Rio Taquari e seus problemas ambientais e socioeconômicos. In: GALDINO, S. (Org.). **Impactos ambientais e socioeconômicos na Bacia do Rio Taquari - Pantanal.** Corumbá: Embrapa Pantanal, 2006. p.29-46.

GARFINKEL, H. **Estudos de etnometodologia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2018

GERSHUNY, J. **Social Innovation and the division of labour.** Oxford: Oxford University Press, 1983.

GLIESSMAN, S. Agroecology, researching the ecological basis for sustainable agriculture. In: GLIESSMAN, S. (org). **Ecological studies:** analysis and synthesis. v.78. USA: Springer-Verlag, 1990.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais:** paradigmas, estratégias e métodos. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p.115-146.

GÓMEZ-BAGGETHUN E. *et al.* Urban ecosystem services. In: Elmqvist T. *et al.* (Org.) **Urbanization, biodiversity and ecosystem services:** challenges and opportunities. London: Springer, 2013.

GONSALVES, A. **Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente como ação pública:** uma análise multiescalar no município de Florianópolis. 2015. 300p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Udesc, Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas, Florianópolis, 2015.

GONSALVES, A.; ANDION, C. Ação pública e inovação social: uma análise do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente de Florianópolis. **Organizações & Sociedade.** Salvador, v.26, p.221-248, 2019.

GOODE, W. J.; HATT, P. K. **Métodos em pesquisa social.** 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1968.

GRAZIANO, J. S. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** 2ªed. Campinas: Unicamp, 1996.

_____. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados.** São Paulo, v.15, n.43, p.37-50, 2001.

GRAZIANO, J.; DEL GROSSI, M. E. **O novo rural brasileiro.** 1999. Disponível em: <https://bit.ly/32ku1zb> Acesso em 02 maio 2018.

GRAZIANO, J. S. *et al.* O que há de realmente novo no rural brasileiro? **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília v.19, n.1, p.37-67, 2002.

GRIMSON, A.; & VILA, P. Forgotten border actors: the border reinforcers. **Journal of Political Ecology**. v.9, n.1, p.69-88, 2002.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **RESR**, v.52, n.1, p.S125-S146, 2014.

GUMUSCHIAN, H. **Entre forme et sens: le territoire comme objet géographique**. Les entretiens du Pradel. 2^{ed}. Paris: Academie de l'Agriculture de France, 2002.

GUMUCHIAN H., *et al.* **Les acteurs, ces oubliés du territoire**. Paris: Anthropos, 2003.

GUSFIELD, J. **The culture of public problems: drinking-driving and the symbolic order**. Chicago: The University of Chicago Press, 1981

HADDAD, F. Prefácio: Arrighi toma o elevador. In: ARRIGHI, G. **A Ilusão do Desenvolvimento**. 2^aed. Petrópolis: Editora Vozes, 1997. p.19-52.

HOWALDT, J., *et al.* **Theoretical approaches to social innovation: a critical literature review**. A deliverable of the project: "Social innovation: driving force of social change" (SI-Drive). Dortmund: Sozialforschungsstelle, 2014.

HOWALDT, J.; SCHWARZ, M. **Social innovation: concepts, research fields, and international trends**. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2VOh7e5> Acesso em 10 dez. 2018.

HOWALDT, J.; DOMANSKI, D.; KALETKA, C. Inovação social: em direção a um novo paradigma de inovação. **Revista de Administração Mackenzie**. São Paulo, v.17, n.6, p.20-44, 2016.

JAMES, W. Pragmatismo. In: CIVITA, V. (org.) **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. p.7-38.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. 3^aed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

JEAN, B. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial sustentável: rumo a um desenvolvimento territorial solidário para um bom desenvolvimento dos territórios rurais. In: VIEIRA, P.F; *et al.* **Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil: subsídies para uma política de fomento**. Florianópolis: APED, 2010, p.49-76.

_____. A new paradigm of rural innovation: learning from and with rural people and communities. **Canada research chair on rural development**. Université du Québec: Rimouski, 2012.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. 4ªed. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

KLEIN, J-L, *et al.* The Québec system of social innovation: a focused analysis on the local development field. **Finisterra**. v.94, p.9-28, 2012.

KLEIN, J-L; FONTAN, J-M. Introduction. In: LÉVESQUE, B.; FONTAN, J-M; KLEIN, J-L. **L'innovation sociale: les marches d'une construction théorique et pratique**. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2014. p.1-50

KLEIN, J-L ; PECQUEUR, B. Living labs, innovation sociale et territoire. **Canadian Journal of Regional Science / Revue Canadienne des Sciences Régionales** v.40, n.1, p.1-4, 2017.

KOSELLECK, R. **Estratos de tempo: estudos sobre história**. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

KRIEGER, M. G. M. **Legitimidade das organizações da sociedade civil na região Sul do Brasil: uma análise da percepção dos atores do campo à luz da Teoria das Grandezas**. 2011, 200p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Udesc-Esag, Florianópolis, 2011.

KRIEGER, M. G. M.; ANDION, C. Legitimidade das organizações da sociedade civil: análise de conteúdo à luz da teoria da capacidade crítica. **Revista De Administração Pública**, v.48, n.1, p.83-110, 2014.

KRÜGER, C., *et al.* Análise das políticas públicas para o desenvolvimento da faixa de fronteira brasileira. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v.20, n.4, p.41-62, 2017.

KUHN, T. **A Estrutura das revoluções científicas**. 13ªed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional vol. 1: uma realidade multiforme**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LASCONJARIAS, G. Délimiter la frontières. **Hypothèses**. v.1, p.77-84, 2004

LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. **Sociologia da ação pública**. Maceió: EDUFAL, 2012.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: um ensaio sobre antropologia simétrica**. São Paulo: Editora 34, 1994.

_____. To modernize or to ecologize? that's the question. **Remaking reality: Nature at the Millenium**. London and New York: Routledge, v.1, p.221-242, 1998.

_____. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. São Paulo: EDUsc, 2004.

_____. **Reagregando o social: uma introdução a teoria ator-rede**. São Paulo: EDUsc, 2012.

_____. Bruno Latour - Entrevista. In: FIORINI, M. **Entrevista com Bruno Latour**. Grupo Cult - Uol. 2014

LATOURE, B.; WOOLGAR, S. **A Vida de laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997

LEITE, A. Z.; CASTRO, L. F.; SAUER, S. A questão agrária no momento político brasileiro: liberalização e mercantilização da terra no estado mínimo de Temer. **Revista OKARA: Geografia em debate**. Paraíba, v.12, n.2, p. 247-274, 2018.

LEMIEUX, C. À quoi sert l'analyse des controverses? Mil neuf cent. **Revue d'histoire intellectuelle**. v.25, n.1, p.191-212, 2007.

LÉVESQUE, B. As inovações sociais podem contribuir para transformações, mas isso não é tão evidente. **Revista Ciência em Debate**. Florianópolis, v.1, n.2, p.179-199, 2014.

_____. Économie sociale et solidaire et entrepreneur social: vers quels nouveaux écosystèmes? **Revue Interventions Économiques**. v.54, n.1, p.1-45, 2016.

LEWIS, A. **The theory of economic growth**. Londres: Allen and Urwin, 1955.

LIBORIO, J. V. **Atuação das organizações da sociedade civil na garantia dos direitos da criança e do adolescente em Florianópolis**. 2020. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade do Estado de Santa Catarina, 2020.

LIMA, S. K., *et al.* **Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020.

LINDBERG, M. Promoting and sustaining rural social innovation. **European Public & Social Innovation Review**. v.2, n.2, p.30-41, 2017.

LIPIETZ, A. **Audácia: uma alternativa para o século XXI**. São Paulo: Nobel, 1991.

LONG, N. Creating space for change: a perspective on the sociology of development. In: **Sociologia Ruralis**. London, n.24, p.168-183, 1984.

_____. **Development Sociology: actor perspectives**. London and New York: Routledge, 2001.

LUTZENBERGER, J. O absurdo da agricultura. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.15, n.43, p.61-74, 2001.

MACHADO, L. O. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. **Revista Território**. Rio de Janeiro, v.8, n.1, p.9-29, 1998.

MAGALHÃES, T. G. **Garantir direitos não é brincadeira!** investigação, experimentação e inovação social na política pública de proteção integral de crianças e adolescentes em

Florianópolis. 2020. Tese (Doutorado em Administração). Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2020.

MAGALHÃES, T.; ANDION, C.; ALPERSTEDT, G. Laboratórios vivos de inovação social e ação pública: um enfoque analítico e um caminho metodológico baseados no pragmatismo. **CadernosEBAPE.BR**. p.680-696, 2020

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. 2ªed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARENGO, J. Água e mudanças climáticas. **Estudos Avançados**. v.22, n.63, p.83-96, 2008.

MARTINS, J. S. **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. Sociologia e militância: entrevista com José de Souza Martins. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.11, n.31, p.137-187, 1997.

_____. O futuro da Sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.15, n.43, p.31-36, 2001.

MATTEDI, C. R. Uma análise crítica da teoria da dependência: a noção de progresso e o papel das instituições formais e informais. **Política & Sociedade**. Florianópolis, v.1, n.1, p.95-102, 2002.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: CosacNaify, p. 183-294, 2003.

MCPHEARSON, T., *et al.* **Resilience of and through urban ecosystem services**. Ecosystem Services. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2MAkhNg> Acesso em 20 ago. 2019.

MCVOY E. C. Patterns of diffusion in the United States. **American Sociological Review**. USA, v.5, n.2, p.219-227, 1940.

MEDEIROS, L. **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Unesp, 1994.

MEDEIROS, L.; LEITE, S. Assentamentos rurais e mudanças locais: uma introdução ao debate. In: MEDEIROS, L.; LEITE, S. **Assentamentos rurais**: mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2004. p.17-52

_____. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. 2ªed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

MEDEIROS, M. **Sendas da sustentabilidade no desenvolvimento rural**: os passos e os percalços da construção de um novo código sociotécnico em campo. 2017. 345f. Tese

(Doutorado em Agrecossistemas). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Florianópolis, 2017.

MEHMOOD, A. Institutional forms of social innovation. **International Journal of Innovation and Sustainable Development**. Glasgow, v.10, n.3, p.300-311, 2016.

MENAND, L. **The Metaphysical Club**: a story of ideas in American. United States: Ebook, 2002

MENDONÇA, C. M., **(Re)pensando a participação e o seu papel na democracia à luz do pragmatismo**: um estudo junto ao Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis. 2019. Dissertação (Mestrado em Administração). Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2019.

MENDONÇA, S.R. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

MENEGAT, A. S. **No coração do Pantanal**: assentados na lama e na areia. As contradições entre os projetos do Estado e dos assentados no assentamento Taquaral/MS. Dourados: Editora UEMS/UFGD, 2009.

MERRIAM, S. B. **Case study research in education**. San Francisco: Jossey-Bass, 1988.

MILLER, D. Notas sobre a pandemia: como conduzir uma etnografia durante o isolamento social. Tradução Balsa, C; BAZZO, J. **Blog do Sociofilo**. Disponível em: <https://bit.ly/2CbT8fN> Acesso em 23 maio 2020.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e território**: a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no oeste catarinense. 2004. 300p. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) UFSC, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2004.

MORAES, R. L. **Ação coletiva e inovação social na esfera pública**: análise da experiência do movimento de combate à corrupção eleitoral no Brasil. 2014. 200p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Udesc-Esag, Florianópolis, 2014.

MORAES, R. L.; ANDION, C. Civil society and social innovation in public arenas in Brazil: Trajectory and Experience of the Movement Against Electoral Corruption (MCCE). **International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**. v.29, p.801-818, 2018.

MORIN, E. **Conferências na Cidade do Sol**. Disponível em: <https://bit.ly/2Rl9zOO> Acesso em 25 de abr. de 2021.

MOULAERT, F.; SEKIA, F. Territorial innovation models: a critical survey. **Regional Studies**. v.37, n.3, p.289-302, 2003.

MOULAERT, F.; *et al.* Introduction: social innovation and governance in European cities - urban development between path dependency and radical innovation. **European Urban and Regional Studies**. London, v.14, n.3, p.195–209, 2007.

MULGAN, G.; TUCKER, S.; SANDERS, B. **Social innovation: what it is, why it matters and how it can be accelerated**. London: University Oxford, 2007.

MUMFORD, M. D. Social innovation: ten cases from Benjamin Franklin. **Creativity Research Journal**. v.14, n.2, p.253-266, 2002.

MUÑOZ, E. F. P.; MUÑOZ, A. E. P. A Inovação social para o desenvolvimento rural: desafios para as instituições brasileiras. **Revista Brasileira de Tecnologia Agropecuária**. v.1, n.2, p.146-158, 2017.

MURRAY, R.; CAULIER-GRACE, J.; MULGAN, G. **The open book of social Innovation**. London: The Young Foundation, 2010.

NARDOQUE, S. *et al.* Questão agrária em Mato Grosso do Sul e seus desdobramentos pós- golpe de 2016. **Revista Okara: Geografia em debate**, v.12, n.2, p.624-648, 2019.

NAVARRO, F. *et al.* Interpretations of innovation in rural development. The cases of leader projects in Lecce (Italy) and Granada (Spain) in 2007-2013. **European Countryside**. v.10, n.1, p.107-126, 2018.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.15, n.43, p.83-100, 2001.

NAVARRO, Z., *et al.* Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. 2ªed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p.19-68.

NEUMEIER, S. Why do social innovations in rural development: matter and should they be considered more seriously in rural development research? – proposal for a stronger focus on social innovations in rural development research. **Sociologia Ruralis**. London, v.52, n.1, p.48-69, 2012.

_____. Social innovation in rural development: identifying the key factors of success. **The Geographical Journal**, v.183, n.1, p. 34–46, 2017.

NOACK, A.; FEDERWISCH, T. Social innovation in rural regions: urban impulses and cross-border constellations of actors. **Sociologia Ruralis**. London, v.1, n.1, p.1-21, 2018.

NOGUEIRA, A. **O que é Pantanal?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1990

NOGUEIRA, R. J. B. Fronteira: espaço de referência identitária? **Revista Ateliê Geográfico**. v. 1, n.2, p.27-41, 2007

NORDER, L. A. C. Assentamentos rurais: casa, comida e trabalho. 1997. 200p. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia) - Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1997.

OLIVIER DE SARDAN J-P. Savoirs populaires et agents de développement. **Sociologia Ruralis**. London, v.24, n.3/4, p.17-31, 1984.

_____. **Anthropologie et développement**. essai em sócio-anthropologie du changement social. Paris: Karthala, 1995.

_____. Les trois approches en anthropologie du développement. **Revue Tiers Monde**. v.42, n.168, p.729-754, 2001.

_____. **La rigueur du qualitatif**. Les contraintes empiriques de l'interprétation sócio-anthropologique. Louvain-la-Neuve: Bruylant-Academia, 2008.

_____. Da nova antropologia do desenvolvimento para a socioantropologia dos espaços públicos Africanos. **Raízes**. Paraíba, v.35, n.2, p.9-16, 2015.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo – a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. New York: United Nations, 2015.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA (FAO) **Situación rural de América Latina y el Caribe con 2 grados de calentamiento 2030** - Alimentación, agricultura y desarrollo rural en América Latina y el Caribe, n.10, Santiago de Chile, 2019.

_____. **Panorama de la pobreza rural en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3jCE502> Acesso em 10 ago. 2019.

PAES DE PAULA, A. P. **Por uma nova gestão pública**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. **Repensando os estudos organizacionais**: para uma nova teoria do conhecimento. São Paulo: FGV, 2015

PARADA, J. Innovaciones sociales para territorios “inteligentes”: ¿ficción o realidad? **Problemas del Desarrollo**. v.48, n.190, p.11-35, 2017.

PAULA, E. V., *et al.* A inovação social e o desenvolvimento sustentável na agricultura: O caso do projeto Mulheres de Corpo e Alga. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**. Curitiba, v.8, n.2, 2015.

PAVÃO, E. S. **Formação, estrutura e dinâmica da economia de Mato Grosso do Sul no contexto das transformações da economia brasileira**. 239f. 2005. Dissertação (Mestrado em Economia Industrial) – Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2005.

PECQUEUR, B. **Le développement local: mode ou modèle?** Paris: Syros Alternative, 1989.

_____. **Le développement territorial: une nouvelle approche des processus de développement pour les économies du Sud**. p.295-316, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/2XZ5b7u> Acesso em 10 fev. 2020.

_____. A guinada territorial da economia global. **Política & Sociedade**. Florianópolis, v.8 n.14, p.79-105, 2009.

PEIRCE, C. Conferências sobre pragmatismo. In: D'OLIVEIRA, A. M.; POMERANGLUM, S. **Prefácio**. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

PERROUX, F. O Desenvolvimento I. In: DURAND, J. C. G. (org.) **Sociologia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p.1-23.

PETRASSI, A. C. **Coprodução e desenvolvimento territorial sustentável: uma análise de duas experiências de planejamento territorial do Pronat em Santa Catarina**. 2014. 150p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Udesc-Esag, Florianópolis, 2014.

PINSKY, J. Introdução. In: PINSKY, J; PINSKY, B. **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2005. p.9-14.

PIRAUX, M.; BONNAL, P. Ações públicas territoriais e inovações sociais e institucionais: o caso do território da Borborema e da articulação do Semiárido. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v.19, n.1, p.62-87, 2011.

POL, E.; VILLE, S. Social innovation: buzz word or enduring term? **The Journal of Socio-Economics**. v.38, n.1, p.878-885, 2009.

POLICARPO, M. A. **As inovações procuram a saída: perspectivas para a promoção da cogestão adaptativa para o desenvolvimento territorial sustentável na zona costeira de Santa Catarina**. 2016. 478p. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) UFSC, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2016.

PORTER, M. *Cluster* e competitividade. **HSM Management**. São Paulo, v.3, n.15, p.100-110, 1999.

PRIORI, A., *et al.* A cafeicultura no Paraná. **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012.

QUEIROZ, P. R. C. Mato Grosso - Mato Grosso do Sul: divisionismo e identidade (um breve ensaio). **Diálogos**. v.10, n.2, p.149-184, 2006.

QUÉRÉ, L. “Action située et perception du sens”. In: FORNEL, M. ; QUÉRÉ, L. (Orgs.), **La logique des situations**. Paris: Éditions de l'EHESS, 1999. p.301-338.

QUÉRÉ, L.; TERZI, C. Pour une sociologie pragmatiste de l'expérience publique. Quelques apports mutuels de la philosophie pragmatiste et de l'ethnométhodologie. **Sociologies**. p.1-18, 2015.

RAMOS, A. G. **O problema nacional brasileiro**. Rio de Janeiro: Saga, 1960.

_____. **A redução sociológica**. 3ªed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

RELATÓRIO DATALUTA BRASIL. nº 20 Presidente Prudente: Nera, 2019

REÚS, I. S. **Gestão municipal e desenvolvimento sustentável**: um estudo dos indicadores de sustentabilidade nos municípios catarinenses. 2012. 150p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Udesc-Esag, Florianópolis, 2012.

REVEL, J. **Jogos de escala**: a experiência da micro análise. Rio de Janeiro: FGV, 1998

RIBEIRO, A. C. **Coprodução, habilidades sociais e estratégias para o desenvolvimento rural**: um estudo de caso do planejamento participativo no território da Serra Catarinense. 2012. 180p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Udesc-Esag, Florianópolis, 2012.

RIBEIRO, A. C.; ANDION, C. Habilidades sociais e mobilização para o desenvolvimento rural no território da serra catarinense. **Organizações Rurais & Agroindustriais**. v.16, n.2, p.167-177, 2014.

RIBEIRO, A., ANDION, C., BURIGO, F. Ação coletiva e coprodução para o desenvolvimento rural: um estudo de caso do Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Serra Catarinense. **Revista de Administração Pública**, v.49, p.119-140, 2015.

RIST, G. **Le développement, histoire d'une croyance Occidentale**. Paris: Fondation de Sciences Politiques, 1996.

RIVERO, O. **O mito do desenvolvimento**: os países inviáveis no século XXI. Petrópolis: Vozes, 2002.

RODRIGUEZ, O. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ROGERS, E. M. **Diffusion of innovations**. 3ªed. New York: The American Center Library, 1971.

RONCONI, L. F. A.; ANDION, C.; BITTENCOURT, B.; BARETTA, J. V.; PINHO, J. L. Inovação social na saúde: o caso dos conselhos de saúde de Florianópolis. In: MATOS, P. V. (Orgs) **Inovação social: casos na comunidade de países de língua portuguesa**. Coimbra: Edições Almedina, 2019. p. 51-76.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

ROVER, O. J. Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecovida de Agroecologia. **Ciências Sociais Unisinos**. Porto Alegre, v.47, n.1, p.56-63, 2011.

ROVER, O. J. *et al.* Social innovation and sustainable rural development: the case of a Brazilian agroecology network. **Sustainability**. v.9, n.3, p.1-14, 2017.

SABATEL, V. O.; COSTA, E. A. Considerações sobre o ordenamento territorial em áreas rurais fronteiriças. **Revista Perspectiva Geográfica**. v.8, n.9, p.1-17, 2013.

SABOURIN, E. Reforma agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais. **Estudos Sociologia Agrícola**. Rio de Janeiro, v.16, n.2, p.151-184, 2008.

SABOURIN, E. Inovação social na comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos da agricultura familiar no Distrito Federal. **Sustentabilidade em Debate**. Brasília, v.5, n.3, p.98-119, 2014.

SABOYA, V. T. A Lei de Terras (1850) e a política imperial: seus reflexos na Província de Mato Grosso. **Revista Brasileira de História**. v.15, n.30, p.115-136, 1995.

SAMBUICHI, R. H. R., *et al.* **A sustentabilidade ambiental da agropecuária brasileira: impactos, políticas públicas e desafios**. Brasília: Ipea, 2012.

SAMBUICHI, R. H., *et al.* **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: Ipea, 2017. p.11-22.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento crescer sem destruir**. Vértice, 1986.

_____. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.15, n.4, p.75-82, 2001a.

_____. *Quo vadis, Brasil?* In : SACHS, I. *et al.* **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001b. p.488-501.

_____. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____. Prefácio. In: VEIGA, J.E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p.9-16.

SANTO, A. L. **A comercialização de produtos agrícolas em Corumbá-MS**: propostas para o fortalecimento da agricultura familiar e da feira livre. 2015. 170f. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) - UFMS, Mestrado em Estudos Fronteiriços, Campus do Pantanal, Corumbá, 2015.

_____. Os supermercados na cidade de Corumbá-MS: uma análise sobre suas origens e fatos históricos. **Revista GeoPantanal**. Corumbá, v.11, p.105-124, 2016.

_____. O uso de fotografias e vídeos em pesquisa qualitativa: em busca de um novo olhar sobre os territórios fronteiriços. **ADM.MADE**. São Paulo, v.22, n.2, p.3-34, 2018.

SANTO, A. L.; COSTA, E. A.; BENEDETTI, A. G. Tramas territoriais na comercialização de produtos agrícolas em territórios fronteiriços. **Mundo Agrário** (La Plata). Buenos Aires, v.19, p.e097, 2018.

SANTO, A. L.; ANDION, C. Imigração e cidades: uma cartografia da arena pública de apoio aos imigrantes e refugiados em Florianópolis. **Interações**. v.21, n.2, p.1-23, 2020.

SANTO, A; VOKS, D. Contribuição da teoria da dádiva para os estudos territoriais. **Desenvolvimento em Questão**. v.18, n.53, p.72-90, 2020

_____. Repensando os estudos fronteiriços: participação e inovação social no desenvolvimento das zonas de fronteira. **Organizações & Sociedade**. 2021 [no prelo]

SANTOS, K. F.; MISSIO, J. F. Políticas públicas de desenvolvimento regional em Mato Grosso do Sul. **Anais**. XVIII ENANPUR – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. p.1-20, 2019.

SANTOS, M. Território e dinheiro. In: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. **Território, Territórios**. Niterói: PPGEU-UFF/AGB-Niterói, RJ. 2002. p.17 – 38. Disponível em: <https://bit.ly/3uM0oWi> Acesso em 21 de dez. 2014.

SANTOS, S. A., *et al.* Controle de aromita em pastagens exóticas em uma fazenda do Pantanal, Miranda, MS. **Comunicado Técnico 97**. Corumbá: Embrapa, 2014

SCHATZKI, T. R. Practice mind-ed orders. In: SCHATZKI, T. R. *et al.* **The practice turns in contemporary theory**. London and New York: Routledge, 2001.

SCHERMA, M. A. **As políticas brasileiras para a faixa de fronteira**: um olhar a partir das relações internacionais. 2015. 272p. Tese (Doutorado em Relações Internacionais). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2015.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v.30, n.3, p.511-531, 2010.

SCHUMPETER, J. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. **Capitalismo, socialismo e democracia**. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

SECCHI, L. **Análise de políticas públicas**: diagnósticos de problemas, recomendações de soluções. 2ªed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERVA, M. O surgimento e o desenvolvimento da epistemologia da administração. **Revista Gestão Organizacional**. Chapecó, v.6, n.3, p.51-64, 2013.

_____. Epistemologia da Administração no Brasil: o estado da arte. **Cadernos Ebape.BR**, v. 15, nº 4, Rio de Janeiro, p.741-750, 2017.

SERVA, M.; ANDION, C. Inovação e autonomia social numa rede de produção agroecológica: uma análise da certificação participativa na Rede Ecovida. **Ciências em Debate**. v4. p.31-54, 2020

SHIELDS, P. M. Rediscovering the taproot: is classical pragmatism the route to renew Public Administration? **Public Administration Review**. USA, v.68, n.2, p.205-221, 2008.

SILVA, C. M. **Políticas públicas educacionais e assentamentos rurais de Corumbá-MS (1984-1996)** 2000. 192p. Dissertação (Mestrado em Educação). UFMS, Campo Grande, 2000.

SILVEIRA, S. M. **Redes de agroecologia**: uma inovação estratégica para o desenvolvimento territorial sustentável. Um estudo de caso de dois grupos do núcleo litoral catarinense da rede Ecovida de Agroecologia no período de 2002 a 2012. 2013. 470p. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). UFSC, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2013.

STAM, E. Entrepreneurial ecosystems and regional policy: a sympathetic critique. **European Planning Studies**. v.23, n.9, p.1759-1769, 2015.

TARDE, G. **Monadologia e sociologia**: e outros ensaios. São Paulo: Editora Unesp, 2018

TAYLOR, J. Introducing social innovation. **The Journal of Applied Behavioral Science**. v.6, n.6, p.69-77, 1970.

THÉRY, H. *et al.* Padrão de uso e ocupação do território e suas principais tendências de transformação. In: BRASIL. **Documento base para a definição da Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT)**. Brasília: 2006. p.37-57.

THOENIG, J-C. Territorial institutions. In: RHODES, R. A W.; BINDER, S.A; ROCKMAN, B.A (Orgs.) **The Oxford handbook of political institutions**. London: Oxford University Press, 2006. p.281-302.

THOENIG, J-C; DURAN, P. L'État et la gestion publique territoriale. **Revue Française de Science Politique**. v.46e, n.4, p. 580-623, 1996.

TONNEAU, J. P; VIEIRA, P. F. Que diretrizes de pesquisa para o desenvolvimento territorial sustentável no Brasil? **Eisforia**. Florianópolis, v.4, n.4, p.311-334, 2006.

TOURAINÉ, A. **O retorno do ator**. Lisboa: Instituto Piaget, 1984.

TURNER, F. J. **The frontier in the American history**. New York: Henry Holt and Company, 1920.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

_____. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.15, n.43, p.101-119, 2001.

_____. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.

_____. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

VIEIRA, P. F. Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento, In: VIOLA, E. *et al.* **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1995. p.45-98.

_____. Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo. In: VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A; CERDAN, C. (Org.). **Eisforia**. Florianópolis, v.4, n.4, p. 249-309, 2006.

_____. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento territorial sustentável (parte 1). políticas ambientais no Brasil: do preservacionismo ao desenvolvimento territorial sustentável. **Política & Sociedade**. n.14, p.27-75, 2009.

VIEIRA, P. F.; WEBER, J. Introdução geral: sociedades, naturezas e desenvolvimento viável In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (Org.) **Gestão de recursos renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 1997. p.17-50.

VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A.; CERDAN, C. Desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos. In: VIEIRA, P.F.; CAZELLA, A.; CERDAN, C. (Org.). **Eisforia**. Florianópolis, v.4, n.4, p.3-20, 2006.

VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A. A.; CERDAN, C.; CARRIÈRE, J. P. (Org.). **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil**: subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: APED e SECCO, 2010.

VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A.; CERDAN, C.; ANDION, C. Potencialidades e obstáculos à construção de territórios sustentáveis no estado de Santa Catarina. In: VIEIRA, P. F.; (Org.). **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil**: subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: APED e SECCO, 2010.

VOKS, D. As representações sociais sobre as mulheres na revista *Careta* (1910–1920): entre a mulher ideal e a independente. **Temporalidades**. v.4, n.1, p.175-188, 2012.

_____. **Reconfigurações de uma masculinidade hegemônica nas páginas da revista Playboy** (Brasil: décadas de 1980 e 1990). 2019. 212f. Tese (Doutorado em História). Udesc, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Florianópolis, 2019.

WEBER, J. Gestão de recursos renováveis: fundamentos teóricos de um programa de pesquisas. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (Org.) **Gestão de recursos renováveis e desenvolvimento**: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 1997. p.115-146.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WOLFRAM, M.; FRANTZESKAKI, N. Cities and systemic change for sustainability: prevailing epistemologies and an emerging research agenda. **Sustainability**. v.8, n.144, p.1-18, 2016.

XAVIER, M. **Validação dos resultados do Programa de Aquisição de Alimentos junto às cooperativas de agricultores familiares de Santa Catarina**. 2013. 120p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Udesc-Esag, Florianópolis, 2013.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZASK, J. L'enquete sociale comme inter-objectivation. In KARSENTI, B. e QUERÉ, L. **La croyance et l'enquete aux sources du pragmatisme**. Paris: Raisons, 2004. p.141-163.

ZASK, J. Le jardin partagé, une école de la démocratie. (2021) **Conferência On-line**. Disponível em: <https://bit.ly/3wfXPf6> Acesso em 01 de abr. de 2021.

ZUINDEAU, B. (Org.). **Acervo da professora Carolina Andion**. Développement Durable et Territoire. Villeneuve d'Asq (Nord): Presses Universitaires du Septentrion, 2000.

FONTES: ATAS, DECRETOS, ESTATUTOS, LEGISLAÇÕES, RELATÓRIOS E REPORTAGENS

AGÊNCIA IBGE DE NOTÍCIAS. **IBGE propõe debate de nova classificação para os espaços rurais e urbanos**. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2HiPXVP> Acesso em: 25 mar. 2019.

AMAZÔNIA NOTÍCIA E INFORMAÇÃO. **Crescem violência e assassinatos de trabalhadores em conflitos no campo**. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2zFOsu1> Acesso em: 10 jan. 2019.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Massacre de Eldorado dos Carajás: 20 anos de impunidade e violência no campo**. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/30VZYil> Acesso em: 25 jul. 2020.

APA BAIÁ NEGRA. **Perfil no Instagram** Disponível em: <https://bit.ly/2HMLISP> Acesso em: 3 jul. 2020.

ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA). 2020. **Programa 1 milhão de Cisternas**. Disponível em: <https://bit.ly/3aYIaHS> Acesso em: 20 ago. 2020.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (ANA). **Apoms**. Disponível em: <https://bit.ly/30pD5EN> Acesso em: 29 jul. 2020.

_____. **O que é a ANA?** Disponível em: <https://bit.ly/3k49rN3> Acesso em: 29 jul. 2020.

ASSOCIAÇÃO DOS APICULTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR DE CORUMBÁ (2011-2020). **Livro de atas número 1**: destinado ao registro de atas das reuniões ordinárias e extraordinárias da AAAFC. p.1-100. Corumbá, 2020.

_____. **Estatuto da AAAFC**. p.1-13. Corumbá, 2013.

ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO 72 (1999 - 2006). **Livro de atas número 1**: destinado ao registro de atas das reuniões ordinárias e extraordinárias da APPRPA72. p.1-88. Ladário, 2020.

_____. (2006 - 2020). **Livro de atas número 2**: destinado ao registro de atas das reuniões ordinárias e extraordinárias da APPRPA72. p.1-122. Ladário, 2020.

_____. **Estatuto da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento 72**. p.1-10. Ladário, 2013.

AZEVEDO, A. A.; MONTEIRO, J. G. **Análise dos impactos ambientais da atividade agropecuária no cerrado e suas interrelações com os recursos hídricos na região do Pantanal**. Disponível em: <https://bit.ly/3ovPDFe> Acesso em 30 de abr. de 2021.

BBC NEWS. **Governo Bolsonaro:** por que decisão de estabelecer monitoramento de Ongs pode parar no STF. Disponível em: <https://bbc.in/32iB1wi> Acesso em: 28 mar. 2019.

_____. **Coronavírus:** por que a pandemia pode levar a crise de abastecimento de comida. Disponível em: <https://bbc.in/398xuGY> Acesso em 20 de mar. de 2021.

_____. **Como o MST se tornou o maior produtor de arroz orgânico da América Latina.** Disponível em: <https://bbc.in/3lKEIew> Acesso em 20 de mar. de 2021.

_____. **Por que a teoria do “boi bombeiro” no Pantanal, citada pela ministra da Agricultura, é mito.** Disponível em: <https://glo.bo/3uIgVKe> Acesso em 01 de abr. de 2021

BLOG DA UNICAMP. **Início de 2019 foi desastroso para o meio ambiente.** 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2LgsrHE> Acesso: em 28 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.** Estatuto da Terra. Disponível em: <https://bit.ly/2zy81F1> Acesso em: 28 mar. 2019.

_____. **Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977.** Cria o Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Disponível em: <https://bit.ly/3jAORIW> Acesso em: 15 jul. 2020.

_____. **Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980.** Dispõe sobre a Faixa de Fronteira. Disponível em: <https://bit.ly/2H2L5SN> Acesso: em 02 fev. 2019.

_____. **Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986.** Declara a área rural do Estado de Mato Grosso do Sul como zona prioritária para efeito de execução e administração da reforma agrária. Disponível em: <https://bit.ly/31Tj0a6> Acesso em: 05 set. 2020.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <https://bit.ly/2zxwfNc> Acesso em: 30 nov. 2017.

_____. **Decreto nº 433, de 24 de janeiro de 1992.** Dispõe sobre a aquisição de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, por meio de compra e venda. Disponível em: <https://bit.ly/3iIMPAF> Acesso em: 15 ago. 2017.

_____. **Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.** Dispõe sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Disponível em: <https://bit.ly/2tDdPtS> Acesso em: 7 abr. 2019.

_____. **Decreto 2.250, de 11 de julho de 1997.** Dispõe sobre vistoria no imóvel rural. Disponível em: <https://bit.ly/3gAB0dO> Acesso em: 15 ago. 2020.

_____. **Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003.** Dispõe sobre o PAA. Disponível em: <https://bit.ly/2XkQEDo> Acesso em: 25 jul. 2020.

_____. **Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003.** Dispõe sobre a Agricultura Orgânica e dá outras providências. Disponível em: <https://bit.ly/3jHe0f7> Acesso em: 25 jul. 2020.

_____. **Lei Federal nº11.326, de 10 de julho de 2006,** estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf). Disponível em: <https://bit.ly/2MUT9UW> Acesso em: 28 jul. 2019.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Faixa de Fronteira:** Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/35SRGcP> Acesso em: 12 maio 2020.

_____. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispões sobre o Pnae. Disponível em: <https://bit.ly/39LTqqo> Acesso em: 25 jul. 2020.

_____. **Controle Social na venda direta ao consumidor de produtos orgânicos sem certificação.** Brasília: Mapa, 2009

_____. **Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (2012).** Disponível em: <https://bit.ly/3i18XFJ> Acesso em: 05 abr. 2020.

_____. Ministério da Justiça. **Pesquisa Enafron:** diagnóstico sobre tráfico de pessoas nas áreas de fronteira. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2T0fBSx> Acesso em: 07 maio 2020.

_____. **PL nº 6.670, de 11 de junho de 2016.** Dispõe sobre a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pnara) - Disponível em: <https://bit.ly/2TOMosM> Acesso em: 7 abr. 2019.

_____. **Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019.** Revoga a Pnapo. Disponível em: <https://bit.ly/3hyDRFK> Acesso em: 20 ago. 2020.

_____. **Medida Provisória nº 910, de 25 de junho de 2019.** Dispõe sobre a Regularização fundiária. Disponível em: <https://bit.ly/2yNj0xh> Acesso em: 29 maio 2020.

_____. **Decreto nº 10.166, de 10 de dezembro de 2019.** Altera o Decreto nº 9.311, de 15 de março de 2018, que regulamenta a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e a Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014, que dispõe sobre o processo de seleção, permanência e titulação das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária. Disponível em: <https://bit.ly/2G41Grr> Acesso em: 25 jul. 2020.

_____. **Decreto nº 9.757, de 11 de abril de 2019.** Declara a revogação do art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de decretos normativos. Disponível em: <https://bit.ly/3jXpKo> Acesso em: 25 out. 2020.

BRASIL ECONÔMICO. **Situação econômica do país piorou para 72% dos brasileiros, aponta Datafolha 2019.** Disponível em: <https://bit.ly/2Le6udB> Acesso em: 28 mar. 2019.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (Cepea). **PIB do agronegócio cresce 3,81% em 2019**. Disponível em: <https://bit.ly/3hp4soT> Acesso em: 28 mar. 2019.

CODEAGROSP. **O que é a transição agroecológica?** Disponível em: <https://bit.ly/2PmKjmO> Acesso em: 29 jul. 2020.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (Cepal). **Panorama social da América Latina 2018**. Disponível em <https://bit.ly/2Lkub2I> Acesso em: 25 maio 2019.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA Campanha da fraternidade ecumênica em 2021 já tem tema e lema <https://bit.ly/3hJh8pA> Acesso em: 13 set. 2020.

_____. **Trabalhadores são encontrados em condições análogas de trabalho escravo no Pantanal**. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3gM4uFY> Acesso em: 30 ago. 2020.

_____. **Bem-Vindo à Comissão Pastoral da Terra Diocese de Corumbá**. Disponível em: <https://bit.ly/3kqdSkH> Acesso em: 13 set. 2020.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (Conab). **Acompanhamento da safra brasileira**. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3IKZC7t> Acesso em: 27 ago. 2020.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Campanhas da Fraternidade**. Disponível em: <https://bit.ly/31SfgWy> Acesso em: 13 set. 2020.

DIESSE. **Itens da cesta básica têm valor maior em todas as capitais do Brasil**. Disponível em: <https://bit.ly/399xdDE> Acesso em 20 de mar. de 2021.

ECOLOGIA EM AÇÃO. **Apa baia Negra**. 2020 Disponível em: <https://bit.ly/3hC22SR> Acesso em: 10 set. 2020.

_____. **Estrada Parque Pantanal**. Disponível em: <https://bit.ly/3mniZUJ> Acesso em: 10 set. 2020.

_____. **Rota Bioceânica: o que é e seus impactos diretos e indiretos**. Disponível em: <https://bit.ly/3ILPUBO> Acesso em: 10 ago. 2020.

EL PAÍS. **Bolsonaro: Brasil tem direitos em excesso**. “A ideia é aprofundar a reforma trabalhista” 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2GSkoSg> Acesso em: 28 mar. 2019.

EL PAÍS. **Brasil perde status de democracia liberal perante o mundo**. Em: <https://bit.ly/2SHZk4I> Acesso em: 04 maio 2020.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (Embrapa). **Silagem**. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2TA78FI> Acesso em 02 de jul. de 2020.

_____. **Considerações iniciais sobre a agricultura familiar de assentamentos rurais em Corumbá-MS.** 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2HEoADo> Acesso em: 02 out. 2018.

ESCOLA MONTE AZUL. **Quem somos?** Disponível em: <https://bit.ly/2Skb3Wx> Acesso em: 10 jul. 2020.

ESCOLA DO SESI. **Brasiguaios em fotos.** Disponível em: <https://bit.ly/3msxm9t> Acesso em: 03 jul. 2020.

ESTADÃO. **Bolsonaro sobre MST: invadiu leva chumbo.** Disponível em: <https://bit.ly/3gbmZ7e> Acesso em: 29 jul. 2020.

ESTADO DE MINAS. **Governo Bolsonaro é denunciado na Corte Interamericana de Direitos Humanos.** Disponível em: <https://bit.ly/2xQZmjh> Acesso em: 6 maio 2020.

ESTUD. AV. **I Censo da Reforma Agrária.** 1997. Disponível em: <https://bit.ly/2EooFfE> Acesso em: 24 jul. 2020.

_____. **A ação da Igreja Católica e o desenvolvimento rural.** 2001. Disponível em: <https://bit.ly/3k7N6yb> Acesso em: 3 jun. 2020.

_____. **O MST e a questão agrária:** entrevista com João Pedro Stédile. 1997. Disponível em: <https://bit.ly/2QFFAAs> Acesso em 20 de fev. de 2021.

EXAME. **Pesquisa não terá mais verba em 2019,** diz CNPq. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2UaYMD2> Acesso em: 7 jul. 2019.

FAMASUL. **Em uma década, MS triplica exportação avícola e garante o 7º lugar no ranking nacional.** Disponível em: <https://bit.ly/3muOOKh> Acesso em: 19 set. 2020.

_____. **Relatório 2019 - Balanço Senar.** Disponível em: <https://bit.ly/3hSF3UD> Acesso em: 13 out. 2020.

FARIAS, M. H. C. *et al.* **Impacto dos assentamentos rurais no desmatamento da Amazônia.** Disponível em: <https://bit.ly/398aSGG> Acesso em 20 de mar. de 2021.

FENTECT. **4ª Marcha das Margaridas** Disponível em: <https://bit.ly/2DhCwUP> Acesso em: 19 jul. 2020.

FILHO, A. T. **Lagoas salitradas do Pantanal da Nhecolândia.** Sem data. Disponível em: <https://bit.ly/2WN3cCF> Acesso em: 10 nov. 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Governo Bolsonaro paralisa reforma agrária e demarcação de territórios quilombolas.** 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2CbobEC> Acesso em: 3 jun. 2019.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Balanço MEC 2019:** FNDE divulga números dos principais programas. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3mtN5pv> Acesso em: 30 set. 2020.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO Índio (Funai). **Presidente Lula homologa mais de cinco milhões de hectares de Terras Indígenas.** 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2Nfh1oN> Acesso em: 10 jun. 2020.

G1 BRASIL. **No Pantanal, imagens mostram caminho do fogo e PF suspeita de ação criminosa em fazendas.** Disponível em: <https://glo.bo/35OI7NU> Acesso em: 10 out. 2020.

G1 CAMPINAS. **Onde está a fauna brasileira?** panorama do tráfico de animais revela futuro preocupante. Disponível em: <https://glo.bo/2QHzn3K> Acesso em: 10 jun. 2020.

G1MS. **Festa do mel é realizada em assentamento de Corumbá, MS. 2015.** Disponível em: <https://bit.ly/35CDkha> Acesso em 13 de jul. de 2020.

_____. **Assentados protestam contra a situação de abandono do Incra em Corumbá.** 2017. Disponível em: <https://glo.bo/2TLeTJ3> Acesso em: 7 out. 2020.

_____. **Rodovia da morte:** seis animais morrem atropelados por dia na BR-262 que cruza o Pantanal de MS. 2018. Disponível em: <https://glo.bo/3cm54bz> Acesso em: 10 mar. 2020.

_____. **Contrabando:** apreensões em MS totalizaram R\$ 368,7 milhões em 2019, aponta Receita. Disponível em: <https://glo.bo/3hNiqkp> Acesso em: 01 set. 2020.

_____. **Avião cargueiro da FAB inicia voos para ajudar no combate a queimadas no Pantanal de MS.** 2020. Disponível em: <https://glo.bo/2P3i0JI> Acesso em: 27 jul. 2020.

G1MT. **Maior enchente registrada no Pantanal em Mato Grosso completa 25 anos.** 2013. Disponível em: <https://glo.bo/34z5yKu> Acesso em: 18 out. 2020.

GIRARDI, E. P. **Atlas brasileiro agrário.** Disponível em: <https://bit.ly/2D3hCs8> Acesso em: 23 jul. 2020.

GLOBO RURAL. **Fiscalização no MS apreende 56 toneladas de agrotóxicos contrabandeados.** Disponível em: <https://glo.bo/33YVaKV> Acesso em 30 de abr. de 2021.

GOVERNO DO ESTADO DE MS. **Estudo da dimensão territorial do Estado de Mato Grosso do Sul:** regiões de Planejamento. Campo Grande: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, 2015.

_____. **Lei nº 5.279 de 6 de dezembro de 2018.** Institui a Política Estadual de Agroecologia, Produção Orgânica e de Extrativismo Sustentável Orgânica. Disponível em: <https://bit.ly/34zIwTu> Acesso em: 14 de out. 2020.

_____. **IBGE mostra que municípios de MS lideram área plantada e valor em produção de silvicultura.** 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2ZsvOVY> Acesso em: 27 jun. 2019.

_____. **Em MS número de apreensão de drogas aumenta 16% no ano de 2019.** Disponível em: <https://bit.ly/2YPY8iF> Acesso em: 12 out. 2020.

_____. **Decreto nº 15.455 de 17 de junho de 2020.** Regulamentam-se a Política Estadual de Agroecologia, Produção Orgânica e de Extrativismo Sustentável Orgânico. Disponível em: <https://bit.ly/31NCXiI> Acesso em: 14 out. 2020.

_____. **História de MS é marcada pela efervescência política e movimentos sociais.** Disponível em: <https://bit.ly/32xk7vT> Acesso em: 01 ago. 2020.

_____. **Boletim atual da Covid-19.** Disponível em: <https://bit.ly/3oMc7RK> Acesso em: 30 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA (Ibre). **Tramitação da Previdência:** novas etapas e velhos desafios. Disponível em: <https://bit.ly/2ZnaqRM> Acesso em: 28 mar. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 1995/96.** Disponível em: <https://bit.ly/2YK0GOA> Acesso em: 10 out. 2018.

_____. **Censo agropecuário 2006.** Disponível em: <https://bit.ly/2zJo1HF> Acesso em: 10 out. 2018.

_____. **Assentamentos rurais 2016.** Disponível em: <https://bit.ly/30YTfUR> Acesso em: 27 jul. 2020

_____. **Censo agropecuário 2017.** Disponível em: <https://bit.ly/2YaRyDi> Acesso em: 20 dez. 2019.

_____. **Produto interno bruto dos municípios.** 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3bxdYUF> Acesso em: 11 set. 2020.

_____. **Cidades - Panorama.** 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2ZEoZzK> Acesso em: 6 nov. 2018.

_____. **Cidades de Mato Grosso do Sul.** Disponível em: <https://bit.ly/31K1vJO> Acesso em: 6 nov. 2018.

_____. **Produção agrícola municipal.** 2019. Disponível em: <https://bit.ly/31Js4XG> Acesso em: 11 set. 2020.

_____. **Aglomerados Subnormais.** 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3oLEOi2> Acesso em: 29 out. 2020.

_____. **Pesquisa trimestral do abate de animais.** 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2F0dMAK> Acesso em: 10 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (Ibama). **Tráfico de animais silvestres e biopirataria.** (2019) Disponível em: <https://bit.ly/2QFEMZ3> Acesso em: 04 mar. 2020.

INSTITUTO CRISTÃO DE PESQUISAS. **A terra que mana leite e mel.** 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3jAi54v> Acesso em: 01 out. 2020.

INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MS. **Unidades de Conservação em MS.** 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3knsVLT> Acesso em: 7 set. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). **Em 10 anos, redução da extrema pobreza foi de ao menos 63%.** 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2zFTbMh> Acesso em: 25 maio 2019.

_____. **Atlas da violência no campo no Brasil.** 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3gsXQ8i> Acesso em: 15 jul. 2020.

_____. **Nota técnica:** evolução do crédito rural nos últimos. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2YElc3M> Acesso em: 20 ago. 2020.

_____. **PNAE:** modelo lógico, resultados e desafios de uma política pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar. Disponível em: <https://bit.ly/3lhRDi6> Acesso em: 10 ago. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (Incra). **Sistema nacional de cadastro rural de Mato Grosso do Sul.** 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2IE2dFG> Acesso em: 2 nov. 2018.

_____. **Informações gerais sobre os assentamentos da reforma agrária.** Disponível em: <https://bit.ly/3fnCDuX> Acesso em: 4 mar. 2020.

_____. **Incra nos estados** - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária <https://bit.ly/3mrutXa> Acesso em: 4 mar. 2020.

_____. **Assentamentos.** 2020. Disponível em: <https://bit.ly/32CEIQD> Acesso em: 4 mar. 2020.

_____. **Como é um assentamento?** 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3iHvQyC> Acesso em: 4 mar. 2020.

_____. **Estrutura fundiária do Mato Grosso do Sul.** 2020 Disponível em: <https://bit.ly/2RoZVqD> Acesso em: 4 mar. 2020.

_____. **Obtenção de terra.** 2020. Disponível em: <https://bit.ly/33CPG7Z> Acesso em: 4 mar. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (INE). **Censo 2018.** Disponível em: <https://bit.ly/32LZ6iy> Acesso em: 28 mar. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Evolução mensal e sazonal das chuvas.** 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2HzU68R> Acesso em 18 de out. de 2020.

JOHNS HOPKINS UNIVERSITY. **Estatísticas atualizadas da Covid-19.** 2021. Disponível em: <https://cutt.ly/CvtSz9v> Acesso em 30 de abr. de 2021.

JORNAL BOM DIA BRASIL. **Estiagem prolongada faz Pantanal ficar com paisagem de deserto.** 2010. Disponível em: <https://glo.bo/34CabUc> Acesso em: 15 out. 2020.

JORNAL CAMPO GRANDE NEWS. **Pesquisa aponta que MS perdeu R\$ 352 milhões com contrabando de cigarros.** Disponível em: <https://bit.ly/2ELtM9P> Acesso em: 30 ago. 2020.

_____. **Água dos assentamentos de Corumbá e Ladário é imprópria para consumo.** 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3jzfXtL> Acesso em: 20 out. 2020.

_____. **Agricultura avança em Bonito, “engole” vegetação e ameaça rios.** Disponível em: <https://bit.ly/30dK56j> Acesso em: 15 maio 2020.

_____. **Em MS, 3% da população vivem na extrema pobreza.** 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2V8J0eO> Acesso em: 6 maio 2020.

_____. **Estudo mostra que agrotóxicos ameaçam vida no Cerrado de MS.** Disponível em: <https://bit.ly/3orXLGs> Acesso em 02 de maio de 2021.

JORNAL CORREIO DO ESTADO. **Indenização da Vale por secar córrego não foi para a comunidade.** 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3jQN39C> Acesso em: 9 set. 2020.

JORNAL DIÁRIO CORUMBAENSE. **Siderúrgica consegue liminar enquanto moradores sofrem com falta de água.** Corumbá-MS, sexta-feira, 17 de setembro de 2010 - Ano: IV - Edição: 839, p.6-7. Impresso.

_____. **Depois da Marcha dos Esquecidos, assentados definem ações com prefeito.** Corumbá-MS, sexta-feira, 17 de setembro de 2010 - Ano: IV - Edição: 839, p.5 Impresso.

_____. **Com bloqueio de fronteira e BR, assentados cobram ações governamentais.** 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2HI8BH8> Acesso em: 7 jul. 2020.

_____. **Prefeitura afasta servidor investigado por fraude no Programa Fome Zero.** 2019. Disponível em: <https://bit.ly/35LSHxk> Acesso em: 27 out. 2020.

_____. **MP aponta que quase 60% dos focos de queimadas em 2020 estavam ligados a atividades agropastoris.** Disponível em: <https://bit.ly/3uGFaIP> Acesso em 01 de abr. de 2021

_____. **Sindicato Rural de Corumbá contesta relatório do MP sobre incêndios no Pantanal.** Disponível em: <https://bit.ly/3uKXssp> Acesso em 01 de abr. de 2021

JORNAL O GLOBO. **Bolsonaro planeja indulto a policiais de Eldorado do Carajás, Carandiru e ônibus 174.** 2019. Disponível em: <https://glo.bo/3jMCKDG> Acesso em: 20 jul. 2020.

LAGEA. **Banco de dados da luta pela terra.** 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2ZHxAAu> Acesso em: 8 out. 2020.

MAPEAR. **Mapeamento dos pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais brasileiras.** Disponível em: <https://bit.ly/2QCitDE> Acesso em: 30 ago. 2020.

MIDIAMAX. **Superintendente do Incra de MS é preso por fraude em venda de lotes para a reforma agrária** (2010). Disponível em: <https://bit.ly/3jIzCaW> Acesso em: 29 out. 2020.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (Mapa). **Indicadores da agricultura.** Disponível em: <https://bit.ly/2Dr0E7y> Acesso em: 7 out. 2020.

_____. **VBP agropecuária.** 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2Z0CMPF> Acesso em: 7 out. 2020.

MINISTERIO DA JUSTIÇA. **Mato Grosso do Sul registra queda de 34,16% no número de carros furtados em 2019.** Disponível em: <https://bit.ly/3gV5HuM> Acesso em: 1 set. 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). **Operação Tellus:** quatro servidores do Incra são condenados por venda de lotes da reforma agrária (2018). Disponível em: <https://bit.ly/2HT9RYI> Acesso em: 29 out. 2020.

_____. **Denúncia do MPF resulta em multa milionária a dois ex-superintendentes do Incra** (2020). Disponível em: <https://bit.ly/3kKvdW3> Acesso em: 29 out. 2020.

MOSTRA DE AUDIOVISUAL DE DOURADOS. **Os esquecidos do Pantanal.** 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3jqISSG> Acesso em: 29 out. 2020.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Site institucional.** 2021. Disponível em: <https://bit.ly/2S4gFam> Acesso e 10 de mar. de 2021.

MUSEU DA CULTURA DOM BOSCO. **Povos Indígenas do Mato Grosso do Sul:** alguns aspectos antropológicos. Disponível em: <https://bit.ly/2QIm3fy> Acesso em: 27 ago. 2020.

NEAP. **Perfil no *Instagram*** Disponível em: <https://bit.ly/35Gowhy> Acesso em: 3 jul. 2020.

NSC TOTAL. **Dólar chega a R\$ 4,10 mesmo com intervenção do Banco Central.** 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2zBXSqq> Acesso em: 7 fev. 2019.

OBSERVATÓRIO DE INOVAÇÃO SOCIAL DE FLORIANÓPOLIS. **Quem somos?** <https://bit.ly/3jyz9Ih> Acesso em: 10 abr. 2018.

OBSERVATÓRIO DO PANTANAL. **Quatro municípios do Pantanal estão entre os 10 com mais focos de incêndios do país.** 2020. Disponível em <https://bit.ly/2GaHjc8> Acesso em: 27 out. 2020.

_____. **Panorama das queimadas no Pantanal.** Disponível em <https://bit.ly/35Rc7HB> Acesso em: 30 out. 2020.

OBSERVATÓRIO DO TURISMO. **Valor bruto da produção, a preços correntes, do total da economia do estado e das ACT em MS (2013-2017).** Disponível em: <https://bit.ly/3jwo6jc> Acesso em: 17 set. 2020.

ONG NÃO SE CALE. **Tráfico de mulheres.** Disponível em: <https://bit.ly/3bbXGjy> Acesso em: 30 ago. 2020.

ONG POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. **Povos indígenas do Brasil.** Disponível em: <https://bit.ly/3hz5fCJ> Acesso em: 09 set. 2020.

ONG REPORTER BRASIL. **Trabalho escravo, despejos e máscaras a R\$ 0,10: pandemia agrava exploração de migrantes bolivianos em SP.** Disponível em: <https://bit.ly/3hMa9gz> Acesso em: 30 ago. 2020.

PORTAL DA INDÚSTRIA. **Perfil da indústria em MS.** Disponível em: <https://bit.ly/2QFJc27> Acesso em: 12 set. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO. **20 anos do assentamento 72 comemora conquistas da reforma agrária.** Disponível em: <https://bit.ly/325g2Qf> Acesso em: 1 ago. 2020.

_____. **Prefeitura reativa segunda bomba d'água e garante melhorias na produção do assentamento 72.** 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3jEwD37> Acesso em: 3 set. 2020.

RECEITA FEDERAL. **Operação *Mutatis* apreende mais de R\$ 1,3 milhão em mercadorias e veículos no Mato Grosso do Sul.** 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3gRR6Ag> Acesso em 18 de set. de 2020.

REDE ECOVIDA. **Quem somos?** Disponível em: <https://bit.ly/2Plcxy4> Acesso em: 1 jul. 2020.

SDA. **As diferenças entre orgânicos e agroecológicos.** Disponível em: <https://bit.ly/30p9taM> Acesso em: 29 jul. 2020.

SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO (SAFC). **Agricultura familiar do Brasil é 8ª maior produtora de alimentos do mundo.** 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2JxkmjP> Acesso em: 28 mar. 2019.

SEMAGRO. **Governo aprova Plano estadual de agroecologia, produção orgânica e extrativismo sustentável.** 2019. Disponível em: <https://bit.ly/33zkdnc> Acesso em: 7 out. 2020.

_____. **PIB industrial 2019.** Disponível em: <https://bit.ly/31HijBd> Acesso em: 7 out. 2020.

SENADO NOTÍCIAS. **Mudanças do governo no meio ambiente serão analisadas pelo novo Congresso.** 2019. Disponível: <https://bit.ly/2MO1qi2> Acesso em: 10 mar. 2019.

SINDUSCONMS. **Crescimento da construção civil em 2019.** Disponível em: <https://bit.ly/2EMJUb8> Acesso em: 7 out. 2020.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). **Mapa da desigualdade 2019.** Disponível em: <https://bit.ly/3ch0kEG> Acesso em: 20 fev. 2020.

SOS PANTANAL. **Perfil no Instagram** Disponível em: <https://bit.ly/2OoDDE4> Acesso em: 15 maio 2020.

SUBSECRETARIA ESPECIAL DE CIDADANIA (SECID/MS). **Comunidades indígenas em MS.** Disponível em: <https://bit.ly/3ksQsvd> Acesso em: 12 set. 2020.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Conflitos agrários e violência no Brasil: agentes sociais, lutas pela terra e Reforma Agrária** Disponível em: <https://bit.ly/2CYAWXJ> Acesso em: 29 jul. 2020.

THE LANCET. **Covid-19 in Brazil: “So what?”** 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2xRuaAu> Acesso em 10 de jun. de 2020.

TRANSPORTAL. **O que fazer em Corumbá.** Disponível em: <https://bit.ly/35GuezX> Acesso em: 6 out. 2020.

UNIÃO EUROPEIA. **Compreender as políticas da União Europeia.** 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2NFhiCW> Acesso em: 30 maio. 2019.

UOL. **Dólar tem 5ª alta, passa de R\$ 5,80 e bate recorde pelo 2º dia; Bolsa cai.** 2020. Disponível: <https://bit.ly/3fCADjO> Acesso em: 6 maio 2020.

WORLD WIDE FUND FOR NATURE (WWF). **Grilagem.** Disponível em: <https://bit.ly/2TTagN8> Acesso em: 30 maio 2020.

APLICATIVOS, PLATAFORMAS, PROGRAMAS OU REDES SOCIAIS UTILIZADOS

Academia.edu	https://www.academia.edu/
Bitly	http://www.icp.com.br/icpresponde189.asp
Catálogo de Teses e Dissertações da Capes	https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/
Creately	https://app.creately.com/
Google Meet	https://meet.google.com/
Google Scholar	https://scholar.google.com.br/
Infogram	https://infogram.com/pt/criar/nuvem-de-palavra
Instagram	https://www.instagram.com/
Microsoft Office Excel	https://bit.ly/3jztxxf
Microsoft Office Word	https://bit.ly/3e6ywo0
Plataforma Lattes	http://lattes.cnpq.br/
Prezi	https://prezi.com/
Scopus	https://www.scopus.com/home.uri
Spell	http://www.spell.org.br/sobre/objetivos
Telefone	Rede telefônica
YouTube	https://www.youtube.com/

APÊNDICES

APÊNDICE A – REVISÃO SISTEMÁTICA

A revisão sistemática foi realizada em outubro, com consequente análise até dezembro de 2018. Todo material levantado foi previamente apresentado na qualificação do projeto de tese, em 30 de setembro de 2019.

Foram definidos cinco descritores chave: Inovação Social, Inovação Social Rural, Desenvolvimento Rural, Desenvolvimento Territorial Sustentável e Fronteira. Subsequente, estes termos foram pesquisados em inglês (*“social innovation”*; *Rural Social Innovation*; *Rural Development*; *Territorial Development Sustainable*; *Frontier*), totalizando dez termos. Como o trabalho de campo foi realizado em uma zona fronteira, também foi pesquisado o termo “fronteira” em espanhol (*“frontera”*) para reconhecer o que vem sendo publicado sobre o objeto da tese em espanhol. Inicialmente, foram definidas três bases de dados: Spell; Scopus; Catálogo de Teses e Dissertações Capes.

Após a definição dos dez termos, foi iniciado o processo de filtragem que considerou: i) trabalhos encontrados; ii) disponíveis para leitura; iii) área (ciências sociais, ciências humanas, *business and management*), chegando aos primeiros artigos e teses selecionados, conforme descrito abaixo.

Quadro 17 - Processo de revisão sistemática

TERMOS	SPELL ¹	SCOPUS	TESES E DISSERTAÇÕES
Inovação Social	35 encontrados 35 abertos 13 selecionados	110 encontrados 65 abertos 17 selecionados	152 dissertações e 60 teses encontradas 255 abertos 6 selecionados
<i>“social innovation”</i>	0	2297 encontrados 143 abertos 28 selecionados	---
Inovação Social Rural	0	5 encontrados 5 abertos 5 selecionados	---
<i>Rural Social Innovation</i>	0	5 encontrados 5 abertos 5 selecionados	----
Desenvolvimento Rural	296 encontrados 296 abertos 12 selecionados	181 43 abertos 12 selecionados	30.6872 encontrados 2967 encontrados (“aspas”) ² 351 dissertações e 60 teses (411 aberto) - 60 teses foram pré-selecionadas para análise. 5 trabalhos
<i>Rural Development</i>	Resultado igual anterior. Ocorre que eram os mesmos artigos, mas a base	74.672 encontrados 13.942 (“aspas”) ² <i>Social sciences</i> (511) + <i>Business</i> ,	-----

	indicou os <i>abstracts</i> .	<i>Management and Accounting</i> (25) Subtotal 524 Após análise: 30	
Desenvolvimento Territorial Sustentável	40 encontrados 40 artigos 3 selecionados	12 encontrados 3 abertos 3 selecionados	140 dissertações + 37 teses = 177 abertos 11 selecionados
<i>Territorial Development Sustainable</i>	Resultado igual anterior. Ocorre que eram os mesmos artigos, mas a base indicou os <i>abstracts</i>	1728 encontrados 226 abertos 12 selecionados	-----
Fronteira / Frontera / Frontier	87 encontrados 87 abertos 5 selecionados	255 encontrados 68 abertos 33 ciências sociais 4 selecionados	7478 encontrados 2097 teses 284 ciências humanas 4 selecionados

¹ Spell é uma base de dados brasileira. Foi descartada a busca em inglês nessa base, pois ela oferecia o mesmo artigo em português (puxava o *title* e o *abstract* de um artigo escrito em português).

² Gerou um resultado muito amplo, o que demandou nova busca com o termo “entre aspas”.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Após esse primeiro processo de filtragem, começamos a excluir os artigos repetidos e os artigos pertencentes à área da saúde (medicina, sobretudo), por não ter correlação com o escopo desta tese.

Por fim, um quarto e último filtro foi aplicado, com objetivo de identificar quais artigos eram teóricos, portanto, propunham um desenvolvimento/debate teórico acerca de algum fenômeno; ou era apenas replicação, aplicação de modelos, não apresentando uma discussão teórica. Os números dessa análise são apresentados abaixo.

Quadro 18 - 4º filtro - artigos teóricos e estudos de caso/modelos.

Quanto são teóricos – fazem a ciência/teoria avançar	35
Quanto são casos – análises de casos/ modelos	94
TOTAL	129

Fonte: Dados da Pesquisa.

Após assistir três bancas de qualificação e ver a banca exaltar as buscas no *Google Scholar*, decidimos também realizar um levantamento nesta base, apenas com o termo: “*Rural Social Innovation*”, que gerou 72 resultados.

Uma primeira leitura permitiu excluir os trabalhos repetidos e categorizar 47 resultados em: 20 livros, 2 *shorts paper* e 25 artigos. Dos 25 artigos, 10 foram selecionados para compor o resultado da revisão sistemática, descritos abaixo.

Quadro 19 - Resultado final da revisão sistemática

Total Artigos Scopus + Spell	35
Total Teses e Dissertações	06
Total Artigos Google Scholar	10
Total de produções para análise	51

Fonte: Dados da Pesquisa.

Referente às teses e dissertações, conforme descrito no Quadro 17, obteve-se um total de 26 trabalhos. Após a análise de todas elas (título, resumo e leitura da introdução e 1º capítulo) foram identificadas 6 teses que contribuíram com a elaboração dessa pesquisa. Elas estão apresentadas no Quadro 20, e os artigos no Quadro 21.

Quadro 20 - Resultado final da revisão sistemática – teses

TÍTULO	ÁREA	AUTOR(A) UNIVERSIDADE	ANO	CATEGORIA
Agricultores familiares, agroindústrias e território: a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no oeste catarinense.	Desenvolvimento Rural	Luiz Carlos Mior - UFSC	2004	Tese
Paradigmas do desenvolvimento agrário em questão: do agrário ao territorial		Arilson Favareto - USP	2006	Tese
Atuação das Ongs nas dinâmicas de DTS no meio rural de Santa Catarina: os casos da Apaco, Centro Viane de Educação Popular e da Agreco	Desenvolvimento Territorial Sustentável	Carolina Andion - UFSC	2007	Tese
Redes de agroecologia: uma inovação estratégica para o desenvolvimento territorial sustentável. estudo de caso de dois grupos do núcleo litoral catarinense da Rede Ecovida de Agroecologia no período de 2002 a 2012.		Suzana Maria Pozzer da Silveira - UFSC	2013	Tese
As inovações procuram a saída: perspectivas para a promoção da cogestão adaptativa para o Desenvolvimento Territorial Sustentável na zona costeira de Santa Catarina		Mariana Aquilante Policarpo – UFSC	2016	Tese
Desenvolvimento territorial, políticas públicas e inovação social no Alto Jequitinhonha - MG	Inovação Social	Allain Wilham Silva de Oliveira - UNESP	2015	Tese

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 21 – Revisão sistemática - artigos

TÍTULO	PAÍS	REVISTA	BASE
Inovação social para o desenvolvimento sustentável: um caminho possível	Brasil	CORREIA, S. E. N., <i>et al.</i> Administração Pública e Gestão Social , v.10, n.3, p. 199-212, 2018.	SPELL
Uma visão geral sobre a pesquisa em inovação social: guia para estudos futuros	Brasil	AGOSTINI, M. R. <i>et al.</i> Brazilian Business Review , v.14, n.4, p.385-402, 2017.	SPELL
Sociedade civil e inovação social na esfera pública: uma perspectiva pragmatista	Brasil	ANDION, C.; <i>et al.</i> Revista de Administração Pública , v.51, n.3, p.369-387, 2017.	SPELL
Inovação social e tecnologia social: o caso da cadeia curta de agricultores familiares e a alimentação escolar em Porto Alegre/RS	Brasil	FRANZONI, G. B.; SILVA, T. N. Desenvolvimento em Questão , v.14, n.37, p. 353-386, 2016.	SPELL
Inovação social: em direção a um novo paradigma de inovação	Alemanha	HOWALDT, J.; DOMANSKI, D.; KALETKA, C. Revista de Administração Mackenzie , v.17, n.6, p.20-44, 2016.	SPELL
Explorar várias abordagens para a inovação social: uma análise da literatura francófona e uma proposta de tipologia de inovação	Canadá	GREGOIRE, M. Revista de Administração Mackenzie , v.17, n.6, p.45-71, 2016.	SPELL
Dimensões da inovação social e os papéis do ator organizacional: a proposição de um <i>framework</i>	Brasil	CORREIA, S. E. N.; OLIVEIRA, V. M.; GOMEZ, C. P. Revista de Administração Mackenzie , v.17, n.6, p.102-133, 2016.	SPELL
Economia social e solidária, governança e turismo no âmbito do desenvolvimento territorial sustentável	Brasil	SPERB, M. P.; SERVA, M. Revista de Ciências da Administração , v.20, n.50, p. 93-109, 2018.	SPELL
Ação coletiva e coprodução para o desenvolvimento rural: um estudo de caso do Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Serra Catarinense	Brasil	RIBEIRO, A. C., ANDION, C., BURIGO, F. Revista de Administração Pública , v. 49, n. 1, p. 119-140, 2015.	SPELL
Um estudo da contribuição da agricultura multifuncional para o desenvolvimento rural sustentável	Brasil	GRANZIERA, M. M.; SAES, M.S.M. Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade , v. 3, n. 1, p. 60-70, 2014.	SPELL
Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas	Brasil	FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F.; DIAS, M. M. Revista de Administração Pública , v.46, n.6, p.1575-1597, 2012.	SPELL
Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs) e a construção democrática: esfera pública de debate entre agricultores familiares e o Estado?	Brasil	MOURA, J. T. Organizações Rurais & Agroindustriais , v.9, n.2, p.241-255, 2007.	SPELL
Evolução dos temas relacionados ao desenvolvimento rural: de 1950 a 2000	Reino Unido	ELLIS, F.; BIGGS, S. Organizações Rurais & Agroindustriais , v.7, n.1, p.60-69, 2005.	SPELL
Experiências utópicas no território fronteiriço do Mercosul e as alternativas de sustentabilidade e desenvolvimento para o terceiro milênio	Brasil	OLIVEIRA, J. R. Desenvolvimento em Questão , v.10, n.20, p.28-51, 2012.	SPELL

Management innovation and social innovation: convergences and divergences	Brasil	LOPES, D. <i>et al.</i> Academia Revista Latinoamericana de Administracion v.30, n.4, p.474-489, 2017.	SCOPUS
Tecnologia social e inovação social: interação indutora do desenvolvimento sustentável nos territórios rurais	Brasil	ARAUJO, R. O. A.; CANDIDO, G. A. Revista de Gestão Social e Ambiental v.9, n.3, 2015.	SCOPUS
A inovação social e o desenvolvimento sustentável na agricultura: O caso do projeto Mulheres de Corpo e Alga	Brasil	PAULA, E.V., et. al. Revista em Agronegócio e Meio Ambiente v.8, n.2, 2015.	SCOPUS
Inovação social: perspectivas e desafios	Brasil	JULIANI, D. P. <i>et al.</i> Espacios v.35, n.5, 2014	SCOPUS
Social innovation in rural development: identifying the key factors of success	Alemanha	NEUMEIER, S. The Geographical Journal . v.183, n.1, p.34-46, 2017.	SCOPUS
Social innovation and sustainable rural development: The case of a Brazilian agroecology network	Suíça	ROVER, O. J. <i>et al.</i> Sustainability . v.9, n.3, pp.1-14, 2017	SCOPUS
Social innovation: a window on alternative ways of organizing and innovating	Reino unido	TRACEY, P.; STOTT, N. Innovation: management, policy and practice v.19, n.1, 2, p.51-60, 2017.	SCOPUS
Are social innovation paradigms incommensurable?	Reino Unido	MONTGOMERY, T. Voluntas - International Society For Third Sector Research . v. 27, n.4, p.1979-2000, 2016.	SCOPUS
Interpretations of innovation in rural development. The cases of leader projects in Lecce (Italy) and Granada (Spain) in 2007-2013 period.	Itália	NAVARRO, F. et. al. European Countryside . v.10, n.1, p.107-126, 2018.	SCOPUS
Innovaciones sociales para territorios “inteligentes”: ¿ficción o realidad?	México	PARADA, J. Problemas del Desarrollo . v.48, n.190, p.11-35, 2017.	SCOPUS
Governança dos recursos de uso comum e desenvolvimento territorial sustentável: análise dos arranjos institucionais da pesca na grande Florianópolis	Brasil	DE OLIVEIRA MENEZES, E. C., SERVA, M. R., RONCONI, L.F. Revista de Gestão Social e Ambiental . v.10, n.1, p. 22-40, 2016.	SCOPUS
A new paradigm of rural innovation: learning from and with rural people and communities	Canadá	JEAN, B. Canada Research Chair on rural development Université du Québec à Rimouski (UQAR) , 2014.	SCOPUS
Por uma abordagem relacional do desenvolvimento territorial rural	Brasil	FREITAS, A. F. Revista de Economia e Sociologia Rural . v.54, n.4, p.667-690, 2016.	SCOPUS
Rumo ao desenvolvimento espacial sustentável? explorando as implicações da nova bioeconomia no setor agroalimentar e na inovação regional	Brasil	HORLINGS, I.; MARSDEN, T. Sociologias , Porto Alegre, v.13, n. 27, p.142-178, 2011.	SCOPUS
A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural	Brasil	SCHNEIDER, S.; ESCHER, F. Sociologias . n.27, p. 180-219, 2011.	SCOPUS
Redes, atores e desenvolvimento rural: Perspectivas na construção	Brasil	SCHIMIT, C.J. Sociologias . n.27, p.82-112, 2011.	SCOPUS
Situando o desenvolvimento rural no Brasil: O contexto e as questões em debate	Brasil	SCHNEIDER, S. Revista de Economia Política . v.30, n.3, p.511-531, 2010.	SCOPUS

Rural poverty and development strategies in Latin America	Reino Unido	KAY, C. Journal of Agrarian Change . v.6, n.4, p.455-508, 2006.	SCOPUS
Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo: entre o idealizado e as práticas possíveis	Brasil	DE MELO, T.G., SCOPINHO, R.A. Sociedade e Estado , v.33, n.1, p. 63-86, 2016.	SCOPUS
Consórcio Intermunicipal da Fronteira (CIF): descrevendo as principais ações voltadas ao desenvolvimento regional a partir da perspectiva do poder público municipal	Brasil	ANGNES, J. S., <i>et al.</i> Revista de Administração Pública . v.47, n.5, p.1165-1188, 2013.	SCOPUS
Social Innovation: buzz word or enduring term?	Austrália	POL, E.; VILLE, S. <i>The Journal of Socio-Economics</i> . v.38, n.1, 2009.	SCOPUS
A inovação social para o desenvolvimento rural: desafios para as instituições brasileiras	Brasil	MUÑOZ, E.F.P.; MUÑOZ, A.E.P. <i>Revista Brasileira de Tecnologia Agropecuária</i> . v.1, n.2, p.146-158, 2017.	Google Scholar
Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecovida de Agroecologia	Brasil	ROVER, O.J. <i>Ciências Sociais Unisinos</i> . v.47, n.1, p.56-63, 2011	Google Scholar
As inovações sociais podem contribuir para transformações, mas isso não é tão evidente	Canadá	LÉVESQUE, B. <i>Revista Ciências em Debate</i> , v. 1, n. 2, p. 179-199, 2014.	Google Scholar
Constructing the evolution of social innovation: methodological insights from a multi-case study	Reino Unido	MCGOWAN, K. A.; WESTLEY, F. European Public & Social Innovation Review , v.2, n.1, 2017.	Google Scholar
Inovação social na comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos da agricultura familiar no Distrito Federal	Brasil	SABOURIN, E. Sustentabilidade em Debate . v.5, n.3, p.98-119, 2014.	Google Scholar
Promoting and sustaining rural social innovations	Suécia	LINDBERG, M. European Public & Social Innovation Review , v.2, n.2, 2017.	Google Scholar
Social innovation and sustainability: how to disentangle the buzzword and its application in the field of agriculture and rural development.	Holanda	BOCK, B. Economics , v.114, p.57-63, 2012.	Google Scholar
Social innovations in rural communities: methodological framework and empirical evidence	Lituânia	BUTKEVIČIEN, E. E. European Public & Social Innovation Review (EPSIR) , v.2, n.1, 2017.	Google Scholar
Why do Social Innovations in Rural Development: matter and should they be considered more seriously in rural development research? – proposal for a stronger focus on social innovations in rural development research.	Alemanha	NEUMEIER, S. Sociologia Ruralis . v.52, n.1, p.48-69, 2012.	Google Scholar
Rural Marginalisation and the role of Social Innovation; A Turn Towards Nexogenous Development and Rural Reconnection	Holanda	BOCK, B.B. Sociologia Ruralis , v.0, n.0, p.1-22, 2015	Google Scholar

Fonte: Dados da Pesquisa

APÊNDICE B – REVISITANDO O DEBATE SOBRE DESENVOLVIMENTO

Entrar no debate sobre o desenvolvimento é pré-requisito para reconhecer as abordagens teóricas e políticas que marcam, atualmente, os discursos nesse campo. Os textos que compõe a teoria do desenvolvimento representam uma coleção de teorias sobre a mudança social desejável (HOWALDT *et al.*, 2014), permitindo a compreensão das desigualdades das condições materiais de existência dos indivíduos em escala planetária (AZOULAY, 2002). Em razão disto, essa coleção se baseia numa ampla variedade de disciplinas e abordagens das ciências sociais. Durante décadas, o desenvolvimento serviu para legitimar as políticas econômicas e sociais e fez as pessoas acreditarem na riqueza (RIST, 1996). Motivo este que justifica o fato de o desenvolvimento estar, ainda hoje, no centro das discussões científicas e políticas. Cada teoria, a sua época, buscou responder uma determinada lacuna deixada pela teoria anterior, ou propor modelos prescritivos de como um determinado país alcançaria a ordem e o progresso tão desejado por todos e pregado pela modernidade; ou buscou romper com a modernidade (pós-modernidade). No box 9, sintetizamos as principais.

Box 9 – Revisitando as principais teorias do desenvolvimento

I. Do crescimento econômico ao desenvolvimento

Teorias do crescimento econômico e desenvolvimento são duas temáticas que receberam debates fervorosos e a dedicação de inúmeros pensadores, principalmente da economia e da sociologia do desenvolvimento (BRUE e GRANT, 2016). As constantes mudanças nas sociedades geraram uma reinterpretação do entendimento sobre os modos de regulação econômica, sobre o regime de acumulação e o modelo de organização do trabalho (LIPIETZ, 1991). Nesse arranjo, o debate entre crescimento e desenvolvimento ganhou forma, ramificações e difusos entendimentos.

Há uma reafirmação generalizada que interpreta o desenvolvimento como crescimento econômico. Essa associação, tal como compreendemos hoje, passou a ser delineado no período pós-guerra, 1945, em razão de os países europeus enfrentarem diversos problemas similares aos dos países periféricos, como a agricultura familiar atrasada, a industrialização incipiente, o desemprego, a necessidade de reerguer as cidades destruídas pelos bombardeios, fortalecer e estabelecer regimes democráticos, em suma, combater o grande atraso ou prejuízo econômico e social (RIST, 1996; SACHS, 2008). O crescimento passou a ser sinônimo de progresso, consequência da acumulação de riqueza; e o progresso (social e material) levaria,

“espontaneamente”, à melhora dos padrões sociais (CARDOSO, 1995).

Uma análise histórica¹³⁷ do termo “desenvolvimento” mostra que sua idealização surge com o objetivo de promover políticas e projetos que contribuíssem para a emancipação econômica e social das nações. Entretanto, diversas controvérsias acompanharam as diferentes correntes sobre as teorias ou interpretações, como a própria reivindicação feita por alguns pesquisadores de o “desenvolvimento” constituir um campo analítico específico da teoria econômica (RIST, 1996). Nessa disputa, a concepção do desenvolvimento e a problemática investigada “passaram de moda e seu *status* acadêmico é cada vez mais marginal, e as razões são múltiplas” (SACHS, 2010, p.10).

Azoulay (2002) apresenta que as teorias clássicas do desenvolvimento, especialmente as de Adam Smith, David Ricardo, John Stuart Mill, Joseph Schumpeter e Karl Marx dão significado aos mecanismos operacionais do mercado em conjunto com as classes sociais que participam dele. Cada qual, à sua maneira, analisa as mudanças na vida dos indivíduos, nas estruturas de produção, consumo, distribuição de renda, acumulação de riquezas, funcionamento das instituições políticas e sociais, distribuição de poder entre os grupos sociais e na maneira como eles influenciam o seu próprio futuro¹³⁸.

No desenrolar do processo científico, inúmeros teóricos apresentaram modelos, análises e compreensões acerca de desenvolvimento. Dentre tais modelos, destacamos o sistema teórico idealizado por Joseph Schumpeter em *A Teoria do Desenvolvimento Econômico* (1911) e *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (1942); ambas abordam os ciclos econômicos e a teoria do desenvolvimento, que está associado ao conceito de inovação, intrinsecamente relacionado à geração de valor, decorrente do processo de destruição criadora. Para o autor, é necessária, à medida que é preciso criar algo novo ou transformar algo já existente, a combinação de diferentes formas e recursos disponíveis nas organizações para a promoção da inovação. O desenvolvimento econômico, então, acontecerá através da destruição criativa — mudanças descontínuas e com potencialidade de despertar uma modificação social advindas das inovações. No processo dinâmico do desenvolvimento econômico surge a figura do empreendedor, a pessoa que executa essas novas combinações, introduz inovações, corre risco e busca o lucro. Mas do que detalhar a abordagem de Schumpeter, cabe refletir sobre o avanço e a aceitação dessa teoria, pois, se, por um lado, vem estimulando o desenvolvimento do empreendedorismo ao longo do tempo, por outro ampliou a confusão generalizada entre desenvolvimento e crescimento econômico, tudo isso em decorrência dos discursos políticos e das diversas pesquisas.

Dentre as diferentes concepções sobre as teorias de desenvolvimento e crescimento econômico, temos a “abordagem teórica pioneira” (RIST, 1996; AZOULAY, 2002) do *modelo dualista* de Arthur Lewis e do *modelo linear* de Walt Whitman Rostow, que, através de princípios neoclássicos, avaliam a alocação de recursos e técnicas modernas nas economias subdesenvolvidas, objetivando a evolução econômica através da expansão do capitalismo. Em

¹³⁷ Mattedi (2002) sinaliza que, em sua trajetória histórica, o desenvolvimento é idealizado através das “teorias da modernização”, com raízes nas teorias evolucionistas, nas noções de progresso embasadas em Adam Smith e na Sociologia Evolucionista do século XIX, que propunha a noção de subdesenvolvimento, indicando o atraso dos países pobres e a necessidade de eles seguirem os caminhos iniciados pelos países ricos, na via do desenvolvimento. O ápice desse ditame será nas décadas de 1950-60, caracterizando a chamada *idade de ouro do desenvolvimento*.

¹³⁸ Para Lipietz (1991), o regime de acumulação é o resultado macroeconômico do funcionamento do modo de regulação, com base num modelo de organização de trabalho. Ao resultado desse conjunto de interfaces se dá o nome de modelo de desenvolvimento.

ambos os modelos, o conceito de desenvolvimento, tal qual em Schumpeter, baseia-se, fundamentalmente, no crescimento econômico, medido pelo aumento da renda *per capita*¹³⁹. Tal crescimento ocorreria quando do avanço do capitalismo, em que vale a fórmula: aumento dos salários igual a aumento do consumo.

A abordagem dualista de Lewis (1955), por exemplo, é um dos modelos mais famosos da década de 1950 e 1960. Ele parte do princípio clássico de acumulação, pelo qual o lucro é a fonte de investimento e crescimento. Este modelo enfatiza o processo de crescimento em países em desenvolvimentos, dividindo a economia em dois setores: o setor de subsistência rural tradicional e o setor industrial urbano moderno. Para Lewis, o setor rural possuía muito trabalho excedente em relação ao capital e aos recursos naturais; logo, grande parte desse trabalho poderia ser transferida para o setor urbano, sem que isso afetasse a produção agrícola.

Já o modelo linear de Rostow (1966) indica que o subdesenvolvimento é resultado do atraso dos países do Sul. Para solucionar essa questão, estes países deveriam adotar um modelo de desenvolvimento igual ao dos países do Norte (os “desenvolvidos”). O resultado dessa abordagem é a concepção de desenvolvimento em estágios,¹⁴⁰ que deveriam ser seguidos pelos países em atraso. Nesse modelo, a alta concentração de matéria-prima é condição necessária para a alavancada do crescimento econômico.

Essas duas hipóteses não são realistas e não consideraram as diferentes especificidades dos diversos países que a implantaram. Temos aqui a inspiração de dois modelos de planejamento que concebe o desenvolvimento (econômico) pregado na prioridade do pleno emprego e da importância do *estado do bem-estar*¹⁴¹. Essa receita de planejamento, ainda muito pretendida e idealizada por diversos países (sobretudo os do Sul) e por inúmeros pesquisadores, não funcionou em sua plenitude para muitos lugares fora do eixo dos países do Norte, isso porque, em países semi-industrializados, como é o caso do Brasil, a população pobre não teve acesso aos bens materiais e culturais, tal como previsto pelos modelos de Lewis e Rostow e realizado nos países considerados desenvolvidos, principalmente em relação ao acesso a saúde e a educação.

A partir da década de 1945, com ápice no início dos anos 1970, o paradigma desenvolvimentista é colocado em prática, em diferentes países, por meio do modelo de *desenvolvimento Fordista*. Segundo Lipietz (1991), este modelo baseava-se na conexão do *taylorismo*¹⁴² com a mecanização no interior de grandes empresas. Algumas concepções

¹³⁹ *Per capita* é um indicador que mede o grau de desenvolvimento de um país. Consiste na divisão do coeficiente da renda nacional (produto nacional bruto, subtraído dos gastos de depreciação do capital e dos impostos indiretos) pela sua população. Para mais “medições” do desenvolvimento, cf. VEIGA (2010), capítulo 2: *como pode ser medido o desenvolvimento?*

¹⁴⁰ Os estágios, segundo Rostow, são: a sociedade tradicional; as condições para a arrancada; a arrancada; a marcha para a maturidade e a era do consumo de massa.

¹⁴¹ Fiori (1997) define o *estado de bem-estar (Welfare State)*, como o exercício público da proteção social. O conceito prevê, a partir das ações do Estado para o campo social e econômico, a distribuição de renda, a qualidade de vida e o acesso na prestação dos serviços públicos. O conceito foi sendo construído ao longo do avanço do capitalismo. O *Welfare State* não pode ser compreendido apenas em termos de direitos e garantias. Também é preciso considerar de que forma as atividades estatais se entrelaçam com o papel do mercado e da família em termos de provisão social. O resultado esperado desse modelo é o *American way of life*, que está relacionada à indústria cultural, indicando o estilo de vida americano resultante do modelo capitalista de produção (consumo); enquanto o *Welfare State* está relacionado ao contexto social.

¹⁴² *Taylorismo* é um modelo de organização do trabalho inspirado nas contribuições de Frederick Taylor, especificamente na racionalização da produção fundada na separação dos idealizadores e organizadores (engenheiros e técnicos) e os executantes (operários) que repetiam intensamente as melhores tarefas, garantindo o aumento da produção e, conseqüente, aumento dos lucros e do consumo.

essenciais desse modelo são: a ação centralizadora do Estado e nele polarizada — que atua na promoção e garantia dos direitos sociais básicos (legislação social); o Estado-providência, que estipulava um salário e garantia o consumo dos assalariados e o crescimento econômico, derivado de um sistema de livre mercado que teria como função gerar e distribuir renda (moeda de crédito). “Em outras palavras o *compromisso fordista* realizava a conexão entre produção de massa crescente e consumo de massa crescente; recebido no mundo inteiro no desfecho pós-guerra como o *American way of life*” (LIPIETZ, 1991, p.32); um modelo produtivista fundado na busca pela felicidade através do pleno emprego e do crescimento do consumo.

Tanto o modelo de Rostow, quanto o de Lewis, evidencia que a preocupação central eram a expansão e o futuro do capitalismo, o que intensifica, presentemente, a deturpação entre crescimento econômico e desenvolvimento. Em tempos recentes, Brue e Grant (2016) afirmam que o crescimento passou a se referir ao aumento do PIB de um país em determinado período, resultado de três fatores principais: maior quantidade de recursos naturais, humanos e capital; melhorias nas qualidades dos recursos e avanços tecnológicos, o que impulsiona a produtividade. São estas características que vão determinar a taxa de crescimento de um país.

Por isso o desenvolvimento, segundo Sachs (2010), não pode mais ser confundido com crescimento econômico, que é uma condição necessária, mas não suficiente. “Só haverá verdadeiro desenvolvimento, que não se deve confundir com crescimento econômico, no mais das vezes resultado de mera modernização das elites, ali onde existir um projeto social subjacente” (FURTADO, 2001, p.9). Ademais, a partir do momento que a ONU lançou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH),¹⁴³ ficou cada vez mais desconexo continuar insistindo em um eixo de desenvolvimento associado exclusivamente ao crescimento econômico (VEIGA, 2010). Apesar de tal marcação, a polarização entre desenvolvimento e crescimento ainda é amplamente debatida, mas ressignificada ao longo do tempo, em razão do papel do crescimento, do poder vigente e dos processos de desenvolvimento em questão.

II. A crítica ao desenvolvimento e os seus paradoxos

Ao longo dos últimos 75 anos, a concepção de desenvolvimento tornou-se uma discussão, implicação e requisito das ciências sociais. Também recebeu uma encarnação política (CARDOSO, 1995), quando seu discurso foi fundamentalmente instituído como estratégia endógena de progresso das nações — por vezes, ideológica — e como principal receita para promover as equiparações das desigualdades herdadas de gerações passadas. O desenvolvimento é idealizado como ferramenta pública, para justificar políticas econômicas e sociais. Ocasionalmente, foi construído sob um conjunto de práticas historicamente contraditórias, para assegurar a reprodução social, forçar a transformação e a destruição de forma generalizada do ambiente natural e das relações sociais, com vistas a aumentar a produção de bens e serviços destinados, sobretudo, ao consumo final, promovendo, dessa forma, o crescimento econômico e não o desenvolvimento (RIST, 1996).

Frente a este paradoxo, diferentes autores começam a mostrar que as difusas correntes que idealizaram modelos de desenvolvimento não consideraram a complexidade econômica e

¹⁴³ IDH é uma medida comparativa para classificar o desenvolvimento humano dos países. José Eli da Veiga empreendeu um estudo que analisa os pontos fortes e as limitações do IDH, como, por exemplo, o fato de este índice não incluir a capacidade da sociedade civil participar das decisões. Cf. Veiga (2010).

social dos países subdesenvolvidos. Assim, o **paradigma heterodoxo** do desenvolvimento (AZOULAY, 2002; ANDION 2007), formado entre as décadas de 1960-1970, vai se posicionar criticamente contra as teorias de modernização e também vai idealizar diferentes correntes de desenvolvimento, sendo possível sintetizar quatro.

A *neo-marxista*, com destaque para o trabalho de Charles Bettelheim, 1976, encara o subdesenvolvimento não como sinônimo de atraso, mas como resultado de uma dominação histórica do capitalismo, o que fomentou o distanciamento entre os países do Norte e Sul mediante um bloqueio intencional de crescimento. O século XX é caracterizado pelo estabelecimento da dominação hegemônica norte-americana, em substituição aos impérios coloniais europeus. Tal poder, por exemplo, é representado com o Plano Marshall (ajuda monetária para reconstruir alguns países europeus atingidos pela Segunda Grande Guerra), que não foi destinado aos países do Sul, na época, chamado de “Terceiro Mundo”. Pelo contrário, afirma Lipietz (1991), nesses países houve assassinato de líderes nacionalistas, golpes de Estados manipulados, apoio a ditaduras, guerra neocoloniais e, enfim, tragédias sem necessidade, fato que ampliaram a dominação.

Na segunda corrente, intitulada *economia política internacional*, os autores procuram distinguir o conceito de desenvolvimento e crescimento econômico. François Perroux (1967), um economista neoclássico, em sua Teoria dos Polos de Crescimento, expõe que o crescimento é um processo irregular e complexo, que indica um aumento de renda de uma determinada sociedade em um dado período. O crescimento não aparece em todos os lugares; manifesta-se em polos (locais) devido às potencialidades da região, a exemplo da Zona Franca de Manaus. Já o desenvolvimento se distingue por demandar investimentos sociais, educacionais, culturais e em instituições que, futuramente, poderão garantir o alcance do crescimento econômico. Daí o seu vínculo. A concorrência é imperfeita, o que gera a dominação. O que há de comum nessas duas correntes é que os vínculos sociais estão no centro da análise econômica.

Já a corrente *estruturalista* e da *dependência* surgem, principalmente, a partir do pensamento econômico latino-americano, fortalecido pela criação da Comissão Econômica para a América Latina da ONU (Cepal) em 1948,¹⁴⁴ em razão de as teorias de desenvolvimento dominante terem sido forjadas nos processos políticos e econômicos da América Latina (RODRÍGUEZ, 2009). Os estruturalistas afirmam que o sistema econômico mundial é hierarquizado e não homogêneo, sendo, por isso, o subdesenvolvimento o resultado de um processo histórico decorrente da participação destes países no mercado internacional, caracterizados por sistemas estruturais específicos.¹⁴⁵ O “sistema centro-periferia”¹⁴⁶ é desigual, o que leva as estruturas econômicas e políticas do centro a interferir maciçamente nas

¹⁴⁴ A CEPAL é o órgão regional da ONU criado com o objetivo de elaborar estudos e alternativas para o desenvolvimento de países latino-americanos. Está sediada em Santiago-Chile e sua maior referência intelectual foi Raúl Prebisch, economista argentino e secretário-executivo da Cepal entre 1948-62.

¹⁴⁵ Cécile Mattedi (2002) cita alguns traços estruturais específicos, como: uma especialização maior da estrutura econômica; uma heterogeneidade maior que impede a difusão do processo técnico; um mercado mais reduzido; desemprego estrutural. Todos esses sistemas, segundo a autora, diferenciam os países subdesenvolvidos dos ricos, e os impede de seguir o mesmo caminho. Não há, para os estruturalistas, possibilidade de desenvolvimento para os países pobres dentro dessa estrutura.

¹⁴⁶ Segundo Brue e Grant (2016) a desigualdade desse sistema ocorre devido ao progresso técnico difundido pelo sistema econômico mundial, no qual os países do “centro” são os responsáveis pelas origens da inovação, o que eleva a produtividade e os diversos ramos das atividades econômicas. Esse avanço se traduz, também, em melhores salários e redução no preço dos bens de consumo não duráveis (o que gera o consumo em excesso). Já aos países da “periferia”, que entraram tardiamente no sistema capitalista mundial, caberia a especialização para produção e exportação de bens primários de baixo valor agregado, a exemplo do minério de ferro.

potencialidades dos países em desenvolvimento.

A teoria da dependência também compartilha desses argumentos e se propõe a analisar a reprodução do sistema capitalista nos países subdesenvolvidos e conferir como as economias destes países estão articuladas com os sistemas de dominação internos, existentes nos países subdesenvolvidos, e como se articulam com os países do exterior, presentes no plano internacional (ANDION, 2007). O subdesenvolvimento é percebido como um produto do desenvolvimento capitalista mundial. Há uma tendência nacionalista e anti-imperialista. “No fundo, parece que a questão era a de saber qual a oportunidade do Brasil se transformar num país moderno, democrático e desenvolvido, com justiça social, no quadro da dependência e da globalização” (MARTINS, 1997, p.148).

A dependência alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no plano interno dos países como ao externo. A noção de subdesenvolvimento caracteriza um estado ou grau de diferenciação do sistema produtivo; apesar de isso implicar algumas “consequências” sociais; sem acentuar as pautas de controle das decisões de produção e consumo, sejam internamente (socialismo, capitalismo, etc.) ou externamente (colonialismo, periferia, etc.). As noções de “centro” e “periferia” destacam as funções que cabem às economias subdesenvolvidas no mercado mundial sem levar em conta os fatores político-sociais implicados na situação de dependência (CARDOSO e FALETTTO, 1977, p.508).

A teoria da dependência critica a teoria da modernização por enfatizar que se poderia sair desse subdesenvolvimento por outra via, que não fosse a da revolução socialista, nem a desconexão com o mercado mundial (defendida pelos estruturalistas). Para Cardoso e Faletto (1977), seria possível o desenvolvimento dos países do sul de forma dependente, ou seja, associado ao dos países do Norte. Porém, o que vimos nas décadas de 1970 e 1980, foi a ampliação da pobreza, a intensificação das desigualdades sociais e a exploração norte americana sobre diversos países do sul.

Num quadro geral, Rist (1996), Azoulay (2002) e Andion (2007) afirmam que essas correntes, que constituem o paradigma heterodoxo, não rompem definitivamente com a *epistème* clássica do desenvolvimento. O crescimento econômico ainda é o principal indicador de desenvolvimento. O paradigma heterodoxo pouco questiona a associação do desenvolvimento ao progresso e só terão seu contraponto mais tarde, na transição da década de 1970 para 1980, quando, no âmbito internacional, se iniciaram os debates sobre a conexão entre desenvolvimento, meio ambiente e território, através de uma abordagem interdisciplinar. Há de se lembrar que, no Brasil, isso só reverbera na década de 1990.

III. Da crise à utopia do desenvolvimento

O modelo fordista de desenvolvimento vigorou até meados da década de 1970, quando sucessivas crises atingem os países ocidentais, colocando em xeque algumas prerrogativas desse modelo, como o consumo, a abundância, a mobilidade social e a própria noção de emprego. Um desses movimentos foi o de *maio de 68*, que marcou a primeira revolta contra o paradigma fordista (LIPIETZ, 1991), além das preocupações ambientais que se iniciavam e ganhavam repertório nas conferências e relatórios mundiais. A forte recessão econômica dessa

época indicou que as promessas fordistas de desenvolvimento não se sustentavam, o que gerou uma polarização cada vez mais radical entre ricos e pobres. A crise desse modelo levou a uma fragmentação econômica, social e política, gerando um novo regime “pós-fordista”.

A crise do desenvolvimento é uma expressão recorrente, amplamente utilizada desde o início dos anos 1980, refletindo tanto a crise da teoria do desenvolvimento, quanto as políticas e estratégias que não foram implementadas, ou, que não conseguiram contribuir globalmente para uma convergência do desempenho dos países, representada através da redução da pobreza.

Nessa onda, como colocado por Clarke (1991), novas formas de produção começam a ser pensadas. Novos estilos de vida e novas formas culturais levaram a uma crescente diferenciação dos produtos, com ênfase na qualidade e no estilo. No campo do desenvolvimento, começaram a surgir modelos de desenvolvimentos mais locais, regionais, e tudo isso contribuiu para que velhas identidades políticas fossem corroídas.

Isso porque, as mudanças na sociedade não são inevitáveis e novas utopias desenvolvimentistas ganham força, por vezes, carregadas de apelo ideológico. Assim, toda crítica produzida na década de 1970, toda contracultura que reverberou em uma tomada de consciência da existência e a necessidade de se pensar em novos caminhos, nada, nem mesmo o gosto pela liberdade – nada impediu que, a partir da década de 1980, as teorias neoliberais fossem difundidas em escala planetária.

Nesse período, segundo Andion (2007), a teorização e a prática do desenvolvimento não ficaram retidas nas universidades. Dessa vez tornaram-se objeto de instituições internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Tendo a “Teoria Neoclássica como inspiração, os princípios do paradigma neoliberal são colocados em prática pelas políticas de Margaret Thatcher na Inglaterra e de Ronald Reagan nos EUA, além do Consenso de Washington”¹⁴⁷ (2007, p.48). Nesse período, a influência da ideologia liberal é ressuscitada e posta em prática por estas políticas, que vão questionar a necessidade da intervenção estatal e retomar a ideia do mercado livre, sendo este o setor que deve receber a maior quantidade de recursos para promover o desenvolvimento.

Todo esse momento de irrupção, crise e reflexão sobre o crescimento e o desenvolvimento é chamado, por Azoulay (2002), de *paradigma neoliberal*, pois são abordagens que retomam os conceitos da economia clássica, como o mercado, agora mundial, e a livre regulação (através de planos de ajustes estruturais e liberalização das economias). A principal crítica a esse paradigma é que suas ideias defendem os interesses capitalistas, sobretudo dos americanos, e a renovação da exploração da América Latina. Nesse paradigma, a visão monetarista exclui toda forma de regulamentação fora da lógica de mercado, não importando questões sócio-históricas, culturais e políticas. É um sistema avassalador, em que o “mito do mercado global se concretiza apenas para poucos, em função das consequências

¹⁴⁷ Consenso de Washington (1989) foi um encontro nos Estados Unidos em que se buscou definir recomendações para o desenvolvimento, e consequente ampliação das políticas neoliberais na América Latina. A aceleração do desenvolvimento sem piorar a distribuição de renda aconteceria mediante três ideias principais: abertura comercial e econômica; ampliação da economia de mercado; controle fiscal macroeconômico. Para isso, três características neoliberais eram necessárias: *Estado mínimo* (atuação do estado apenas em áreas onde a iniciativa privada não pode atuar, por exemplo, a polícia e o sistema jurídico - as demais devem ser privatizadas); *redução de gastos com serviços sociais* (exemplo: saúde e educação, para manter o gasto público sob controle); e *diminuição dos gastos sociais* (para fins de redução da carga tributária das empresas). Tudo isso foi muito difundido pelo FMI e pelo Banco Mundial e serviu como pré-requisito para concessão de novos empréstimos. No Brasil, o ápice dessa política ocorreu somente na década de 1990, durante o governo FHC, sendo retomado a partir da gestão Temer (2016) e governo Bolsonaro (2019-atual).

negativas de sua aplicação, que geraram a ampliação da exclusão social e da crise socioambiental dentro e entre os países (ANDION, 2007, p.48).

No fim dos anos 1980, ficou claro que não houve nenhum milagre econômico; apenas o velho *boom* do crédito. “Por fim, há um consenso cada vez maior de que nos anos 1990 irão forjar-se novos modos de regulação, adequados a novas formas de produção, que definem tanto os limites como as oportunidades para as novas estratégias políticas” (CLARKE, 1991, p.119).

Dessa forma, o modelo fordista de desenvolvimento permite validar que o crescimento econômico, como sinônimo de desenvolvimento, é um mito, ilusão e até utopia. A origem do mito do desenvolvimento está associada à ideologia do progresso da civilização ocidental. Surge no Século das Luzes, sendo impulsionada pela Revolução Industrial (RIVERO, 2002).

Giovanni Arrighi é um dos diversos autores que vai discutir sobre a utopia do desenvolvimento. No seu modelo o “núcleo orgânico” possui o poder e a dominação política e financeira em oposição a uma semiperiferia, que até passa por ondas de industrialização e milagre econômico, mas de forma reprimida e sem causar grandes impactos no núcleo orgânico. Há uma periferia, um local onde o núcleo orgânico e, por vezes, até a semiperiferia se apossa das riquezas naturais e recursos humanos deste, em detrimento do sustento do núcleo orgânico. “O núcleo orgânico goza, assim, de uma riqueza oligárquica não universalizável” (HADDAD, 1997, p.12), o que nos permite compreender que, nesse modelo, é possível promover “certo” tipo de mobilidade, mudança social, na estrutura econômica capitalista mundial (caso dos países do leste asiático e até o Brasil), mas não o suficiente para mudar a realidade de países semiperiféricos e periféricos; afinal, o desenvolvimento continua ancorado na concentração de riquezas.

Nessa vertente, o desenvolvimento passa a ser uma ilusão em razão do acúmulo de riqueza, pois os países ricos ficariam cada vez mais ricos e os países pobres não conseguiriam acumular riqueza suficiente para se equiparar ao padrão dos países tidos desenvolvidos. Arrighi utiliza o crescimento econômico em suas análises, o que, segundo Veiga (2010), torna a sua visão simplória e superficial, por utilizar apenas o Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita* para coligir uma inferência sobre a mobilidade na economia capitalista.

Com uma visão totalmente oposta à de Arrighi, Oswaldo Rivero busca refletir sobre a mitificação do desenvolvimento, pois o “desenvolvimento tem sido um dos mitos mais persistentes desde a segunda metade do século XX” (RIVERO, 2002, p.124). O autor indica que, na busca pelo *Eldorado*, os gurus do mito acabaram, em mais de meio século, experimentando ideologias, sistemas econômicos e sociais, e inúmeros modelos, mimeticamente aplicados em mais de 150 países. O mito do desenvolvimento passa a ser construído a partir destes próprios gurus que — na ansiedade de descobrir uma fórmula mágica a ser replicada como um prontuário — têm apenas uma visão quantitativa do mundo. Ignoram os processos substantivos e histórico-culturais, o progresso não-linear da sociedade, a ética e até os impactos ecológicos. Completa:

Confundem crescimento econômico com o desenvolvimento de uma modernidade capitalista que não existe nos países pobres. Com esta perspectiva, eles só percebem epifenômenos econômicos, como o crescimento do PIB, o comportamento das exportações ou a evolução do mercado acionário, mas não reparam nas profundas disfunções qualitativas estruturais, culturais, sociais e ecológicas que prenunciam a provável inviabilidade dos Quase-Estados-Nação subdesenvolvidos neste século (RIVERO, 2002, p.132).

Por essa lógica, o mito do desenvolvimento está enraizado no inconsciente coletivo. O desenvolvimento econômico e social, tão almejado por inúmeros países e pesquisadores, e buscado há mais de meio século, se mostra cada vez mais fugido (RIVERO, 2002). Por isso, segundo Furtado (2000), é preciso buscar um novo caminho. Assimilar novas formas de vida que priorizem um olhar mais micro, dentro da própria estrutura da sociedade.

Em sua reflexão sobre o mito, Celso Furtado (1974) explica que estes têm exercido uma inegável influência sobre a mente dos pesquisadores empenhados em compreender a realidade social. Para o autor, o mito congrega um conjunto de hipóteses que não podem ser testadas. Sua função é orientar — são faróis analíticos que iluminam o campo de percepção do cientista social, permitindo-lhes ter uma visão clara de certos problemas e nada a ver de outros. O mito é uma visão distorcida e que limita a compreensão e a promoção de uma coletividade.

Assim, Furtado indica que a mitificação surge a partir da elaboração de hipóteses de generalização, segundo a qual os pesquisadores começam a definir agendas que priorizam a busca incansável de acumulação e desenvolvimento econômico; em detrimento de uma pesquisa que dê ênfase às reais necessidades fundamentais e coletivas. A generalização no conjunto do sistema capitalista reforça a ideia de que os povos pobres dos países periféricos poderão, algum dia, desfrutar do bem estar e das formas de vida dos povos ricos. Essa mitificação é simplesmente irrealizável para Furtado, que afirma:

Sabemos agora, de forma irrefutável, que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido similar às economias que formam o centro do sistema capitalista. Mas como negar que essa ideia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de culturas arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? (FURTADO, 1974, p.73-75).

Por isso, **o desenvolvimento é um mito, pois é impossível estender os padrões de consumo dos povos desenvolvidos ao resto da humanidade.** Inspirados nas revisões feitas por Furtado (2000), acreditamos que precisamos da criatividade humana e coletiva para superar o impasse que marca os países subdesenvolvidos. O desenvolvimento precisa, assim, ser reconstruído, demandando, sumariamente, uma maior participação do povo nos processos decisórios e definição de prioridades e agendas políticas. É preciso pensar o desenvolvimento enquanto um processo de transformação da sociedade, e não a busca de simples resiliências. Idealizado a partir de políticas que tenham fins substantivos, plausíveis de serem alcançados, e não com base na lógica da acumulação comandada pelas empresas transnacionais.

Na transição das décadas de 1980-1990, as políticas e correntes epistemológicas de desenvolvimento novamente são questionadas, provocando uma crise aguda e novos olhares sobre o desenvolvimento. A grande maioria vai defender o oposto ao idealizado pelo Consenso de Washington: defenderão uma política com maior intervenção do Estado na economia e que amplie e fortaleça as leis trabalhistas. Por isso, a década de 1990 passa a ser referenciada como a década da globalização e do desenvolvimento sustentável. Ademais, na virada para o século XXI, o regime democrático e participativo foi o modelo proeminente de organização (SEN, 2000), como se verá a seguir.

IV. Por uma ressignificação do desenvolvimento: liberdade, ação pública e democracia

A emergência de um novo paradigma, que interprete o desenvolvimento rejeitando as concepções anteriores, fez com que diversos pesquisadores se debruçassem a compreender novas formas de organização, de ação coletiva, de participação, deliberação, representação e implementação, buscando uma visão positiva do desenvolvimento, valendo-se da inscrição territorial e da sustentabilidade e com foco no papel do ator. Ignacy Sachs (2008) é pioneiro nesse debate e defende a necessidade de se planejar um futuro brilhante, além de denunciar os padrões de crescimento concentrador e excludente, e não se conformar com eles. O crescimento rápido e acumulador de riqueza não reduz a heterogeneidade social, por se concentrar nas mãos de poucos. O desenvolvimento implica, pois, a reparação das desigualdades, a geração do emprego, o combate à pobreza e a diminuição do abismo social.

A opulência sem precedente e concentradora, as guerras mundiais, as pandemias, a fome, a perseguição e a extrema miséria são exemplos notórios da sociedade mundial no século XX e neste início do século XXI. Entretanto, cabe reconhecer que nunca tivemos tanta distribuição, riqueza e igualdade. A mobilidade social melhorou, mas ainda estamos tão distantes uns dos outros (abismo socioeconômico-cultural).¹⁴⁸

Neste cenário, Amartya Sen (2000, grifo nosso) passou a defender que **o desenvolvimento deve ser visto como um processo de expansão das liberdades**, tais como liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência, dos direitos civis e segurança protetora. Para o autor, a liberdade é o principal fim do desenvolvimento, por possibilitar às pessoas desfrutar de seus direitos políticos e civis através da participação, do engajamento e da mobilização social nas decisões políticas. Liberdade, no sentido de as pessoas se associarem e formar um público (DEWEY, 1927); afinal, essa associação é pedra angular do regime democrático e da configuração de uma sociedade civil organizada, atuante e mobilizada, coletiva e politicamente.

O percurso da democracia na América Latina¹⁴⁹ é marcado por violência e lutas sociais. Resguardando as diferenças próprias, as histórias desses países transitam por um caminho comum, sintetizado em período colonial, lutas pela independência, formação de repúblicas, ditaduras e processos de redemocratização. A difícil construção da democracia na América Latina é constantemente marcada por novos dilemas e problemas públicos, que configuram novas necessidades e realidades. Entretanto, a vontade que a democracia se consolide é enorme (SANTO e VOKS, 2021).

Sobre isso, Botelho e Schwarcz (2012) nos ensinam que a *cidadania* é uma história de lutas relacionada à construção e democratização do Estado. Mas essa construção acabou

¹⁴⁸ A 69ª edição da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que aconteceu em 2017 na UFMG, mostrou que “entre 2001 e 2015, os 10% mais pobres da população brasileira registraram crescimento econômico quatro vezes maior do que os 10% mais ricos”, diminuindo, assim, o abismo que separa ricos e pobres. São sete dimensões da desigualdade analisadas: econômica, política, ambiental, espacial, cultural, de conhecimento e de gênero. Contudo, de 2017 até hoje, muita coisa mudou, política e economicamente falando, o que incide nesses números. Só o feminicídio, por exemplo, na cidade de São Paulo, aumentou 167% em 2019. Os negros ainda são a maioria das vítimas da violência e os que mais sofrem com a pobreza. Cf.: <https://bit.ly/3ch0kEG> Acesso em: 10 abr. 2020.

¹⁴⁹ Logicamente, o debate acerca da democracia é muito mais amplo e envolve tantos outros lugares além da América Latina, como escolhido aqui. Este percurso, pessoal, foi definido por querer valorizar a questão do desenvolvimento e liberdade a partir do nosso local de fala, as zonas fronteiriças, local empírico desta tese, onde a constituição e o exercício da cidadania ocorrem de forma mais lenta.

seguindo os rumos da história do país que, por exemplo, se tornou independente da Coroa com a maior parte da população de excluídos dos direitos civis e políticos e sequer mobilizada por um sentido de nacionalidade. Ademais, segundo os autores, a longa experiência social da escravidão modelou a nossa sociedade; sua “herança”, que reflete no abismo socioeconômico-cultural atual, é recorrentemente ignorada e deslegitimada, até mesmo por alguns governantes, e sua legião de seguidores. Esses exemplos representam alguns dos limites cruciais da cidadania brasileira, que acaba por impactar as diferentes formas emergentes de engajamento público e a ação coletiva, tão crucial para se entender as dinâmicas democráticas em curso, a própria cidadania e a constituição dos problemas públicos da nossa sociedade.

“A discussão pública e a participação são, portanto, centrais para a elaboração de políticas em uma estrutura democrática” (SEN, 2000, p. 170). Participar é muito mais do que simplesmente admitir as operações dos atores nas decisões públicas. Equivale também às diferentes ações e práticas dos micropúblicos (CEFAÏ e TERZI, 2012). Nessa lógica, a intervenção pública ocorre através dos atores e de sua participação social. Sobre participação e cidadania, Jaime Pinsky nos ensina:

Por uma cidadania planetária! Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais (PINSKY, 2005, p.9).

A *teoria democrática deliberativa* reconhece a importância da participação dos atores na esfera pública através de diferentes incorporações do cidadão na deliberação sobre *políticas públicas* (AVRITZER, 2008), um dos mais importantes instrumentos para a efetividade dos direitos econômicos, socioculturais e ambientais. A luta para efetivação de tais políticas é chamada de *ação pública*, que, segundo Lascombes e Le Galès, (2012), refere-se a um sistema de ordem negociada, promovido pela ação coletiva de diferentes atores e em diferentes níveis decisórios, que se articulam e nos quais se discutem novas propostas para elaboração e execução de políticas públicas.

No entanto, diversos fatores influenciam, positiva ou negativamente, a ação pública. Autores como Fung e Cohen (2007), Avritzer (2008; 2018) e Lascombes e Le Galès (2012) mostram que uma centralidade de decisões institucionais e a não valorização do saber local, por exemplo, podem influenciar o êxito das instituições participativas devido à baixa articulação com as organizações da sociedade civil, somada a uma má vontade política por parte do governo.

Isso é percebido no próprio paradoxo da evolução da democracia no Brasil, onde, até 2013, os indicadores apontavam para a consolidação e o fortalecimento da democracia, refletidos através de inúmeras conferências nacionais que fortaleceram os processos participativos (AVRITZER e SOUZA, 2013). Desde junho de 2013, porém, assistimos a uma inversão destas condições, e à assunção de um “mal-estar” na democracia (AVRITZER, 2018), situação na qual diversas conferências, formas de organização, representação e participação foram desmanteladas.

Dessa forma, apesar de o século XX ter sido um período de conquistas excepcionais, no que tange ao desenvolvimento e ao crescimento econômico dos países latinos, sobretudo nos

seus últimos vinte anos, à medida que se aproximava o fim deste século, esses países se depararam com problemas que imaginavam que iriam superar através dos modelos e políticas públicas implantados no período. Os enormes triunfos materiais e sociais conquistados após o período da redemocratização não foram suficientes para conter o retorno da política neoliberal neste século XXI ao centro da liderança, da elaboração de planos e reformas administrativas, do papel das agências reguladoras e dos modelos de desenvolvimento, como o que está em voga no Brasil — além dos processos de *impeachment* e golpe de Estado, quando da derrubada de presidentes democraticamente eleitos, partindo de provas judicialmente frágeis. Tudo nos leva à seguinte situação: o interesse público, a participação e a democracia ainda constituem um desafio para os países latinos¹⁵⁰ (PAULA, 2005).

Por todo o exposto, “o desenvolvimento deve ser redefinido em termos da universalização e do exercício efetivo de todos os direitos humanos: políticos, civis e cívicos; econômicos, sociais e culturais; e os direitos coletivos ao desenvolvimento e ao ambiente” (SACHS, 2008, p.37). Ele precisa ser *includente* — em oposição ao crescimento perverso, excludente e concentrador —, e tal que fortaleça a democracia e propicie para todos os cidadãos um trabalho decente, o direito a educação e a um despertar cultural, o que então revela a importância de políticas sociais compensatórias. Precisa, ainda, ser *sustentável*, no sentido de promover o crescimento econômico a partir de uma redistribuição significativa da parcela de seu PIB [uma retroalimentação] e de produzir com eficiência a preservação ambiental – tendo em vista a finitude do planeta. Precisa, por fim, ser *sustentado*, contribuindo com cada indivíduo, para que este busque a sua realização e a sua felicidade (SACHS, 2008).

Apesar da idiossincrasia das abordagens teóricas apresentadas, normativamente, novos *frameworks* vieram à tona em diferentes países, buscando “testar” novos estilos de desenvolvimento, com ênfase no território e na sustentabilidade em contextos mais regionais e locais, como os descritos a seguir.

V. O território e a sustentabilidade nas questões do desenvolvimento

O fato de o desenvolvimento ser universal, e comumente aceito em qualquer sociedade, não impediu que ele passasse a ser questionado devido ao paradigma da sustentabilidade — que fez a sociedade refletir sobre as dinâmicas de progresso e crescimento econômico *versus* a preservação da biodiversidade e da humanidade, elucubrada nas melhores condições de vida, presentes e futuras, e na ampliação da experiência democrática, decorrente de inúmeros encontros e simpósios, e da participação dos atores mais locais nos debates e na *práxis* do desenvolvimento do território.

Sobre este panorama, Benko e Pecqueur (2001) mostram que as políticas de planejamento territorial passaram a ser descentralizadas, sobretudo a partir dos anos 1980, sendo delegadas às coletividades locais que iniciaram a planejar as dinâmicas de desenvolvimento a partir do território local, com ênfase nas diversificações políticas, econômicas, sociais, culturais, históricas e ecológicas. As especificidades territoriais ganharam

¹⁵⁰ Tanto que, recentemente, o Brasil começou a ser deixado de fora de várias reuniões e agendas internacionais, como as organizadas pela Organização Mundial da Saúde, onde, historicamente, seu papel era capital; e, em maio de 2020, o país perdeu o *status* de democracia liberal, passando a ser chamado de “mera democracia eleitoral”; os principais motivos para isso foram a opressão do governo e a liberdade que se encontra em xeque.

destaque e, com isso, o conceito de *desenvolvimento local* passa a substituir as políticas e projetos *top down*, em detrimento das ações “de baixo” (*bottom up*).

Segundo Pecqueur (1989), o desenvolvimento local reflete a valorização dos esforços endógenos, operacionalizados através da capacidade dos atores locais de se adaptarem às restrições da internacionalização da competição, a partir de seus potenciais organizacionais, induzindo dinâmicas de desenvolvimento. Esta abordagem surge de forma promissora, mas abrange representações extremamente diversas e contraditórias. Rejeita as grandes estruturas e busca a reconciliação do social com o econômico; defende o retorno à pequena dimensão; entretanto, aspira sua legitimação na era da globalização do comércio. Os diferentes acontecimentos sociais planetários, até aqui narrados, favoreceram a ênfase na regionalização das trocas, tornando a esfera local cada vez mais protagonista de suas próprias ações.

“Mais do que trazer à tona novos conceitos, a leitura do desenvolvimento local vai revalorizar noções que pareciam esquecidas no debate contemporâneo sobre o desenvolvimento, abrindo o caminho para estudos posteriores” (ANDION, 2007, p.66). Assim, os estudos se multiplicam, sob diferentes abordagens, em torno da economia territorial sendo, segundo Benko e Pecqueur, os mais comuns o “desenvolvimento local, meio inovador, distrito industrial, sistema produtivo localizado, ou pensar em novas teorizações em torno dos custos das transações, redes, governança, convenções, instituições, pós-fordismo” (2001, p.39). Carrière e Cazella (2006), analisando a introdução do conceito de desenvolvimento no território, informam que esta concepção está associada a três das principais escolas de pensamento:

i) Teorias americanas do desenvolvimento *from below* dos anos 1970 e 1980: são as que, desde essa época, discutem o planejamento de ações e políticas públicas de baixo para cima (*bottom up*), visando a promover políticas de desenvolvimento e ordenação territorial;

ii) Estudos da *Terceira Itália*: Baseados em observações empíricas de sistemas de industrialização difusa, os pesquisadores defendem a hipótese de que a competitividade de microrregiões, no âmbito internacional, não deve ser idealizada sob os enfoques de desenvolvimento que defendiam a existência de grandes empresas integradas, mas, sim, num processo industrial formado por pequenos aglomerados de polos urbanos. Inspirado em Alfred Marshall (distrito industrial) surgem os *Sistemas Produtivos Locais (SPL)*, que valorizam a inovação e a economia regional, através de um melhor estreitamento entre a produção (pequenas e médias empresas – PME - atuando em rede no território), o território (o espaço priorizado por sua localização, ou variados tipos de recursos disponíveis) e um empreendedorismo coletivo (aglutinando vários grupos locais a cadeias produtivas globais). O objetivo central dessa escola é impulsionar empreendimentos locais para a maturação de uma economia territorial.

iii) *Escola de Grenoble* (França): Compartilha diversos elementos da escola italiana, porém, defendem uma dinâmica econômica global (PECQUEUR, 2009). Bernard Pecqueur desenvolveu uma teoria do desenvolvimento territorial em áreas rurais que aborda as mudanças nos territórios em resposta a crises e retorna à definição da noção de território. Desta escola, destacamos duas grandes contribuições: os *Sistemas Agroalimentares Localizados (SIAL)* — organizações de produção e de serviços (unidades de produção agrícolas, empresas agroalimentares, comerciais, ou de serviço) -, associadas por suas características e seu funcionamento em um território específico, idealizado pelo *Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour Le Développement* (CIRAD), em 1998. Para

Pecqueur (2009, p.86) o Sial pode adquirir um “rumo muito mais complexo quando os territórios produzem vários bens e serviços (especialmente turísticos) que, ao se combinarem, criam uma oferta composta particular, associada ao lugar”. Estamos, então, em presença da segunda grande contribuição, **a cesta de bens**¹⁵¹.

A abordagem do desenvolvimento local também recebeu inúmeras críticas. A principal delas, o fato de o SPL tentar englobar todas as formas locais de desenvolvimento. Essa tentativa levou esse sistema a uma nova “ortodoxia”, pois, em seu surgimento, a principal crítica deste sistema era ao processo unificador e inflexível do modelo fordista, prática esta que acabou influenciando alguns SPLs. Outra crítica central refere-se ao “desenvolvimento” no “território”, proposto por esta abordagem. Afinal, o território acabou sendo escolhido “localmente” para ser explorado economicamente, devido a algum atrativo preexistente (recurso ou localização geográfica). Em outros termos, o território era preparado para competir economicamente com outros locais (a criação dos distritos) e, nesse propósito, pouco acabou dialogando com a sociedade local.

Assim surge uma terceira crítica, indicando que esta corrente acabou deixando em segundo plano um dos principais agravamentos que, justamente, permitiu a sua idealização: a crise planetária do meio ambiente e do desenvolvimento (VIEIRA *et al.*, 2010).

Desse modo, outras interpretações surgem, buscando complementar a proposta da corrente do desenvolvimento local. “Se há quinze anos se falava em desenvolvimento local, atualmente é preferível falar em *desenvolvimento territorial*, já que esse estilo de desenvolvimento não se reduz à pequena dimensão” (PECQUEUR, 2005, p.298).

O território, noção oriunda da geografia, é especialmente válida para as questões de desenvolvimento. Neste trabalho, entendemos o território inspirado na visão de Frémont (1976), Pecqueur (1989; 2005), Santos (2002) e Gumuchian (*et al.*, 2002; 2003), sendo de natureza simbólica e material, criado pelos atores e formado por diferentes configurações espaciais. É uma *cena* em que performances são executadas em um ou mais atos. No centro desse palco, está o ator, que não cessa de reconstruir e reencarnar novas territorialidades. O território se impregna de valores culturais, refletindo, para cada um, o pertencimento a um grupo localizado.

O conceito de desenvolvimento territorial rompe com o tradicional estudo do desenvolvimento local, mediante junção de duas grandes dimensões - o desenvolvimento, somado a território -, além de maior importância às coletividades e identidades sociais e priorizar a agenda ambiental. O território surge não só como uma escala, mas como um modo de organização - um projeto de território, em que a tessitura social se forma a partir dos diferentes arranjos dos atores. O enraizamento das atividades produtivas no território propiciou o desenvolvimento de inúmeras pesquisas, através de múltiplos campos interdisciplinares,

¹⁵¹ A cesta de bens e serviços territorializados refere-se ao conjunto de produtos que reflete uma qualidade territorial, sendo possível ao consumidor identificar esta e outras especificidades da produção local, determinando, assim, sua utilidade a partir do conjunto dos produtos oferecidos — a cesta. “O valor adicional da cesta de bens baseia-se na constatação de que o consumidor adquire o produto no seu próprio contexto; pode-se então pensar que ele compra também outra coisa, não mencionada, mas que ele concorda em pagar. Além da cesta de produtos, há também a possibilidade da utilização turística do espaço” (PECQUEUR, 2009, p.143-145). Esta cesta apresenta as seguintes características: i) um conjunto de bens e serviços complementares, que se fortalecem nos mercados locais; ii) uma combinação de bens privados e públicos, que convergem para a elaboração de uma imagem e de uma reputação de qualidade territorial; e, finalmente; iii) uma organização interativa entre os produtores da cesta (clube), visando internalizar a renda de qualidade territorial (2009, p.147).

como a Nova Sociologia Econômica (NSE), a economia e a geografia socioeconômica (BENKO e PECQUEUR, 2001). Jean (2010), ao revisitar os estudos de Alain Rallet¹⁵², citou:

O desenvolvimento territorial faz referência a um espaço geográfico que não é dado, mas construído. Construído pela história, por uma cultura e por redes sociais que desenham suas fronteiras. O conteúdo define o recipiente: as fronteiras do território são os limites (móveis) de redes socioeconômicas. Ali onde a rede se extingue, termina o território (JEAN, 2010, p.51).

O paradigma do desenvolvimento territorial, sob o guarda-chuva da variável ambiental e da sustentabilidade, ganhou força e expressão e se faz presente ainda hoje, sendo cada vez mais necessário frente aos inúmeros desastres ambientais pelos quais o mundo passa. Um exemplo disso é que diversos planos e acordos, entre eles a *Agenda 2030* que compila os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - se valem desse paradigma para idealizar novas formas de relação entre a sociedade de consumo, a natureza e o uso do território, além de procurar aviar, a partir de projetos, políticas públicas ou programas, a transição socioecológica para o desenvolvimento. Esses objetivos, e suas 169 metas, surgiu em 2015 quando os Chefes de Estado e de Governo e Altos Representantes, reunidos na sede das Nações Unidas (New York) deliberaram sobre tais objetivos. Esta Agenda é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, sendo o desafio principal, acabar com a pobreza e a fome em todos os lugares, até 2030 (ONU, 2015). No entanto, faltam nove anos para o cumprimento do acordo; pesquisas mostram que dificilmente o Brasil, por exemplo, alcançará tal meta e o aumento da pobreza é um indicativo disto (FAVARETO, 2019).

Tantas contribuições não impediram que a deturpação conceitual e a produção de estudos marcadamente normativos, revestidos dos ideais do desenvolvimento territorial, surgissem. Abramovay (2006), analisando diferentes estudos que se valem da noção de território, critica a ausência de teorias da interação social - que permitem compreender e explicar os laços sociais que dão origem ao próprio território. Por isso, segundo o autor, os estudos territoriais demandam - mais do que recomendações políticas - pesquisas robustas e metodologicamente estruturadas, voltadas a identificar os diferentes territórios, sua constituição e seu desenvolvimento. A ideologia economicista e tecnocrática – escrevem Vieira *et al.* – “pode comprometer seriamente a consistência das iniciativas em curso, ainda embrionárias, de construção e consolidação de territórios sustentáveis” (2010, p.7).

Portanto, o desenvolvimento é um paradigma ocidental, baseado em uma experiência histórica específica, que procura “impor um conjunto de valores específicos a ele, certo tipo de relação entre as pessoas e a natureza, linha do tempo e uma racionalidade puramente econômica” (AZOULAY, 2002, p.80). Não existe um modelo de desenvolvimento único, “exportado e rotulado, mas sim, trajetórias que colocam em jogo um processo de transformação social, em que, fatores econômicos, políticos, culturais e ecológicos intervêm e se sobrepõem” (PECQUEUR, 1989, p.13). O conteúdo do seu conceito é histórico; por isso, a necessidade de dissociá-lo do crescimento econômico e marcar o aspecto normativo, a crítica, a crise, as utopias e atuais considerações. A questão é, que em grande parte, esse conjunto de teorias não conseguiu resolver problemas históricos, como a pobreza, a fome e o acesso a terra. Ao

¹⁵² Cf.: Rallet, A. Comentários do texto de Olivier Crevosier em Mollard, A. *et al.*, (2007) - *Territoires et enjeux du développement régional*. Versailles: Éditions Quae, p.80.

contrário, os ideais modernizantes apenas exploraram as sociedades latino americanas e africanas.

As significativas mudanças na sociedade geraram movimentos simultâneos e interdependentes nas bases de regulação social, econômica e política, o que corroborou para que, nos últimos 40 anos, o termo “desenvolvimento” assumisse diversos adjetivos, qualificando novas dimensões (LIPIETZ, 1991). A tomada de consciência do agravamento progressivo da crise socioambiental mundial e do esforço de experimentação, coordenada sob o enfoque de *ecodesenvolvimento* e operacionalizada sob o termo *desenvolvimento sustentável*, contribuiu para a elaboração de estudos e políticas em torno da *sustentabilidade*. Essa reflexão crítica aponta, de forma imediata, para a necessidade de vislumbrarmos novas relações sociais sob a égide da democracia deliberativa e participativa e em consonância com o meio ambiente, uma vez que a versão hegemônica da modernidade e o projeto de desenvolvimento capitalista tem prejudicado a vida na Terra, o que demanda repensarmos e rediscutirmos nossas ações no mundo.

Fonte: Os autores, a partir dos autores citados no decorrer do box.

APÊNDICE C - ROTEIROS DE ENTREVISTA



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E
SOCIOECONÔMICAS – ESAG
PROGRAMA ACADÊMICO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO
DOCTORADO EM ADMINISTRAÇÃO



ROTEIRO DE ENTREVISTA UTILIZADO NA COLETA DE DADOS

Tema: *“Inovação Social Rural: um olhar sobre as práticas dos atores para entender os caminhos do Desenvolvimento Rural”*

Roteiro nº: _____

Data: ____/____/____

Hora ____:____h.

Pesquisador: Anderson Luís do Espírito Santo

Professora Orientadora: Carolina Andion

Observação: Sr./Sra. participante – sua imagem será preservada. As informações prestadas neste questionário serão resguardadas com o devido sigilo.

Ator: **PRODUTOR RURAL**

Cidade: Corumbá/MS () Ladário/MS ()

Identificação: _____

Assentamento: Taquaral () 72 ()

1º PERFIL SOCIOECONÔMICO

Gênero	Estado civil?	Faixa Etária	Escolaridade?
() Masculino	() Solteiro	() Até 20 anos	() Analfabeto
() Feminino	() Casado	() De 21 à 30	() Ensino
() Outro	() Separado /	() De 31 à 40	Fundamental _____
	Divorciado	() De 41 à 50	() Ensino médio
	() Viúvo	() De 51 à 60	() Graduado
	() União estável	() De 61 à 70	() Pós - Graduado
		() acima de 70 _____	

Número de Integrantes da família	Você tem filhos?	Eles estão estudando? (Onde? Na escola rural, cidade e por que. Transporte rural)
() Apenas 1 pessoa	() Sim	() Sim (qual nível?)
() 2 a 3 pessoas	() Não.	() Não – Por que?
() 4 a 5 pessoas		
() Mais de 5 pessoas	Quantos?	
	() 1 a 2 filhos	
	() 3 a 4 filhos	
	() + de 4 filhos	

Renda familiar mensal? (Considerando todas as pessoas que trabalham em sua casa – em salários mínimos. Salário mínimo em 2020 R\$1.045,00.	Quem é a pessoa que mais contribui na renda familiar?

☐ 1 salário mínimo (R\$1.045)	☐ O próprio produtor rural
☐ Até 2 salários (R\$2.090)	☐ O casal
☐ Até 3 salários (R\$3.135)	☐ O/A cônjuge
☐ de 4 a 5 salários (de R\$3.135 até R\$5.225)	☐ Outros
☐ de 5 a 6 salários (de R\$5.225 até R\$6.270)	
☐ de 6 a 7 salários (de R\$6.270 até R\$7.315)	
☐ Superior a 8 salários (superior a R\$ 8.360)	

De toda sua família, quantos atuam no meio rural?

Eles (filh@s) demonstram interesse de permanecer no meio rural?

2º A ORIGEM

Qual a sua naturalidade? (cidade e estado)

Como e por que você veio parar aqui?

Você fazia parte do MST? / Fundação do assentamento? (Atentar a conquistas, conflitos, alegrias e tristezas, desafios, encontros, perigos, outros).

Como foi o processo de fundação do assentamento?

3º A PROPRIEDADE, A PRODUÇÃO E O MERCADO

Qual o tamanho da sua propriedade? Está regular junto ao INCRA?

Há quanto tempo você está nela?

Sua propriedade possui:

☐ Luz ☐ Internet ☐ Água ☐ Sinal de celular

Como ocorre a captação de água?

Quantos hectares são destinados ao cultivo?

Qual a sua área de atuação predominante:

Agricultura ☐ ☐ Recursos naturais/meio ambiente (especificar)

Pecuária ☐ ☐ Atividades não rurais (especificar)

Sendo assim, especifique as principais culturas

Tem animais? quais e quantos? destinação?

Tempo de experiência na área que atua (anos):

Com relação à defesa fitossanitária (vacinação); manejo de pragas; uso de agrotóxicos ou caldas, doenças e plantas daninhas; manipulação de alimentos? Quais os controles da produção/animal empregados.

Você pratica alguma atividade sustentável ou ecológica (plantar árvores, preservar mananciais, captação de água pluvial, reciclagem, destinação do lixo, fossa séptica, turismo, artesanato, produção de sementes e mudas, outros)

Você possui veículo próprio?

Você possui máquinas agrícolas. Se sim quais. Se não, utiliza em parceria com associação, prefeitura ou outros? Especificar.

Você já conseguiu ter acesso a linha de crédito? Se sim quais? Se não, por qual motivo?

Quais os principais canais de comercialização da sua produção?

Você possui DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF)

Estradas e condições de uso. Escoamento da produção

4º DO PROBLEMA PÚBLICO A PARTICIPAÇÃO

1. Você participa de alguma associação? Qual(is)?

2. Como é o trabalho da sua associação?

3. Conhece parcerias ou promotores de iniciativa que ajudem a Associação? (ou já ajudaram)

4. Hoje, quais são os principais problemas que os produtores enfrentam no assentamento?

5. Respostas e soluções destes problemas. Quais ações são colocadas em prática para responder ao problema público?

8. Qual sua perspectiva para o futuro em relação à agricultura (destacar o seu papel no território?)



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E
SOCIOECONÔMICAS – ESAG
PROGRAMA ACADÊMICO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO
DOCTORADO EM ADMINISTRAÇÃO



ROTEIRO DE ENTREVISTA UTILIZADO NA COLETA DE DADOS

Tema: *“Inovação Social Rural: um olhar sobre as práticas dos atores para entender os caminhos do Desenvolvimento Rural”*

Roteiro nº: _____

Data: ____/____/____

Hora ____:____h.

Pesquisador: Anderson Luís do Espírito Santo

Professora Orientadora: Carolina Andion

Observação: Sr./Sra. participante – sua imagem será preservada. As informações prestadas neste questionário serão resguardadas com o devido sigilo.

Ator: **ESCOLAS** ()

Cidade: Corumbá/MS () Ladário/MS ()

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO () Assentamento Taquaral () 72 ()

Identificação: _____

Quantas escolas/creches a cidade tem? Quantos alunos são contemplados?

Como ocorre a elaboração do cardápio da merenda escolar?

Como ocorre a aquisição de alimento pelo PNAE? E a distribuição desses alimentos?

Quanto a Prefeitura Municipal adquiriu nos últimos editais?

Por que algumas escolas possuem um cardápio “melhor” do que as outras?

Como (e se) é trabalhado as temáticas, participação, associação e o rural nas escolas?

(LDB a escola tem que trabalhar a partir da perspectiva de vida do aluno)

Quantos alunos estão matriculados na escola do assentamento? Evasão?

A escola possui uma associação de pais e mestres?

A escola desenvolve programas ou projetos especiais?

Desafios e êxitos da escola

Quem são os principais parceiros da escola/secretaria?

Qual o seu papel no território? Visão do desenvolvimento (criada ou absorvida de cima pra baixo)



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E
SOCIOECONÔMICAS – ESAG
PROGRAMA ACADÊMICO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO
DOCTORADO EM ADMINISTRAÇÃO



ROTEIRO DE ENTREVISTA UTILIZADO NA COLETA DE DADOS

Tema: *“Inovação Social Rural: um olhar sobre as práticas dos atores para entender os caminhos do Desenvolvimento Rural”*

Roteiro nº: _____

Data: ____/____/____

Hora ____:____h.

Pesquisador: Anderson Luís do Espírito Santo

Professora Orientadora: Carolina Andion

Observação: Sr./Sra. participante – sua imagem será preservada. As informações prestadas neste questionário serão resguardadas com o devido sigilo.

Ator: **SECRETARIAS DE DESENVOLVIMENTO E AGRICULTURA FAMILIAR**

Cidade: Corumbá/MS () Ladário/MS () Atende: Taquaral () 72 ()

Identificação: _____

Qual o objetivo desta Secretaria?

Quais os trabalhos vêm sendo realizado para isso?

Interface com outros atores locais (prefeitura, técnicos, instituições de ensino, comunidade, etc.)

Qual a participação do Assentamento (Taquaral/72) nesse processo?

Hoje quais os principais desafios?

Sobre o PAA e o PNAE, como está o andamento destes projetos na cidade? *(levantar como ocorre a aquisição de alimento pelo PNAE e do PAA?)*

Quanto a Prefeitura Municipal adquiriu nos últimos editais?

(No caso de Corumbá, porque os valores dos editais estão tão baixos)

Qual o destino dos alimentos do PAA na cidade?

Verificamos que muito da produção familiar não está sendo contemplado pelos programas PNAE ou PAA? O que está acontecendo?

Como você vê a atuação da Associação do Assentamento (Taquaral/72)?

Problemas ou Pontos positivos. O que poderia ser feito. O que está sendo feito.

Em 2018 a cidade recebeu R\$382.714,29 (R\$365mil repasse; R\$17mil de contrapartida da PMC) do então deputado estadual Zeca do PT para a implementação de uma mini usina de leite? O que está impedindo essa concretização?

➤ Histórico das antigas usinas

Principais Mercados. Central de abastecimento. Feiras livres. E apoio técnico produtivo

➤ Mercado Público Municipal

Programas e política da prefeitura no campo do desenvolvimento territorial sustentável

Como são colocados em prática no município?

Interface com os demais níveis de governo (dificuldades e oportunidades)

Quem são os principais parceiros da Secretaria?

Qual o seu papel no território?



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E
SOCIOECONÔMICAS – ESAG
PROGRAMA ACADÊMICO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO
DOCTORADO EM ADMINISTRAÇÃO



ROTEIRO DE ENTREVISTA UTILIZADO NA COLETA DE DADOS

Tema: *“Inovação Social Rural: um olhar sobre as práticas dos atores para entender os caminhos do Desenvolvimento Rural”*

Roteiro nº: _____

Data: ____/____/____

Hora ____:____h.

Pesquisador: Anderson Luís do Espírito Santo

Professora Orientadora: Carolina Andion

Observação: Sr./Sra. participante – sua imagem será preservada. As informações prestadas neste questionário serão resguardadas com o devido sigilo.

Ator: **AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E EXTENSÃO RURAL (AGRAER)**

Cidade: Corumbá/MS () Ladário/MS ()

Identificação: _____

Qual o objetivo desta Agência?

Quais os trabalhos vêm sendo realizado para isso?

Interface com outros atores locais (prefeitura, técnicos, instituições de ensino, comunidade, etc.)

Qual a participação do Assentamento (Taquaral/72) nesse processo?

Hoje quais os principais desafios?

Em 2019 aconteceu o Seminário sobre o PNAE no Pantanal. Os principais parceiros nesse evento são NEAP; PMC; Governo de MS; PML; UFMS; IFMS; EMBRAPA. Assim...

- Qual a realidade do PAA e PNAE
- Quais as principais discussões e soluções propostas
- A participação dos produtores (e ausência deles na composição da mesa e lugar de fala)

Sobre o PAA e o PNAE (para além desse evento), como está o andamento destes projetos na cidade? (indicando a aquisição de alimentos)

Como ocorre o processo de obtenção do DAP

(dificuldades, benefícios, status)

Como você avalia a participação e mobilização nos assentamentos (Taquara/72)

Programas e política da prefeitura no campo do desenvolvimento territorial sustentável

Como são colocados em prática no município?

Interface com os demais níveis de governo (dificuldades e oportunidades)

Qual o seu papel no território?



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E
SOCIOECONÔMICAS – ESAG
PROGRAMA ACADÊMICO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO
DOCTORADO EM ADMINISTRAÇÃO



ROTEIRO DE ENTREVISTA UTILIZADO NA COLETA DE DADOS

Tema: *“Inovação Social Rural: um olhar sobre as práticas dos atores para entender os caminhos do Desenvolvimento Rural”*

Roteiro nº: _____

Data: ____/____/____

Hora ____:____h.

Pesquisador: Anderson Luís do Espírito Santo

Professora Orientadora: Carolina Andion

Observação: Sr./Sra. participante – sua imagem será preservada. As informações prestadas neste questionário serão resguardadas com o devido sigilo.

Ator: **INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA)**

Cidade: Corumbá/MS () Ladário/MS ()

Identificação: _____

Qual o objetivo desta Instituição?

Quais os trabalhos vêm sendo realizado para isso? Quais são os projetos e, curso para os assentamentos de Corumbá e Ladário?

Interface com outros atores locais (prefeitura, técnicos, instituições de ensino, comunidade, etc.)

Como ocorre a fiscalização da propriedade da terra. Da destinação / transferências irregulares/ a posse definitiva.

Como você avalia a participação e mobilização nos assentamentos (Taquaral/72)

Como se dá a construção de políticas microrregionais e a interface com outros municípios?

Hoje quais os principais desafios?

Qual o seu papel no território?



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E
SOCIOECONÔMICAS – ESAG
PROGRAMA ACADÊMICO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO
DOCTORADO EM ADMINISTRAÇÃO



ROTEIRO DE ENTREVISTA UTILIZADO NA COLETA DE DADOS

Tema: *“Inovação Social Rural: um olhar sobre as práticas dos atores para entender os caminhos do Desenvolvimento Rural”*

Roteiro nº: _____

Data: ____/____/____

Hora ____:____h.

Pesquisador: Anderson Luís do Espírito Santo

Professora Orientadora: Carolina Andion

Observação: Sr./Sra. participante – sua imagem será preservada. As informações prestadas neste questionário serão resguardadas com o devido sigilo.

Ator: **ASSOCIAÇÃO**

Cidade: Corumbá/MS () Ladário/MS ()

Taquaral () 72 ()

Identificação: _____

Histórico da Associação (da conquista da terra a formação da associação)

Números de associados, e principais atividades desenvolvidas pela associação

Quando e onde são realizadas reuniões? Quando foi a última? O que é discutido?

Hoje, quais são os principais problemas que os produtores enfrentam no assentamento?

Respostas e soluções destes problemas. Quais ações são colocadas em prática para responder ao problema público?

Mensuração dos resultados

Você já recebeu apoio de alguma instituição de pesquisa, ensino, extensão? Se sim, qual e quais atividades

Interface com os demais níveis de governo (dificuldades e oportunidades)

Participação política e incidência na esfera pública (na comunidade, no governo, nas políticas, programas públicos, por meio de campanhas, ações, defesa de direitos, manifestações)

Qual sua perspectiva para o futuro em relação à agricultura e ao assentamento?



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E
SOCIOECONÔMICAS – ESAG
PROGRAMA ACADÊMICO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO
DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO



ROTEIRO DE ENTREVISTA UTILIZADO NA COLETA DE DADOS

Tema: *“Inovação Social Rural: um olhar sobre as práticas dos atores para entender os caminhos do Desenvolvimento Rural”*

Roteiro nº: _____

Data: ____/____/____

Hora ____:____h.

Pesquisador: Anderson Luís do Espírito Santo

Professora Orientadora: Carolina Andion

Observação: Sr./Sra. participante – sua imagem será preservada. As informações prestadas neste questionário serão resguardadas com o devido sigilo.

Ator: UFMS () IFMS () EMBRAPA ()

Cidade: Corumbá/MS ()

Ladário/MS ()

Identificação: _____

1. Identificação do projeto e instituição. (histórico, motivação, foco/objetivo)
2. Qual o seu papel no território? Visão do desenvolvimento (criada ou absorvida de cima pra baixo)
3. Quando iniciou a sua atuação com assentamentos rurais
4. As parcerias estabelecidas para isto
5. Como você descreve essa parceria, quais os momentos que ela se concretiza (espaços de articulação)?
6. Qual (is) projeto (s) que desenvolve em conjunto com o assentamento e qual o seu papel?
7. Como avalia o projeto/programa (seu impacto no econômico, sócio-político e ambiental, os avanços e limites)
8. Avanços e dificuldades na Parceria (Conflitos existentes e causas, continuidade)
9. Perspectiva de continuidade do projeto
10. Na sua visão, hoje, quais são os principais problemas que os produtores enfrentam no assentamento?
11. Qual sua perspectiva para o futuro em relação à agricultura nessa região

APENDICE D – RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS E INFORMANTES DA PESQUISA

Quadro 22 - Entrevistados ou informantes que participaram da pesquisa

Entrevistado 1	Produtor rural do Taquaral
Entrevistado 2	Produtora rural do Taquaral
Entrevistado 3	Produtor rural do Taquaral. Participante da Auprat
Entrevistado 4	Produtor rural do Taquaral. Participante da Auprat
Entrevistado 5	Produtora rural do Taquaral
Entrevistado 6	Antigo servidor do Incra- Unidade Corumbá
Entrevistado 7	Professor, filho de produtores do Taquaral
Entrevistado 8	Produtora rural do Taquaral
Entrevistado 9	Produtor rural do Taquaral. Participante da Auprat
Entrevistado 10	Professor, filho de produtores do Taquaral
Entrevistado 11	Produtor rural do Taquaral
Entrevistado 12	Representante da Paróquia de Corumbá
Entrevistado 13	Produtor rural do Taquaral.
Entrevistado 14	Professor, ex-integrante do Jumat
Entrevistado 15	Produtor e ex-integrante do Jumat
Entrevistado 16	Produtor rural do Taquaral e do AAAFC
Entrevistado 17	Pesquisador Embrapa Pantanal
Entrevistado 18	Produtor rural do Taquaral
Entrevistado 19	Produtor rural do Taquaral
Entrevistado 20	Produtor rural do Taquaral
Entrevistado 21	Produtor rural do Taquaral
Entrevistado 22	Produtor rural do 72
Entrevistado 23	Morador do 72
Entrevistado 24	Feirante e moradora do 72
Entrevistado 25	Produtor rural do 72
Entrevistado 26	Produtor rural no 72 e membro do Gaabe
Entrevistado 27	Produtor rural no 72, ex-presidente da associação
Entrevistado 28	Produtor rural no 72 e membro do Gaabe
Entrevistado 29	Produtor rural no 72 e membro do Gaabe
Entrevistado 30	Produtor rural no 72, ex-participante do Gaabe
Entrevistado 31	Pesquisador da Universidade
Entrevistado 32	Servidor do IFMS
Entrevistado 33	Produtor rural do 72 e membro do Gaabe
Entrevistado 34	Pesquisador da Embrapa
Entrevistado 35	Representante da Agraer na região
Entrevistado 36	Representante da Secretaria Especial de Agricultura Familiar
Entrevistado 37	Produtor rural no Taquaral, criador de gado
Entrevistados do 38 - 40	Produtores do 72
Entrevistados do 41 - 67	Produtores do Taquaral
Informante 1	Caminhoneiro

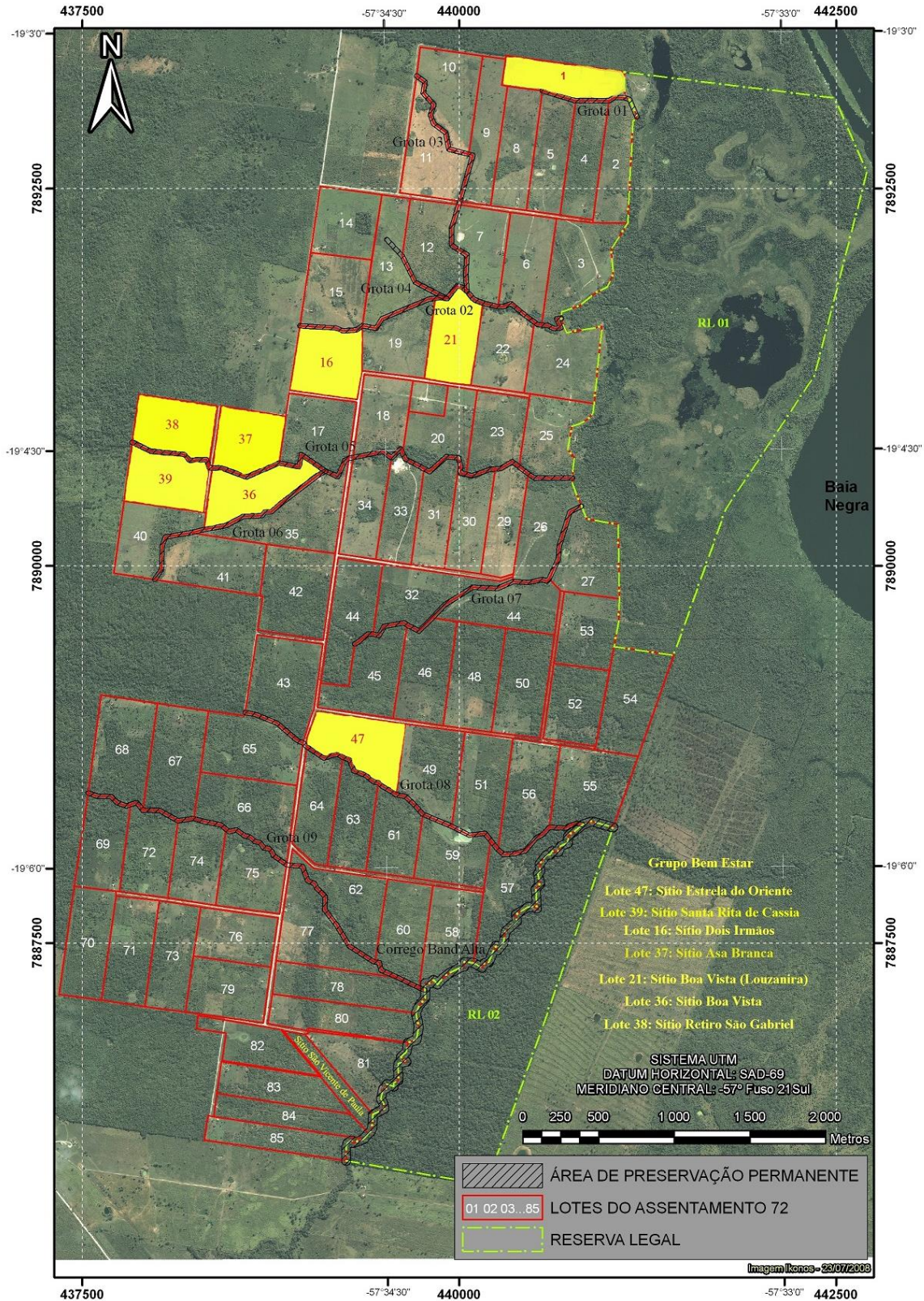
Informante 2	Ex-integrante da Jumat, Auprat e da AAAFC
Informante 3	Fazendeiro, empresário do setor de alimentos de Corumbá
Informante 4	Professora da rede municipal de ensino de Ladário
Informante 5	Servidor da Prefeitura de Ladário
Informante 6	Pesquisador da Universidade
Informante 7	Pesquisador da Embrapa
Informante 8	Servidor da Prefeitura de Corumbá
Informante 9	Produtor rural
Informantes 10 e 11	Pesquisadores da Embrapa
Informante 12 e 13	Produtores do 72
Informante 14	Servidor da prefeitura de Corumbá
Informantes 15 e 16	Produtores do Taquaral

Fonte: Dados da Pesquisa

ANEXOS

ANEXO A – MAPA DO ASSENTAMENTO 72

Figura 65 – Mapa do 72



Fonte: Material disponibilizado pelo Neap, 2019.